

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE (COMPETE)

Relatório Final

Novembro | 2013

Ficha técnica

Título

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE
(COMPETE)
Relatório Final

Relatório | Novembro 2013

Promotor

Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE



Autoria

Augusto Mateus & Associados e PwC Portugal

Coordenação global

Augusto Mateus

Equipa de avaliação

Vítor Escária
Sandra Primitivo
Manuel Carrilho Dias
Gonçalo Caetano
Hermano Rodrigues

Ana Paula Africano
Ana Margarida Silva
Dalila Farinha
Cristina Cabral
Filipa Lopes
João Lima Curral
Jorge Moreira
Rui Matos
Rui Ferreira
Susana Gouveia
Vera Oliveira



Sumário Executivo

INTRODUÇÃO

O sumário executivo do presente relatório de avaliação do Programa COMPETE apresenta de forma sistematizada mas muito sintética as grandes conclusões e recomendações dela resultantes. A plena apropriação dos contributos deste exercício de avaliação não dispensa um esforço de aprofundamento que permita uma exploração completa do corpo do relatório e dos seus anexos.

A apresentação das conclusões e recomendações é precedida de um conjunto de breves notas que situam os contornos do programa, a evolução do seu contexto de conceção e execução, a dimensão global alcançada e a própria natureza do exercício de avaliação intercalar.

Os contornos do Programa COMPETE

O Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) é um programa operacional no âmbito do QREN 2007-2013 que visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

O Programa, com uma dotação global de 3,2 mil milhões de euros, incide sobre as três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo) e dispõe de cinco instrumentos para prosseguir os seus objetivos: os Sistemas de Incentivos às empresas (SI), o Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), o Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), o Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) e o Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SIAC).

O COMPETE assume ainda um papel específico, no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas, uma vez que, tendo em conta que os PO Regionais integram nos seus objetivos a melhoria da competitividade empresarial das respetivas regiões, ficou estabelecido que apoiaria as médias e grandes empresas daquelas três regiões e os projetos que envolvem investimentos empresariais em mais do que uma região convergência.

O afastamento dos contextos de preparação e de operacionalização do Programa

O período de operacionalização do COMPETE, abarcado pela presente avaliação intercalar que se reporta à data de 31/12/2012, ficou marcado por uma alteração substantiva do seu contexto com impactos significativos quer sobre a envolvente macroeconómica, quer sobre os comportamentos e expectativas dos agentes económicos, quer, portanto, sobre as condições da sua própria sua execução.

O Programa foi desenhado num contexto macroeconómico marcado por uma perspetiva de manutenção de um ritmo sustentado no crescimento económico e no comércio internacional, à escala mundial, por uma perspetiva de crescimento e criação de emprego, à escala europeia, e por uma perspetiva de relançamento da convergência no espaço europeu, à escala nacional.

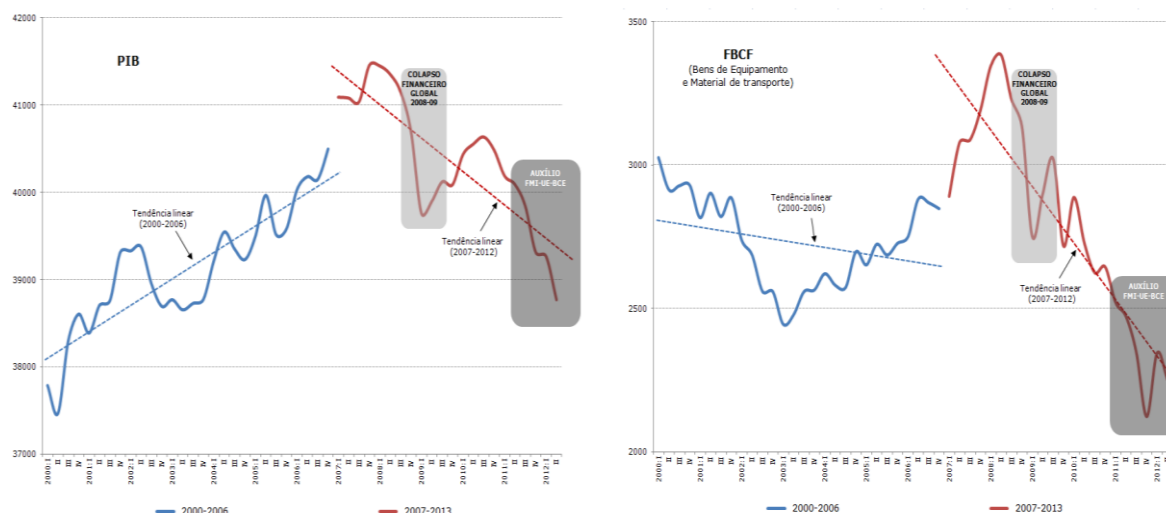
O contexto efetivo de execução do programa veio a ser, no entanto, marcado decisivamente, nomeadamente a partir do segundo semestre de 2008, por uma crise económica e financeira mundial de relevante dimensão, em especial nas economias mais avançadas, por uma importante redução do ritmo de crescimento do potencial de criação de riqueza nas economias europeias que gerou grandes dificuldades na gestão dos orçamentos públicos na maioria dos Estados membros e, em Portugal, na sequência da crise no seu financiamento externo, por uma conjuntura de duro ajustamento financeiro, apoiada em medidas fiscais e orçamentais de forte contenção dos rendimentos e da procura interna, que se traduziu no mais longo e intenso período de recessão da atividade económica e do consumo privado da sua história mais recente.

O afastamento muito substancial verificado entre os contextos de preparação e de execução do Programa, que se traduziu em mudanças significativas do seu próprio quadro de necessidades, comportamentos e desafios da "população-alvo", foi não só determinante para os desenvolvimentos registados na implementação do PO como tem que ser considerado, de forma relevante, na análise dos seus resultados.

A profunda alteração do contexto económico e financeiro verificada na operacionalização do COMPETE teve reflexos decisivos no nível e na composição do investimento empresarial, que não pode deixar de ser considerada a sua variável chave, seja ao nível das condições de financiamento, seja ao nível das condições de mercado. Os efeitos principais desta alteração de contexto colocam-se em dois planos, ao nível do alongamento do ciclo de execução dos projetos e ao nível do retardamento da produção dos respetivos impactos, que se combinam para reduzir o campo de análise no que respeita ao número dos projetos encerrados e para dificultar a medição completa dos impactos produzidos.

Gráfico

O contraste entre os contextos da atividade económica e do investimento na execução dos ciclos de programação estrutural 2000-2006 e 2007-2013



Fonte: Equipa de Avaliação com base em INE e Banco de Portugal.

A presente avaliação intercalar do programa COMPETE, centrada necessariamente na análise das realizações e dos resultados das intervenções apoiadas e do seu contributo para os objetivos do Programa, deve ser lida com os cuidados necessários para valorizar adequadamente esta especificidade, nomeadamente no que respeita a comparações com experiências anteriores de programas orientados para a promoção da competitividade.

A dimensão assumida pelo Programa

A leitura dos resultados e impactos não pode deixar de ter em conta a dimensão relativa do Programa.

Os investimentos executados até 31/12/2012 alcançaram um valor total na ordem dos 4,3 mil milhões de euros, tendo sido objeto de incentivos e apoios que ascenderam a cerca de 1,6 mil milhões de euros. O volume dos investimentos concretizados no quadro do programa, bem relevante em termos absolutos, representa, no entanto, apenas 2,6% do total da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) realizada em Portugal entre 2008 e 2012.

Os investimentos empresariais executados sob o enquadramento do COMPETE, no mesmo período de análise, terão alcançado um valor total na ordem dos 3,6 mil milhões de euros, acedido a incentivos e apoios que ascenderam a cerca de 1,2 mil milhões de euros, e representado cerca de 3,7% do total da FBCF empresarial realizada em Portugal entre 2008 e 2012.

O investimento médio anual executado com apoio do COMPETE nas regiões convergência entre 2008 e 2012 representou cerca de 4,2% da média anual do investimento total nessas regiões entre 2008 e 2010 e o investimento médio anual empresarial executado com apoio do COMPETE nas regiões convergência representou cerca de 5,3% da média anual do investimento empresarial total nessas regiões entre 2008 e 2010.

Os investimentos empresariais apoiados pelo COMPETE nas regiões convergência terão certamente representado menos de 10% do investimento empresarial realizado naquelas regiões, mesmo atendendo a que em 2011 e 2012, anos para os quais não existe informação da FBCF regionalizada, se assistiu a uma redução significativa do investimento.

A natureza desta avaliação intercalar

O presente estudo de avaliação intercalar responde a 15 questões suscitadas no Caderno de Encargos que suporta o presente estudo e que se encontram reunidas em quatro grandes grupos: questões globais e questões específicas, visando analisar o desempenho do COMPETE face às suas prioridades e objetivos, questões temáticas, de aprofundamento sobre os instrumentos SAESCTN, SIAC, SAFPRI e sobre a política de comunicação, e questões de programação, em torno da análise de efeitos transversais ao Programa.

O Programa COMPETE comporta uma significativa complexidade, com uma multiplicidade de tipologias de intervenção e universos de beneficiários muito diversificados, o que se traduziu, necessariamente, no processo de avaliação, implicando a mobilização de várias e diversificadas metodologias e a recolha e organização de múltiplas informações e dados, para tentar produzir uma leitura tão completa e objetiva quanto possível dos resultados e impactos que o mesmo está a ter.

A necessidade de analisar os resultados e impactos efetivos, num contexto em que à data de reporte da avaliação apenas 7% dos projetos se encontravam formalmente encerrados (25% se adicionarmos os com execução financeira acima dos 75%) constituiu outro grande desafio para a avaliação, nomeadamente tendo em conta a impossibilidade de aceder de forma sistemática e atualizada à informação económica e financeira das unidades empresariais apoiadas.

Os estudos de avaliação de um programa como o COMPETE implicam sempre desafios muito relevantes, seja no que respeita à medição quantitativa dos seus efeitos, seja no que respeita à identificação da sua influência no comportamento das populações-alvo a que se dirigem. As avaliações têm, assim, sempre limitações decorrentes quer das limitações das metodologias quer das dificuldades em aceder à informação necessária para a aplicação dessas metodologias que só parcialmente podem ser mitigadas por uma adequada formulação e estudo de hipóteses de investigação suportadas por instrumentos de inquirição específicos.

O presente estudo de avaliação lidou, neste terreno, com um problema adicional particularmente relevante, uma vez que não só muitos projetos ainda se encontram em implementação, como uma parte substancial dos os seus efeitos ainda não se terá materializado de forma plena.

A metodologia adotada, para fazer face a este desafio, assumiu a necessidade de atribuir uma particular relevância e atenção, nos trabalhos de avaliação, aos procedimentos de auscultação de inúmeros atores (destacando-se a equipa do COMPETE, as agências públicas com intervenção na análise de candidaturas e acompanhamento dos projetos, os promotores dos projetos e os destinatários das intervenções), tendo sido realizadas cerca de 50 entrevistas, 2750 inquéritos, 11 workshops, 12 estudos de caso sobre projetos apoiados e 2 análises de *benchmarking* internacional.

O presente exercício de avaliação pode, também, beneficiar da colaboração da autoridade estatística nacional na criação de condições para a concretização análises comparativas entre universos empresariais acolhidos no COMPETE e universos empresariais de controlo, por um lado, e da existência de um vasto repositório de dados disponível no sistema de informação do Programa, mas foi limitado pela impossibilidade de acesso a informação sobre as unidades apoiadas, o que impediu a utilização plena de algumas abordagens microeconómicas de análise de efeitos, por outro lado.

AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As principais conclusões sobre o desempenho do programa são apresentadas combinando as diferentes questões e perspetivas de avaliação de forma a permitir uma leitura equilibrada entre as dimensões mais globais e as dimensões mais específicas, por um lado, e entre as características da prossecução dos instrumentos de política e dos próprios promotores e/ou beneficiários envolvidos, por outro lado.

Um desempenho genericamente positivo com uma maturação longa dos seus efeitos

O COMPETE, tendo em conta o que os resultados do presente estudo de avaliação permitem concluir, está a ter, enquanto instrumento de promoção dos fatores de competitividade da economia portuguesa, um desempenho genericamente positivo.

A transmissão completa desse desempenho positivo à economia portuguesa necessitará, no entanto, de um período de maturação relativamente longo.

Com efeito, o potencial de transformação estrutural e de desempenho económico, que resulta não só da concretização dos objetivos do programa, como do facto de o COMPETE intervir sobre um segmento mais qualificado da estrutura produtiva portuguesa, está a ser claramente condicionado, na plena materialização dos seus efeitos, pela situação adversa da conjuntura económica, pelo que, provavelmente, só depois da recuperação económica e durante o próximo ciclo de expansão é que essa materialização ocorrerá.

A avaliação efetuada aponta globalmente, tendo em consideração os objetivos do programa, no sentido da existência de resultados significativos das intervenções ao nível da capacidade do tecido empresarial, com evidência ao nível do *upgrading* do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa e da qualificação das estratégias prosseguidas e dos recursos que as suportam, bem como da própria renovação dos modelos de negócio empresariais.

A avaliação efetuada aponta, também, para resultados significativos ao nível da internacionalização e do reforço das exportações, quer pela magnitude dos apoios afetos especificamente ao objetivo da promoção internacional, quer pelos impactos esperados e efetivos identificados no contexto dos projetos apoiados, designadamente em atividades de maior intensidade tecnológica.

Os resultados ao nível da promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação parecem ser, também, relevantes com efeitos significativos no incentivo à I&D empresarial e à articulação entre empresas e centros de saber.

Os resultados no que respeita à qualificação da Administração Pública e à eficiência da ação do Estado parecem, pelo seu lado, ter sido mais moderados, justificando-se este desempenho pela conjugação das fortes restrições orçamentais e dos, não menos relevantes, condicionalismos administrativos e burocráticos que caracterizaram a atividade da Administração Pública, potenciados e agravados pelas alterações de governação e organização funcional, durante o período de implementação do Programa.

As empresas apoiadas pelo COMPETE são melhores que o universo empresarial português comparável e prosseguem motivações e estratégias focalizadas nos principais desafios competitivos

A avaliação da eficácia de um programa como o COMPETE exige uma atenção específica na combinação dos elementos analíticos relativos às empresas e aos projetos uma vez que as primeiras, pelas suas características, mas, também, pelas suas motivações e estratégias, constituem o “corpo” onde os segundos ganham realidade e produzem resultados na sua interação com as dinâmicas concorrenciais nos mercados.

As características das empresas incentivadas, na sua aproximação ou diferenciação, seja do universo das empresas que se candidataram, seja do universo empresarial potencialmente elegível na economia portuguesa em função das condições de acesso aos incentivos do programa constituem, também, um elemento relevante de avaliação do potencial de produção de efeitos convergentes com os grandes objetivos do programa.

O universo de unidades empresariais apoiadas pelo COMPETE compara positivamente com o universo empresarial português de referência, sinalizando que o Programa está a intervir sobre as unidades mais dinâmicas e de melhor qualidade da economia portuguesa e que estas se articularam com o programa com base em motivações e estratégias claramente convergentes com processos e fatores focalizados com os principais desafios competitivos colocados à economia portuguesa, isto é, pertinentes.

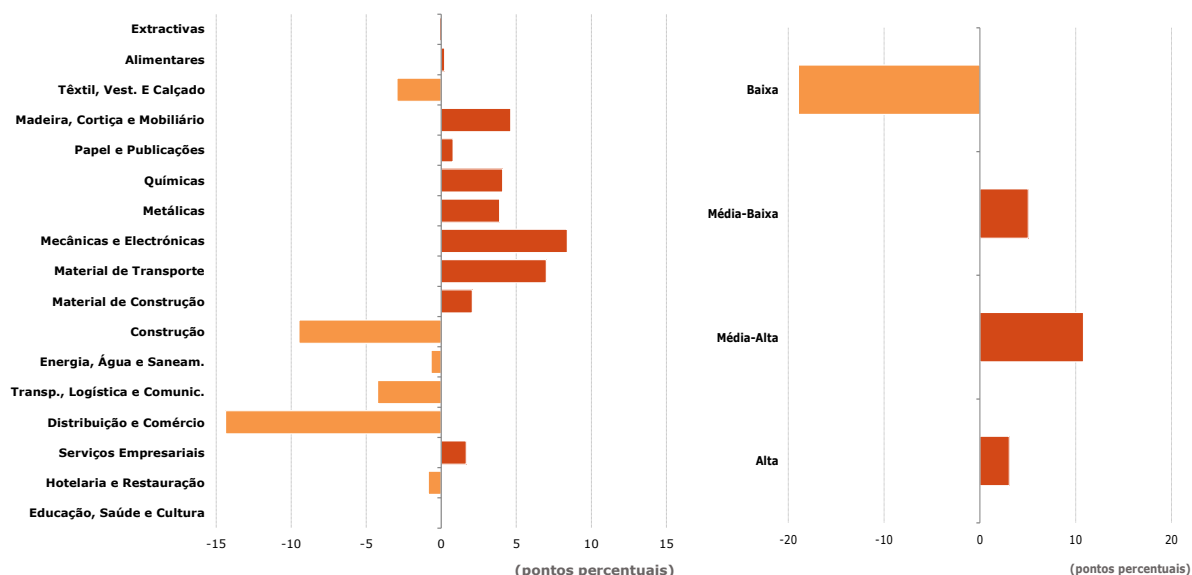
Os apoios dos sistemas de incentivos têm incidido de forma mais intensa nos setores da indústria transformadora e dos serviços empresariais. No caso da indústria destaque para a incidência dos apoios nas indústrias mecânicas e eletrónicas, de material de transporte, químicas, metálicas, de madeira, cortiça e mobiliário e de materiais de construção, salientando-se ainda uma menor incidência nos têxteis, vestuário e calçado. A inserção nos sistemas de incentivos é mais expressiva nos segmentos empresariais de média-alta tecnologia. Os segmentos de média-baixa e alta tecnologia registam, também, uma maior representatividade no programa, ao contrário do segmento de baixa tecnologia que surge, de forma muito clara, com uma muito menor representatividade no programa do que na economia nacional comparável. As atividades centradas em economias de escala lideram a expressão do programa em matéria de fatores chave de competitividade onde a valorização dos recursos naturais também se destaca.

A identificação das motivações e objetivos das empresas promotoras permite relevar o peso assumido pela promoção da I&D e/ou da inovação, pela valorização do conhecimento e da propriedade industrial, bem como pelo desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, *design*, marca, nomeadamente), no foco estratégico prosseguido pelas empresas no momento de apresentação dos projetos aos sistemas de incentivos.

Os projetos apoiados pelos sistemas de incentivos às empresas enquadram-se mais expressivamente nas estratégias mais intensivas na I&D, diferenciação de produto, associadas à competitividade valor/não-custo. Nos vetores de orientação estratégica assumem muita relevância a introdução de novos produtos/serviços, a diferenciação de produtos/serviços e a inovação nos produtos/serviços já existentes e são considerados relevantes pelos promotores a modernização tecnológica e inovação nos processos e a expansão da capacidade produtiva.

Gráfico

A diferenciação da estrutura dos universos empresariais COMPETE e potencialmente elegível por atividades e níveis tecnológicos (variável emprego)



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Sistema de Informação COMPETE e INE.

O esforço próprio de I&D e inovação, o acesso ao conhecimento e à tecnologia e o marketing, comercialização e distribuição são valorizados como mais relevantes na seleção dos fatores competitivos prioritários. Uma percentagem considerável do investimento elegível apoiado está associada a projetos dominados pela inovação e a I&D ou projetos de modernização tecnológica.

A análise mais fina e detalhada das despesas de investimento, tendo em conta a sua natureza e potencial de melhoria competitiva (aplicações com relação direta e impacto na melhoria qualitativa dos modelos de negócio e/ou fatores competitivos), permite destacar, ainda, que 61% do investimento elegível apoiado é classificado nesse tipo de despesa, isto é, com um contributo potencial significativo para a melhoria da competitividade e internacionalização da empresa.

Os resultados potenciais globais dos projetos apoiados sendo bastante expressivos e positivos comportam desequilíbrios qualitativos que importa aprofundar e corrigir

As características dos projetos apoiados pelo programa, na sua diversidade de enquadramento nos diferentes instrumentos de política pública e na sua diversidade de combinação de elementos estratégicos, fatores competitivos e tipologias de investimento, constituem, também, um elemento de relevante de avaliação dos impactos expectáveis resultantes da execução do COMPETE.

Os trabalhos de avaliação foram, assim, conduzidos, com uma preocupação de medir com rigor, através de um conjunto restrito de indicadores, o desempenho empresarial relativo, no período de tempo possível em função da disponibilidade de informação (2007-2011), do universo empresarial apoiado pelo COMPETE em confronto com o grupo de controlo de referência constituído pelas empresas que poderiam ser elegíveis para apoio pelo programa. Os resultados deste relevante estudo comparativo são muito pertinentes para situar o alcance do programa e a dimensão esperada dos seus resultados.

O alcance do programa, medido pelo peso relativo das empresas apoiadas no universo empresarial total considerado (grupo COMPETE e grupo de controlo), é particularmente expressivo no terreno da I&D onde o universo COMPETE alcança cerca de 3/4 do número total de investigadores (ETI) e 2/3 das despesas totais em I&D. O alcance do programa tem também uma expressão quantitativa relevante nas exportações, com mais de 1/3 do total, expressão que se reduz significativamente em matéria de valor acrescentado, com pouco mais de 1/4 do total e, sobretudo, de emprego onde não chega a alcançar 1/6 do total.

A análise efetuada quanto à dimensão dos resultados dos projetos apoiados revela que as unidades apoiadas pelo COMPETE apresentam, em termos agregados, uma evolução claramente melhor que a registada pelo universo de referência no que respeita às exportações, ao emprego, ao VAB e às despesas de I&D, registando-se as diferenças mais significativas em termos de exportações (cerca de 17 pontos percentuais melhor o comportamento no grupo COMPETE), emprego (15 p.p.) e VAB (12 p.p.) e, também, de despesa total em I&D (7 p.p.).

A mesma análise indicia que os resultados dos projetos apoiados são menos expressivos em matéria de variação do número de investigadores, inferior à verificada no grupo de controlo (o que é explicável, em grande parte, pela forte penetração do programa neste terreno) e são muito menos interessantes em matéria de variação da orientação exportadora e variação da produtividade onde se registam ligeiras evoluções negativas em contraste com ligeiras variações positivas no grupo de controlo.

Quadro

Evolução dos principais indicadores no desempenho empresarial

Intensidade e sentido da variação dos indicadores entre 2007 e 2011	Universo COMPETE analisado		Grupo de Controlo	
	Valor de partida (2007)	Variação 2007-2011 (%)	Valor de partida (2007)	variação 2007-2011 (%)
VAB	7 897 ^a	+ 4,5 %	22 219 ^a	- 7,5 %
Emprego	196 580 ^b	+ 7,1 %	1 055 955 ^b	- 7,9 %
Produtividade média	[39 941] ^c	- 2,1 %	[21 294] ^c	+ 1,3 %
Exportações	8 408 ^a	+ 15,3 %	14 657 ^a	- 1,6 %
Orientação exportadora média	(29,1 %)	- 0,7 p.p.	(15,1 %)	+ 0,7 p.p.
Despesa total em I&D	76,3 ^a	+ 49,1 %	36,2 ^a	+ 42,4 %
Nº investigadores em ETI	13 156 ^b	+ 81,7 %	4 513 ^b	+ 129,4 %

Legenda: a Milhões de euros; b Unidades; c Valor médio em milhares de euros

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos apuramentos desenvolvidos pelo INE e pela DGEEC.

O presente estudo de avaliação permite, assim, evidenciar a existência de alguns desequilíbrios na prossecução dos caminhos da competitividade e da internacionalização, onde ainda não terá a força necessária a articulação virtuosa entre produtividade e exportação, e na prossecução dos caminhos da investigação e da inovação, onde parece estar a ser mais fácil obter uma consolidação centrada nos resultados já alcançados do que um alargamento e aprofundamento desses mesmos resultados.

Os projetos apoiados comportam uma dimensão de forte impacto nas empresas apoiadas

Os projetos de investimento integrados apoiados pelo COMPETE parecem ter, de acordo com os resultados da avaliação, um impacto forte nas empresas promotoras.

O peso dos projetos com impacto estruturante nas empresas promotoras (projetos de raiz ou projetos com impacto forte ou radical na dimensão da empresa promotora) representa, com efeito, 27% dos promotores e 53% do investimento total apoiado. Os projetos que podem ter um impacto pelos menos relevante nas empresas promotoras (projetos com um impacto superior a 50% do volume de negócios da empresa promotora) representam mais de 1/3 dos projetos apoiados e cerca de 2/3 do investimento apoiado configurando-se, no entanto, globalmente, como projetos especialmente intensivos em capital e tecnologia.

O confronto das análises realizadas em matéria de eficiência individual e coletiva permitem, também, evidenciar a necessidade e interesse de uma ainda maior coerência na execução dos diferentes instrumentos de política. O instrumento SIAC poderia, a título de exemplo, ter sido objeto de uma mais explícita articulação com algumas das EEC que se dirigem potencialmente a setores de maior intensidade tecnológica e, ao mesmo tempo, com um impacto potencial relevante no *upgrading* do perfil de especialização (por exemplo, EEC da Saúde, das Indústrias da Mobilidade, das TICE, das Tecnologias de Produção e do *Engineering* e *Tooling*).

Os projetos apoiados nos sistemas de incentivos do COMPETE apresentavam em sede de candidatura projeções muito favoráveis para a evolução da generalidade das variáveis e indicadores considerados (Volume de Negócios, Volume de Negócios Internacional, VAB, Emprego, Emprego Qualificado, VBP, Resultado Operacional, Ativo Total, Capital Próprio, Resultado Líquido, Orientação Exportadora, Produtividade, Peso do Emprego Qualificado, Grau de Transformação da Produção, Rendibilidade Líquida das Vendas, Rendibilidade Bruta das Vendas, Rendibilidade do Capital Próprio, Autonomia Financeira).

Quadro

Impacto dos projetos no desempenho das empresas apoiadas

(Variações entre os anos pré/pós-projeto em %)	SI I&DT	SI Inovação	SI QPME	Total
Volume de Negócios				
Total	15,1	18,9	19,9	16,9
Internacional	42,2	31,9	35,7	36,3
Novos Produtos e/ou serviços	90,4	745,8	110,5	248,6
Emprego	4,7	14,5	7,3	9,0
Emprego Qualificado	30,3	34,2	28,4	31,2
Produtividade	26,5	40,6	21,6	30,7
Despesas em I&D	25,2	37,0	86,1	28,4

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores

Os resultados efetivos ou quase efetivos apurados a partir do exercício de inquirição mostram uma evolução positiva da generalidade dos indicadores, se bem que em menor grau do que o esperado no momento da candidatura.

Os resultados apurados, ainda que devendo ser sujeitos a posterior confirmação num lógica de avaliação ex-post, são importantes e expressivos, seja em termos globais, seja em termos do papel diferenciado de cada instrumento de política pública, sugerindo, nomeadamente, quer a confirmação das hipóteses teóricas associadas às vantagens da internacionalização para alimentar processos de investigação e desenvolvimento tecnológico mais relevantes, quer a existência de uma base de PME com capacidade para articular dinamicamente a qualificação do capital humano e o esforço de I&D+I com reflexos relevantes em matéria de crescimento do volume de negócios liderado pela expansão internacional.

O contributo do programa para o reforço da orientação exportadora da economia portuguesa é inequívoco tendo-se afirmado sob o primado do aprofundamento da atual base exportadora

O COMPETE contribuiu para um reforço da orientação exportadora das atividades transacionáveis industriais portuguesas em sintonia com a concentração neste objetivo de uma parte relevante dos seus recursos.

O programa vinculou grande parte dos apoios à produção transacionável e às empresas exportadoras, priorizando desta forma ainda mais o objetivo da internacionalização, e, ao fazê-lo, induziu uma seleção de projetos e de promotores em forte convergência com este objetivo estratégico estabelecido pelo Programa. Em termos de ações mais focalizadas, os sistemas de incentivos viram 7% dos apoios serem focados em investimentos empresariais específicos de promoção internacional, tal como, no caso do SIAC, 55% do apoio foi focado em temáticas relacionadas com a internacionalização.

A comparação de indicadores entre os anos pré e pós-projeto revela uma evolução significativa e favorável do indicador de orientação exportadora permitindo um afastamento mais claro dos níveis de extroversão dos promotores de projetos apoiados COMPETE que, à partida, já se situava acima dos valores de referência em termos setoriais, regionais e dimensionais.

A média da variação efetiva das exportações entre os anos pré e pós-projeto nas entidades apoiadas pelos sistemas de incentivos é, também, positiva apesar de ficar aquém do previsto em sede de candidatura (os

promotores previam em média um aumento de 62,9% das exportações tendo-se verificado uma subida de 36%).

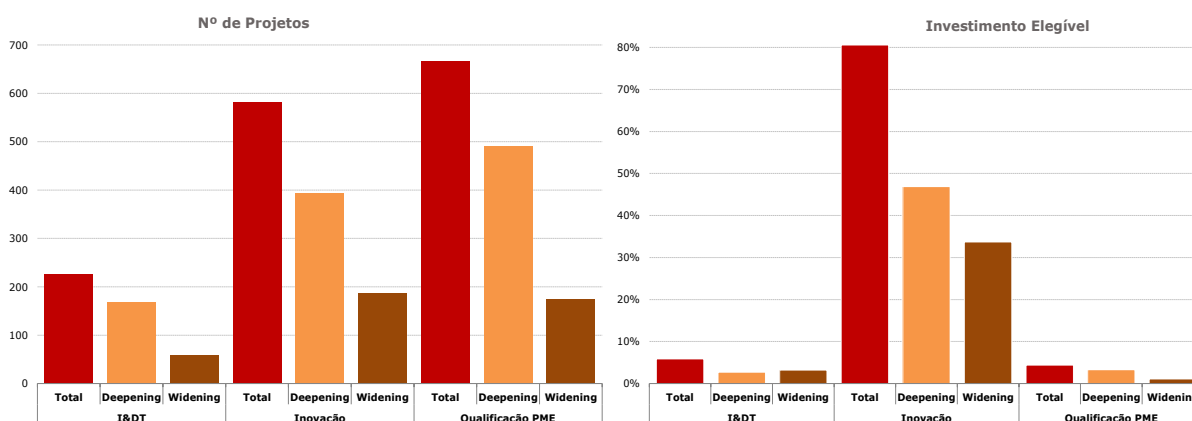
Os apoios do COMPETE parecem ter tido efeitos significativos de internacionalização dos negócios, nomeadamente nas áreas do marketing e da comercialização. Os trabalhos de avaliação também indiciam que o programa terá contribuído para apoiar a entrada em novos mercados extra-UE, no quadro mais geral da diversificação de mercados e de resposta à perda de dinamismo das economias europeias, tal como terá contribuído para aumentar a capacidade de enfrentar a maior complexidade na abordagem aos mercados e para alargar a base exportadora nacional.

A respeito especificamente do aumento do valor acrescentado nacional nas exportações, identificam-se contributos potenciais especialmente elevados nos projetos apoiados pelo programa ligados à construção, às indústrias mecânicas e eletrónicas, ao material de transporte, aos serviços empresariais e às indústrias da moda, ao passo que em matéria de substituição de importações não se identificam efeitos relevantes do programa, o que sugere a necessidade de aprofundamentos na operacionalização dos conceitos de internacionalização e valor acrescentado nacional exportado e, também, na operacionalização da classificação de atividades transacionáveis.

As intervenções de natureza mais coletiva, através das figuras do SIAC e dos Projetos Conjuntos, centram-se, fundamentalmente, em sectores com trajetórias mais longas de atividade exportadora, menos intensivos em tecnologia e conhecimento, mas cada vez mais penetrados pela criatividade, pela inovação e pela diferenciação, apresentando efeitos e resultados potenciais muito positivos em matéria de crescimento das exportações e da orientação exportadora, nomeadamente em empresas de menor dimensão e menor experiência de internacionalização o que conduziria, a concretizar-se, a um alargamento da própria base exportação no tecido das PME. Este resultado sugere o interesse do aprofundamento da exploração da articulação entre I&D, inovação e diferenciação, que se faz de formas muito diferenciadas nas diversas atividades transacionáveis, até como forma de superar a estéril e perigosa oposição entre setores ditos modernos e setores ditos tradicionais.

A análise detalhada realizada sobre as características dos projetos apoiados com relevância para a internacionalização e o reforço das exportações permite proceder a um balanço da articulação registada entre os dois processos que conduzem a progressos naqueles domínios, isto é, o aumento da intensidade exportadora nas empresas que já possuem uma clara orientação para os mercados externos (*deepening*) e o alargamento da base de empresas que se orientam para a exportação (*widening*).

Contributo dos sistemas de incentivos para a internacionalização e o reforço das exportações: a articulação entre o aprofundamento e o alargamento da base exportadora



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Sistema de Informação COMPETE.

Os resultados obtidos são claros e apontam para um primado, em todos os instrumentos de política considerados, dos processos de aprofundamento sobre os processos de alargamento da base exportadora nacional que, no entanto, sendo menos intenso em termos de investimento elegível, indicia que os projetos de alargamento apresentam um nível médio mais elevado, isto é, que o primado do aprofundamento é contrabalançado pela dimensão dos projetos de alargamento. Trata-se de matéria que requer estudos mais aprofundados para, nomeadamente no próximo ciclo de programação estrutural se poder fundamentar uma opção eficaz na articulação entre estes dois processos de reforço da internacionalização da economia portuguesa.

As intervenções ao nível dos custos de contexto terão dado um contributo mais funcional e localizado centrado em melhorias de eficiência

No domínio da diminuição dos custos de contexto, qualidade dos serviços públicos e aumento da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública a análise efetuada sugere que se terá verificado um maior contributo ao nível do aumento da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública, do que dos objetivos de diminuição dos custos de contexto e melhoria da qualidade dos serviços públicos. A promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, permitindo uma administração em rede é um dos objetivos onde o contributo dos projetos tem revelado maior eficácia.

Os projetos apoiados no âmbito do SAMA assumem maior relevância nos setores “Justiça e Administração Interna”, “Ciência, Tecnologia e Ensino Superior” e em projetos transversais de modernização da Administração Pública. A maioria dos projetos enquadra-se nos domínios das operações de racionalização do modelo de organização e gestão da Administração Pública e localiza-se na região de Lisboa mas produz efeitos nas regiões de convergência abrangidas pelo COMPETE. Este Eixo IV do COMPETE caracteriza-se, face ao desempenho global do COMPETE, por uma evolução restrita quer dos níveis de compromisso quer da execução dos projetos aprovados. No entanto os indicadores físicos do Programa deverão ser cumpridos, em termos potenciais (com base nos indicadores previstos em sede de candidatura), na sua totalidade.

Este instrumento apoiou um conjunto de projetos que pela sua natureza estruturante e pela evolução disruptiva que promovem são sustentáveis em termos de resultados no futuro. Trata-se de intervenções promotoras de externalidades positivas junto dos cidadãos e empresas, cujos benefícios do ponto de vista económico, superam os custos de manutenção e atualização técnica e tecnológica associados aos projetos.

O contributo do programa para a promoção da economia baseada no conhecimento, sendo indiscutível e muito relevante em certas áreas, nomeadamente numa maior aproximação entre as empresas e os centros de saber, não terá alcançado a dinâmica e amplitude necessárias para catalisar mudanças estruturais irreversíveis

O objetivo estratégico de promoção da economia baseada no conhecimento e na inovação em Portugal concentrou importantes apoios do COMPETE, nomeadamente ao nível da I&D, em particular de base empresarial, que terão contribuído para o aumento acentuado do investimento das empresas neste importante fator dinâmico de competitividade, mas também da promoção da articulação entre as empresas e os centros de saber e da inovação de produto/processo.

As temáticas da articulação entre empresas e centros de saber e da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas contaram com um impulso sem precedentes do COMPETE, em particular do SI I&DT, pois estão praticamente ausentes no âmbito do SAESCTN. Os apoios do COMPETE foram ainda muito relevantes em matéria da criação de novos produtos e processos, dado o apoio concedido a 539 projetos focados neste objetivo, representativos de um investimento elegível que se estima em 3,5 mil milhões de euros. Neste domínio, o empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico materializam uma área de intervenção do COMPETE cujos resultados analisados se mostram relativamente modestos, sobretudo em resultado do atraso com que foram operacionalizados os apoios a *business angels* e a capital de risco.

Em termos de resultados agregados verificou-se entre 2007 e 2011 uma evolução do indicador de despesa de I&D nas entidades apoiadas 7 p.p. superior à verificada no universo de referência. Os efeitos dos apoios em termos do incremento do investimento das empresas em I&D parecem ter-se concentrado essencialmente na região Norte do país.

Ao nível da política de Ciência e Tecnologia, o SAESCTN demonstrou uma elevada eficácia em termos de consolidação do sistema de C&T nas três regiões Convergência do Continente, em particular no Norte e no Centro, abrangendo a generalidade das grandes áreas científicas, com destaque para as ciências tecnológicas. Essa consolidação incide massivamente no setor institucional Ensino Superior e, em particular, em quatro universidades públicas (Porto, Coimbra, Aveiro, Minho). As outras IES, nomeadamente os Institutos Politécnicos, têm um acesso muito reduzido, resultante da elevada seletividade seguida na avaliação das candidaturas.

O efeito de incentivo é muito relevante em termos de realização dos projetos e, consequentemente, na obtenção dos *outputs* respetivos. Os promotores veem no SAESCTN um instrumento para reforçar as competências internas de investigação, aprofundando ou iniciando linhas de investigação e visando essencialmente *outputs* científicos materializados em publicações referenciadas internacionalmente. Confirma-se que o contributo do SAESCTN para a produção científica nacional em termos de publicações foi relevante, inserindo-se e potenciando uma dinâmica não apenas de convergência com os países mais avançados, em termos de produção científica, mas também de consolidação de um sistema científico bem inserido em plataformas e redes de conhecimento internacionais. Mais limitado é o contributo direto do SAESCTN em termos de valorização económica direta dos resultados. Também a cooperação com empresas não tem sido um objetivo muito valorizado no quadro de projetos SAESCTN e a transferência de tecnologia para empresas tem sido um *output* aparentemente pouco frequente.

A análise efetuada relativamente a este objetivo estratégico, e não obstante tudo o que correu bem ao longo da implementação do Programa, permite antecipar que os impactos que o mesmo está a gerar não serão suficientes para induzir a mudança substantiva ambicionada na estrutura da economia, necessária à consolidação de uma verdadeira economia baseada no conhecimento e na inovação em Portugal.

O programa COMPETE, enquanto instrumento de articulação entre políticas públicas nacionais e fundos estruturais enquadrados em lógicas de coesão e convergência, não pode ser olhado como o único instrumento e, em muitas áreas, como o principal instrumento com suporte financeiro, nacional e comunitário, na promoção da economia baseada no conhecimento na economia portuguesa. O seu papel é, no entanto, especialmente relevante na dinamização da aproximação e colaboração entre o mundo empresarial e o mundo da ciência e da tecnologia.

A conclusão do presente estudo de avaliação deve ser tida, por isso, em consideração, muito mais como um incentivo a uma continuação e reforço das lições de experiência positivas evidenciadas, do que como uma crítica negativa ao desempenho do programa.

A articulação entre eficiência e eficácia no desempenho do programa

Para além da análise do contributo do Programa para a concretização dos seus objetivos, foram consideradas na avaliação outras preocupações de natureza temática e programática com relevância para a eficácia e eficiência das intervenções.

O efeito de incentivo

Qualquer estudo de avaliação de políticas públicas comporta preocupações relevantes em matéria de medição e tratamento do efeito incentivo das intervenções.

A análise desenvolvida sinaliza a existência de níveis de incentivo significativos por parte do COMPETE, ou seja, boa parte das intervenções não teriam tido lugar na ausência do apoio do Programa.

A análise efetuada permitiu verificar no que diz respeito aos três sistemas de incentivos de base empresarial (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME) a existência de elevados efeitos catalisadores, amplificadores, aceleradores e facilitadores de investimento. Não se verificam efeitos significativos ao nível da localização mas verificam-se efeitos ao nível da criação de emprego.

A diferenciação encontrada entre os níveis de adicionalidade por instrumentos de política pública correspondem ao que seria de esperar, isto é, mais baixas nos sistemas de incentivos e, dentro destes menos elevadas no SI Inovação. Igualmente relevante é o resultado de o incentivo de investimento “novo” ser mais elevado no SI Inovação.

Os resultados da avaliação do efeito de incentivo levantam duas questões que merecem uma reflexão aprofundada com eventual expressão ao nível da conceção e execução de próximos programas com objetivos comparáveis.

A primeira reflexão corresponde ao nível de adicionalidade no instrumento SIAC, que surge, potencialmente, excessivamente elevado, podendo haver vantagens em termos de eficácia num quadro de montagem de projetos onde os custos e os riscos possam ser objeto de uma partilha mais completa e equilibrada entre os diferentes parceiros públicos e privados, incluindo nestes as próprias empresas beneficiárias, ainda que indiretamente.

A segunda reflexão corresponde ao claro predomínio do efeito de incentivo centrado no investimento “aumentado” que se observa no instrumento SI QPME, podendo haver vantagens em termos de eficácia numa separação deste tipo de instrumento em dois grandes segmentos diferenciados um primeiro instrumento, fortemente simplificado, para estimular este tipo de adicionalidade (fazer mais e mais depressa) e um segundo instrumento, mais exigente e seletivo, para potenciar o efeito de incentivo centrado no investimento “novo” (fazer melhor), isto é, no que arrasta maior potencial de mudança estrutural.

Avaliação do efeito incentivo por instrumento de política pública no COMPETE

Instrumento de Política	Nível de Adicionalidade [1=2+3]	Investimento “Novo” (a) [2]	Investimento Aumentado (b) [3]
Sistemas de Incentivos	40,8%	17,2%	23,6%
SI I&DT	50,2%	16,9%	33,3%
SI Inovação	34,9%	18,0%	16,9%
SI QPME	78,7%	9,5%	69,2%
SAESCTN	87,7%	70,4%	17,3%
SAMA	82,1%	30,5%	51,6%
SIAC	91,2%	17,1%	74,1%

(a) Investimento que não teria sido realizado sem o apoio do COMPETE

(b) Investimento cuja dimensão foi incrementada pelo apoio do COMPETE

Fonte: Equipa de avaliação, com base nas respostas aos inquéritos

O efeito spill-over

A análise de verificação dos efeitos produzidos nas regiões de convergência pelos projetos, com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência, no caso dos projetos de modernização da administração, aponta no sentido de esse efeito de spill-over associado a esta tipologia de projetos estar claramente presente e, adicionalmente, não se afastar de forma significativa da regra de elegibilidade que, recorde-se, estabelece que 68,5%, correspondentes ao peso da população, dos efeitos dos projetos realizados em Lisboa ou no Algarve, se materializem nas Regiões Convergência.

A complementaridade interna

A articulação entre diferentes tipologias de intervenção constitui outra preocupação relevante na presente avaliação intercalar.

O programa parece evidenciar a este nível uma vasta zona de conforto onde a experiência e conhecimento acumulados se converteram em melhorias substanciais, ao nível da programação e da execução, na comparação com anteriores ciclos de programação estrutural. O programa evidencia, também, algumas zonas onde existem sinais de a complementaridade interna não ter sido plenamente conseguida, seja pelo novo desafio de uma conjuntura especialmente adversa, seja pelas alterações comportamentais e concorrenciais induzidas pela aceleração da globalização e pelo alargamento da UE.

A articulação entre apoios às empresas, estratégias de eficiência coletiva e financiamento de capital de risco surge como o terreno onde esta limitação na complementaridade interna do programa mais se terá feito sentir. Também a ligação entre apoios ao capital humano e à I&D e inovação orientada para o mercado parece ter sido mais relevante apenas nos casos das empresas já mais competitivas.

O universo tocado pelos instrumentos de capital de risco é também claramente diferente do universo apoiado pelos sistemas de incentivos, misturando-se os sinais da maturação qualitativa e diferenciação dos operadores do capital de risco e da alguma limitação na sua utilização. Também aqui se conjugam diversos fatores explicativos como as condicionantes iniciais de lançamento destes instrumentos e a sua articulação com a forte desalavancagem do crédito às PME ao longo do desenvolvimento da crise de financiamento da economia portuguesa. Não obstante, o futuro exige um novo paradigma de financiamento dos investimentos apoiados pelos fundos estruturais, nomeadamente em Portugal, pelo que importará, também aqui, produzir conhecimento e inovação para alcançar resultados satisfatórios em matéria de políticas públicas.

O modelo dos incentivos financeiros

O COMPETE contempla, nos seus diversos instrumentos e medidas, diversos modelos de financiamento, sendo importante avaliar em que medida os modelos de financiamento adotados (incentivo reembolsável, incentivo não reembolsável e engenharia financeira) estão adequados aos instrumentos de apoio.

O modelo de financiamento baseado em incentivos não reembolsáveis adequa-se a sistemas como o SI I&DT e o SI QPME nas áreas da I&D, nomeadamente naquilo que diz respeito a tarefas não rotineiras de I&D e a algumas estratégias de inovação que envolvem maior risco tecnológico, e às ações de prospeção e promoção internacional. O modelo de financiamento baseado em incentivos reembolsáveis com possibilidade de prémio de execução e desempenho adequa-se a sistemas como o SI Inovação, com possibilidade de conversão em reservas e, portanto, em capital próprio em função da execução do investimento nos montantes e prazos previstos nas candidaturas e do desempenho atingido. Os critérios de acesso a um prémio de execução, bem como a fixação dos seus limites são, no entanto, questões em aberto que, uma vez mais, justificariam um olhar (ex-post) suficiente desfasado do tempo de mera execução dos projetos até para poder valorizar a questão da sustentabilidade dos resultados.

O modelo de financiamento baseado em empréstimos de médio prazo parece adequar-se aos *business angels* considerando-se ainda que este instrumento deve ser articulado com o capital de risco para que à medida que os projetos apoiados pelos *business angels* forem ganhando “músculo”, transitem para as fases *early-stages* do capital de risco. O modelo de financiamento baseado em incentivos não reembolsáveis adequa-se ainda aos SIAC desde que seja comprovada a sua utilidade para a comunidade.

A análise desenvolvida pelos trabalhos de avaliação permite, também, concluir que fará sentido estabelecer modalidades de incentivo (reembolsável ou não reembolsável) idênticas para cada uma das diferentes tipologias de despesa elegível nos vários sistemas de incentivos operacionalizados evitando comportamentos de arbitragem entre sistemas de incentivo.

A análise desenvolvida pelos trabalhos de avaliação permite, ainda, concluir que, em matéria de taxas de juro e de prazos de carência e reembolso, se deve aprofundar o contributo de programas deste tipo para a aproximação das condições de financiamento entre Portugal e os seus parceiros europeus, nomeadamente nos projetos de maior potencial de inovação. Considera-se, também, que as condições de entrada e de saída nos fundos de capital de risco apoiados, em termos de maturidade, se deverão aproximar o mais possível das condições ajustadas dos empréstimos de médio e longo prazo, com um prémio de risco ligeiramente mais elevado, face às características de maior compromisso exigidas pelo instrumento.

O financiamento e partilha de risco no COMPETE

A problemática do financiamento e partilha de risco constituiu outra das preocupações do COMPETE, que ganhou relevância com a crise financeira. A análise efetuada permite verificar que o Programa desempenhou um papel importante ao nível do acesso e custo do financiamento para as PME que, com insuficiente capitalização e liquidez, enfrentaram um processo de desalavancagem por parte da banca que se traduziu em importantes restrições à concessão de crédito.

O contributo do capital de risco e dos *business angels* para cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português e para a criação e desenvolvimento de empresas em áreas de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento não terá sido muito significativo, existindo um número reduzido de operações (ao longo de seis anos de execução do Programa, apenas foram apoiadas 105 intervenções em 77 empresas - 35 projetos em 20 empresas por fundos de capital de risco (19,4 milhões de euros de financiamento) e 70 projetos em 57 empresas por sociedades de *business angels* (9,2 milhões de euros de financiamento)). É de destacar no entanto a elevada adesão registada a estes instrumentos por parte dos promotores de fundos de capital de risco e das sociedades de *business angels* e o sucesso relativo destes últimos, particularmente tendo em conta a juventude do instrumento, junto do tecido empresarial, no financiamento, acompanhamento e montagem de novos negócios, a maior parte dos quais intensivos em tecnologia e conhecimento, que à medida que forem ganhando “músculo” irão transitar para as fases *early-stages* do capital de risco.

O alcance das novas tipologias e instrumentos no COMPETE

O Programa integrou novas tipologias de intervenção. Uma delas, o Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC), explorou as lógicas de eficiência coletiva. Insere-se numa linha de descentralização da política de competitividade, em que a provisão dos bens e serviços públicos em causa é parcialmente assegurada por entidades terceiras, com competências especializadas e/ou mais próximas dos universos de destinatários finais. Analisando o padrão de descentralização induzido pelo SIAC verifica-se que houve um número muito reduzido de projetos promovidos por Agências Públicas, com exceção notável do Turismo de Portugal e, com menor expressão, da AICEP.

O fomento do empreendedorismo, da inovação ou da eficiência energética surgem, por exemplo, como domínios onde se evidencia uma quase total ausência de operações relevantes promovidas pelas agências governamentais.

Os projetos SIAC, nomeadamente quando direcionados para as atividades de bens e serviços transacionáveis, surgem alinhados com os objetivos gerais do COMPETE. Sobretudo com base nos estudos de caso realizados, os quais não constituem uma amostra representativa do universo de projetos, verificou-se uma eficácia elevada em termos de geração de outputs e dos meios de difusão utilizados, sendo mais difícil de avaliar com rigor o impacto final em matéria de competitividade das empresas alvo, seja porque o universo das empresas alvo corresponde – em muitos casos – à totalidade das empresas do setor, seja porque verificamos não existir, de forma sistemática e padronizada, informação que permita medir esses impactos.

Ainda no que respeita às tipologias de intervenção, são considerados relevantes os resultados obtidos com instrumentos simplificados como os vales pelo que os mesmos se devem manter enquanto instrumentos simplificados (na avaliação, contratualização e acompanhamento) de acesso a competências (I&D, inovação, internacionalização, formação, empreendedorismo, qualificação empresarial, etc.) para apoio a pequenas iniciativas empresariais.

A política de comunicação do programa

A Política de Comunicação e a capacidade de a mesma chegar aos potenciais beneficiários condiciona também a eficácia do Programa.

A análise efetuada permitiu verificar que apesar das restrições financeiras e administrativas observadas durante o período de programação, que condicionaram o cumprimento de alguns indicadores de acompanhamento da política de comunicação, foi implementada uma política de comunicação multicanal consistente e com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados, mas com espaço para evoluir no futuro, através de um posicionamento mais efetivo junto dos meios de comunicação social. A insígnia FEDER apresenta um nível muito alto de reconhecimento geral por parte das entidades beneficiárias. Também a marca COMPETE apresenta um nível elevado de reconhecimento e notoriedade junto da generalidade dos beneficiários, sendo os valores de marca melhor percecionados a “Inovação” e a “Seletividade”. A marca COMPETE não é contudo percecionada de igual forma pelos promotores e destinatários nos diferentes sistemas de apoio, em particular no que refere aos valores da marca e aos seus objetivos de apoio. Considera-se que o *site* do COMPETE é apelativo em termos de imagem, apesar de algumas páginas possuírem muita informação, existindo margem de evolução em termos da sua estrutura e navegabilidade. A informação disponibilizada é a adequada, no entanto, na versão inglesa do *site*, a informação é muito diminuta face à versão portuguesa.

AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Os trabalhos de avaliação desenvolvidos permitem, igualmente, tendo em conta as conclusões anteriores e as grandes questões/desafios para o período 2014-2020, avançar algumas recomendações visando assegurar maior eficácia e eficiência das intervenções de política pública focadas na promoção da competitividade da economia portuguesa para o período remanescente de implementação do COMPETE mas, fundamentalmente, face ao momento em que as mesmas estão a ser formuladas, já muito próximo do encerramento do atual período de programação, para as futuras intervenções estruturais no período de programação 2014-2020.

A apresentação das recomendações faz-se sob a forma de uma listagem onde, questão a questão, se explicitam as principais recomendações numa sequência que parte da dimensão transversal, mais centrada nas preocupações globais das intervenções, prossegue pela dimensão programática, mais relacionada com a configuração dos instrumentos incluídos nas intervenções e na respetiva articulação, e termina na dimensão operacional, mais focadas nos aspetos relativos à implementação das intervenções, de forma a simplificar a sua compreensão e apropriação pelos respetivos destinatários.

Os grandes desafios estratégicos do ciclo 2014-2020 para a economia portuguesa nos domínios da competitividade e da internacionalização

A programação estrutural 2014-2020 enfrenta, com uma indiscutível clareza, a imperiosa necessidade de promover a transição para um novo paradigma competitivo, marcada, decisivamente, por três áreas críticas de ação onde se ganha, ou se perde, o sucesso na superação da crise estrutural de competitividade da economia portuguesa.

A primeira corresponde ao aumento cumulativo da produtividade-valor (primado do “melhor” sobre o “mais”) reconhecendo que as principais dificuldades competitivas da economia portuguesa não correspondem tanto a problemas de produtividade física nas operações de transformação e produção (eficiência) mas, sobretudo, a problemas de posicionamento nas atividades com maior relevância nas cadeias de valor de satisfação de procura de empresas e de consumidores em mercados concorrenciais (eficácia).

A segunda corresponde ao desenvolvimento de novos fatores competitivos no terreno da competitividade não-custo (combinação específica de processos de inovação e de diferenciação indutores de maior valor acrescentado) reconhecendo que importa alargar e sistematizar organicamente um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico, mais liderantes ou mais seguidistas, nas diferentes e complexas atividades que permitem mobilizar conhecimento, cultura e criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e que, por ora, são ainda incipientes e fragmentadas na economia portuguesa.

A terceira corresponde à intensificação de uma ativa participação na globalização reequilibrando o balanço de ameaças e oportunidades (afetação prioritária de recursos às atividades de bens e serviços transacionáveis com uma redução do conteúdo importado das exportações e um aumento da capacidade nacional de satisfação da procura interna) reconhecendo que a reorientação da economia portuguesa para fora, mas a partir de dentro, que constitui uma prioridade decisiva para favorecer as condições de crescimento a prazo da economia portuguesa, exige uma mudança global na afetação dos recursos.

Entender o tempo concreto do ciclo 2014-2020

O quadro prospetivo da promoção da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa comporta, assim, dois elementos distintivos em relação à preparação dos anteriores quadros de utilização de fundos estruturais e de investimento comunitários.

Em primeiro lugar o tempo do ciclo 2014-2020 surge como um tempo de reestruturação e mudança e não como um tempo de adaptação e modernização, isto é, um tempo em que as políticas públicas precisam de ser formuladas de forma mais aberta e experimental priorizando, com clareza, as motivações de transformação estrutural sobre as motivações de adesão ao tecido económico vigente.

Em segundo lugar o ponto de partida do ciclo 2014-2020 surge marcado por uma situação económica e social de retrocesso em relação aos níveis de emprego, crescimento, investimento alcançados, pela economia portuguesa, durante o período em que efetivamente convergiu no espaço da União Europeia, isto é, uma situação onde importa construir uma estratégia de recuperação.

A promoção da competitividade só poderá ter sucesso se for estreitamente articulada com a promoção do reforço da internacionalização da economia portuguesa. O ciclo de programação estrutural 2014-2020 não pode, por isso, deixar de incorporar um objetivo de reequilíbrio estrutural da de balança de bens e serviços em articulação com um aumento significativo do valor acrescentado líquido exportado arrastado pelo progressivo ganho de peso das atividades diretas e indiretas de exportação e substituição de importações.

Garantir a coerência temática e territorial de uma agenda integrada de promoção da competitividade e da internacionalização

O sucesso do pleno aproveitamento em Portugal das oportunidades abertas pela renovação da política de coesão europeia deve seguir e concretizar os principais elementos de inovação e melhoria que elas comportam elegendo, em matéria de competitividade e internacionalização, quatro direções principais.

Em primeiro lugar situa-se a produção de um novo equilíbrio entre uma agenda temática e várias agendas estratégicas territoriais diferenciadas, combinando o contributo da agenda temática para a sustentação da resposta ao "como?" e o contributo das agendas estratégicas territoriais para a sustentação das respostas ao "onde?".

A valorização de uma agenda temática integradora dos esforços nacionais de promoção da competitividade, sobre a pulverização de múltiplas procuras setoriais e regionais, a valorização de agendas territoriais mais responsáveis e autónomas e, também, mais diversas nos caminhos e objetivos escolhidos, onde a promoção da competitividade se articula com os objetivos de coesão social e de sustentabilidade para garantir a convergência e a reinvenção da configuração dos programas operacionais regionais que devem passar a desempenhar uma função insubstituível de charneira entre "tema" e "território" constituem as três direções principais de construção daquele novo equilíbrio.

Em segundo lugar surge a produção de uma nova orientação prioritária dos instrumentos de política para os processos competitivos, para garantir maior eficácia na obtenção de resultados e evitar o surgimento de paradoxos relativos à debilidade do retorno estrutural dos investimentos induzidos.

Este novo equilíbrio deve corresponder a um claro movimento de secundarização dos elementos de orientação para as condições potenciais de competitividade (a envolvente, as infraestruturas e os equipamentos) que têm prevalecido na gestão dos fundos estruturais, a favor de uma clara emergência e afirmação dos elementos de orientação que permitam consagrar definitivamente a eleição dos resultados na melhoria sustentada da produtividade geradora de riqueza como o grande objetivo em matéria de competitividade.

Em terceiro lugar importa valorizar as empresas como protagonistas dos processos de melhoria da produtividade e da competitividade com consequências significativas, em termos orçamentais, no aumento dos recursos disponibilizados para as iniciativas e ações com envolvimento direto das empresas, num quadro de redistribuição favorável aos projetos cooperativos e desfavorável aos projetos estritamente individuais.

Não se trata apenas de reconhecer que são as empresas e não os projetos que concorrem nos mercados. Trata-se de reconhecer que a maior ou menor qualidade, orgânica e estratégica, das empresas portadoras dos projetos é uma das principais condições críticas de sucesso dos investimentos e ações incentivados.

Em quarto e último lugar perfila-se a necessidade de adotar uma perspetiva global da sustentabilidade, em linha com os objetivos do crescimento sustentável à escala europeia e com os esforços polarizados pela abordagem do desenvolvimento sustentável à escala internacional, superando as limitações de uma perspetiva estritamente ambiental.

Esta inflexão não só produziria níveis muito mais satisfatórios de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade como, sobretudo, permitiria ligar muito mais solidamente, a promoção da competitividade com a renovação dos modelos energéticos e de mobilidade (em direção a uma muito menor dependência do carbono) e com a regeneração urbana (em direção a centros mais dinâmicos e periferias mais qualificadas).

Assegurar um "governo" mais eficiente e, sobretudo, mais eficaz dos fundos europeus estruturais e de investimento afetados à promoção da competitividade e da internacionalização

Sucessivos e diversificados estudos de avaliação, incluindo o presente, têm chamado a atenção para a importância da qualidade do modelo de "governo" (articulação entre decisão, gestão e implementação), sem a qual, qualquer estratégia de programação, por melhor que seja, não poderá ter sucesso. Os níveis de eficiência e de eficácia na utilização dos fundos estruturais dependem decisivamente de uma efetiva articulação entre políticas públicas mais vastas e programas operacionais mais precisos e focalizados, por um lado, e de uma adequada formulação de objetivos e de processos próprios e específicos na sua prossecução, por outro lado.

Um guião de resposta rigorosa a esta questão comporta, pelo menos, cinco áreas muito relevantes de ação.

A primeira área centra-se na melhoria da pertinência na dimensão estratégica dos instrumentos de política pública de promoção da competitividade.

Esta pertinência obtém-se dando prioridade às respostas nos mercados aos novos desafios da globalização e da construção europeia onde se destaca o primado das ações estruturais (mudança qualitativa) com foco na competitividade não custo, a promoção a inovação e a diferenciação como fatores chave de decisão, reforçar mesmo a colaboração entre o mundo da ciência e o mundo das empresas na resposta às exigências dos mercados (produtos, tecnologias, materiais, a orientação dos incentivos para a exportação de recursos endógenos valorizados e de valor acrescentado em detrimento das exportações brutas e o reforço nos critérios de decisão a presença ativa nos mercados globalizados e a continuidade/ritmo das ações valorizando a internacionalização sobre a simples exportação.

A segunda área centra-se numa viragem efetiva do modelo de programação, aumentando a sustentabilidade e reduzindo as possibilidades de captura.

Esta viragem, programar para resultados em vez de programar para condições, programar para iniciativas em vez de programar para destinatários, traduz-se num maior rigor nas decisões de seleção através de uma melhor articulação entre a exigência no acesso (as condições de entrada) e a solidez na garantia de resultados (a definição de metas contratuais), na montagem de plataformas efetivas de convergência e colaboração permanente entre agentes mobilização do conhecimento e da criatividade para responder às necessidades identificadas nos mercados e superar o "paradoxo da inovação".

A reformulação global dos mecanismos de prémio (prémios apenas em caso de superação dos objetivos contratualizados e tanto mais relevantes quanto o nível dessa superação) poderia assumir nesta área um papel muito importante.

A terceira área centra-se na otimização da relevância das ações, antecipando e integrando a natureza da conjuntura de execução. Esta otimização ganharia com a articulação entre a programação estrutural com as trajetórias de recuperação económica depois da conclusão do Programa de Auxílio Económico e Financeiro a Portugal, nomeadamente através da compatibilização do arranque dos programas com medidas específicas (fiscalidade, contratação, formação, concorrência) destinadas capitalizar as empresas, em especial as PME inseridas na internacionalização, e a recuperar a capacidade de investimento empresarial.

A quarta área centra-se na melhoria da eficiência na dimensão operacional, utilizando as “lições de experiência” do COMPETE para montar processos que aumentem drasticamente a probabilidade de sucesso.

Esta melhoria beneficiaria com a manutenção e reforço da rede colaborativa de competências técnicas operacionalizada ao longo dos dois últimos períodos de programação, independentemente da configuração concreta dos modelos de gestão no novo ciclo 2014-2020, bem como com o reforço da capacidade de indução e facilitação de iniciativas qualificadas em articulação com a permanência de uma lógica de concursos orientados em janelas temporais limitadas.

A incorporação das tendências prevaletentes na evolução da economia mundial, nomeadamente as lógicas de cadeia de valor fragmentada e de valor partilhado, permitiria, também alcançar níveis mais elevados de eficiência aprofundando experiências como as dos polos competitivos e *clusters*, desbravando novos instrumentos simplificados de demonstração e de ação coletiva colaborativa com fortes efeitos de *spill-over*.

A quinta e última área centra-se na melhoria da eficácia na dimensão operacional visando garantir a coerência global das dimensões territoriais na dimensão temática e privilegiar a lógica do mérito sobre a lógica da quantidade.

Esta melhoria depende, em primeiro lugar, de uma adequada articulação entre a promoção dos objetivos temáticos (competitividade e internacionalização) e a prossecução dos objetivos territoriais (convergência), sem os confundir, nomeadamente, com opções de afetação de fundos ou critérios de poder de decisão, isto é, valorizando a descentralização territorial diversificada como fator identitário de desenvolvimento e promovendo a centralização temática como fator crítico de sucesso na globalização.

Esta melhoria depende, em segundo lugar, do reconhecimento da relevância da descentralização territorial, muito em especial, para as iniciativas de valorização de recursos endógenos, para os projetos de investimento onde o património, a cultura e a criatividade têm um papel determinante (turismo e não só) e para os projetos onde as lógicas de eficiência coletiva tenham adquirido ou possam adquirir forte sustentabilidade.

Esta melhoria depende, em terceiro lugar (*last but not least*), do princípio da disputa concorrencial dos recursos afetos, quer pelo setor privado, quer pelo setor público, em condições de efetiva transparência e adequada combinação da verificação do cumprimento das condições objetivas de acesso e das condições de mérito absoluto indispensáveis para qualquer projeto (viabilidade económica e financeira, incorporação suficiente do estado da arte nos atributos de conteúdo) com a determinação do respetivo mérito relativo no contributo para a prossecução dos objetivos de política pública e dos objetivos específicos das estratégias que os acolhem. O reforço da seletividade justifica-se como suporte da eficácia das ações e projetos e esta só pode ser medida pelo contributo para objetivos de política pública e/ou estratégias temáticas ou territoriais partilhadas por agentes públicos, privados e sociais.

Recomendações transversais

Cuidar da plena concretização do potencial dos projetos apoiados pelo COMPETE

Em termos genéricos e tendo em conta a constatação de que, face à conjuntura, os efeitos do COMPETE não se terão materializado de forma plena, importa contemplar no período remanescente do COMPETE mas, fundamentalmente, no próximo período de programação, instrumentos de apoio que permitam o acompanhamento aos promotores apoiados pelo COMPETE para que o potencial de transformação estrutural e de desempenho presente nos projetos apoiados não seja perdido.

Estimular as sinergias entre as ações desenvolvidas “dentro” e “fora” das regiões de convergência para ampliar os efeitos indiretos e induzidos e aproveitar as competências disponíveis

O chamado efeito de *spill-over* não esgota a relação entre regiões convergência e regiões não convergência nos efeitos dos projetos. Os projetos com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência devem poder continuar a contar com a demonstração desse efeito de forma rigorosa e excecional, mas devem ser perspetivadas novas formas de colaboração, nomeadamente na relação entre instituições de ciência e tecnologia e entre centros de saber, e de ambos com o mundo empresarial, em parcerias e/ou aquisições de serviços que permitam uma pleno aproveitamento dos recursos das regiões não convergência, sobretudo quando nelas se aglomeram competências muito relevantes para o desenvolvimento dos projetos.

Induzir procuras mais qualificadas

Para aumentar o impacto das intervenções, é fundamental assegurar a indução de "procuras" mais qualificadas e um maior foco nos setores identificados como centrais no quadro das estratégias de especialização inteligente. É também importante o reforço da seletividade - a concretizar, ao nível dos regulamentos e, sobretudo, dos Avisos de Abertura de Concurso, pela utilização de critérios mais rigorosos e restritivos de elegibilidade, seleção e hierarquização de candidaturas em matéria de privilégio às atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, ao negócio internacional e aos sectores transacionáveis, à substituição de importações e ao enquadramento dos projetos em polos de competitividade e/ou *clusters* de base territorial já constituídos ou a constituir, numa lógica virtuosa *bottom-up*, em função de dinâmicas próprias, massa crítica e capacidade de iniciativa e investimento existentes "no terreno" -, ou uma maior concentração dos apoios nas fases iniciais do ciclo de vida dos projetos, acompanhando mais de perto os promotores no desenvolvimento das ideias e na configuração e desenvolvimento estratégico dos projetos.

Melhorar a complementaridade dos instrumentos para aumentar os efeitos estruturais

Também a questão da complementaridade interna dos diversos instrumentos deve ser mais acautelada no próximo período de programação, nomeadamente promovendo a ligação da I&D e da Inovação com o mercado ou contemplando um papel mais ativo para instrumentos como a engenharia financeira ligando-os às prioridades estratégicas de transformação estrutural.

Recomendações programáticas

Favorecer uma maior articulação entre as lógicas de "empresa" e de "projeto"

Tendo em vista maximizar a eficácia e a eficiência dos apoios públicos neste domínio, deve ser ponderada em termos de conceção do programa a possibilidade de dar maior relevância à lógica de empresa enquanto entidade destinatária das intervenções. Se em termos operacionais o projeto poderá ser a unidade de análise dos apoios, a capacidade dos instrumentos de política acompanharem os ciclos de investimento dos promotores pode contribuir para aumentar a eficácia das intervenções.

Nesse sentido devem ser criados mecanismos que promovam articulação mais efetiva entre os esforços de capacitação das pessoas e empresas, via FSE, e os investimentos integrados de qualificação, I+D+I e internacionalização, via FEDER, e a possibilidade de mobilização de diversos instrumentos em fases diversas dos ciclos de investimento das empresas, dando corpo à lógica plurifundo dos novos Programas Operacionais - o "casamento" da experiência dos vales, enquanto instrumento simplificado de acesso a competências (I&D, inovação, internacionalização, formação, empreendedorismo, etc.), com os projetos de investimento é, neste contexto, particularmente enriquecedor. O carácter simplificado deste tipo de instrumento, a par dos baixos montantes de apoio que lhe estão associados, permite fazer intervenções muito alargadas, sem dotações nem custos burocráticos e administrativos significativos.

Reforçar a orientação para os fatores competitivos mais avançados aumentando a seletividade

O COMPETE já orientou, em termos de foco, a procura dirigida ao sistema para as lógicas de intervenção mais interessantes, importante agora seria aumentar a seletividade e contemplar, para além de instrumentos que apoiem a intensificação da exploração dos fatores competitivos avançados por parte das unidades mais dinâmicas, também os que promovam a adoção dessas estratégias por parte de empresas que ainda não o fazem, sendo que a natureza dos instrumentos mais eficazes para cada um dos objetivos é frequentemente distinta.

Alargar significativamente a inserção do tecido empresarial na economia baseada no conhecimento

A problemática da promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo deve continuar a constituir uma aposta com a magnitude e a ambição significativas verificadas no COMPETE. Em matéria de aumento da I&D empresarial, o sucesso desta aposta exige um esforço futuro redobrado de indução de mudança estrutural nestas regiões, seja pela via da promoção mais voluntarista do empreendedorismo qualificado seja pela instigação de investimentos produtivos com significado (incluindo IDE) em setores de atividade mais intensivos em tecnologia ou conhecimento.

A simplificação do instrumento "Vales" e uma maior generalização do seu uso nos domínios da investigação e da transferência de tecnologia, associando-lhe um processo de financiamento muito simples e de curto prazo (6-12 meses), dirigido a projetos orientados para a experimentação de novos conceitos e ideias (designadamente provas de conceito, protótipos e análises de mercado), exigindo que os mesmos sejam contratualizados com parceiros tecnológicos de referência e devidamente qualificados, são instrumentos a privilegiar. Ainda em matéria de I&D, sugere-se a continuidade de uma forte priorização à I&D em co-promoção e a indução de uma maior ambição nos projetos mobilizadores, dirigindo-os sobretudo para o apoio de projetos arriscados e voluntaristas, que comportem elevado potencial para induzir mudanças estruturais no perfil de especialização da economia e que sejam capazes de atrair e envolver atores (nacionais ou estrangeiros) que ocupem posições estratégicas de relevo em cadeias de valor globais intensivas em tecnologia e conhecimento.

O maior voluntarismo proposto deve ser levado a cabo sob o chapéu de uma nova lógica de promoção da eficiência empresarial coletiva que procure a emergência de novos sectores ou a assunção de riscos fora do alinhamento tradicional dos sectores de especialização tradicional da nossa economia, em forte consonância com as estratégias de especialização inteligente que vierem a ser estabilizadas no contexto do próximo período de programação.

A respeito do empreendedorismo qualificado, impõe-se também uma maior ambição do Programa, sobretudo pelo alargamento e aprofundamento das vias polarizadas no capital de risco e nos *business angels*. Ao nível da promoção inovação de produto e de processo, impõem-se para o futuro uma maior seletividade nos apoios a conceder em torno de atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento, portadoras de uma forte orientação para os mercados internacionais e de uma elevada incorporação de valor acrescentado nacional nas exportações.

Continuar a apoiar os esforços no domínio da Ciência e da Tecnologia melhorando o seu contributo para a competitividade empresarial estrutural

No domínio do apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico quer para o período restante de vigência do COMPETE quer para o próximo período de programação, é fundamental a manutenção de um instrumento do tipo SAESCTN com uma dotação financeira adequada, a fim de não se interromper a trajetória de consolidação do subsistema de Ciência e Tecnologia em Portugal e, em particular, nas regiões de convergência. Embora não seja de encerrar a oportunidade para concursos em todas as áreas científicas e para projetos de pequena dimensão, entende-se como necessário, por um lado, evitar a excessiva fragmentação dos apoios à investigação e, por outro lado, aumentar a oportunidade para concursos temáticos e de maior orientação estratégica.

A exemplo do já observado nos “Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público” e do previsto na tipologia “Programas Integrados de IC&DT” (esta última com um concurso nos PO regionais), deve ser dada uma maior expressão a tipologias que permitam a formatação de projetos por linha de investigação, de maior dimensão financeira e horizonte temporal mais alargado, reduzindo-se os custos de transação gerados por um muito elevado número de candidaturas.

Por outro lado, existe ainda uma elevada margem para aumentar a orientação estratégica induzida pelos concursos, contrariando uma excessiva lógica “*bottom up*”. Para além da manutenção de concursos temáticos dirigidos a projetos enquadrados em acordos de cooperação entre Portugal e centros de conhecimento de referência mundial, considera-se desejável a definição de prioridades – a consensualizar entre o Governo / FCT e as principais organizações do subsistema de C&T – articuladas tanto quanto possível com as prioridades das estratégias de especialização inteligente a nível nacional e a nível regional, bem como com as EEC relacionadas com as referidas estratégias.

Ainda que não pareça desejável alimentar uma expectativa imediatista quanto à apropriação de resultados, por parte da economia, decorrentes das atividades de C&T de matriz académica (sendo que existem outros instrumentos mais formatados para promoverem essa articulação, tais como o SI I&DT em co-promoção e os projetos mobilizadores), as estratégias de especialização inteligente – sendo consensualizadas e assumidas pelos diferentes agentes do sistema de inovação – poderão igualmente ser o quadro gerador de uma maior articulação entre o subsistema de C&T e o sistema de inovação como um todo.

Estimular os projetos e ações de colaboração entre empresas e entidades e serviços de suporte

Uma abordagem global à problemática da competitividade deve valorizar lógicas coletivas, envolvendo empresas, pessoas, profissionais, entidades prestadoras de serviços avançados de suporte e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional - de que são exemplo os projetos conjuntos, os projetos em co-promoção, os projetos mobilizadores e demonstradores, os vales alargados, que permitem, no essencial, entrosar empresas com infraestruturas de suporte à competitividade empresarial, colmatar as falhas em recursos, particularmente das PME, criar um mercado de serviços técnicos, tecnológicos e de formação para as entidades prestadoras de serviços avançados à competitividade e para as entidades do SCTN e promover, de forma mais efetiva, projetos de valorização económica de I&D realizada e de transferência de tecnologia.

Nesta matéria, importa ainda acarinhar e promover, ao nível do desenho dos diferentes instrumentos de política pública, as atividades de disseminação e demonstração tecnológica, que se revelam cada vez mais importantes a nível internacional e europeu, havendo, a este propósito, que recuperar e repensar a figura das antigas ações de demonstração.

Aumentar a eficácia da utilização dos fundos estruturais na captação de IDE estruturante

Dada a relevância que o IDE pode assumir na promoção da competitividade e internacionalização, uma grande ênfase deve ser colocada na necessidade de melhorar a eficácia da utilização dos fundos estruturais na captação de IDE de natureza estruturante, com escala e reprodutiva, com fortes efeitos de arrastamento noutros setores de atividade e na competitividade e internacionalização de PME. Neste contexto deverá ser reforçado o objetivo estratégico da redução dos custos de contexto, enquanto fator fundamental na captação de investimento, para o que importa definir prioridades de política pública dirigidas a setores de intervenção críticos, como são exemplos a Justiça e a Educação, Ciência e Tecnologia.

Equilibrar as dinâmicas de aprofundamento e alargamento na internacionalização, melhorando o perfil de especialização e fomentando a diversificação de mercados

Nas abordagens às questões da internacionalização um maior enfoque deve também ser colocado em intervenções de natureza mais coletiva (particularmente importantes em ações de *widening*), envolvendo, numa lógica valorizadora de estratégias de eficiência coletiva, dado que nesse âmbito o processo de aprendizagem pode ser muito facilitado e potenciado. Esta atenção às lógicas *widening* não deve limitar a manutenção da promoção da internacionalização das empresas por vias diretas e individualizadas seguindo uma lógica *deepening* no caso das empresas com alguma experiência nos mercados externos.

Os elevados impactos potenciais e efetivos identificados em matéria de reforço da orientação para os mercados internacionais associados a projetos apoiados em sectores intensivos em tecnologia, inovação e criatividade torna recomendável que no futuro se foquem os apoios neste tipo de atividades, mas sempre através de uma particular atenção às atividades com maior valor acrescentado nacional nas exportações e, eventualmente, a atividades com algum carácter estratégico e emergente ou onde o grau de penetração das importações seja significativo. Deve ser também explorada a utilização destes instrumentos de apoio para a reorientação para mercados internacionais de setores onde o mercado doméstico tenha perdido duradouramente parte do seu dinamismo (como na cadeia de valor da construção) ou para o desenvolvimento de projetos de investimento em Portugal em novos segmentos da procura doméstica que contribuam para novos objetivos estratégicos (reabilitação urbana e prossecução de objetivos no referencial das cidades criativas e inteligentes).

As agências públicas com responsabilidade na internacionalização da economia portuguesa podem potenciar o seu papel com reforço da participação nos instrumentos de natureza coletiva, quer em termos de participação direta através de projetos próprios no domínio em apreço quer de envolvimento em projetos liderados por outras entidades, designadamente associações empresariais e entidades representativas de polos/clusters.

Conceber instrumentos pertinentes, adequados e eficazes

Na conceção dos instrumentos deve ser dada particular atenção às necessidades dos agentes e às condições do mercado para evitar desenhar instrumentos que ou não respondem a necessidades ou não são competitivos e por isso não são depois mobilizados. Nomeadamente em instrumentos do tipo do INVESTE QREN é importante que as condições sejam aproximadas às de instrumentos públicos ou privados similares sob pena de o mesmo não ser competitivo.

Na conceção das intervenções deve também ser dada atenção à dimensão financeira, contemplando um conjunto desejavelmente mais articulado e integrado de mecanismos de apoio ao investimento de base empresarial, envolvendo sistemas de incentivos financeiros, capitais de risco, garantias, contragarantias e caucionamento mútuo, na facilitação do acesso ao capital alheio, e incentivos fiscais, tendo em consideração que a melhoria do desempenho competitivo da economia nacional passará, necessariamente, pelo aumento significativo da produtividade e inovação nas empresas e por níveis acrescidos de integração e orientação para os mercados internacionais e pela correção das atuais dificuldades em matéria de financiamento do investimento empresarial (seja ao nível de capitais próprios, de acesso competitivo aos capitais alheios, seja ainda de alguma desadequação dos instrumentos de engenharia financeira disponíveis, sobretudo para financiamento de projetos de expansão e consolidação de posições nos mercados internacionais).

Promover uma revisão sensível dos modelos de financiamento dos projetos

A programação 2014-2020 deve assentar numa revisão sensível dos modelos de financiamento que suportam as diferentes políticas públicas plurifundo, privilegiando-se, cada vez mais, lógicas articuladas e sinérgicas de capital de risco, *business angels*, crédito bonificado, microcrédito, incentivos reembolsáveis isentos de juro, convertíveis em capital em função dos níveis de execução e desempenho atingidos nos projetos, e a utilização da política fiscal como instrumento ao serviço da capacitação e da criação de riqueza, restringindo os incentivos a fundo perdido às intervenções associadas com a provisão dos bens e serviços públicos e de mérito, geradoras de externalidades positivas importantes, que permitam a ultrapassagem de falhas inequívocas de mercado, particularmente na área da I&DT, ou que tenham um indiscutível mérito estrutural excecional.

Na diversificação das fontes de financiamento, um forte enfoque deve ser colocado na criação, afirmação e/ou consolidação de fundos de investimento e/ou de capital de risco, concretizados, sobretudo, numa lógica *demand-driven*, de resposta a falhas de mercado previamente identificadas, bem dimensionados financeiramente, alavancados por capitais privados, nacionais e internacionais, e por fundos públicos especializados, indutores de lógicas de *full risk taking*, para apoio não só a projetos de *start-up* intensivos em conhecimento e tecnologia, mas também a operações de maior dimensão de qualificação e redimensionamento empresarial, de inovação e expansão internacional. É fundamental continuar a prever, no quadro da engenharia financeira, os mecanismos de garantia, contragarantia e caucionamento mútuo, cofinanciados.

Prosseguir os esforços de redução dos custos de contexto

A questão da diminuição dos custos de contexto, qualidade dos serviços públicos e aumento da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública deve continuar a merecer uma atenção no quadro dos instrumentos de política pública de promoção da competitividade, considerando-se que, pela eficácia que têm alcançado e pelo efeito positivo que geram ao nível da qualidade dos serviços públicos e da eficiência e racionalização de custos, os projetos que visam a promoção do uso intensivo de TIC, permitindo uma administração em rede, deverão manter-se como uma aposta clara no próximo período de programação.

Recomendações operacionais

Reforçar o acompanhamento da montagem e execução dos projetos

No quadro das recomendações operacionais um primeiro elemento importante prende-se com a necessidade de promover ou reforçar o acompanhamento da execução dos projetos, com especial enfoque no caso dos projetos de maior dimensão, no sentido de garantir a efetiva concretização da totalidade do investimento e das metas de execução assumidas pelos promotores dos projetos apoiados. A fixação das metas deve ser objeto de algum cuidado para não criar expectativas ou exigências irrealizáveis sobre a gestão do programa que podem resultar até num desvirtuar dos seus propósitos. Num quadro de foco nos resultados, é fundamental a gestão melhorar o quadro operacional no sentido de acompanhar os promotores para ter informação sobre os resultados dos projetos. Para evitar a necessidade de duplicação de esforços podem ser contemplados mecanismos de articulação com o sistema estatístico nacional no sentido de ter informação regular sobre as unidades tratadas.

Simplificar o quadro regulamentar e garantir a transparência

Um maior enfoque deve ser colocado no desenvolvimento de um quadro regulamentar e administrativo mais flexível, simplificado e desburocratizante no relacionamento com os promotores, com menos investimento "à cabeça" e um acompanhamento físico mais efetivo das estratégias e dos ciclos de investimento, particularmente dos promotores bem implantados nas respetivas atividades e/ou *clusters*, com estratégias claramente orientadas para a inovação e criação de valor e para o reforço de posições nos mercados internacionais, desde a fase prévia à apresentação da candidatura, passando pela sua preparação e contratualização, até à sua execução e conclusão, avaliando-se e otimizando-se resultados e impactos.

Tal enfoque poderá significar uma maior especialização do papel, atribuições e competências neste domínio dos organismos intermédios, privilegiando a sua afirmação efetiva enquanto agências públicas de promoção da competitividade e internacionalização empresarial, orientando, nesse sentido, alguns exclusivamente para a identificação e apoio ao desenvolvimento de ideias que podem vir a configurar bons projetos e para o acompanhamento estratégico na fase de execução e desenvolvimento dos mesmos, enquanto parceiros dos promotores e das suas estratégias, e outros exclusivamente para a gestão executiva dos diferentes instrumentos de política pública definidos e implementados. Neste domínio seriam muito importantes a simplificação e flexibilização de algumas das regras impostas pelo FEDER no desenho e operacionalização dos mecanismos de engenharia financeira, que têm condicionado uma adesão mais forte a estes instrumentos por parte sobretudo dos seus destinatários.

Melhorar a aderência aos ciclos de investimento pela flexibilidade e especificação de critérios

Deve ser colocado enfoque no lançamento numa base regular, atempada e programada dos avisos de abertura de concurso, salvaguardando o papel organizador, planificador e estabilizador dos sistemas de incentivos na formação das expectativas e intenções empresariais de concretização de investimentos e facilitando a organização e programação dos trabalhos nos organismos intermédios e nas autoridades de gestão.

No quadro da seleção dos projetos, sempre que possível, deve-se procurar relativizar as notações dos projetos empresariais, ao nível dos critérios de elegibilidade e de seleção definidos nos diferentes sistemas de incentivos, com referenciais sectoriais para os indicadores utilizados. A valorização do impacto territorial da empresa e do projeto deve ser reforçada enquanto critério de notação.

Ganhar eficiência nas ações coletivas pelo reequilíbrio dos meios públicos e privados envolvidos

As redes e ações coletivas devem ser mantidas, dado que constituíram um mecanismo de apoio que se revelou muito relevante. No entanto fará sentido procurar um novo equilíbrio para o futuro em que se privilegie uma melhor cobertura dos apoios a atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento no âmbito deste tipo de instrumentos contrariando a excessiva focagem atual dos projetos SIAC e dos Projetos Conjuntos em matéria de promoção da internacionalização em torno dos sectores tradicionais. Por outro lado parece desejável aumentar a seletividade associada ao SIAC, evitando-se uma profusão de projetos sem escala e/ou com uma insuficiente focagem ao nível do domínio de intervenção e dos objetivos. Deve ainda ser ponderada a criação por projeto de uma figura do tipo perito-relator, que seria indicado pela agência governamental com competências no domínio de intervenção, cuja atividade englobaria a auscultação dos destinatários finais quanto a impactos em matéria de competitividade.

Orientar a modernização administrativa para os resultados que configuram um quadro facilitado para a iniciativa empresarial

Os projetos apoiados pelo SAMA devem estar enquadrados em regras de contratação pública que lhes garantam maior celeridade e simplicidade na realização das despesas dos projetos, assim como maior agilidade na contratação dos mesmos, garantindo, em simultâneo, o rigor na análise e seleção dos projetos. Devem estar enquadrados num regime orçamental que permita maior flexibilidade na realização das despesas dos projetos (para fazer face, nomeadamente, ao caráter plurianual dos mesmos) e deve ser assegurado o consenso necessário sobre os objetivos estratégicos e as linhas de intervenção a seguir durante todo o período de programação, independentemente dos ciclos governativos.

Centrar a política de comunicação na convergência de iniciativas e ações focalizadas pelos resultados pretendidos

Dado que uma comunicação adequada assume grande relevância para potenciar o impacto das intervenções, considera-se que é importante implementar uma abordagem dinâmica na divulgação de bons resultados de projetos apoiados, envolvendo os beneficiários na apresentação do conteúdo do projeto, dos resultados obtidos e do impacto alcançado. Uma comunicação mais efetiva, programada e organizada das potencialidades e virtualidades de instrumentos como por exemplo o capital de risco e, particularmente, os *business angels*, tendo em atenção a juventude destes instrumentos, deveria ser também priorizada. Recomenda-se ainda uma melhor articulação do COMPETE com outros agentes de comunicação dos sistemas de apoio, assegurando maior uniformidade no tratamento da informação e eficácia na perceção da mesma.

Sumário Executivo	i
Introdução	1
1. Âmbito e objetivos da avaliação	2
1.1. O objeto de avaliação	2
1.2. Objetivos da avaliação e contexto de implementação do Programa	5
2. Metodologia	7
2.1. Os instrumentos e métodos de avaliação	9
2.2. As limitações da avaliação	14
2.3. O quadro temporal da avaliação	15
3. Questões Globais	17
3.1. G1: O desempenho do COMPETE em matéria de realizações e resultados e satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do COMPETE?.....	17
3.2. G2: Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável?	21
3.3. G3: As intervenções apoiadas estão a conduzir a efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do COMPETE?	26
3.4. G4: As realizações e os resultados verificados poderiam ser alcançados com menos recursos?	28
4. Questões Específicas	30
4.1. E1: Qual o contributo do COMPETE para a qualificação do tecido produtivo, por via do upgrading do perfil de especialização e dos modelos empresariais?	30
4.2. E2: Qual o contributo do COMPETE para uma maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável?	35
4.3. E3: Contributo para a qualificação da Administração Pública e eficiência da ação do Estado	41
4.4. E4: Qual o contributo do COMPETE para a promoção de uma economia baseada no fomento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo?	45
5. Questões Temáticas	50
5.1. T1: Qual o contributo do COMPETE em matéria de financiamento e partilha de risco?.....	50
5.2. T2: SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	53
5.3. T3: Redes e Ações Coletivas (SIAC)	60
5.4. T4: Política de Comunicação.....	66
6. Questões de Programação	70
6.1. P1: Efeito de Incentivo: Em que medida os apoios atribuídos aos projetos apoiados determinaram a sua dimensão/ rapidez/ localização?.....	70
6.2. P2: Modelo de Financiamento: Em que medida os modelos de financiamento adotados (incentivo reembolsável, incentivo não reembolsável e engenharia financeira) estão adequados aos instrumentos de apoio?.....	74
6.3. P3: Efeito spill-over: Qual o efeito nas regiões convergência dos projetos com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência?.....	76
7. Conclusões e recomendações.....	78
7.1. Um enquadramento para as recomendações: as grandes questões/desafios para o período 2014-2020	78
7.2. Das Conclusões às Recomendações para o período remanescente de implementação do COMPETE e para o próximo período de programação	84
8. Referências bibliográficas e eletrónicas	96
ANEXOS	98
Anexo A. Instrumentos de recolha e análise de informação.....	99
A.1 Caracterização temporal e especificação dos processos de recolha de informação através de entrevistas, focus group e estudos de caso.....	99
A.2 Caracterização do universo dos respondentes aos inquéritos	102
A.3 Instrumentos de notação dos inquéritos	105

Anexo B. Análise de desempenho a partir dos indicadores do Programa.....	135
Anexo C. Contributo para os objetivos do COMPETE e eficiência	147
C.1 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de qualificação do tecido produtivo	147
C.2 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa.....	149
C.3 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação	151
C.4 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas em matéria de emprego	153
C.5 Indicadores de eficiência.....	154
Anexo D. Sistemas de incentivos no COMPETE: caracterização e resultados	156
D.1 Caracterização dos projetos apoiados por tipo de SI, por linhas estratégicas e por fatores competitivos e sua relação com o foco estratégico dos seus promotores	156
D.2 Caracterização setorial dos projetos apoiados.....	158
D.3 Comparação entre o universo setorial apoiado e o universo setorial potencialmente apoiável do Programa	164
D.4 Caracterização territorial dos projetos apoiados	168
D.5 Caracterização do tipo de promotor dos projetos apoiados	170
D.6 Tipologias de investimento e de despesa e nível de enquadramento no universo RCI.....	175
D.7 Resultados potenciais dos projetos apoiados	189
D.8 Resultados dos projetos apoiados: aproximação pelo inquérito realizado.....	193
D.9 Análise fatorial	201
Anexo E. Contributo do COMPETE para o reforço da orientação para o exterior	206
E.1 Qual o contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais, nomeadamente em domínios de maior intensidade tecnológica?	208
E.2 A prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras no âmbito dos concursos lançados contribui de forma significativa para os objetivos estratégicos do Programa?	219
E.3 Qual o contributo do COMPETE para o aumento do valor acrescentado nacional nas exportações e para a substituição de importações?	220
E.4 Quais os efeitos e resultados no reforço da internacionalização dos setores/ empresas decorrentes das ações coletivas (SIAC) e dos Projetos Conjuntos, atendendo à especificidade dos dois instrumentos?	222
Anexo F. Contributo do COMPETE para a qualificação da Administração Pública e eficiência do Estado.....	229
F.1 Contextualização	229
F.2 Caracterização dos projetos aprovados.....	229
Anexo G. Contributo do COMPETE para a promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação.....	248
G.1 Qual o contributo do COMPETE para o aumento das despesas em I&DT empresarial?	248
G.2 Qual o contributo do COMPETE para o reforço da articulação entre empresas e centros de saber, e para a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas (projetos individuais e coletivos)?	251
G.3 Qual o contributo do COMPETE para o reforço do empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico?	256
G.4 Qual o contributo do COMPETE para a criação de novos produtos e processos?	257
G.5 Qual o contributo do COMPETE para a evolução dos indicadores internacionais de inovação e competitividade, de forma particular no setor empresarial?	258
Anexo H. Financiamento e partilha de risco da inovação	262
H.1 Linhas estratégicas, fatores competitivos e impactos das intervenções apoiadas pelos fundos de capital de risco e sociedades de business angels promovidos pelo COMPETE nas empresas destinatárias.....	262
H.2 Caracterização do universo empresarial das linhas de crédito bonificado (PME Investe I e II) e linhas estratégicas, fatores competitivos e impactos das intervenções apoiadas	265
H.3 Composição do investimento aprovado nas linhas de crédito bonificado (PME Investe I e II)	270
H.4 Resultados potenciais dos projetos apoiados pelas linhas de crédito bonificado (PME Investe I e II)	271
Anexo I. SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional ..	274
I.1 Objetivos e tipologias à luz do Regulamento Específico	274
I.2 Concursos realizados e encerrados até 31/12/2012.....	275
I.3 Caracterização global dos projetos aprovados	277
Anexo J. SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas.....	294
J.1 Objetivos e tipologias à luz do Regulamento Específico	294
J.2 Regulamento Específico, revisões e alterações.....	295
J.3 Concursos.....	295
J.4 Caracterização global dos projetos aprovados	298

J.5	Inquérito aos promotores	304
Anexo K.	Política de comunicação	314
Anexo L.	Nível de adicionalidade dos Sistemas de Incentivos do COMPETE.....	320
Anexo M.	Estudos de Caso	326
M.1	Estudo de caso Nº 1 - SI Inovação 001943 - MEGA PTA.....	327
M.2	Estudo de caso Nº 2 - SI Inovação 001118 - Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação.....	329
M.3	Estudo de caso Nº 3 – Projetos SI QPME/Projetos Conjuntos 022730 e SIAC 016994 - Promoção da Imagem e Internacionalização da Fileira do Calçado Português.....	333
M.4	Estudo de caso Nº 4 - SI QPME 000803 - ADIRA 2009 – Desenvolvimento e internacionalização.	343
M.5	Estudo de caso Nº 5 – SI I&DT 013856 - TOOLING EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho	346
M.6	Estudo de caso Nº 6 - SI Inovação 007844 - Measurewatt - If You Can Not Measure It, You Can Not Improve It.....	356
M.7	Estudo de caso Nº 7 - FINOVA 016135 - FCR Capital Criativo II.....	359
M.8	Estudo de caso Nº 8 – SAESCTN 022718 - Projeto Estratégico - LA 2 - 2011-201	365
M.9	Estudo de caso Nº 9 – SAMA 1922 – Sistema Integrado de Apoio ao Contribuinte.....	369
M.10	Estudo de caso Nº 10 – SIAC 005753 – Plano de promoção externa 2008/2009	377
M.11	Estudo de caso Nº 11 – SIAC 005237 – Reinformetal I e SIAC 17057 – Reinformetal Plus	383
M.12	Estudo de caso Nº 12 – SIAC 005187 – Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial (MDSIE)	392
Anexo N.	Exercícios de <i>Benchmarking</i> Internacional.....	398
N.1	Análise da utilização de instrumentos de engenharia financeira	398
N.2	Apoios ao Sistema Nacional de Investigação e Inovação da República Checa.....	418

Índice de quadros

QUADRO 1 EIXOS PRIORITÁRIOS DO COMPETE E PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/DESTINATÁRIOS.....	2
QUADRO 2 ARTICULAÇÃO ENTRE OBJETIVOS DO PROGRAMA E INSTRUMENTOS	3
QUADRO 3 Nº DE PROJETOS, INVESTIMENTO E FUNDO COMUNITÁRIO POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO (2012)	4
QUADRO 4 FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO, TAXAS DE COMPROMISSO E EXECUÇÃO (31/12/2012).....	5
QUADRO 5 GRANDES GRUPOS DE QUESTÕES DE AVALIAÇÃO.....	6
QUADRO 6 NÚMERO DE PROJETOS SUJEITOS AO PROCESSO DE INQUIRição DOS PROMOTORES.....	10
QUADRO 7 NÚMERO DE PROJETOS SUJEITOS AO PROCESSO DE INQUIRição DOS DESTINATÁRIOS.....	10
QUADRO 8 Nº DE INQUÉRIDOS E TAXAS DE RESPOSTA, POR INQUÉRITO	11
QUADRO 9 FOCUS GROUP/WORKSHOPS REALIZADOS E ARTICULAÇÃO COM AS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	12
QUADRO 10 ESTUDOS DE CASO REALIZADOS – PROMOTOR E INSTRUMENTO DE SUPORTE	12
QUADRO 11 INDICADORES DO PROGRAMA OPERACIONAL QUE NÃO ATINGIRAM AS RESPECTIVAS METAS 2015.....	17
QUADRO 12 PERSPETIVAS QUANTO AO ALCANCE EFETIVA DAS METAS PARA OS INDICADORES DE RESULTADO DO EIXO 2	19
QUADRO 13 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES NO UNIVERSO TRATADO E NÃO TRATADO ENTRE 2007 E 2011	23
QUADRO 14 PERSISTÊNCIA NO TEMPO DOS EFEITOS GERADOS PELO PROJETO SOBRE A EVOLUÇÃO DA EMPRESA	25
QUADRO 15 EXISTÊNCIA DE DESVIOS ENTRE O PREVISTO E O EXECUTADO NO ÂMBITO DOS PROJETOS APOIADOS	27
QUADRO 16 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO - SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	34
QUADRO 17 VANTAGENS E INCONVENIENTES DA DESCENTRALIZAÇÃO NA PROVISÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À COMPETITIVIDADE	60
QUADRO 18 ESTUDOS DE CASO SIAC – ASPETOS RELEVANTES DOS OUTPUTS GERADOS E DOS IMPACTOS NAS EMPRESAS ALVO.	64
QUADRO 19 NÍVEL DE ADICIONALIDADE (INVESTIMENTO NOVO + INVESTIMENTO AUMENTADO) POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA, SETOR, REGIÃO E NÍVEL DE ANTIGUIDADE DO PROMOTOR	71
QUADRO 20 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS UTENTES QUE UTILIZARAM EFETIVAMENTE OS SERVIÇOS APOIADOS PELO SAMA.....	77
QUADRO A. 1 ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE O PROCESSO AVALIATIVO	99
QUADRO A. 2 ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE O PROCESSO AVALIATIVO - ESTUDOS DE CASO	100
QUADRO A. 3 FOCUS GROUP/WORKSHOPS REALIZADOS – TEMÁTICAS, LOCAL E DATA DE REALIZAÇÃO	100
QUADRO A. 4 UNIVERSO DE RESPONDENTES E UNIVERSO DE INQUIRIDOS: INVESTIMENTO ELEGÍVEL RÁCIO ENTRE INV. ELEGÍVEL RESPONDENTES / INV. ELEGÍVEL INQUIRIDOS	102
QUADRO A. 5 UNIVERSO DE RESPONDENTES E UNIVERSO DE INQUIRIDOS: SETOR RÁCIO ENTRE INV. ELEGÍVEL RESPONDENTES / INV. ELEGÍVEL INQUIRIDOS	102
QUADRO A. 6 UNIVERSO DE RESPONDENTES E UNIVERSO DE INQUIRIDOS: REGIÃO RÁCIO ENTRE INV. ELEGÍVEL RESPONDENTES / INV. ELEGÍVEL INQUIRIDOS	102
QUADRO A. 7 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS RESPONDENTES POR NÍVEL DE ENCERRAMENTO, EM %	103
QUADRO A. 8 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS RESPONDENTES POR SETOR, EM %	103
QUADRO A. 9 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS RESPONDENTES POR REGIÃO, EM %.....	103
QUADRO A. 10 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS RESPONDENTES POR INSTRUMENTO, EM % - SISTEMAS DE INCENTIVOS	103
QUADRO A. 11 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS RESPONDENTES POR INSTRUMENTO, EM % - MECANISMO DE REFORÇO DE CAPITAL PRÓPRIO	103
QUADRO A. 12 DISTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES INTEGRAM GRUPO DE TRATAMENTO E DE CONTROLO PARA ANÁLISE DAS VARIAÇÕES ANUAIS NOS DADOS APURADOS PELO INE.....	104
QUADRO A. 13 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS DO COMPETE.....	136
QUADRO A. 14 INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS APLICÁVEIS AO COMPETE	137
QUADRO A. 15 VOLUME DOS CONCURSOS LANÇADOS E MONTANTES APROVADOS	138
QUADRO A. 16 ADMISSIBILIDADE, ELEGIBILIDADE E QUEBRA NO PO.....	139
QUADRO A. 17 ADMISSIBILIDADE, ELEGIBILIDADE E QUEBRA NO PO.....	140
QUADRO A. 18 PERCENTAGEM DE NÚMERO DE PROJETOS E DE INCENTIVO APROVADO POR NÍVEIS DE EXECUÇÃO.....	141
QUADRO A. 19 VARIAÇÃO NO INVESTIMENTO ELEGÍVEL E NO INCENTIVO APROVADO: POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 VERSUS DECISÃO INICIAL	142
QUADRO A. 20 VARIAÇÃO NO INVESTIMENTO ELEGÍVEL E NO INCENTIVO APROVADO: POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 VERSUS DECISÃO INICIAL (% DO NÚMERO DE PROJETOS)	143
QUADRO A. 21 VARIAÇÃO NO VOLUME DE INCENTIVO APROVADO: POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 VERSUS DECISÃO INICIAL (% DO NÚMERO DE PROJETOS COM DECRÉSCIMO DE INCENTIVO).....	144
QUADRO A. 22 INQUÉRITO AOS PROMOTORES DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS: PERSPETIVAS DE CONCRETIZAÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO EM CANDIDATURA.....	145
QUADRO A. 23 INQUÉRITO AOS PROMOTORES SAMA: EXPECTATIVA RELATIVAMENTE À CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DA TOTALIDADE DO INVESTIMENTO APROVADO	145
QUADRO A. 24 FATORES QUE EXPLICAM DESVIOS ENTRE O PREVISTO E O EXECUTADO NO ÂMBITO DOS PROJETOS APOIADOS NOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, SAESCTN E SIAC	145
QUADRO A. 25 FATORES QUE EXPLICAM DESVIOS ENTRE O PREVISTO E O EXECUTADO NO ÂMBITO DOS PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO SAMA	146
QUADRO A. 26 EVOLUÇÃO DO VAB NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100).....	147
QUADRO A. 27 DIFERENÇA DA MÉDIA E MEDIANA DA DISTRIBUIÇÃO DAS TAXAS VARIAÇÃO ANUAIS DO VAB ENTRE O GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (EM P.P.)	147

QUADRO A. 28 RELAÇÃO ENTRE A PRODUTIVIDADE NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (GRUPO DE CONTROLO=100).....	148
QUADRO A. 29 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100)	148
QUADRO A. 30 DIFERENÇA DA MÉDIA E MEDIANA DA DISTRIBUIÇÃO DAS TAXAS VARIAÇÃO ANUAIS DA PRODUTIVIDADE ENTRE O GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (EM P.P.)	149
QUADRO A. 31 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100)	149
QUADRO A. 32 DIFERENÇA EM P.P. ENTRE A ORIENTAÇÃO EXPORTADORA NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO ..	150
QUADRO A. 33 EVOLUÇÃO DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100) ..	150
QUADRO A. 34 DIFERENÇA DA MÉDIA E MEDIANA DA DISTRIBUIÇÃO DAS VARIAÇÕES ANUAIS DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA ENTRE O GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (EM P.P.).....	151
QUADRO A. 35 EVOLUÇÃO DA DESPESA DE I&D NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100)	151
QUADRO A. 36 RELAÇÃO ENTRE A DESPESA DE I&D NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (GRUPO DE CONTROLO=100).....	152
QUADRO A. 37 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INVESTIGADORES EM EQUIVALENTE TEMPO INTEGRAL NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100)	152
QUADRO A. 38 RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE INVESTIGADORES EM EQUIVALENTE TEMPO INTEGRAL NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (GRUPO DE CONTROLO=100)	153
QUADRO A. 39 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NO GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (2007=100)	153
QUADRO A. 40 DIFERENÇA DA MÉDIA E MEDIANA DA DISTRIBUIÇÃO DAS VARIAÇÕES ANUAIS DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO ENTRE O GRUPO DE TRATAMENTO E GRUPO DE CONTROLO (EM P.P.)	154
QUADRO A. 41 VARIAÇÃO DOS INDICADORES POR € DE INCENTIVO E POR INSTRUMENTO E MEDIDA	154
QUADRO A. 42 VARIAÇÃO DOS INDICADORES POR € DE INCENTIVO E POR ESCALÃO DE DIMENSÃO	155
QUADRO A. 43 VARIAÇÃO DOS INDICADORES POR € DE INCENTIVO E POR REGIÃO	155
QUADRO A. 44 VARIAÇÃO DOS INDICADORES POR € DE INCENTIVO E POR SETOR	155
QUADRO A. 45 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR FASE DE CANDIDATURA – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	156
QUADRO A. 46 VETORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PRIVILEGIADOS NOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	156
QUADRO A. 47 FATORES COMPETITIVOS PRIVILEGIADOS NOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS – SISTEMAS DE INCENTIVOS	157
QUADRO A. 48 PRINCIPAL FOCO ESTRATÉGICO PROSSEGUIDO PELA EMPRESA NO MOMENTO EM QUE APRESENTOU O PEDIDO DE FINANCIAMENTO REFERIDO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	157
QUADRO A. 49 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR GRANDES SETORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	158
QUADRO A. 50 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR SUBSETORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	158
QUADRO A. 51 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	159
QUADRO A. 52 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR FATORES-CHAVE DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	160
QUADRO A. 53 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO PERTENCENTES À ECONOMIA BASEADA NO CONHECIMENTO (EBC) POR INSTRUMENTOS – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	161
QUADRO A. 54 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO PROVENIENTES DE ATIVIDADES TRANSACIONÁVEIS (AT) POR INSTRUMENTOS – SISTEMAS DE INCENTIVOS	161
QUADRO A. 55 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR GRANDES SETORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	161
QUADRO A. 56 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR SUBSETORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	162
QUADRO A. 57 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	162
QUADRO A. 58 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR FATORES-CHAVE DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	163
QUADRO A. 59 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO PERTENCENTES À ECONOMIA BASEADA NO CONHECIMENTO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	163
QUADRO A. 60 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO PROVENIENTES DE ATIVIDADES TRANSACIONÁVEIS POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	163
QUADRO A. 61 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR REGIÕES NUTS II – SISTEMAS DE INCENTIVOS	168
QUADRO A. 62 REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO NOS PROJETOS MULTIREGIÕES POR INSTRUMENTOS E POR REGIÕES NUTS II (MIL EUROS) – SISTEMAS DE INCENTIVOS	168
QUADRO A. 63 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR REGIÕES NUTS III – SISTEMAS DE INCENTIVOS	169
QUADRO A. 64 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR REGIÕES NUTS II – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	170
QUADRO A. 65 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR ESTRATOS DE DIMENSÃO EMPRESARIAL – SISTEMAS DE INCENTIVOS	170
QUADRO A. 66 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR NATUREZA ESTATUTÁRIA DO PROMOTOR – SISTEMAS DE INCENTIVOS	171
QUADRO A. 67 N.º DE PROJETOS E ESTRUTURA DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR TIPOLOGIA DE PCT/OUTROS CLUSTERS – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	172
QUADRO A. 68 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR NÍVEL DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	173

QUADRO A. 69 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR NÍVEL DE MATURIDADE NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	173
QUADRO A. 70 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR INSTRUMENTOS E POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE DOS PROMOTORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	173
QUADRO A. 71 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR NÍVEL DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	174
QUADRO A. 72 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR NÍVEL DE MATURIDADE NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	174
QUADRO A. 73 N.º DE PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE E POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE DOS PROMOTORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	174
QUADRO A. 74 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO E POR INSTRUMENTOS – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	176
QUADRO A. 75 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE DESPESA E POR INSTRUMENTOS – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	176
QUADRO A. 76 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO E POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	177
QUADRO A. 77 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE DESPESA E POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	177
QUADRO A. 78 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO E POR ESTRATÉGIA DE EFICIÊNCIA COLETIVA – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	178
QUADRO A. 79 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE DESPESA E POR ESTRATÉGIA DE EFICIÊNCIA COLETIVA – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	178
QUADRO A. 80 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO E POR REGIÃO NUTS II – SISTEMAS DE INCENTIVOS	179
QUADRO A. 81 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE DESPESA E POR REGIÃO NUTS II – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	179
QUADRO A. 82 AVALIAÇÃO DA DESPESA ELEGÍVEL APOIADA QUANTO AO SEU ENQUADRAMENTO NO UNIVERSO RCI	180
QUADRO A. 83 AVALIAÇÃO DE PROJETOS SELECIONADOS QUANTO AO SEU ENQUADRAMENTO NO UNIVERSO RCI ENTRE OS PROJETOS APOIADOS.....	180
QUADRO A. 84 AGREGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS POR CATEGORIAS.....	181
QUADRO A. 85 AGREGAÇÃO DA TIPOLOGIA DE INVESTIMENTOS POR CATEGORIAS.....	185
QUADRO A. 86 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE: EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	189
QUADRO A. 87 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS NOS TRÊS SISTEMAS DE INCENTIVOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO	189
QUADRO A. 88 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS NO SI I&DT: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO	189
QUADRO A. 89 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS NO SI INOVAÇÃO: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO	190
QUADRO A. 90 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS NO SI QPME: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO	190
QUADRO A. 91 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE: EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO - SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	191
QUADRO A. 92 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (FASE 1 DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 01-01-2007 A 02-04-2009)	191
QUADRO A. 93 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (FASE 2 DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 03-04-2009 A 14-11-2010)	191
QUADRO A. 94 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS POTENCIAIS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS POR FASES DO CICLO DE EXECUÇÃO DO COMPETE: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (FASE 3 DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 15-11-2010 A 31-12-2012)	192
QUADRO A. 95 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO NA EMPRESA PROMOTORA – A RELAÇÃO ENTRE O INVESTIMENTO TOTAL E O VOLUME DE NEGÓCIOS PRÉ-PROJETO NO SI INOVAÇÃO.....	192
QUADRO A. 96 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO - SISTEMAS DE INCENTIVOS	193
QUADRO A. 97 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS NOS SISTEMAS DE INCENTIVOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO PARA OS TRÊS INSTRUMENTOS E O TOTAL DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS	193
QUADRO A. 98 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (REGIÕES NUTS II)	194
QUADRO A. 99 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO POR REGIÃO NUTS II	194
QUADRO A. 100 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (SETORES DE ATIVIDADE) ...	195
QUADRO A. 101 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO POR SETOR DE ATIVIDADE.....	196

QUADRO A. 102 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (ESTRATOS DE DIMENSÃO EMPRESARIAL)	197
QUADRO A. 103 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO POR EXTRATO DE DIMENSÃO EMPRESARIAL	197
QUADRO A. 104 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO (ENQUADRAMENTO NAS EEC)	198
QUADRO A. 105 RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS EFETIVOS DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS: EVOLUÇÃO DINÂMICA DOS PRINCIPAIS INDICADORES RELATIVOS ENTRE O ANO PRÉ-PROJETO E O ANO PÓS-PROJETO POR TIPOLOGIA DE ENQUADRAMENTO NAS EEC.....	198
QUADRO A. 106 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO.....	199
QUADRO A. 107 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO, POR SISTEMA DE INCENTIVOS, NA EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS NO CONTEXTO DA EMPRESA.....	199
QUADRO A. 108 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO, POR REGIÕES, NA EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS NO CONTEXTO DA EMPRESA	200
QUADRO A. 109 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO, POR EXTRATO DE DIMENSÃO EMPRESARIAL, NA EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS NO CONTEXTO DA EMPRESA.....	200
QUADRO A. 110 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO, POR SETORES DE ATIVIDADE, NA EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS NO CONTEXTO DA EMPRESA.....	200
QUADRO A. 111 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO, POR TIPOLOGIA DE ENQUADRAMENTO NAS EEC, NA EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS GRANDEZAS NO CONTEXTO DA EMPRESA.....	201
QUADRO A. 112 VALORES PRÓPRIOS E VARIÂNCIA EXPLICADA DOS FATORES RELATIVOS À ESCALA DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPACTO DO PROJETO	202
QUADRO A. 113 ESTRUTURA FATORIAL DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPACTO DO PROJETO.....	202
QUADRO A. 114 COMUNALIDADES DOS FATORES RELATIVOS À ESCALA DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPACTO DO PROJETO....	203
QUADRO A. 115 COMUNALIDADES DOS FATORES RELATIVOS À ESCALA DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPACTO DO PROJETO....	204
QUADRO A. 116 ALFA DE CRONBACH DAS DIMENSÕES DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPACTO DO PROJETO	204
QUADRO A. 117 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DIRETAMENTE RELACIONADO COM A INTERNACIONALIZAÇÃO NOS PROJETOS APOIADOS PELOS INSTRUMENTOS RELEVANTES - SISTEMAS DE INCENTIVOS E SIAC	208
QUADRO A. 118 CONTRIBUTO WIDENING E DEEPENING DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO E O REFORÇO DAS EXPORTAÇÕES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	209
QUADRO A. 119 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DIRETAMENTE RELACIONADO COM A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS APOIADOS POR INSTRUMENTO, MATURIDADE DO PROMOTOR E CATEGORIA DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA ESTRUTURA DE CAPITAL DO PROMOTOR – SISTEMAS DE INCENTIVOS	210
QUADRO A. 120 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR INSTRUMENTOS – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	211
QUADRO A. 121 DESVIO ENTRE OS RESULTADOS POTENCIAIS E EFETIVOS DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DOS PROJETOS COM ELEVADO GRAU DE ENCERRAMENTO OU ENCERRADOS APOIADOS POR SISTEMA DE INCENTIVOS	211
QUADRO A. 122 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR INSTRUMENTO E SETOR DE ATIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	212
QUADRO A. 123 DESVIO ENTRE OS RESULTADOS POTENCIAIS E EFETIVOS DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DOS PROJETOS COM ELEVADO GRAU DE ENCERRAMENTO OU ENCERRADOS APOIADOS POR SETORES DE ATIVIDADE	212
QUADRO A. 124 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) DESAGREGADO SECTORIALMENTE POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	213
QUADRO A. 125 DESVIO ENTRE OS RESULTADOS POTENCIAIS E EFETIVOS DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DOS PROJETOS COM ELEVADO GRAU DE ENCERRAMENTO OU ENCERRADOS APOIADOS DESAGREGADO SECTORIALMENTE POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA	214
QUADRO A. 126 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR INSTRUMENTO E REGIÃO NUTS II – SISTEMAS DE INCENTIVOS	214
QUADRO A. 127 DESVIO ENTRE OS RESULTADOS POTENCIAIS E EFETIVOS DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DOS PROJETOS COM ELEVADO GRAU DE ENCERRAMENTO OU ENCERRADOS APOIADOS POR REGIÃO NUTS II.....	215
QUADRO A. 128 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR INSTRUMENTO E CATEGORIA DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA ESTRUTURA DE CAPITAL DO PROMOTOR – SISTEMAS DE INCENTIVOS	215
QUADRO A. 129 DESVIO ENTRE OS RESULTADOS POTENCIAIS E EFETIVOS DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DOS PROJETOS COM ELEVADO GRAU DE ENCERRAMENTO OU ENCERRADOS APOIADOS POR CATEGORIA DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA ESTRUTURA DE CAPITAL DO PROMOTOR	215
QUADRO A. 130 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR INSTRUMENTO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	216
QUADRO A. 131 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR SETOR DE ATIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	216
QUADRO A. 132 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR REGIÃO NUTS II – SISTEMAS DE INCENTIVOS	217
QUADRO A. 133 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR CATEGORIA DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA ESTRUTURA DE CAPITAL DO PROMOTOR – SISTEMAS DE INCENTIVOS	217
QUADRO A. 134 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR INSTRUMENTO (SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 15/11/2010 A 31/12/2012).....	217

QUADRO A. 135 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR AGRUPAMENTO SETORIAL (SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 15/11/2010 A 31/12/2012)	218
QUADRO A. 136 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR REGIÃO (SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 15/11/2010 A 31/12/2012).....	218
QUADRO A. 137 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NA DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS INTERNACIONAIS (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR CATEGORIA DE PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO (SISTEMAS DE INCENTIVOS, DE 15/11/2010 A 31/12/2012)	218
QUADRO A. 138 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS PROJETOS APOIADOS POR INSTRUMENTO, ATIVIDADES TRANSACIONÁVEIS E NÃO TRANSACIONÁVEIS E OBJETIVO DA EMPRESA FACE À INTERNACIONALIZAÇÃO DEFINIDO EM SEDE DE CANDIDATURA – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	219
QUADRO A. 139 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NO AUMENTO DO VALOR ACRESCENTADO DAS EXPORTAÇÕES (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) POR SETOR DE ATIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	221
QUADRO A. 140 RESULTADO POTENCIAL DO COMPETE NO AUMENTO DO VALOR ACRESCENTADO DAS EXPORTAÇÕES (DADOS DEFINIDOS EM SEDE DE CANDIDATURA) – SISTEMAS DE INCENTIVOS	221
QUADRO A. 141 GRAU DE PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES PORTUGUEAS POR SETOR DE ATIVIDADE	222
QUADRO A. 142 PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM OS PROMOTORES A CANDIDATAR AO COMPETE PROJETOS SIAC COM VERTENTE(S) DE INTERVENÇÃO LIGADAS À INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA OFERTA NACIONAL ...	223
QUADRO A. 143 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DIRETAMENTE RELACIONADO COM A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS APOIADOS POR INSTRUMENTO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	224
QUADRO A. 144 DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS CONJUNTOS COM TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO APOIADOS PELO COMPETE POR SETOR DE ATIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	225
QUADRO A. 145 DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS APOIADOS PELO COMPETE, POR EXTRATO DE DIMENSÃO EMPRESARIAL – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	225
QUADRO A. 146 DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS APOIADOS PELO COMPETE, POR OBJETIVO DA EMPRESA RELATIVAMENTE AO SEU PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	226
QUADRO A. 147 DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS APOIADOS PELO COMPETE, POR OBJETIVO PRIORITÁRIO DA EMPRESA QUE A LEVA A PARTICIPAR NO PROJETO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	226
QUADRO A. 148 IMPACTO POTENCIAL DOS PROJETOS CONJUNTOS APOIADOS PELO COMPETE NA ORIENTAÇÃO DAS EMPRESAS EXPORTADORAS, POR EXTRATO DE DIMENSÃO EMPRESARIAL – SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	227
QUADRO A. 149 IMPACTO POTENCIAL DOS PROJETOS CONJUNTOS APOIADOS PELO COMPETE NA ORIENTAÇÃO DAS EMPRESAS EXPORTADORAS, POR OBJETIVO DA EMPRESA RELATIVAMENTE AO SEU PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	227
QUADRO A. 150 IMPACTO POTENCIAL DOS PROJETOS CONJUNTOS APOIADOS PELO COMPETE NA ORIENTAÇÃO DAS EMPRESAS EXPORTADORAS, POR SETOR DE ATIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	228
QUADRO A. 151 ANÁLISE DOS PROMOTORES AO CONTRIBUTO DOS SEUS PROJETOS PARA OS OBJETIVOS DO COMPETE	231
QUADRO A. 152 ANÁLISE DOS PROMOTORES AO CONTRIBUTO DOS SEUS PROJETOS PARA OS OBJETIVOS DO COMPETE (PONDERADO PELO INVESTIMENTO ELEGÍVEL).....	232
QUADRO A. 153 OPINIÃO GLOBAL DOS BENEFICIÁRIOS DOS DIFERENTES SISTEMAS DE APOIO SOBRE O PROJETO PORTAL DAS FINANÇAS	232
QUADRO A. 154 OPINIÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS DIFERENTES SISTEMAS DE APOIO SOBRE OS ATRIBUTOS DO PROJETO PORTAL DAS FINANÇAS	233
QUADRO A. 155 OPINIÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS DIFERENTES SISTEMAS DE APOIO SOBRE OS ATRIBUTOS DO PROJETO REAI – REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL	234
QUADRO A. 156 DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS ANULADOS POR TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES	234
QUADRO A. 157 DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS ANULADOS POR SETORES/SUBSETORES DE INTERVENÇÃO	235
QUADRO A. 158 DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS ANULADOS POR ANOS	235
QUADRO A. 159 NÍVEL DE CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DOS PROJETOS ENCERRADOS	235
QUADRO A. 160 NÍVEL DE CUMPRIMENTO DOS INDICADORES EM CADA PROJETO ENCERRADO	236
QUADRO A. 161 EXPECTATIVA DOS BENEFICIÁRIOS INQUIRIDOS SOBRE A EXOETATIVA DE REALIZAÇÃO DOS INDICADORES DOS PROJETOS.....	237
QUADRO A. 162 FATORES JUSTIFICATIVOS DOS DESVIOS DOS VALORES EXECUTADOS FACE ÀS METAS CONTRATADAS INDICADOS PELOS BENEFICIÁRIOS INQUIRIDOS.....	237
QUADRO A. 163 DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO DOS PROJETOS APROVADOS	238
QUADRO A. 164 DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO DOS PROJETOS MULTI-REGIÕES APROVADOS	238
QUADRO A. 165 DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES / TIPOLOGIA DE INVESTIMENTOS/DOMÍNIOS DOS PROJETOS APROVADOS	239
QUADRO A. 166 DISTRIBUIÇÃO E INVESTIMENTO ELEGÍVEL MÉDIO DOS PROJETOS APROVADO POR SETORES/SUBSETORES DE INTERVENÇÃO	240
QUADRO A. 167 DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DOS SUBSETORES DE INTERVENÇÃO POR REGIÃO	241
QUADRO A. 168 DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO COMUNITÁRIO APROVADO NAS REGIÕES, POR SUBSETORES DE INTERVENÇÃO	241
QUADRO A. 169 TAXA DE COMPROMISSO POR AVISO DE CONCURSO (CONVITES EXCLUÍDOS)	242
QUADRO A. 170 INDICADORES DE DESEMPENHO DOS CONCURSOS LANÇADOS NO SAMA	242
QUADRO A. 171 CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA (PROJETOS APRESENTADOS) POR TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES, SETORES DE INTERVENÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO	244
QUADRO A. 172 GRAU DE REALIZAÇÃO POR TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO/DOMÍNIO	245
QUADRO A. 173 GRAU DE REALIZAÇÃO POR SUBSETORES DE INTERVENÇÃO	246
QUADRO A. 174 GRAU DE REALIZAÇÃO POR SUBSETORES REGIÃO E SUBSETOR DE INTERVENÇÃO	247
QUADRO A. 175 PROJETOS DE I&D APOIADOS COM ENVOLVIMENTO DE EMPRESAS, INVESTIMENTO EMPRESARIAL ELEGÍVEL	250
QUADRO A. 176 PROJETOS APOIADOS POTENCIADORES DE ARTICULAÇÃO ENTRE EMPRESAS E CENTROS DE SABER, INVESTIMENTO ELEGÍVEL.....	251

QUADRO A. 177 PROJETOS EM Co-PROMOÇÃO DO SI I&DT, N.º DE PROMOTORES, INVESTIMENTO ELEGÍVEL E DESAGREGAÇÃO TERRITORIAL	252
QUADRO A. 178 RELAÇÕES INTER-REGIONAIS DOS PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO SI I&DT – PROJETOS EM Co-PROMOÇÃO E SI I&DT – PROJETOS MOBILIZADORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	254
QUADRO A. 179 TIPO DE CO-PROMOTORES E INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO NO SI I&DT – PROJETOS EM Co-PROMOÇÃO E NO SI I&DT – PROJETOS MOBILIZADORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	254
QUADRO A. 180 VENTILAÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS INDUTORES DO AUMENTO DA ARTICULAÇÃO ENTRE EMPRESAS E CENTROS DE CONHECIMENTO, BEM COMO DA TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DE CONHECIMENTO – SISTEMAS DE INCENTIVOS...	255
QUADRO A. 181 PROJETOS DE NOVAS EMPRESAS QUALIFICADAS APOIADOS NOS SISTEMAS DE INCENTIVOS E PROJETOS APOIADOS POR CAPITAL DE RISCO OU BUSINESS ANGELS, INVESTIMENTO ELEGÍVEL OU TOTAL (ATÉ 31-12-2012).....	256
QUADRO A. 182 VENTILAÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS APOIADOS NO SI INOVAÇÃO – EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO – SISTEMAS DE INCENTIVOS	256
QUADRO A. 183 PROJETOS APOIADOS DE CRIAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS/ SERVIÇOS E NOVOS PROCESSOS, INVESTIMENTO ELEGÍVEL.....	257
QUADRO A. 184 QUAL O PRINCIPAL FOCO ESTRATÉGICO PROSSEGUIDO PELA EMPRESA NO MOMENTO EM QUE APRESENTOU A(S) CANDIDATURA(S) AOS MECANISMOS DE REFORÇO DO CAPITAL PRÓPRIO (FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO E SOCIEDADES DE BUSINESS ANGELS)?	262
QUADRO A. 185 VETORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PRIVILEGIADOS NOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS – FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO E BUSINESS ANGELS	263
QUADRO A. 186 FATORES COMPETITIVOS PRIVILEGIADOS NOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS – FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO E BUSINESS ANGELS	263
QUADRO A. 187 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO – FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO E BUSINESS ANGELS	264
QUADRO A. 188 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO APROVADO POR SUBSETORES (PME INVESTE I E II)	265
QUADRO A. 189 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO APROVADO POR ANTIGUIDADE DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II).....	265
QUADRO A. 190 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO APROVADO POR CLASSE DE RISCO DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II).....	266
QUADRO A. 191 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO APROVADO POR FORMA JURÍDICA DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II).....	266
QUADRO A. 192 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO APROVADO POR DIMENSÃO DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)	266
QUADRO A. 193 N.º DE PROJETOS APOIADOS E INVESTIMENTO APROVADO POR REGIÃO DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)	267
QUADRO A. 194 PRINCIPAL FOCO ESTRATÉGICO PROSSEGUIDO PELA EMPRESA NO MOMENTO EM QUE APRESENTOU O PEDIDO DE FINANCIAMENTO REFERIDO (PME INVESTE I E II)	268
QUADRO A. 195 VETORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PRIVILEGIADOS NOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS– PME INVESTE I E II	268
QUADRO A. 196 FATORES COMPETITIVOS PRIVILEGIADOS NOS PROJETOS DE INVESTIMENTO APOIADOS– PME INVESTE I E II	269
QUADRO A. 197 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO DE INVESTIMENTO – PME INVESTE I E II	269
QUADRO A. 198 COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO APROVADO POR SUBSETORES (PME INVESTE I E II)	270
QUADRO A. 199 COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO APROVADO POR REGIÕES NUTS II (PME INVESTE I E II).....	270
QUADRO A. 200 COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO APROVADO POR DIMENSÃO DOS DESTINATÁRIOS(PME INVESTE I E II)	271
QUADRO A. 201 FINALIDADES DO FINANCIAMENTO INDICADAS PELOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)	271
QUADRO A. 202 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJETOS APOIADOS POR SUBSETORES (PME INVESTE I E II)	271
QUADRO A. 203 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJETOS APOIADOS POR ANTIGUIDADE DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)	272
QUADRO A. 204 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJETOS APOIADOS POR CLASSE DE RISCO DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)	272
QUADRO A. 205 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJETOS APOIADOS POR FORMA JURÍDICA DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)	272
QUADRO A. 206 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJETOS APOIADOS POR DIMENSÃO DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II).....	272
QUADRO A. 207 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJETOS APOIADOS POR REGIÃO DOS DESTINATÁRIOS (PME INVESTE I E II)...	273
QUADRO A. 208 SAESCTN - HISTORIAL DOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS	275
QUADRO A. 209 CONCURSOS SAESCTN	276
QUADRO A. 210 PROJETOS APROVADOS E RESPECTIVA SITUAÇÃO A 31/12/2012	280
QUADRO A. 211 PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE MEDIDA	280
QUADRO A. 212 PROJETOS APROVADOS POR GRANDES ÁREAS CIENTÍFICAS.....	281
QUADRO A. 213 15 SUBÁREAS CIENTÍFICAS (CORDIS 2º NÍVEL) COM MAIOR VOLUME DE INVESTIMENTO CO-FINANCIADO....	281
QUADRO A. 214 PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO (NUTS II).....	281
QUADRO A. 215 PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO (NUTS II E NUTS III).....	282
QUADRO A. 216 SAESCTN - PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR	282
QUADRO A. 217 PROJETOS APROVADOS EM UNIVERSIDADES E INSTITUTOS POLITÉCNICOS PÚBLICOS	283
QUADRO A. 218 SAESCTN – PROJETOS APROVADOS POR Nº DE PROMOTORES.....	283
QUADRO A. 219 PROJETOS APROVADOS POR DIMENSÃO DO INVESTIMENTO	284
QUADRO A. 220 TIPOLOGIA DE DESPESAS NOS PROJETOS APROVADOS	284
QUADRO A. 221 OUTPUTS PREVISTOS E REALIZADOS NUMA AMOSTRA DE PROJETOS APROVADOS	285
QUADRO A. 222 INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS POR TIPOLOGIA DE MEDIDA	285
QUADRO A. 223 INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS POR GRANDES ÁREAS CIENTÍFICAS	285
QUADRO A. 224 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS INQUIRIDOS POR DIMENSÃO DO INVESTIMENTO	286
QUADRO A. 225 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS INQUIRIDOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR.....	286
QUADRO A. 226 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS APROVADOS EM UNIVERSIDADES E INSTITUTOS POLITÉCNICOS PÚBLICOS	286

QUADRO A. 227 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM AS ENTIDADES INQUIRIDAS A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE.....	287
QUADRO A. 228 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - AVALIAÇÃO DOS INQUIRIDOS SOBRE OS IMPACTOS PREVISTOS/OBTIDOS NO MOMENTO ATUAL À LUZ DAS MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS INICIAIS	287
QUADRO A. 229 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - RAZÕES NA ORIGEM DE DESVIOS DESFAVORÁVEIS ÀS METAS DEFINIDAS NOS PROJETOS INQUIRIDOS.....	288
QUADRO A. 230 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - TERIA DESENVOLVIDO O PRESENTE PROJETO APOIADO PELO COMPETE, CASO NÃO TIVESSE OBTIDO O APOIO FINANCEIRO DO SAECTN?.....	288
QUADRO A. 231 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - TERIA MANTIDO/CRIADO OS MESMOS POSTOS DE TRABALHO, CASO NÃO TIVESSE OBTIDO OS APOIOS FINANCEIROS DO SAESCTN/QREN?	288
QUADRO A. 232 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - CONSIDERANDO UM ANO CRUZEIRO DE EXECUÇÃO DO PROJETO E TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA ENTIDADE NESSE ANO, QUANTIFIQUE O IMPACTO FINANCEIRO DO PROJETO NA ENTIDADE PROMOTORA:	289
QUADRO A. 233 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - TIPOS DE OUTPUT PREVISTOS NA CANDIDATURA	289
QUADRO A. 234 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DOS OUTPUTS PREVISTOS NA CANDIDATURA.....	290
QUADRO A. 235 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - O PROJETO APOIADO INSERE-SE NUMA LINHA DE INVESTIGAÇÃO DA ENTIDADE, PARA A QUAL TEVE OU PREVÊ TER OUTROS APOIOS?.....	290
QUADRO A. 236 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - O PROJETO TEM COMPLEMENTARIDADES COM OUTROS PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO QREN 2007/2013?	291
QUADRO A. 237 SAESCTN INQUÉRITO AOS PROMOTORES - INDIQUE EM QUE MEDIDA SE DEVERIA CONSIDERAR, NOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO/MÉRITO DOS PROJETOS, OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DAS UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS FEITA PELA FCT, ENVOLVENDO PAINÉIS DE PERITOS INTERNACIONAIS.....	291
QUADRO A. 238 INQUÉRITO AOS PROMOTORES - COMO CLASSIFICA A POSSIBILIDADE DE, NO QUADRO DO APOIO A PROJETOS DE IC&DT, SE VIR A AUMENTAR A OPORTUNIDADE E AMPLITUDE DE UM FINANCIAMENTO PLURIANUAL, SEGUNDO UMA LÓGICA DE PROGRAMAS INTEGRADOS PLURIANUAIS?	291
QUADRO A. 239 INQUÉRITO AOS PROMOTORES -À LUZ DA SUA EXPERIÊNCIA COMO PROMOTOR DE PROJETOS COFINANCIADOS PELO SAESCTN, COMO AVALIA A EXECUÇÃO ASSOCIADA A ESTE INSTRUMENTO?	292
QUADRO A. 240 PORTUGAL - EVOLUÇÃO RECENTE DA DESPESA EM I&D EM % DO PIB (POR SETOR DE EXECUÇÃO)	292
QUADRO A. 241 EVOLUÇÃO RECENTE DA QUOTA DAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA DO CONTINENTE NA DESPESA EM I&D (POR SETOR DE EXECUÇÃO)	292
QUADRO A. 242 POSICIONAMENTO PORTUGUÊS NO INNOVATION UNION SCOREBOARD EM INDICADORES-CHAVE	293
QUADRO A. 243 SIAC - HISTORIAL DO REGULAMENTO ESPECÍFICO	295
QUADRO A. 244 CONCURSOS SIAC	296
QUADRO A. 245 SIAC - PROJETOS APROVADOS E RESPECTIVA SITUAÇÃO A 31/12/2012	299
QUADRO A. 246 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR PRINCIPAL.....	299
QUADRO A. 247 SIAC - NÚMERO DE ENTIDADES APOIADAS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR PRINCIPAL OU CO-PROMOTOR	299
QUADRO A. 248 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR Nº DE PROMOTORES	300
QUADRO A. 249 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR DIMENSÃO DO INVESTIMENTO	300
QUADRO A. 250 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR FOCUS SETORIAL	301
QUADRO A. 251 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR FOCUS SETORIAL - FILEIRA FLORESTAL.....	301
QUADRO A. 252 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR FOCUS SETORIAL - TÊXTIL E INDÚSTRIAS DA MODA	301
QUADRO A. 253 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR FOCUS SETORIAL - MATERIAIS E CONSTRUÇÃO.....	302
QUADRO A. 254 SIAC - PROJETOS APROVADOS POR FOCUS SETORIAL - METALURGIA, PRODUTOS METÁLICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	302
QUADRO A. 255 SIAC - PROJETOS APROVADOS INSERIDOS EM EEC	303
QUADRO A. 256 SIAC - PROJETOS APROVADOS INSERIDOS EM EEC, POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR	303
QUADRO A. 257 SIAC - OUTPUTS.....	304
QUADRO A. 258 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS INQUIRIDOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR.....	304
QUADRO A. 259 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS INQUIRIDOS POR DIMENSÃO DO INVESTIMENTO	304
QUADRO A. 260 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PROJETOS INQUIRIDOS POR FOCUS SETORIAL	305
QUADRO A. 261 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - Nº DE DOMÍNIOS PRINCIPAIS SELECIONADOS POR PROJETO COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE	305
QUADRO A. 262 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE	306
QUADRO A. 263 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES -PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE - INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	307
QUADRO A. 264 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - DOMÍNIOS INDICADOS COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE - INFORMAÇÃO.....	307
QUADRO A. 265 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - DOMÍNIOS INDICADOS COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE - REDES E COOPERAÇÃO	307
QUADRO A. 266 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - DOMÍNIOS INDICADOS COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE - INTERNACIONALIZAÇÃO	308
QUADRO A. 267 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - DOMÍNIOS INDICADOS COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE - AMBIENTE	308
QUADRO A. 268 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - DOMÍNIOS INDICADOS COMO PRINCIPAIS OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A ENTIDADE A CANDIDATAR O PROJETO AO COMPETE - RECURSOS ENDÓGENOS	308
QUADRO A. 269 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - PESO DOS PROJETOS QUE INTEGRAM O DOMÍNIO INTERNACIONALIZAÇÃO	308
QUADRO A. 270 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - DOMÍNIOS DA AÇÃO COLETIVA VERSUS FOCUS SETORIAL.....	309
QUADRO A. 271 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES - AVALIAÇÃO, NO MOMENTO ATUAL DE CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO, DOS IMPACTOS PREVISTOS À LUZ DAS MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS INICIAIS	310

QUADRO A. 272 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – RAZÕES NA ORIGEM DE DESVIOS DESFAVORÁVEIS FACE ÀS METAS DEFINIDAS	311
QUADRO A. 273 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DOS OUTPUTS ESPERADO COM O ENCERRAMENTO DO PROJETO	311
QUADRO A. 274 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – TERIA DESENVOLVIDO O PROJETO CASO NÃO TIVESSE OBTIDO O APOIO FINANCEIRO DO SIAC?.....	311
QUADRO A. 275 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – CONSIDERANDO UM ANO CRUZEIRO DE EXECUÇÃO DO PROJETO E TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA ENTIDADE NESSE ANO, QUANTIFIQUE O IMPACTO FINANCEIRO DO PROJETO NA ENTIDADE PROMOTORA	312
QUADRO A. 276 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – CONSIDERANDO UM ANO CRUZEIRO DE EXECUÇÃO DO PROJETO, PERSPECTIVE/INDIQUE, PARA ESSE ANO, O IMPACTO DO PROJETO NA ENTIDADE PROMOTORA	312
QUADRO A. 277 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – O PROJETO APOIADO INSERE-SE NUMA LINHA DE AÇÃO DA ENTIDADE PARA A QUAL TEVE OU PREVÊ TER OUTROS APOIOS?	312
QUADRO A. 278 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – COMO CLASSIFICA A POSSIBILIDADE DE, NO QUADRO DO APOIO A PROJETOS SIAC, SE VIR A AUMENTAR A OPORTUNIDADE E AMPLITUDE DE UM FINANCIAMENTO PLURIANUAL?	312
QUADRO A. 279 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – O PROJETO TEM COMPLEMENTARIDADES COM OUTROS PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO QREN 2007/2013?	313
QUADRO A. 280 SIAC INQUÉRITO AOS PROMOTORES – À LUZ DA SUA EXPERIÊNCIA COMO PROMOTOR DE PROJETOS COFINANCIADOS PELO SIAC, COMO AVALIA A EXECUÇÃO ASSOCIADA A ESTE INSTRUMENTO?	313
QUADRO A. 281 INDICADORES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2012.....	314
QUADRO A. 282 RESULTADOS DA QUESTÃO: DE QUE FORMA TOMOU CONHECIMENTO DOS SISTEMAS DE APOIOS AOS QUAIS SE CANDIDATOU E DAS CONDIÇÕES QUE REGULAM O ACESSO AOS MESMOS?	315
QUADRO A. 283 RESULTADOS DA QUESTÃO: EM QUE MEIOS RECONHECE TER VISTO A MARCA DO PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE (COMPETE)?.....	316
QUADRO A. 284 RESULTADOS DA QUESTÃO: COMO AVALIA AS SEGUINTE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL DE FATORES DE COMPETITIVIDADE (COMPETE) RELATIVAMENTE À SUA PERTINÊNCIA, CLAREZA, SIMPLICIDADE E ATUALIZAÇÃO?.....	317
QUADRO A. 285 RESULTADOS DA QUESTÃO: COMO AVALIA AS SEGUINTE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL DE FATORES DE COMPETITIVIDADE (COMPETE) RELATIVAMENTE À SUA PERTINÊNCIA, CLAREZA E SIMPLICIDADE? (EXCLUINDO A OPÇÃO NÃO SABE)	318
QUADRO A. 286 RESULTADOS DA QUESTÃO: OPINIÃO ACERCA DAS SEGUINTE AFIRMAÇÕES RELATIVAS AO COMPETE	319
QUADRO A. 287 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO (SEGMENTAÇÃO POR INSTRUMENTO)	320
QUADRO A. 288 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO (SEGMENTAÇÃO POR REGIÃO NUTS II)	321
QUADRO A. 289 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO (SEGMENTAÇÃO POR ANTIGUIDADE DO PROMOTOR)	321
QUADRO A. 290 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO (SEGMENTAÇÃO POR SETOR)	322
QUADRO A. 291 CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, NO CASO DE NÃO OBTENÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS PARA OS PROJETOS APOIADOS (SEGMENTAÇÃO POR INSTRUMENTO)	322
QUADRO A. 292 CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, NO CASO DE NÃO OBTENÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS PARA OS PROJETOS APOIADOS (SEGMENTAÇÃO POR REGIÃO NUTS II)	323
QUADRO A. 293 CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, NO CASO DE NÃO OBTENÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS PARA OS PROJETOS APOIADOS (SEGMENTAÇÃO POR ANTIGUIDADE DO PROMOTOR)	323
QUADRO A. 294 CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, NO CASO DE NÃO OBTENÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS EMPRESARIAIS DO COMPETE PARA OS PROJETOS APOIADOS (SEGMENTAÇÃO POR SETOR).....	323
QUADRO A. 295 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DO INSTRUMENTO SIAC DO COMPETE NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO	324
QUADRO A. 296 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DO INSTRUMENTO SAESCTN DO COMPETE NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO	324
QUADRO A. 297 CRIAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, NO CASO DE NÃO OBTENÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS DO SAESCTN DO COMPETE PARA OS PROJETOS APOIADOS	325
QUADRO A. 298 IMPORTÂNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS DO INSTRUMENTO SAMA DO COMPETE NA REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO (RESPOSTAS PONDERADAS PELO INVESTIMENTO ELEGÍVEL)	325
QUADRO A. 299 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DO PROJETO.....	334
QUADRO A. 300 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES QUANTO À SUA DIMENSÃO E ORIENTAÇÃO EXPORTADORA ..	337
QUADRO A. 301 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES QUANTO AO PRINCIPAL MERCADO-ALVO E ORIENTAÇÃO EXPORTADORA	337
QUADRO A. 302 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES QUANTO AO OBJETIVO DOMINANTE E ORIENTAÇÃO EXPORTADORA	337
QUADRO A. 303 CARTEIRA ATUAL*.....	363
QUADRO A. 304 MECANISMOS DE FACILITAÇÃO E DE NORMALIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO PARA ASSEGURAR NÍVEIS SUPERIORES DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE DO PORTAL	371
QUADRO A. 305 UTILIZADORES REGISTRADOS POR ANO	373
QUADRO A. 306 INDICADORES DE UTILIZAÇÃO	373
QUADRO A. 307 CERTIDÕES EMITIDAS.....	373
QUADRO A. 308 DECLARAÇÕES IRS E IRC SUBMETIDAS.....	373
QUADRO A. 309 EVOLUÇÃO DO TME NOS SERVIÇOS DE FINANÇAS POR DISTRITO	375
QUADRO A. 310 TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO A NÍVEL NACIONAL	375
QUADRO A. 311 PROVEITOS GLOBAIS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, ALDEAMENTOS E APARTAMENTOS TURÍSTICOS, POR NUTS II.....	380

QUADRO A. 312 VARIAÇÃO ANUAL DOS PROVEITOS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, ALDEAMENTOS E APARTAMENTOS TURÍSTICOS, POR NUTS II AGREGADAS	380
QUADRO A. 313 DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS DORMIDAS POR NUTS NOS MERCADOS ALEMANHA, REINO UNIDO, HOLANDA, ESPANHA, BRASIL E FRANÇA	380
QUADRO A. 314 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA QUOTA DE MERCADO NA ALEMANHA E NO REINO UNIDO.....	381
QUADRO A. 315 ARTIGOS SOBRE O DESTINO PORTUGAL PUBLICADOS NA IMPRENSA INTERNACIONAL	382
QUADRO A. 316. RESTANTES OBSERVAÇÕES AO PROJETO.....	394
QUADRO A. 317. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO.....	395
QUADRO A. 318. PRINCIPAIS MARCOS DA ATIVIDADE DO PROGRAMA DE FUNDOS REEMBOLSÁVEIS	408
QUADRO A. 319. OPERAÇÕES APROVADAS DOS IEF 2011 POR FUNDO	409
QUADRO A. 320. OPERAÇÕES APROVADAS DOS IEF 2011 POR SETOR	410
QUADRO A. 321. INDICADORES DO INVESTIMENTO EM I&D NA REPÚBLICA CHECA.....	419
QUADRO A. 322. DESPESAS EM I&D POR SETORES DE ATIVIDADE E FONTES DE FINANCIAMENTO EM 2011	420
QUADRO A. 323. DESPESAS EM I&D POR SETORES DE ATIVIDADE E ETAPAS DO PROCESSO DE I&D EM 2011	420
QUADRO A. 324. FONTES DE FINANCIAMENTO DO SETOR EMPRESARIAL, POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS, EM 2011	423
QUADRO A. 325. MAPA DE PERCENTAGEM MÁXIMA DE AUXÍLIO ESTATAL POR REGIÃO DAS DESPESAS ELEGÍVEIS	427
QUADRO A. 326. PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PO ENTRE DEZEMBRO DE 2009 E JUNHO DE 2012 (EM % DA DOTAÇÃO ORÇAMENTAL TOTAL)	432
QUADRO A. 327. EXECUÇÃO FINANCEIRA PO IDI – SITUAÇÃO A 31/12/2012	433
QUADRO A. 328. VALORES DOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO SELECIONADOS PARA O PO EI	435
QUADRO A. 329. INDICADORES DE ENQUADRAMENTO DO PO IDI	437
QUADRO A. 330. INDICADORES DE IMPACTO DO PO IDI.....	438
QUADRO A. 331. INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO PO IDI	439
QUADRO A. 332. INDICADORES DE RESULTADO DO PO IDI	440

Índice de gráficos

GRÁFICO 1 CONTRIBUTO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO E O REFORÇO DAS EXPORTAÇÕES: A ARTICULAÇÃO ENTRE O APROFUNDAMENTO E O ALARGAMENTO DA BASE EXPORTADORA	36
GRÁFICO 2 CURVA DA DISTRIBUIÇÃO DO INCENTIVO CONCEDIDO	61
GRÁFICO A. 1 COMPARAÇÃO ENTRE PROMOTORES E EMPRESAS NO UNIVERSO EMPRESARIAL POR SUBSETORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	164
GRÁFICO A. 2 COMPARAÇÃO ENTRE EMPREGO ASSOCIADO A PROMOTORES E EMPREGO NO UNIVERSO EMPRESARIAL POR SUBSETORES – SISTEMAS DE INCENTIVOS	164
GRÁFICO A. 3 COMPARAÇÃO ENTRE PROMOTORES E EMPRESAS NO UNIVERSO EMPRESARIAL POR NÍVEL DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	165
GRÁFICO A. 4 COMPARAÇÃO ENTRE EMPREGO ASSOCIADO A PROMOTORES E EMPREGO NO UNIVERSO EMPRESARIAL POR NÍVEL DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	165
GRÁFICO A. 5 COMPARAÇÃO ENTRE PROMOTORES E EMPRESAS NO UNIVERSO EMPRESARIAL POR FATORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	166
GRÁFICO A. 6 COMPARAÇÃO ENTRE EMPREGO ASSOCIADO A PROMOTORES E EMPREGO NO UNIVERSO EMPRESARIAL POR FATORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE – SISTEMAS DE INCENTIVOS	166
GRÁFICO A. 7 COMPARAÇÃO ENTRE A ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DOS PROJETOS APOIADOS E A MÉDIA DO SETOR ONDE SE INSEREM – SISTEMAS DE INCENTIVOS	167
GRÁFICO A. 8 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO	175
GRÁFICO A. 9 INVESTIMENTO ELEGÍVEL APOIADO POR TIPOLOGIAS DE DESPESA – SISTEMAS DE INCENTIVOS	175
GRÁFICO A. 10 DINÂMICA HISTÓRICA DAS EXPORTAÇÕES, DAS IMPORTAÇÕES E DO SALDO EXTERNO NA ECONOMIA PORTUGUESA (1985-2014p)	206
GRÁFICO A. 11 PADRÕES DE EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM I&D EM PORCENTAGEM DO PIB POR SETOR DE EXECUÇÃO EM PORTUGAL (1982-2011p)	249
GRÁFICO A. 12 PADRÕES DE EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM I&D EMPRESARIAL EM PORTUGAL CONTINENTAL POR NUT II, A PREÇOS CORRENTES EM MILHARES DE EUROS (1999-2010)	249
GRÁFICO A. 13 EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO PORTUGUÊS EM INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE POR DIMENSÃO E INDICADOR RELEVANTE (2008-2012)	259
GRÁFICO A. 14 EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO PORTUGUÊS NOS OUTPUTS DA INOVAÇÃO (2010-2011)	259
GRÁFICO A. 15 MAPAS DA PERFORMANCE INOVADORA POR GRUPOS DE REGIÕES NUT II NA UE (2007-2011)	260
GRÁFICO A. 16 MAPAS DA PERFORMANCE COMPETITIVA POR GRUPOS DE REGIÕES NUT II NA UE (2007-2011)	261
GRÁFICO A. 17 DIMENSÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES	337
GRÁFICO A. 18 ESTRUTURA DO FUNDO CAPITAL CRIATIVO II	362
GRÁFICO A. 19 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR CATEGORIA DE DESPESA E ANO DE EXECUÇÃO	366
GRÁFICO A. 20 DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DO INVESTIMENTO TOTAL E DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS PROJETOS "REINFORMETAL" E "REINFORMETAL PLUS"	387
GRÁFICO A. 21 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL E INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO DOS PROJETOS "REINFORMETAL" E "REINFORMETAL PLUS"	387
GRÁFICO A. 22 INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR ANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E ATIVIDADE DESENVOLVIDA	393
GRÁFICO A. 23 DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR CATEGORIA DE DESPESA	394
GRÁFICO A. 24 EVOLUÇÃO DO N.º DE OPERAÇÕES APOIADAS NOS FUNDOS REEMBOLSÁVEIS, POR SETOR ESTRATÉGICO, NO PERÍODO 2010-2011	411
GRÁFICO A. 25 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DOS FUNDOS REEMBOLSÁVEIS, POR SETOR ESTRATÉGICO, NO PERÍODO 2010-2011 (UNID: MIL EUROS)	412
GRÁFICO A. 26 EVOLUÇÃO DO EMPREGO GERADO PELOS FUNDOS REEMBOLSÁVEIS, POR SETOR ESTRATÉGICO, NO PERÍODO 2010-2011	413
GRÁFICO A. 27 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO POR UNIDADE DE EMPREGO GERADA PELOS FUNDOS REEMBOLSÁVEIS, POR SETOR ESTRATÉGICO, NO PERÍODO 2010-2011	413
GRÁFICO A. 28 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO, INVESTIMENTO INDUZIDO E TAXA DE COINVESTIMENTO DOS FUNDOS REEMBOLSÁVEIS, POR SETOR ESTRATÉGICO, NO PERÍODO DE 2010-2011 (UNID: MIL EUROS)	414

Índice de figuras

FIGURA 1 ARTICULAÇÃO ENTRE OS GRANDES GRUPOS DE QUESTÕES DE AVALIAÇÃO.....	7
FIGURA 2 ARTICULAÇÃO ENTRE INDICADORES, COMPONENTES E MOMENTOS DE AVALIAÇÃO	8
FIGURA 3 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE AVALIAÇÃO	16

Índice de caixas

CAIXA 1 A EVOLUÇÃO DO CONTEXTO DO SAESCTN.....	58
CAIXA 2 O REGISTO DE PATENTES NO SISTEMA DE INOVAÇÃO EM PORTUGAL	59
CAIXA A. 1 TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA	159
CAIXA A. 2 TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FATORES-CHAVE DE COMPETITIVIDADE	160
CAIXA A. 3 INVESTIGAÇÃO CONTRATADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SI I&DT	252
CAIXA A. 4 ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADES INTERNACIONAIS QUE ENQUADRARAM 18 CONCURSOS TEMÁTICOS ...	278
CAIXA A. 5 ONDE NASCE O NOVO EMPREGO EM PORTUGAL?.....	400
CAIXA A. 6 CONCLUSÕES DA UTILIZAÇÃO DOS IEF NO ESPAÇO DA UE	403
CAIXA A. 7 O CONTRIBUTO DO CAPITAL DE RISCO PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO	404
CAIXA A. 8 CASH ADVANCES	414
CAIXA A. 9 FLEXIBILIDADE DE FUNDO E CURSO DE DESENVOLVIMENTO	415
CAIXA A. 10 COMBINED MICRO LOAN PROGRAM, COMBINAÇÃO DE IEF COM SUBSÍDIOS.....	415
CAIXA A. 11 AS GRANDES INFRAESTRUTURAS: CENTROS DE EXCELÊNCIA EUROPEUS E CENTROS REGIONAIS DE I&D.....	431
CAIXA A. 12 LIMITAÇÕES NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA COOPERAÇÃO	436
CAIXA A. 13 LIMITAÇÕES NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROSPERIDADE	437

Siglas e abreviaturas utilizadas

AAC – Aviso(s) de Abertura de Concurso(s)
AdI – Agência de Inovação
AE – Associações Empresariais
AEP – Associação Empresarial de Portugal
AG – Autoridade(s) de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal
AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria
AMA – Agência para a Modernização Administrativa
APCER – Associação Portuguesa de Certificação
APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos
BA – *Business Angels*
CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CAP – Agricultores de Portugal
CCDR – Comissão(ões) de Coordenação de Desenvolvimento Regional
CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais
CFPIC – Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado
CIDI – Conselho para a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (República Checa)
CIP – Confederação da Indústria Portuguesa
CMC – Comissão Ministerial de Coordenação
CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CORDIS – *Community Research and Development Information Service*
CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal
CTUP – Custo do Trabalho por Unidade Produzida
DG – Direcção-Geral
DGCI – Direcção-Geral dos Impostos
DGEEP – Direcção-Geral de Estudos, Estratégia e Planeamento
DGEEC – Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGITA – Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
DL – Decreto-Lei
DPI – Direitos de Propriedade Intelectual
EBC – Economia Baseada no Conhecimento
EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva
EPO – *European Patent Office*
EQ – Emprego Qualificado
ET – Emprego Total
ETI – Equivalente a Tempo Integral
FACI – Ferramenta(s) de Análise e Cálculo de Incentivos
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FCR – Fundo de Capital de Risco
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FP7 – 7º Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento da União Europeia
FSE – Fundo Social Europeu
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IBMC – Instituto de Biologia Molecular e Celular
IC&DT – Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
I+D+I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IEF – Instrumento(s) de Engenharia Financeira
IES – Instituições de Ensino Superior
IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP
IGT – Instrumento(s) de Gestão Territorial
IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
II&D – Inovação e Investigação & Desenvolvimento

INE – Instituto Nacional de Estatística
INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica (INEB)
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional
IPSFL – Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
IST – Instituto Superior Técnico
ISTMA - *International Special Tooling and Machining Association*
JEREMIE - *Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises*
JESSICA - *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*
MDSIE - Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial
MEUR – Milhões de euros
MTSS - Ministério do Trabalho e da Segurança Social
NIF - Número de Identificação Fiscal
NIPC - Número de Identificação de Pessoa Coletiva
NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais (para fins estatísticos)
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Orientação Exportadora
OI - Organismo(s) Intermédio(s)
OT – Orientação(ões) Técnica(s)
PCT – Polo(s) de Competitividade e Tecnologia
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo
PIB - Produto Interno Bruto
PIDDAC - Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME - Pequenas e Médias Empresas
PO - Programa(s) Operacional(is)
POCTI/POCI - Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação
POFC/COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade
POPH - Programa Operacional Potencial Humano
POR - Programa Operacional Regional
PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
QCA - Quadro Comunitário de Apoio
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCI - Referencial para a Competitividade e Internacionalização
REAI - Regime de Exercício da Atividade Industrial
RL – Resultado Líquido
RNG – Redes de Nova Geração
RO – Resultado Operacional
RTC - Relatórios Técnicos e Científicos
SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCR - Sociedade de Capital de Risco
SCT(N) - Sistema Científico e Tecnológico (Nacional)
SGA - Sistema de Gestão do Atendimento
SIAF - Sistema de Inquéritos da Administração Fiscal
SI - Sistema(s) de Incentivos
SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas
SIACo - Sistema Integrado de Apoio ao Contribuinte
SIAF - Sistema de Inquéritos da Administração Fiscal
SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação
SI QREN - Sistema de Incentivos do QREN
SI QPME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
SNII - Sistema Nacional de Investigação e Inovação (República Checa)
SOA - *Service Oriented Architecture*
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
TICE – Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
TMA – Tempo Médio de Atendimento
TME – Tempo Médio de Espera
TOC/ROC - Técnicos Oficiais de Contas/Revisores Oficiais de Contas
TP - Turismo de Portugal
UBI – Universidade da Beira Interior
UE - União Europeia
USPTO - *United States Patent and Trademark Office*
UTAD – Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VBP – Valor Bruto de Produção
VN – Volume de Negócios

Introdução

O presente documento constitui o Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE), tendo sido elaborado de acordo com as especificações do Caderno de Encargos do procedimento do concurso limitado por prévia qualificação internacional nº 2589/2012 que suporta a adjudicação do estudo de avaliação.

O exercício de avaliação desenvolvido teve como principais *outputs* um relatório inicial, de cariz essencialmente metodológico, entregue a 13 de março de 2013, uma síntese de progresso (entregue a 26 de abril), um relatório intercalar (entregue a 17 de junho) e um relatório final preliminar (entregue a 6 de setembro).

A avaliação intercalar do COMPETE reporta-se a 31/12/2012 e enquadra-se no conjunto dos exercícios de avaliação previstos no Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais que têm por finalidade “contribuir para um maior conhecimento sobre a eficácia e eficiência dos Programas Operacionais, através da análise dos seus resultados e impactos até ao momento, bem como a sustentabilidade dos mesmos”¹.

O foco da análise neste estudo centra-se, portanto, nas realizações e os resultados das intervenções apoiadas e no seu contributo para os objetivos do Programa, obrigando, por isso, a uma análise exploratória dos seus impactos, tão aprofundada quanto o ritmo de conclusão dos projetos, o tempo de maturação dos respetivos efeitos e a informação disponível permitiram.

O COMPETE comporta uma vasta diversidade de instrumentos de financiamento estrutural cujos efeitos sobre a economia e a sociedade se afiguram como fundamentais para o fortalecimento e para a reorientação que se pretende incutir na economia portuguesa.

A análise dos resultados e impactos de um Programa com efeitos muito variados nas dimensões em apreço, implementado numa conjuntura desfavorável e com muitos projetos cujos efeitos ainda não se manifestaram de forma plena, limitando a aferição de impactos efetivos, constituiu o principal desafio da presente avaliação. As consequências diretas e indiretas das profundas alterações ocorridas na envolvente socioeconómica e financeira são também particularmente importantes para o desenvolvimento da avaliação, sob uma dupla perspetiva: por um lado, no quadro dos efeitos que estas alterações provocaram ou possam vir a gerar nos projetos aprovados; por outro, no âmbito da natureza e profundidade dos desafios decorrentes destas alterações sobre as ambições e os objetivos dos instrumentos de política que visam o aumento da competitividade da economia portuguesa. A incorporação da vertente comportamental no processo avaliativo assumiu-se assim como fundamental.

O segundo grande desafio que se colocou ao exercício avaliativo resultou do momento em que ocorre a avaliação. A proximidade do final do atual período de programação e o nível de compromisso registado limitam a utilidade da avaliação em matéria de reorientação estratégica do Programa mas potenciam o seu contributo para a maximização da eficácia e eficiência do COMPETE, para um processo de conclusão e encerramento bem sucedido e, sobretudo, para a preparação do próximo período de programação estrutural comunitária (2014-2020), onde as questões associadas à competitividade e ao emprego voltam a estar no cerne das orientações da Comissão Europeia.

O relatório encontra-se estruturado de acordo com o previsto no caderno de encargos, incluindo uma introdução, o âmbito e objetivos da avaliação, a metodologia, a resposta às questões de avaliação e as principais conclusões e recomendações da avaliação. O relatório possui igualmente um conjunto alargado de anexos de suporte à metodologia aplicada e à análise efetuada na resposta às questões de avaliação. Os anexos são identificados por letras e os quadros, figuras e gráficos dos anexos têm uma numeração diferente da que consta no corpo do relatório para facilitar a leitura de remissões efetuadas nas respostas às questões (estão identificados com a letra do anexo onde se inserem e um nº sequencial).

¹ Caderno de Encargos do estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE).

1. Âmbito e objetivos da avaliação

1.1. O objeto de avaliação

O objeto de avaliação do presente Estudo é o Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC) - COMPETE, aprovado em 2007. O COMPETE assume particular relevância na prossecução dos objetivos da Agenda Operacional Fatores de Competitividade do QREN – em particular a promoção de níveis de crescimento económico que assegurem a retoma sustentada da trajetória de convergência real da economia portuguesa com a União Europeia – que é no essencial operacionalizada por este Programa temático com incidência nas três regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo) e pelos Programas Operacionais Regionais.

O COMPETE visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública. Assume como principais objetivos os seguintes:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a ação do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

O Programa tem atualmente uma dotação de financiamento comunitário de 3.174 MEUR e encontra-se estruturado em seis Eixos Prioritários (Quadro 1) que integram um conjunto de instrumentos de política pública - Sistemas de Incentivos ao Investimento das empresas (SI), Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC), Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) e Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) – que são mobilizados para a prossecução dos quatro objetivos globais do PO e dos 21 objetivos específicos dos Eixos do Programa conforme se apresenta no Quadro 2.

Quadro 1
Eixos prioritários do COMPETE e principais beneficiários/destinatários

<i>Eixos</i>	<i>Beneficiários/destinatários</i>
Eixo 1. Conhecimento e desenvolvimento tecnológico	Empresas, instituições de ensino superior e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
Eixo 2. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	Empresas e entidades de interface e assistência tecnológica empresarial
Eixo 3. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	Sociedade gestora do FINOVA e sociedades gestoras de outros fundos ou instrumentos de financiamento (capital de risco, <i>business angels</i>). Os destinatários finais destes instrumentos são as empresas (PME)
Eixo 4. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	Entidades da Administração Pública Central e Local, associações de municípios, associações de desenvolvimento regional de capitais maioritariamente públicos, entidades públicas empresariais de suporte à atividade empresarial e prestadoras de serviços
Eixo 5. Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	Associações empresariais e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, entidades públicas e setor empresarial local
Eixo 6. Assistência Técnica	Órgãos de governação do Programa

Quadro 2

Articulação entre objetivos do Programa e Instrumentos

Objetivos Específicos dos Eixos Prioritários		Qualificação do tecido produtivo	Maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa	Qualificação da Administração Pública e da eficiência da ação do Estado	Promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação
1.1	a) Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade				SAESTCN
1.2	b) Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas	SIDT			SIDT
2.1	a) Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados		SI QPME		
2.2	b) Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade	SI QPME			
2.3	c) Incentivar o empreendedorismo qualificado, feminino e jovem	SI Inovação			
2.4	d) Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor	SI Inovação	SI Inovação		
2.5	e) Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento	SI Inovação			
3.1	a) Estimular a intervenção do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas	SAFPRI			
3.2	b) Consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias	SAFPRI			
3.3	c) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME	SAFPRI			
3.4	d) Apoiar o financiamento da inovação numa perspetiva integrada (capital e dívida)	SAFPRI			SAFPRI
3.5	e) Incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco	SAFPRI			SAFPRI
3.6	f) Incrementar o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, bem como apoios às iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos fatores da igualdade entre homens e mulheres	SAFPRI			
4.1	a) Aumentar a eficácia da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos			SAMA	
4.2	b) Reduzir os "custos públicos de contexto" que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade			SAMA	
4.3	c) Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede			SAMA	
4.4	d) Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam			SAMA	
5.1	a) Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos polos de crescimento	SIAC			
5.2	b) Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infraestruturas e orientando as suas atividades para as necessidades das PME	SIAC	SIAC		SIAC
5.3	c) Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração		SIAC		SIAC
5.4	d) Promover o desenvolvimento de ações inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação				SIAC

Fonte: Equipa de avaliação

À data de reporte da avaliação (31/12/2012), nos 5 Eixos² objeto de avaliação, o COMPETE apoiou 5.061 projetos, envolvendo um montante de fundo de cerca de 3.000 MEUR (Quadro 3). As taxas de compromisso e de execução do Programa (Quadro 4) situam-se nos 98% e 51%, respetivamente, encontrando-se próximas das registadas em média nos programas temáticos do QREN (91% e 58%).

Quadro 3
Nº de projetos, investimento e fundo comunitário por tipologia de investimento (2012)

<i>Instrumento</i>	<i>Tipologia de investimento</i>	<i>Nº Projetos</i>	<i>Investimento Elegível (1000 euros)</i>	<i>Fundo comunitário (1000 euros)</i>
SAESCTN	I&DT Entidades do SCTN/Projetos Individuais	1.210	134.121	113.701
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos em Co-promoção	833	98.873	83.799
	Promoção da cultura científica e tecnológica/ Projetos Individuais	28	6.483	5.511
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos Individuais	62	43.560	37.026
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos em Co-promoção	9	22.164	18.839
	SAESCTN Total	2.142	305.201	258.876
SI I&DT	I&DT Empresas/Projetos Individuais	226	185.224	88.490
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	281	246.827	158.234
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	14	81.150	56.308
	I&DT Empresas/Vale I&DT	61	1.867	1.397
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	5	123.663	31.399
	I&DT Coletiva	2	688	481
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos I&DT	22	7.443	3.052
SI I&DT Total		611	646.862	339.362
Total Eixo 1		2.753	952.063	598.238
SI Inovação	SI Inovação/Inovação Produtiva	561	2.093.643	1.047.587
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	16	616.834	157.746
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	6	298.044	151.232
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	12	12.657	7.576
	Projetos transitados do QCA III	6	999.356	167.971
	SI Inovação Total	601	4.020.534	1.532.112
SI QPME	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	714	226.050	97.271
	SI QPME/Projetos Conjuntos	129	222.823	108.781
	SI QPME/Vale Inovação	365	8.901	6.649
SI QPME Total		1.208	457.774	212.702
Total Eixo 2		1.809	4.478.308	1.744.813
SAFPRI	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	23	435.041	282.817
Total Eixo 3		23	435.041	282.817
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	168	404.179	254.879
Total Eixo 4		168	404.179	254.879
SIAC	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	308	247.122	181.262
Total Eixo 5		308	247.122	181.262
Total COMPETE		5.061	6.516.714	3.062.009

Fonte: Sistema de Informação do POFC

² O Eixo 6 não se encontra abrangido por esta avaliação intercalar

Quadro 4

Financiamento comunitário, taxas de compromisso e execução (31/12/2012)

	Financiamento Comunitário Programado (1000 Euros) [1]	Financiamento Comunitário Aprovado (1000 Euros) [2]	Financiamento Comunitário Certificado (1000 Euros) [3]	Taxa de compromisso [2/1]	Taxa de execução [3/1]
Eixo 1. Conhecimento e desenvolvimento tecnológico	641.528	598.238	272.793	93%	43%
Eixo 2. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	1.652.522	1.744.813	971.866	106%	59%
Eixo 3. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	377.112	282.817	142.798	75%	38%
Eixo 4. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	235.000	254.879	96.320	108%	41%
Eixo 5. Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	196.838	181.262	93.688	92%	48%
Eixo 6. Assistência Técnica	70.789	43.045	32.199	61%	45%
COMPETE	3.173.789	3.105.054	1.609.663	98%	51%

Fonte: Sistema de Informação do POFC

A distribuição regional do número de projetos apoiados e do incentivo (fundo comunitário) atribuído evidencia uma concentração nas regiões Norte e Centro (75% dos projetos e 57% do investimento), sendo 19% dos projetos (28% do incentivo) de âmbito multi-regional. Tratando-se de um Programa destinado às regiões do Continente inseridas no Objetivo Convergência da política de coesão europeia, permite, excecionalmente, no instrumento SAMA, o apoio a despesas elegíveis realizadas em Lisboa, sucedendo o mesmo no I&DT em co-promoção, que pode envolver entidades do SCTN localizados em Lisboa e Algarve. Globalmente, localizam-se em Lisboa 2% dos projetos apoiados (4,6% do incentivo total atribuído nos 5 Eixos em análise)

Dos projetos apoiados, apenas 7% (338 projetos, representando 18% do investimento elegível apoiado) se encontra encerrado em dezembro de 2012. O Eixo 2 é o que apresenta maior nível de encerramento (17% dos projetos, 25% do investimento elegível), tendo os restantes menos de 5% de projetos nesta situação.

Se adicionarmos aos projetos que cumprem todas as formalidades de encerramento os que já foram objeto de pedido de pagamento/reembolso final, verificamos que os projetos concluídos financeiramente representam 25% dos projetos apoiados e 42% do investimento elegível. Encontram-se nesta situação 45% dos projetos do Eixo 2, 41% dos enquadrados no SI&DT, cerca de 35% dos apoiados no âmbito do SAMA e do SIAC e 1% dos projetos do SAESCTN.

1.2. Objetivos da avaliação e contexto de implementação do Programa

A avaliação enquadra-se no conjunto dos exercícios de avaliação que têm por finalidade contribuir para um maior conhecimento sobre a eficácia e eficiência dos Programas Operacionais, através da análise dos seus resultados e impactos até ao momento, bem como a sustentabilidade dos mesmos.

A elaboração do estudo nesta fase final de implementação do COMPETE, em que os objetivos e instrumentos do Programa se encontram estabilizados e consolidados e em que os projetos aprovados atingem estádios de execução mais evidentes, induz a que a focalização da análise se situe em torno da apresentação das realizações, dos resultados alcançados e dos impactos (esperados e efetivamente observados) dos projetos apoiados, bem como na divulgação de boas práticas e de casos de sucesso na concessão dos apoios.

O Caderno de Encargos enuncia um conjunto alargado de questões de avaliação (Quadro 5) que podem ser organizadas em quatro grandes domínios de avaliação que assumem lógicas de abordagem claramente complementares.

- As questões Globais, que procuram aferir o desempenho ao nível das realizações, resultados e sustentabilidade das intervenções e do seu contributo para os objetivos e prioridades estratégicas do COMPETE.
- As questões Específicas, que visam aferir o desempenho específico inerente a cada um dos Objetivos Gerais/Estratégicos do Programa, que, em articulação com os objetivos próprios de cada um dos Eixos Prioritários, consubstanciam as orientações e diretrizes de política destinadas à qualificação do tecido produtivo nacional, ao reforço da orientação exportadora, à qualificação e eficiência da Administração Pública e à promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- As questões Temáticas, centradas sobre a natureza e configuração dos instrumentos de política pública em termos de contribuição mais eficaz para a agenda da competitividade, nomeadamente no quadro do próximo período de programação comunitária.
- As questões de Programação, com uma natureza transversal ao Programa, onde se integram, quer a variabilidade dos desenvolvimentos ocorridos ao longo do presente período de programação, quer os seus efeitos nos objetivos definidos para os instrumentos de política pública em estudo.

Quadro 5

Grandes grupos de questões de avaliação

Questões Globais	
G1	O desempenho do COMPETE em matéria de realizações e resultados é satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do COMPETE?
G2	Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável?
G3	As intervenções apoiadas estão a conduzir a efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do COMPETE?
G4	As realizações e os resultados verificados poderiam ser alcançados com menos recursos?
Questões Específicas	
E1	Qualificação do tecido produtivo, por via do <i>upgrading</i> do perfil de especialização e dos modelos empresariais
E2	Qual o contributo do COMPETE para o reforço da orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável
E3	Qualificação da Administração pública e da eficiência da ação do estado, por via da modernização da AP e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas
E4	Promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo
Questões Temáticas	
T1	Financiamento e partilha de risco
T2	SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico
T3	Redes e Ações Coletivas (SIAC)
T4	Política de comunicação
Questões de Programação	
P1	Efeito de incentivo: Em que medida os apoios atribuídos aos projetos empresariais determinaram a sua dimensão/ âmbito/ rapidez / localização?
P2	Modelo de financiamento: Em que medida os modelos de financiamento adotados (incentivo reembolsável, não reembolsável e engenharia financeira) estão adequados aos instrumentos de apoio?
P3	Efeito <i>spill-over</i> : Qual o efeito nas regiões convergência dos projetos com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência?

Tendo em consideração os objetivos enunciados, a presente avaliação não poderia deixar de prestar particular atenção às circunstâncias específicas em que tem decorrido a implementação deste Programa. Com efeito, o QREN foi preparado num contexto macroeconómico marcado, à escala mundial, por uma perspetiva de manutenção de um ritmo sustentado de crescimento económico, à escala europeia, por uma perspetiva de crescimento e criação de emprego e um dinamismo qualitativo associado a uma mais pragmática implementação da “Estratégia de Lisboa Renovada” e, à escala nacional, por uma perspetiva de inversão da tendência de divergência económica, verificada no ciclo de programação estrutural de 2000-2006.

A expectativa de relançamento do processo de convergência europeia da economia portuguesa era alicerçada pela combinação de um novo ciclo de investimento público, melhorando quer a qualidade das infraestruturas de desenvolvimento, quer o contexto de suporte das atividades económicas, com uma reorientação do investimento privado em direção a atividades de bens transacionáveis mais intensivas em conhecimento e melhor inseridas no mercado mundial, isto é, de um “salto qualitativo” em matéria de competitividade dinamizado pelo *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais, pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pelo fomento do empreendedorismo e pela redução dos custos de contexto.

O papel do investimento público e dos incentivos públicos ao investimento privado surgia, nesse contexto, com um carácter supletivo e qualitativo, isto é, orientando e estimulando a iniciativa privada, alargando os campos de aplicação das parcerias entre os setores público e privado e alargando a dotação de bens públicos e semipúblicos.

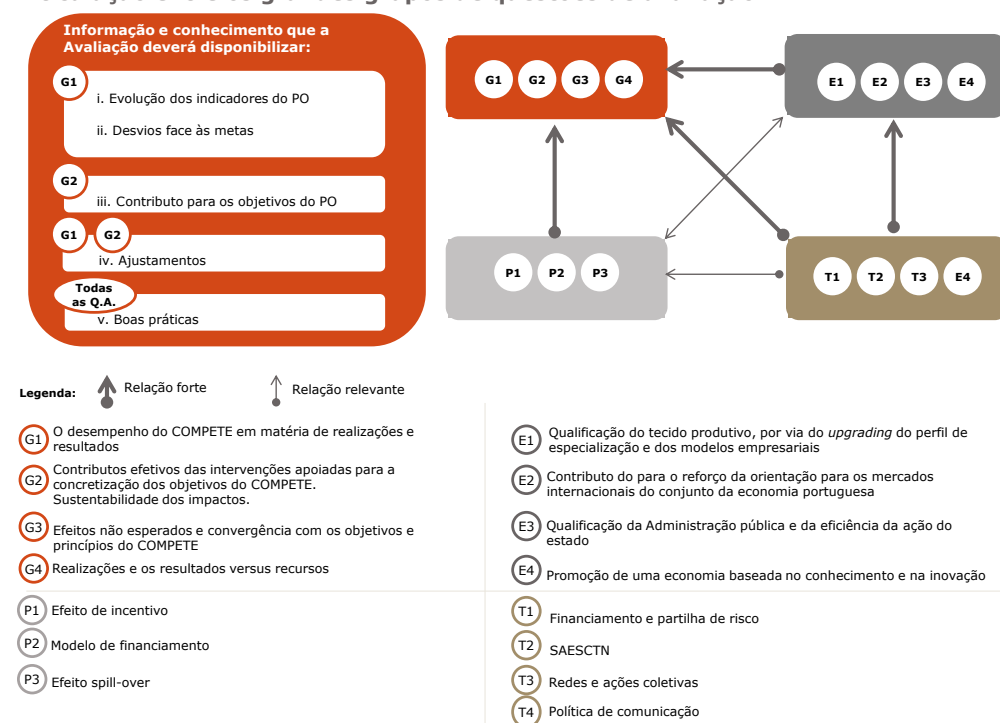
O contexto de execução da agenda temática dos fatores de competitividade foi-se alterando significativamente ao longo da sua vigência modificando, o próprio quadro de necessidades, comportamentos e desafios da sua “população-alvo” e confrontando a gestão do programa com transformações substanciais e profundas onde se destacam: (i) as alterações, seja na evolução da rentabilidade das empresas e das expectativas dos investidores e, portanto, nas características e ritmos da procura dirigida aos instrumentos de política contemplados no programa, seja na evolução das condições de financiamento das empresas junto do sistema financeiro (custo e acesso) com reflexos relevantes na alimentação dos fluxos de investimento e nos fatores de atratividade fornecidos pelo programa; (ii) as importantes oscilações nos fluxos do investimento estrangeiro, seja no seu ritmo, seja na sua orientação e (iii) as progressivas dificuldades de financiamento público sob o impacto, primeiro, de um inadiável esforço de consolidação orçamental e, depois, do fecho do acesso aos mercados financeiros para a emissão de dívida soberana, que não só vieram dificultar a disponibilização da contrapartida nacional pública nos projetos aprovados como, sobretudo, geraram dificuldades muito importantes na gestão financeira de entidades com participação pública. Esta alteração de contexto foi determinante para os desenvolvimentos registados na implementação do PO e deverá ser considerada na análise dos seus resultados.

2. Metodologia

A presente avaliação assume uma natureza complexa, quer pela multiplicidade de instrumentos e áreas de intervenção abrangidas pelo Programa, quer pela diversidade de atores que envolve, quer ainda pelas circunstâncias específicas em que tem decorrido a sua implementação. A abordagem metodológica estruturada para a realização da presente avaliação encontra-se assim inevitavelmente ancorada numa perspetiva multi-método ao nível da recolha e análise de informação, que permitiu triangular informação de natureza quantitativa recolhida no sistema de informação do COMPETE, no sistema estatístico nacional e no processo de inquirição realizado, com informação de natureza mais qualitativa obtida nas entrevistas, nos *focus group* e nos estudos de caso efetuados, mas também em informação documental e nos próprios inquéritos realizados.

O roteiro metodológico da avaliação procurou, por outro lado, articular adequadamente a resposta aos diferentes grupos de questões colocadas no caderno de encargos (Figura 1), tendo em consideração (i) as questões globais sistematizam os principais resultados da avaliação e recebem contributos dos outros grupos de questões; (ii) os aprofundamentos temáticos fornecem *inputs* relevantes para a resposta às questões específicas; (iii) as questões de programação refletem preocupações válidas nas várias fases do exercício de avaliação, ainda que se destaquem, para além das recomendações que podem aportar para a resposta às questões globais, as interações “de duplo sentido” com as questões específicas.

Figura 1
Articulação entre os grandes grupos de questões de avaliação



Encontrando-se a avaliação, de acordo com o Caderno de Encargos, “focada nas realizações e resultados” e “em particular, na aferição do contributo das intervenções para os objetivos do PO (ou seja, no impacto das intervenções)”, a análise do contributo das intervenções apoiadas para as mudanças visadas como objetivos do PO, remete, em termos de referenciais metodológicos, para uma focalização nas componentes de **eficácia e eficiência** (que surgem tipicamente no âmbito das avaliações intercalares), mas implica uma incursão nas componentes de **utilidade e sustentabilidade** (que apenas são efetivamente aferidas após a conclusão das intervenções, nas avaliações *ex-post*) – ver Figura 2. Remete, por outro lado, para uma atenção particular à análise de efeitos, sejam os que se manifestam de forma mais direta (sobre os seus destinatários) e imediata (no decurso do contacto do beneficiário/promotor com a intervenção), usualmente mensurados através de indicadores de resultado, sejam os que se manifestam também de forma indireta (sobre a população-alvo e contexto da intervenção) e mais mediata (ocorrem com um hiato temporal maior, normalmente após a

conclusão da intervenção), usualmente mensurados, avaliando de forma adequada o contributo das intervenções para os resultados observados e para os objetivos do PO, através de indicadores de impacto³.

Figura 2
Articulação entre indicadores, componentes e momentos de avaliação

Objetivos	Indicadores	Eficiência	Eficácia	Utilidade	Sustentabilidade
Objetivos operacionais	Realização	Realizações vs recursos	Realizações efetivas vs planeadas		
Objetivos específicos	Resultado	Resultados vs recursos	Resultados efetivos vs planeados		
Objetivos globais	Impacto	Impactos vs recursos	Impactos efetivos vs planeados	Impactos na população-alvo respondem aos problemas identificados?	Efeitos perduram após a conclusão da intervenção?

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base nos documentos de trabalho da DG Política Regional sobre Indicadores de acompanhamento e avaliação (períodos de programação 2000-06 e 2007-13)

A análise das componentes de avaliação referidas é condicionada pelo momento em que ocorre a presente avaliação em três dimensões principais:

- A proximidade do final do atual período de programação e uma taxa de compromisso de 98% à data de reporte da avaliação (situando-se em 30 de julho de 2013 nos 120%) limita o contributo desta avaliação intercalar para proceder a ajustamentos muito significativos por via dos projetos a apoiar no COMPETE, mas potencia o seu contributo para a maximização da eficácia e eficiência do COMPETE até à conclusão do atual período de programação e permite maximizar os benefícios da experiência e do processo de aprendizagem adquiridos no quadro das oportunidades que o período de programação 2014-2020 propiciará;
- As profundas alterações ocorridas na envolvente económica e financeira, cujos impactos são particularmente significativos na capacidade de execução dos projetos por parte dos promotores, mas que acabaram, também, por influenciar a procura dos incentivos e a própria natureza dos projetos candidatos. Estas alterações e reações implicaram igualmente ajustamentos operacionais relevantes no PO, como resposta à conjuntura recessiva, que interessa considerar enquanto fatores explicativos dos resultados alcançados;
- A limitada expressão do número de projetos encerrados⁴, o que condiciona a análise dos resultados – usualmente aferidos após a conclusão dos projetos⁵, não obstante poderem já manifestar-se em fases avançadas de execução – e, bem assim, dos impactos das intervenções.

A análise dos resultados e impactos de um Programa com efeitos muito variados sobre os seus públicos-alvo, implementado numa conjuntura desfavorável e, sobretudo, com muitos projetos cujos efeitos ainda não se terão manifestado de forma plena limita a aferição de impactos efetivos desta intervenção, o que constitui o principal desafio da presente avaliação em termos metodológicos.

Com efeito, nesta fase de operacionalização da intervenção, a análise de efeitos potenciais (com base nos valores previstos em candidatura) surge facilitada pela informação da base de dados do PO, mas a ausência de dados sobre os resultados efetivos dos projetos apoiados no sistema de informação e a dificuldade em aceder a dados individuais dos promotores nas bases de dados do sistema estatístico nacional colocam sobre o processo de inquirição o ónus de obter a informação sobre resultados efetivos e dificultam a plena realização de abordagens contrafactuais com recurso a abordagens microeconómicas de impactos pois exigiriam obter inquéritos para unidades não tratadas pelo programa.

Para obviar a essas dificuldades e perante a impossibilidade de ter acesso a dados individuais de unidades tratadas e do grupo de controlo optou-se por uma metodologia que passou por obter junto do INE e da DGEEC apuramentos sobre a evolução efetiva de um conjunto de variáveis de interesse quer relativamente ao universo de tratados quer relativamente aos grupos de controlo que permitiram a utilização quer de abordagens

³ Sendo esta a terminologia adotada nos documentos metodológicos de referência para os exercícios de avaliação, ao longo do presente exercício a referência a análise de impacto será reservada para a mensuração do contributo das intervenções para os objetivos do PO.

⁴ Apenas 7% dos projetos se encontram encerrados formalmente, representando 18% do investimento elegível apoiado. O total de projetos concluídos ascende a 25% se considerarmos os que já foram objeto de pedido de pagamento e/ou reembolso final, ainda que a sua distribuição pelos diferentes instrumentos seja desequilibrada.

⁵ Muitos dos resultados só se manifestam 2 a 3 anos após a conclusão dos projetos, pelo que normalmente é utilizado um lapso mínimo de 2 anos para avaliar resultados efetivos.

macroeconómicas quer microeconómicas de medição de efeitos. A não disponibilidade de informação individualizada impediu que a análise seja segmentada por instrumento de política, tendo sido feitos apuramentos considerando o conjunto das unidades tratadas pelo COMPETE.

A análise dos efeitos sobre os destinatários do COMPETE – sobretudo nos instrumentos em que o promotor não se apresenta como o destinatário final das intervenções - implicou também opções metodológicas diferenciadas em função dos instrumentos de política e das sub-questões de avaliação colocadas:

- No caso dos mecanismos de reforço de capital alheio e capital próprio a auscultação dos destinatários efetuou-se através de inquérito;
- No caso do SIAC, os destinatários das intervenções são sobretudo empresas com universos diferenciados (um ou vários setores, um ou vários territórios, uma fileira) pelo que a auscultação dos destinatários se fez no âmbito dos estudos de caso relativamente aos destinatários de projetos concretos;
- No SAMA, os destinatários das intervenções assumem ainda maior amplitude (as empresas e os cidadãos) e os projetos aprovados inserem-se frequentemente em intervenções de grande envergadura desenvolvidas pela Administração Central ao longo de diversos anos, muitas vezes com fases já apoiadas por outros instrumentos de política noutros quadros comunitários e frequentemente acompanhados de alterações legislativas profundas que extravasam o efeito dos projetos apoiados. A auscultação foi neste caso efetuada por via do inquérito aos promotores relativamente a dois projetos específicos de natureza estruturante, garantindo a qualidade das respostas face a intervenções concretas e conhecidas.

2.1. Os instrumentos e métodos de avaliação

Entrevistas

Foram efetuadas entrevistas individuais e coletivas com o objetivo de recolher informação qualitativa que veio complementar a análise de dados com base no sistema de informação do PO e do sistema estatístico nacional. As entrevistas seguiram um modelo semiestruturado, sendo efetuadas com base num guião de questões pré-definido, mas suficientemente aberto e flexível à incorporação de questões que surgiram no decorrer da reunião em função das respostas dos entrevistados.

Entre fevereiro e setembro de 2013 foram realizadas cerca de 50 entrevistas com a Autoridade de Gestão e o Secretariado Técnico do COMPETE, os organismos intermédios, o INE e a DGEEC, bem como com promotores, em particular no âmbito dos estudos de caso (ver Quadro A. 1).

Inquéritos

Tendo em conta a natureza diversa das intervenções apoiadas pelo COMPETE e as exigências associadas à aplicação de diversos instrumentos avaliativos, houve necessidade de aplicar diversos inquéritos, tendo sido realizados sete processos de inquirição, quatro dirigidos a promotores de projetos apoiados pelo COMPETE, dois a destinatários, ou seja, entidades não diretamente apoiadas pelo COMPETE mas que beneficiaram dos resultados dos projetos apoiados pelo COMPETE, nomeadamente por parte dos mecanismos de engenharia financeira, e um a um grupo de controlo de entidades não apoiadas pelo COMPETE.

Em todos os inquéritos foram colocados dois grupos de questões de natureza transversal: um sobre a política de comunicação do COMPETE e outro sobre a redução dos custos de contexto propiciada por dois projetos de referência apoiados no âmbito do SAMA. Cada inquérito inclui ainda um conjunto de questões sobre os resultados dos projetos e o contributo dos mesmos para os objetivos do COMPETE. Os instrumentos de notação destes inquéritos constam do Anexo A.3 ao presente relatório.

Tratando-se de uma avaliação centrada nos resultados, a unidade de inquirição é incontornavelmente o projeto, pelo que alguns promotores foram inquiridos mais do que uma vez.

No que respeita aos promotores (dos Sistemas de Incentivos, SAESCTN, SIAC e SAMA) o processo de inquirição incidiu sobre o universo dos “projetos concluídos”, com as seguintes características: (i) projetos encerrados, (ii) projetos com pedido de pagamento final ou com pagamento de reembolso final e (iii) projetos que não se encontrando nas situações anteriores, apresentam um nível de execução FEDER certificado superior a 75% do incentivo aprovado (Quadro 6).

Se os projetos identificados anteriormente constituem a base para a avaliação das realizações e impactos do programa, a verdade é que esses projetos poderão não ser representativos do total da procura dirigida ao Programa. Em particular, não só as alterações do contexto, mas também as alterações introduzidas no Programa podem ter induzido uma alteração na procura que lhe é dirigida. Por esta razão, no caso dos Sistemas de Incentivos, foi ainda inquirida uma amostra aleatória representativa dos projetos não concluídos, com nível de execução inferior a 75%, centrada nas medidas em que o montante de investimento não está limitado e excluindo *outliers* em termos da distribuição de investimento. A dimensão da amostra foi fixada utilizando uma amostragem estratificada por sistema de incentivo e por medida. Foi fixada uma dimensão que garante níveis de confiança nas estimativas obtidas de pelo menos 95% com uma margem de erro inferior a 5%.

No que respeita aos destinatários dos mecanismos de engenharia financeira foram realizados dois processos de inquirição, um para os mecanismos de reforço do capital próprio, aplicado ao universo de empresas apoiadas através de fundos de capital de risco e entidades veículo da linha de financiamento a *business angels*, e outro

para os mecanismos de reforço de capitais alheios, que incidiu sobre uma amostra aleatória de projetos, em que a dimensão da amostra foi fixada por forma a assegurar níveis de confiança nas estimativas obtidas de pelo menos 95% com uma margem de erro inferior a 5% (Quadro 6).

No que respeita aos destinatários dos mecanismos de engenharia financeira foram realizados dois processos de inquirição, um para os mecanismos de reforço do capital próprio, aplicado ao universo de empresas apoiadas através de Fundos de Capital de Risco e Entidades Veículo da Linha de Financiamento a BA, e outro para os mecanismos de reforço de capitais alheios

No caso do grupo de controlo foram selecionados para inquirição todos os promotores dos Sistemas de Incentivos com projetos não aprovados por motivos de dotação dos concursos em que se candidataram (elegíveis não selecionados). Como forma de evitar riscos de contaminação das análises contrafactuais foram posteriormente excluídos os promotores que integravam o grupo de tratamento (os que simultaneamente tinham projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos). Para este inquérito foram selecionados 54 promotores.

Quadro 6
Número de projetos sujeitos ao processo de inquirição dos promotores

Instrumento	Nº de projetos total	Projetos concluídos	Projetos com nível execução superior a 75%	Projetos dos SI com nível de execução abaixo dos 75%	Amostra projetos dos SI com execução abaixo dos 75%	Total a inquirir
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6= 2+3+5]
SIAC	308	110	14	-	-	124
SAESCTN	2.142	26	565	-	-	591
SAMA	168	57	11	-	-	68
Sistemas de Incentivos	2.420	1.065	87	746	347	1.499
- SI&DT	611	249	14	285	125	388
- SI Inovação	601	294	43	173	106	443
- SI QPME	1.208	522	30	288	116	668
Total	5.038	1.258	677	746	347	2.282

Quadro 7
Número de projetos sujeitos ao processo de inquirição dos destinatários

	Nº projetos	Nº promotores	Valor dos fundos aplicados nas empresas (euros)	Total a inquirir
Mecanismos de engenharia financeira – reforço do capital próprio	110	82	34.175.789	110
- Destinatários da Linha de Financiamento a Business Angels	70	56	9.178.923	70
- Fundos de capital de risco - destinatários	40	26	24.996.866	40
Mecanismos engenharia financeira – reforço de capitais alheios	3.762	3.664	1.270.547.362	328
Total	3.872	3.746	1.304.723.151	438

O processo de lançamento dos inquéritos iniciou-se no final do mês de Abril, para todos os promotores selecionados nas amostras, tendo os inquéritos aos destinatários sido lançados em Maio. Foi enviado aos responsáveis dos projetos um mail com um link para preenchimento do inquérito na plataforma web associada ao processo de inquirição. O acompanhamento do processo de inquirição envolveu os seguintes procedimentos: substituição de endereços incorretos com o auxílio da estrutura técnica do COMPETE e de pesquisas na internet, acompanhamento dos inquiridos nas questões colocadas telefonicamente ou por correio eletrónico, reenvio de *mail* para os inquiridos que não responderam no final do prazo estabelecido (2 reenvios) seguido de contacto telefónico, validação das respostas e da sua inequívoca associação aos projetos visados.

As taxas de resposta aos inquéritos (Quadro 8) são consideradas bastantes satisfatórias tendo em consideração os resultados obtidos em média nos exercícios de avaliação do QREN. Excetua-se o caso do grupo de controlo, onde o número de resposta inviabiliza a utilização deste instrumento no processo avaliativo, e o caso dos destinatários das linhas PME Investe onde a taxa de resposta se situa nos 15%, correspondentes também a cerca de 14% do investimento.

Note-se aliás que dos 2.741 inquéritos lançados somente 675, dos quais 347 para os Sistemas de Incentivos e 328 para os mecanismos de engenharia financeira – reforço de capitais alheios, é que correspondem a inquéritos lançados por amostragem, uma vez que os restantes correspondem ao universo dos projetos identificados. Para os inquéritos lançados por amostragem no caso dos Sistemas de Incentivos verifica-se que as taxas de resposta foram relativamente semelhantes às taxas globais. Por outro lado, tendo em conta que nunca é feita uma análise segregando os projetos inquiridos por amostragem e os projetos inquiridos de forma censitária, globalmente não se colocam problemas associados à representatividade da amostra inquirida e margem de erro associada. Esses problemas colocam-se só no caso dos inquéritos aplicados aos destinatários dos mecanismos de engenharia financeira – reforço de capitais alheios pelo que as conclusões neste caso

devem ser observadas com maior cautela. O nível de erro amostral associado a uma amostra de 49 respostas é de cerca de 18%, com um intervalo de confiança de 95%, claramente superior ao nível de 5% que foi utilizado na definição da dimensão da amostra.

Quadro 8
Nº de inquiridos e taxas de resposta, por inquérito

	Nº de inquiridos	Nº de respostas	Taxa de resposta	
			Global	Inquéritos por amostragem
SIAC	124	98	79%	
SAESCTN	591	339	57%	
SAMA	68	32	47%	
Sistemas de Incentivos	1.499	635	42%	46%
- SI&DT	388	220	57%	63%
- SI Inovação	443	198	45%	43%
- SI QPME	668	217	32%	30%
Mecanismos de reforço de capital alheio	328	49	15%	
Mecanismos de reforço de capital próprio	77	29	38%	
Grupo de controlo	54	3	6%	
Total	2.741	1.820	66%	

Nota: No caso específico dos mecanismos de reforço dos capitais próprios (capital de risco e business angels) verificou-se que a base de dados disponibilizada apresentava muitos casos de "projetos" com os mesmos destinatários, o mesmo responsável e, frequentemente, a mesma entidade veículo, variando apenas o valor das tranches disponibilizadas. Para evitar enviar vários inquéritos à mesma entidade foram contactadas telefonicamente todas as empresas para verificar se as várias intervenções se referiam ao mesmo "projeto". Desta forma evitou-se o preenchimento de vários inquéritos sobre o mesmo objeto de observação e foram enviados inquéritos para as 77 empresas destinatárias com endereço de mail disponibilizado.

Uma caracterização do universo de respondentes em cada um dos inquéritos tratados e a sua comparação com o universo de inquiridos é apresentada no Anexo A.2. Verifica-se que o universo de respondentes representa 40% do investimento elegível inquirido. Com exceção do inquérito aos mecanismos de reforço de capital alheio, todos os restantes inquéritos apresentam uma boa cobertura do investimento elegível do universo de apoiados, variando entre os 39% no caso dos Sistemas de Incentivos e os 92% no caso do SIAC.

Quanto à distribuição por sectores verifica-se que o universo de respondentes representa entre 16% do investimento elegível no caso da construção e os 100% no caso da energia. Nos setores com maior representatividade em termos de investimento no programa verifica-se uma cobertura de 35% na indústria, de 65% nos "outros setores", de 76% nos serviços e de 51% no turismo.

Em termos regionais, os níveis mais elevados de cobertura verificam-se em Lisboa (67%) e nos projetos multi-regiões (60%), por oposição ao registado no Alentejo (24%).

Tendo em conta estes resultados, deve haver maior cautela na generalização das conclusões retiradas a partir da análise dos inquéritos no caso dos mecanismos de reforço do capital alheio, dos setores da construção, dos transportes e do comércio e da região do Alentejo.

Recolha e análise estatística e de dados

A principal fonte de recolha de dados quantitativos sobre os projetos apoiados foi o sistema de informação do COMPETE. Complementarmente foram recolhidos dados junto da FCT sobre os projetos apoiados pelo SAESCTN e, através do COMPETE, sobre os destinatários dos mecanismos de engenharia financeira. Para a análise dos resultados e o contributo das intervenções para a concretização dos objetivos do Programa foram recolhidos dados quer relativamente aos promotores com projetos apoiados quer relativamente aos grupos de controlo junto do Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para caracterização do contexto do programa foram também utilizados dados do INE, dos quadros de pessoal do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e do Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional.

Focus Group/workshops

Foram realizadas 8 sessões de *focus group/workshops* visando recolher informação qualitativa de suporte à resposta das questões de avaliação e mais 3 sessões no âmbito dos estudos de caso do SIAC. O quadro seguinte identifica as sessões, constando no Anexo A.1 um quadro com as temáticas abordadas e os participantes.

Quadro 9

Focus group/workshops realizados e articulação com as questões de avaliação

Temática	Formato	Questões de avaliação que utilizaram os resultados das sessões	Data de realização/local
O COMPETE e a qualificação do tecido produtivo: <i>upgrading</i> do perfil de especialização e dos modelos de negócio empresariais	Workshop	E1	Porto, 15 de julho
O COMPETE e o reforço da orientação para os mercados internacionais	Workshop	E2	Porto, 15 de julho
O COMPETE e a promoção da economia baseada no conhecimento e na inovação	Workshop	E4 e T2	Coimbra, 17 de julho
Papel do COMPETE na ativação e dinamização de <i>Business Angels</i> e de Capitais de Risco	Focus group	T1	Lisboa, 16 de julho
O COMPETE e o reforço do financiamento de capitais alheios	Focus group	T1, E1 e P1	Lisboa, 16 de julho
Os efeitos não esperados das intervenções apoiadas pelo Programa e seus impactos nos objetivos estratégicos do COMPETE	Focus group	G3	Lisboa, 18 de julho
Os apoios à competitividade empresarial: eficácia e eficiência dos diversos instrumentos	Focus group	P1	Lisboa, 18 de julho
Apresentação e discussão das conclusões e recomendações preliminares	Workshop	Todas	Lisboa, 21 de outubro

Estudos de Caso

A avaliação envolve a realização de 12 estudos de caso visando a análise em profundidade dos efeitos diretos e indiretos de projetos ou conjuntos de projetos apoiados e a identificação de boas práticas e práticas a evitar. A seleção dos casos teve como critérios orientadores a cobertura de todos os instrumentos de política e regiões de atuação do COMPETE e um elevado grau de execução dos projetos (garantindo por esta via maior capacidade de analisar resultados efetivos). Os casos selecionados encontram-se identificados no quadro seguinte e apresentação do relatório de cada caso consta do Anexo M a este relatório.

Quadro 10

Estudos de caso realizados – promotor e instrumento de suporte

Estudo de caso	Promotores	Instrumentos
1 MEGA PTA	Artlant PTA, Sa	SI Inovação
2 Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação	FIORIMA, SA	SI Inovação
3 Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012	APICCAPS	SIAC
Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado - 2012	APICCAPS	SI QPME
4 ADIRA 2009 - Desenvolvimento e Internacionalização	ADRA, Sa	SI QPME
5 TOOLING EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho	Aníbal H. Abrantes	SI I&DT
6 MEASUREWATT - <i>If you can not measure it, you can not improve it</i>	ISA - Intelligent Sensing Anywhere, Sa	SI Inovação
7 FCR Capital Criativo II	PME Investimentos	SAFPRI
8 PEST-C/SAU/LA0002/2011 - Proj. Estratégico - LA 2 - 2011-2012	Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC/UP)	SAESCTN
9 SIAC - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	Autoridade Tributária e Aduaneira	SAMA
10 Plano de Promoção Externa 2008/2009	Turismo de Portugal, IP	SIAC
11 REINFORMETAL - Informação e representação de PME do sector do metal	AIMMAP	SIAC
12 Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado DA Inovação Empresarial (MDSIE)	COTEC Portugal	SIAC

Benchmarking

Foram desenvolvidas duas análises de *benchmarking* internacional visando recolher experiências de implementação de instrumentos de apoio à competitividade em Programas financiados pelos fundos estruturais aplicados em regiões integradas em objetivo convergência.

Tendo os exercícios sido realizados com base em recolha de informação documental, os critérios de seleção recaíram sobretudo sobre: programas desenvolvidos em regiões de convergência, com características semelhantes às registadas em Portugal nos domínios em análise e com informação acessível em termos de execução e processos de avaliação.

Os exercícios realizados, cujos resultados se apresentam no Anexo N, recaíram sobre:

- Os instrumentos de Engenharia Financeira na Andaluzia (Espanha), região onde foi implementado o maior dos dois fundos regionais JEREMIE aplicados neste país no atual período de programação. Trata-se de uma região de convergência com características similares à portuguesa em termos de tecido empresarial, no que diz respeito à dimensão das empresas, aos setores de atividade estratégicos e às condições de acesso a financiamento.
- Dois programas de apoio ao Sistema Nacional de Investigação e Inovação da República Checa, nomeadamente, o Programa Operacional Empresa e Inovação e o Programa Operacional I&D para Inovação, que têm sido os principais canalizadores de investimento na área da I&D e Inovação. A opção justifica-se também pelo facto do Sistema Científico e Tecnológico da República Checa ser mobilizado sobretudo pelo setor público (universidades, laboratórios e centros de investigação) e por se tratar de um país onde a aposta na I&D se encontra em fase de expansão, sendo reconhecida como um elemento fundamental na promoção da competitividade do país.

Abordagens macroeconómicas de análise de efeitos

Para a avaliação dos efeitos do COMPETE foram utilizadas duas abordagens macroeconómicas de avaliação de efeitos que permitem, tendo em conta metodologias distintas, avaliar os impactos do Programa em termos agregados, construindo cenários contrafactuais que permitem tentar controlar aspetos como efeitos *deadweight* ou efeitos de seleção, por forma a que o resultado alcançado corresponda ao impacto ou contributo efetivo do Programa.

Uma dessas abordagens é a avaliação dos impactos macroeconómicos agregados da despesa realizada pelo COMPETE utilizando o modelo de input-output. No caso desta abordagem, com base na utilização dos resultados da inquirição, entrevistas, estudos de caso e *focus group* junto do grupo de tratamento é construída uma medida do nível e despesa que é efetivamente induzida pelo COMPETE, construindo por esta via um cenário de contrafactual que elimina da medição e efeitos aquela despesa que seria feita de qualquer forma. Esta abordagem, ao avaliar a adicionalidade gerada pelos apoios recebidos, permite verificar até que ponto se observam situações de indução de novo investimento, indução de aumento de investimento, ou de aceleração de investimento, o que permitirá identificar situações em que a intervenção teve um efeito de efetiva indução de comportamentos e eliminar situações de meros efeitos de *deadweight*, em que o Programa se limitou a financiar intervenções que teriam sempre lugar. Não deixa de ser uma análise que depende das perceções dos elementos do grupo de tratamento, e de natureza qualitativa, podendo essas perceções ou o reporte que delas é feito, ser influenciados por comportamentos estratégicos dos agentes relativamente ao Programa e à avaliação que consideram dever ser feita. A análise não consegue também controlar os efeitos de seleção. A partir da medição da despesa efetivamente induzida pelo COMPETE, que se considera como a despesa ou procura adicional gerada pelo Programa, é utilizada a metodologia de *input-output* para estimar os efeitos diretos, indiretos e induzidos que essa despesa adicional tem sobre o VAB. Como todas as metodologias, esta apresenta vantagens e limitações, sendo a principal vantagem o facto de, ao contemplar a riqueza das relações intersectoriais existente na economia, permitir medir não só os efeitos de arrastamento decorrentes do acréscimo de procura induzido pela intervenção como também ter resultados muito mais finos dos efeitos sobre os diversos setores. Como principais limitações nas utilizações mais básicas temos os factos de executarmos uma análise exclusivamente do lado da procura, em que se considera uma estrutura setorial dada e fixa e são assumidos, para efeitos de determinação dos impactos sobre o emprego, produtividades constantes, sendo que estas limitações podem ser, pelo menos parcialmente, superadas com algumas hipóteses sobre transformação da estrutura produtiva e evolução da produtividade. Persiste uma limitação relevante que tem a ver com o facto de a estrutura setorial utilizada ser a estrutura média da economia, com as correspondentes relações intersectoriais, que podem diferir, de forma significativa, da natureza de relações intersectoriais e cadeias de fornecimentos das unidades empresariais apoiadas pelo COMPETE, uma vez que o Programa apoia somente unidades de maior dimensão, com inserção nas cadeias produtivas diferentes das unidades médias da economia.

Uma outra abordagem macroeconómica de medição e efeitos passa pela avaliação dos resultados do Programa no grupo de tratamento considerando os indicadores de resultados apropriados para cada um dos objetivos do Programa (o VAB, as exportações, a I&D/Inovação, a produtividade ou o emprego) e confronto com a evolução dos mesmos indicadores no grupo de controlo, que funciona como contrafactual e assim robustece o exercício de avaliação de impactos. Na medição dos resultados verificados no grupo de tratamento foi solicitado ao INE e à DGEEC a medição destes indicadores para o conjunto das unidades tratadas, considerando nas unidades tratadas as entidades em que projetos estão já concluídos ou com nível de execução elevado. Para a construção dos grupos de controlo no quadro da aplicação da abordagem macroeconómica de avaliação de efeitos foi solicitado ao INE e à DGEEC o apuramento da evolução dos mesmos indicadores no conjunto do universo elegível para apoio expurgado das unidades tratadas, respeitando enquanto fatores de elegibilidade critérios de dimensão, região, sector e ainda a autonomia financeira. Deste modo, a análise relativiza a evolução verificada na população objeto de tratamento com a observada no grupo de controlo tentando que este grupo seja tão adequado, ou seja aproximado ao grupo de tratamento, quanto possível. Devem ser destacados três aspetos relevantes e que constituem alguma limitação do exercício. Em primeiro lugar, não foi possível pedir apuramentos para o grupo de tratamento segregado por instrumento, pelo que quando se avalia o comportamento global do grupo de tratamento se está a englobar uma multiplicidade de agentes que foram tocados pelo programa como intervenções bastante dispare, desde projetos mais integrados e estruturados até intervenções muito pontuais em mecanismos simplificados ou coletivos. Em segundo lugar, é importante ter em mente que o universo de controlo, não sendo contaminado pelas intervenções do COMPETE, uma vez que

esses casos foram expurgados, integra unidades que foram objeto de tratamento por outros programas de política pública e assim nalguns casos mais do que tratados versus não tratados temos impactos diferenciais do COMPETE face a não tratados ou tratados por outras intervenções. Por último, o universo de tratamento e de controlo vai variando ao longo do tempo pela presença ou não nas bases das entidades tratadas e variação das não tratadas, nomeadamente com o nascimento e morte de entidades.

Abordagens microeconómicas de análise de efeitos

No quadro das abordagens microeconómicas de avaliação de efeitos procuram quantificar-se os efeitos/impactos da intervenção num conjunto de variáveis de resultados, mas tomando agora informação ao nível de cada unidade estatística.

A impossibilidade de aceder a informação individualizada de unidades estatísticas quer do grupo de tratamento (para além das que responderam ao inquérito com esta informação) quer, fundamentalmente, do grupo de controlo, inviabilizou a plena utilização destas metodologias.

Como forma de obviar esta dificuldade e aplicar, ainda que de forma parcial, as metodologias microeconómicas de análise contrafactual para avaliação de efeitos, foi desenvolvido um exercício que passou pela obtenção das medidas estatísticas das distribuições dos indicadores VAB, exportações, I&D, orientação exportadora, emprego ou a produtividade para o universo do grupo de tratamento e para um grupo de controlo selecionado de forma aleatória pelo INE e pela DGEEC de entre as entidades constantes das bases de dados respetivas que não foram tratadas e que se aproximam em termos de características, quanto a distribuição regional, sectorial e escalão de dimensão, respeitando ainda o critério de autonomia financeira, do grupo de tratamento. O Quadro A. 12 apresenta uma distribuição da composição das unidades consideradas nos grupos de tratamento e controlo. A análise dos valores apresentados no quadro revela que se ao nível da distribuição regional se verifica uma relativa aproximação entre os dois universos, apesar de o Alentejo estar algo sobrerrepresentado no grupo de controlo, estando o Centro um pouco subrepresentado, nas distribuições setoriais e por escalões dimensionais há algum afastamento que poderá ter algum efeito nos resultados, pelo que deverá haver alguma cautela na sua análise. Em particular há fundamentalmente uma subrepresentação no grupo de controlo das unidades da indústria e das não PME e uma sobrerrepresentação das microempresas. Estas diferentes composições podem ter impacto na medição de resultados, sendo esse impacto tanto maior quanto se verificar um comportamento diferencial sistemático entre grupo de tratamento e de controlo mais relevante nos grupos com maiores diferenças de representação. Uma análise preliminar não deteta nenhum comportamento sistemático mais favorável em nenhum dos segmentos subrepresentados no grupo de controlo pelo que não se estará a favorecer na análise o impacto do programa, embora, como referido, estas diferenças levem a ter alguma cautela na interpretação dos resultados.

Deve ainda ter-se em conta que a não disponibilidade de dados individualizados não permite tentar controlar os efeitos de auto-seleção.

A partir das medidas resumo das distribuições para cada uma das variáveis de interesse no grupo de tratamento e no grupo de controlo é efetuada uma avaliação do impacto do programa.

2.2. As limitações da avaliação

A realização de um exercício de avaliação de políticas públicas com estas características está sempre sujeita a limitações, em particular no caso de intervenções com a complexidade, ambição e âmbito do presente programa, estando a principal limitação associada à dificuldade de mobilização da informação que permita operacionalizar de forma plena os instrumentos metodológicos de avaliação. Outras limitações surgem associadas aos calendários apertados em que a avaliação deve ser desenvolvida, sendo que frequentemente a equipa está sujeita a condicionalismos que não controla, como *timings* de acesso a informação, atrasos na marcação de entrevistas ou dificuldades na obtenção de respostas ao processo de auscultação.

A dificuldade de mobilização de informação coloca-se com particular acuidade no caso das avaliações intercalares e quando o foco da avaliação são os resultados e impactos das intervenções, como é o caso da presente avaliação, uma vez que estando ainda em curso não existe normalmente um número muito elevado de projetos concluídos nem os efeitos das intervenções se materializaram de forma plena.

Nesse sentido, o desafio para os avaliadores é conseguir superar essas lacunas de informação, recorrendo a fontes e métodos de recolha de informação diversificados, e aplicar de forma tão rigorosa quanto possível os diversos instrumentos para obter medidas dos efeitos e impactos do Programa.

No caso da presente avaliação, o sistema de informação do POFC é de uma enorme riqueza no que respeita à caracterização dos promotores e dos projetos no momento da candidatura, seja em termos da situação de partida, seja em termos dos objetivos que se propõem alcançar. Contrastando com essa riqueza da caracterização da situação de partida, não existe uma recolha sistemática e regular dos resultados das intervenções nem um acompanhamento dos indicadores das entidades intervencionadas, o que constitui uma importante limitação para a avaliação dos resultados e impactos das intervenções. Adicionalmente, há diversas tipologias de intervenção em que os destinatários são claramente distintos dos beneficiários e em que o sistema de informação tem poucas formas de acompanhar os efeitos nos destinatários finais.

Como já referido, a complexidade do programa, que envolve, no período objeto de avaliação, mais de 5.000 projetos, apoiados no âmbito de 7 instrumentos, que apoiam múltiplas tipologias de investimento, contribui para a grande exigência do exercício de avaliação.

Essa complexidade, implicando fortes necessidades de informação, associada às lacunas já mencionadas do sistema de informação, exigiu a mobilização dos instrumentos e fontes de informação apresentados anteriormente, mas que são eles próprios geradores de limitações, para além de serem muito consumidores de recursos, constituindo uma forte exigência tendo em conta os calendários dos exercícios de avaliação.

No caso dos inquéritos surge adicionalmente o problema de assegurar taxas de resposta significativas para que os mesmos providenciem a informação necessária e permitam tirar conclusões válidas. E esta dificuldade é tão mais relevante quanto decorrem em paralelo diversos exercícios que geram pressão e sobrecarga sobre os mesmos respondentes potenciais que, por esse motivo, têm menos disponibilidade para responder. Apesar dessas dificuldades, e fruto do importante investimento de recursos efetuado na mobilização deste instrumento metodológico, foi possível assegurar níveis de resposta significativos na generalidade dos inquéritos aplicados, existindo só níveis mais reduzidos na inquirição nos casos do inquérito ao grupo de controlo e do inquérito aos destinatários dos mecanismos de reforço de capital alheio. Em todos os outros inquéritos, os níveis de erro amostral registados em termos globais não são significativamente diferentes da margem de erro admitida. O reduzido nível de respostas ao inquérito relativo ao grupo de controlo impossibilitou a aplicação de uma das metodologias de análise dos contributos das intervenções, que passava por opor os resultados verificados no grupo de tratamento com o verificado no grupo de controlo constituído por entidades que se candidataram mas não foram apoiadas, sendo que esta abordagem permitiria controlar um dos problemas mais típicos verificados nestas análises que é o do efeito de seleção.

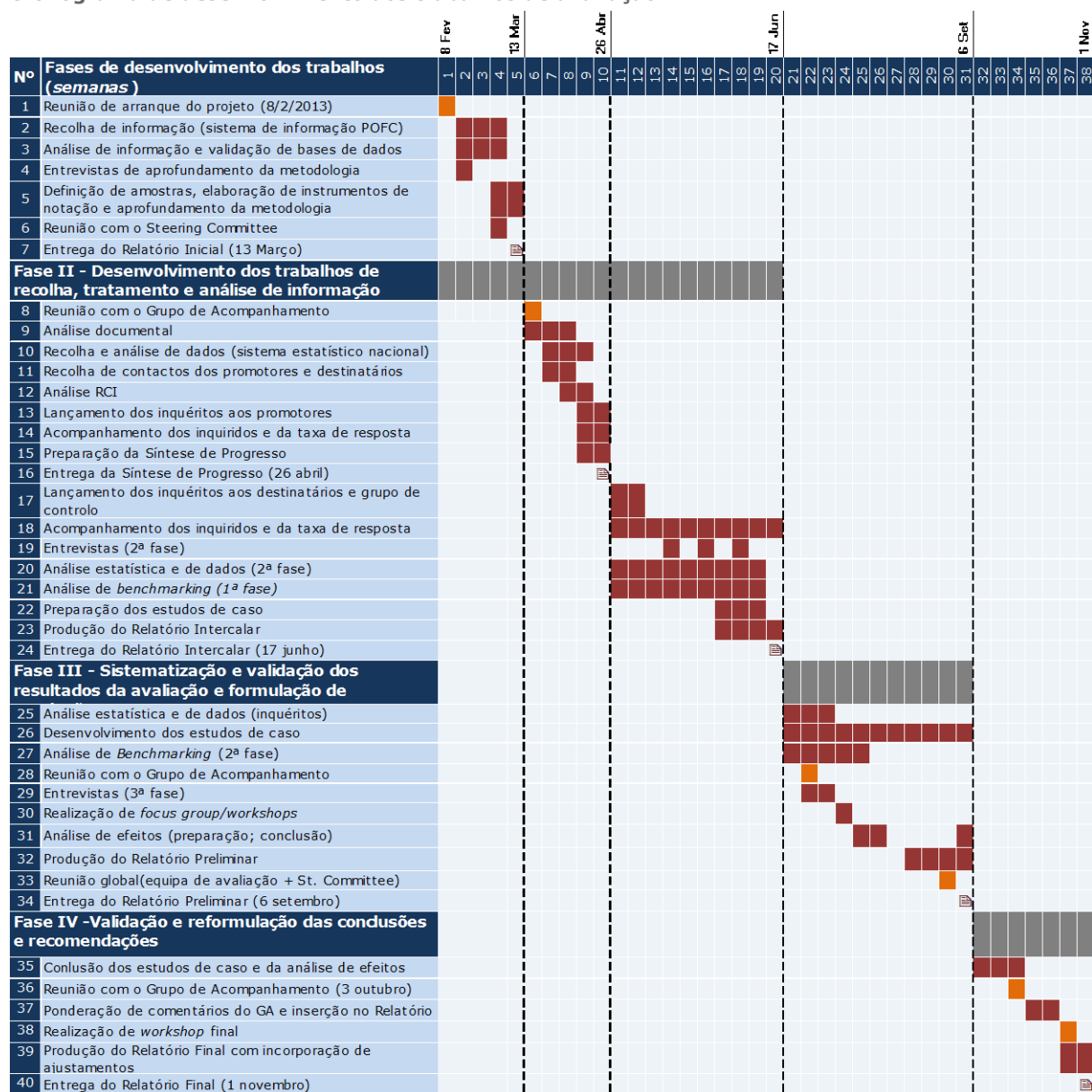
Tentando, por um lado, obviar a necessidade de recolher diretamente junto de beneficiários e destinatários muita informação, o que contribuiria para desincentivar a resposta, e por outro, assegurar que se considera informação de qualidade sobre o número tão vasto quanto possível de unidades tratadas, procurou obter-se informação quer junto do INE quer da DGEEC. Apesar de as regras aplicadas ao acesso aos dados terem impedido o acesso a informação individualizada, mesmo anonimizada, impedindo a plena aplicação de alguns instrumentos, a informação disponibilizada assegura uma maior qualidade do exercício avaliativo. De facto neste exercício é medida a evolução efetiva de um conjunto de indicadores no universo (e não em amostras) dos promotores tratados, ou seja dos promotores que forma objeto de intervenção. É óbvio que, tal como já referido, temos uma limitação associada ao facto de nem todos os efeitos das intervenções se terem já materializado, dado que se estão a incluir no grupo de tratados projetos que ainda não estão encerrados ou em que os efeitos ainda não se materializaram. Na impossibilidade de controlar esse problema, só passível de melhor controlo numa avaliação *ex-post*, é necessário ter em conta que os resultados apresentados para o grupo de tratamento poderão constituir uma subavaliação dos verdadeiros resultados. Para medir os contributos do programa a evolução efetiva no grupo de tratamento é comparada com a verificada em universos comparáveis de unidades não tratadas permitindo dessa forma medir de forma mais adequada a contribuição das intervenções para os objetivos do Programa.

Considera-se assim que, não obstante as limitações referidas, foi sempre possível encontrar soluções que permitem que o exercício de avaliação responda às questões colocadas no caderno de encargos.

2.3. O quadro temporal da avaliação

O quadro temporal em que decorreu o exercício avaliativo encontra-se explicitado na figura seguinte.

Figura 3
Cronograma de desenvolvimento dos trabalhos de avaliação



3. Questões Globais

3.1. G1: O desempenho do COMPETE em matéria de realizações e resultados e satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do COMPETE?

O desempenho do COMPETE em matéria de realizações e resultados é fundamentalmente aferido tendo por base o nível de alcance ou de cumprimento dos objetivos globais e os específicos do Programa, materializado por via da quantificação de indicadores físicos de realização ou de resultado. Tais indicadores, bem como as correspondentes metas a alcançar no horizonte 2015, foram definidos em sede de programação inicial e posteriormente revistos no contexto dos exercícios de reprogramação entretanto desenvolvidos, conduzindo nalguns casos à alteração das metas definidas ou inclusivamente à reconsideração da pertinência do indicador para aferir o desempenho do Programa. No caso dos indicadores de realização, os valores a reportar anualmente deverão ter por base as estimativas ou metas de execução assumidas em sede contratual pelos promotores dos projetos apoiados sob os vários instrumentos de financiamento do Programa ou, no caso dos projetos encerrados, os valores efetivamente realizados. Por seu lado, a quantificação dos indicadores de resultado será apenas devida no pós-projeto, para avaliar a capacidade de materialização efetiva dos projetos apoiados. No contexto do presente exercício avaliativo, porém, os valores considerados para os indicadores de resultado têm por base as estimativas apresentadas pelos promotores como metas de execução.

A metodologia subjacente à presente questão de avaliação assume, assim, a tripla perspetiva de: i) reportar os indicadores associáveis ao desempenho do COMPETE na perspetiva das metas previstas para 2015 e dos correspondentes valores apurados à data de reporte da avaliação, assinalando em particular as situações em que estes se encontram aquém daquelas; ii) identificar as principais causas ou fatores críticos subjacentes aos desvios observados e, na presença destes, perspetivar as potencialidades de alcance das metas visadas até ao final de 2013; e, por último, iii) aferir as perspetivas de alcance efetivo, no caso dos indicadores de resultado, dos valores reportados e/ou de alcance das metas definidas para 2015. As perspetivas quanto ao alcance potencial das metas deverão, contudo, ser matizadas com o facto de, por um lado, as expectativas dos promotores quanto a realizações e resultados tenderem a ser sobreavaliadas na fase de candidatura e contrato e, por outro, se encontrarem fortemente condicionadas pelo atual contexto macroeconómico.

À data de reporte da avaliação, o desempenho do COMPETE em matéria de realizações e resultados afigura-se globalmente positivo, uma vez que a grande maioria dos indicadores com metas definidas para 2015 alcançou já ou superou os valores previstos para este horizonte temporal (Quadro A. 13): cerca de 70% dos indicadores para os quais é possível aferir o grau de realização⁶ atingiram, em termos potenciais tendo por base os valores contratados, as correspondentes metas definidas para 2015. O desempenho relativo entre Eixos Prioritários no que concerne ao alcance das metas afigura-se naturalmente diferenciado, assim como o serão as causas e os fatores subjacentes aos desvios observados nos indicadores que se encontram aquém da meta 2015. O objetivo do Programa que apresenta maior incerteza ou fragilidade quanto ao alcance das metas que o corporizam, comparativamente com os restantes Eixos Prioritários, é o que abarca as intervenções destinadas à qualificação e modernização da Administração Pública e da eficiência da ação do Estado.

O quadro seguinte evidencia os indicadores de realização e resultado que não atingiram ainda, à data de 31 de dezembro de 2012, os valores previstos nas correspondentes metas para 2015.

Quadro 11
Indicadores do Programa Operacional que não atingiram as respetivas metas 2015

	Meta 2015	Valor em 2012
Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico		
Incentivo à participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT	100	73
Eixo II - Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização		
Orientação para mercados internacionais (Variação % das exportações / Variação % das vendas)	1,5	1,3
Índice de sobrevivência de projetos empresas criadas (Empresas criadas que sobreviveram ao fim de 2 anos / Total de empresas criadas)	60%	-
Incentivo ao empreendedorismo (Nº de empresas criadas / Nº de empresas apoiadas)	20%	11%
Eixo III - Financiamento e partilha de risco da inovação		
Garantias prestadas às PME	5 000	3 762

⁶ O indicador relativo ao índice de sobrevivência das empresas criadas não é passível de quantificação nesta fase.

Eixo IV - Uma Administração Pública eficiente e de qualidade		
Simplificação - Criação de pontos únicos de contacto	400	372
Universalidade - Grau de acessibilidade dos serviços públicos <i>online</i> a cidadãos com necessidades especiais	100%	92%
Utilização de fatura eletrónica	100%	77%
Nível de interoperabilidade entre sistemas de informação na Administração Pública	80%	67%
Eixo V - Redes e ações coletivas de desenvolvimento empresarial		
Nº de bens e serviços disponibilizados às empresas decorrentes das ações coletivas apoiadas	7 000	5 949

Fonte: Relatório de Execução 2012 do COMPETE (aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC a 14 de Junho de 2012)

3.1.1. Eixo Prioritário I – Conhecimento e desenvolvimento tecnológico

Os indicadores de realização do Eixo I apresentam um elevado nível de alcance das metas definidas para 2015, corroborando a atuação do Programa nas prioridades associadas à I&D em meio empresarial e à cooperação entre este e as entidades do sistema científico e tecnológico. De entre os indicadores selecionados para validar a intervenção do COMPETE neste domínio, apenas o relativo à *participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT* não atingiu ainda os valores expectáveis para 2015. A contabilização deste indicador acolhe os contributos dos Projetos Individuais e em Co-promoção do SI I&DT, tendo em conta a sua classificação no que respeita ao critério de seleção que afere o grau de inserção/participação em redes e programas europeus e internacionais de I&DT.

Apesar de o valor reportado para este indicador ter registado um aumento de 30% entre 2011 e 2012, não contempla ainda a “*participação de cerca de 300 entidades nacionais no 7.º Programa Quadro da União Europeia, decorrente da aprovação de 24 projetos enquadrados no aviso de abertura de concurso específico do SIAC*” (Relatório de Execução 2012). Mesmo considerando o potencial associado aos concursos lançados no final de 2012 e tendo sido transferida para o âmbito do Eixo VI parte da métrica subjacente ao cálculo do indicador, é previsível que a correspondente meta não venha a ser alcançada no Eixo I, o que não significa, porém, que o objetivo associado ao indicador não venha a ser prosseguido pelo PO no seu conjunto. Há que salientar, contudo, que as tipologias de projetos que alimentam o indicador envolvem um risco muito elevado, em virtude da forte concorrência internacional no contexto do 7º Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento da União Europeia (FP7).

Relativamente aos restantes (três) indicadores do Eixo I, a evolução dos volumes aprovados até ao final de 2013 poderia, teoricamente, afetar negativamente os rácios que os sustentam, conduzindo a situações de incumprimento dos indicadores. Contudo, em virtude das margens que tais indicadores evidenciam face às metas definidas não será exetável que tal venha a suceder, até porque a taxa de compromisso do Eixo se situa nos 93%.

3.1.2. Eixo Prioritário II – Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização

Este Eixo congrega os apoios a conceder ao tecido empresarial destinados à inovação e renovação do padrão de especialização produtiva, tendo em vista o aumento da produção transacionável e o reforço da competitividade internacional das empresas nacionais, o que é prosseguido por via do SI Inovação e do SI Qualificação de PME. As tipologias de operação abarcadas no Eixo II são particularmente afetadas pela conjuntura económica adversa, designadamente por via das dificuldades sentidas no que concerne ao financiamento dos projetos e do impacto da redução da procura interna e externa, o que poderá comprometer, quer o alcance da meta em termos potenciais, quer a sua efetiva materialização. Tais circunstâncias poderão residir na base da significativa proporção de projetos que registam uma redução do valor de incentivo atribuído à data de 31 de dezembro de 2012 comparativamente com os valores inicialmente aprovados, ou seja, cerca de 29% no caso do SI Inovação e de 18% no SI Qualificação de PME (Quadro A. 19).

A quantificação dos indicadores do Eixo II revela um desempenho global muito positivo, na medida em que cerca de 75% dos indicadores atinge as metas definidas para 2015, com um elevado grau de cumprimento no caso dos indicadores de realização. Nestes, a exceção é a prestação do indicador *incentivo ao empreendedorismo*, que ainda não alcançou a meta prevista para 2015, facto que deverá ser matizado pela incidência do PO no que concerne à dimensão das empresas promotoras dos projetos que acolhe (essencialmente empresas de média e grande dimensão). Efetivamente, o objetivo de promoção do empreendedorismo coadunar-se-á mais com a incidência dos programas operacionais regionais do QREN, na medida em que são nestes acolhidos os projetos promovidos por micro e pequenas empresas, precisamente as que terão maior probabilidade de gerar novos empreendedores. A meta associada a este indicador revela-se, por isso, sobreavaliada, pelo que deverá ser objeto de revisão em baixa, de forma a corresponder de forma mais adequada e precisa ao expectável contributo do Programa nesta matéria.

Ao nível de resultados, a efetiva capacidade de estes indicadores virem a atingir os níveis assumidos contratualmente poderá ser aferida por intermédio do inquérito realizado aos promotores dos Sistemas de Incentivos, comparando os valores potenciais (assumidos em sede de candidatura/contratação) e os valores efetivos dos projetos. Na análise dever-se-á, porém, ter em conta que os promotores inquiridos desenvolvem projetos com um grau de execução já significativo, logo remetendo para as condições que vigoravam na fase

inicial da implementação dos Sistemas de Incentivos, por oposição ao reportado no Relatório de Execução de 2012, que considera a totalidade do período de execução do COMPETE.

O único indicador de resultado que se situa aquém da meta em termos potenciais é o que visa a *orientação para mercados internacionais*, que acolhe o contributo dos projetos do SI Inovação e cujas dinâmicas de oferta e procura revelam uma taxa de admissibilidade média de cerca de 60% (Quadro A. 16), o que denota uma forte seleção na admissão de candidaturas. Por outro lado, a proporção de projetos anulados ou rescindidos é também significativa e o volume de fundo alocado a esta tipologia decresceu cerca de 2% face aos valores iniciais de aprovação dos projetos, o que sugere a ocorrência de alterações nas condições que haviam dado lugar às respetivas candidaturas. Muito embora se considere que a meta deste indicador se afigura ambiciosa e se perspetive de difícil alcance, o valor do indicador calculado com base nas respostas ao inquérito para os promotores do SI Inovação é mais favorável que o apurado com os valores contratados por estes respondentes (Quadro 12), proporcionando uma visão mais otimista quanto ao alcance da meta do PO. Com efeito, na comparação dos valores previstos e efetivos dos projetos inquiridos, é possível constatar que os crescimentos do volume de negócios e das exportações são positivos, mas abaixo do previsto, com maior detrimento das perspetivas do crescimento do volume de negócios (em 40% inferiores ao previsto) do que das exportações (20% abaixo do previsto), traduzindo sobretudo maior contração da procura interna face ao previsto.

No que concerne ao indicador relativo à *qualidade do emprego criado*, os valores apurados resultam de um crescimento de postos de trabalho em 38% superior ao previsto, em paralelo com um crescimento de postos de trabalho qualificado também positivo, mas em 15% inferior ao previsto, o que deixa em perspetiva um desfasamento significativo face ao assumido pelos promotores em sede de candidatura/contratação (37% versus 61%). Neste caso, embora na quantificação do indicador a 31 de dezembro de 2012, o valor apurado tenha superado largamente a meta definida, os resultados dos inquéritos aos promotores dos Sistemas de Incentivos sugerem que o valor final para este indicador tenderá a estabilizar num nível bem mais próximo da meta 2015 do que a posição a 31 de dezembro de 2012 deixa transparecer.

Também no caso do indicador relativo ao *contributo para o crescimento do produto*, as expetativas de alcance são menos favoráveis do que inicialmente, o que deriva de um aumento do VAB em cerca de 30% inferior ao previsto. Ainda assim, em ambos os casos, o valor efetivo supera a meta prevista para os indicadores em questão. Dever-se-á, contudo, acompanhar de perto a evolução dos projetos que suportam o cálculo destes indicadores, de modo a não comprometer o alcance efetivo das metas, não obstante as perspetivas menos favoráveis veiculadas pelos promotores.

Quadro 12
Perspetivas quanto ao alcance efetiva das metas para os indicadores de resultado do Eixo 2

	Universo COMPETE		Inquérito aos promotores	
	Meta 2015	Potencial ⁽¹⁾	Potencial ⁽¹⁾	Efetivo ⁽²⁾
Qualidade do emprego criado (Postos de trabalho criados altamente qualificados / Total de postos de trabalho criados)	15,0%	48,0%	60,6%	36,8%
Contributo para o crescimento do Produto (Aumento do VAB / Investimento total)	0,60	0,70	0,98	0,66
VAB gerado nos sectores com potencial de crescimento (VAB gerado nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia / VAB total gerado)	20,0%	35,0%	39,9%	40,8%
Orientação para mercados internacionais (Variação % das Exportações / Variação % das Vendas)	1,5	1,3	1,3	1,8
Emprego criado em sectores com potencial de crescimento (Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia / Total de postos de trabalho criados)	30,0%	41,0%	33,1%	30,0%

⁽¹⁾ Calculado com base nos valores contratados

⁽²⁾ Apurado tendo por base os resultados dos inquéritos ao SI Inovação para as variáveis em questão

Fonte: Relatório de Execução 2012 do COMPETE e resultados do inquérito realizado aos promotores de projetos dos Sistemas de Incentivos

Nos restantes indicadores do Eixo II os valores em 2012 superam – nalguns casos em larga medida – o expectável para 2015. Tratando-se de indicadores de realização, os valores contratados tendem a aproximar-se dos efetivos caso o investimento previsto se realize na totalidade e, de acordo com os resultados do inquérito, a grande maioria destes promotores mantém ao nível do previsto as perspetivas de concretização do investimento aprovado. Tal significa que as metas fixadas para estes indicadores terão sido estabelecidas de forma conservadora e deverão ser revistas em alta, sobretudo num contexto em que a dotação do Eixo se encontra totalmente comprometida.

A leitura do nível de alcance dos indicadores do COMPETE deverá ainda ser complementada com os resultados de natureza mais qualitativa dos inquéritos aos promotores dos Sistemas de Incentivos. As perspetivas de concretização do investimento previsto em candidatura (Quadro A. 22) mantêm-se ao nível do previsto/contratado para a maioria dos respondentes (56%). Contudo, é ainda significativa a proporção de respondentes (cerca de 34%, equivalente a um volume de investimento de 26%) que reconhece um nível de concretização do investimento inferior ao previsto em sede de candidatura, sendo que a maioria destes (cerca de 22%) considera que o desvio será inferior a 25% (apenas 5% assume que o desvio poderá ser superior a 50%). Quando questionados acerca dos fatores que mais contribuíram para a verificação de desvios na

execução face ao programado, o lugar cimeiro é ocupado pela degradação da conjuntura económica e financeira, com o inerente reflexo no desenvolvimento dos investimentos, sendo assinalada em cerca de metade das respostas (cuja representatividade, quando ponderada pelo valor do investimento, atinge cerca de 61%). A deterioração das perspetivas de vendas é também referenciada por cerca de 31% dos respondentes (29%, quando ponderada pelo investimento), emergindo como o segundo fator que mais tem afetado a execução das operações aprovadas. Quando considerados em conjunto, os fatores de natureza processual, como sejam os atrasos verificados nas fases de aprovação da candidatura, na contratação do projeto e por ocasião dos pagamentos das comparticipações comunitárias, são também assinalados, no seu conjunto, por cerca de 36% dos respondentes.

3.1.3. Eixo Prioritário III – Financiamento e partilha de risco da inovação

O instrumento público de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação tem em vista o reforço da solidez, da competitividade e da capacidade de inovação do tecido empresarial. À semelhança do verificado nos Eixos anteriores, os indicadores de desempenho referentes às intervenções apoiadas pelo Eixo III traduzem a boa prestação do Programa neste domínio. A 31 de dezembro de 2012 a dotação global afeta ao financiamento e partilha do risco da inovação no COMPETE estava comprometida em cerca de 75%, sendo que 87% dos projetos aprovados (59% do incentivo) apresentava um nível de execução inferior a 50%. O arranque e a implementação tardios deste instrumento, na vertente reforço do capital próprio, contribuíram para a menor taxa de compromisso observada neste Eixo no contexto do COMPETE (a taxa de compromisso média é 98%).

Dos quatro indicadores selecionados para aferir a eficácia deste Eixo, o único que se mantém aquém da meta estabelecida para 2015 é o indicador que contabiliza as *garantias prestadas às PME*. Muito embora não se encontre ainda atualizado com a linha Investe QREN lançada em dezembro de 2012, não há garantia de que a meta prevista para este indicador venha a ser alcançada até ao final de 2013. De facto, a procura dirigida à Investe QREN tem sido - e continuará a ser no futuro - fortemente influenciada pela coexistência de outras linhas de crédito garantidas e bonificadas, financiadas exclusivamente por fundos nacionais, menos exigentes em termos de acesso (como é o caso das Linhas PME Crescimento) e que acabam por acolher a preferência da procura dirigida a este tipo de instrumentos. Relativamente ao indicador associado a *fundos de capital de risco*, embora atinja a meta em termos potenciais, é questionável que tais estimativas venham a corresponder ao materialmente executado até ao final do Quadro. Para esta conclusão conflui o elevado número de projetos que apresenta uma taxa de execução inferior a 50%, o que poderá indiciar dificuldades de concretização nesta tipologia.

Os restantes indicadores do Eixo III, relacionados com os instrumentos de apoio ao reforço do capital próprio, superaram, em larga medida, as correspondentes metas 2015. Tratando-se de indicadores de realização e existindo margem para aumentar o nível de compromisso deste Eixo, a evolução da *performance* dos indicadores dependerá do tipo de projetos apoiados até ao final de 2013. Mantendo-se a aposta no capital semente e no apoio a projetos em setores com potencial de crescimento, as metas para 2015 manter-se-ão claramente subavaliadas, devendo ser sujeitas a revisão em alta.

3.1.4. Eixo Prioritário IV – Uma Administração Pública eficiente e de qualidade

Os objetivos associados à reforma e modernização da Administração Pública são prosseguidos por via do SAMA, enquanto instrumento de financiamento de operações conducentes à redução dos custos públicos de contexto para as empresas (e para os cidadãos). O compromisso global do Eixo no final de 2012 supera a respetiva dotação financeira, a qual voltou a reduzir-se no contexto da mais recente reprogramação. Para a situação de *overbooking* observada terá também contribuído a decisão de aumentar de 70% para 85% a taxa de cofinanciamento a aplicar aos projetos não encerrados. De entre os Eixos Prioritários do COMPETE, este é o que se apresenta menos conseguido no que respeita ao alcance das metas associadas aos indicadores selecionados para aferir o desempenho do Programa, mesmo tendo em conta a redução do número de indicadores que teve lugar no contexto de anteriores reprogramações.

Os indicadores com valores aquém da meta a 31 de dezembro de 2012 são designadamente: *Simplificação - Criação de pontos únicos de contacto*; *Universalidade - Grau de acessibilidade dos serviços públicos on-line a cidadãos com necessidades especiais*; *Utilização de fatura eletrónica*; e *Nível de interoperabilidade entre sistemas de informação na AP*. Há, contudo, que ter em conta que as realizações e os resultados associados a quatro convites/concursos lançados em dezembro de 2012 e que deram lugar à aprovação de 44 novos projetos não se encontram ainda vertidos nos indicadores ora quantificados, que se espera venham a contribuir para o alcance das metas naqueles indicadores em termos potenciais, em particular o relativo à Universalidade. A procura dirigida ao SAMA decresceu significativamente a partir de 2009 e, não obstante as elevadas taxas de admissibilidade registadas, as taxas de aprovação revelam-se mais modestas, o que poderá indiciar a menor qualidade das candidaturas admitidas. A prestação global do Programa neste domínio tem sido particularmente afetada pela taxa de quebra dos projetos aprovados, com destaque para grandes projetos cujas ambições iniciais em termos de investimento não se vieram a materializar. Também a conjuntura orçamental adversa experienciada pela generalidade das entidades públicas, bem como a instabilidade decorrente dos ciclos governativos, tem condicionado, quer a procura dirigida ao Programa, quer a implementação dos projetos aprovados (cerca de 55% do número de projetos, correspondendo a 62% do incentivo aprovado, apresenta um nível de execução inferior a 50%).

Quando questionados acerca das expectativas relativamente à capacidade de execução da totalidade do investimento aprovado, cerca de 39% das respostas ao inquérito realizado junto dos promotores de projetos aprovados assume que a mesma será inferior ao contratado, sendo que cerca de 23% consideram que tal

redução será inferior ou igual a 30%. A ponderação dos desvios projetados pelo investimento permite estimar que o desvio indicado resultará numa redução do investimento elegível na ordem dos 10%. As dificuldades na implementação continuam, por conseguinte, a ser uma condicionante da prossecução dos objetivos visados e do alcance das metas 2015. Na opinião dos promotores, o principal fator que tem causado desvios ou dificuldades na implementação dos projetos é a complexidade/exigência das regras de contratação pública, que é considerada por cerca de 44% dos respondentes. O atraso na contratação do projeto (25%) e as dificuldades em afetar recursos humanos (22%) completam o leque de condicionantes mais assinaladas pelos promotores. A maioria dos promotores considera que os resultados dos indicadores no final do projeto venham a materializar-se em linha ou acima do contratado.

A aferição da capacidade efetiva dos projetos aprovados para alcançarem os níveis contratuais poderá ainda tomar como referência a prestação dos oito projetos já encerrados à data de 31 de dezembro de 2012. Da comparação entre os níveis previstos e realizados dos indicadores associados a estes projetos, é possível concluir que: i) o indicador relativo à *universalidade* poderá ter o seu alcance comprometido, na medida em que cerca de 25% dos projetos encerrados não consegue atingir as metas contratualizadas; ii) o indicador relativo à *desmaterialização* apresenta uma forte possibilidade de alcance do contratado, na medida em que a grande maioria dos projetos encerrados atinge os resultados previstos; iii) a *utilização de fatura eletrónica* é conseguida em cerca de 88% dos projetos encerrados, o que indicia, de igual modo, melhores perspetivas quanto ao alcance da meta do que os resultados a 31 de dezembro de 2012 fariam prever; iv) o *nível de interoperabilidade entre sistemas de informação na AP* revela também um forte potencial de alcance do compromisso (93% de alcance das metas contratadas).

Em conclusão, embora seja viável, em termos potenciais, o alcance das metas até ao final de 2013, subsistem sérias dúvidas quanto à sua capacidade de materialização efetiva até ao final do período de execução do COMPETE, o que suscita a necessidade de promover ou reforçar o acompanhamento da execução dos projetos que alimentam os indicadores deste Eixo, em particular os de maior dimensão financeira, e/ou a necessidade de rever em baixa os indicadores que se apresentam mais fragilizados quanto às perspetivas de alcance das metas 2015.

No caso dos indicadores cujas metas se encontram já superadas no final de 2012, designadamente o relativo à Desmaterialização – Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais e os Funcionários formados no âmbito das intervenções apoiadas, os resultados do inquérito realizado aos promotores do SAMA indiciam boas perspetivas de cumprimento do previsto em sede de candidatura, pelo que as metas 2015 assumidas para estes indicadores se afiguram como subavaliadas.

3.1.5. Eixo Prioritário V – Redes e ações coletivas de desenvolvimento empresarial

O Eixo V do COMPETE enquadra o Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e as Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC), enquanto instrumentos de apoio à competitividade das empresas por via da promoção da cooperação e do estabelecimento de redes. Na quantificação dos dois indicadores selecionados para aferir o desempenho do Programa neste domínio, o *número de bens e serviços disponibilizados às empresas decorrentes das ações coletivas apoiadas* não atingiu a meta definida para 2015, sendo que esta foi revista em alta no contexto da reprogramação ocorrida em 2011. Tendo em conta os concursos e convites lançados e/ou decididos no final de 2012 e desde então, a elevada taxa de aprovação e a relativamente reduzida taxa de quebra dos projetos aprovados, é de esperar que a meta 2015 venha a ser atingida ou inclusivamente superada, em termos potenciais, até ao final de 2013. De acordo com os resultados do inquérito realizado aos promotores do SIAC, as perspetivas quanto ao grau de concretização dos *outputs* são diferenciadas consoante o tipo de *output*, mas, em regra, são em minoria os respondentes que os assinalam como ficando aquém do previsto. Ao invés, é significativa a proporção de respostas que consideram que o grau de concretização dos *outputs* deverá superar o previsto em sede de candidatura, variando entre 15% das respostas no caso de o *output* esperado ser um manual e 39% para as ações de sensibilização. Estes resultados vêm corroborar as expectativas quanto ao alcance da meta assumida, bem como a sua concretização efetiva até 2015. O indicador reforço do investimento em economias de eficiência coletiva supera, em cerca de 100%, a meta definida para 2015, o que indicia que aquela se encontra claramente subestimada e que deverá ser revista no contexto de uma futura reprogramação. Efetivamente, em face do nível de compromisso assumido no Eixo (92%), não será expectável que a representatividade do investimento em economias de eficiência coletiva se venha a alterar substancialmente até ao final do período de execução do COMPETE.

À semelhança dos outros instrumentos do COMPETE, também no caso dos projetos SIAC, a degradação da conjuntura económica e financeira, com o inerente reflexo no desenvolvimento dos investimentos, é o mais proeminente fator explicativo de desvios ou dificuldades na implementação dos projetos, sendo referenciado em cerca de 42% das respostas (48% do investimento). O atraso nos pagamentos das participações comunitárias e as dificuldades no acesso ao crédito bancário complementam a tríade de fatores com maior influência negativa na execução, acolhendo cerca de 30% e de 16% das respostas, respetivamente.

3.2. G2: Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável?

O COMPETE, enquanto intervenção focada na promoção dos fatores de competitividade da economia portuguesa, tem como prioridades estratégicas a qualificação do tecido produtivo, uma maior orientação para

os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, a qualificação da Administração Pública e a eficiência da ação do Estado e a promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

Para além das análises mais detalhadas desenvolvidas abaixo no quadro das questões específicas, focadas nos promotores objeto de intervenção e nos efeitos que as intervenções neles tiveram, importa medir os contributos do COMPETE de forma mais global. Em particular, de acordo com a metodologia proposta, importa fazer uma aproximação aos impactos da intervenção, em particular os que ocorreram efetivamente em resultado do COMPETE, utilizando para o efeito abordagens macroeconómicas e microeconómicas de medição de efeitos para além de uma medição do impacto macroeconómico agregado dos investimentos apoiados pelo COMPETE utilizando a metodologia input-output, métodos, que adotando uma lógica de análise contrafactual, com a construção de uma realidade não observada de forma direta (e normalmente impossível de observar diretamente) de como seria o mundo na ausência da intervenção, permitem tentar identificar os efetivos contributos do COMPETE.

Como já apresentado no ponto da metodologia, com vista à aplicação abordagens macroeconómicas e microeconómicas de medição de efeitos, foi possível obter junto do INE e da DGEEC apuramentos da evolução de variáveis de interesse como o VAB, produtividade, orientação exportadora, emprego e despesa de I&D para as entidades tratadas e para grupos e controlo adequados.

Os pontos seguintes apresentam os resultados da aplicação das metodologias referidas na medição dos contributos efetivos do COMPETE para os objetivos do programa.

3.2.1. Uma avaliação agregada dos contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE

Uma primeira análise com vista a avaliar os contributos das intervenções apoiadas em termo agregados passou por medir a evolução de um conjunto de indicadores associados aos objetivos do programa no universo de tratamento e no universo de controlo. Para tal, e como já referido, foi apurada uma lista global das entidades tratadas no âmbito das diversas medidas e instrumentos do COMPETE, seja na condição de promotores, de co-promotores ou de destinatários. Esse universo ascende a cerca de 4300 entidades, das quais cerca de 4100 são entidades empresariais.

Relativamente a esse universo foi solicitada ao INE informação agregada sobre o VAB, volume de negócios, produtividade, exportações, orientação exportadora e emprego no período de 2007 a 2011. À DGEEC foi solicitada informação sobre a despesa total em I&D e sobre o número de investigadores em ETI.

Com o objetivo de ter um universo de comparação, foi solicitada às entidades referidas que apurassem os mesmos indicadores, expurgando as entidades que foram tratadas, nas regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo e com autonomia financeira superior a 15% no caso das entidades empresariais.

Os quadros constantes do Anexo C sistematizam os principais dados recebidos.

As unidades tratadas revelam um comportamento mais favorável em termos agregados do que as unidades não tratadas para a generalidade dos indicadores. De destacar ainda que as unidades tratadas apresentam níveis de produtividade e de orientação exportadora claramente superiores às do universo de controlo o que revela que o programa incidiu no segmento mais dinâmico da estrutura produtiva.

Procurando comparar a evolução dos indicadores no universo tratado e no universo de controlo, o Quadro 13 apresenta as variações entre 2007 e 2011, último ano para os quais há dados. Para uma correta interpretação da informação apresentada convém ter em mente que, face à impossibilidade de ter acesso a informação individualizada, a classificação de uma entidade como tratada ou não é feita para o conjunto do período independentemente do momento em que ocorreu o tratamento, e por isso a evolução dos indicadores diz respeito à evolução agregada nas entidades que em algum momento foram tratadas, o que quer dizer que nalguns casos os efeitos ainda não se terão materializado. Por outro lado, os valores agregados para os diversos anos respeitam a um universo em que o número de entidades não é constante e deve assim ser lido como o valor agregado para o conjunto de entidades presentes nesse dado ano.

A análise dos valores apresentados revela um comportamento mais favorável do universo tratado do que do universo de controlo na generalidade dos indicadores. As diferenças mais substanciais registaram-se em termos de exportações (cerca de 17 pontos percentuais melhor o comportamento no grupo de tratamento), emprego (15 p.p.) e VAB (12 p.p.), mas também a despesa total em I&D (7 p.p.) revelou melhor comportamento no grupo de tratamento. O comportamento só foi pior no universo tratado nos casos da produtividade média, orientação exportadora média e número de investigadores em ETI, sendo que nos dois primeiros casos este comportamento pior no grupo de tratamento se deve, em grande medida, curiosamente, ao facto de o programa estar a cumprir o seu papel, assegurando, por um lado uma maior sobrevivência e criação de emprego nas unidades tratadas e, por outro lado, fazendo com que empresas que não exportavam exportem, reduzindo a orientação exportadora média do grupo de tratamento, num quadro geral em que muitas entidades não tratadas aumentaram também as suas exportações face à contração do mercado interno. Deve ainda ter-se em conta que a orientação exportadora média do universo tratado era em 2007 cerca de 14 p.p. superior à do universo não tratado, sendo em 2011 a diferença de 12,7 p.p.. No caso da produtividade, a produtividade global do universo tratado era em 2007 1,87 vezes superior à do universo não tratado, sendo em 2001 1,81 vezes superior.

Quadro 13
Evolução dos indicadores no universo tratado e não tratado entre 2007 e 2011

Intensidade e sentido da variação dos indicadores entre 2007 e 2011	Universo COMPETE analisado		Grupo de Controlo	
	Valor de partida (2007)	Variação 2007-2011 (%)	Valor de partida (2007)	variação 2007-2011 (%)
VAB	7 897 ^a	+ 4,5 %	22 219 ^a	- 7,5 %
Emprego	196 580 ^b	+ 7,1 %	1 055 955 ^b	- 7,9 %
Produtividade média	[39 941] ^c	- 2,1 %	[21 294] ^c	+ 1,3 %
Exportações	8 408 ^a	+ 15,3 %	14 657 ^a	- 1,6 %
Orientação exportadora média	(29,1 %)	- 0,7 p.p.	(15,1 %)	+ 0,7 p.p.
Despesa total em I&D	76,3 ^a	+ 49,1 %	36,2 ^a	+ 42,4 %
Nº investigadores em ETI	13 156 ^b	+ 81,7 %	4 513 ^b	+ 129,4 %

Legenda: a Milhões de euros; b Unidades; c Valor médio em milhares de euros

Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados do INE e da DGEEC

Globalmente são de destacar assim os sinais de impactos relevantes ao nível das exportações, emprego, VAB e despesas de I&D.

3.2.2. Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de qualificação do tecido produtivo

No que respeita ao VAB e produtividade as unidades tratadas revelam um melhor desempenho em termos de variações anuais destes indicadores do que as unidades não tratadas, em particular nos anos mais recentes.

Com vista a medir os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de qualificação do tecido produtivo, analisa-se a evolução do VAB e da produtividade no grupo de tratamento e de controlo entre, 2007 e 2011.

O Anexo C.1 apresenta os quadros com os principais resultados.

Complementando a análise agregada realizada no ponto anterior, a análise do Quadro A. 26 revela que, tendo em conta as diferentes segmentações regionais, sectoriais e por escalão de dimensão, só no caso do setor dos Serviços o comportamento do VAB foi pior no universo tratado do que no universo de controlo constituído pelas unidades das regiões convergência não tratadas e nos setores elegíveis.

No que respeita à produtividade, verifica-se (Quadro A. 28), em termos de evolução, que foi nos setores da Indústria, Comércio, Turismo, Transportes, Serviços e Outros e em termos dimensionais nas pequenas empresas que o grupo de tratamento registou um melhor comportamento da produtividade do que o grupo de controlo.

Tentando aprofundar a análise agregada anterior que, como referido, apresenta limitações derivadas quer da variação da composição do grupo quer ainda de não se controlar o momento em que o tratamento tem lugar, efetuou-se uma análise microeconómica com base nas distribuições das variações anuais das variáveis nas unidades tratadas presentes em cada dois anos consecutivos e nas unidades do grupo de controlo que reproduzam a distribuição regional, setorial e por escalão de dimensão, para além de terem autonomias financeiras superiores aos limiares definidos (ver no Quadro A. 12 informação sobre a composição dos grupos).

A análise da distribuição das taxas de variação do VAB nas unidades que integram o grupo de tratamento e grupo de controlo (ver Quadro A. 27) revela que para a grande maioria de universos considerados, as unidades tratadas registam variações superiores às das unidades de controlo, sendo quer a média quer a mediana superior. Essas diferenças são maiores nos anos mais recentes o que favorece a hipótese de que o apoio pelo COMPETE terá ajudado essas unidades a ter melhor desempenho neste indicador. A média das variações anuais do VAB das unidades tratadas no período 2007-2011 foi -0,7% (0,3 p.p. superior à das unidades não tratadas), sendo que se registaram médias negativas nos primeiros anos e médias positivas nos últimos para as unidades tratadas, enquanto as unidades não tratadas revelam uma média nula das variações de VAB.

No caso da produtividade, apesar de em termos agregados o grupo de controlo ter registado uma evolução da produtividade melhor que o grupo de tratamento, quando se analisam as medidas estatísticas das distribuições das taxas de variação anual da produtividade no grupo de tratamento e grupo de controlo (Quadro A. 30) verifica-se que as unidades tratadas registam uma variação média da produtividade sistematicamente superior e a diferença de mediana é também positiva. Esta diferença entre o comportamento agregado e das distribuições das variações individuais poderá resultar de ser a "morte" das unidades menos produtivas no grupo de controlo que justifica o resultado agregado encontrado. A média das variações anuais da produtividade das unidades tratadas no período 2007-2011 foi 0,2% (0,4 p.p. superior à das unidades não tratadas), o que revela aliás que em média as unidades tratadas melhoraram a sua produtividade enquanto as unidades não tratadas viram reduzir a sua produtividade. O valor da média da distribuição das variações da produtividade nas unidades tratadas é mais positivo no ano de 2011, ano em que a nas unidades não tratadas

a média é negativa, o que mais uma vez favorece a ideia de que o apoio pelo COMPETE estará a ter contributos a este nível.

3.2.3. Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa

No que respeita às exportações e orientação exportadora, as unidades tratadas, em termos individuais, evidenciam um melhor desempenho em termos de internacionalização do que as unidades não tratadas.

Para a medição dos contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa avaliaram-se a evolução das exportações e da orientação exportadora no grupo de tratamento e de controlo entre, 2007 e 2011, último ano para o qual há informação.

O Anexo C.2 apresenta os quadros com os principais resultados.

A análise do Quadro A. 31 revela que em termos agregados e considerando os diversos critérios de segmentação que têm sido utilizados, o universo tratado registou uma evolução das exportações sempre melhor do que no grupo de controlo, com exceção do setor do comércio. No que respeita à orientação exportadora, verificando-se, em termos de evolução global entre 2007 e 2011, um aumento da orientação exportadora no grupo de controlo e uma redução no grupo de tratamento (ver Quadro A. 33), o comportamento do grupo de tratamento é mais favorável neste indicador no caso da região Norte, dos setores da Indústria, Construção, Turismo, Transportes, Serviços e Outros e em todos os escalões dimensionais exceto nas Não PME.

Quando se aprofunda a análise agregada tomando as medidas estatísticas das distribuições das variações anuais quer das exportações quer da orientação exportadora, verifica-se, no caso das exportações, só para as variações entre 2010 e 2011, que a média das variações no caso das unidades tratadas é de 4,7%, 0,8 pontos percentuais superior à registada no universo de controlo, enquanto a variação da orientação exportadora, neste caso para o conjunto do período, é de 0,6 p.p., superior em 0,5 p.p. à registada nas unidades não tratadas.

3.2.4. Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação

No que respeita aos indicadores de despesa de I&D e de número de investigadores registam-se comportamentos dispare, mas é de destacar que o Programa está a tocar em entidades que representam mais de 2/3 do valor total destas variáveis.

Para a medição do contributo efetivo do COMPETE para a concretização dos objetivos em matéria de promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação mediu-se, com o apoio da DGEEC, como já se referiu, a evolução dos indicadores despesa de I&D e número de investigadores em ETI no universo de tratamento e de controlo.

Analisando com mais detalhe (ver Quadro A. 35 e Quadro A. 37) os dados agregados da despesa de I&D dos universos de tratamento e de controlo mas considerando as segmentações que têm vindo a ser utilizadas, verifica-se que foi nas regiões Centro e Alentejo, nos setores Indústria, Construção, Comércio e Turismo e no executor Estado que o grupo de tratamento registou uma evolução mais intensa do que o grupo de controlo. No que respeita à evolução do número de investigadores, foi na região Alentejo, nos setores Indústria, Construção, Comércio, Turismo e no executor Estado que o grupo de tratamento registou uma evolução mais intensa do que o grupo de controlo. É de destacar ainda (ver Quadro A. 36 e Quadro A. 38) que quer o nível de despesa de I&D agregado quer o número total de investigadores em ETI no grupo de tratamento representa mais do dobro do valor do grupo de controlo, o que revela que o Programa está a tocar em entidades que representam mais de 2/3 do total destes indicadores.

Relativamente a estas variáveis não foi possível analisar as distribuições das variações individuais uma vez que essas medidas não foram apuradas pela DGEEC.

3.2.5. Uma medição do impacto macroeconómico agregado dos investimentos empresariais apoiados pelo COMPETE utilizando a metodologia input-output

Os níveis de despesa adicional induzidos pelo COMPETE terão gerado acréscimos de VAB anuais entre 0,1 e 0,2%.

Tal como previsto na metodologia proposta, para avaliar o impacto macroeconómico agregado dos investimentos apoiados pelo COMPETE foi utilizada também a análise de *input-output*.

Para a aplicação desta metodologia foram utilizados os resultados da análise efetuada no quadro da resposta à pergunta P1: Efeito de Incentivo, em que foi estimada a percentagem de despesa que é efetivamente induzida pelo COMPETE, apresentada no Quadro 19, construindo por esta via um cenário de contrafactual que elimina da medição e efeitos aquela despesa que seria feita de qualquer forma.

Com base nos níveis de adicionalidade estimados e nos níveis de execução do COMPETE no quadro dos instrumentos SAECTN, SI I&DT, SI Inovação, SI QPME, SAMA e SIAC foi estimado um nível global de despesa

induzido pelo COMPETE. Para aplicação da metodologia de *input-output*, para além do nível de despesa global induzida é necessário estimar o nível de despesa que constitui procura adicional dirigida a cada ramo ou rendimento disponível adicional. Para esse fim foi estabelecida uma correspondência entre as categorias de despesa constantes do sistema de informação do POFC e as categorias operativas associadas à utilização da metodologia *input-output*, um exercício que obviamente tem sempre algumas limitações face à necessidade de assumir algumas hipóteses simplificadoras. A partir dessa correspondência e dos dados da despesa desagregados por categoria para os projetos encerrados e apoiados estimou-se a proporção de despesa adicional que constituiu procura dirigida aos ramos e a que constituiu rendimento adicional.

Foi utilizado depois o último sistema de matrizes disponível para a economia portuguesa, estimadas pelo antigo Departamento de Prospetiva e Planeamento para o ano de 2008, para proceder à avaliação do impacto.

Foram considerados dois cenários nos exercícios de avaliação efetuados. Por um lado a execução efetiva que teve lugar nos instrumentos referidos no ano de 2012 e, por outro, um valor médio da execução anual acumulada até 2012.

Os cerca de 458 MEUR de despesa induzida pelo COMPETE em 2012 no quadro dos instrumentos referidos terão sido responsáveis por acréscimos de VAB decorrentes da procura e rendimento disponível adicionais de cerca de 259 MEUR, o que representou cerca de 0,2% do VAB nacional nesse ano.

Em termos médios anuais entre 2008 e 2012 o COMPETE induziu cerca de 309 MEUR que terão sido responsáveis por acréscimos de VAB anuais na ordem dos 175 MEUR que correspondem em média a cerca de 0,1% do VAB anual nesse período.

3.2.6. Os contributos efetivos das intervenções apoiadas em matéria de emprego

As unidades apoiadas apresentam um desempenho em termos de variação do número de pessoas ao serviço melhor que o universo não tratado.

Apesar de a questão do emprego não constituir em si um objetivo do COMPETE, ela é um objetivo geral da política económica, procedendo-se assim a uma avaliação do contributo do COMPETE em matéria de emprego. Já se destacou o forte efeito do COMPETE em termos agregados, com o universo tratado a registar um aumento do número de pessoas ao serviço enquanto o universo não tratado registou uma redução significativa entre 2007 e 2011. Analisando no Quadro A. 39 as diferentes evoluções agregadas para os segmentos que têm vindo a ser considerados verifica-se que só nos setores dos Serviços e Outros o comportamento do universo tratado foi pior que no grupo de controlo.

A análise das diferenças das medidas estatísticas das distribuições da evolução anual de número de pessoas ao serviço nas entidades tratadas e nas entidades de controlo, apresentadas no Quadro A. 40, revela que em média neste período as unidades tratadas aumentaram o emprego em 0,2% ao ano, 0,1 p.p. superior à das unidades não tratadas.

3.2.7. Sobre a sustentabilidade dos impactos das intervenções

Globalmente, pelo menos na perceção dos promotores, os efeitos decorrentes dos projetos apoiados parecem ter algum grau de sustentabilidade.

A questão da sustentabilidade dos impactos das intervenções de política pública é outra temática cuja análise é fundamental pois uma das críticas comumente apontadas a intervenções públicas deste tipo é terem apenas efeitos efémeros não se traduzindo em impactos permanentes na realidade sobre a qual intervêm.

Esta não é, no entanto, uma temática de fácil análise, em particular numa avaliação intercalar, uma vez que só uma análise retrospectiva efetuada *ex post* permite ter informação mais adequada para uma correta medição da sustentabilidade efetiva dos impactos. De qualquer forma, no quadro do exercício de avaliação foi possível recolher elementos que permitem ter uma perspetiva sobre esta problemática.

No quadro do inquérito aos promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial foi colocada uma questão sobre a perceção que os promotores têm relativamente à persistência no tempo dos efeitos gerados pelo projeto sobre a evolução da empresa. A generalidade dos respondentes, correspondendo a cerca de 85% dos projetos e 93% do investimento elegível, considerou que os projetos apoiados tiveram ou terão efeitos duradouros sobre a evolução da empresa.

Quadro 14

Persistência no tempo dos efeitos gerados pelo projeto sobre a evolução da empresa

	% dos respondentes	% do investimento
Duradoura	84,6	93,2
Efémera	4,6	0,9
Não responde	10,8	6,0

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores dos SI

As intervenções podem ter também efeitos efémeros quando promovem um aumento temporário da escala de atividade das entidades apoiadas que não é possível manter uma vez extintos os apoios. Procurando avaliar esta problemática, no quadro dos inquéritos realizados às entidades apoiadas pelo SAESCTN e pelo SIAC foi questionado sobre qual o impacto financeiro do projeto na entidade promotora em termos quer do acréscimo

da despesa de funcionamento quer da despesa de investimento. Como se poderá ver com mais detalhe abaixo (ver Questões Temáticas T2 e T3 e quadros no Anexo I e Anexo J), quer num caso quer noutro, a generalidade dos respondentes identifica acréscimos relativamente reduzidos quer da despesa de funcionamento quer de investimento num ano de cruzeiro, sinalizando aumentos de escala de atividade não muito elevados e que portanto mais facilmente poderão perdurar no tempo.

No caso do SAMA, este instrumento apoiou um conjunto de projetos que pela sua natureza estruturante e pela evolução disruptiva que promoveram são sustentáveis em termos de resultados no futuro. Trata-se de intervenções promotoras de externalidades positivas junto dos cidadãos e empresas, cujos benefícios do ponto de vista económico, superam os custos de manutenção e atualização técnica e tecnológica associados aos projetos.

3.3. G3: As intervenções apoiadas estão a conduzir a efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do COMPETE?

Na implementação das políticas públicas uma das questões que se coloca com grande relevância, e que por esse facto deve ser objeto de avaliação, diz respeito à verificação de efeitos não esperados, sejam eles positivos ou negativos.

Obviamente os efeitos de natureza negativa, ao poderem pôr em causa o cumprimento dos objetivos das intervenções, são normalmente objeto de maior atenção, mas a análise de eventuais efeitos positivos não esperados, é ela própria muito relevante pois a sua potencial internalização nos exercícios de conceção e implementação das políticas pode contribuir para o aumento da sua eficácia e eficiência.

São diversas as causas possíveis para a materialização de efeitos não esperados. Entre os mais relevantes podemos identificar:

- A não verificação das cadeias de impactos implícitas na seleção dos objetivos e na hierarquia estabelecida nas relações entre objetivos operacionais, específicos e globais – neste caso há realizações e as intervenções geraram resultados ao nível dos objetivos operacionais mas esses resultados podem não se traduzir ao nível dos objetivos específicos ou globais;
- A conjugação de elementos exteriores ao programa, (desfavoráveis/favoráveis) que tendem a diminuir/reforçar o desempenho em matéria de objetivos específicos e globais – neste caso há também realizações e resultados mas a alteração do contexto reforça ou diminui os resultados;
- A verificação de efeitos secundários não desejados das intervenções ou não previstos aquando da conceção das mesmas;
- Conceção das intervenções em termos de divergência entre a dimensão parcial do projeto apoiado e a dimensão global do promotor que faz com que, gerando-se os resultados, os mesmos não têm o efeito esperado/têm efeitos adicionais sobre o promotor;
- Alterações/adaptações dos próprios instrumentos de política pública à evolução do contexto ou à gestão da procura e dos compromissos – neste caso as adaptações efetuadas podem desvirtuar a intervenção e impedir que os efeitos inicialmente esperados se materializem.

Com vista a avaliar a eventual materialização de efeitos não esperados no quadro da implementação do COMPETE i) realizou-se um *focus group* reunindo promotores de projetos de diversas tipologias e representantes de organismos da governação do COMPETE e do QREN para analisar esta problemática, ii) no quadro das diversas entrevistas foi suscitada a questão sobre a materialização destes efeitos e, iii) no quadro dos inquéritos aplicados procurou avaliar-se, junto dos promotores de projetos apoiados pelo COMPETE, até que ponto se registaram desvios entre o que se previa e o que foi executado e quais os fatores que explicam esses desvios.

No *focus group* sobre esta problemática foram abordadas algumas questões sobre eventuais efeitos não esperados associados à implementação do COMPETE, em particular relativamente a alguns dos instrumentos que constituíram inovação deste Programa face a intervenções anteriores. Para além da discussão sobre o efeito que a conjuntura teve sobre a implementação do Programa, sobre o instrumento “Vales” questionou-se em que medida o mesmo distorceu a concorrência no mercado dos serviços de tecnologia e até que ponto se verificou uma utilização abusiva deste instrumento dado que ele poderá ter induzido uma oferta por parte do SCTN que não respondia necessariamente a necessidades do sistema produtivo. Por outro lado, dado o forte reforço dos apoios à I&D, discutiu-se até que ponto esse reforço promoveu um *crowding out* de outras fontes externas. Por último, foi suscitada a questão sobre em que medida alguns aspetos processuais e burocráticos inerentes à operacionalização do Programa poderão ter gerado uma complexidade elevada e condicionado o acesso aos incentivos, nomeadamente no caso da co-promoção para promover redes ou das políticas de clusterização.

Genericamente, a impressão geral recolhida dos promotores é que no caso dos “Vales” não houve abuso e em grande medida o seu propósito foi alcançado, nomeadamente tendo-se promovido um primeiro contato de muitas empresas com o SCTN. Considera-se ainda que o custo de 7,5 mil euros suportado pela empresa foi dissuasor suficiente de comportamentos menos adequados. Houve de facto alguns promotores que entenderam

o instrumento como um mecanismo simplificado de desenvolvimento de projetos de engenharia, o que constituiu um efeito não esperado. De qualquer forma e procurando fazer um *follow up* dos promotores apoiados no âmbito dos mecanismos “vale”, verifica-se que dos 61 promotores apoiados no âmbito mecanismo vale I&DT, 12 surgem como candidatos promotores ou co-promotores noutras medidas, e dos 365 apoiados pelos vale inovação 112 surgem como candidatos promotores ou co-promotores noutras medidas. Nesse sentido estes mecanismos parecem ter desempenhado o seu papel de aproximar as empresas ou a entidades do SCTN ou a fatores dinâmicos de competitividade.

No que respeita aos instrumentos co-promoção e mobilizadores foi considerado que existindo alguma complexidade associada ao processo, este instrumento permitiu de facto promover melhores projetos tendo ainda um efeito adicional de incentivar os contactos. É sugerida a adoção de um mecanismo de interação em que os contactos sejam centralizados no líder pois a possibilidade de todos os parceiros interagirem com a gestão do programa cria dificuldades à gestão do projeto. Como modelo é sugerido a adoção no caso dos projetos mobilizadores e em co-promoção dos mecanismos utilizados nos projetos europeus.

Também relativamente às Estratégias de Eficiência Coletiva foi relativamente unânime a ideia de que tiveram um efeito de arrastamento e mobilização muito positivo.

Por último sobre a questão do eventual *crowding-out* do acesso a outras fontes considera-se que o mesmo não se verificou, avançando-se adicionalmente que é importante melhorar lógica de funcionamento do SIAC para que cumpra objetivo de ajudar empresas a aceder aos programas comunitários de Inovação, nomeadamente as taxas financiamento mais baixas, bem como as dificuldades de só financiar componente portuguesa superior a 7,5% limitaram a utilidade do instrumento.

Genericamente e relativamente a esta questão e avaliação pode avançar-se que o contexto externo do programa e a configuração de alguns instrumentos foram principais causas para a materialização de efeitos não esperados.

No caso particular do SAMA, foram as alterações legislativas que colocaram em causa a utilidade de alguns projetos, implicando a sua reformulação, mas também as restrições orçamentais e as alterações orgânicas na administração pública (associadas aos ciclos governativos e às alterações de prioridade de política pública) implicaram nalguns casos o abandono ou a fusão de projetos.

Outra forma de identificar a materialização de efeitos não esperados passa por avaliar as razões da ocorrência de desvios entre o previsto e o executado nos projetos com maior maturidade. A análise das respostas aos inquéritos revela uma elevada proporção de promotores que declaram existirem desvios (de qualquer tipo e em qualquer magnitude) face ao previsto em sede de candidatura. Em todos os inquéritos essa proporção é superior a 70%.

Quadro 15

Existência de desvios entre o previsto e o executado no âmbito dos projetos apoiados

	% dos projetos
Sistemas de Incentivos	76,9
SAESCTN	73,5
SIAC	80,6
SAMA	78,8

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores

Quanto aos fatores que justificam a existência de desvios entre o previsto e o executado (Quadro A. 24), no caso dos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos, SAESCTN e SIAC verifica-se a existência de algumas diferenças.

No caso dos promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos foram a degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos e a deterioração das perspetivas de vendas os principais fatores que explicam a existência de desvios, assumindo depois também alguma relevância um outro mais ligado ao próprio programa, o atraso nos pagamentos das participações comunitárias.

Já no caso do SAESCTN são fundamentalmente aspetos relacionados com o Programa, nomeadamente o atraso na aprovação da candidatura e o atraso na contratação do projeto que surgem como principais causas de desvios e só em menor grau a degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos.

No caso dos projetos apoiados pelo SIAC são a degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos, o atraso nos pagamentos das participações comunitárias e, em menor grau, as dificuldades no acesso ao crédito bancário que justificam os desvios, sinalizando que a questão do financiamento terá sido determinante.

No caso dos projetos apoiados pelo SAMA, a natureza dos fatores que justificam desvios entre o previsto e executado é relativamente distinta, também devido à natureza diversa desses promotores, assumindo relevância a complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública, os atrasos na contratação do projeto e as dificuldades em afetar Recursos Humanos (próprios e/ou dos parceiros) para desenvolver o projeto.

Globalmente, verifica-se que a evolução da conjuntura económica ao longo do período de execução do COMPETE veio colocar desafios à sua implementação, nomeadamente a partir do momento em que se instalou um quadro muito mais restritivo do acesso das empresas ao financiamento, quer pelo seu custo mais elevado, quer, sobretudo, pela variação negativa do volume de crédito às sociedades não financeiras, que provocaram uma alteração do valor dos incentivos previstos percebido pelos beneficiários e destinatários do programa, assistindo-se a alguma "desvalorização" do efeito do prémio e de uma progressiva "valorização" do acesso ao financiamento.

3.4. G4: As realizações e os resultados verificados poderiam ser alcançados com menos recursos?

A questão da avaliação da eficiência das intervenções de política pública é determinante, em particular tendo em conta a atual escassez de recursos públicos.

Tal como previsto na proposta apresentada, a resposta a esta questão é efetuada numa dupla perspetiva:

- Por um lado, tendo em conta que há diversas tipologias de intervenção que podem contribuir para os mesmos objetivos, compara-se a eficiência relativa das diversas tipologias de intervenção no sentido de identificar aquelas intervenções que são relativamente mais "baratas" para produzir os mesmos efeitos – uma forma de aumentar a eficiência global das intervenções pode passar por privilegiar as tipologias de intervenção mais eficientes;
- Por outro lado, adotando uma lógica de análise por destinatários das intervenções, a avaliação verifica quais os tipos de beneficiários em que os efeitos das intervenções são mais elevados ou aqueles em que o Programa mais valor acrescentado induz – uma forma alternativa de aumentar a eficiência das intervenções pode passar por privilegiar os destinatários em que as mesmas produzem resultados de forma mais intensa.

A lógica da resposta dada assenta assim na ideia de, admitindo os níveis de realizações e de resultados verificados, identificar quais os instrumentos e/ou destinatários em que o custo por unidade de resultado é menor. É óbvio que esta abordagem apresenta limitações pois os universos tocados pelos diversos instrumentos são distintos pelo que, qualitativamente, haveria diferenças dos resultados e, por outro lado, as conclusões baseadas neste tipo abordagem pressupõem uma hipótese simplificadora que é a de que se os recursos fossem concentrados nos instrumentos mais eficientes haveria uma proporcionalidade na obtenção de resultados o que normalmente não é verdade. A análise é (fundamentalmente) centrada nos projetos de investimento empresarial e tem como fonte de informação fundamental os resultados dos processos de inquirição efetuados, uma vez que não foi possível ter acesso aos dados individualizados das unidades tratadas com origem noutras fontes. Isso limita a possibilidade de comparar algumas tipologias, nomeadamente os Sistemas de Incentivos com lógicas de intervenções coletivas, pois não se tem informação para os destinatários finais das ações coletivas. Na aferição da eficiência são considerados os seguintes indicadores:

- Investimento (adicionado e aumentado) empresarial por unidade de custo por tipologia de intervenção e de destinatário;
- Variação do VN por unidade de custo por tipologia de intervenção e de destinatário;
- Variação do VN internacional por unidade de custo por tipologia de intervenção e de destinatário;
- Variação do Emprego por unidade de custo e por tipologia de intervenção e de destinatário;
- Variação do Emprego por unidade de custo e por tipologia de intervenção e de destinatário;
- Variação da despesa de I&D por unidade de custo por tipologia de intervenção e de destinatário.

No que respeita ao primeiro indicador, o mesmo está analisado abaixo na resposta à questão 6.1P1: Efeito de Incentivo: Em que medida os apoios atribuídos aos projetos apoiados determinaram a sua dimensão/ rapidez/ localização?, correspondendo à medição do efeito incentivo dos diferentes instrumentos e nos diferentes grupos de destinatários a partir das respostas dadas ao inquérito. Os restantes indicadores resultam da análise das respostas aos inquéritos para cada uma das variáveis relevantes considerando a variação entre o ano pré-projeto e ano pós-projeto e confrontando essa variação com nível de apoio (resultados das análises efetuadas são apresentados no Anexo C.5).

Obviamente deve notar-se que estes resultados refletem dados de projetos já concluídos e resultados ainda potenciais para aqueles projetos ainda em execução. De qualquer forma são já resultados avaliados à data em que o inquérito foi aplicado e não os previstos em sede de candidatura.

3.4.1. Uma análise por tipologia de intervenção

Maiores níveis de adicionalidade registados nos instrumentos de natureza coletiva e nos Sistemas de Incentivos não empresariais o que mostra a relevância do COMPETE para promover este tipo de ações que sem a sua existência não teriam lugar. Há sinais de diferenças significativas entre os diversos instrumentos no que respeita à eficiência para gerar volume de negócios, criação de emprego ou despesa de I&D.

Considerando as diversas tipologias de intervenção, no que respeita ao investimento adicionado e aumentado, os dados apresentados no Quadro 19 revelam que se registam níveis de adicionalidade entre os 35% e os 91,2%. Os maiores níveis de adicionalidade foram registados no SIAC, SAESCTN e SAMA. No quadro dos Sistemas de Incentivos de base empresarial, os maiores níveis de incentivo registaram-se no SI QPME, seguidos do SI I&DT e SI Inovação.

Quando se analisa a variação dos indicadores por unidade de incentivo, verifica-se que as maiores variações de volume de negócios e de volume de negócios internacional por unidade de incentivo se verifica no caso do SI I&DT, com valores na ordem dos 48 € de variação entre o ano pré e pós projeto por € de incentivo. No que respeita à criação de postos de trabalho o SI QPME, com 64 postos de trabalho por milhão de euros de incentivo, e o SI Inovação, com 38 postos de trabalho por milhão de euros de incentivo, parecem ser os mais eficientes. Já quanto à criação de postos de trabalho qualificados, o SI I&DT aparece como o mecanismo mais eficiente seguido do SI QPME e do SI Inovação. O SI I&DT é também o instrumento mais eficiente para promover a despesa de I&D.

De destacar, dentro de cada um dos instrumentos a grande variabilidade da eficiência para as diferentes medidas.

3.4.2. Uma análise por tipologia de destinatário

Por tipologia de destinatários, registam-se diferenças significativas de níveis de adicionalidade por região, setor e tipologia de empresa. Também se registam diferenças significativas por região, escalão de dimensão e setor no que respeita à eficiência para gerar volume de negócios, criação de emprego ou despesa de I&D.

Quando se tomam em conta as diversas tipologias de destinatários, no que respeita ao investimento adicionado e aumentado, os dados apresentados no Quadro 19 revelam que maiores níveis de adicionalidade foram registados nos setores dos serviços e do comércio, nas regiões Centro e Norte e nas empresas criadas e, em menor grau, nas empresas existentes.

Maiores níveis de eficiência em termos de promoção de aumentos de volume de negócios e de volume de negócios internacionais registam-se nas médias empresas e nas não PME, na região Norte ou em projetos multiregionais. A eficiência em termos de geração de volume de negócios é maior nos setores do Comércio, Construção, Energia e Indústria enquanto no caso do volume de negócios internacional, a indústria e os serviços são os setores com melhores níveis de eficiência.

Relativamente à criação de emprego as intervenções mais eficientes parecem ter lugar nas Médias empresas ou nas outras entidades que não empresas, no Alentejo e projetos multiregionais e nos setores do comércio transportes e serviços. Quanto à criação de emprego qualificado as intervenções parecem ser mais eficientes nas médias empresas e nas não PME, no Norte e nos projetos multiregionais e nos setores dos serviços e comércio.

Por ultimo a eficiência em termos de promoção de despesa de I&D parece ser maior nas médias empresas e nas não PME, nas regiões Norte e Centro e no setor dos serviços.

4. Questões Específicas

4.1. E1: Qual o contributo do COMPETE para a qualificação do tecido produtivo, por via do upgrading do perfil de especialização e dos modelos empresariais?

Aquando da sua conceção, o COMPETE elegeu, entre os seus vários desígnios estratégicos, a necessidade absoluta de fazer crescer, de forma sustentada, a produtividade e competitividade na economia e empresas portuguesas, através, fundamentalmente, de dois caminhos não mutuamente exclusivos, mas antes, pelo contrário, desejavelmente complementares:

- O *upgrading* do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa, em favor de setores geradores de níveis médios mais elevados de valor acrescentado e produtividade, com potencial de crescimento e de afirmação progressivamente mais forte nos mercados internacionais, com base em vantagens competitivas construídas de médio e longo prazo;
- A renovação dos modelos de negócio das empresas e a sua progressão nas cadeias de valor das diferentes atividades onde atuam, desde logo envolvendo os tradicionais e maduros setores de especialização da economia portuguesa, favorecendo o investimento (i) nos fatores dinâmicos e intangíveis de competitividade, que apelam a uma ligação mais estreita entre as atividades de conceção e desenvolvimento, *design*, produção e marketing, distribuição e comercialização de soluções integradas de produto/serviço portadoras de valor para o mercado, (ii) na inovação em sentido lato (produto, processo, organização, marketing, mercados, materiais, etc.) e (iii) no desenvolvimento progressivo e sustentado do negócio internacional, nas suas mais variadas formas, mais ou menos ambiciosas, numa lógica em que se prioriza cada vez mais projetos enquadrados em estratégias de eficiência coletiva e, numa outra lógica, as regiões de baixa densidade, no sentido de se trazer investimento, VAB, emprego e população para territórios mais deprimidos e mais carentes de iniciativa e atividade económica.

O caminho realizado e os resultados atingidos, via intervenções apoiadas, a estes dois níveis irão ser então avaliados de seguida na resposta à presente questão específica.

As conclusões a retirar desta análise devem ter presente, com vista à sua necessária relativização, a efetiva dimensão e grau de penetração/cobertura do Programa COMPETE no universo da economia nacional: tomando como referência o investimento elegível executado o COMPETE foi, por si só, responsável por cerca de 2,6% e 3,7%, respetivamente, do total da FBCF e da FBCF empresarial realizada em Portugal entre 2008 e 2012. Uma aproximação em termos regionais, limitada pela reporte a 2010 dos últimos dados das contas regionais, permite apurar que o valor médio anual do investimento elegível total e empresarial apoiado pelo COMPETE representou, respetivamente, 4,2% e 5,3% da FBCF total média anual e da FBCF empresarial média anual das regiões de convergência entre 2008 e 2010.

4.1.1. Quais as características fundamentais das intervenções apoiadas pelos Sistemas de Incentivos de base empresarial do COMPETE?

Com recurso aos dados do sistema de informação do POFC foi efetuada uma análise especificamente aos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais do COMPETE (ver Anexos D.2, D.4 e D.5), face à sua importância, muito forte, nos apoios diretos ao investimento empresarial, tendo em consideração a dimensão, forma jurídica e antiguidade do promotor, a inserção setorial do investimento, o nível de especialização produtiva, o nível de maturidade no processo de internacionalização e a localização do investimento. Estas ventilações foram ainda cruzadas com as datas de candidatura dos projetos para se perceber, de forma efetiva, se a natureza da procura dirigida ao Programa sofreu alterações pronunciadas ao longo da sua execução, tendo sido consideradas três fases: (i) até 2/4/2009, altura em que se alargou a malha e majoraram-se incentivos para dar resposta à crise e ao problema do financiamento das empresas; (ii) de 3/4/2009 a 14/11/2010, altura em que a prioridade ao transacionável se torna mais evidente; (iii) de 15/11/2010 a 31/12/2012. Um exercício semelhante foi realizado para as linhas de crédito bonificado PME Investe I e II (ver Anexo H.2).

Os resultados obtidos na análise ao nível dos Sistemas de Incentivos de base empresarial foram os seguintes:

- A indústria é responsável por 80% do investimento elegível apoiado nos Sistemas de Incentivos, com relevo para a indústria química, que representa 21% deste registo; em matéria de número de projetos apoiados, destaque para o têxtil, vestuário e calçado, indústrias metálicas e serviços empresariais, que representam, em conjunto, 42% dos projetos apoiados ciclo de execução do Programa, ao contrário do que acontece com indústrias como a madeira, cortiça e mobiliário e o papel e publicações.
- A média-baixa e baixa tecnologia dominam os projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, representando, respetivamente, 33% e 31% do investimento elegível apoiado, com a média-alta tecnologia a perder peso ao longo do ciclo de execução do Programa (29% do investimento elegível apoiado) ao contrário do que aconteceu com a média-baixa tecnologia.

- As estratégias de exploração intensiva de economias de escala e de facilitação do acesso a recursos naturais dominam os projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, representando, respetivamente, 36% e 33% do investimento elegível apoiado; as atividades enquadradas na economia baseada no conhecimento representam 33% do investimento elegível apoiado, ao passo que as atividades expostas à concorrência internacional (transacionáveis) representam 86%.
- As empresas sem participação de capital estrangeiro e as empresas já exportadoras dominam as intervenções apoiadas pelos Sistemas de Incentivos, representando, respetivamente, 79% e 59% do investimento elegível apoiado; as empresas já existentes dominam, representando 76% deste registo.
- A região Norte é responsável por uma maior fatia dos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos (49%) mas o Centro domina em termos de investimento elegível apoiado (37% contra 34% do Norte), sendo responsável por projetos de maior dimensão média.
- As grandes empresas dominam, naturalmente, em matéria de investimento elegível apoiado, nos Sistemas de Incentivos (2/3 deste valor), sendo as médias empresas responsáveis pela apresentação do maior número de projetos apoiados (cerca de 70%).
- Em matéria de estratégias de eficiência coletiva (EEC), destaque claro para os polos de competitividade e tecnologia do turismo (17%), da moda (14%) e das indústrias da mobilidade (13%), que representam, no seu conjunto, 44% do investimento elegível apoiado nas EEC via Sistemas de Incentivos.

4.1.2. Qual o contributo do Programa para a alteração do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa?

Foi efetuada (ver Anexo D.3) a comparação dos perfis de especialização produtiva dos promotores de projetos apoiados e encerrados pelos Sistemas de Incentivos de base empresarial do Programa com a média da economia portuguesa (elegível no universo COMPETE, em termos setoriais, regionais e dimensionais), como forma de valorar adequadamente os elementos de aproximação e afastamento das estruturas do universo de promotores de projetos apoiados e encerrados pelo Programa, nas diferentes características relevantes, em função dos objetivos prosseguidos, e do universo potencial de referência do Programa.

A definição do universo empresarial nacional potencialmente elegível pelos referenciais COMPETE (em termos setoriais, regionais e dimensionais), para efeitos da sua comparação com o universo empresarial do Programa, foi desenvolvida a partir da última versão disponível dos Quadros de Pessoal do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e das Contas Nacionais e Regionais do INE, e, especificamente, para as variáveis n.º de empresas e emprego. Para a FBCF empresarial, em particular, enquanto variável de aproximação ao investimento elegível do COMPETE, não foi possível fazer este escrutínio, na medida em que não se conseguiu, de forma efetiva, com base nas estatísticas disponíveis, definir o referencial médio nacional que cruza ao mesmo tempo os critérios setoriais, regionais e dimensionais do universo potencialmente elegível do COMPETE, o que constitui uma limitação à análise desenvolvida a propósito desta temática, não afetando, no entanto, seriamente o conjunto de conclusões que dela se podem retirar.

Os resultados obtidos nesta análise foram os seguintes:

- O COMPETE parece contribuir para um certo *upgrading* do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa, na medida em que, ao se comparar setorialmente o universo empresarial COMPETE e o universo empresarial nacional potencialmente elegível pelos referenciais COMPETE (em termos setoriais, regionais e dimensionais), se chega à conclusão que as estratégias mais intensivas na I&D, diferenciação de produto, associadas à competitividade valor/não-custo, e na exploração de economias de escala estão sobre-representadas nos Sistemas de Incentivos do COMPETE face ao universo empresarial nacional potencialmente elegível, ao contrário particularmente do que acontece com as indústrias que assentam a sua competitividade no baixo custo do fator trabalho.
- Da mesma forma, os níveis médios-baixos e, particularmente, médios-altos e altos de intensidade tecnológica estão sobre-representados nos Sistemas de Incentivos do COMPETE face ao universo empresarial nacional potencialmente elegível, ao contrário do que acontece com as indústrias de baixa tecnologia.
- Por setores e fileiras, verifica-se que a indústria transformadora (“coração” do setor transacionável), com exceção da fileira moda, e os serviços empresariais estão sobre-representados nos Sistemas de Incentivos do COMPETE face ao universo empresarial nacional potencialmente elegível, ao contrário do que acontece com a distribuição e comércio, transportes, logística e comunicações, construção e do já referido caso dos têxteis, vestuário e calçado; na indústria transformadora, destaque para a sobre-representação das indústrias químicas, metálicas, mecânicas e eletrónicas, de material de transporte, de materiais de construção e de madeira, cortiça e mobiliário.
- O COMPETE parece contribuir, para além disso, para um reforço da orientação exportadora das atividades transacionáveis industriais portuguesas, na medida em que é possível projetar, por um lado, uma evolução significativa e favorável deste indicador entre os anos pré e pós projeto, permitindo um afastamento mais claro dos níveis de extroversão dos promotores de projetos apoiados COMPETE face ao universo referencial da orientação exportadora dos setores onde atuam, ao mesmo tempo que se constata que este indicador é já de si mais elevado na situação de partida no universo empresarial industrial COMPETE comparativamente ao universo empresarial industrial nacional potencialmente elegível pelos referenciais COMPETE, em termos setoriais, regionais e dimensionais (a única exceção a estes registos evolutivos é a

fileira do papel e publicações). A dimensão dos “saltos” relativos em matéria de extroversão do negócio parece, com efeito, estar inversamente correlacionada com o nível de orientação exportadora na situação de partida, com os maiores destaques a pertencerem, por esta ordem, à fileira das *utilities*, agro-alimentar, química, metálica, mecânica e eletrónica e as evoluções menos significativas a ocorrerem na fileira da moda, de materiais de construção, de material de transporte e da fileira já referida do papel e publicações.

4.1.3. Qual o contributo do Programa para a qualificação dos recursos, estratégias e modelos de negócio (competências, estratégias, fatores competitivos, posicionamento na cadeia de valor) e, nessa medida, para a melhoria da produtividade e competitividade das empresas alvo das intervenções?

As linhas estratégicas, fatores competitivos, tipologias de despesa e de investimento e níveis de inserção no universo Referencial para a Competitividade e Internacionalização (RCI) das intervenções apoiadas pelos Sistemas de Incentivos de base empresarial do Programa foram avaliados com base nos dados constantes do sistema de informação do COMPETE, nos resultados do exercício de inquirição levado a cabo junto a promotores de projetos apoiados e nas conclusões das entrevistas, *workshops/focus-group* e estudos de caso realizados, permitindo aferir do contributo do Programa para a qualificação dos recursos, estratégias e modelos de negócio das empresas alvo das intervenções (ver Anexo D.1, Anexo D.6 e Anexo D.8).

A partir do sistema de informação do PO, foram ainda estimados resultados potenciais para as intervenções apoiadas nos Sistemas de Incentivos, avaliados entre os anos pré-projeto e pós-projeto, ao nível de variáveis como as vendas, as exportações, o VBP, o VAB, o emprego, os resultados operacionais, os resultados líquidos do exercício, o ativo total e o capital próprio e de indicadores como a orientação exportadora, a produtividade, o peso relativo do trabalho qualificado, o grau de transformação da produção, a rendibilidade bruta e líquida das vendas, a rendibilidade do capital próprio e a autonomia financeira (Anexo D.7). Para as linhas de crédito bonificado foi efetuado exercício semelhante (ver Anexo H.4).

Os resultados potenciais são depois cruzados com os resultados efetivos e quasi-efetivos avaliados através dos inquéritos aos promotores apoiados pelos Sistemas de Incentivos de base empresarial do Programa com projetos encerrados e/ou com nível de execução financeira igual ou superior a 75%. Neste exercício (ver Anexo D.8), procura-se perceber se os resultados e metas projetados nas candidaturas foram ou não cumpridos, particularmente no SI Inovação.

Finalmente procedeu-se ainda à avaliação do impacto relativo dos projetos apoiados nas próprias empresas promotoras, isto é, pela valoração dos níveis de impacto dos projetos em termos de transformação das empresas no aspeto dimensional quantitativo (relação entre o investimento e o volume de negócios pré-projeto ao nível somente dos projetos mais integrados do SI Inovação).

Os resultados obtidos foram os seguintes:

- O COMPETE parece contribuir para a qualificação dos recursos e estratégias e renovação dos modelos de negócio empresariais na medida em que, em primeiro lugar, o foco estratégico prosseguido pelas empresas no momento de apresentação dos projetos aos Sistemas de Incentivos é dominado não só pelas preocupações tradicionais com a expansão da capacidade produtiva (32% das respostas) e eficiência das operações (8%) mas também pela promoção da I&D e/ou da inovação e pela valorização do conhecimento e da propriedade industrial (14%) e pelo desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, *design*, marca, etc.) (15%).
- Em matéria de vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos de investimento apresentados e apoiados nos Sistemas de Incentivos, os resultados apontam no mesmo sentido, com 57%, 37%, 33% e 29% das respostas a considerarem relevante, respetivamente, a introdução de novos produtos/serviços, a internacionalização, a diferenciação de produtos/serviços e a inovação nos produtos/serviços já existentes, ao mesmo tempo que 53% e 51% consideram relevante, respetivamente, a modernização tecnológica e inovação nos processos e a expansão da capacidade produtiva; a análise dos fatores competitivos aponta na mesma direção, com o esforço próprio de I&D e inovação, o acesso ao conhecimento e à tecnologia e o marketing, comercialização e distribuição a serem valorizados como mais relevantes por, respetivamente, 55%, 54% e 36% das respostas consideradas.
- As tipologias de investimento privilegiadas nas intervenções apoiadas nos Sistemas de Incentivos empresariais do COMPETE confirmam esta tendência, com os projetos dominados pela inovação e a I&D a serem responsáveis, respetivamente, por 39% e 12% do investimento elegível apoiado, em contraponto aos 21% associados aos projetos de modernização tecnológica; já no que diz respeito às tipologias de despesa predominantes, verifica-se que as que apresentam maior destaque são o “Equipamento”, que representa 66,1% do investimento elegível apoiado, seguindo-se, a larga distância, as rubricas “Promoção” (sobretudo internacional), “Construção, Adaptação de Instalações e Material Circulante” (que concerne despesas essencialmente afetas ao sector do turismo) e “Recursos Humanos” que constituem, respetivamente, 6,9%, 6,0% e 5,7% do investimento elegível apoiado; as categorias de investimento tangível e material parecem, assim, continuar a dominar o perfil do investimento dos Sistemas de Incentivos do COMPETE, sendo que se, por um lado, se verifica que o foco estratégico das empresas, de acordo com os resultados do inquérito, se encontra demasiado centrado na expansão da capacidade produtiva, por outro lado, este facto não deve ser, em si mesmo, avaliado de forma menos positiva, na medida em que a inovação no processo, no produto/serviço e até a nível organizacional e as possibilidades em matéria de alargamento e diferenciação da gama de produtos/serviços materializam-se e estão

incorporadas diretamente, em muitos casos, nos próprios equipamentos e nos esforços de modernização tecnológica e de reforço da eficiência; destaque, a este nível, para a importância especialmente elevada dos equipamentos no SI Inovação, da promoção internacional no SI QPME e dos recursos humanos, investigação contratada e estudos e assistência técnica no SI I&DT.

- Estes resultados sofrem algumas flutuações relevantes quando são ventilados, adicionalmente, por grau de inserção em estratégias de eficiência coletiva e por região de localização do investimento, havendo a destacar, com efeito, o peso mais forte das tipologias de investimento associadas à I&D, inovação e internacionalização nos projetos enquadrados em PCT e outros *clusters* e na região Norte, sendo que o Centro se destaca ao nível dos projetos de modernização tecnológica e o Alentejo na inovação e expansão da capacidade produtiva, ao mesmo tempo que, em matéria de tipologias de despesa, se verifica um peso mais elevado das despesas com recursos humanos e promoção em desfavor dos equipamentos nos PCT e outros *clusters*, à semelhança um pouco do que acontece na região Norte.
- Analisando, por outro lado, o cruzamento das três classificações utilizadas, tipos de despesa, tipologias de investimento e instrumento de política pública, quanto à respetiva inclusão nos temas considerados prioritários para o RCI - em matéria de aferição do respetivo mérito e qualidade do ponto de vista da sua inserção no conjunto de despesas e investimentos que têm maior potencial de eficiência e eficácia, atuando, sobretudo, ao nível dos fatores avançados de competitividade internacional (I&DT e inovação, intensidade de utilização do conhecimento e das tecnologias de informação e comunicação, eficiência e diversificação energética com maior aposta nas renováveis, valorização ambiental, reforço do capital humano e das estratégias de aprendizagem ao longo da vida, internacionalização), indutores da afirmação de vantagens competitivas empresariais de médio/longo prazo -, facilmente se verifica que a classificação final cruzada dos três indicadores mostra que 61% do investimento elegível apoiado é classificado como despesa RCI, seja na lógica de despesa, seja na lógica de projeto.
- No que diz respeito aos resultados potenciais dos projetos individuais apoiados nos Sistemas de Incentivos do COMPETE, pode-se salientar, em primeiro lugar, que as projeções apresentadas para a evolução, entre os anos pré-projeto e pós-projeto, da generalidade das variáveis e indicadores considerados são, em termos genéricos, muito favoráveis, com as vendas, as exportações, o VAB e a produção a crescerem, em termos acumulados, respetivamente, 43%, 63%, 59% e 42%; o emprego apresenta uma evolução estimada menos dinâmica de cerca de 11% mas já o emprego qualificado apresenta também um crescimento acentuado, na ordem dos 33%; estes registos traduzem uma subida prevista da orientação exportadora, de 54% para 61%, da produtividade de 43%, do peso do trabalho qualificado, de 21% para 25%, do grau de transformação da produção e da generalidade dos indicadores de rentabilidade e, finalmente, da autonomia financeira, de 39% para 52%.
- Estes resultados potenciais tendem a ser claramente melhores nos projetos apresentados no SI Inovação, com exceção da evolução da orientação exportadora que tende a ser mais rápida no SI QPME, sendo os resultados piores, pela sua natureza mais pré-competitiva, nos projetos apoiados pelo SI I&DT; a evolução dos resultados projetados pareceu acompanhar de perto as características de cada uma das fases do ciclo de execução do COMPETE, com uma melhoria clara dos resultados projetados na fase 2 na sequência da tentativa de resposta no início de 2009 à crise entretanto instalada e com uma sua degradação na fase 3 na sequência da alteração da conjuntura económica e financeira e do aperto das condições de admissibilidade dos projetos em favor de uma maior exposição à concorrência internacional das atividades económicas.
- Os resultados efetivos e quasi-efetivos, apurados a partir do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos de base empresarial, parecem apontar para resultados efetivos que não confirmam os potenciais, sendo mais desfavoráveis que estes, não obstante serem positivos: entre os anos pré-projeto e pós-projeto, as vendas crescem 17%, as exportações 36%, a produtividade 31%, o emprego qualificado 31%, o emprego 9% e as despesas em I&D 28% (Quadro 16); já a orientação exportadora e o peso do emprego qualificado registam uma evolução em linha com o projetado; os resultados parecem globalmente melhores e mais equilibrados e sustentados no SI Inovação e no SI I&DT, no Norte e Centro, na indústria e serviços e nos projetos enquadrados em polos de competitividade e tecnologia e outros *clusters*. Por outro lado, é imputável aos projetos apoiados a responsabilidade por uma parte mais importante da variação das principais grandezas das empresas suas promotoras, entre os anos pré-projeto e pós-projeto, no SI Inovação (como é natural, face à sua natureza de projetos integrados), no Centro e Alentejo, no turismo e comércio e nos investimentos enquadrados em PCT e outros *clusters*.
- Os resultados efetivos e quasi-efetivos de natureza mais qualitativa reforçam a ideia avançada atrás do contributo positivo do COMPETE para a qualificação das estratégias empresariais e para a renovação dos seus modelos de negócio, traduzindo efeitos favoráveis ou muito favoráveis em matéria não só de expansão da capacidade produtiva e da produção, mas também de internacionalização do negócio, sobretudo para novos mercados extra-UE, de lançamento de novos produtos/serviços, de diferenciação e qualificação dos bens e serviços já existentes e de introdução de novos processos produtivos. Ainda neste domínio, a análise fatorial conduzida aos resultados do inquérito levado a cabo junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos de base empresarial parece confirmar também esta ideia, permitindo retirar a conclusão de que os impactos mais fortes foram registados em matéria de lançamento de novas áreas de negócio e de novos produtos/serviços, de diferenciação de produtos/serviços, de I&D empresarial, de cooperação empresarial e com as infraestruturas de suporte às diferentes atividades económicas e, por fim, de internacionalização, marketing e comercialização.

- Finalmente, no que diz respeito ao impacto global dos projetos de investimento integrados nas empresas promotoras, os resultados obtidos permitem concluir pela verificação de uma característica bastante positiva na valoração da implementação dos Sistemas de Incentivos do COMPETE (neste caso, considerando somente o SI Inovação, pelo facto de se tratarem de projetos integrados). Com efeito, verifica-se que o peso dos projetos com impacto estruturante nas empresas promotoras, isto é, os projetos de raiz somados aos projetos com impacto forte ou radical na dimensão da empresa promotora representam 27% dos promotores e 53% do investimento apoiado. Observa-se, também, que o peso dos projetos que podem ser considerados como tendo um impacto relevante nas empresas promotoras, isto é, incluindo os projetos com um impacto superior a 50% do volume de negócios da empresa promotora, se torna maioritário (64%) no conjunto do investimento apoiado, representando 36% dos projetos apoiados e constituindo projetos intensivos em capital e tecnologia (representando somente 8% do emprego).

Quadro 16

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto - Sistemas de Incentivos

(Variações entre os anos pré/pós-projeto em %)	SI I&DT	SI Inovação	SI QPME	Total
Volume de Negócios				
Total	15,1	18,9	19,9	16,9
Internacional	42,2	31,9	35,7	36,3
Novos Produtos e/ou serviços	90,4	745,8	110,5	248,6
Emprego	4,7	14,5	7,3	9,0
Emprego Qualificado	30,3	34,2	28,4	31,2
Produtividade	26,5	40,6	21,6	30,7
Despesas em I&D	25,2	37,0	86,1	28,4

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores

4.1.4. Qual o contributo do capital de risco para a criação e desenvolvimento de empresas em áreas de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento?

A resposta a esta sub-questão de avaliação encontra-se integrada na resposta à questão T1, que incide particularmente sobre o tema do financiamento e partilha de risco.

4.1.5. Qual o efeito de arrastamento na economia induzido pelos grandes projetos em matéria de mudança no perfil de especialização produtiva e de renovação dos modelos de negócio e de progressão das empresas nas cadeias de valor?

Nesta análise dos efeitos de arrastamento dos grandes projetos na economia, deve-se ter em conta, em primeiro lugar, três tipos de condicionalismos que se vieram a manifestar no decurso do presente processo de avaliação: por um lado, apenas 3 dos 12 grandes projetos encontram-se com o investimento encerrado, sendo que, entre os 9 restantes, 6 estão em execução, com ordens de pagamento emitidas, e 3 não possuem ainda ordens de pagamento emitidas; por outro lado, apenas dois dos 12 grandes projetos responderam ao inquérito conduzido junto dos promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos do COMPETE; finalmente, o sistema de informação do COMPETE não nos disponibilizou informação fidedigna, ao nível destes grandes projetos, sobre a origem geográfica das compras e dos fornecimentos e serviços externos em ano cruzeiro de exploração, que constitui um indicador muito importante para aferição dos seus efeitos de arrastamento sobre o tecido empresarial nacional e, particularmente, das suas regiões de inserção, mesmo que sejam potenciais (neste domínio, convém salientar ainda que a origem geográfica dos fornecedores de equipamento e/ou dos prestadores de serviços, ao nível da fase de investimento destes projetos, disponibilizada pelo SI POFC, não tipifica, na opinião do avaliador, aquilo que se designa por efeitos de arrastamento de projetos desta natureza). A análise estará, assim, em conclusão, muito centrada em efeitos potenciais e não será tão aprofundada e ambiciosa quanto seria desejável.

O COMPETE apoiou 12 Grandes Projetos de especial interesse para a economia nacional, através do SI Inovação (entre estes, cinco projetos são transitados do QCA III). Estes projetos são responsáveis por 1.383 MEUR de investimento elegível apoiado (27% do investimento elegível apoiado total) e por 946 MEUR de incentivo aprovado (15,1% do incentivo aprovado total).

A fileira da indústria concentra a grande fatia destes projetos: 11 projetos e 1.318 MEUR de investimento elegível apoiado, com especial destaque para a indústria química (quatro projetos) e para a indústria extrativa (dois projetos), indiciando, desta forma, um contributo direto potencial para a mudança da estrutura de especialização produtiva da economia portuguesa. Apenas um projeto está associado ao setor dos serviços.

Estes projetos encontram-se maioritariamente localizados na região do Alentejo (responsável por seis projetos e 47,5% do investimento elegível apoiado ao nível dos Grandes Projetos), seguindo-se a região Centro (quatro projetos e 40,3% do investimento elegível apoiado) e, por fim, a região Norte (dois projetos associados a 12,2% do investimento elegível apoiado).

Os promotores destes projetos caracterizam-se pela sua grande dimensão (em média, contam com 561 empregados e concretizaram 214,4 MEUR de volume de negócios e 89,1 MEUR de VAB, no ano pré-projeto), bem como por uma vocação internacional muito expressiva, registando 90% de orientação exportadora no ano pré-projeto.

No que diz respeito agora aos vetores de orientação estratégica privilegiados pelas empresas promotoras, aquando da apresentação das candidaturas, e pelos correspondentes projetos de investimento, salientam-se de forma clara, entre os respondentes ao exercício de inquirição levado a cabo, as apostas na expansão da capacidade produtiva, na modernização tecnológica dos processos produtivos, na alteração da gama de produtos/serviços, na internacionalização do negócio e na cooperação empresarial e com as infraestruturas de suporte às diferentes atividades económicas. Em matéria de fatores competitivos desenvolvidos, de destacar os esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação, o acesso ao conhecimento e tecnologia, o marketing, distribuição e comercialização e o ambiente. Os principais impactos de ordem qualitativa detetados situam-se, como era de esperar, na mesma linha: expansão da capacidade produtiva, introdução de novos processos produtivos, internacionalização do negócio, qualidade dos produtos/serviços, ambiente, comercialização e marketing e eficiência e diversificação energética. Todos estes resultados parecem indiciar assim, não esquecendo os problemas, anteriormente identificados, de representatividade dos resultados obtidos, um contributo importante dos grandes projetos para a renovação dos modelos de negócio empresariais, para a consolidação do tecido empresarial nacional até pelos efeitos de arrastamento produzidos (nos poucos projetos onde foi possível aceder a esta informação, estima-se, a este nível, que entre 40% a 50% das compras, em ano cruzeiro, sejam realizadas em território nacional e, particularmente, nas regiões de inserção dos projetos) e, como já referido atrás, para o *upgrading* do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa.

Relativamente ao estudo de caso definido para este efeito (MEGA PTA, desenvolvido pela Artlant PTA, SA), pode-se também adiantar desde já que a implantação deste projeto em Portugal permite ao país entrar num segmento da indústria no qual é, atualmente, um importador líquido, contribuindo ainda para fornecer à indústria de PET nacional matéria-prima a preços competitivos e, por outro lado, reforçar a especialização produtiva da região ao instalar-se no complexo petro-químico de Sines.

Existem significativos impactes do projeto nas exportações nacionais (95% das vendas são para o exterior) e na movimentação de contentores do porto de Sines, tanto do lado das exportações (3 contentores de meia em meia hora), como do lado das importações (parte da matéria prima é importada). Adicionalmente, o projeto atraiu fornecedores para as proximidades da fábrica, como por exemplo a Airliquid. Aliás, uma parte muito importante das matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do processo produtivo é adquirida em território nacional, e particularmente na região de inserção deste projeto, envolvendo, designadamente, as compras de metanol, ácido oxálico, soda cáustica, hipoclorito de sódio, ácido sulfúrico e, parcialmente, paraxileno (em 2012, o mercado português representou 21% das compras totais de paraxileno), o que atesta bem dos fortes efeitos de arrastamento deste projeto sobre o tecido empresarial nacional e regional.

A tipologia do projeto recai na inovação de produto, na medida em que constitui a única fábrica de PTA em Portugal e na inovação ao nível de processos, sustentada na tecnologia de ponta. A unidade da Artlant é muito competitiva e eficiente, porque utiliza tecnologia de ponta e os processos de produção estão desenhados de forma a permitir elevadas poupanças ao nível do consumo de energia e de não poluição ambiental, através da limpeza e reutilização dos gases emitidos. No processo produtivo, tudo é reutilizado e reaproveitado sendo quase autossuficientes. Esta fábrica é muito eficiente na reutilização dos subprodutos, resultando em baixos custos de produção e em aumentos da competitividade (estamos perante a produção de uma *commodity* - produto qualitativamente indiferenciado, constituindo a variável preço um fator crítico de sucesso; a diferenciação faz-se pela otimização de custos).

4.2. E2: Qual o contributo do COMPETE para uma maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável?

O COMPETE foi preparado num contexto macroeconómico marcado, à escala mundial, por uma perspetiva de manutenção de um ritmo sustentado de crescimento económico e, à escala europeia, por uma perspetiva de sinergias, de crescimento e criação de emprego, alavancado pela consolidação do mercado interno e pelo alargamento às economias emergentes da Europa central e oriental. Não obstante a realidade de partida, que entretanto se alterou para um contexto de crise estrutural e de recessão prolongada, a conceção do COMPETE foi levada a cabo com a consciência clara dos pontos fracos e dos desafios existentes na economia portuguesa em matéria de internacionalização, elegendo a "maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável" como uma das suas (quatro) áreas fundamentais de intervenção estratégica.

Esta área fundamental de intervenção foi, depois, operacionalizada de forma consistente em vários dos instrumentos de intervenção do COMPETE (e.g. Sistemas de Incentivos, SIAC), através de uma focagem forte dos projetos a apoiar em setores transacionáveis da economia, da criação de um Sistema de Incentivos fortemente dirigido para a promoção da internacionalização de PME (o SI QPME), da adoção transversal a todos os Sistemas de Incentivos de tipologias de despesa críticas para a internacionalização das empresas e dos setores (tipologia das despesas com promoção internacional), da adoção no SIAC de uma tipologia de projetos especificamente dirigida a atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais de setores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional e, finalmente, através da valorização em sede de critérios do mérito estabelecidos nos avisos de abertura de concurso (AAC) das questões ligadas à orientação das

empresas e dos projetos para o exterior. Esta aposta do COMPETE na internacionalização da economia portuguesa acentuou-se ainda mais a partir de novembro de 2010, através de uma priorização ainda mais acentuada dos apoios para os setores transacionáveis da economia e para as empresas exportadoras, nomeadamente em sede de Sistemas de Incentivos (pela via do estabelecimento de listagens de atividades económicas transacionáveis no âmbito dos AAC, da adoção de níveis de orientação para o exterior dos promotores enquanto critério de admissibilidade, da definição de dotações orçamentais específicas para internacionalização ou empresas exportadoras e da focagem do SI QPME na tipologia da internacionalização). Como o dinamismo exportador da nossa economia – aliás como o de qualquer outra –, depende das vantagens comparativas que os seus sectores transacionáveis apresentam no contexto internacional, mas, também, das vantagens competitivas das suas empresas, considera-se que opções transversais acima sistematizadas foram globalmente ajustadas e adequadas.

Com o enquadramento de base atrás sistematizado, entre 2007 e 2012, o COMPETE afetou apoios diretos à internacionalização pela via dos Sistemas de Incentivos que abrangem investimentos empresariais no valor de 359 MEUR (7% do investimento total apoiado nestes instrumentos), acrescidos de 135 MEUR de apoios com igual orientação no âmbito do SIAC (55% de todo o investimento apoiado neste instrumento). Assim, em termos globais, o Programa apoiou até dezembro de 2012 um investimento elegível dirigido para a promoção da internacionalização que ronda os 494 MEUR, um valor muito expressivo quer em termos absolutos quer relativos (7,6% do investimento elegível total apoiado pelo Programa). Estes números atestam inequivocamente uma aposta forte do COMPETE na internacionalização e no reforço das exportações. Acresce que, em termos globais, esta aposta é bastante mais significativa, uma vez que, de um modo geral, praticamente todas as intervenções apoiadas pelo Programa influenciam o objetivo estratégico da internacionalização.

No Anexo E apresenta-se uma análise mais exaustiva e documentada do que se sistematiza de seguida na resposta a esta questão.

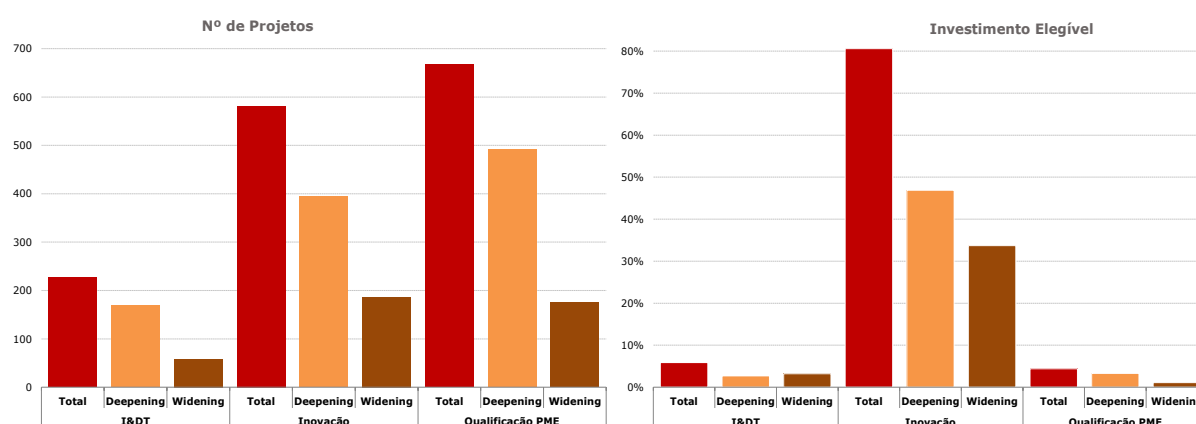
4.2.1. Qual o contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais, nomeadamente em domínios de maior intensidade tecnológica?

O Programa está a contribuir de forma muito significativa para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais, quer pela magnitude dos apoios afetos especificamente ao objetivo da promoção internacional quer pelos impactos esperados e efetivos identificados no contexto dos projetos apoiados, designadamente em atividades de maior intensidade tecnológica.

Um dos aspetos fundamentais na resposta a esta subquestão de avaliação prende-se, desde logo, com a afetação de fundos dirigidos para este objetivo no Programa. Ora, segundo dados do sistema de informação do COMPETE, nos Sistemas de Incentivos, 7% do investimento elegível apoiado destina-se diretamente à promoção internacional, nomeadamente pela via do SI QPME, como seria de esperar. Esta tipologia de despesa está presente em 1.424 projetos de natureza individual e 129 projetos conjuntos do SIQPME (portanto, em cerca de 64% do total dos projetos apoiados). Em termos de meios, pode-se assim concluir que o COMPETE apostou de forma inequívoca no apoio à internacionalização e ao reforço das exportações nacionais.

Gráfico 1

Contributo dos sistemas de incentivos para a internacionalização e o reforço das exportações: a articulação entre o aprofundamento e o alargamento da base exportadora



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Sistema de Informação COMPETE.

Um segundo aspeto relevante prende-se com a forma como os apoios (globais) foram direcionados no período de referência desta avaliação quanto à área estratégica de intervenção relativa à internacionalização. A este propósito, uma das questões relevantes a analisar respeita à lógica *widening* (projetos promovidos por

empresas não exportadoras e por novas empresas com orientação exportadora prevista acima de 10% no pós-projeto) e *deepening* (projetos promovidos por empresas existentes exportadoras) dos apoios. Da análise efetuada, conclui-se que o COMPETE apoiou 420 projetos do tipo *widening* no período considerado para esta avaliação, tendo sido o SI Inovação o Sistema de Incentivos que maior contributo gerou a este nível. Em contrapartida, do tipo *deepening*, o COMPETE apoiou 1.056 projetos, inseridos sobretudo no SI QPME. Isto revela que, em matéria de internacionalização, tem prevalecido no COMPETE uma lógica *deepening* por contraposição à lógica *widening*. Isto é válido no tocante ao número de projetos apoiados e, também, no tocante ao nível de investimento, sendo que a este segundo nível é menos significativo, pelo que o primado do aprofundamento é contrabalançado pela dimensão dos projetos de alargamento.

Este padrão deixa a equipa de avaliação confortável, uma vez que dos estudos existentes se retira a ideia de que a probabilidade de êxito é maior nos processos de *deepening* do que nos processos de *widening*. Recomenda-se, portanto, que no futuro se mantenha e, eventualmente, se aprofunde esta orientação, reservando para os projetos de natureza mais coletiva o principal papel no objetivo *widening*, dado que nesse âmbito o processo de aprendizagem pode ser facilitado e potenciado. Note-se, todavia, que este é num domínio que requer estudos mais aprofundados para melhor se poder fundamentar a opção mais eficaz na articulação entre estes dois processos de reforço da internacionalização da economia portuguesa.

Um terceiro aspeto relevante a analisar prende-se com a relevância das empresas com capital estrangeiro no conjunto das empresas apoiadas com despesas de internacionalização. A este respeito, verifica-se que apenas uma minoria dos projetos apoiados com estas características envolve promotores inseridos nesta categoria: 280 projetos, correspondentes a cerca de 12% do total. O SI Inovação é o Sistema de Incentivos onde foi apoiado um maior número de projetos com despesas de internacionalização envolvendo empresas com capital estrangeiro, mas foi o SI QPME que apoiou a maior quota-parte de despesa elegível neste domínio. Significa isto que o grosso dos apoios diretos à internacionalização do COMPETE tem sido dirigido para empresas inteiramente participadas por capital nacional, o que é consistente com a sua representatividade na nossa economia e, ainda, com as (relativamente maiores) carências deste tipo de empresas em matéria de apoio à internacionalização.

O último aspeto fundamental a analisar prende-se com os resultados. Considerando as expectativas dos promotores apresentadas em sede de candidatura nos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos e o grau de penetração dos mesmos no universo de referência, é de esperar um contributo relevante do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações na economia portuguesa, quer em termos de crescimento do volume de negócios internacional dos seus promotores e da orientação exportadora, quer da diversificação de mercados e complexificação da abordagem aos mesmos em termos de diversificação de produtos.

Ao nível do volume de negócios internacional, em termos médios, os dados de candidatura dos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos apontam para um aumento global desta variável entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto de 62,9% (contra 42,5% do volume de negócios total), indutor de um aumento da orientação exportadora de 7,7 pontos percentuais. Este resultado potencial varia significativamente entre os três Sistemas de Incentivos e, também, em termos temporais (ao longo do período em análise): ao nível dos SI, verifica-se que o maior resultado potencial está associado ao SI QPME, seguido do SI Inovação e, só depois, ao SI I&DT; do ponto de vista temporal, está prevista uma intensificação sucessiva da orientação exportadora entre o primeiro período de análise considerado e o último. Os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos com projetos encerrados ou com elevado nível de execução) mostram que, em termos gerais, os impactos esperados (potenciais) respeitantes ao crescimento da orientação exportadora estão a concretizar-se de acordo com o previsto no SI Inovação e no SI QPME; no SI I&DT, estão a superar largamente o previsto. Cruzando estes resultados com o efeito de incentivo dos projetos apoiados sobre o crescimento do volume de negócios internacional dos promotores apoiados, conclui-se que o contributo do COMPETE para a internacionalização das empresas apoiadas é muito relevante, sobretudo pela via do SI Inovação.

Do ponto de vista setorial, os dados de candidatura mostram que os principais impactos esperados no reforço da orientação exportadora das empresas deverão ocorrer nas atividades direta e indiretamente ligadas ao comércio, serviços e turismo, sem prejuízo de impactos relevantes também na indústria. Este é um padrão que, tendencialmente, resulta da situação de partida dos sectores ligados ao terciário, no passado muito focadas no mercado doméstico. Por sua vez, os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos atestam a bondade destas perspetivas em termos gerais, apontando até para impactos acima do previsto na indústria. Tal como os anteriores, estes resultados parecem demonstrar que o COMPETE está a gerar contributos muito relevantes nas empresas apoiadas em matéria de internacionalização, quer nos sectores transacionáveis quer nos sectores menos transacionáveis, historicamente pouco virados para o exterior.

Desagregando a análise dos resultados sectoriais na indústria por grau de intensidade tecnológica, constata-se que os principais resultados esperados no reforço da orientação exportadora das empresas deverão ocorrer nas atividades de baixa tecnologia e de alta tecnologia. Curiosamente, nos projetos de alta tecnologia apoiados mais recentemente, o potencial de aumento da orientação exportadora dos seus promotores assume valores especialmente elevados. Pelo contrário, na desagregação por intensidade em conhecimento não se identificam diferenças significativas a destacar. Os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos apontam para resultados efetivos ainda mais elevados do que o esperado em termos gerais, designadamente em sectores de alta tecnologia. Significará isto que, a par de impactos relevantes na internacionalização dos sectores mais tradicionais da economia, o COMPETE está

também a induzir impactos significativos em sectores mais intensivos em tecnologia. Entende, por isso, a equipa de avaliação que uma maior seletividade do Programa em função das atividades de maior intensidade tecnológica é desejável, sem que com isso sejam descurados os apoios aos sectores mais tradicionais da economia.

Considerando a presença ou não de capital estrangeiro nos promotores dos projetos apoiados no âmbito dos sistemas de incentivos, perspetivam-se resultados muito distintos em matéria de internacionalização. A este nível, claramente, os impactos esperados mais relevantes ocorrem nas empresas de capital integralmente nacional e nas empresas com um peso de capital estrangeiro abaixo de 50%. Os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos restringem os impactos fundamentais nesta matéria a empresas exclusivamente participadas por capital nacional. Desta forma, pelo menos no respeitante a apoios diretos à internacionalização (despesas com promoção internacional), entende a equipa de avaliação que a atual incidência em empresas com capital integralmente nacional é desejável e importa manter.

Relativamente à diversificação de mercados, os dados disponíveis associados aos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos também revelam impactos potenciais importantes, especialmente no que respeita a mercados extra-UE. Com efeito, em média, cada promotor apoiado no âmbito dos Sistemas de Incentivos propõe-se apostar na entrada em 2 novos mercados externos tendencialmente localizados em mercados fora da UE. Os dados disponíveis também permitem concluir que, na UE, a focagem geográfica não marca alterações substanciais face ao padrão atual, surgindo Espanha, França e Alemanha à cabeça. Fora da UE, os destinos mais relevantes são Angola, EUA, Brasil, Argélia e Marrocos. Do ponto de vista sectorial, os principais resultados esperados em termos de diversificação de mercados geográficos incidem na construção, nos serviços e no comércio, não sendo menosprezíveis na indústria. Relativamente à estrutura de capital dos promotores, verifica-se que os resultados potenciais em termos de diversificação de mercados ocorreram sobretudo em projetos promovidos por empresas com participação de capital estrangeiro abaixo de 50%.

Por fim, relativamente à diversificação de produto/serviço na abordagem aos mercados internacionais, os dados disponíveis associados aos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos revelam igualmente impactos potenciais muito interessantes, especialmente nos projetos apoiados no SI QPME. Com efeito, verifica-se que os promotores apoiados preveem dirigir para os mercados internacionais uma oferta mais alargada/ diversificada. Em média, perspetiva-se um aumento de 21% no n.º de produtos por mercado externo abordado, sendo que no SI QPME este aumento rondará os 37%, no SI Inovação os 11% e no SI I&DT os 10%. Entende-se, assim, que o COMPETE está a induzir as empresas apoiadas a exportar de forma mais complexa.

4.2.2. A prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras no âmbito dos concursos lançados contribui de forma significativa para os objetivos estratégicos do Programa?

A prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras tem induzido uma seleção de projetos e de promotores apoiados que se tem mostrado convergente com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Programa e que, por essa razão, não parece ter prejudicado (bem pelo contrário) a sua consecução.

A prioridade do COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras foi incontestável. Em termos temporais, esta prioridade perdeu alguma força em termos do foco em sectores transacionáveis (sobretudo a partir da mudança de contexto em 2008/9), mas reforçou-se em termos de foco em empresas exportadoras. No respeitante a instrumentos, esta prioridade assumiu uma incidência particularmente forte no SI Inovação, assumindo-se menos vincada no SI QPME e no SI I&DT. Estamos, assim, perante um padrão que a equipa de avaliação considera ajustado, sobretudo se se considerar o enquadramento macroeconómico em que o Programa foi implementado.

Passando agora à análise propriamente dita da subquestão de avaliação, importa ter presente que o contributo da prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras para os objetivos estratégicos do Programa está intimamente associado ao perfil dos projetos e dos promotores apoiados, bem como ao resultado das intervenções apoiadas.

Analisando os resultados do inquérito efetuado a promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, verifica-se que o principal foco estratégico das empresas apoiadas foi a “expansão da capacidade produtiva”, o “desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto” e a “promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial”. Por sua vez, os vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos apoiados foram a “introdução de novos produtos/ serviços”, a “expansão da capacidade produtiva”, a “modernização tecnológica de processos” e a “internacionalização”. Já os fatores competitivos foram os “esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação”, o “acesso ao conhecimento e a tecnologia” e a “criação/reforço de marca própria”. Estamos, assim, perante um padrão global de empresas e projetos apoiados que, sem dúvida, está em linha com os objetivos estratégicos do COMPETE: qualificação do tecido produtivo, maior orientação para os mercados internacionais e promoção da economia baseada no conhecimento e inovação.

Por outro lado, analisando o padrão dos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos quanto à sua inserção “setorial” (e.g. grandes setores, subsectores, níveis de intensidade tecnológica, fatores-chave de competitividade, economia baseada no conhecimento), identifica-se um enfoque significativo em atividades com características qualificadas, com destaque particular para as atividades químicas (química, petroquímica, farmacêutica, borracha, plásticos), metálicas, do papel e edição e turismo, notavelmente representados acima

do seu peso relativo na economia portuguesa, claramente em linha com os objetivos do Programa. Já no âmbito das intervenções de natureza mais coletiva, como se poderá atestar mais à frente na análise da subquestão específica sobre os Projetos Conjuntos e SIAC e na questão temática dedicada às Redes e Ações Coletivas, não se verifica este padrão, continuando a prevalecer uma focagem predominante centrada em setores mais tradicionais da economia, que por natureza possuem estruturas representativas mais ativas e consolidadas.

No tocante às características dos promotores empresariais apoiados, destaca-se a presença de empresas com níveis de qualificação de emprego nitidamente acima da média da economia e da média setorial em que se inserem e com uma maturidade no processo de internacionalização (medida pela orientação exportadora) também acima da média da economia. Por sua vez, a presença de novas empresas e de empresas com presença de capital estrangeiro não é excecionalmente elevada, mas tem expressão no total das empresas apoiadas. Temos, por isso, um padrão de promotores apoiados também em linha com os objetivos estratégicos do Programa.

Do ponto de vista dos resultados, a avaliar pelas respostas apresentadas no inquérito a promotores apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, os projetos empresariais apoiados estão a gerar contributos bastante favoráveis ao nível do “lançamento de novos produtos/serviços”, da “introdução de novos processos produtivos”, da “entrada em novos mercados” (designadamente extra UE) e da “qualidade dos produtos/serviços” produzidos, o que também é convergente com os objetivos estratégicos do Programa.

Pode-se, assim, afirmar que a prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e a empresas exportadoras tem induzido uma seleção de projetos e de promotores apoiados que se tem mostrado convergente com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Programa e que, por essa razão, não parece ter prejudicado (bem pelo contrário) a sua consecução. Esta realidade não é estranha, uma vez que é frequente encontrar na literatura da especialidade referências a uma associação forte entre orientação exportadora, capacidade de inovação e performance competitiva distintiva.

4.2.3. Qual o contributo do COMPETE para o aumento do valor acrescentado nacional nas exportações e para a substituição de importações?

Relativamente ao aumento do valor acrescentado nacional nas exportações, perspetivam-se contributos potenciais especialmente elevados nos projetos apoiados pelo Programa ligados à construção, às indústrias mecânicas e eletrónicas, ao material de transporte, aos serviços empresariais e às indústrias da moda. Em matéria de substituição de importações, não se identificam efeitos relevantes do Programa.

Iniciamos a resposta à presente subquestão de avaliação pela análise do contributo do COMPETE para o aumento do valor acrescentado nacional nas exportações. Para o efeito, considerou-se três aspetos essenciais, todos eles relacionados com os efeitos associados aos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos: por um lado, o foco setorial dos projetos apoiados; por outro lado, o efeito dos investimentos apoiados no crescimento da incorporação de valor na produção (e, por essa via, nas exportações); por último, o crescimento esperado do VN internacional no âmbito dos projetos empresariais apoiados.

Do ponto de vista da inserção setorial dos projetos, sabemos que as intervenções apoiadas foram relevantes sobretudo nas atividades químicas, metálicas, do papel e publicações, da madeira, cortiça e mobiliário e dos materiais de construção e nas atividades ligadas ao turismo. Assim sendo, o padrão setorial das intervenções não permite que se tirem ilações lineares quanto ao seu contributo para o valor acrescentado nacional nas exportações. Isto acontece porque, como muito bem mostram os dados da OCDE disponíveis para a economia portuguesa a respeito do valor acrescentado nacional nas exportações, as atividades em que o mesmo é proporcionalmente mais elevado são as ligadas ao agroalimentar, à extração, ao papel e publicações, à fabricação de máquinas e equipamentos n.e, à moda (têxtil, vestuário e couros), à reciclagem, às *utilities*, à construção, ao comércio e turismo e aos serviços empresariais.⁷

No que respeita ao efeito cruzado dos dois aspetos adicionais mencionados (variação do rácio de produção industrial e crescimento do volume de negócios internacional), se considerarmos como indicador sintético de análise o aumento do valor acrescentado nas exportações por cada euro de investimentos apoiado, perspetivam-se impactos potenciais especialmente elevados nos projetos apoiados ligados à construção, às indústrias mecânicas e eletrónicas, ao material de transporte, aos serviços empresariais e às indústrias da moda. Maioritariamente, estes impactos decorrem de um “efeito quantidade” por oposição a um “efeito valor acrescentado”. A este respeito, é interessante perceber que é nos projetos apoiados no âmbito do SI QPME onde os resultados potenciais sobre o valor acrescentado nacional das exportações se mostra tendencialmente mais elevado, o que atesta mais uma vez a relevância deste instrumento na promoção da internacionalização da economia portuguesa.

Ao nível da substituição de importações importará centrar a atenção nos projetos apoiados em setores transacionáveis caracterizados por elevado grau de penetração das importações. As atividades transacionáveis onde a penetração de importações é mais elevada em Portugal encontram-se nas indústrias mecânicas e eletrónicas, nas indústrias da moda e no material de transporte. No caso dos projetos apoiados em geral pelos Sistemas de Incentivos, sabemos que a focagem setorial esteve centrada nas indústrias químicas, no papel e publicações, nas metálicas e na madeira, cortiça e mobiliário, indústrias onde o grau de penetração das importações não é especialmente elevado. Desta forma, conclui-se que não existe evidência de um contributo

⁷ OECD-WTO Trade in Value Added (TiVA).

forte do COMPETE em matéria de substituição de importações. Na verdade, em termos gerais, a evolução recente do grau de penetração das importações não revela uma evolução positiva em praticamente nenhum dos agrupamentos sectoriais relevantes da indústria portuguesa, o que é convergente com a conclusão expressa.

4.2.4. Quais os efeitos e resultados no reforço da internacionalização dos setores/empresas decorrentes das ações coletivas (SIAC) e dos Projetos Conjuntos, atendendo à especificidade dos dois instrumentos?

Identifica-se uma focagem do SIAC e dos Projetos Conjuntos excessivamente centrada em sectores tradicionais, pouco intensivos em tecnologia e conhecimento. Ainda assim, perspetivam-se efeitos e resultados bastante interessantes nas intervenções apoiadas pelos Projetos Conjuntos, nomeadamente em micro e pequenas empresas sem experiência de internacionalização.

Começamos a resposta à presente subquestão de avaliação pela análise das ações coletivas (SIAC). Neste propósito, confrontamo-nos com algumas dificuldades que serão evidenciadas ao longo dos parágrafos que se seguem. A primeira resultou do facto de, através dos dados disponíveis no sistema de informação do COMPETE, ser difícil isolar os projetos SIAC apoiados que especificamente se dirigem para a promoção da internacionalização ou que apresentam vertentes de atuação neste domínio. Em todo o caso, foi feita uma aproximação que permitiu identificar 141 projetos apoiados com estas características, em que o investimento dirigido para a promoção da internacionalização representa cerca de 55% do investimento elegível total apoiado no âmbito do instrumento SIAC (135 MEUR), o que está totalmente em linha com a aproximação feita no último Relatório de Execução do COMPETE (Volume II). A este respeito, interpretamos estes dados como indicativos de um ponto forte do Programa, que responde de forma muito afirmativa e direta à área fundamental de intervenção estratégica que estamos a analisar nesta questão.

Do ponto de vista do enfoque sectorial, os dados mostram que o grosso do investimento apoiado no SIAC dirigido para a promoção da internacionalização incidiu na área do turismo, do têxtil e vestuário, da cortiça, da madeira e mobiliário e da agroindústria. Daqui concluímos que o foco dos projetos de internacionalização apoiados no SIAC recaiu essencialmente nos sectores mais tradicionais da nossa economia, deixando largamente de fora os sectores mais intensivos em tecnologia e conhecimento. Trata-se de um padrão convergente com a realidade que ocorreu no anterior período de programação, que se assume como um ponto fraco do Programa a tentar corrigir no futuro. Para o efeito, a equipa de avaliação recomenda a abertura de concursos SIAC específicos para sectores mais intensivos em tecnologias e conhecimento da nossa economia, bem como para sectores emergentes que apresentem elevado potencial de desenvolvimento.

A respeito dos promotores, a análise dos dados disponíveis mostra que os SIAC apoiados na vertente em análise foram promovidos sobretudo por associações empresariais de âmbito sectorial e de âmbito nacional, sendo escassa a participação de agências públicas (exceção feita ao Turismo de Portugal).

Em termos de objetivos e motivações, os resultados que decorrem do exercício de inquirição efetuado a promotores de projetos SIAC mostram que os projetos apoiados visam sobretudo a “promoção da imagem internacional de sectores específicos”, a “promoção da imagem internacional do país”, o “reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE” e o “reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE”. Em contrapartida, os objetivos de “atração de IDE para o país” encontra-se muito ausente no contexto dos SIAC apoiados. A equipa de avaliação entende que esta área pouco coberta é muito importante, pelo que deve ser estimulada no futuro pela via de concursos temáticos.

Da análise específica dos principais outputs dos projetos SIAC apoiados já encerrados com vertentes de intervenção na área da internacionalização fica também a ideia de um certo “*status quo*” no tipo de ações desenvolvidas pelos promotores. A este nível, reputa-se como muito importante que os projetos apoiados incluam crescentemente no futuro ações complementares dirigidas para o *upgrading* da imagem dos sectores no contexto dos mercados externos (a exemplo do que tem vindo a ser feito no sector do calçado), para o reforço e reposicionamento da presença das empresas portuguesas em cadeias de valor globais e para a atração de IDE para o país.

A respeito de efeitos e resultados dos projetos apoiados no reforço da internacionalização dos setores/empresas, confrontamo-nos com dificuldades globais que são reportadas na questão de avaliação temática T3 relativa a Redes e Ações Coletivas, designadamente a natureza dos *outputs* (bens públicos dirigidos a universos de destinatários potenciais muito alargados), a informação disponível sobre os *outputs* gerados pelos projetos apoiados e a informação disponível sobre resultados e impactos. Resulta daqui a impossibilidade de nos podermos pronunciar de forma incisiva sobre esta problemática no contexto da presente avaliação. Refira-se, contudo, que o problema aqui identificado já foi oportunamente detetado no seio do COMPETE, pelo que, desde setembro de 2011, os formulários de candidatura passaram a exigir de forma sistemática a inserção de elementos pelos promotores que se pensa que no futuro permitirão ultrapassar as dificuldades sentidas a este nível pela equipa de avaliação.

Passamos agora para a análise dos Projetos Conjuntos que se inserem na tipologia da internacionalização. Começamos por analisar a sua relevância enquanto instrumento. A este respeito, importa ter presente que os projetos conjuntos correspondem a uma tipologia instrumental nova no contexto das intervenções estruturais, materializando um ponto intermédio entre os Sistemas de Incentivos de base individual e os instrumentos de intervenção de base mais coletiva. A verdade é que os projetos conjuntos tiveram uma adesão muito significativa, afirmando-se hoje como um dos principais instrumentos de apoio (direto e indireto) ao tecido empresarial em Portugal no domínio da internacionalização. Com efeito, pela via dos projetos conjuntos, foi

apoiado mais de metade do investimento elegível diretamente relacionado com internacionalização (investimento em promoção internacional), que no caso correspondeu a cerca de 3,6% do investimento elegível total apoiado no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Acresce o papel dos projetos conjuntos a este nível no contexto específico do SI QPME, onde quase 2/3 do investimento elegível apoiado se processou pela via desta tipologia de projetos.

A equipa de avaliação reputa a relevância atingida pelos projetos conjuntos como uma grande consecução do COMPETE, com vantagens indiscutíveis em termos de eficiência e eficácia, designadamente no objetivo de alargamento da base exportadora nacional e da presença portuguesa organizada nos certames de referência a nível internacional, como facilmente se perceberá da análise que se segue ao nível dos resultados esperados deste tipo de projetos, bem como do estudo de caso n.º 3 onde se analisa o “Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado 2012” mobilizado pela APICCAPS. Acrescem as sinergias que podem ser exploradas com iniciativas de natureza mais coletiva e transversal pela via do SIAC, uma vez que as entidades promotoras dos projetos conjuntos também podem ser (e, geralmente, são) promotoras de projetos SIAC. Recomenda-se, por isso, a manutenção e, se possível, o reforço dos projetos conjuntos no futuro, nomeadamente no tocante à promoção da internacionalização.

Com o objetivo de explorar de forma incisiva o papel dos projetos conjuntos no reforço da internacionalização dos setores/ empresas, foi feita uma análise extensiva dos 118 projetos conjuntos de internacionalização apoiados pelo COMPETE entre 2007 e 2012. Em termos de foco sectorial, constata-se uma realidade muito semelhante à referenciada em relação ao SIAC, em que os projetos apoiados se inserem exageradamente nos sectores mais tradicionais da nossa economia, ficando largamente de fora os sectores mais intensivos em tecnologia e conhecimento. Estamos, assim, perante um ponto fraco dos projetos conjuntos que importa corrigir no futuro. Para o efeito, a equipa de avaliação recomenda a abertura de concursos específicos para sectores mais intensivos em tecnologias e conhecimento da nossa economia, bem como para sectores emergentes que apresentem elevado potencial de crescimento.

Do ponto de vista da dimensão das empresas participantes nos projetos conjuntos de internacionalização, observa-se uma participação muito significativa de micro e pequenas empresas, que em conjunto representam mais de 58% das empresas participantes. Este é um padrão que reputamos como muito interessante e ajustado à natureza do instrumento, atestando a sua adequação às necessidades das empresas de menor dimensão que compõem o nosso tecido empresarial.

Analisando o papel dos projetos conjuntos no “binómio” *widening-deepening*, constatamos que também aqui a lógica *deepening* é a prevalecente e difere muito pouco da observada nos projetos individuais. Este é um aspeto relativamente ao qual a equipa de avaliação considera que devem ser feitos esforços futuros no sentido de induzir um maior enfoque na lógica *widening*, dado que os mesmos constituem uma tipologia de intervenção de excelência para potenciar o alargamento da base exportadora da nossa economia, com uma margem de insucesso tendencialmente mais baixa do que a tipologia dos projetos individuais.

No respeitante aos objetivos das empresas apoiadas no âmbito dos projetos conjuntos de internacionalização, verifica-se que a principal motivação é a prospeção/ entrada de novos mercados (43,4% das empresas), muito embora a consolidação de posição nos mercados e o crescimento das vendas nos mercados também assumam expressões relevantes. Ao invés, o reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado assume uma relevância muito reduzida entre as empresas apoiadas.

Passamos agora para a análise dos resultados potenciais dos projetos conjuntos. Circunscrevemos a mesma à orientação exportadora, uma vez que os dados disponíveis não permitem trabalhar a componente relativa à diversificação de mercados e à complexidade da oferta. Ventilando a análise do impacto por dimensão das empresas apoiadas, constata-se que é nas empresas de menor dimensão onde são expectáveis efeitos e resultados mais significativos. Com efeito, segundo dados do sistema de informação do COMPETE decorrentes das candidaturas dos projetos apoiados, em média, as micro-empresas apoiadas esperam aumentar a sua orientação exportadora em 9,5 pontos percentuais. Este valor desce para 6,5 nas pequenas empresas, para 3,8 nas médias empresas e para 2,3 nas grandes empresas. Conclui-se daqui que a tipologia dos projetos conjuntos é, tendencialmente, muito eficaz no apoio à internacionalização de micro e pequenas empresas, sem prejuízo de se reconhecer que esta realidade decorre muito do facto do ponto de partida de partida das empresas de menor dimensão ser mais incipiente em termos de grau de internacionalização.

A ventilação segundo a lógica *widening* e *deepening* mostra-se, a este nível, muito esclarecedora, uma vez que se torna claro que os impactos globais esperados em matéria de orientação exportadora decorrem sobretudo das empresas apoiadas não exportadoras ou novas exportadoras. Este resultado é revelador do papel que os projetos conjuntos podem ter no alargamento da base exportadora da economia portuguesa e dos impactos que daí podem resultar.

Para finalizar, ventilando os resultados potenciais por sectores de atividade económica, verifica-se que os efeitos mais significativos tenderão a ocorrer na construção, na hotelaria e restauração e nos serviços empresariais. Compreensivelmente, na indústria, os impactos esperados serão mais modestos, sendo que nas indústrias químicas e nas indústrias alimentares se identificam impactos potenciais bastante interessantes.

4.3. E3: Contributo para a qualificação da Administração Pública e eficiência da ação do Estado

Os projetos apoiados no âmbito do SAMA assumem maior relevância nos setores “Justiça e Administração Interna”, “Ciência, Tecnologia e Ensino Superior” e em projetos transversais de modernização da Administração

Pública. A maioria dos projetos enquadra-se nos domínios das operações de racionalização do modelo de organização e gestão da Administração Pública e localiza-se na região de Lisboa mas produz efeitos nas regiões de convergência abrangidas pelo COMPETE.

Este instrumento apoiou um conjunto de projetos que pela sua natureza estruturante e pela evolução disruptiva que promovem são sustentáveis em termos de resultados no futuro. Trata-se de intervenções promotoras de externalidades positivas junto dos cidadãos e empresas, cujos benefícios do ponto de vista económico, superam os custos de manutenção e atualização técnica e tecnológica associados aos projetos.

Existe um maior n.º de projetos a contribuir, e de forma mais homogénea, para o aumento da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública, do que para os objetivos de diminuição dos custos de contexto e melhoria da qualidade dos serviços públicos

A análise do contributo dos projetos para os objetivos do SAMA foi efetuada com recurso aos resultados dos inquéritos (Quadro A. 151). As respostas permitem, em primeiro lugar, distinguir um grau de contribuição mais reduzido dos projetos no âmbito da diminuição dos custos de contexto e na qualidade dos serviços públicos ("Redução dos "custos públicos de contexto" que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade", "Redução dos custos para cidadãos e empresas (pagamento de atos administrativos)" ou "Aumento da previsibilidade, transparência e simplificação do processo legislativo e dos processos administrativos") do que no âmbito do objetivo de eficiência e a racionalização de custos no âmbito da Administração Pública (por exemplo: "Promoção do uso intensivo das TIC, promovendo uma administração em rede", "Melhoria da eficiência, racionalização e redução dos custos relativos à infraestrutura tecnológica, de comunicações e de sistemas de informações" e "Redução do tempo despendido pelos funcionários na execução das tarefas"). A análise do contributo dos projetos ponderados pelo montante de investimento elegível (Quadro A. 152) confirma esta divergência, apesar de menos pronunciada.

Restringindo a análise ao conjunto de respostas de contributo "Muito Positivo" e "Positivo" para cada um dos objetivos, observa-se que os projetos apoiados pelo SAMA contribuem de forma mais significativa para os objetivos concernentes à qualidade, acesso e resposta dada pelos serviços públicos aos cidadãos e empresas e à promoção do uso de TICs, por oposição aos contributos menos expressivos para a "Redução dos custos para cidadãos e empresas (pagamento de atos administrativos)" e para a qualificação da prestação do serviço público (Quadro A. 151). Este último objetivo, num cenário de ponderação do contributo dos projetos pelo montante de investimento elegível (Quadro A. 152), surge com um nível bem mais significativo. Pelo contrário, os objetivos de melhoria de acesso e tempo de resposta dada pelos serviços públicos aos cidadãos e empresas veem o nível de contributo dos projetos reduzir, devido à menor dimensão financeira destes.

O projeto e-Agenda, promovido pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP, que permite a marcação eletrónica de consultas através do Portal da Saúde, representa um caso de sucesso, pela universalidade e grau de eficácia e de desmaterialização atingidos, em resultado da adesão maciça dos utentes a este serviço. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011, o n.º de utentes registados cresceu cerca de 187% e o n.º médio de consultas efetivadas mensalmente através do e-Agenda superou as 22 mil. Esta evolução foi fundamentalmente marcada nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro.

Considera-se que, pela eficácia que têm alcançado e pelo efeito positivo que geram ao nível da qualidade dos serviços públicos e da eficiência e racionalização de custos, os projetos que visam a promoção do uso intensivo de TIC, promovendo uma administração em rede, deverão manter-se como uma aposta clara no próximo período de programação⁸. Neste âmbito, deverão ser endereçadas no próximo período de programação, áreas como *Cloud Computing*, ou a consolidação da evolução para tecnologias *Open Source*, através da obrigatoriedade de avaliação comparativa entre tecnologia proprietária e *Open Source*.

Os projetos Portal das Finanças e Plataforma REAI constituíram iniciativas emblemáticas apoiadas pelo SAMA com o objetivo de redução dos "custos públicos de contexto". Apesar de existir um elevado grau de desconhecimento por parte de alguns tipos de utilizadores, estes avaliaram positivamente os diferentes parâmetros de análise dos projetos

O projeto Portal das Finanças foi uma iniciativa da Autoridade Tributária e Aduaneira realizada no âmbito do projeto Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (SIACo), objeto de análise no Estudo de Caso n.º 9. O SIACo apresenta resultados significativos, em toda a extensão do território nacional, do ponto de vista da sua componente "externa", ou seja, no aumento do acesso e qualidade dos serviços e na redução dos custos de contexto, como do ponto de vista da sua componente "interna", isto é, ao nível da eficiência e racionalização de custos no âmbito dos serviços de finanças.

A análise deste estudo de caso permitiu concluir que, desde a sua implementação, se observou uma tendência pela utilização gradual do canal internet, em detrimento da entrega em papel (com a consequente diminuição do n.º de contactos presenciais), com uma taxa de crescimento de 20% do n.º de utilizadores do Portal das Finanças entre 2008 e 2011, que beneficiou da escalabilidade da solução, permitindo a implementação de novos serviços/aplicações, como sucedeu no caso das Certidões Eletrónicas. Os utilizadores do Portal das

⁸ Veja-se por exemplo, o projeto e-Agenda, promovido pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP, que permite a marcação eletrónica de consultas através do Portal da Saúde, que representa um caso de sucesso, pela universalidade e grau de eficácia e de desmaterialização atingidos, em resultado da adesão dos utentes a este serviço. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011, o n.º de utentes registados cresceu cerca de 187% e o n.º médio de consultas efetivadas mensalmente através do e-Agenda superou as 22 mil. Esta evolução foi fundamentalmente marcada nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro.

Finanças percebem uma qualidade elevada nos serviços prestados pela administração fiscal no canal internet que consideram ser comparativamente superiores aos prestados pelos restantes organismos da Administração Pública. Destaca-se, por fim, o contributo do projeto SIACo para o melhor desempenho dos Serviços de Finanças com a redução em cerca de 30% e 7% do Tempo Médio de Espera e do Tempo Médio de Atendimento, respetivamente.

Os resultados dos inquéritos aos promotores e destinatários, na questão colocada sobre este Portal, mostram que os inquiridos consideram o projeto muito positivo/positivo na totalidade dos indicadores de análise, em particular, os promotores do SIAC e SAMA, nos aspetos da visão integrada da informação fiscal, interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa plataforma, simplificação do serviço, desmaterialização do processo e redução de custos com o processo. Importa contudo destacar que a taxa de resposta “Não sabe/não responde”, no caso das entidades do SAESCTN, rondou os 54% (Quadro A. 153), o que indicia um desconhecimento dos respondentes sobre as funcionalidades do Portal das Finanças.

No caso do projeto Plataforma REAI, apenas 26% das empresas inquiridas efetuou algum pedido (instalação/alteração) de licenciamento industrial desde 2009, sendo que, dessas empresas, 66% utilizaram a plataforma REAI. As respostas ao nível dos parâmetros de análise da Plataforma REAI foram enviadas quase na totalidade por parte das entidades beneficiárias do SI. Estas empresas, apesar de terem utilizado a plataforma REAI, não conseguem perceber os atributos e funcionalidades da mesma. Conforme se observa no Quadro A. 155, 24% dos inquiridos indicou “Não sabe/não responde” sobre o parâmetro de análise “Aumento da previsibilidade do processo” e nos restantes a taxa de resposta “Não sabe /não responde” oscilou entre 5% e 16%. Excluindo as respostas “Não sabe/não responde”, todos os indicadores de análise foram considerados positivos. O atributo que mais se destacou foi o indicador “Desmaterialização do processo”. Os indicadores com resultados menos positivos foram “Simplificação do processo” e “Redução do tempo despendido pelos colaboradores na execução das tarefas”. Por fim, a grande maioria dos inquiridos (93%) considera que o financiamento atribuído ao projeto foi muito relevante/relevante para o desenvolvimento da atividade empresarial.

Considera-se que deverá ser reforçado o objetivo estratégico de redução dos custos de contexto, enquanto fator fundamental na captação de investimento. Neste quadro é importante definir prioridades de política pública dirigidas a setores de intervenção críticos, como são exemplos a Justiça e a Educação, Ciência e Tecnologia.

Os indicadores físicos do Eixo Prioritário deverão ser cumpridos em termos potenciais, apesar do nível de realização ser reduzido face ao verificado no âmbito do COMPETE

A par de uma evolução pouco significativa da procura (ver texto no Anexo F), o grau de execução do SAMA apresentou valores baixos ao longo do período em comparação com o observado no âmbito do COMPETE, traduzindo as dificuldades de execução dos promotores do SAMA no que respeita aos projetos em curso e a desistência/anulação de projetos aprovados, mesmo num cenário de aumento das taxas de cofinanciamento registado mais recentemente⁹. Dos projetos aprovados ao longo do período de avaliação (205), 18%, representando 8% do fundo aprovado, foram anulados (Quadro A. 156 e seguintes). A taxa de realização do SAMA encontra-se também condicionada pelo n.º de projetos contratados que não apresenta qualquer realização (22% dos projetos e 12% do fundo contratado) ou que tem execução inferior a 50% (31% dos projetos e 50% do fundo contratado). Há projetos de grande dimensão financeira, como o ED - EDUCAÇÃO DIGITAL promovido pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, que têm taxas de realização muito reduzidas. Projetos como este, concebidos no contexto anterior à crise, deverão apresentar também taxas de execução baixas, aconselhando a um reforço do acompanhamento dos projetos com estas características.

Dos 7 indicadores do Eixo IV do COMPETE, 3 encontram-se já com as metas de 2015 ultrapassadas em termos potenciais (valores contratados), nomeadamente, “Proximidade - Criação de Centros Multiserviços”, “Desmaterialização - Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais” e “Funcionários formados no âmbito das intervenções apoiadas”.

Tendo em consideração que o cálculo destes indicadores do PO (disponível no Relatório de Execução do COMPETE de 2012) se baseia no essencial em valores contratados e apesar de o grau de realização do Eixo ser reduzido, é expectável que os indicadores ainda em incumprimento atinjam as metas estabelecidas. No ano de 2013 foram aprovados 44 novos projetos, entre os quais cerca de 10 projetos promovidos por câmaras municipais e organismos intermunicipais, onde se espera, com base numa monitorização eficaz, cumprir com as metas dos respetivos indicadores, em particular no indicador Universalidade.

No que diz respeito ao indicador da Interoperabilidade, foi desenvolvida uma boa prática que consistiu na criação de uma plataforma pela AMA, no âmbito do projeto INTEROP apoiado pelo COMPETE, que incentiva a que os diferentes projetos se liguem e operem com a mesma. Apesar da revisão em alta da meta do indicador, este tipo de projetos (a AMA desenvolveu também a Plataforma Multicanal no âmbito do SAMA) deverá permitir cumprir com os objetivos estabelecidos.

⁹ Na sequência do reduzido nível de realização que se verificava, em 2011 e 2012 foram introduzidos, através de duas deliberações, aumentos às taxas de cofinanciamento aplicáveis ao SAMA. Durante estes anos, a realização da despesa elegível cresceu 166% e 32%, respetivamente, enquanto a Taxa de Realização do Fundo subiu cerca de 16 e 11 pontos percentuais, respetivamente, ou seja, a uma velocidade significativamente superior à verificada no quadro global do COMPETE.

Outra boa prática implementada no decurso do corrente período de programação foi a transferência de projetos sob gestão dos Programas Operacionais Regionais para o COMPETE. Esta situação insere-se numa nova abordagem à gestão do SAMA fundada pelo seguinte: uma vez que os objetivos estratégicos da Administração Central e Local são comuns, por forma a evitar situações de concorrência entre Programas e por condicionalismos orçamentais, deixou de haver repartição entre as duas esferas da Administração Pública, ficando a cargo do COMPETE a gestão dos projetos SAMA.

Na análise de indicadores de projetos conclui-se que a maioria cumprirá com as metas estabelecidas, mas deverá ser prestada particular atenção à capacidade dos promotores de grandes projetos executarem a totalidade do investimento previsto

Nos projetos SAMA encerrados (8 projetos) observa-se que a maioria dos indicadores em termos agregados cumpre com as metas previstas (Quadro A. 159). Destaca-se o aumento realizado do número de utentes dos canais Internet e telefone. Uma análise desagregada por projeto permite verificar que por detrás do grau de cumprimento agregado dos indicadores se encontram resultados muito diversos ao nível de cada projeto (Quadro A. 160) e que, em alguns casos, o resultado agregado do indicador depende significativamente do desempenho de um projeto em específico. A análise do n.º de projetos em cumprimento no total de projetos encerrados revela resultados divergentes por indicador. Os indicadores referentes à criação de centros de atendimento multisserviço e de pontos de contacto único (internet, presencial ou telefónico) são cumpridos pela totalidade dos projetos.

No âmbito do inquérito aos promotores, quando questionados sobre a sua expectativa em termos de realização dos indicadores face ao previsto, os inquiridos estimam que os potenciais desvios “Abaixo do contratado” são relativamente marginais, evidenciando contudo maiores dificuldades nos indicadores “Emissão de fatura eletrónica” e “Centros de Atendimento Multisserviço criados” (Quadro A. 161).

Não existindo necessariamente uma relação proporcional entre o nível de execução do investimento no final do projeto e os resultados obtidos, o alcance dos resultados das operações depende da efetiva concretização dos investimentos. No âmbito dos inquéritos realizados, as expectativas dos promotores inquiridos (com projetos com níveis de execução superior a 75%) relativamente “(...) à capacidade de execução da totalidade do investimento aprovado em sede de candidatura até ao encerramento do projeto?”, reforçam as dificuldades em executar a totalidade do investimento: 39% afirmaram que preveem execução do investimento abaixo do contratado, com um desvio médio de investimento na ordem dos 35%, sendo que o intervalo de respostas é [5%-75%]. A ponderação dos desvios projetados pelo investimento permite estimar que o desvio indicado resultará numa redução do investimento elegível na ordem dos 39%. Este valor justifica-se pelo baixo grau de execução esperado do projeto ED - EDUCAÇÃO DIGITAL. Se excluirmos este projeto, a redução esperada do investimento elegível situa-se apenas em 10%, o que vem reafirmar a necessidade de acompanhamento mais próximo dos projetos de maior dimensão.

A baixa realização financeira resulta fundamentalmente das restrições orçamentais e dos aspetos burocráticos que caracterizam a atividade da Administração Pública. Os condicionalismos orçamentais intensificam a relevância do efeito incentivo. O grau de realização dos projetos, bem como a sua sustentabilidade económica dependem significativamente da inexistência de descontinuidades e inflexões correntes das estratégias de política pública

Os promotores inquiridos indicam que as principais condicionantes dos níveis de execução dos projetos (e consequentemente das suas metas face ao contratado) foram (Quadro A. 162): a exigência e complexidade das regras de contratação pública (indicada por 44% dos inquiridos), a morosidade na contratação do projeto (25%) e a dificuldade em afetar recursos humanos (próprios e/ou dos parceiros) para desenvolver o projeto (22%). Outros fatores apontados pelos promotores dos projetos apoiados pelo SAMA, com 16% e 13% das respostas, respetivamente, foram: “Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública” e a “Legislação que limita a autonomia da entidade em assumir compromissos ou contratos sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças”. Considera-se então que os projetos apoiados pelo sistema de apoio deverão ser enquadrados em regras de contratação pública que permitam maior celeridade e simplicidade na realização das despesas dos projetos. No que concerne ao processo de contratação de projetos apoiados pelo SAMA, observa-se que o mesmo deverá ser mais ágil, garantindo, em simultâneo, o rigor na análise e seleção dos projetos.

As entropias atinentes a este tipo de investimentos dos organismos públicos contemplam um importante fator de constrangimento adicional que deriva da natureza plurianual do orçamento FEDER e o cariz anual do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) não estarem alinhados. Assim, por exemplo, qualquer despesa aprovada de um projeto FEDER que, por motivos imputáveis ou exógenos ao projeto, se realize no ano seguinte ao que estava previsto, terá de ser novamente justificada e aceite em sede de Orçamento de Estado. Recomenda-se que os projetos apoiados pelo sistema de apoio sejam enquadrados num regime orçamental que assegure maior flexibilidade na realização das despesas dos projetos.

Verificou-se ainda alguma dificuldade nas entidades da Administração Pública em gerir um maior volume de projetos. Geralmente, a priorização dos projetos tem por base o valor do projeto e a sua aderência às políticas nacionais. No entanto, a capacidade da Administração Pública para obter meios está limitada e os projetos menos prioritários entram num estado de suspensão. A AMA tem vindo a realizar um trabalho de acompanhamento da execução dos projetos que compreende a análise de reformulação dos projetos por agregação dos mesmos, com o objetivo de dar oportunidade aos promotores de se focarem nos seus principais objetivos e prioridades, que poderão estar dispersos em vários projetos. Considera-se que estas iniciativas constituem boas práticas que deverão ter em especial atenção os projetos de grande dimensão, como o ED-

Educação Digital, que foram concebidos num contexto pré-crise com pressupostos substancialmente distintos dos verificados posteriormente.

As constantes alterações de legislação, de modelo de governação e de políticas estratégicas associadas aos ciclos governativos sobrepõem-se por vezes aos objetivos dos sistemas de apoio. Estes fatores indutores de descontinuidades e inflexões sistemáticas de estratégias de política pública são especialmente gravosos ao nível da execução dos projetos e, numa fase posterior, ao nível da sustentabilidade económica dos mesmos.

Os projetos apoiados neste Eixo, pela sua natureza estruturante e pela evolução disruptiva que promovem, em termos de funcionamento e qualificação da Administração Pública, são sustentáveis em termos de resultados no futuro. São projetos cujos efeitos são mais abrangentes que a eficiência interna da Administração Pública e a consequente redução da estrutura de custos. São intervenções promotoras de externalidades positivas junto dos cidadãos e empresas, cujos benefícios do ponto de vista social, superam largamente os custos de manutenção e de atualização técnica/tecnológica associados aos projetos. No entanto, os benefícios induzidos pelos projetos ao longo do tempo e que asseguram a sua sustentabilidade económica dependem claramente da estabilidade nas estratégias e prioridades de política pública. A manter-se no próximo período de programação um sistema de apoio à qualificação e modernização da administração pública, focado na competitividade do país, considera-se ser fundamental assegurar o consenso sobre os objetivos estratégicos e as linhas de intervenção a seguir durante todo o período, independentemente dos ciclos governativos.

Num cenário de transferência e fusão de organismos públicos, o grau de realização dos projetos é geralmente condicionado pela perda de competências ou pela própria alteração de estratégia de funcionamento do novo organismo. Nas entrevistas realizadas identificou-se a ocorrência, no caso de fusão de organismos, de sobreposições de projetos comuns inicialmente desenvolvidos por entidades diferentes. Considera-se que, neste contexto, existe algum espaço para o reforço de um maior acompanhamento por parte do organismo responsável na deteção de projetos com objetivos comuns promovidos por departamentos de uma mesma entidade, ou por entidades diferentes. A boa prática a implementar, em vez de se reprovar um dos projetos, poderá passar por um modelo de funcionamento em rede que promova a comunicação entre entidades e a integração dos investimentos.

No contexto orçamental restritivo descrito, o efeito de incentivo torna-se muito relevante para a realização dos projetos e, consequentemente, na obtenção dos *outputs* respetivos. Do conjunto de beneficiários inquiridos, 33% dos promotores responderam que não teriam realizado o projeto num cenário de inexistência de incentivo e 25% dos inquiridos realizariam o projeto com uma dimensão financeira menor. Adicionalmente, 16% responderam que num cenário de inexistência de incentivo, o projeto desenrolar-se-ia no dobro do tempo e 6% que teriam de adiar a data início do projeto em 1-2 anos. Por fim, 38% dos inquiridos indicaram que realizariam o projeto sem qualquer alteração ao mesmo mas recorrendo a outras fontes de financiamento, sendo que, deste grupo de promotores, 84% afirmou que recorreria a outras fontes de financiamento/Orçamento de Estado e 16% respondeu que recorreria a financiamento próprio.

4.4. E4: Qual o contributo do COMPETE para a promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo?

Na última década, Portugal viveu um claro processo de *catching-up* em direção à fronteira tecnológica, enfrentando o desafio de construção de um sistema de inovação capaz de fornecer novas vantagens competitivas, potencialmente indutoras de uma trajetória sustentável de desenvolvimento e de uma economia crescentemente baseada no conhecimento. Apesar do desempenho dececionante em termos de crescimento económico, existem indicadores positivos no sentido do aumento da capacidade de criação e absorção de conhecimento no país, bem como de inovação e de empreendedorismo qualificado. Na verdade, como resultado de importantes melhorias no sistema nacional de inovação, Portugal experimentou em anos recentes uma significativa subida no ranking da inovação da UE-27: de uma posição de “inovador modesto” (“modest innovator”), a partir de 2008, o país passou a integrar o grupo dos “inovadores moderados” (“moderate innovators”) no *European Innovation Scoreboard* (entretanto substituído pelo *Innovation Union Scoreboard*).

Ao longo dos parágrafos que se seguem procuraremos mostrar que o contributo do COMPETE para este processo está a ser globalmente importante, embora insuficiente para induzir a mudança substancial desejada na estrutura de especialização das regiões de convergência e, portanto, no avanço decisivo em direção à economia do conhecimento. O Programa capitalizou muito bem os ensinamentos decorrentes dos anteriores períodos de programação, tendo conseguido operacionalizar um quadro muito sólido e abrangente de apoios à I&D e inovação, que se posiciona hoje num patamar de elevada maturidade. Daqui resulta que o principal desafio que se coloca para o futuro se prende com a consecução de resultados e impactos mais relevantes na especialização das economias regionais objeto de intervenção, capazes de induzir uma mudança estrutural mais radical em direção a uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação, bem como um incremento substancial no produto potencial que lhe está associado.

No Anexo G é efetuada uma análise mais exaustiva e documentada do que se sistematiza de seguida.

4.4.1. Qual o contributo do COMPETE para o aumento das despesas em I&DT empresarial?

Os apoios concedidos no âmbito do COMPETE à I&DT empresarial são muito relevantes, consubstanciando uma das principais consecuições do Programa. O efeito de incentivo que lhe é subjacente leva a acreditar que o contributo do Programa para o aumento das despesas de I&DT empresarial é muito significativo.

A despesa em I&DT empresarial em Portugal, após um período de crescimento moderado (que decorreu entre 1995 e 2005), passou por uma fase de aceleração sem precedentes entre 2005 e 2009, ultrapassando de forma significativa a I&DT executada pelo Ensino Superior, que historicamente era a dominante no nosso país. Em 2009, o crescimento da I&DT empresarial estagnou no nosso país e, a partir desse ano, começou a reduzir-se moderadamente. Esta dinâmica nacional registada a partir de 2005 foi induzida por um grande impulso do investimento empresarial em I&DT em praticamente todas as regiões do país, mas com destaque particular nas NUT II de Lisboa e do Norte. Chegamos a 2011, encontramos uma realidade em que o investimento anual em I&DT por parte das empresas do Continente ronda os 1,2 mil MEUR, 43-0% do qual é efetuado nas regiões de convergência (327 MEUR no Norte, 177 MEUR no Centro e 22 MEUR no Alentejo).

O investimento empresarial em I&DT apoiado pelo COMPETE até dezembro de 2012 atingiu os 549 MEUR, considerando a participação das empresas em projetos SAESCTN e SI I&DT, sendo que o grosso deste investimento foi apoiado no âmbito do SI I&DT, o que demonstra a clara prioridade atribuída pelo COMPETE à promoção de uma economia mais baseada no conhecimento, materializada num salto de gigante face ao passado. A par do SI I&DT e do SAESCTN, também o SIAC apoiou intervenções relevantes para a promoção da I&DT empresarial. Com efeito, o inquérito realizado a promotores de projetos SIAC permite inferir que cerca de 15% dos projetos apoiados visam ou visaram a promoção da I&DT nas empresas.

Tendo em vista a análise específica do contributo do COMPETE para o aumento das despesas de I&DT empresarial solicitada nesta primeira subquestão de avaliação, escrutinou-se a relevância do investimento neste fator dinâmico de competitividade que está a ser apoiado pelo Programa. Concluiu-se que o COMPETE estará a promover nas regiões de convergência um investimento em I&DT pelas empresas que rondará os 90 MEUR em termos anuais e, portanto, a apoiar cerca de 18% do investimento total feito pelas empresas neste fator dinâmico de competitividade nas regiões em apreço, o que é muito significativo e deve ter continuidade no futuro. Esta conclusão é corroborada pelos dados obtidos através do inquérito realizado neste processo de avaliação a promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos, que evidenciam um aumento de cerca de 25% das despesas de I&DT entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto nas empresas apoiadas no âmbito do SI I&DT, 21% do qual induzido diretamente em função dos projetos apoiados pelo COMPETE. Estamos, assim, perante um efeito incentivo de grande significado. De notar adicionalmente que, dado o rigor usualmente imposto à análise das candidaturas no SI I&DT, é expectável que este efeito incentivo esteja associado maioritariamente a projetos de maior risco tecnológico e/ou de mercado, o que associa ao COMPETE um impacto potencial ainda mais elevado na temática em estudo.

Ventilando a análise em termos territoriais, verificamos que mais de metade do investimento apoiado pelo COMPETE (e, igualmente, pelos PO Regionais) em I&DT empresarial (via SI I&DT) ocorreu na NUT II do Norte e que a dinâmica do investimento em I&DT empresarial entre as três regiões de convergência foi muito diversa, com o Norte a apresentar no período 2007-2011 uma taxa de variação média anual na evolução daquela variável de 11%, mas o Centro a apresentar uma taxa de variação anual nula e o Alentejo a apresentar uma taxa de variação anual (negativa) de -11,4%. Percebe-se, assim, que o contributo do COMPETE para o crescimento das despesas de I&DT empresarial terá sido muito significativo, mas muito circunscrito à região Norte do país. Esta realidade mostra-se bastante problemática para a região Centro e para o Alentejo, o que torna fundamental um esforço futuro redobrado de indução de mudança estrutural nestas regiões, seja pela via da promoção do empreendedorismo qualificado seja pela instigação de investimentos produtivos com significado (incluindo IDE) em setores de atividade mais intensivos em tecnologia ou conhecimento.

4.4.2. Qual o contributo do COMPETE para o reforço da articulação entre empresas e centros de saber, e para a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas (projetos individuais e coletivos)?

A análise dos dados disponíveis mostra que o reforço da articulação entre empresas e centros de saber e a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas beneficiaram de um contributo muito relevante do COMPETE

O contributo do COMPETE para o reforço da articulação entre empresas e centros de saber e para a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas está inextricavelmente ligado a um conjunto alargado de instrumentos que foram operacionalizados para o efeito no Programa quer ao nível do SI I&DT quer do SAESCTN: I&DT Entidades do SCTN - Projetos em Co-Promoção; IC&DT Estratégicos e de Interesse Público - Projetos em Co-Promoção; SI I&DT - Projetos em Co-Promoção; SI I&DT - Projetos Mobilizadores; SI I&DT - Vale I&DT; SI QPME - Vale Inovação (Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos). De forma mais indireta, está também ligado ao instrumento SIAC na vertente da Inovação, Empreendedorismo e Espírito Empresarial. Na mesma linha, está ainda ligado à investigação contratada e à prestação de serviços de I&DT por parte das empresas junto de entidades do SCTN.

No âmbito específico do SI I&DT e do SAESCTN, até dezembro de 2012, o COMPETE apoiou 480 projetos com as características identificadas, envolvendo um investimento elegível de 335 MEUR. Os projetos em apreço inseriram-se praticamente na sua totalidade no SI I&DT, uma vez que apenas existiram 22 projetos apoiados no SAESCTN que envolveram simultaneamente empresas e entidades do SCTN.

Ao nível geográfico, verifica-se que o grosso dos projetos desta natureza envolve sobretudo articulações Norte-Centro, Norte-Centro-Lisboa e Centro-Lisboa, o que está em linha com a maturidade dos sistemas regionais de inovação existentes nas NUTS II em apreço, denotando efeitos relevantes de proximidade (Norte-Centro e Centro-Lisboa), mas também efeitos decorrentes do papel destacado de Lisboa no sistema nacional de inovação. No tocante ao sector de incidência, verifica-se que os projetos apoiados potencialmente indutores do aumento da articulação entre empresas e centros de conhecimento se têm focado sobretudo em áreas ligadas aos serviços empresariais (software e serviços TIC, serviços de engenharia, serviços de I&D), embora sejam também frequentes em atividades ligadas às indústrias metálicas, às indústrias mecânicas e eletrónicas, às indústrias da madeira, cortiça e mobiliário e às indústrias alimentares, o que leva a equipa de avaliação a considerar desejável que seja priorizada no futuro uma maior orientação destes projetos para atividades industriais fortemente intensivas em tecnologia, sempre que possível envolvendo multinacionais com presença em cadeias globais de valor.

Entre as várias “tipologias” de projetos orientadas para esta temática existem duas que, pela sua natureza e relevância, adquirem um estatuto particular: a tipologia dos Projetos de I&DT em Co-Promoção e a tipologia dos Projetos Mobilizadores.

A tipologia dos projetos de I&DT em Co-Promoção deu seguimento aos anteriores IDEIA do PRIME e rapidamente se tornou numa opção de grande procura no SI I&DT e no COMPETE como um todo, potenciando o reforço da articulação e cooperação entre o tecido empresarial e os centros de saber, bem como a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas. O COMPETE apoiou 281 co-promoções, envolvendo um investimento elegível de 247 MEUR. Cerca de 38% destas co-promoções são exclusivamente de base regional (quase todas no Norte ou no Centro), apresentando um forte potencial para ajudar a consolidar e a afirmar os sistemas regionais de inovação associados. As restantes são de natureza multi-regional, potenciando a consolidação do sistema nacional de inovação. Classifica-se, assim, como muito relevante para o objetivo global de promoção de uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação o estatuto de importância que esta tipologia de projetos alcançou no seio do SI I&DT e do COMPETE, nomeadamente pela criação ou reforço de laços de colaboração que a mesma determina entre os centros de saber e as empresas, bem como pela transferência de conhecimento que usualmente induz.

De igual forma, a atual tipologia dos Projetos Mobilizadores do COMPETE deu seguimento a uma tipologia de projetos idêntica no anterior PRIME (por sinal, com a mesma designação). A relevância dos mobilizadores também aumentou de forma significativa no atual período de programação, com o apoio a 14 projetos que envolvem um investimento elegível de 81 MEUR. Esta é uma evolução tendencialmente positiva, sobretudo se os projetos vierem a determinar uma forte valorização de resultados por parte das empresas envolvidas e relevantes efeitos demonstradores para beneficiários potenciais. Diferentemente do anterior período de programação, os atuais Mobilizadores foram todos inseridos no contexto de processos de eficiência coletiva devidamente reconhecidos (Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters*), o que constitui, em princípio, uma evolução positiva e potencialmente mais indutora de resultados impactantes. Contudo, em paralelo, os Mobilizadores tornaram-se projetos mais complexos e multifacetados, envolvendo um número claramente maior de co-promotores (em média, 22 entidades) e um lastro de atuação bastante mais disperso do que os anteriores. A este nível, e sem prejuízo de se reconhecer potenciais benefícios de fertilização cruzada de resultados, a equipa de avaliação mostra algum ceticismo quanto à bondade desta nova filosofia dos Mobilizadores, considerando desejável no futuro um regresso a projetos mais restritos e focados. Tendo em conta o caráter arrojado deste projeto e os impactos estruturantes que os mesmos podem determinar, recomenda-se uma maior ambição na utilização futura deste instrumento, propondo a sua associação ao apoio a projetos arriscados e voluntaristas, que comportem elevado potencial para induzir mudanças estruturais no perfil de especialização da economia e que sejam capazes de atrair e envolver *players* (nacionais ou estrangeiros) que ocupem posições estratégicas de relevo em cadeias de valor globais intensivas em tecnologia e conhecimento. Tudo isto pode e deve ser feito sob o chapéu de uma nova lógica de promoção da eficiência empresarial coletiva que procure a “emergência de (novos) setores ou (a) assunção de riscos fora do alinhamento tradicional dos setores (de especialização tradicional da nossa economia)”, como proposto recentemente na Avaliação das EEC-*Clusters* do COMPETE.

Centrando a atenção no SAESCTN, constata-se que as tipologias de co-promoção disponíveis neste instrumento, apesar de poderem envolver empresas, foram muito pouco participadas por este tipo de co-promotor. Em boa medida, esta realidade deve-se ao facto da tipologia SI I&DT – Projetos em Co-Promoção corresponder a uma alternativa mais atrativa para este efeito, quer do lado das empresas quer do lado dos centros de saber. Em todo o caso, a equipa de avaliação considera que muitas das co-promoções do SAESCTN beneficiariam com um maior envolvimento de empresas, sobretudo se estas corresponderem a utilizadores avançados nas áreas de investigação dos projetos apoiados.

Virando a atenção para os Vales, entende-se que os mesmos correspondem a um instrumento inovador em Portugal, tanto pelo caráter simplificado que ambiciona como pelo incentivo que pode induzir à emergência de um mercado efetivo para serviços tecnológicos. Verifica-se igualmente que 20% dos promotores destes vales surgem como candidatos promotores ou co-promotores noutras tipologias, indiciando uma trajetória de aproximação a outros atores ou a fatores dinâmicos de competitividade por esta via.

Considerando a complementaridade com os PO Regionais, o número de projetos apoiados no seu âmbito foi bastante importante, mas a apregoada simplicidade do instrumento não ficou provada. Recomenda-se, pois, uma reconfiguração profunda deste instrumento para o próximo período de programação, capitalizando mudanças que promovam a sua flexibilização e simplificação.

De qualquer forma e procurando fazer um *follow up* dos promotores apoiados no âmbito dos mecanismos "vale", verifica-se que dos 61 promotores apoiados no âmbito mecanismo vale I&DT, 12

Focando a atenção no SIAC, estima-se que 21% dos projetos apoiados por este instrumento visam ou visaram a promoção cooperação entre empresas e entidades do SCTN e 12,5% visam ou visaram a promoção da transferência de tecnologia para as empresas. Considera-se relevante para o futuro induzir uma maior aposta neste tipo de projetos e de iniciativas, na condição de que não existam redundâncias das mesmas no território e que contem com um grande envolvimento das agências públicas com competências e responsabilidades nesta matéria.

4.4.3. Qual o contributo do COMPETE para o reforço do empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico?

O empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico materializam uma área de intervenção do COMPETE cujos resultados e impactos analisados se mostram relativamente modestos

O contributo fundamental do COMPETE para o empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico decorre das intervenções associadas ao SI I&DT e ao SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado e das intervenções decorrentes de veículos de capital de risco e *business angels* apoiados pelo programa que sejam dirigidas para a promoção de novas empresas de base tecnológica. Complementarmente, decorre ainda de intervenções apoiadas no âmbito do SIAC destinadas a dinamizar o espírito empresarial e o empreendedorismo.

No âmbito do SI I&DT foi apoiada a criação de 33 empresas e mais 40 empresas nascentes, envolvendo um investimento de cerca de 39 MEUR. Desta forma, os resultados do SI I&DT nesta matéria são globalmente interessantes. Já no âmbito do SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado, foram apoiados apenas 12 projetos, envolvendo um investimento elegível que não foi além de 11 MEUR. No âmbito destes instrumentos o contributo para o reforço do empreendedorismo qualificado surge como marginal face aos objetivos do PO, sendo contudo de referir que o grosso dos projetos de empreendedorismo é normalmente mobilizado pelas micro e pequenas empresas, apoiadas no âmbito dos PO regionais das regiões de convergência, onde os resultados nesta matéria são bastante mais evidentes.

A via complementar do capital de risco e dos *business angels*, talvez pelo facto de ter avançado muito tardiamente, está a ter um papel igualmente pouco expressivo. Com efeito, no âmbito do capital de risco, até dezembro de 2012, foram apoiadas apenas 21 empresas, com uma injeção de capital que não foi além de 18 MEUR. Por sua vez, no âmbito dos *business angels*, foram apoiadas 57 empresas, através de financiamentos que não ultrapassaram 9,2 MEUR. Por ser uma via especialmente ajustada ao apoio do empreendedorismo qualificado, a equipa de avaliação considera que este tipo de instrumentos merece um processo de experimentação mais alargado e denso no futuro.

No âmbito do SIAC, estima-se que cerca de 10% dos projetos apoiados visam ou visaram a promoção do empreendedorismo em geral, embora apenas uma parte minoritária tivesse incidido no empreendedorismo tecnológico. De notar que, também a este nível, se deteta uma ausência total de projetos estruturantes liderados por agências públicas relevantes, ausência essa que coexiste com um conjunto de iniciativas dispersas e, tendencialmente, pouco impactantes a nível nacional e das regiões próprias regiões NUT II de convergência.

O apoio ao empreendedorismo qualificado e à criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico constitui, assim, uma área de intervenção do COMPETE cujos resultados e impactos se mostram relativamente modestos, facto que importa tentar corrigir rapidamente através de abordagens mais agressivas, dando mais força à dinamização de capital de risco e de *business angels* bem como a iniciativas coletivas de promoção do empreendedorismo de base tecnológica.

4.4.4. Qual o contributo do COMPETE para a criação de novos produtos e processos?

Os resultados atingidos pelo COMPETE em matéria de criação de novos produtos e processos são muito significativos. Porém, subsistem dúvidas quanto aos impactos daí resultantes.

O contributo fundamental do COMPETE para a criação de novos produtos e processos decorre essencialmente das intervenções associadas ao SI Inovação e ao capital de risco/ *business angels*, embora as intervenções apoiadas pelo SI I&DT possam também contribuir para este objetivo numa base pré-mercado ou piloto.

No âmbito do SI Inovação, foram apoiados 539 projetos que tocam a inovação de produto (produção de novos bens ou serviços) e/ou a inovação de processo, representativos de um investimento elegível que se estima em 3,5 mil MEUR. Trata-se do valor mais elevado no conjunto dos Sistemas de Incentivos e de todo o Programa. Neste total sobressaem os projetos de inovação de produto/serviço, que representam mais de 43% do total e

35% do investimento elegível. Tendo em conta os valores envolvidos, a equipa de avaliação recomenda para o futuro uma maior seletividade no apoio a este tipo de projetos, dando uma elevada priorização a atividades fortemente intensivas em tecnologia e conhecimento, que simultaneamente incorporem elevado valor acrescentado.

Em termos de resultados potenciais, tendo em conta os dados das candidaturas dos projetos apoiados no SI Inovação, é prospetivado pelos promotores dos projetos de criação de novos produtos apoiados um aumento médio do volume de negócios total entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto de 67,1%, que é naturalmente significativo e mais elevado do que no SI Inovação em geral (53,8%). Quanto aos projetos de criação de novos processos, é prospetivado pelos promotores apoiados um aumento da produtividade aparente do trabalho de 59% entre o pré e o pós-projeto, que é igualmente significativo e superior à média do SI Inovação (56%). No tocante à aproximação feita aos resultados efetivos, verifica-se um aumento médio do volume de negócios total entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto de 27%, bastante abaixo do potencial esperado. Em contrapartida, aponta-se para aumentos extremamente expressivos do volume de negócios associado especificamente a novos produtos, que se cifram numa variação de 1.272%. Quanto aos projetos de criação de novos processos, é referido pelos promotores apoiados um aumento da produtividade aparente do trabalho de 74,7% entre o pré e o pós-projeto, que é muito significativo e superior à expectativa potencial, muito embora a robustez desta estimativa seja muito questionável.

No tocante a projetos apoiados por capital de risco e *business angels*, identificaram-se 110 intervenções em 82 empresas - 40 projetos em 25 empresas por fundos de capital de risco (25 MEUR de financiamento) e 70 projetos em 57 empresas por *business angels* (9,2 MEUR de financiamento). Não foi possível analisar os resultados destas intervenções, dado o caráter recente das mesmas e a ausência de dados para o efeito.

4.4.5. Qual o contributo do COMPETE para a evolução dos indicadores internacionais de inovação e competitividade, de forma particular no setor empresarial?

Ao longo do período 2007-2012, Portugal (e, em particular, as regiões de convergência objeto de intervenção pelo COMPETE) tem exibido uma evolução favorável nos indicadores internacionais de inovação e competitividade, o que indicia um contributo relevante do Programa neste domínio.

A análise do contributo do COMPETE para a evolução de indicadores internacionais de inovação e competitividade é largamente tributária dos impactos do Programa nestes dois domínios, impacto esse que é objetivo de análise em várias das questões de avaliação do presente exercício. O horizonte temporal associado à ocorrência desses impactos e o campo de intervenção territorial do Programa dificultam especialmente esta análise.

No contexto da UE, existem atualmente três importantes “instrumentos” que podem ser usados para a análise da evolução dos indicadores de inovação e competitividade nacional e regional: o *Innovation Union Scoreboard*, o *Simple Composite Indicator Zooming in on Innovation Output* e o *Regional Innovation Scoreboard*.

No tocante ao *Innovation Union Scoreboard*, no conjunto dos indicadores considerados, Portugal tem vindo a destacar-se pela positiva em matéria de atração de alunos extra-UE para doutoramento, de aumento de co-publicações científicas internacionais, de crescimento de registos comunitários de *design*, de aumento das despesas em I&D públicas e privadas e de crescimento do n.º de jovens com ensino secundário concluído. Pela negativa, destaca-se a forte queda em matéria de novos doutorados, de investimentos de capital de risco e das despesas em inovação não ligadas à I&D. Esta realidade está, em grande medida, em linha com o diagnóstico atrás efetuado nas restantes subquestões de avaliação, validando largamente as conclusões reportadas e as recomendações propostas, tornando especialmente relevante o referido em relação ao apoio ao empreendedorismo qualificado e à mobilização mais agressiva de veículos ligados a capital de risco.

No *Simple Composite Indicator Zooming in on Innovation Output*, a performance inovadora do nosso país, apesar de se situar em níveis muito baixos, está a evoluir positivamente, indiciando efeitos relevantes do COMPETE neste domínio.

Por último, no âmbito do *Regional Innovation Scoreboard* é possível verificar que, desde 2007, existe uma evolução favorável na performance inovadora e competitiva das regiões de convergência que são objeto de intervenção pelo COMPETE (bem como nas restantes regiões de convergência portuguesas), o que mais uma vez sugere um contributo positivo do Programa neste domínio.

5. Questões Temáticas

5.1. T1: Qual o contributo do COMPETE em matéria de financiamento e partilha de risco?

O Eixo III do COMPETE tem como principal desígnio contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementar com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação, inovação e internacionalização, sobretudo num contexto atual de marcada dificuldade de acesso competitivo ao financiamento bancário e ao mercado de capitais e de descapitalização estrutural das nossas empresas, agravadas pelas condições impostas pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro que Portugal está obrigado a cumprir na prossecução do saneamento das suas contas públicas e da redução progressiva do seu endividamento externo.

Estas falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português consubstanciaram-se, designadamente, na passagem de uma situação de “*credit-push*” (abundante e “barato”), no início do Programa, antes do colapso financeiro global 2008-2009, para uma situação de “*credit-crunch*” (escasso e “caro”), que se verificou fundamentalmente a partir de 2009, e que se agravou com o atual Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. De 2009 até final de 2012, o crédito concedido às sociedades não financeiras, excetuando os setores da construção e imobiliário, reduziu-se, de facto, em cerca de 19% (13% na indústria e 5% no comércio), ao mesmo tempo que na UE o registo correspondente, incluindo aqui todos os setores de atividade, apontava para uma redução de somente 6%. O crédito tornou-se não só mais escasso, mas, com efeito, também mais caro, como se pode constatar na evolução recente das taxas de juro nominais e reais do crédito concedido a sociedades não financeiras - o risco república e o risco sinistralidade do crédito explicam, em grande medida, este encarecimento de um crédito cada vez mais escasso. No que à sinistralidade do crédito diz respeito, passou-se de uma taxa de 6%, em 2009, para uma taxa próxima dos 14%, em final de 2012, para o total da economia sem construção e imobiliário, na indústria, de 6% para mais de 10% e no comércio e turismo, de 4% para mais de 9%.

Ao mesmo tempo, os níveis de capitalização e de autonomia financeira das sociedades não financeiras portuguesas são insuficientes (o peso dos capitais próprios no ativo líquido oscilou entre os 22% e 24,5% ao longo do ciclo de execução do COMPETE, ao mesmo tempo que países como a França, Espanha e Alemanha apresentavam registos correspondentes acima ou ligeiramente abaixo dos 30%).

Nesta envolvente de falhas de mercado, as regras estabelecidas no SAFPRI preveem os instrumentos de reforço do capital próprio e de reforço competitivo do financiamento de capitais alheios. O caminho realizado e os resultados atingidos, via intervenções apoiadas, a estes dois níveis irão ser então avaliados na resposta à presente questão temática.

Importa começar por salientar que a resposta em seguida à presente questão de avaliação se depara com três ordens importantes de dificuldade e de condicionalismo, que importa, desde já, registar:

- A informação disponível no sistema de informação do COMPETE a propósito das intervenções apoiadas - e, em particular, dos seus resultados, potenciais e/ou efetivos - nas linhas de crédito bonificado patrocinadas pelo COMPETE (PME Investe I e II) e nos fundos de capital de risco e de *business angels* apoiados pelo Programa é limitada, nada tendo a ver com a gama de informação existente designadamente nos Sistemas de Incentivos de base empresarial, em particular quando se tem que estimar resultados e impactos de projetos.
- O número de projetos apoiados ao nível dos fundos de capital de risco e de sociedades de *business angels* é curto, sobretudo quando se leva em linha de conta o período de execução do Programa considerado para efeitos da presente avaliação, que é de seis anos, correspondendo a operações que, para além do mais, estão no início da sua execução e ciclo de vida, pelo que, a este nível, só podemos falar de resultados potenciais e nunca de resultados efetivos.
- A taxa de resposta no exercício de inquirição conduzido junto das empresas destinatárias das linhas PME Investe I e II é baixa, situando-se nos 10,8% o rácio entre o investimento elegível dos respondentes e o investimento elegível dos inquiridos.

5.1.1. Qual o nível de adesão por parte das empresas destinatárias às Linhas PME Investe I e II?

Nas linhas de crédito bonificado PME Investe I e II (ver Anexo H.2), registaram-se 3.762 operações apoiadas, correspondentes a um investimento aprovado de 1,3 mil MEUR, valores que se podem considerar muito positivos, sobretudo quando se leva em linha de conta a juventude deste tipo de mecanismos de engenharia financeira.

A distribuição e comércio é responsável por 31% dos projetos e 26% do investimento aprovado no âmbito das linhas de crédito bonificado PME Investe I e II, seguida, a larga distância, pela construção (10% e 12%,

respetivamente), indústrias metálicas (9,4% e 11%), indústria têxtil, de vestuário e calçado (7,7% e 8%), serviços empresariais (7,6% e 5%) e pelas indústrias da madeira, cortiça e mobiliário (5,6% e 5,9%).

As empresas já existentes respondem por mais de 97% dos projetos e investimento aprovados nas linhas PME Investe I e II, sendo dominantes as empresas que usufruem de níveis de risco mais baixos (PME líder e classe A), representando, no seu conjunto, 67% dos projetos apoiados e 75% do investimento aprovado.

As sociedades por quotas prevalecem nestas linhas de crédito bonificado, seguidas, a alguma distância, pelas sociedades anónimas, representando, no seu conjunto, 94% dos projetos apoiados e 92% do investimento global aprovado. As pequenas empresas dominam nestas linhas de crédito (50% dos projetos e 42% do investimento aprovado), seguidas pelas médias empresas, com 29% dos projetos mas 51% do investimento aprovado.

No que concerne à distribuição territorial das intervenções apoiadas pelas linhas de crédito bonificado patrocinadas pelo Programa, destaque para a importância relativa do Grande Porto (18% dos projetos e 17% do investimento aprovado), Pinhal Litoral (10% e 11,4%), Baixo Vouga (9% e 10%), Ave (9% em ambos os casos), Tâmega (7% e 8%), Cávado (7% em ambos os casos), Entre Douro e Vouga (6% em ambos os casos) e Oeste (5% em ambos os casos).

5.1.2. Qual o nível de adesão por parte das empresas destinatárias aos fundos de capital de risco e business angels apoiados pelo COMPETE?

No período de referência da presente avaliação intercalar, até final de 2012, correspondente a seis anos de execução do Programa, foram apenas apoiadas 105 intervenções em 77 empresas - 35 projetos em 20 empresas por fundos de capital de risco (19,4 MEUR de financiamento) e 70 projetos em 57 empresas por sociedades de *business angels* (9,2 MEUR de financiamento) apoiados pelo COMPETE.

Não obstante, deve ser destacada, a este nível, a elevada adesão registada a estes instrumentos por parte dos promotores de fundos de capital de risco e das sociedades de *business angels* - no fim de processos muito concorridos, ficaram 19 fundos de capital de risco e 51 sociedades de *business angels* - e o sucesso relativo destes últimos, particularmente tendo em conta a juventude do instrumento, junto do tecido empresarial, no financiamento, acompanhamento e montagem de novos negócios, a maior parte dos quais intensivos em tecnologia e conhecimento, que à medida que forem ganhando "músculo" irão transitar para as fases *early-stages* do capital de risco.

5.1.3. As Linhas de Crédito PME Investe I e II permitiram cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português, tendo em conta os objetivos do COMPETE?

No que diz respeito, em primeiro lugar, à composição do investimento aprovado nas linhas de crédito bonificado PME Investe I e II (ver Anexo H.3), verifica-se, no essencial, que 39% se destina a fundo de maneo, 34% a equipamentos e 20% a construção, representando estas três finalidades 93% do investimento global aprovado; destaque, a este nível, para a importância do fundo de maneo nos serviços, com exceção do turismo, na construção e nas fileiras industriais da moda, da química e do material de transporte, dos equipamentos nas restantes fileiras industriais e da construção no turismo; destaque ainda para a importância do fundo maneo nas regiões Norte e Centro e nas pequenas e médias empresas e dos equipamentos no Alentejo e nas microempresas.

Do exercício de inquirição realizado junto dos destinatários destas linhas de crédito bonificado, constata-se que 44% das respostas referem que utilizaram os financiamentos exclusivamente para cobrir necessidades de fundo de maneo e de tesouraria, sendo que apenas 14% das respostas orientaram os fundos obtidos para lógicas exclusivas de investimento em ativos fixos corpóreos e/ou incorpóreos. A coexistência das duas finalidades verificou-se em 42% das respostas. O apoio à tesouraria e à constituição de fundo de maneo revela-se também neste exercício de inquirição como o principal destino para os financiamentos obtidos, o que se afigura como sendo natural face à crise económica e financeira, à insuficiente capitalização e liquidez das nossas empresas e à necessidade de desalavancagem por parte da banca traduzindo importantes restrições à concessão de crédito particularmente às PME.

Em 2008, com o despoletar da crise *Subprime*, o disparar do custo do financiamento bancário numa primeira fase, seguida por um período marcado pela sua exiguidade, estiveram na base do lançamento destas duas linhas enquadradas no COMPETE, que estancaram um pouco os efeitos muito negativos desta crise no tecido empresarial nacional, constituindo-se como um produto que teve um impacto muito significativo à data que foi lançado. No entanto, este tipo de intervenções foram excecionais, transitórias, não devendo, em situações normais, substituir-se aos mecanismos de mercado. O COMPETE deve apoiar investimentos em I&D, inovação, internacionalização, capacitação e qualificação empresarial, áreas onde existe risco de mercado e/ou tecnológico e, portanto, onde as falhas de mercado se revelam por excelência.

Analisou-se também a variação estimada do emprego e do volume de negócios nas linhas de crédito bonificado apoiadas pelo COMPETE (ver Anexo H.4), entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (estimativa a três anos), ventilada por setor, classe de risco, antiguidade, forma jurídica, dimensão e região do promotor. A este propósito, de avaliação dos resultados potenciais destas intervenções, estima-se, entre os anos pré-projeto e pós-projeto, uma variação global de 12,5% do emprego e de 33,3% do volume de negócios nas empresas apoiadas, sendo que estes registos são claramente mais elevados nos serviços empresariais e nas atividades de

educação, saúde e cultura (pouco representativas neste instrumento), nos projetos de criação de empresas e de empresas nascentes, nas microempresas e nas regiões do Alentejo Litoral e do Alto Alentejo.

Em matéria de vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos de investimento apresentados e apoiados nas linhas de crédito bonificado PME Investe I e II (ver Anexo H.2), os resultados apurados junto dos seus destinatários são relevantes, com 31%, 29% e 28% das respostas a considerarem relevante, respetivamente, o reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro, a modernização tecnológica de processos e a expansão da capacidade produtiva. Os fatores competitivos mais privilegiados foram, por seu lado, a qualidade (35% das respostas), o marketing, comercialização e distribuição (32%) e o acesso ao conhecimento e tecnologia (28%). No respeitante ao foco estratégico prosseguido pelas empresas aquando da apresentação dos projetos, destaque, novamente, para a expansão da capacidade produtiva (27% das respostas) e para a promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos (22% das respostas). Os aspetos relacionados com o reforço da capacidade produtiva e da eficiência da organização e dos processos produtivos parecem marcar claramente a estratégia das empresas que foram apoiadas por estas linhas de crédito.

Os resultados qualitativos potenciais destes projetos, apurados junto dos destinatários apoiados, vão ao encontro desta lógica de resultados, sendo mais fortes precisamente ao nível da introdução de novos processos produtivos (45% das respostas consideram relevante este aspeto), da expansão da capacidade produtiva e produção e da qualidade dos produtos/serviços (44%), da organização e gestão (41%) e da eficiência e diversificação energética (40%).

5.1.4. Os Fundos de Capital de Risco e as Linhas de Financiamento a Business Angels permitiram cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português, tendo em conta os objetivos do COMPETE?

O contributo do capital de risco e dos *business angels* para cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português, tendo em conta os objetivos do COMPETE, e para a criação e desenvolvimento de empresas em áreas de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento não terá sido muito significativo, desde logo porque, ao longo de seis anos de execução do Programa, apenas foram apoiadas 105 intervenções em 77 empresas - 35 projetos em 20 empresas por fundos de capital de risco (19,4 MEUR de financiamento) e 70 projetos em 57 empresas por sociedades de *business angels* (9,2 MEUR de financiamento) apoiados pelo COMPETE -, correspondendo a operações que, para além do mais, estão no início da sua execução e ciclo de vida, pelo que, a este nível, só podemos falar de efeitos potenciais e nunca de resultados.

A conclusão relativamente tardia do processo de conceção e montagem/operacionalização destes instrumentos (só em 2009, com o lançamento dos Avisos de Abertura de Concurso n.º 01/ a 05/SAFPRI/2009, dado que se deu prioridade até aí aos mecanismos de reforço de capital alheio bonificado, que funcionaram como medidas anti-crise), o facto de entre o lançamento dos referidos concursos e a constituição dos fundos de capital de risco e das sociedades de *business angels* ter decorrido quase dois anos (por questões relacionadas com a negociação contratual com estas entidades e com a CMVM e com a falta de liquidez dos participantes privados dos fundos motivada pela crise - esta realidade não é exclusiva do nosso país, verificando-se à escala europeia)¹⁰, a emergência da crise económica e financeira que fez, para além disso, com que, como já foi referido, a definição e utilização de outros instrumentos para combater os problemas associados à incapacidade das empresas, a partir sensivelmente de 2008, em aceder a linhas competitivas de financiamento se tornasse prioritária, a juventude do instrumento *business angels* e dos fundos de coinvestimento, associada a uma sua comunicação incipiente ao mercado e à falta de capacitação institucional e profissionalização dos mesmos, o facto de o capital de risco, pela sua própria natureza, não corresponder a um instrumento de atuação rápida (decorrem vários meses entre a avaliação inicial do projeto até ao momento do investimento numa empresa, envolvendo análises necessárias à empresa e ao projeto e as negociações dos termos de entrada, acompanhamento e saída dos FCR/BA nas empresas), a falta de maturidade do mercado de capital de risco, sobretudo na área de *venture capital*, traduzindo uma ainda fraca adesão a estes instrumentos por parte do tecido empresarial (destinatários), o carácter restritivo de algumas regras impostas pelo FEDER (que fazem demorar, para além do mais, o período de negociação e montagem das operações) - (i) apoia-se a internacionalização mas não se apoia o esforço financeiro associado a operações de realização e/ou aquisição de capital no exterior, sobretudo em mercados extra-UE, não cobertos pelo FEDER, (ii) o montante máximo de investimento por empresa por ano é de 1,5 MEUR, o que pode colocar condicionantes importantes ao ciclo desejável de execução de cada investimento e dificultar o cofinanciamento de operação de expansão, inovação e internacionalização empresarial, de maior dimensão, onde se registam falhas de mercado muito sérias, (iii) só se pode apoiar PME reconhecidas oficialmente enquanto tal pela certificação IAPMEI, afastando-se do processo PME participadas em mais de 25% por grandes empresas, penalizando, por exemplo, atividades mão-de-obra intensivas, (iv) a dificuldade em financiar necessidades de fundo de maneio, normais após períodos de elevada concentração de investimentos produtivos, (v) a falta de verbas provisionadas para comissões e desvios de carteira, entre outros aspetos -, constituem algumas das razões mais importantes que justificam o nível ainda pouco satisfatório dos resultados obtidos neste domínio.

Em matéria de vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos de investimento apresentados e apoiados no capital de risco e *business angels* (ver Anexo H.1), os resultados apurados junto dos seus destinatários são muito significativos, com 79% e 76% das respostas a considerarem relevante,

¹⁰ Saliente-se que, em estudos feitos sobre esta temática (ver, por exemplo, o documento *Financial Instruments In European Territorial Cooperation Programmes 2014-2020*, da Comissão Europeia), um dos desafios dos instrumentos financeiros para o próximo quadro é tentar combater o *"Lengthy start up as it can take two years to set up Financial Instruments"*.

respetivamente, a internacionalização e a introdução de novos produtos/serviços; a análise dos fatores competitivos aponta na mesma direção de se tratarem maioritariamente de projetos com forte intensidade em tecnologia e conhecimento, com o marketing, comercialização e distribuição, o esforço próprio ou em cooperação de I&D e inovação e o reforço da qualificação e competências do capital humano a serem valorizados como mais relevantes por, respetivamente, 91%, 72% e 66% das respostas consideradas. Em matéria de foco estratégico prosseguido pelas empresas aquando da apresentação dos projetos, destaque para a importância da viragem para os mercados externos, da promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial e do desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, *design*, marca, etc.).

O problema neste domínio não parece ser, pois, qualitativo, em termos da intensidade tecnológica e de conhecimento dos projetos, mas é antes quantitativo, pelas razões atrás enunciadas. Os resultados potenciais dos projetos, apurados junto dos destinatários apoiados por estes instrumentos, vão, de igual forma, neste sentido, com registos de maior relevância em domínios como a internacionalização (91% das respostas consideradas), o lançamento de novas áreas de negócio (51%), o marketing e comercialização (50%) e a organização e gestão (47%).

Nos fundos de capital de risco, dominam as operações de expansão e crescimento (49% das intervenções e 47% do investimento), de *seed capital* (26% e 27%) e de *start-ups* (14% e 5%), representando, no seu conjunto, quase 90% das operações e 80% do investimento apoiado. A inovação/modernização tecnológica (3 projetos, que representam, no entanto, 13% do investimento) e, sobretudo, a internacionalização (um único projeto, que representa 8% do investimento) marcam pouca presença nestas intervenções (no seu conjunto, apenas quatro projetos, responsáveis, no entanto, por 21% do investimento). O maior número de operações ocorre nas pequenas empresas (15 operações, 39% do investimento), seguidas pelas microempresas (12 projetos, 27% do investimento) e médias empresas (8 operações, 34% do investimento). Por setores, prevalecem as atividades de telemetria (18,6% do montante das participações), as atividades de programação e consultoria informática (14,9%) e a gestão de participações sociais em sociedades não financeiras (12,9%).

Nas operações apoiadas por sociedades de *business angels*, predominam claramente, enquanto seus destinatários, as microempresas (responsáveis por 93% dos projetos, contra 7% liderados por pequenas empresas), localizando-se, preferencialmente, no Norte (61% dos projetos) e, em menor grau, no Centro (35% dos projetos) e, sobretudo, no Alentejo (4% das iniciativas).

Em face da relevância desta questão - do contributo dos fundos de capital de risco e das linhas de financiamento a *business angels* para a correção de falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português -, será importante, por último, salientar que, para o período de programação 2014-2020, uma avaliação ex-ante de suporte à implementação de instrumentos financeiros deverá ter em conta, nomeadamente:

- Análise de falhas de mercado, de situações de investimento sub-ótimas e de necessidades de investimento;
- Avaliação do valor acrescentado dos instrumentos financeiros para colmatar as deficiências identificadas;
- Estimativa dos recursos públicos e privados (determinando o grau de alavanca financeira) a mobilizar para o instrumento financeiro;
- Avaliação das lições aprendidas da implementação de instrumentos financeiros semelhantes, pelo Estado-Membro;
- Definição da estratégia de investimento do instrumento;
- Definição das regras e fatores de revisão e atualização da análise ex-ante.

5.2. T2: SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico

O SAESCTN é o instrumento do QREN diretamente direcionado para a política de Ciência e Tecnologia, por via do qual são elegíveis para financiamento quatro tipologias de projetos: (i) Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT); (ii) Projetos de estímulo à participação no Programa Quadro de IC&DT e outros programas internacionais (cujo âmbito de intervenção passou a ser enquadrado pelo SIAC); (iii) Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica; (iv) Programas integrados de IC&DT (introduzida na revisão do RE de 9 de Maio de 2011, estando previsto ser implementada através dos Programas Operacionais Regionais). O SAESCTN materializou-se essencialmente no apoio a projetos de IC&DT, englobando atividades de investigação fundamental, investigação aplicada e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico, envolvendo uma ou várias entidades do SCTN e, complementarmente, no apoio a projetos de promoção da cultura científica e tecnológica.

Para além dos dados gerais relativos à caracterização dos projetos aprovados (retirados do sistema de informação do COMPETE e sistematizados no Anexo I), considerar-se-á na presente análise a informação obtida por inquérito aos promotores, o qual incidiu sobre uma amostra de 591 projetos (encerrados ou com execução financeira certificada superior a 75% do incentivo aprovado) e do qual se extraíram 339 respostas (57% dos inquiridos).

À luz da informação relativa aos 2142 projetos aprovados até 31/12/2012, dos quais 591 se encontram numa fase avançada de execução (execução financeira superior a 75%), o SAESCTN está globalmente a cumprir os seus objetivos de: (i) promover a cultura científica e tecnológica; (ii) reforçar as competências das instituições

científicas e tecnológicas; (iii) promover projetos de IC&DT orientados para a implementação de políticas públicas; e (iv) promover o desenvolvimento de redes temáticas e parcerias internacionais em C&T¹¹.

O impacto global do SAESCTN é o relativo à consolidação do sistema de C&T nas três regiões Convergência do Continente, em particular no Norte e no Centro, abrangendo a generalidade das grandes áreas científicas, com destaque para as ciências tecnológicas. Essa consolidação incide massivamente no setor institucional Ensino Superior e, em particular, em quatro universidades públicas sedeadas nas referidas regiões (Porto, Coimbra, Aveiro, Minho).

Provavelmente como resultado da elevada seletividade, com critérios assentes nos méritos científicos de equipas e projetos, verifica-se um acesso muito reduzido por parte do ensino superior politécnico. Igualmente reduzido é o acesso das organizações do setor institucional do Estado, em parte explicado pelo facto de apenas um Laboratório de Estado (LNEG) ter sede em região de convergência.

O efeito de incentivo do SAESCTN é muito relevante em termos de realização dos projetos e, consequentemente, na obtenção dos *outputs* respetivos, uma vez que este sistema de apoio constitui a fonte de financiamento principal para os projetos de I&D promovidos pelas organizações de I&D do setor Ensino Superior sedeadas nas regiões de convergência. O efeito de incentivo tende a ser menos importante em termos de emprego científico e tecnológico, tendo em conta a natureza pública da grande maioria dos promotores mas, ainda assim, cerca de 21% e 17% dos inquiridos respondem, respetivamente, que sem o apoio do SAESCTN não teriam mantido os mesmos postos de trabalho ou não teriam criado posto de trabalho adicionais.

Para além da forte seletividade, regista-se na execução do SAESCTN um esforço de orientação estratégica, traduzida nomeadamente na discriminação positiva atribuída a Laboratórios Associados e a unidades de I&D com melhor classificação na avaliação internacional promovida pela FCT (nomeadamente através da tipologia de Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público) e nos concursos temáticos dirigidos a projetos enquadrados em acordos de cooperação entre Portugal e centros de conhecimento de referência mundial. Este esforço revela, contudo, margem para ser aprofundado.

Verifica-se um muito elevado número de projetos, sendo que os promotores com mais acesso ao SAESCTN tendem a ter vários projetos inseridos numa mesma linha de investigação. Um quadro mais favorável à apresentação de candidaturas por linha de investigação, de maior dimensão financeira e horizonte temporal mais alargado, pode reduzir custos de transação, incentivar esforços de investigação menos fragmentados e permitir um melhor planeamento das atividades das unidades de I&D.

Os promotores veem no SAESCTN um instrumento para reforçar as competências internas de investigação, aprofundando ou iniciando linhas de investigação e visando essencialmente *outputs* científicos materializados em publicações referenciadas internacionalmente.

Em termos de resultados, o contributo do SAESCTN para a produção científica nacional em termos de publicações é muito relevante, inserindo-se e potenciando uma dinâmica não apenas de convergência com os países mais avançados, em termos de produção científica referenciada internacionalmente, mas também de consolidação de um sistema científico bem inserido em plataformas e redes de conhecimento internacionais.

O contributo do SAESCTN para um aumento significativo do número de patentes internacionais (via PCT ou EPO), quer em termos de pedidos quer em termos de concessão do registo, não deverá ser muito significativo, muito embora seja discutível eleger o registo de patentes como objetivo relevante das atividades de investigação realizadas no setor público e em instituições de ensino superior.

A cooperação com empresas não tem sido um objetivo muito valorizado no quadro de projetos SAESCTN e a transferência de tecnologia para empresas tem sido um *output* aparentemente pouco frequente. Destaca-se pela positiva o perfil de resposta dos projetos na área das ciências tecnológicas, com cerca de 43 a 47% dos projetos a preverem transferência de tecnologia para empresas nacionais e percentagens um pouco inferiores, mas ainda relevantes, no que respeita a transferência de tecnologia para empresas internacionais ou valorização da tecnologia através de *start ups*. Ainda que o impacto direto dos projetos SAESCTN em termos de resultados apropriados pela economia se afigure limitado, não se pode excluir um impacto indireto, mediado por plataformas, organizações e instrumentos que funcionem como integradores da investigação de matriz académica com as necessidades tecnológicas das empresas.

5.2.1. Contributo para o aumento e consolidação das capacidades ao nível das unidades de I&D nacionais

A execução do SAESCTN demonstrou uma elevada eficácia em termos de consolidação do sistema de C&T nas três regiões Convergência do Continente, em particular no Norte e no Centro, abrangendo a generalidade das grandes áreas científicas, com destaque para as ciências tecnológicas

A execução efetiva do SAESCTN iniciou-se apenas em 2009, não havendo nenhum concurso encerrado em 2008. Existiu, contudo, um regime transitório que permitiu apoiar projetos candidatados até 31 de dezembro de 2008, considerando despesa realizada a partir de 1 de janeiro de 2007 (Orientação de Gestão n.º 06/POFC/2008). Assim, os projetos aprovados até finais de 2012 definem a dimensão financeira do apoio do COMPETE ao subsistema de Ciência e Tecnologia para, grosso modo, um período de 6 anos civis. O incentivo

¹¹ O objetivo de estímulo à participação de instituições portuguesas no 7º Programa Quadro passou a ser assegurado através do SIAC.

aprovado ascende a cerca de 259 MEUR, induzindo um investimento elegível e total de 305 e 325 MEUR, respetivamente. Na avaliação sobre a amplitude deste apoio às organizações vocacionadas para as atividades de Ciência e Tecnologia haverá que tomar em consideração:

- A incidência territorial do SAESCTN/COMPETE, restringida às NUTII Norte, Centro e Alentejo;
- O acesso adicional das organizações de Ciência e Tecnologia ao SI I&DT (COMPETE e PO Regionais), no quadro de projetos em co promoção e outras subtipologias;
- O acesso das referidas organizações, no quadro de despesas de investimento em reequipamento e instalações, aos PO Regionais.

Neste quadro global, que representa um nível de apoio sem precedentes ao sistema de C&T sediado nas regiões de convergência do Continente, é contributo específico do SAESCTN o apoio à consolidação e aumento das capacidades e competências de C&T, através de projetos de IC&DT, traduzindo-se num aumento dos *outputs* científicos e do reconhecimento internacional das organizações, sem descuar o aumento da coerência do sistema e da articulação do mesmo com o setor empresarial e a economia.

Respondendo ao objetivo central, o SAESCTN apoiou a generalidade das grandes áreas científicas, registando-se uma menor representatividade, em termos de investimento aprovado, das áreas das ciências sociais e das humanidades, nas quais a investigação é menos exigente em termos financeiros. Numa análise mais fina (2º nível das áreas do glossário CORDIS), confirma-se a área da engenharia como a de maior acesso ao SAESCTN (Engenharia mais Ciências dos Computadores e Tecnologia, cerca de 30% do investimento aprovado), havendo ainda um acesso muito relevante por parte do conjunto Ciências Médicas, Ciências Biológicas, Neurociências e Ciências Farmacológicas (no conjunto, 27% do investimento aprovado) e do conjunto Ciências do Ambiente e Ciências Agrárias (no conjunto, 17% do investimento aprovado) (ver Quadro A. 212 e Quadro A. 213).

Impacto global e efeito de incentivo

O impacto global do SAESCTN no sistema de C&T nas regiões de convergência do Continente pode ser aferido a dois níveis. O primeiro tem a ver com a aferição se o SAESCTN gerou uma dinâmica de convergência da atividade científica e tecnológica dessas regiões face ao observado a nível nacional ou na região de Lisboa, tomada aqui como região de referência.

A despesa em I&D em Portugal tem crescido sustentadamente desde o início dos anos 80, passando de 0,27% do PIB em 1982 para 1,64% do PIB em 2009, sendo que 2010 e 2011 assinalam uma interrupção desta tendência, com o indicador a observar valores de 1,59% e 1,50% respetivamente. Neste período de cerca de 30 anos, o crescimento mais intenso verifica-se no setor empresarial (46% da I&D executada, em final de período) e no setor do ensino superior (38% da I&D executada, em final de período), mantendo-se o peso da I&D executada no setor Estado e no setor das IPSFL, nos últimos anos, em patamares na casa dos 11-12% e 11-16%, respetivamente.

Como referido, a execução financeira do SAESCTN inicia-se apenas em 2009, incide nas três regiões Convergência do Continente e quase que exclusivamente no setor institucional do ensino superior. Os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) revelam para o período 2008-2011:

- A região Norte aumenta em 5,8 p.p. a sua quota na despesa em I&D nacional e em 6,6 p.p. a sua quota na I&D executada no setor Ensino Superior;
- A região Centro aumenta a sua quota na despesa em I&D nacional em 0,9 p.p., mas mantém praticamente inalterada a sua quota na I&D executada no setor Ensino Superior;
- A região Alentejo vê a sua quota na despesa em I&D nacional diminuir em 1,9 p.p., sendo que a quota relativa ao setor Ensino Superior aumenta 2,1 p.p. de 2008 para 2009 mas diminui em 2,2 p.p. de 2009 para 2011.

No quadriénio que termina em 2011, a região Norte apresenta assim um bom comportamento relativo em termos de I&D executada no setor Ensino Superior. Seguramente, o contributo do SAESCTN para este comportamento foi decisivo. No Centro, os resultados são menos expressivos, embora existam indícios em 2011 de que as coisas se podem vir a alterar no futuro próximo. Já o Alentejo apresenta um peso marginal e, mesmo, decrescente, na despesa em I&D, quer em termos gerais, quer em termos de Ensino Superior, sendo igualmente marginal o seu acesso ao SAESCTN.

Ainda em termos de impacto global, o efeito de incentivo associado ao SAESCTN é da maior relevância, na medida em que este sistema de apoio terá passado a constituir a principal fonte de financiamento público atribuído especificamente a projetos de IC&DT prosseguidos por organizações públicas localizadas nas regiões Convergência do Continente¹². O efeito de incentivo resulta claro nas respostas obtidas por inquérito junto dos promotores: dos 339 promotores que responderam ao inquérito, cerca de 66% consideram que não teriam desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro do SAESCTN, ao que acresce ainda 18% dos promotores que indicam que teriam desenvolvido o projeto mas com uma menor dimensão financeira. Em sentido inverso, apenas 2% dos promotores inquiridos respondem que teriam desenvolvido o projeto sem alterações e

¹² Sendo que a outra parte relevante de financiamento público se processa através das remunerações dos docentes do Ensino Superior, não estando diretamente associadas a projetos específicos e que o investimento em instalações e equipamentos assentou maioritariamente nos Programas Operacionais Regionais ou noutras fontes (por exemplo, o investimento nas instalações do INL foi co-financiado pelo POCTEP).

recorrendo a financiamento próprio e 12% dos promotores indicam que teriam desenvolvido o projeto sem alterações, recorrendo a outras fontes de financiamento (ver Quadro A. 230).

Este padrão de resposta permite avaliar como muito importante o efeito de incentivo em termos de realização dos projetos e, consequentemente, na obtenção dos *outputs* respetivos. O efeito de incentivo tende a ser menos importante em termos de emprego científico e tecnológico, tendo em conta a natureza pública da grande maioria dos promotores mas, ainda assim, 21% e 17% dos inquiridos respondem, respetivamente, que sem o apoio do SAESCTN não teriam mantido os mesmos postos de trabalho ou não teriam criado posto de trabalho adicionais.

Considerando um ano cruzeiro de execução, uma maioria clara dos promotores considera que o impacto financeiro do projeto - seja na despesa de funcionamento, seja na despesa de investimento da organização - é inferior a 10%, o que está de acordo com o baixo nível médio de investimento que caracteriza os projetos. Em termos consolidados, por "entidade de acolhimento", a conclusão seria certamente diferente no caso das universidades públicas, se considerarmos que as sete universidades públicas com projetos apoiados (Porto, Coimbra, Aveiro, Minho, Évora, UTAD e UBI) obtiveram, até 31/12/2012 e pela via do SAESCTN, um incentivo FEDER de 241 MEUR (correspondente a 93% do incentivo total aprovado), ainda que disperso por 1976 projetos aprovados. Como estes números deixam transparecer, o impacto do SAESCTN noutras instituições de ensino superior e em entidades dos setores institucionais Estado e IPSFL (utilizando aqui a nomenclatura dos IPCTN) terá sido muito menos relevante ou, mesmo, marginal (ver Quadro A. 216 e Quadro A. 217).

Seletividade, orientação estratégica e impactos nas organizações do SCTN

O SAESCTN revela uma elevada seletividade, traduzida na aplicação de critérios de seleção centrados na avaliação do mérito científico dos projetos e das equipas de investigação. Adicionalmente, em certos concursos (tipologia projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público) veio a restringir-se o leque de beneficiários potenciais a unidades de I&D integradas em Laboratórios Associados ou com classificação de Excelente na última avaliação internacional disponível. A refletir esta elevada seletividade, refira-se que os projetos aprovados até 31/12/2012 representam apenas cerca de 19% das 11.077 candidaturas. Por outro lado, cerca de 44% dos projetos inquiridos tinham como promotor ou promotor líder uma unidade de I&D integrada em Laboratório Associado, sendo que o investimento aprovado nesses projetos representava cerca de 63% do investimento total aprovado.

Em linha com a elevada seletividade, regista-se na execução do SAESCTN um esforço de orientação estratégica na concessão dos apoios públicos, corrigindo uma lógica excessivamente *bottom up* identificada na avaliação de instrumentos equivalentes no período do QCA III. Essa maior orientação estratégica traduziu-se nomeadamente na já referida discriminação positiva de unidades integradas em Laboratórios Associados ou com elevada classificação no âmbito das avaliações internacionais promovidas pela FCT, com acesso exclusivo à tipologia Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público (cerca de 22% do investimento total aprovado) e nos concursos dirigidos especificamente a projetos enquadrados em Acordos de Cooperação entre Portugal e centros de conhecimento de referência em determinadas áreas científicas (apenas cerca de 3% do investimento total aprovado).

Um sistema de inovação assenta em organizações e nas interações entre elas. Do ponto de vista das organizações, é convencional considerar-se quatro setores, ditos institucionais, no SCTN: Empresas, Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem fins lucrativos. Deste ponto de vista, o SAESCTN incidiu massivamente em organizações do setor Ensino Superior e mais exatamente nas Universidades públicas sedeadas nas regiões Convergente. Mesmo quando se considera não apenas os promotores principais mas também os copromotores, verifica-se que, nos 842 projetos que apresentam mais do que 1 promotor, os copromotores tendem a ter a mesma natureza do promotor principal, evidenciado um efeito de *networking* interno ao setor Ensino Superior.

A inexistência de empresas como promotores principais decorre da própria arquitetura do COMPETE e dos seus instrumentos, uma vez que a I&D empresarial é apoiada pelo SI I&DT e o SI I&DT em copromoção foi o instrumento privilegiado para promover o *networking* ao nível da I&D entre empresas e outras organizações do SCTN.

O reduzido acesso do setor Estado (que exclui o ensino superior público) tem a ver com o facto de apenas o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (com 11 projetos aprovados no SAESCTN) ter sede numa região de convergência.

Quanto às IPSFL, cuja composição em termos de organizações é heterogénea, o conjunto de organizações com projetos aprovados tanto engloba associações que têm um cariz de unidades de I&D como, por exemplo, fundações ou associações que promoveram projetos de promoção da cultura científica e tecnológica.

O aspeto essencial do impacto do SAESCTN sobre as organizações do SCTN aponta para a consolidação do "núcleo duro" das entidades públicas dedicada à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico, isto é, as unidades de investigação ancoradas em universidades e que são objeto de avaliações internacionais regulares, com destaque para as que são, ou integram, Laboratórios Associados.

Em convergência com esta opinião, está a indicação dos principais objetivos que os promotores associam à decisão de candidatura dos projetos aprovados. Os mais frequentemente apontados são, por ordem decrescente, "continuar/aprofundar linhas de investigação em curso", "aumentar o número de publicações em revistas científicas indexadas", "iniciar novas linhas de investigação", "aumentar a participação em redes internacionais de conhecimento", "reforço das competências internas" e "reforço da qualificação dos recursos

humanos” (ver Quadro A. 227). Este padrão de resposta é comum a todas as áreas científicas, com algumas variantes para a área das humanidades (que desvaloriza os objetivos de reforço das competências internas e da qualificação dos recursos humanos e valoriza a expansão da escala de atividade). Resulta, assim, claro que o SAESCTN foi “apropriado” pelos promotores numa perspetiva de consolidação (mais do que de expansão) da capacidade das organizações para realizar I&D, permitindo o reforço de competências internas (o que garante a sustentabilidade do impacto) e a inserção em redes de conhecimento internacionais (favorecendo a abertura e a qualidade do sistema), focando-se num esforço de investigação que opera por linhas de investigação cujo horizonte temporal excede o de cada projeto apoiado, visando *outputs* científicos materializados em publicações internacionais. Já a cooperação com empresas e o aumento do número de patentes são, em regra, excluídos dos objetivos principais indicados pelos promotores.

Um aspeto mais discutível prende-se com o que se nos afigura como um excessivamente elevado número de projetos. Tomando como referência as quatro instituições de ensino superior com mais projetos aprovados num período de quatro anos (Universidade do Porto com 719 projetos, Universidade de Coimbra com 433 projetos, Universidade de Aveiro com 314 projetos e Universidade do Minho com 342 projetos) e ainda que levando em conta que os projetos são conduzidos ao nível das unidades de investigação e que as instituições referidas estão presentes em todas as áreas científicas, os números indicam uma multiplicação de projetos por área e por linha de investigação. Um quadro mais favorável à apresentação de projetos por linha de investigação poderia reduzir os custos de transação associados a todo o ciclo de tramitação das operações e, também, incentivar as entidades beneficiárias a esforços de investigação menos fragmentados. Da análise das respostas ao inquérito aos promotores podemos extrair uma opinião maioritária convergente com a esta avaliação. Assim, por um lado, a grande maioria dos inquiridos confirma que o projeto aprovado se insere numa linha de investigação para a qual já teve projetos apoiados no QCA III (61% dos inquiridos) ou no COMPETE (69% dos inquiridos) e para a qual prevê candidatar novos projetos (68% dos inquiridos). Por outro lado, a grande maioria dos promotores inquiridos considera que seria desejável aumentar a oportunidade e amplitude de um financiamento plurianual, segundo uma lógica de programas integrados plurianuais, sendo a razão mais frequentemente apontada (55% dos inquiridos) o facto de isso permitir planear melhor e a mais longo prazo a atividade da entidade (ver Quadro A. 238).

5.2.2. Contributo para a produção científica nacional e para a participação em redes de conhecimento internacionais

O contributo do SAESCTN para a produção científica nacional em termos de publicações foi relevante, inserindo-se e potenciando uma dinâmica não apenas de convergência com os países mais avançados, em termos de produção científica, mas também de consolidação de um sistema científico bem inserido em plataformas e redes de conhecimento internacionais

A análise sobre *outputs* está limitada pelo facto de, a 31/12/2012, não haver projetos encerrados e, consequentemente, não ser possível dispor de informação auditada sobre *outputs* efetivamente obtidos. Ainda assim, foi-nos disponibilizada informação sobre *outputs* previstos para 1.745 projetos e sobre *outputs* efetivos para 754 projetos que pressupomos fisicamente concluídos e que já submeteram relatório final (Quadro A. 221). Por outro lado, dispomos da informação adicional sobre *outputs* obtida através do inquérito aos promotores realizado no presente exercício de avaliação, sendo de realçar a elevada taxa de resposta obtida e o facto de o inquérito ter sido dirigido aos projetos numa fase de execução mais avançada (Quadro A. 233).

Da amostra de 1745 projetos, extraímos que os *outputs* mais estritamente académicos (publicações, dissertações ou organização de conferências) ocorrem com uma frequência elevada ou muito elevada, não sendo de admirar que a quase totalidade dos projetos preveja a publicação de artigos em revistas internacionais e a apresentação de comunicações em eventos científicos internacionais. Com uma muito menor frequência os projetos prevêem *outputs* mais aplicados tais como aplicações computacionais (26% dos projetos), modelos (19%), protótipos (17%) e instalações piloto (6%) e patentes (16%).

Da amostra de 1745 projetos, extraímos que os *outputs* mais estritamente académicos (publicações, dissertações ou organização de conferências) ocorrem com uma frequência elevada ou muito elevada, não sendo de admirar que a quase totalidade dos projetos preveja a publicação de artigos em revistas internacionais e a apresentação de comunicações em eventos científicos internacionais. Com uma muito menor frequência os projetos prevêem *outputs* mais aplicados tais como aplicações computacionais (26% dos projetos), modelos (19%), protótipos (17%) e instalações piloto (6%) e patentes (16%).

Da amostra dos 339 projetos inquiridos por nós extrai-se um padrão análogo mas mais detalhado. Os *outputs* mais frequentes continuam a ser os de natureza estritamente académica. Num segundo patamar, surgem os *outputs* mais especificamente associados a investigação aplicada e à componente de desenvolvimento (artigos em revistas técnicas, modelos, aplicações computacionais, instalações piloto e protótipos), com frequências na casa dos 30-45 % dos projetos. Uma terceira família de *outputs* relaciona-se com os direitos de propriedade intelectual (ainda que as respostas pareçam sobrestimar a amplitude deste tipo de *outputs*, é interessante verificar que quase 30% dos projetos prevêem apresentar pedido de registo de patentes e obter a concessão da patente e, ainda, 24% dos projetos almejam valorizar comercialmente a patente obtida). Finalmente, a transferência de tecnologia está considerada em 24 a 30% dos projetos, sendo interessante verificar que o objetivo de transferir tecnologia através de *start-ups* ou para empresas internacionais está presente com uma frequência que é apenas ligeiramente inferior ao da transferência de tecnologia para empresas nacionais.

Considerando apenas as quatro grandes áreas científicas que contemplam a totalidade dos *outputs* elencados (excluindo, portanto, as humanidades e as ciências sociais), verifica-se que os *outputs* associados às atividades

de desenvolvimento experimental, aos direitos de propriedade intelectual e à transferência de tecnologia apresentam sempre uma maior frequência para a área das ciências tecnológicas. Para os 82 projetos inquiridos nesta área, é de assinalar que uma maioria de projetos engloba a construção de modelos e de aplicações computacionais bem com a realização de protótipos e de instalações piloto. Assinala-se uma elevada propensão a patentear, com sensivelmente metade dos projetos a prever solicitar a concessão de patentes e a prever uma decisão favorável e, finalmente, uma parte ainda relevante dos projetos considera a transferência de tecnologia para empresas como output do projeto (entre 39% dos projetos na transferência de tecnologia de processo para empresas internacionais até 46% dos projetos na transferência de tecnologia de produto para empresas nacionais). Já para as áreas das Ciências da Saúde e das Ciências Naturais, a frequência dos outputs que mais se aproximam da valorização económica do conhecimento é claramente inferior, situando-se os projetos na área das Ciências Físicas numa situação intermédia.

Centrando agora a atenção no contributo do SAESCTN para a produção científica nacional, pode-se afirmar com segurança que o mesmo, em termos de publicações científicas, terá sido da maior relevância, embora essa dinâmica se insira numa tendência longa do SCTN, a qual se inicia bem antes do período de implementação do COMPETE.

Caixa 1

A evolução do contexto do SAESCTN

A evolução do contexto desde o ano 2000 pode ser referenciada através do estudo muito exaustivo e recente sobre o sistema de investigação e inovação português realizado pela FCT. Nesse estudo é evidenciado que *"... a produção científica portuguesa tem registado taxas de crescimento assinaláveis, num processo de convergência com a média europeia. De 1996 a 2010, o contributo português para o conhecimento produzido e publicado a nível global quase triplicou (2.7 vezes), tendo tido na última década uma taxa média de crescimento anual de 14% (no entanto, de 2005 a 2010 assiste-se a um ligeiro abrandamento desta tendência com uma t.m.c.a. de 13%)"* (FCT, 2013, p. 135). Ainda no mesmo estudo é referido que *"... as sete universidades portuguesas que se destacam pelo volume de publicação no período de 2006 a 2010, por ordem decrescente do número de publicações são: Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Minho. De acordo com o SIR World Report 2012, cada uma destas universidades foi (co-) autora de, pelo menos, cerca de 5.000 publicações no período indicado: a primeira referida, 11.159 publicações; a última referida, 4.824 publicações..."* (FCT, 2013, p. 138).

Para uma referência temporal mais comparável com o período de vigência do COMPETE, atentemos nos dados constantes do *Innovation Union Scoreboard* de 2013 (IUS 2013). Assim, em termos de posicionamento face à média da UE27, enquanto que para o índice composto que agrega todos os 25 indicadores de base, isto é, o *Innovation Index*, Portugal apresenta um valor equivalente a 75% do valor médio, nas variáveis que mais diretamente se prendem com o impacto potencial do SAESCTN e com a produção científica nacional Portugal apresenta os seguintes índices face à média europeia: 92% para o peso da despesa em I&D no setor público em % do PIB; 226% para as copublicações científicas internacionais por milhão de habitantes; 92% para o peso relativo das publicações no top 10% das mais citadas mundialmente. Em termos dinâmicos (taxas anuais médias nos últimos 5 anos com informação disponível), o índice composto de inovação cresceu, para Portugal, a uma taxa média anual de 1,7% (período 2007-2011) mas os indicadores relativos a *International Scientific co-Publications* e *Top 10% most cited Scientific Publications* crescem às taxas de 12,5% (2007-2011) e 5,7% (2004-2008), respetivamente.

Da amostra de 1745 projetos retira-se uma previsão de 22.845 artigos a publicar em revistas internacionais, sendo que nos 746 projetos com execução física concluída a eficácia na execução deste tipo de output é de 125%. Extrapolando estes dados para a totalidade dos projetos aprovados e considerando uma duração média de 2 anos para cada projeto obtemos um número anual na casa dos 14.000 artigos publicados em revistas que pressupomos indexadas internacionalmente, o que compara com um número idêntico, para 2010 e a nível nacional, reportado pela FCT (FCT, 2013). Assim, independentemente de poder haver alguma sobrestimação por parte dos promotores, fica clara a amplitude do contributo do COMPETE para a produção científica nacional em termos de publicações científicas. Esse contributo cruza-se ainda com a consolidação de um sistema científico bem inserido em plataformas e redes de conhecimento internacionais. Para esta última dimensão, refira-se o contributo de concursos no SAESCTN especificamente dirigidos a projetos enquadrados em Acordos de Cooperação entre Portugal e centros de conhecimento de referência em determinadas áreas científicas, embora a evolução das publicações em coautoria internacional seja uma característica, muito mais generalizada, do sistema de C&T.

Na avaliação do impacto do SAESCTN em termos de produção de conhecimento científico e tecnológico materializado em patentes, o balanço é menos claro mas, ao mesmo tempo, deve ser matizado por algumas considerações prévias. Para além da apreciação global que habitualmente é feita sobre este tipo de instrumento (*trade-off* entre eficiência estática e dinâmica, tecnologias diferentemente patenteáveis, etc.) importa aqui ter em consideração que o SAESCTN se dirige essencialmente para entidades públicas e, em particular, para instituições de ensino superior. Não existe uma opinião consensual sobre os impactos de um incentivo a patentear por parte destas instituições, sendo este um assunto de acesa discussão que se intensificou com a aprovação, nos EUA, em 1980, do chamado *Bayh-Dole Act*. Ainda que o registo de patentes potencie a valorização económica dos resultados da investigação, uma excessiva focalização das IES neste objetivo pode levar estas entidades, por um lado, a cercearem a difusão do conhecimento junto das empresas e, por outro lado, a privilegiarem a investigação mais aplicada e com resultados mais rápidos em desfavor da investigação mais fundamental (apesar desta poder ter um retorno social muito elevado no longo prazo).

O contributo do SAESCTN para um aumento significativo do número de patentes internacionais (via PCT ou EPO), quer em termos de pedidos, quer em termos de concessão do registo, não tem sido, nem é expectável

que venha a ser, muito significativo. Poderá, contudo, considerar-se discutível eleger o registo de patentes como objetivo relevante das atividades de investigação realizadas no setor público e em instituições de ensino superior.

Caixa 2

O registo de patentes no sistema de inovação em Portugal

A capacidade para registar patentes é indiscutivelmente um dos pontos fracos do sistema de inovação em Portugal. Em termos de *benchmarking* com a UE27, os pedidos de patentes PCT (isto é, patente internacional com base no tratado de cooperação de patentes) por 1.000 M€ de PIB era, em Portugal, equivalente a 17% da média europeia (dados de 2009), verificando-se um crescimento moderado – mas a partir de uma base de partida pequena – nos 5 anos anteriores: 3,5% ano (IUS 2013). O anteriormente referido estudo da FCT refere que se verificou “*um crescimento sensível do número de patentes solicitadas em Portugal, por via europeia, entre 2000 e 2009 (embora com algumas flutuações) e uma diminuição em 2010 e 2011 (...). O número de pedidos de patentes submetidos através do mecanismo PCT prosseguiu uma tendência de evolução próxima da verificada para as patentes por via europeia, observando-se um esforço que se manteve maior do que para esta desde 2008. Para ambas as vias, o ano de 2009 representou um pico no referido esforço*” (FCT 2013, p. 163). Curiosamente, na listagem das entidades portuguesas que solicitaram registo de patentes PCT, em 2011, este estudo indica nos três primeiros lugares as Universidades de Aveiro, Minho e Coimbra, com respetivamente 18, 6 e 4 pedidos, estando estas três entidades no grupo das quatro mais apoiadas pelo SAESCTN.

5.2.3. Nível da apropriação dos resultados por parte da economia

O contributo direto do SAESCTN em termos de valorização económica direta dos resultados mostrou-se limitado até ao momento

A avaliação sobre o grau de apropriação pela economia dos resultados dos projetos de IC&DT cofinanciados pelo SAESCTN é uma questão complexa. O ciclo de atividades direcionadas para a inovação vai desde a investigação fundamental de matriz académica até ao investimento empresarial inovador, passando pela investigação aplicada, pela I&D empresarial, pelos serviços tecnológicos e pela transferência de tecnologia ou, ainda, pela promoção do empreendedorismo tecnológico. O COMPETE, em conjunto com outros programas operacionais implementados no atual período de programação, disponibiliza um conjunto diversificado de instrumentos, cada um deles incidindo predominantemente sobre uma das atividades acima referidas. Neste contexto, o SAESCTN, vocacionado para apoiar a I&D de matriz académica, está – comparativamente com outros instrumentos – mais afastado de um impacto direto ao nível da valorização económica.

Em linha com esta avaliação, sistematizam-se algumas constatações retiradas do inquérito realizado aos promotores:

- Apenas cerca de 9% dos inquiridos assinalaram como um dos objetivos principais do projeto o incremento da cooperação com empresas nacionais, sendo a percentagem relativa à cooperação com empresas internacionais ainda mais baixa; no entanto, o valor sobe para 21% quando se consideram apenas os projetos na área das ciências tecnológicas;
- Em termos de *outputs* previstos, a transferência de tecnologia está considerada em 24 a 30% dos projetos, sendo interessante verificar que o objetivo de transferir tecnologia através de *start-ups* ou para empresas internacionais está presente com uma frequência que é apenas ligeiramente inferior ao da transferência de tecnologia para empresas nacionais; o perfil de resposta dos projetos na área das ciências tecnológicas destaca-se, com percentagens na casa dos 43 a 47% dos projetos a preverem transferência de tecnologia para empresas nacionais e percentagens um pouco inferiores, mas ainda relevantes, no que respeita a transferência de tecnologia para empresas internacionais ou valorização da tecnologia através de *start-ups* (ver Quadro A. 233).

Uma informação adicional, retirada da informação relativa aos 842 projetos em co-promoção, é que as empresas estão praticamente ausentes do universo de copromotores, contabilizando-se apenas 22 empresas com este estatuto.

Outro aspeto relevante a salientar é o facto de muitas das entidades beneficiárias do SAESCTN participarem, como associadas, nas entidades gestoras das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC). No entanto, a implementação do SAESCTN não prevê a classificação dos projetos como projetos âncora ou complementares de EEC e os critérios de seleção dos concursos não consideraram a articulação com EEC.

À luz desta informação resulta a ideia de que a apropriação por parte da economia dos resultados dos projetos cofinanciados pelo SAESCTN, se avaliada em termos de impactos diretos, é relativamente baixa mas também não se pode excluir um impacto mediado por plataformas, organizações e instrumentos que funcionem como integradores da investigação de matriz académica com as necessidades tecnológicas das empresas. O padrão de resposta dos promotores inquiridos sugere que a área das ciências tecnológicas e as respetivas organizações podem estar a assegurar esta função de integração. Ao nível dos instrumentos, é de esperar que a referida função de integração possa passar pelos projetos cofinanciados pelo SI I&DT, nomeadamente projetos em co-promoção e projetos mobilizadores.

A questão da apropriação de resultados coloca-se não apenas em relação à economia em sentido estrito mas também em relação a outros setores socialmente relevantes. A este propósito, e também em favor da ideia que a valorização dos resultados pode ser feita em plataformas a jusante das unidades de investigação, refira-se que no estudo de caso realizado (Projeto N.º 022718 – Projeto Estratégico - LA 2 - 2011-2012) foi referenciada

pelo promotor principal (IBMC) a prestação de cerca de 1,5 MEUR / ano de serviços, através do Centro de Genética Preditiva e Preventiva, consubstanciada na realização de testes genéticos moleculares e de diagnósticos de doenças hereditárias e dismorfologias.

5.3. T3: Redes e Ações Coletivas (SIAC)

5.3.1. Contextualização e Avaliação Global

Observa-se um certo dualismo no universo de projetos SIAC apoiados, com um número reduzido de projetos estruturantes (ainda que notando-se a ausência de algumas agências públicas relevantes a este nível) e um grande número de projetos de pequena dimensão

O Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) tem como objetivo dinamizar iniciativas que sejam geradoras de externalidades positivas em matéria de reforço da competitividade do tecido empresarial. Os projetos apoiados devem materializar-se na disponibilização de bens públicos ou semipúblicos que permitam induzir efeitos de demonstração e arrastamento significativos para o conjunto da economia nacional ou para algumas das suas regiões, setores, *clusters* ou outras redes associadas a Estratégias de Eficiência Coletiva, e devem observar cumulativamente as seguintes condições: prosseguir um objetivo de interesse comum, suprir falhas de mercado que afetem um conjunto alargado de empresas, assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração. Assim, o SIAC é complementar dos Sistemas de Incentivos diretamente orientados para as empresas e visa potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes. São beneficiárias do SIAC as entidades públicas ligadas ao desenvolvimento empresarial, associações empresariais, centros tecnológicos e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Para além dos dados gerais de caracterização dos projetos aprovados, retirados do sistema de informação do COMPETE e cujos apuramentos de base constam do Anexo J, considerar-se-á na presente análise a informação obtida por via do inquérito aos promotores. O inquérito incidiu sobre uma amostra de 124 projetos (encerrados ou com execução financeira certificada superior a 75% do incentivo aprovado), do qual se extraíram 98 respostas (79% dos inquiridos).

Padrão de descentralização na provisão de bens públicos de suporte à competitividade

O SIAC insere-se numa tendência de descentralizar para um conjunto de entidades não públicas da envolvente empresarial a provisão de bens públicos (serviços) de apoio à competitividade. Essa tendência teve, em Portugal, uma elevada expressão com as chamadas Parcerias e Iniciativas Públicas do POE (QCA III), das quais o SIAC é, de algum modo, herdeiro. Neste padrão, tanto é expectável a existência de iniciativas e projetos públicos diretamente promovidos pelas agências públicas que atuam no domínio da competitividade (em particular, no caso português, a AICEP, o IAPMEI, a AdI, o Turismo de Portugal ou, mesmo, Direções-Gerais setoriais), como de projetos promovidos por entidades relevantes da envolvente empresarial, sejam elas de cariz nacional e multissetorial, setorial, regional, etc. Situam-se, neste universo em particular, as Associações Empresariais, os Centros Tecnológicos Setoriais e, mais recentemente, as entidades gestoras de Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC). A descentralização comporta vantagens e inconvenientes, conforme sumariado na tabela seguinte.

Quadro 17

Vantagens e inconvenientes da descentralização na provisão de serviços de apoio à competitividade

Possíveis Vantagens	Possíveis Inconvenientes
Maior proximidade a universos alvo específicos	Fragmentação de iniciativas, duplicação de esforços
Maior “focus” das intervenções em termos de dimensões da competitividade	Falhas de coordenação na resolução de problemas complexos que exigem abordagem multidimensional
Efeito de junção de recursos	Desinvestimento por parte do Estado
Prestação de contas (<i>accountability</i>) aos destinatários finais das políticas	Menor controle e menor monitorização por parte do Estado

Fonte: Equipa de Avaliação

Analisando o padrão de descentralização induzido pelo SIAC, à luz dos 308 projetos aprovados até 31/12/2012, verifica-se o seguinte (ver análise complementar no Anexo J):

- Um número muito reduzido de projetos promovidos por Agências Públicas;
- As Associações Empresariais (AE) ocupam um lugar de destaque na utilização do SIAC, com relevo para as AE de âmbito nacional multissetorial e de âmbito nacional setorial;
- As entidades do SCTN apresentam um baixo acesso relativo ao SIAC, o que é uma tendência já observada no período QCA III para o instrumento equivalente; contudo, quando se consideram os copromotores dos 62 projetos em co-promoção, a participação das entidades do SCTN aumenta consideravelmente;
- As entidades gestoras das EEC surgem já como promotores de 51 projetos, nos quais se incluem as 19 operações iniciais visando apoiar as entidades gestoras para as atividades de animação, coordenação e gestão da parceria;

- “Outras Associações” engloba um conjunto mais heterogéneo de entidades, umas com vocação mais próxima da dimensão I&D e Inovação outras vocacionadas para a promoção comercial ou, ainda, para as áreas do empreendedorismo ou da informação estratégica.

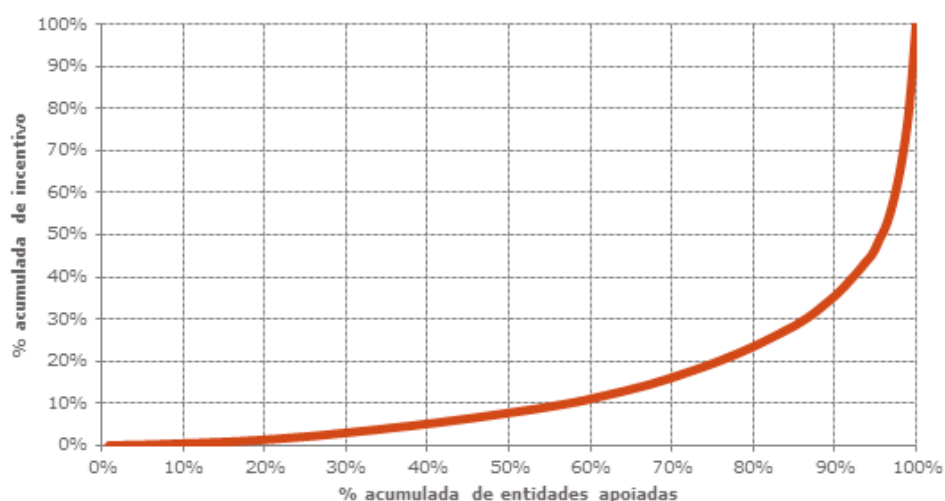
Dado que a análise recorre frequentemente aos resultados do inquérito realizado aos promotores, alerta-se para o facto de, nesta fonte de informação, relativamente ao universo de promotores SIAC, estarem ligeiramente sobre representadas as AE setoriais e respetivos projetos, e sub representadas de forma mais significativa as entidades gestoras de EEC e respetivos projetos.

Os dados gerais relativos ao número de projetos e respetivo tipo de promotores (ver Quadro A. 246 a Quadro A. 249) sugerem continuar a verificar-se uma elevada descentralização na provisão de bens (serviços) públicos de suporte à competitividade das empresas, sendo o aspeto mais expressivo dessa descentralização a quase ausência de projetos de agências públicas e organismos governamentais (com as já referidas exceções do Turismo de Portugal e da AICEP). O segundo aspeto que mais evidencia descentralização e, até, alguma fragmentação das intervenções é o elevado número de projetos e a baixa dimensão financeira de muitos deles, com cerca de 59% dos projetos a observarem um investimento inferior a 500 mil euros.

No entanto, em sentido contrário ao da fragmentação, há que referir que o número de promotores principais é bastante inferior ao número de projetos (112 *versus* 308) e a novidade das EEC como promotores, elas próprias constituindo potencialmente plataformas visando uma maior complementaridade e integração entre diferentes projetos e instrumentos. Por outro lado, tendo em conta o incentivo concedido por entidade, independentemente do número de projetos, verifica-se uma elevada concentração dos apoios num número restrito de entidades: as 11 entidades mais apoiadas (top 10%) concentram cerca de 64% do incentivo concedido.

Da análise realizada resulta a imagem de um certo dualismo que caracteriza o universo de projetos SIAC, com um número reduzido de projetos estruturantes (ainda que notando-se a ausência de algumas agências públicas relevantes a este nível) e um grande número de projetos de pequena dimensão.

Gráfico 2
Curva da distribuição do incentivo concedido



Fonte: Equipa de Avaliação

5.3.2. Efeitos induzidos pela disseminação de conhecimento e disponibilização de bens públicos decorrente das ações coletivas

No SIAC predominam as ações dirigidas para os domínios da “inovação, empreendedorismo e espírito empresarial”, da “informação e representação internacional de interesses empresariais” e das “redes e cooperação empresarial”; sectorialmente, relevam os projetos dirigidos para o Turismo, Têxtil e Vestuário, o Calçado, o Automóvel e Mobilidade, a Metalurgia e Metalomecânica, as Tecnologias da Produção, as TICE, a Cortiça, Madeira e Mobiliário, as Rochas Ornamentais e a Cerâmica

Os projetos SIAC surgem, em termos de *focus* setorial, direcionados para os setores de bens transacionáveis internacionalmente. Por grandes grupos de setores, destaca-se o peso do Turismo e Hotelaria, do Têxtil e Indústrias da Moda, da fileira metalomecânica e de equipamentos, da fileira florestal e da construção e materiais de construção. São 89 os projetos, representando 25% do investimento aprovado, que têm uma natureza multisetorial (é o caso, frequentemente, de projetos no domínio da eficiência energética, por exemplo), o que nos parece uma proporção adequada e não invalida a avaliação positiva sobre a focagem setorial. Um pequeno número de projetos é transversal a vários setores de bens e serviços, como é o caso de projetos associados às EEC da Saúde, das Indústrias Criativas e do Mar, sendo difícil a sua classificação por *focus* setorial.

Uma análise mais detalhada, mostra em particular a relevância relativa dos projetos dirigidos para o Turismo, Têxtil e Vestuário, Calçado, Automóvel e Mobilidade, Metalurgia e Metalomecânica, Tecnologias da Produção (essencialmente Equipamentos), TICE, Cortiça, Madeira e Mobiliário, Rochas Ornamentais e Cerâmica, sendo evidente a correspondência com os nossos principais setores exportadores (ver Quadro A. 250 a Quadro A. 254).

Para além da identificação do *focus* setorial, a avaliação sobre os efeitos induzidos pela disponibilização de bens públicos decorrente das ações coletivas implica que se considere os domínios da competitividade que são objeto dos projetos. A este nível, a informação constante do sistema de informação do COMPETE apresenta algumas limitações¹³, pelo que iremos conduzir a análise com base nas respostas ao inquérito aos promotores. O inquérito realizado questiona sobre os principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE mas as respostas propostas para escolha correspondem aos principais domínios da competitividade. Uma grande maioria de respostas indica vários domínios, pelo que classificar os projetos num único domínio seria redutor (ver Quadro A. 262 a Quadro A. 270).

Os três domínios mais referidos são os da "inovação, empreendedorismo e espírito empresarial", da "informação e representação internacional de interesses empresariais" e das "redes e cooperação empresarial", presentes em cerca de 54%, 64% e 51% dos projetos inquiridos, respetivamente.

No primeiro destes domínios, predominam as ações orientadas para a informação, difusão e transferência de tecnologia e, ainda, para a promoção da I&D empresarial. Outro objetivo muito frequente é o da cooperação entre empresas e entidades do SCTN, o qual se cruza com os anteriores. Já no domínio do empreendedorismo, os promotores classificam o seu esforço como sendo de promoção em geral, o que pode indiciar alguma falta de "focus" e de efetividade das ações. Por exemplo, apenas seis projetos indicam o empreendedorismo tecnológico como objetivo, sendo este um subdomínio que deveria ter observado uma maior expressão tendo em conta o período de forte expansão e consolidação do sistema de C&T e a reconhecida necessidade de uma maior valorização económica dos *outputs* científicos e tecnológicos. O domínio da "informação e representação internacional de interesses empresariais", sendo o mais frequente, é aquele que assume um caráter mais difuso, estando muito associado ao relacionamento das Associações Empresariais com os seus associados e demais empresas dos respetivos setores. Quanto ao domínio das "redes e cooperação empresarial", em relação ao qual algumas experiências passadas – no período QCA III – revelam uma eficácia reduzida das ações coletivas, a grande novidade traduz-se em projetos que os promotores consideram incorporar o objetivo de gestão e promoção de EEC. Este aspeto será aprofundado em parágrafo autónomo.

O domínio da "internacionalização e valorização da oferta nacional" é referido por cerca de 39% dos projetos, um número ainda relevante. O facto de os projetos com componente de internacionalização serem, aparentemente, em menor número do que os que integram os três domínios acima analisados poderá refletir a relevância que os projetos de internacionalização passaram a ter na tipologia de projetos conjuntos do SI QPME, nomeadamente no que respeita à promoção comercial externa. Para além disso, a simples consideração da frequência com que o domínio é referido pelos promotores está a subvalorizar a relevância relativa destes projetos já que as ações coletivas no domínio da internacionalização tendem a exigir montantes financeiros mais elevados. Com efeito, o valor médio do investimento dos projetos que assinalam integrar este domínio é claramente superior ao valor médio global, sendo que os 38 projetos em causa correspondem a 39% dos projetos inquiridos mas a 70% do investimento (ver Quadro A. 269).

Tendo em conta a natureza coletiva das ações e a incidência multirregional do COMPETE, não é de estranhar que os objetivos mais frequentes sejam os da promoção de imagem internacional de setores específicos e do país como um todo. Os outros objetivos frequentes são os do reforço do negócio internacional (i.e., exportações), quer nos mercados tradicionais da União Europeia, quer em novos mercados geográficos extra UE, este último aspeto sendo muito positivo e demonstrando estarem os projetos SIAC em linha com os objetivos e a evolução recente das exportações portuguesas, em termos de esforço para diversificar os mercados geográficos. Pela negativa, regista-se a escassa utilização do SIAC em termos de ações que visem captar investimento internacional.

O domínio do ambiente e da eficiência energética está presente em 27% dos projetos, incorporando de forma frequente, quer a divulgação e promoção de boas práticas ambientais e de eco-eficiência, quer a promoção da eficiência e diversificação energéticas.

A valorização dos recursos endógenos das regiões tem pouca expressão nos projetos SIAC do COMPETE, sendo que este domínio mais facilmente tende a ser enquadrado pelos PO Regionais, nos quais estão ancoradas as EEC PROVERE que integram vários projetos com características de ações coletivas.

Finalmente, e embora possa ser contestável a opção de destacar dos domínios atrás referidos essas ações, refira-se a pouca frequência de projetos que integrem a promoção do *design*, da qualidade ou da marca bem como a utilização das TIC nas empresas.

¹³ Essas limitações decorrem, nomeadamente, do facto da designação dos domínios ter sido alterada pela alteração ao Regulamento Específico (RE), aprovada a 14/01/2012 e da tipificação constante do RE nem sempre corresponder a domínios propriamente ditos. Por outro lado, o inquérito aos promotores permite-nos informação mais detalhada sobre o conteúdo das intervenções classificadas em cada domínio.

5.3.3. Valor acrescentado dos produtos gerados no âmbito das ações coletivas para a melhoria da competitividade das empresas alvo

Não obstante as limitações existentes na avaliação do impacto dos projetos SIAC apoiados, os dados disponíveis revelam efeitos relevantes dos mesmos nos seus destinatários finais e na competitividade da economia

A avaliação sobre o valor acrescentado dos outputs gerados para a melhoria da competitividade das empresas defronta-se com limitações relevantes. Desde logo, uma limitação decorrente da própria natureza dos outputs: correspondendo a bens públicos, o universo de destinatários potenciais tende a ser muito alargado, não sendo possível identificar nominativamente as empresas que poderão ter beneficiado de impactos positivos. Em segundo lugar, a informação disponível sobre outputs dos projetos SIAC apresenta lacunas significativas: para os projetos objeto de análise apenas existe informação inserida em base de dados sobre outputs previstos (mas não sobre outputs obtidos) e, mesmo para os outputs previstos, não é possível proceder a uma quantificação agregada.

Em termos de outputs previstos, é possível contabilizar o número de projetos em que se verifica a ocorrência de um dado tipo de output, sendo que, para os 308 projetos aprovados, o tipo de ações mais frequente são as ações de sensibilização (presentes em 78% dos projetos), os estudos (55%) e a disponibilização de informação em plataforma web (54%). As campanhas promocionais estão presentes em 29% dos projetos, sendo muito frequentes nos projetos que incorporam a internacionalização (ver Quadro A. 257, bem como a informação análoga e complementar constante da página. 227 do Relatório de Execução COMPETE 2012). Por outro lado, do inquérito aos promotores retiramos que, na autoavaliação dos mesmos, a generalidade dos projetos prevê uma concretização dos outputs esperados em linha com o previsto e, mesmo, acima do previsto (ver Quadro A. 273).

Embora desta informação resulte uma ideia geral de adequação dos outputs e de eficácia na sua concretização, ela é muito insuficiente para avaliar o impacto nos destinatários finais. Assim, socorremo-nos da informação retirada dos quatro estudos de caso realizados¹⁴. O quadro seguinte resume as conclusões que nos parecem mais relevantes, em termos de eficácia na geração de resultados e de impacto nas empresas alvo. Optamos por incluir aqui também a apreciação sobre a adequação dos meios de difusão utilizados, questão para a qual se aplicam os comentários metodológicos acima produzidos.

Note-se que a apreciação constante do quadro infra é retirada de uma amostra ilustrativa mas não representativa dos projetos SIAC. Sobre o impacto na competitividade e nos destinatários finais, ressalta uma avaliação fortemente positiva para os projetos 5753 e 16994, os quais ilustram intervenções estruturantes bem focadas ao nível da promoção externa, promovidas respetivamente pela agência pública (Turismo de Portugal) e pela associação empresarial (APICCAPS) com responsabilidades para os respetivos setores e com impacto potencial na posição competitiva de todas as empresas do setor. A operação 5187, promovida pela COTEC, apresenta também um *focus* bem definido, visando suprir lacunas e falhas de mercado ao nível da implementação e certificação de sistemas de gestão da I&D+I; em termos de abrangência do universo de empresas é mais limitada, uma vez que a eficácia das ações exige algum grau de participação dos destinatários em ações da operação. A operação 5237, promovida pela AIMMAP configura um tipo de intervenção mais convencional, reproduzindo o espectro de atividades regulares de uma associação empresarial de âmbito setorial.

Em todos os casos estudados verificamos uma elevada preocupação com os meios de difusão utilizados e, em regra, a eficácia dos mesmos, com destaque para as duas operações centradas na promoção externa. A este nível e, mesmo, em termos gerais, o projeto SIAC da APICCAPS configura um exemplo de boas práticas, quer pelo seu carácter arrojado e inovador, quer pelo conjunto de meios mobilizados, quer ainda pela preocupação de integrar o projeto num conjunto coerente de ações igualmente promovidas pelo mesmo promotor.

¹⁴ Operações 5237 (Reinformetal / AIMMAP), 5187 (Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial / COTEC), 16994 (Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012 / APICCAPS) e 5753 (Plano de Promoção Externa 2008-2009 / Turismo de Portugal IP).

Quadro 18
Estudos de Caso SIAC – Aspetos relevantes dos outputs gerados e dos impactos nas empresas alvo

	5187 MDSIE / COTEC	5237 Reinformetal / AIMMAP	5753 Promoção Externa 2008-2009 / Turismo Portugal	16994 Promoção Imagem do Calçado Português 2011-2012 / APICCAPS
Focus do projeto	Bem definido: disseminação de um sistema de "innovation scoring" e disseminação dos sistemas de certificação de atividades de I&D	Difuso: engloba atividades de representação da Associação, eventos e seminários para as empresas sobre vários temas e estudos sobre vários temas	Bem definido: promoção turística em vários mercados emissores (tradicionais e emergentes)	Bem definido: desenvolvimento de uma imagem internacional para o calçado português
Aspetos inovadores do ponto de vista da competitividade	Visa suprir uma lacuna importante ao nível da gestão da inovação nas empresas e melhora a qualidade da informação sobre inovação em Portugal	Melhorias incrementais na informação disponível para as empresas do setor	Inclusão de dois novos mercados: Venezuela e China	Marketing simbolicamente arrojado ("the sexiest industry in Europe"); Visão da operação como elemento de um plano de ações integrando outras ações (nomeadamente um projeto conjunto de internacionalização SI QPME)
Caraterísticas do(s) output(s) na perspetiva dos destinatários	Bem semi-público: implica a participação das empresas em <i>workshops</i> e ações de sensibilização	Na maior parte das componentes, bem público puro: todas as empresas podem beneficiar	Bem público puro: todas as empresas podem beneficiar	Bem público puro: contribui para o <i>up-grading</i> da imagem internacional de todo o setor
Universo-alvo de empresas previsto	700	1000	3683 (totalidade do setor)	1000
Empresas atingidas segundo informação do promotor	2070	903	3683 (potencialmente, todas beneficiam com os resultados)	1100
Existe evidência da eficácia do projeto em termos de competitividade?	Sim (158 empresas implementaram sistemas de gestão de IDI e 102 viram esse sistema certificado)	Apenas através de inquéritos de avaliação e satisfação (em regra com pontuações na casa dos 3,5 numa escala de 1 a 5) e do bom desempenho das PME's do setor em termos de volume de negócios	Apenas através da evolução do contexto (crescimento sustentado dos fluxos turísticos para Portugal)	Evolução positiva do contexto (bom comportamento competitivo da indústria do calçado); forte crescimento do nº de novas marcas e de novos modelos.
Principais meios de difusão adotados	<i>Workshops</i> e outras ações de sensibilização, produção de guias e manuais	Sessões de divulgação de resultados, manual, ações de promoção de imagem internacional	Participação em feiras, missões, campanhas de imagem e publicidade	Presença em feiras internacionais; kits de imprensa e editoriais; mailings; revistas e brochuras; conferências; publicidade.
Adequação dos meios de difusão, tendo em conta as caraterísticas do projeto e os públicos-alvo	Adequados	Adequados	Adequados	Adequados e muito completos
Evidência da eficácia dos meios de difusão	Nº de empresas envolvidas e número de participantes em ações de sensibilização ultrapassou o previsto	Variável: participantes em ações de divulgação de estudos acima do previsto; pequeno número de participantes em ações de promoção e divulgação de imagem internacional	Aumento significativo do número de artigos sobre o destino Portugal na imprensa internacional	As ações de promoção e divulgação registaram a presença de 6500 pessoas (previsão de 6000)

Fonte: Estudos de Caso realizados pela Equipa de Avaliação

5.3.4. Contributo dos projetos SIAC para a estruturação e resultados de EEC, nomeadamente no respeitante às EEC reconhecidas pelo Programa

O balanço sobre o contributo do SIAC para as EEC enquadradas pelo COMPETE é matizado, uma vez que muitas das operações apoiadas foram inseridas nas EEC, sendo que não existe uma evidência clara de que todas elas observem a devida integração estratégica nas mesmas

O concurso 02/SIAC/2009, aberto a 29/04/2009, em paralelo com o processo de reconhecimento formal das EEC “Polos de Competitividade e Tecnologia” e “Outros *Clusters*”, visou apoiar as entidades gestoras para as atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, tendo sido complementado ainda pelo convite dirigido à Associação do *Cluster* Agro-Industrial do Centro (convite 04/SIAC/2009). Neste âmbito, o COMPETE aprovou as 19 operações que estão presentemente em curso e que, na prática, asseguram o funcionamento das entidades gestoras das EEC por um período de 36 meses.

Posteriormente, vários projetos aprovados no âmbito do SIAC foram classificados pela gestão do COMPETE como inserindo-se numa EEC. Em termos consolidados, um total de 126 operações SIAC (ou seja, 41% do total) surgem alocadas aos Polos de Competitividade e Tecnologia e aos Outros *Clusters*. Em termos relativos, destacam-se as EEC do Turismo, da Moda e das Indústrias de Base Florestal. No seu conjunto, estas três EEC representam 66% do investimento cofinanciado pelo SIAC e classificado como inserido em EEC (ver Quadro A. 255). Este resultado é um pouco paradoxal, representando uma relevância destas EEC que é difícil de compreender, ainda que no caso do Turismo se esteja perante aquele que é hoje o maior setor exportador líquido nacional.

À luz destes dados, algumas das EEC que se dirigem potencialmente a setores de maior intensidade tecnológica e, ao mesmo tempo, com um impacto potencial relevante no *upgrading* do perfil de especialização (por exemplo, EEC da Saúde, das Indústrias da Mobilidade, das TICE, das Tecnologias de Produção e do *Engineering* e *Tooling*) terão tido uma participação relativamente moderada no SIAC, aspeto que deve merecer reflexão.

Já o baixo acesso das EEC dos *Clusters* Agroindustriais do Centro e do Ribatejo, das Indústrias Criativas, do Mar e dos Vinhos da Região Demarcada do Douro prender-se-á com a incidência regional destas plataformas (pelos menos, em alguns casos, numa fase inicial), sendo certo que as mesmas obtiveram apoios significativos por parte dos PO Regionais do Norte e do Centro.

Cruzando a informação dos projetos inseridos em EEC com o tipo de promotores, é interessante verificar que 50 dos 126 projetos são promovidos pelas próprias entidades gestoras das EEC, embora em termos de investimento cofinanciado representem apenas cerca de 17%. Significa isto que o acesso das entidades gestoras foi além dos 1 projetos associados à dinamização e gestão da parceria, começando a assumir um papel promotor e integrador através de outros projetos. Relevo ainda para os projetos promovidos por Associações Empresariais de âmbito setorial, representando no seu conjunto 24% e 26% dos projetos SIAC classificados como integrando EEC. Finalmente, o elevado peso das Agências Públicas, em termos de investimento, prende-se com os projetos SIAC do Turismo de Portugal, que correspondem a sete dos dez projetos SIAC inseridos na EEC Turismo.

Pela negativa, assinala-se a muito fraca representatividade de projetos SIAC promovidos por entidades do SCTN e considerados como integrando EEC. Tendo em conta os objetivos fixados para as EEC, seria expectável um maior número de projetos por parte das entidades do SCTN.

O balanço sobre o contributo do SIAC para as EEC enquadradas pelo COMPETE é, à luz do analisado, matizado. O SIAC foi o instrumento utilizado para cofinanciar o início de atividade das plataformas EEC e uma percentagem muito relevante de projetos SIAC insere-se em EEC. No entanto, fica a dúvida sobre se a classificação dos projetos SIAC como fazendo parte de uma EEC não decorre sobretudo de decisões administrativas, podendo não refletir adequadamente uma efetiva integração estratégica.

Para além de se ultrapassar estes aspetos de natureza operacional, importa considerar que a articulação entre o SIAC e as EEC é um aspeto crucial. Na medida em que as EEC funcionem como plataformas integradoras e de inteligência estratégica, a referida articulação poderá constituir o principal meio para evitar uma utilização fragmentada e descoordenada dos apoios às ações coletivas. Com o reforço das EEC e uma monitorização mais efetiva das mesmas – aspeto que sai fora da presente avaliação – o SIAC deveria privilegiar claramente os projetos inseridos nas EEC.

5.3.5. Contributo dos projetos SIAC para o fomento da participação de empresas no 7º Programa Quadro da União Europeia

Na medida em que a generalidade das operações apoiadas nesta matéria está numa fase muito inicial de execução, torna-se prematuro fazer um balanço sobre os resultados destas mesmas

Através do concurso 01/SIAC/2012, aberto a 27/02/2012 (na realidade prevendo duas fases, uma entre 27/02/2012 e 18/05/2012 e outra entre 19/05/2012 e 31/08/2012), foi criada a oportunidade para projetos SIAC, promovidos por Associações Empresariais ou Entidades do SCTN, visando potenciar a participação de empresas nacionais em programas europeus enquadrados no 7.º Programa Quadro I&DT, incluindo as seguintes componentes: (i) participação em redes e organizações internacionais que promovam a participação das empresas no 7º Programa Quadro I&DT, nomeadamente das plataformas tecnológicas europeias; (ii) campanhas de sensibilização, informação e demonstração junto das PME; (iii) assistência técnica e apoio na elaboração e negociação de candidaturas (as componentes (ii) e (iii) tendo carácter obrigatório).

No seguimento deste concurso, existiam em 31/12/2012 24 operações aprovadas (23 contratadas). Dessas operações, 9 são promovidas por entidades do SCTN, 6 por entidades gestoras de EECs, 7 por associações empresariais e 2 por outro tipo de entidades. Na medida em que a generalidade das operações está numa fase muito inicial de execução, torna-se prematuro fazer um balanço sobre os resultados destas operações.

5.3.6. Complementaridade com outros instrumentos de política pública

Parece existir uma complementaridade relevante do SIAC sobretudo com os Sistemas de Incentivos, embora seja de assinalar que a distribuição do focus setorial dos projetos SIAC é bastante mais desequilibrada que a distribuição setorial dos projetos financiados pelos Sistemas de Incentivos

Tratando-se de ações coletivas, é expectável a existência de complementaridades, quer entre projetos apoiados pelo SIAC, quer entre este e outros instrumentos de política pública. Na medida em que o SIAC incide na produção de bens públicos com impacto na competitividade, é expectável desde logo uma complementaridade genérica com os apoios a empresas individuais por via dos Sistemas de Incentivos. Essa complementaridade terá sido particularmente relevante nos setores mais representados, em termos de investimento, nos projetos SIAC (nomeadamente Turismo, Têxtil e Indústrias da Moda e Fileira Florestal), sendo de assinalar que a distribuição do *focus* setorial dos projetos SIAC é bastante mais desequilibrada que a distribuição setorial dos projetos financiados pelos Sistemas de Incentivos.

Outra complementaridade potencialmente importante é a que é possível de estabelecer entre operações financiadas pelo SIAC e pelo SI QPME projetos conjuntos. A este nível cite-se de novo a boa prática representada pelas operações 16994 (SIAC) e 22730 (SI QPME), ambas promovidas pela APICCAPS e com objetivos e ações articuladas entre si, em torno da promoção externa e da internacionalização do setor e das suas empresas, correspondendo a uma lógica que poderia ser replicada noutros setores. Refira-se ainda que dos 112 promotores principais de projetos SIAC 26 deles também realizaram projetos conjuntos, sendo que este último grupo integra essencialmente associações empresariais de base setorial.

Com base no inquérito aos promotores, refira-se que, na medida em que a maioria dos promotores tem mais do que um projeto SIAC aprovado, não admira o elevado número de inquiridos que refere a existência de complementaridades com outros projetos SIAC da mesma entidade, sendo ainda relevantes as complementaridades com projetos SIAC de outros promotores (ver Quadro A. 279). As complementaridades com as EEC são igualmente referidas com frequência, sendo que a articulação entre SIAC e EEC já foi objeto de análise.

5.4. T4: Política de Comunicação

Há um reconhecimento geral da insígnia FEDER e da marca COMPETE. A identidade da marca COMPETE não é percecionada pelos promotores e destinatários da mesma forma em toda a sua abrangência, tanto do ponto de vista dos seus valores, como dos diferentes objetivos de apoio

Nos inquéritos realizados junto dos beneficiários, quando questionados sobre se “Reconhece a insígnia do FEDER?”, mais de 99% dos inquiridos respondeu afirmativamente. O reconhecimento da insígnia FEDER pela quase totalidade dos promotores é um resultado natural, uma vez que estes são obrigados a publicitar a mesma nos diferentes materiais dos projetos.

A marca COMPETE é reconhecida por cerca de 98% dos respondentes, sendo que os beneficiários do PME Investe são os que apresentam menor nível de reconhecimento (Quadro A. 283).

A marca COMPETE apresenta um grau de reconhecimento e notoriedade que se associa à intervenção comunitária, mas a sua “personalidade” e “identidade” está mais associada aos instrumentos financiados pela UE para promoção da competitividade do que para promoção da coesão, sendo que este resultado é transversal aos diferentes sistemas de apoio (Quadro A. 286).

A marca não é percecionada pelos promotores e destinatários de forma igual em toda a sua abrangência, tanto ao nível dos valores da marca, como dos objetivos de apoio do COMPETE. Os promotores reconhecem os tópicos endereçados nos seus sistemas de apoio e tendem a desconhecer os temas abordados nos restantes sistemas. Por exemplo, verifica-se uma taxa de desconhecimento (“Não sabe/não responde”) significativa, relativamente ao apoio do COMPETE a projetos que contribuem para reduzir os custos públicos de contexto (Quadro A. 286) nos sistemas de apoio que não o SAMA e o SIAC. Os promotores do SAESCTN e, sobretudo, os beneficiários das linhas PME Investe são os inquiridos que revelam maior desconhecimento sobre o programa que apoiou os seus projetos.

Os valores da marca COMPETE são: “Celeridade”, “Eficácia”, “Inovação”, “Proximidade”, “Seletividade” e “Transparência”. Os Organismos Intermédios são unânimes em indicar que os valores de marca “Inovação” e “Seletividade” são os melhor percecionados pelos beneficiários do COMPETE, devido à natureza inovadora dos projetos apoiados e aos meios tecnológicos utilizados em termos de comunicação (este último aspeto é confirmado nos inquéritos realizados pela elevada taxa de concordância da alínea “A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados” no Quadro A. 286, no que diz respeito ao valor “Inovação”, e às taxas de aprovação observadas em diversos concursos, no que diz respeito ao valor “Seletividade”. A menor associação dos beneficiários aos valores de marca “Celeridade” e “Eficácia” deverá estar associada à capacidade de resposta em tempo útil aos investidores (beneficiários), conforme se verifica pela baixa taxa de concordância (25%) relativamente à capacidade do PO responder em tempo útil aos

investidores. A menor percepção dos valores de marca “Transparência” e “Proximidade” poderá derivar do denso enquadramento legal e técnico, que leva os promotores a recorrerem muitas vezes às Associações Empresariais, Consultores e aos Organismos Intermédios.

Os desvios no grau de percepção dos valores da marca poderão ser mitigados através de ações mais dinâmicas e dirigidas a segmentos de beneficiários, com uma linguagem mais simples e da disponibilização, por exemplo, de funcionalidades de comunicação *online* ao serviço dos beneficiários. Adicionalmente considera-se importante trazer para a rede de comunicação os Organismos Intermédios, uma vez que são estes organismos que lidam diretamente com os beneficiários, bem como assegurar, desde o início do período de programação, a introdução, continuidade e clareza de uma única marca para que a percepção da sua mensagem não ocorra tarde e de forma confusa.

Foi implementada uma política de comunicação multicanal consistente mas que poderia ter-se posicionado mais junto dos meios de comunicação social

Cerca de 66% dos beneficiários considera que a comunicação do programa foi realizada com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados (Quadro A. 286).

Ao longo do período de programação, num contexto de condicionalismos financeiros e administrativos, o COMPETE efetuou um esforço de comunicação com promoção de meios de comunicação dinâmicos e inovadores, como o *website*, o *facebook* e a *newsletter*.

Os indicadores de informação e divulgação (Quadro A. 281) apresentam uma imagem do grau de realização dos diferentes meios de comunicação estabelecidos no seio da política de comunicação do COMPETE. Dos treze indicadores que têm atribuídas metas (para 2013), 7 já superaram, no final de 2012, atingido os objetivos, a saber: “Anúncios Imprensa” (Publicidade), “Press Releases”, “Convites” e “Notícias Publicadas” (Assessoria de Imprensa), “Publicações” (Publicações), “Visitas” (Site) e “Mensagens Enviadas” (Correio Eletrónico). Do lado oposto, os indicadores com um grau de cumprimento inferior ao esperado foram: “Spots de Rádio” e “Inserções – Imprensa Escrita” (Publicidade), “Chamadas atendidas” (Centro de Atendimento Telefónico) e “Sessões” (Eventos), “Tiragem” (Publicações) e “Subscritores” (Newsletter).

A implementação de uma estratégia de comunicação é de certa forma volátil, na medida em que é constantemente adaptada a fatores, também eles volúveis, que impactam na sua eficácia, como é o caso da evolução dos meios tecnológicos à sua disposição ou a resposta dos destinatários a esses meios, a qual varia de segmento para segmento, e ao longo do tempo. Esta realidade justifica, em parte, os desvios verificados nos indicadores de realização face às metas estabelecidas. Adicionalmente, a estratégia de comunicação teve de ser adaptada em função dos condicionalismos administrativos e financeiros existentes. Desta forma, indicadores como “Spots de Rádio” e “Inserções – Imprensa Escrita” (Publicidade) e “Sessões” (Eventos), que apresentavam indicadores de realização satisfatórios nos primeiros anos do período de programação, viram a sua execução estagnar entre 2009 e 2010. No caso das “Chamadas atendidas” (Centro de Atendimento Telefónico) e dos “Subscritores” (Newsletter) importa referir que estes se encontravam difundidos por diferentes canais de comunicação e que, a meio do período de programação, foram agregados num ponto único de contacto (*call center* e *site* respetivamente).

Conforme se pode verificar no Quadro A. 282, nos inquéritos, na questão “De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?”, com exceção do *facebook*, todos os meios de comunicação apresentaram resultados relevantes, confirmando a eficácia e consistência da abordagem multicanal. Uma distribuição semelhante ocorreu também na resposta à questão “Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)?” (Quadro A. 283).

Na questão “De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?” (Quadro A. 282), os meios considerados mais eficazes foram “Sítio do COMPETE” e “Publicações e material de divulgação do COMPETE”. Além dos meios de comunicação direta aos beneficiários, destaca-se o papel das Associações Empresariais e Consultores (para o caso dos beneficiários dos Sistemas de Incentivos), Organismos Intermédios e Instituições Bancárias (no caso dos beneficiários do PME Investe), enquanto intermediários críticos de informação (Quadro A. 282 e Quadro A. 283). Os Organismos Intermédios levaram a cabo um conjunto significativo de iniciativas de comunicação complementares às realizadas pelo COMPETE (eventos e conferências, centros de atendimento, gestores de conta, *sites* e funcionalidades *online*) que asseguram um contacto direto, muitas vezes presencial, e dinâmico junto das entidades beneficiárias.

Nos inquéritos, na questão “Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)?” (Quadro A. 283), a opção “Publicações, material de divulgação ou anúncios (*newsletter*)” surge com maior taxa de resposta. Este resultado não é surpreendente uma vez que a *Newsletter* do COMPETE tem uma periodicidade semanal, um conjunto vasto de destinatários e está ainda integralmente disponível no sítio do COMPETE. De seguida, os meios “Sítio do COMPETE” e “Notícias em meios de comunicação social” têm uma taxa de resposta de 68% e 54% respetivamente, tendo sido destacados de forma transversal aos diferentes sistemas de apoio. Importa referir que no início do período de programação, para além do “Sítio do COMPETE”, existia o “Sítio” dos Sistemas de incentivos de apoio às empresas, que foi, posteriormente integrado no primeiro, uma solução considerada funcional e economicamente mais racional. Eventualmente, poderá ter havido perda de visibilidade do *site*, mas foi objetivo da política de comunicação realizar esta transição acompanhada por melhorias na pesquisa e estruturação dos conteúdos e no conjunto de informação nuclear e complementar constante do *site*.

A análise efetuada pela equipa de avaliação, com base na auscultação de utilizadores usuais do *site* e de especialistas em tecnologias de informação mas não utilizadores frequentes, revela que o *site* é apelativo em termos de imagem, apesar de algumas páginas possuírem muita informação. Conclui-se, contudo, que há margem de evolução em termos da sua estrutura e navegabilidade. Neste âmbito, recomenda-se que nas páginas com maior volume de informação, se reforce a utilização de *hidden sections*, direcionando os utilizadores para os tópicos mais importantes e colocando nas referidas secções a informação mais detalhada. Adicionalmente, poderá ser alcançada uma melhor compreensão do objetivo e conteúdo do *site*, exibindo, por exemplo, numa única imagem ou tabela, os diferentes sistemas de apoio e os correspondentes aspetos críticos (áreas de apoio, natureza dos beneficiários, natureza e tipologia de projetos, despesas elegíveis, prazos de apresentação de candidatura e de execução dos projetos). Conclui-se, por fim, que a barra de pesquisa funciona bem em termos de período de processamento, mas que os resultados disponibilizados pelo motor de pesquisa não são totalmente explícitos, em particular, os títulos dos documentos são pouco intuitivos e colocam-se ao mesmo nível de resultado de pesquisa informação de diferentes tipos e níveis. Recomenda-se a melhoria dos resultados do motor de busca, através da alteração da denominação dos documentos pesquisados e contextualizando adequadamente, por níveis e tipos de informação, os resultados obtidos. Considera-se que alterações neste sentido tornarão mais perceptível e imediata a navegabilidade no *site*, principalmente para novos utilizadores, em particular, potenciais beneficiários dos sistemas de apoio.

No que diz respeito à informação disponibilizada, esta é a adequada para beneficiários e potenciais beneficiários, contudo, na versão inglesa do *site*, a informação é diminuta face à versão portuguesa. Recomenda-se assim que a versão inglesa do *site* seja revista no sentido de maior aproximação à versão portuguesa ao nível dos conteúdos.

Conforme referido anteriormente, os inquiridos, quando questionados sobre o papel do COMPETE na contribuição para a redução dos custos públicos de contexto, manifestaram uma taxa de desconhecimento significativa (Quadro A. 286) que foi particularmente relevante no caso dos beneficiários do SAESCTN, PME Investe e dos SI. Isto indicia que uma parte significativa destas entidades desconhece que este aspeto seja um objetivo fundamental do COMPETE, implementado através do SAMA. Esta situação poderá estar relacionada com o facto de este ser um termo técnico que não é devidamente descodificado por parte dos beneficiários. Não obstante, considera-se que pode ter existido falta de campanhas complementares, por exemplo, campanhas televisivas direcionadas para os respetivos públicos-alvo. De facto, projetos relevantes neste contexto, como o licenciamento industrial, poderão não ter tido a cobertura adequada em termos de comunicação, o que teria ajudado a melhorar os resultados do COMPETE em termos de reconhecimento da sua contribuição para a redução dos custos públicos de contexto.

Na sequência dos resultados obtidos nos inquéritos ao nível da pertinência, clareza e simplicidade da informação transmitida ao nível dos diferentes meios de comunicação, considera-se que deverão ser assegurados mecanismos que melhorem o desempenho dos “Esclarecimentos prestados pelo *call center* do COMPETE e das Agências Públicas” (Quadro A. 284 e Quadro A. 285).

Considera-se que a abordagem multicanal seguida foi bem-sucedida, com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados e que se traduz numa evolução significativa face a ações de comunicação levadas a cabo anteriormente. No entanto, apesar da taxa de resposta verificada no meio “Notícias em meios de comunicação social” (Quadro A. 283) no âmbito dos inquéritos realizados, em virtude dos contactos mantidos, recomenda-se que deverá existir maior presença do COMPETE junto dos meios de comunicação social, nomeadamente na televisão, jornais e revistas da especialidade.

A informação transmitida pelo COMPETE é considerada pelos beneficiários como globalmente boa. De forma transversal aos diferentes sistemas de apoio, a informação é considerada pertinente mas complexa. Tanto o tratamento da informação, como a articulação com outros agentes de comunicação dos sistemas de apoio são desta forma áreas onde há espaço para evolução

Durante o corrente período de programação, é notória a existência de uma evolução na estratégia de comunicação no sentido de disponibilizar aos utilizadores meios de comunicação inovadores, interativos e dinâmicos, num ambiente de informação e comunicação de qualidade, capaz de assegurar a adesão de uma procura qualificada aos sistemas de apoio existentes. Conforme referido no ponto anterior, a estratégia de comunicação assentou numa abordagem multicanal globalmente consistente, no que se refere aos meios utilizados. Importa agora analisar as características da informação disponível nos mesmos canais.

Nos inquéritos realizados junto dos beneficiários (com projetos com níveis de execução superior a 75%), quando questionados sobre as características da informação e comunicação dos diferentes meios de comunicação (Quadro A. 284), os inquiridos responderam positivamente, de forma global. Por se tratar de projetos com grau de realização elevado, as características da informação e comunicação poderão já se encontrar assimiladas pelos beneficiários, em virtude do maior contacto entre as partes na realização dos projetos. Observa-se, no entanto, que a característica de informação “Pertinente” foi a que obteve melhores resultados. De seguida, surge a característica de informação “Clara” e, por último, a característica de informação “Simples”.

Observam-se níveis de desconhecimento diferenciados nos diferentes sistemas de apoio sobre as características da informação que o programa transmite. No Quadro A. 284 verifica-se um elevado grau de resposta “Não sabe” que, segundo os contactos estabelecidos e pelos resultados obtidos nos inquéritos na avaliação das diferentes características de informação, poderá derivar da natureza tecnicista e hermética da linguagem utilizada nos diferentes canais de comunicação e que leva os promotores a privilegiarem um fluxo de comunicação indireto intermediado por especialistas técnicos, como é o caso dos Consultores, Associações

Empresariais, Instituições Bancárias (no caso do PME Investe) e Organismos Intermédios. Destaca-se o papel das Instituições Bancárias e da FCT, no âmbito dos sistemas de apoio PME Investe e SAESCTN, respetivamente, na medida que são as respetivas entidades beneficiárias as que apresentam maior nível de desconhecimento (maior grau de resposta “Não sabe” e/ou “Não responde”) na resposta ao conjunto de questões constante dos inquéritos realizados. Esta situação deverá estar relacionada com a gestão muito próxima que estes organismos fazem junto dos beneficiários, a qual se pode observar nas respostas apresentadas no Quadro A. 282 e Quadro A. 283.

Os resultados das taxas de resposta “Não sabe” assumem especial importância no âmbito dos “Esclarecimentos prestados pelo *call center* do COMPETE e das Agências Públicas” e das “Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE”, evidenciando que estes serão os meios com menor grau de utilização por parte dos promotores. A opção que contou com menor taxa de resposta “Não sabe” foi a “Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE”, pelo que se considera que este é o meio de comunicação e informação mais utilizado pelas entidades beneficiárias.

No que concerne às características da informação transmitida pelos diferentes meios de comunicação, o que apresenta piores resultados nos inquéritos é o “Esclarecimentos prestados pelo *call center* do COMPETE e das Agências Públicas” (Quadro A. 285). Conforme referido anteriormente, recomenda-se que deverão ser assegurados mecanismos que melhorem o desempenho deste canal.

As “Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE”, as “Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE” e as “Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (*newsletter*) COMPETE” são as que apresentam melhores resultados em termos de características da informação. Se no primeiro caso o perfil do recetor é uma variável considerável em termos do que é o seu maior conhecimento da natureza da mensagem e da linguagem utilizada, no segundo e terceiro caso, os bons resultados obtidos estarão associados ao trabalho levado a cabo em termos de simplificação na elaboração dos Avisos de Concurso e outros documentos, nomeadamente, nos aspetos referentes à seletividade dos projetos e das entidades promotoras, em consonância com o *feedback* que se obteve das empresas, e na elaboração da *newsletter*, a qual resulta de um esforço do COMPETE junto dos *stakeholders* para que se consiga apresentar a informação relevante da forma mais amigável possível.

Apesar do passo dado pelo COMPETE com a criação de uma área editorial específica no *site*, com um conjunto de notícias que visam contribuir para divulgar os resultados e impacto dos projetos apoiados, junto dos interlocutores entrevistados, foi manifestada a opinião de que deve ser “dada voz” aos beneficiários, para eles contarem a sua história e os efeitos do financiamento obtido. Considera-se que a divulgação de bons exemplos e resultados é um fator potenciador de novos bons projetos. Apesar destes benefícios, apenas 41% dos inquiridos concorda que “O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas” e há ainda uma taxa de resposta “Não sabe” na ordem dos 19% (Quadro A. 286).

Apesar dos resultados globalmente satisfatórios obtidos nos inquéritos ao nível das características da informação, considera-se que é possível fazer evoluir o modelo de operacionalização da comunicação, em particular, no que respeita a estabelecer pontes entre a gestão da rede de comunicação com as redes técnicas e com os Organismos Intermédios, que lidam com maior profundidade e diretamente com os beneficiários, com o objetivo de melhorar a linguagem e o contexto em que esta é utilizada. Esta articulação entre agentes traduzir-se-á num passo importante para:

- Assegurar uniformidade de informação nos diferentes canais de comunicação dos diferentes agentes, com conceitos melhor trabalhados e com informação e linguagem mais simples, una e melhor gerida do ponto de vista temporal (por exemplo, calendarização dos avisos de concurso que permita uma divulgação atempada);
- Realizar uma comunicação dirigida a segmentos, mais interpessoal e numa lógica de marketing de serviços, de acordo com as necessidades dos beneficiários, como por exemplo, a disponibilização de funcionalidades/áreas de serviço (*traceability*, simulador) num portal único.

A implementação de uma abordagem dinâmica na divulgação de bons resultados de projetos apoiados, envolvendo os beneficiários na apresentação do conteúdo do projeto, dos resultados obtidos e do impacto alcançado poderá contribuir para a eficácia do programa e para o reconhecimento da marca. Para tal, recomenda-se, por exemplo, a promoção de uma política de imprensa e de televisão, através de parcerias com jornalistas, e da promoção de um portal dinâmico com maiores índices de participação dos Organismos Intermédios e empresas promotoras, onde se podem colocar, por exemplo, vídeos de projetos e de bons resultados ou vídeos de palestras e seminários, onde os beneficiários poderão testemunhar a sua experiência com o COMPETE.

6. Questões de Programação

6.1. P1: Efeito de Incentivo: Em que medida os apoios atribuídos aos projetos apoiados determinaram a sua dimensão/ rapidez/ localização?

Nesta questão de avaliação procura-se analisar, fundamentalmente a partir dos resultados do inquérito levado a cabo junto de promotores, o nível de adicionalidade dos apoios do COMPETE (incluindo, a este nível, os três Sistemas de Incentivos de base empresarial, o SIAC, o SAESCTN e o SAMA), ou seja, em que medida, nos casos em que tal for aplicável e relevante, os apoios concedidos aos projetos determinaram a dimensão, rapidez e localização do investimento e a criação de postos de trabalho que lhe está associada (considerando, a este respeito, não só o número de postos de trabalho criados, mas também a celeridade na sua contratação e a preferência por uma sua maior qualificação). No respeitante aos dois primeiros aspetos, dimensão e rapidez do investimento, irão ser considerados quatro tipos de situações alternativas:

- Os apoios do COMPETE como "catalisadores" de investimento, funcionando como indutores de raiz ou elemento determinante de novos investimentos (os investimentos não se teriam realizado sem os apoios);
- Os apoios do COMPETE como "amplificadores" de investimento, contribuindo para o aumento da respetiva dimensão (os apoios como indutores de investimento aumentado);
- Os apoios do COMPETE como "aceleradores" de investimento, antecipando e encurtando o respetivo ciclo de realização (sem apoios, o início do projeto teria sido adiado e o seu ciclo de realização alargado);
- Os apoios do COMPETE como "facilitadores de financiamento" do investimento, correspondendo mais a um mecanismo de alteração da estrutura de financiamento do que a um mecanismo de alteração ou indução da estrutura do investimento e da natureza das respetivas aplicações relevantes (sem apoios, haveria maior recurso a capital próprio e/ou capital de risco e/ou capital alheio de médio e longo prazo e/ou outras fontes de financiamento).

Nesta questão de avaliação programática, pretende-se dar resposta, em concreto, nos casos em que tal for aplicável e relevante, designadamente às seguintes subquestões:

- Em que medida os incentivos contribuíram para a indução de novo investimento, para o reforço da sua dimensão e para a aceleração do seu ciclo de realização?
- Em que medida os incentivos contribuíram a localização dos investimentos?
- Em que medida os incentivos contribuíram para a criação de emprego e para uma maior rapidez e exigência de qualificação na sua contratação?
- Em que medida os resultados do efeito de incentivo se comparam entre instrumentos de política pública distintos?
- Em que medida os resultados do efeito de incentivo se comparam entre projetos enquadrados em setores distintos?
- Em que medida os resultados do efeito de incentivo se comparam entre projetos localizados em regiões distintas?
- Em que medida os resultados do efeito de incentivo se comparam entre projetos liderados por promotores de graus de maturidade empresarial distintos?

O quadro seguinte resume os resultados fundamentais da resposta a estas questões e o Anexo L apresenta a informação de suporte.

Quadro 19**Nível de Adicionalidade (Investimento Novo + Investimento Aumentado) por Instrumento de Política Pública, Setor, Região e Nível de Antiguidade do Promotor**

	Nível de Adicionalidade (%)	Investimento Novo (%)	Investimento Aumentado (%)
Por Instrumento de Política Pública			
Sistemas de Incentivos de Base Empresarial	40,8%	17,2%	23,6%
SI I&DT	50,2%	16,9%	33,3%
SI Inovação	34,9%	18,0%	16,9%
SI QPME	78,7%	9,5%	69,2%
SAESCTN	87,7%	70,4%	17,3%
SAMA	82,1%	30,5%	51,6%
SIAC	91,2%	17,1%	74,1%
Por Setores (nos SI de base empresarial)			
Indústria	32,9%	11,2%	21,7%
Construção	27,5%	7,1%	20,4%
Comércio	77,1%	0,3%	76,8%
Transportes	9,4%	0,0%	9,4%
Turismo	52,0%	48,7%	3,3%
Serviços	79,5%	26,0%	53,5%
Por Regiões NUTS II (nos SI de base empresarial)			
Norte	42,5%	21,3%	21,2%
Centro	42,8%	13,5%	29,3%
Alentejo	21,8%	11,7%	10,1%
Por Níveis de Antiguidade do Promotor (nos SI de base empresarial)			
Criação de Empresas	66,1%	30,5%	35,6%
Empresas Nascentes	26,6%	9,7%	16,9%
Empresas Existentes	36,9%	15,2%	21,7%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos (respostas ponderadas pelo investimento elegível)

6.1.1. Sistemas de incentivos de base empresarial**Os apoios do COMPETE como "catalisadores" de investimento**

Verifica-se que **17% dos promotores inquiridos¹⁵ não teria desenvolvido os projetos** sem o apoio por parte dos Sistemas de Incentivos do COMPETE (ver Anexo L).

Este registo é mais baixo no SI QPME, em virtude também da menor dimensão financeira média dos seus projetos. É mais baixo também no Alentejo e Centro, em contraponto ao Norte, nas empresas nascentes em contraponto aos projetos de criação de empresas, e nos transportes, comércio, construção e indústria em contraponto claro aos serviços e sobretudo ao turismo.

Os apoios do COMPETE como "amplificadores" de investimento

Cerca de 24% dos promotores inquiridos diminuiria a dimensão financeira dos respetivos projetos sem o apoio dos Sistemas de Incentivos do COMPETE (sendo que 62% dos respondentes desta opção admitia reduzir o investimento numa percentagem superior ou igual a 50%).

A redução da dimensão financeira seria particularmente notória no SI QPME e, em menor grau, no SI I&DT, em contraponto ao SI Inovação dos projetos mais integrados, no Centro em contraponto ao Alentejo, na criação de empresas em contraponto às empresas nascentes, no comércio e serviços por oposição, sobretudo, aos transportes e turismo.

Os apoios do COMPETE como "aceleradores" de investimento

Respetivamente **13% e 11% dos inquiridos teria alargado o ciclo de realização e adiado o início do projeto** sem o apoio dos Sistemas de Incentivos do COMPETE.

A desaceleração do investimento seria, por outro lado, particularmente destacada no SI I&DT e no SI QPME, no Norte em contraponto ao Alentejo, nas empresas existentes e na construção e comércio.

¹⁵ Na análise que a seguir se apresenta as referências à proporção de promotores inquiridos respeita sempre à proporção de respostas ponderadas pelo respetivo investimento elegível.

Os apoios do COMPETE como "facilitadores de financiamento" do investimento

Verificamos, finalmente, que **46% dos promotores inquiridos teria concretizado os projetos de investimento sem alterações**, seja recorrendo a capitais próprios, seja recorrendo a um maior nível de capital alheio e/ou de capital de risco, caso não tivesse beneficiado do apoio dos Sistemas de Incentivos do COMPETE.

Este registo é superior no SI Inovação, no Alentejo, nas empresas nascentes em contraponto à criação de empresas e nos transportes e indústria.

Em termos globais, temos, assim, **59% de inquiridos para os quais o apoio dos Sistemas de Incentivos do COMPETE não alterou, de forma relevante, a dimensão e a natureza dos investimentos e 41% que reconhece explicitamente que os Sistemas de Incentivos do COMPETE contribuíram de forma determinante para concretizar os investimentos ou para aumentar a respetiva dimensão**. A percentagem dos que reconhece o contributo do COMPETE é superior no SI QPME e no SI I&DT, no Norte e Centro, nos projetos de criação de empresas e no comércio, turismo e serviços.

Os apoios do COMPETE e a localização do projeto

Cerca de 81% dos promotores inquiridos teria, por outro lado, **concretizado o projeto na mesma localização**, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos do COMPETE. O registo é superior no SI QPME, no Alentejo e Centro, nas empresas nascentes em contraponto à criação de empresas e nos transportes e comércio em contraponto aos serviços e, sobretudo, ao turismo, o que constitui um dado relativamente surpreendente dado o diálogo estreito que se estabelece entre esta atividade e o território.

Os apoios do COMPETE e a criação de postos de trabalho

Sem o apoio dos Sistemas de Incentivos do COMPETE, **25,7% dos promotores inquiridos não teria criado postos de trabalho, 24% teria criado mas atrasado a sua contratação, 19% teria criado mas menos do que estava previsto, 11% teria criado mas menos qualificados do que estava previsto** e 20% não sabe ou não responde.

O primeiro registo da não criação de postos de trabalho seria superior no SI QPME, no Centro, nas empresas existentes e no comércio e construção. O atraso na contratação seria mais forte no SI Inovação, no Alentejo, nas empresas nascentes e no turismo e indústria. A contratação abaixo do que estava previsto é, por sua vez, superior no SI I&DT, no Norte e Centro, nos projetos de criação de empresas e na construção, serviços e indústria. A menor qualificação do que o previsto ocorreria, designadamente, no SI Inovação, no Centro, nos projetos de criação de empresas e nos serviços, turismo e indústria.

6.1.2. SIAC

Os apoios do COMPETE como "catalisadores" de investimento

Cerca de **17% dos promotores inquiridos** (ver Anexo L) **não teria desenvolvido os projetos**, sem o apoio por parte do COMPETE.

Os apoios do COMPETE como "amplificadores" de investimento

Constata-se que **74% dos promotores inquiridos diminuiria a dimensão financeira dos respetivos projetos** sem o apoio do COMPETE, sendo que 72% dos respondentes desta opção admitiu reduzir o investimento numa percentagem superior ou igual a 50%.

Os apoios do COMPETE como "aceleradores" de investimento

Respetivamente **37% e 1% dos inquiridos indicou que**, sem esse apoio, **teria, respetivamente, alargado o ciclo de realização e adiado o início do projeto**.

Os apoios do COMPETE como "facilitadores de financiamento" do investimento

Verificamos que **10% dos promotores inquiridos refere que**, sem o apoio do COMPETE, **teria concretizado os projetos de investimento sem alterações**, seja recorrendo a financiamentos próprios, seja recorrendo a outras fontes de financiamento.

Globalmente, neste instrumento, temos 9% de inquiridos que recorreu aos apoios do COMPETE sem alterar, de forma relevante, a dimensão e a natureza dos investimentos e 91% que reconheceu explicitamente que os apoios contribuíram de forma determinante para concretizar os investimentos ou para aumentar a respetiva dimensão.

Os apoios do COMPETE e a localização do projeto

Cerca de **83% dos promotores inquiridos teria concretizado o projeto na mesma localização**, caso não tivesse obtido os apoios financeiros do COMPETE.

6.1.3. SAESCTN

Os apoios do COMPETE como "catalisadores" de investimento

Verifica-se que **70% dos promotores inquiridos** (ver Anexo L) **não teria desenvolvido os projetos** sem o apoio do COMPETE.

Os apoios do COMPETE como "amplificadores" de investimento

Cerca de **17% dos promotores inquiridos indica que**, sem o apoio do COMPETE, **diminuiria a dimensão financeira dos respetivos projetos** (sendo que 83% dos respondentes desta opção admitia reduzir o investimento numa percentagem superior ou igual a 50%).

Os apoios do COMPETE como "aceleradores" de investimento

Respetivamente **7% e 0,4% dos inquiridos indica que**, sem esse apoio, **teria, respetivamente, alargado o ciclo de realização e adiado o início do projeto**.

Os apoios do COMPETE como "facilitadores de financiamento" do investimento

Verificamos que **12% dos promotores inquiridos refere que**, sem o apoio do Programa, **teria concretizado os projetos de investimento sem alterações**, seja recorrendo a financiamentos próprios, seja recorrendo a outras fontes de financiamento.

Globalmente, tem-se, assim, relativamente a este instrumento, que 13% de inquiridos recorreu ao COMPETE sem alterar, de forma relevante, a dimensão e a natureza dos investimentos e 87% reconhece explicitamente que os apoios contribuíram de forma determinante para concretizar os investimentos ou para aumentar a respetiva dimensão.

Os apoios do COMPETE e a criação ou manutenção de postos de trabalho

Sem o apoio do COMPETE, **36% dos promotores inquiridos não teria mantido os mesmos postos de trabalho, 13% não teria criado postos de trabalho adicionais, 1% teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto, 1% teria criado postos de trabalho, mas atrasado a sua contratação, 3% teria mantido/criado os mesmos postos de trabalho e 46% não sabe ou não responde.**

6.1.4. SAMA

Os apoios do COMPETE como "catalisadores" de investimento

Cerca de **31% dos promotores inquiridos indicou que**, sem o apoio por parte do COMPETE, **não teria desenvolvido os projetos**.

Os apoios do COMPETE como "amplificadores" de investimento

Constata-se que **52% dos promotores inquiridos indica que**, sem o apoio obtido, **diminuiria a dimensão financeira dos respetivos projetos** (sendo que 78% dos respondentes desta opção admitia reduzir o investimento numa percentagem superior ou igual a 50%).

Os apoios do COMPETE como "aceleradores" de investimento

Respetivamente **6% e 2% dos inquiridos indicou que**, sem esse apoio, **teria, respetivamente, alargado o ciclo de realização e adiado o início do projeto**.

Os apoios do COMPETE como "facilitadores de financiamento" do investimento

Verificamos que **11% dos promotores inquiridos refere que**, sem o apoio obtido, **teria concretizado os projetos de investimento sem alterações mas recorrendo a outras fontes de financiamento (Orçamento de Estado)**.

Assim, relativamente ao SAMA, 18% dos inquiridos recorreu aos apoios do COMPETE sem alterar, de forma relevante, a dimensão e a natureza dos investimentos e 83% reconhece explicitamente que os apoios do COMPETE contribuíram de forma determinante para concretizar os investimentos ou para aumentar a respetiva dimensão.

6.2. P2: Modelo de Financiamento: Em que medida os modelos de financiamento adotados (incentivo reembolsável, incentivo não reembolsável e engenharia financeira) estão adequados aos instrumentos de apoio?

Na presente questão de avaliação programática, procura-se analisar o grau de adequação do(s) modelo(s) de financiamento adotado(s) em cada um dos instrumentos de apoio consagrados no Programa considerados relevantes para esta discussão: sistemas de incentivos de base empresarial (SI I&DT, SI QPME e SI Inovação); linhas de crédito bonificado; fundos de capital de risco; *Business Angels* e Ações coletivas (SIAC).

Esta questão torna-se particularmente relevante no atual contexto de dificuldade de acesso competitivo ao financiamento bancário e ao mercado de capitais e de descapitalização estrutural das empresas, agravado recentemente pelas condições impostas pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro que Portugal está obrigado a cumprir na prossecução do saneamento das suas contas públicas e da redução progressiva do seu endividamento externo.

A resposta a esta questão de avaliação está estruturada em três passos complementares, um primeiro que visa analisar a adequação global do(s) modelo(s) de financiamento adotado(s) em cada um dos instrumentos de apoio em apreço; um segundo que visa avaliar a adequação de alguns instrumentos de política pública; e um terceiro que visa analisar a adequação das condições específicas que estão subjacentes a cada um desses modelos de financiamento.

Importa salientar ainda que esta resposta teve em consideração não só a informação constante do sistema de informação do POFC e os resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores e destinatários de projetos apoiados nos diferentes instrumentos de política pública do COMPETE, mas também os resultados das entrevistas realizadas aos organismos intermédios e à equipa do COMPETE, dos *workshops/focus-group* realizados, dos estudos de caso desenvolvidos e de algumas entrevistas efetuadas a especialistas selecionados para o efeito.

6.2.1. Adequação dos modelos de financiamento aos instrumentos

Em que medida o modelo de financiamento baseado em incentivos não reembolsáveis se ajusta ao SI I&DT e ao SI QPME?

A análise efetuada sugere que os incentivos não reembolsáveis se ajustam às áreas onde os riscos tecnológicos e/ou de mercado se fazem sentir de forma particularmente aguda, onde as falhas de mercado podem ser mais evidentes, sendo portando adequados designadamente às áreas da I&D, nomeadamente naquilo que diz respeito a tarefas não rotineiras de I&D, a algumas estratégias de inovação que envolvem maior risco tecnológico e às ações de prospeção e promoção internacional.

Em que medida o modelo de financiamento baseado em incentivos reembolsáveis com possibilidade de prémio de execução e desempenho se ajusta ao SI Inovação?

Os incentivos reembolsáveis com juro completamente bonificado adequam-se bem às áreas da inovação que não envolvam fortes riscos tecnológicos e que tenham potencial provável de valorização no mercado, com possibilidade de conversão em reservas e, portanto, em capital próprio em função da execução do investimento nos montantes e prazos previstos nas candidaturas e do desempenho atingido. Neste último caso, deveria haver uma gradação do prémio numa lógica não binária, alternativa à atual, dado que o desempenho depende não só do promotor, mas de várias variáveis associadas à conjuntura macroeconómica e setorial e ao comportamento dos mercados, não imputáveis ao comportamento da empresa.

O prémio constitui um mecanismo importante de credibilização de metas contratualizadas, de capitalização das empresas (particularmente importante no contexto atual e futuro que se avizinha), de “reciclagem” de fundos para efeitos de definição e implementação de instrumentos futuros de política pública, constituindo um incentivo importante para as empresas cumpridoras, que fazem tudo o que está ao seu alcance para obter bons resultados nos seus projetos. Ao mesmo tempo o prémio “força” um maior acompanhamento estratégico (que complementa a verificação física e financeira) destes projetos desejavelmente mais integrados.

A questão da aleatoriedade na obtenção deste prémio, referida atrás, minimiza-se na medida em que uma parte (minoritária) do prémio esteja associada ao nível e tempo de execução e não aos resultados obtidos com o projeto, na medida em que se estabeleça, como atualmente, uma margem de não cumprimento das metas projetadas que viabilize, mesmo assim, a obtenção de prémio de execução e desempenho e, finalmente, na medida em que haja uma gradação não binária do prémio de desempenho que trate situações diferenciadas de forma diferenciada (por exemplo, a avaliação do prémio não deve ser vista da mesma maneira em projetos de *deepening* ou de *widening*) e que não penalize de forma abrupta promotores cumpridores que não tenham obtido os resultados projetados por efeitos de conjuntura, de evolução do setor ou do mercado.

Fará sentido estabelecer modalidades de incentivo (reembolsável ou não reembolsável) idênticas para cada uma das diferentes tipologias de despesa elegível em cada um dos três Sistemas de Incentivos operacionalizados?

Com vista a limitar comportamentos de arbitragem entre sistemas de incentivos, as mesmas tipologias de despesa devem ter modalidades de incentivo idênticas nos diversos sistemas.

Já poderá ser possível que diferentes tipologias de despesa, em função da sua natureza, tenham modalidades de incentivo diversas ainda que no mesmo sistema de incentivos.

Esta opção pode estar associada à integração de instrumentos de política pública atualmente separados mas tal não é condição necessária para a sua implementação.

Em que medida o modelo de financiamento baseado em empréstimos de médio prazo se ajusta adequadamente aos business angels? Qual a lógica de articulação que deve existir entre este instrumento e o capital de risco?

A lógica dos empréstimos de longo prazo, com prazos de carência e de reembolso relativamente alargados e com taxas de juro competitivas, adequa-se bem à criação de novos negócios com forte intensidade e risco tecnológico associados, normalmente, aos *Business angels*. À medida que forem ganhando “músculo”, deverão transitar para as fases *early-stages* do capital de risco.

Em que medida o modelo de financiamento baseado em incentivos não reembolsáveis se ajusta adequadamente aos SIAC?

As ações coletivas têm um carácter eminentemente de bem/serviço público, com fortes externalidades positivas, constituindo um terreno propício à existência de falhas completas ou parciais de mercado, pelo que devem ser apoiadas através de incentivos não reembolsáveis. Claro que, simultaneamente, deve haver um esforço de comprovação da sua utilidade para a comunidade.

6.2.2. Adequação de alguns instrumentos

Em que medida fará sentido manter a coexistência do SI Inovação e do SI QPME face a uma lógica alternativa de considerar um único instrumento dedicado aos projetos integrados de capacitação, inovação e internacionalização, eventualmente com tipologias diferentes de incentivos em função da natureza das aplicações relevantes, favorecedora de uma maior coerência entre o projeto de investimento e a estratégia da empresa sua promotora?

Pensamos que esta segunda alternativa fará mais sentido, na medida em que reduz, como referido atrás, as possibilidades de arbitragem entre instrumentos de política pública e em que permite uma sustentação mais efetiva dos projetos de investimento nas estratégias das empresas suas promotoras, não obstante poder introduzir mais complexidade na gestão do sistema, e na medida em que esta opção possa coexistir com um alargamento da experiência dos vales (I&D, inovação, internacionalização, formação, empreendedorismo, qualificação empresarial, etc.), alargando o espectro de intervenção do instrumento no sentido de, para além da lógica da I&DT e inovação, se promover o acesso empresarial a outras áreas de competência), enquanto instrumentos simplificados de acesso a competências para apoio a pequenas iniciativas empresariais. Claro que esta questão terá que ser balizada à luz das principais características da gestão administrativa do sistema e das orientações fundamentais, neste domínio, dos regulamentos do FEDER.

A experiência das linhas PME Investe I e II, baseadas em reforços do fundo de contragarantia mútuo, assunção de gastos com comissões de garantia e bonificação de taxas de juro, é para repetir? As linhas do tipo Investe QREN são para repetir?

Considera-se que este tipo de intervenções devem ser excecionais, transitórias, não devendo, em situações normais, substituir-se aos mecanismos de mercado. O Programa COMPETE deve apoiar, primordialmente, investimentos em I&D, inovação, internacionalização, capacitação e qualificação empresarial, áreas onde existe risco de mercado e/ou tecnológico e, portanto, onde as falhas de mercado se revelam por excelência, não se devendo constituir como um substituto aos mercados de intermediação financeira.

Neste domínio, importa salientar, no entanto, que, diferentemente das linhas PME Investe I e II, que foram transversais à generalidade dos setores económicos, só se tendo justificado para dar resposta efetiva a uma conjuntura particularmente adversa dos mercados financeiros, a linha Investe QREN, gerida pela SPGM e financiada em 50% pelo BEI e em 50% pelos Bancos Protocolados, complementa fortemente outros instrumentos/medidas de política pública (particularmente, Sistemas de Incentivos de base empresarial) e encontra-se alinhada com os objetivos do COMPETE e as prioridades estratégicas de transformação estrutural da economia portuguesa, constituindo uma boa experiência para apoiar e assegurar a boa execução dos projetos aprovados e contratualizados, que poderia estar em risco por insuficiência de contrapartida nacional.

De qualquer forma, também esta última intervenção só se deve justificar, como referido anteriormente, em situações muito adversas dos mercados financeiros, como as vividas atualmente, decorrentes da crise económica e financeira e das obrigações que emanam do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro desenhado para Portugal.

Instrumentos simplificados como os vales são para manter? Se sim, em que moldes?

Considera-se que estes instrumentos se deverão manter enquanto instrumentos simplificados (na avaliação, contratualização e acompanhamento) de acesso a competências (I&D, inovação, internacionalização, formação, empreendedorismo, qualificação empresarial, etc.) para apoio a pequenas iniciativas empresariais. Considera-se aliás que faz sentido alargar o âmbito do instrumento no sentido de, para além da lógica da I&DT e inovação, se promover o acesso empresarial a outras áreas de competência.

O carácter simplificado deste tipo de instrumento, a par dos baixos montantes de apoio que lhe estão associados, permitem fazer intervenções muito alargadas, sem dotações nem custos burocráticos e administrativos significativos.

Os vales alargados permitem, no essencial, entrosar empresas com infraestruturas de suporte à competitividade empresarial, colmatar as falhas em recursos particularmente das PME, criar um mercado de serviços técnicos, tecnológicos e de formação para as entidades prestadoras de serviços avançados à competitividade e para as entidades do SCTN e promover, de forma mais efetiva, projetos de valorização económica de I&D realizada e de transferência de tecnologia. O acompanhamento estratégico desta articulação e cooperação por parte das agências públicas é primordial.

6.2.3. Características e limites específicos dos apoios

As taxas máximas e limites de apoio e as majorações previstas nos Sistemas de Incentivos encontram-se atualmente em níveis adequados? O facto de a sua redução poder implicar, entre outras coisas, a introdução de um intermediário financeiro ou de risco na relação entre o Estado e o promotor, partilhando-se mais o risco e valorizando-se aspetos que têm mais que ver com a análise do promotor e de risco, complementando, por esta via, a análise da valia do mérito do projeto do ponto de vista da sua inserção nas orientações das políticas de apoio à competitividade, não deveria ser valorizado?

Pensamos que todos estes argumentos deveriam justificar uma redução sensível das taxas base de incentivo e a introdução de limites absolutos máximos à concessão de incentivos, mantendo-se o quadro de majorações atual, sendo que - em razão do seu sucesso e do seu efeito de indução de cooperação empresarial e de um diálogo mais efetivo entre empresas e entidades prestadoras de serviços avançados e de suporte à atividade empresarial - as tipologias de projeto coletivas, como os projetos conjuntos, os projetos em co-promoção, os projetos *demo-target*, as ações coletivas, deverão ser premiadas com taxas de incentivo globais superiores comparativamente aos projetos de natureza individual. Esta opção implicaria uma desejável maior articulação entre os sistemas de incentivos e os diferentes mecanismos de engenharia financeira, envolvendo crédito bonificado, capital de risco e/ou fundos de coinvestimento, e, naturalmente, como é desejável, dentro dos limites razoáveis determinados pela atual conjuntura, um maior *commitment* e risco para o promotor.

As taxas de juro e os prazos de carência e reembolso nas linhas de crédito bonificadas, nos empréstimos de médio prazo a sociedades de business angels e nos incentivos reembolsáveis à taxa zero no SI Inovação são adequados?

Pensamos que as taxas de juro deverão ser mais competitivas para as empresas, aproximando-as mais dos níveis médios praticados na Europa desenvolvida, na medida em que essa desejável evolução seja conciliável com o cumprimento das regras de concorrência e da programação financeira definida e decorra também de uma redução gradual mas progressiva do risco país e do risco sinistralidade de crédito, traduzindo, concomitantemente, um ajustamento à baixa das taxas de juro praticadas no mercado.

Os prazos de carência e reembolso deverão ser alargados de forma a descongestionar a situação vivida no dia-a-dia pelas empresas na gestão das suas necessidades de fundo de maneio.

As condições de entrada e de saída nos fundos de capital de risco apoiados são ajustadas?

Pensamos que, em termos de maturidade, se deverão aproximar o mais possível das condições ajustadas dos empréstimos de médio e longo prazo, com um prémio de risco ligeiramente mais elevado, face às características de maior *commitment* exigidas pelo instrumento.

6.3. P3: Efeito spill-over: Qual o efeito nas regiões convergência dos projetos com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência?

No quadro das decisões relativas ao Programa COMPETE foi admitida a possibilidade de apoiar com verbas das Regiões de Convergência despesas realizadas em Lisboa e no Algarve ao abrigo da designada regra de efeitos de *spill-over*, ou difusão, no âmbito dos projetos de I&D em co-promoção e dos projetos de modernização da Administração, de forma excecional e devidamente justificada em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que estes investimentos refletem nas Regiões Convergência.

No caso da aplicação da regra de efeitos de *spill-over* às intervenções no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT, permite que empresas localizadas nas Regiões Convergência possam agregar ao projeto entidades de SCT localizadas fora das Regiões de Convergência, de forma a não limitar as possibilidades de escolha para essas empresas, e tendo em conta o carácter essencialmente instrumental do investimento das entidades do SCT.

No caso dos projetos de modernização da administração pública, no âmbito do SAMA, com base na exceção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na regra de efeitos de *spill-over*, podem ser apoiados investimentos localizados nas regiões NUTS II de Lisboa e Algarve, por se considerar que têm impactos muito relevantes para o desenvolvimento das Regiões Convergência do Continente.

Relativamente à aplicação da regra de *spill-over* no caso dos projetos em co-promoção do SI I&DT, foram apoiados no período em análise 82 projetos, nas tipologias SI I&DT em co-Promoção e Projetos Mobilizadores de I&DT, representando as despesas associadas à aplicação da regra, até 31 de dezembro de 2012, um peso de 7% do investimento elegível total apoiado no âmbito desta tipologia de projetos. No âmbito das entrevistas e *focus groups* realizados quer com a Autoridade de Gestão quer com promotores foi questionada a relevância

desta regra. A generalidade das opiniões recolhidas apontou para a vantagem da existência desta possibilidade, desde que sujeita a mecanismos e controlo apertados, evitando que projetos relevantes deixem de poder ser desenvolvidos por inexistência de competências do SCTN nas respetivas áreas fora das regiões convergência.

Relativamente à aplicação da regra de *spill-over* aos projetos do SAMA foi realizado um exercício de avaliação dos efeitos *spill over* com base nas respostas obtidas ao inquérito aos beneficiários do SAMA, procurando apurar o efeito de difusão que essas intervenções tiveram.

O inquérito aplicado aos projetos SAMA obteve 33 respostas, correspondendo a um investimento elegível de cerca de 62 MEUR. As respostas de 14 promotores, correspondendo a 72% do investimento dizem respeito a projetos localizados em Lisboa e que correspondem a projetos associados à disponibilização de um serviço aos cidadãos e/ou empresas, configurando projetos que apresentam um potencial de produzirem efeitos de *spill-over* uma vez que apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na Região NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactos dessas intervenções promovem a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Central aos cidadãos e às empresas, a sua reorganização global e o funcionamento e acesso em rede, pelo que esses efeitos e impactos se estendem ao conjunto do país.

Para sete desses 14 projetos é disponibilizada informação sobre a distribuição regional dos utentes que utilizaram efetivamente o serviço que foi objeto da intervenção. A informação sobre a média, simples e ponderada pelo investimento do projeto, dos utentes de cada região que utilizaram efetivamente os serviços apoiados pelo SAMA é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 20

Distribuição regional dos utentes que utilizaram efetivamente os serviços apoiados pelo SAMA

	Média simples	Média ponderada pelo investimento
Norte	31,0	38,3
Centro	20,0	21,1
Lisboa	35,0	27,9
Alentejo	6,0	6,8
Algarve	5,0	4,8
Regiões Autónomas	3,0	1,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários SAMA, Equipa de Avaliação (2013)

A análise dos resultados apresentados permite verificar que apesar das despesas serem realizadas em Lisboa, em média, somente 40% dos utentes que utilizaram efetivamente o serviço, quando se considera a média simples, ou 32,7%, quando se considera a média ponderada pelo investimento, são de Lisboa ou Algarve.

Este valor médio resulta de uma distribuição do peso dos utentes das regiões não convergência que oscila entre os 12% e os 81%, sendo que os 81% respondem a um único projeto da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP.

A análise destes indicadores apesar de baseado num numero limitado de projetos, aponta no sentido de o efeito de *spill-over* associado a esta tipologia de projetos estar claramente presente e, adicionalmente, não se afastar de forma significativa da regra de elegibilidade que, recorde-se estabelece que 68,5%, correspondentes ao peso da população, dos efeitos dos projetos realizados em Lisboa ou no Algarve, se materializam nas Regiões Convergência.

7. Conclusões e recomendações

O presente estudo de avaliação intercalar abrangeu uma **gama muito completa de questões**. Ao longo do relatório foram apresentadas as conclusões detalhadas para as diversas questões e subquestões de avaliação. Neste ponto são apresentadas assim as **principais conclusões** bem como as **recomendações** que delas decorrem, elaboradas num dupla perspetiva de valorização das **"lições de experiência"** e de identificação do respetivo **campo de aplicação**.

No que respeita às conclusões importa ter em conta que as diversas **questões podem ser respondidas com níveis diferenciados de segurança** na medida em que, algumas delas, nomeadamente as que se referem a matérias que envolvem medições de resultados e impactos e/ou a matérias relativas ao desempenho do programa, exigiriam não só uma massa de projetos concluídos de maior dimensão, como um maior distanciamento temporal em relação à data de conclusão dos projetos, para estimar com maior segurança e amplitude os efeitos diretos, indiretos e induzidos pelo programa. As alterações na conjuntura económica e financeira que se traduziram num quadro mais difícil de execução dos projetos aprovados geraram, também, um quadro mais demorado na produção de todos os seus efeitos (verdadeiramente só num tempo de recuperação económica será possível confirmar e medir todos os efeitos potenciais dos investimentos e ações incentivados).

Uma avaliação intercalar ambiciosa no seu caderno de encargos de um programa que, objetivamente, produzirá resultados ao longo de um período de tempo mais alargado do que o registado em experiências anteriores de programação estrutural, precisa de um **especial cuidado na leitura dos seus resultados conclusivos** e aconselha, mesmo, a realização posterior de um estudo de avaliação ex-post que permita dar maior profundidade e segurança a algumas das conclusões agora apresentadas.

Tendo em conta que o presente estudo de avaliação intercalar foi realizado num **momento bastante tardio da execução do programa**, isto é, praticamente em cima da reta final da respetiva operacionalização, as **recomendações estão muito mais polarizadas pela organização do próximo período de programação 2014-2020** do que pela correção do presente exercício de gestão e execução do Programa. A utilidade das recomendações saídas deste estudo de avaliação intercalar centra-se, por isso, muito mais na dimensão estratégica da melhoria da eficácia dos instrumentos de política pública deste tipo de programas temáticos (competitividade e internacionalização) do que na dimensão operacional da melhoria da eficiência na afetação de recursos às diferentes componentes do programa. De qualquer forma, as recomendações são concretizadas e focalizadas, distinguindo entre recomendações transversais, programáticas e operacionais, de forma a facilitar a sua plena utilização como elementos de utilidade no encerramento do COMPETE e na conceção e organização dos futuros programas de incidência sobre a competitividade e a internacionalização, isto é, o futuro programa temático nacional e as componentes respetivas dos programas operacionais regionais.

A produção de recomendações orientadas para o próximo período de programação colocava, no entanto, a questão de atender ao duplo problema de fazer face não só aos desafios concretos de uma conjuntura de recuperação económica pontuada por novas orientações qualitativas (crescimento inteligente, inclusivo e sustentável), mas também à necessidade de extrair todos os resultados potenciais da execução do COMPETE bem para além de 2013 e, mesmo, de 2015. Assim, tendo em conta estas preocupações, antes de apresentar as principais conclusões e as recomendações associadas, entendeu-se relevante apresentar uma **sistematização das grandes questões colocadas pelo próximo período de programação em matéria de prossecução de objetivos de competitividade e internacionalização** para situar, em termos estratégicos, os diferentes campos e formas de aplicação das recomendações relativas à melhoria da eficácia valorizando, especialmente, a orientação comunitária de adoção de um estilo de programação orientado para resultados.

7.1. Um enquadramento para as recomendações: as grandes questões/desafios para o período 2014-2020

A economia portuguesa encontra-se "a meio" de uma transição relativamente longa para um novo paradigma competitivo imposto pela concorrência acrescida nascida da aceleração da globalização, pelo alargamento da União Europeia e pelo regime macroeconómico da União Económica e Monetária, que importa concluir com sucesso e o mais rapidamente possível.

Os grandes desafios do ciclo 2014-2020, no caso português, não podem deixar de responder prioritariamente a este grande desígnio. Procura-se desenvolver um quadro metodológico de ligação entre as conclusões e as recomendações convocando um conjunto mais vasto de elementos de análise e reflexão que procuram responder às dificuldades enunciados na abertura do presente capítulo, fornecendo aos leitores e utilizadores do presente relatório um guião mais completo para facilitar a compreensão das principais conclusões e recomendações.

Identificar os grandes desafios

As grandes escolhas estratégicas, bem como uma adequada formulação dos objetivos, para uma inserção ativa na estratégia 2020 e para uma especificação do contributo português, materializada no futuro acordo de parceria, devem, assim, articular uma **lógica de ambição**, nos objetivos de transformação, com **uma lógica de concretização e focalização**, no esforço de adequação às necessidades, problemas e desafios da sociedade portuguesa.

A programação estrutural 2014-2020 enfrenta, com uma indiscutível clareza, a imperiosa necessidade de promover aquela transição para um **novo paradigma competitivo**, marcada, decisivamente, por **três áreas críticas de ação** onde se ganha, ou se perde, o sucesso na superação da crise estrutural de competitividade da economia portuguesa:

- O **aumento cumulativo da produtividade-valor** (primado do “melhor” sobre o “mais”) reconhecendo que as principais dificuldades competitivas da economia portuguesa não correspondem tanto a problemas de produtividade física nas operações de transformação e produção (eficiência) mas, sobretudo, a problemas de posicionamento nas atividades com maior relevância nas cadeias de valor de satisfação de procura de empresas e de consumidores em mercados concorrenciais (eficácia);
- O **desenvolvimento de novos fatores competitivos no terreno da competitividade não-custo** (combinação específica de processos de inovação e de diferenciação indutores de maior valor acrescentado) reconhecendo que importa alargar e sistematizar organicamente um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico, mais liderantes ou mais seguidistas, nas diferentes e complexas atividades que permitem mobilizar conhecimento, cultura e criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e que, por ora, são ainda incipientes e fragmentadas na economia portuguesa;
- A **intensificação de uma ativa participação na globalização reequilibrando o balanço de ameaças e oportunidades** (afetação prioritária de recursos às atividades de bens e serviços transacionáveis com uma redução do conteúdo importado das exportações e um aumento da capacidade nacional de satisfação da procura interna) reconhecendo que a reorientação da economia portuguesa para fora, mas a partir de dentro, que constitui uma prioridade decisiva para favorecer as condições de crescimento a prazo da economia portuguesa, exige uma mudança global na afetação dos recursos.

Melhorar a eficácia favorecendo a mudança estrutural e a recuperação económica

A programação estrutural, na sua **dimensão de planeamento estratégico das políticas públicas**, tem de se traduzir em escolhas e prioridades claras sobre as questões acima enumeradas, sob pena de se transformar num mero enumerar de objetivos e caminhos genéricos, sem força para impulsionar mudanças concretas, e de se converter num dispositivo facilmente capturável pelos agentes económicos, sem força para produzir os ajustamentos e mudanças necessários para integrar efetivamente as respetivas estratégias e comportamentos nos caminhos definidos pela estratégia 2020 (enquanto quadro estratégico comum partilhado pelos estados-membros, na sua diversidade nacional e regional e procurando superar os erros de uma abordagem *one size fits all*) e pelo acordo de parceria Portugal-União Europeia (enquanto contributo nacional específico para esse quadro estratégico comum).

A economia portuguesa conheceu ao longo dos dois últimos ciclos de programação estrutural (2000-2006 e 2007-2013) uma interrupção no seu processo de convergência económica no espaço europeu que se constituiu como uma evidência inescapável, não só da **crise de competitividade estrutural** da economia portuguesa, como, também, da **perda de eficácia das políticas públicas de promoção do crescimento**.

A perda de eficácia das políticas públicas atingiu quer a sua dimensão estratégica (as escolhas de objetivos e de instrumentos) quer a sua dimensão operacional (dificuldades na gestão dos processos de concessão de incentivos, permanência de formas de captura das políticas públicas por interesses privados, insuficiente adequação das decisões às necessidades concretas dos agentes económicos, das cadeias de atividades e dos territórios aos desafios concorrenciais específicos dos mercados).

A perda de eficácia das políticas públicas traduziu-se, também, numa incapacidade de gerar um quadro institucional operativo eficaz para combinar uma agenda nacional temática de promoção da competitividade com agendas regionais diferenciadas de incorporação da competitividade como fator de desenvolvimento territorial.

O quadro prospetivo da promoção da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa comporta, assim, **dois elementos distintivos** em relação à preparação dos anteriores quadros de utilização de fundos estruturais e de investimento comunitários.

Em primeiro lugar o tempo do ciclo 2014-2020 surge como um **tempo de reestruturação e mudança** e não como um tempo de adaptação e modernização, isto é, um tempo em que as políticas públicas precisam de ser formuladas de forma mais aberta e experimental priorizando, com clareza, as motivações de transformação estrutural sobre as motivações de adesão ao tecido económico vigente.

Em segundo lugar o ponto de partida do ciclo 2014-2020 surge marcado por uma **situação económica e social de retrocesso** em relação aos níveis de emprego, crescimento, investimento alcançados, pela economia

portuguesa, durante o período em que efetivamente convergiu no espaço da União Europeia, isto é, uma situação onde importa construir uma estratégia de recuperação.

O objetivo de uma recuperação em direção a um novo modelo de crescimento sustentável está indissolivelmente ligado, no caso português atual, a um objetivo de **profunda reformulação do sentido da afetação dos recursos em direção às atividades de bens e serviços transacionáveis**, isto é, corrigindo a ineficácia alocativa que conduziu a economia portuguesa a uma estagnação do crescimento económico.

A promoção da competitividade só poderá ter sucesso se for estreitamente articulada com a promoção do reforço da internacionalização da economia portuguesa.

O ciclo de programação estrutural 2014-2020 não pode, por isso, deixar de incorporar um **objetivo de reequilíbrio estrutural da de balança de bens e serviços** em articulação com um aumento significativo do valor acrescentado líquido exportado arrastado pelo progressivo ganho de peso das atividades diretas e indiretas de exportação e substituição de importações.

A dinâmica das atividades de bens e serviços transacionáveis, num cenário virtuoso de aumento da competitividade e de progressiva atenuação das restrições ao nível do financiamento da economia, terá um **contributo líquido positivo para a criação de emprego** que importa reforçar e alargar com o **contributo relevante, potencialmente maioritário, que as atividades de bens e serviços não transacionáveis podem vir a fornecer**, mas agora não por via da despesa pública e do emprego público mas **por via da dinamização da procura interna permitida pelo sucesso competitivo das atividades transacionáveis**.

A promoção do reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa deve ser entendida, no ciclo 2014-2020, como um esforço de natureza global, capaz de se traduzir numa alteração estrutural do seu paradigma competitivo, mas, também, como uma combinação de esforços concretos e diversificados envolvendo diferentes dinâmicas de competitividade, crescimento e emprego nos modelos de negócio das atividades de bens e serviços transacionáveis, nomeadamente as que se reportam:

- À intensificação do ritmo de inovação e/ou diferenciação, suportados pela tecnologia e pela criatividade, visando **melhorar a posição ocupada nas cadeias de valor e os modelos de negócio nos principais setores de especialização** atual da economia portuguesa (como os associados à moda, à casa, ao automóvel, à saúde, ao turismo, aos bens de equipamento em certas tecnologias de produção), que possuem uma base económica e uma experiência exportadora já relevantes ou em clara emergência;
- À estruturação e progressiva consolidação de atividades emergentes associadas à **valorização económica do conhecimento** (como, por exemplo, os produtos especializados e os serviços avançados incorporadores de TIC's, a indústria farmacêutica ou as atividades baseadas em novos materiais);
- À **valorização económica** e gestão integrada de fileiras de produção e cadeias de valor baseadas em **recursos endógenos e ativos específicos**, localizados e não transferíveis (como, por exemplo, o turismo centrado em experiências qualificadas e diferenciadas, as agro indústrias e indústrias florestais, as atividades associadas ao mar e as indústrias culturais e as atividades criativas).

Aproveitar as oportunidades da renovação da política de coesão europeia

O sucesso do pleno aproveitamento em Portugal das oportunidades abertas pela renovação da política de coesão europeia deve seguir e concretizar os principais elementos de inovação e melhoria que elas comportam elegendo, em matéria de competitividade e internacionalização, as seguintes direções principais que são sugeridas pelas linhas conclusivas do diagnóstico realizado:

- A produção de um **novo equilíbrio entre uma agenda temática e várias agendas estratégicas territoriais diferenciadas**, combinando o contributo da agenda temática para a sustentação da resposta ao "como?" e o contributo das agendas estratégicas territoriais para a sustentação das resposta ao "onde?". O grande e decisivo desafio, no terreno da competitividade e internacionalização, para a montagem do modelo de governação do Acordo de Parceria 2014-2020, até para evitar os riscos que comporta, é o da combinação coerente de três mudanças seguras, mas efetivas.

A primeira corresponde à **valorização de uma agenda temática integradora dos esforços nacionais de promoção da competitividade**, sobre a pulverização de múltiplas procuras setoriais e regionais.

A segunda corresponde à **valorização de agendas territoriais mais responsáveis e autónomas e, também, mais diversas nos caminhos e objetivos escolhidos**, onde a promoção da competitividade se articula com os objetivos de coesão social e de sustentabilidade para garantir a convergência, sobre a multiplicação de iniciativas locais relativamente indiferenciadas com insuficiente massa crítica e clara propensão para a duplicação concorrencial de recursos.

A terceira corresponde à **reinvenção da configuração dos programas operacionais regionais** que devem passar a desempenhar **uma função insubstituível de charneira entre "tema" e "território"**, mantendo a articulação europeia entre política de coesão e política regional e permitindo, na nova lógica de "crescimento inteligente" integrador de várias dimensões, prosseguir intervenções de suporte e de coerência só alcançáveis a uma escala regional com suficiente massa crítica.

- A produção de **uma nova orientação prioritária dos instrumentos de política para os processos competitivos**, para garantir maior eficácia na obtenção de resultados e evitar o surgimento de paradoxos

relativos à debilidade do retorno estrutural dos investimentos induzidos, e a **um novo impulso para centrar os resultados no desempenho nos mercados de bens e serviços transacionáveis**, para garantir uma dinâmica efetiva de conquista de quotas de mercado, dentro e fora de Portugal, equilibrando a promoção da exportação com a substituição de importações, e para intensificar a internacionalização da economia portuguesa, melhorando o seu perfil qualitativo na gestão das oportunidades e ameaças da globalização.

Este novo equilíbrio deve corresponder a um claro movimento de **secundarização dos elementos de orientação para as condições potenciais** de competitividade (a envolvente, as infraestruturas e os equipamentos) que têm prevalecido na gestão dos fundos estruturais, a favor de uma clara **emergência e afirmação dos elementos de orientação que permitam consagrar definitivamente a eleição dos resultados** na melhoria sustentada da produtividade geradora de riqueza como o grande objetivo em matéria de competitividade.

- A **valorização das empresas como protagonistas dos processos de melhoria da produtividade e da competitividade** com consequências significativas, em termos orçamentais, no aumento dos recursos disponibilizados para as iniciativas e ações com envolvimento direto das empresas, num quadro de redistribuição favorável aos projetos cooperativos e desfavorável aos projetos estritamente individuais.

Não se trata apenas de reconhecer que são as empresas e não os projetos que concorrem nos mercados. Trata-se de reconhecer que a maior ou menor qualidade, orgânica e estratégica, das empresas portadoras dos projetos é uma das principais condições críticas de sucesso dos investimentos e ações incentivados.

O ciclo de programação 2014-2020 pode e deve representar uma **aposta ousada na partilha colaborativa de riscos e custos** entre empresas e instituições de suporte à competitividade, nomeadamente as universidades, na aceleração dos processos de mobilização do conhecimento e de inovação centrados na atividade empresarial e na dinâmica do mercado, e entre PME e grandes empresas, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de novas capacidades de resposta rápida nas cadeias de abastecimento e de diferenciação dos produtos ao longo dos vários segmentos das cadeias de valor.

- A **adoção de uma perspetiva global da sustentabilidade**, em linha com os objetivos do crescimento sustentável à escala europeia e com os esforços polarizados pela abordagem do desenvolvimento sustentável à escala internacional, superando as limitações de uma perspetiva estritamente ambiental.

Esta inflexão não só produziria níveis muito mais satisfatórios de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade como, sobretudo, permitira ligar muito mais solidamente, a promoção da competitividade com a renovação dos modelos energéticos e de mobilidade (em direção a uma muito menor dependência do carbono) e com a regeneração urbana (em direção a centros mais dinâmicos e periferias mais qualificadas).

Esta inflexão permitiria, finalmente, valorizar o contributo das comunidades locais (nos meios rurais, piscatórios e florestais, nomeadamente) para a produção de bens e serviços públicos de elevado valor ecológico e, desse modo, unir as várias dimensões do crescimento económico com resultados relevantes para a convergência nas regiões de mais baixa densidade populacional.

Valorizar um grande esforço de focalização nos objetivos e nas condições críticas de sucesso

A superação de formas de programação demasiado genéricas através de formulações mais concretas, precisas e focalizadas pode beneficiar, em matéria de competitividade e internacionalização, das seguintes direções principais:

- O **foco principal** da melhoria da competitividade em Portugal não pode deixar de ser a competitividade valor ou a competitividade não custo, isto é, o aumento da eficácia geradora de riqueza suportada pela qualidade dos modelos de negócio, pelo dinamismo dos mercados de distribuição e venda e pela adequação dos processos de acesso à tecnologia e ao conhecimento.

O **foco completar** da melhoria da competitividade em Portugal tem de ser orientado para a **competitividade custo** associada à **eficiência interna às cadeias de valor** onde a eficiência individual é alavancada pela eficiência empresarial, orgânica e coletiva, para agilizar a **capacidade concorrencial das empresas**, pequenas, médias e grandes, nos mercados globalizados, no mercado interno europeu e no mercado doméstico português.

As empresas são a base da concorrência. A melhoria da competitividade resulta, necessariamente, de experiências e resultados positivos em mercados concorrenciais nem sempre abertos de forma suficiente e equilibrada, nomeadamente nas principais economias emergentes. **A melhoria da competitividade da economia portuguesa só será uma realidade duradoura se for baseada no reforço da capacidade concorrencial do nosso tecido empresarial.**

- A promoção da competitividade-valor suscita **um novo equilíbrio entre inovação e diferenciação** em articulação com as reformas e ações que acelerem o movimento em direção a novos princípios de competitividade e atratividade no comércio e no investimento internacional.

A evolução registada pela indústria portuguesa deve ser, neste sentido, adequadamente valorizada e potenciada num plano de lição da experiência, isto é, num plano onde seja reconhecido que a melhoria do

desempenho competitivo de uma economia se faz combinando o “velho” e o “novo”, isto é, fazendo evoluir a indústria existente em direção a fatores competitivos e modelos de negócio dotados de maior qualidade e capacidade concorrencial na globalização e atraindo novos investimentos, nacionais e estrangeiros, em atividades portadoras de nível tecnológico mais elevado e, sobretudo, de maior potencial de mobilização do conhecimento e da criatividade.

- A **estreiteza de banda**, prevalecente nos processos de internacionalização da economia portuguesa, deve ser enfrentada através da consolidação e diversificação de mercados, produtos, serviços e modelos de negócio. A ineficiência alocativa deve ser enfrentada através de uma reestruturação global da economia portuguesa orientada pela viragem em direção às atividades de bens e serviços transacionáveis e pela adoção de uma perspetiva mais integrada da internacionalização. O elevado conteúdo importado das exportações deve ser enfrentado com intervenções que permitam aumentar a incorporação nacional de recursos endógenos e de valor acrescentado.

A preparação da aplicação da política de coesão em Portugal para o período 2014-2020 pode e deve beneficiar, ainda, dos **elementos de evolução positiva** em várias das dimensões que contribuem para a competitividade das empresas e do país, que devem ser tomadas em conta na formatação das intervenções para o novo ciclo, sendo de destacar, nomeadamente:

- O **ajustamento significativo em alguns dos setores mais afetados pelo novo contexto competitivo**, seja pela alteração do modelo de negócio seja pela intensificação tecnológica, com destruição significativa de emprego mas com resultados já bem visíveis no relançamento da capacidade competitiva;
- O aumento das **capacidades ao nível da ciência e da tecnologia**, quer em termos de potencial de I&D quer com a estruturação de organizações vocacionadas para a transferência de tecnologia, para a promoção do empreendedorismo tecnológico e para a prestação de serviços tecnológicos;
- A tomada de consciência da relevância do **valor económico dos recursos endógenos**, quando transformados em ativos específicos, como o mar, a floresta, a paisagem e o património, e o início de uma primeira vaga de intervenções centradas nessa valorização onde o turismo assume protagonismo;
- As experiências, ainda limitadas e iniciais, de formalização de **estratégias de eficiência coletiva** (em alguns polos de competitividade e clusters e em algumas estratégias Provere) que, visando objetivos de criação de centros de racionalidade estratégica e de integração de instrumentos, assumiram expressão interessante nos casos em que se verificava à partida um capital relacional suficiente.

Assegurar um guião exigente para o modelo de governação da gestão das políticas públicas e dos fundos europeus estruturais e de investimento

A experiência portuguesa associada aos fundos comunitários estruturais e de investimento comporta um acervo relevante de realizações positivas e erros cometidos que importa reconhecer, valorizar e corrigir, isto é, conviria dirigir o ciclo de programação estrutural 2014-2020 para um **terreno construtivo onde se evitassem as tentações da “tábua rasa”** (“como está tudo mal é preciso começar do zero”) e da **“inércia da continuidade”** (“os objetivos e as regras mudaram na forma mas a gestão dos fundos acabará por ser o que tem sido - *business as usual*”).

Qualquer modelo de governo depende, para os seus níveis de eficiência e de eficácia, de uma adequada formulação de objetivos e processos próprios e específicos. Neste sentido apresenta-se de seguida um quadro síntese de leitura das consequências da identificação dos grandes desafios e questões de programação em matéria de competitividade e internacionalização, procurando especificar e detalhar um guião de exigência e rigor:

- **Melhorar a pertinência na dimensão estratégica dos instrumentos de política pública de promoção da competitividade:** prioridade às respostas nos mercados aos novos desafios da globalização e da construção europeia
 - “Levar a sério” a necessidade imperiosa da mudança do **paradigma competitivo** da economia portuguesa perante o alargamento da UE e o dinamismo das economias emergentes: Primado das ações estruturais (mudança qualitativa) com foco na competitividade não custo;
 - “Levar a sério” a **“economia baseada no conhecimento”**: Promover a inovação e a diferenciação como fatores chave de decisão, reforçar mesmo a colaboração entre o mundo da ciência e o mundo das empresas na resposta às exigências dos mercados (produtos, tecnologias, materiais);
 - “Levar a sério” o **“trade in value”** no comércio internacional: Orientar os incentivos para a exportação de recursos endógenos valorizados e de valor acrescentado em detrimento das exportações brutas; Rever o conceito de transacionáveis muito para além do exportador final, alargando-o a todas as atividades diretas e indiretas e incluindo a substituição relevante de importações;

- “Levar a sério” a aceleração da participação na **globalização**: Reforçar nos critérios de decisão a presença ativa nos mercados globalizados e a continuidade/ritmo das ações valorizando a internacionalização sobre a simples exportação
- **Garantir uma efetiva viragem no modelo de programação, aumentando a sustentabilidade e reduzindo as possibilidades de captura**: programar para resultados em vez de programar para condições, programar para iniciativas em vez de programar para destinatários
 - Promover um maior rigor nas decisões de seleção através de uma melhor articulação entre a **exigência no acesso** (as condições de entrada) e a **solidez na garantia de resultados** (a definição de metas contratuais): Conferir aos incentivos uma lógica de reforço do esforço financeiro dos promotores e prémio da excelência nos efeitos produzidos;
 - Orientar o aproveitamento dos trabalhos de “**especialização inteligente**” (RIS 3) para a garantia de eficácia no mercado (enfrentar o “paradoxo da inovação”): Priorizar a valorização dos resultados da I&D nas instituições de C&T, o reforço da inovação nas empresas e a montagem de uma plataforma moderna de convergência e colaboração permanente entre agentes na mobilização do conhecimento e da criatividade para responder às necessidades identificadas nos mercados;
 - Reconhecer que é tempo de **fazer em concreto** e não de criar condições genéricas: Orientar recursos para iniciativas colaborativas com dimensão crítica e valorizar as infraestruturas criadas no passado.
- **Otimizar a relevância das ações, antecipando e integrando a natureza da conjuntura de execução**: articular a programação estrutural com as trajetórias de recuperação económica depois da conclusão do Programa de Auxílio Económico e Financeiro a Portugal;
 - Articular o arranque dos programas com um programa temporário específico de medidas não estruturais (fiscalidade, contratação, formação, concorrência) destinadas a recuperar a capacidade de investimento empresarial produtivo;
 - Gerir os programas em crescendo, sem precipitações iniciais que desperdicem recursos em “mais do mesmo”, nem excessivos cuidados que deixem iniciativas sem resposta ou sem resposta em prazo útil;
 - Entender a necessidade absoluta de capitalizar as empresas, em especial as PME inseridas na internacionalização, para garantir a sustentabilidade da recuperação económica, da capitalização da banca e da própria consolidação orçamental: Conferir à diversificação dos instrumentos financeiros e aos mecanismos de financiamento e partilha de risco um papel novo e efetivo no reforço do acesso aos mercados de capitais no financiamento global da atividade empresarial;
 - Dar vida a um novo modelo de montagem do financiamento dos projetos, introduzindo ao lado de componentes sujeitas a restrições conjunturais (capital próprio e crédito bancário de médio prazo) uma articulação virtuosa do incentivo reembolsável com uma nova componente de financiamento estrutural de partilha de risco suportada adicionalmente pela margem de manobra aberta pela existência de prémios.
- **Melhorar a eficiência na dimensão operacional**: aprender com as “lições de experiência” do COMPETE para montar processos que aumentem drasticamente a probabilidade de sucesso
 - Manter e **melhorar a rede colaborativa de competências técnicas** operacionalizada ao longo dos dois últimos períodos de programação de avaliação, decisão e acompanhamento dos projetos, independentemente da configuração dos modelos de gestão no novo ciclo 2014-2020;
 - Reforçar a **capacidade de indução e facilitação** de iniciativas qualificadas em articulação com a permanência de uma lógica de concursos orientados em janelas temporais limitadas: Valorizar a lógica e o processo de montagem de iniciativas qualificadas sobre a mera gestão da procura de incentivos;
 - Simplificar reforçando a seletividade baseada no mérito absoluto das iniciativas e na disputa concorrencial dos recursos afetos, quer pelo setor privado, que pelo setor público;
 - Acompanhar a evolução da **economia mundial**: Valorizar as lógicas de atividade e cadeia de valor em detrimento das lógicas de setor e projeto individualizado;
 - Aprofundar e concentrar as experiências de **pólos de competitividade e clusters**, ao mesmo tempo que se desbravam novos instrumentos simplificados de **demonstração** e de ação coletiva com fortes **efeitos de “spill-over”**.
- **Melhorar a eficácia na dimensão operacional**: garantir a coerência global das dimensões territoriais na dimensão temática e privilegiar a lógica do mérito sobre a lógica da quantidade
 - Articular adequadamente a promoção dos objetivos **temáticos (competitividade e internacionalização)** com a prossecução dos objetivos **territoriais (convergência)**, sem os confundir, nomeadamente, com opções de afetação de fundos ou critérios de poder de decisão:

Valorizar a descentralização territorial diversificada como fator identitário de desenvolvimento e desenvolver a centralização temática como fator crítico de sucesso na globalização;

- Progredir seriamente na definição de **critérios de mérito regional** adequados às escolhas estratégicas diferenciadas, em cada região de convergência, para garantir rigor e seletividade à descentralização territorial em articulação com o mérito absoluto das ações;
- Reconhecer e premiar a relevância da descentralização territorial, muito em especial, para as iniciativas de **valorização de recursos endógenos**, para os projetos de investimento onde o património, a cultura e a criatividade têm um papel determinante (turismo e não só) e para os projetos onde as lógicas de **eficiência coletiva** tenham adquirido ou possam adquirir forte sustentabilidade.

7.2. Das Conclusões às Recomendações para o período remanescente de implementação do COMPETE e para o próximo período de programação

Tendo em conta as conclusões detalhadas para as diversas questões de avaliação apresentadas ao longo do relatório e as grandes questões/desafios para o período 2014-2020 que enquadram as recomendações para o próximo período de programação que foram apresentadas anteriormente, esta secção apresenta as principais conclusões bem como as recomendações que delas emanam visando assegurar maior eficácia e eficiência das intervenções de política pública focadas na promoção da competitividade da economia portuguesa para o período remanescente de implementação do COMPETE mas, fundamentalmente, face ao momento em que as mesmas estão a ser formuladas, já muito próximo do encerramento do atual período de programação, para as futuras intervenções estruturais no período de programação 2014-2020.

A apresentação das conclusões e recomendações é efetuada em formato de tabela, de acordo com as sugestões do Grupo de Acompanhamento da presente avaliação, como forma de permitir maior articulação entre as recomendações apresentadas neste capítulo e as conclusões evidenciadas, de forma mais detalhada, ao longo do texto de resposta às questões de avaliação.

Resultando de uma leitura cruzada das respostas às questões de avaliação e das questões para o período 2014-2020, as recomendações são identificadas como dizendo respeito a três áreas:

- Transversais - centradas nas preocupações globais das intervenções;
- Programáticas - relacionadas com a configuração dos instrumentos incluídos nas intervenções e sua articulação;
- Operacionais - mais focadas nos aspetos operacionais das intervenções.

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
1. O COMPETE está a ter um desempenho positivo enquanto instrumento de promoção dos fatores de competitividade da economia portuguesa. Globalmente a avaliação efetuada aponta no sentido de resultados significativos das intervenções ao nível da qualificação do tecido produtivo, com sinais de upgrading do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa e de qualificação dos recursos e estratégias e renovação dos modelos de negócio empresariais. Verificam-se também resultados significativos ao nível da internacionalização e reforço das exportações nacionais, quer pela magnitude dos apoios afetos especificamente ao objetivo da promoção internacional quer pelos impactos esperados e efetivos identificados no contexto dos projetos apoiados, designadamente em atividades de maior intensidade tecnológica. Aparentemente os resultados no que respeita à qualificação da Administração Pública e à eficiência da ação do Estado parecem ter sido mais moderados, justificando-se este desempenho pelas restrições orçamentais e pelos condicionalismos administrativos e burocráticos que caracterizam a atividade da Administração Pública, em particular, e as alterações estratégicas e de governação, no período de implementação do Programa. Também os resultados ao nível da promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação parecem ser relevantes com efeitos significativos no incentivo à I&D empresarial e à articulação entre empresas e centros de saber.		
2. A análise efetuada mostra que as unidades apoiadas pelo COMPETE evidenciam, em termos agregados, uma evolução claramente melhor que a do universo de referência no que respeita às exportações, emprego, VAB e despesas de I&D, sendo as diferenças mais significativas as registadas em termos de exportações (cerca de 17 pontos percentuais melhor o comportamento no grupo de tratamento), emprego (15 p.p.) e VAB (12 p.p.), mas também a despesa total em I&D (7 p.p.).		
3. Níveis de incentivo significativos por parte do COMPETE, ou seja, boa parte das intervenções não teriam tido lugar na ausência do apoio do Programa. A análise efetuada permitiu verificar no que diz respeito aos três sistemas de incentivos de base empresarial (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME) a existência de elevados efeitos catalisadores, amplificadores, aceleradores e facilitadores de investimento. Não se verificam efeitos significativos ao nível da localização mas verificam-se efeitos ao nível da criação de emprego.		

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
4. COMPETE está a intervir sobre as unidades mais dinâmicas e de melhor qualidade da economia portuguesa, com um foco nas estratégias mais intensivas na I&D, diferenciação de produto, associadas à competitividade valor/não-custo e à exploração de economias de escala e nos setores médios-baixos e, particularmente, médios-altos e altos de intensidade tecnológica. Os apoios dos sistemas de incentivos têm incidido de forma mais intensa também nos setores da indústria transformadora e dos serviços empresariais.	1. Contemplar, para além de instrumentos que apoiem a intensificação da exploração dos fatores competitivos avançados por parte das unidades mais dinâmicas, também os que promovam a adoção dessas estratégias por parte de empresas que ainda não o fazem, sendo que a natureza dos instrumentos mais eficazes para cada um dos objetivos é frequentemente distinta.	Recomendação transversal/programática (AG PCI; AG POR; OI)
5. Face à conjuntura, os efeitos do COMPETE não se terão materializado de forma plena. As dificuldades de execução dos investimentos e de alcance dos objetivos previstos estão sobretudo associadas, por um lado, à degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos na deterioração das perspetivas de vendas das empresas.	2. Contemplar no período remanescente do COMPETE mas, fundamentalmente, no próximo período de programação, instrumentos de política pública que permitam o acompanhamento dos promotores apoiados pelo COMPETE para que o potencial de transformação estrutural e de desempenho presente nos projetos apoiados não seja perdido.	Recomendação transversal (AG COMPETE; AG PCI; ADC)
	3. Promover ou reforçar o acompanhamento da execução dos projetos, com especial enfoque no caso dos projetos de maior dimensão, no sentido de garantir a efetiva concretização da totalidade do investimento e das metas de execução assumidas pelos promotores dos projetos apoiados. A fixação das metas deve ser objeto de algum cuidado para não criar expectativas ou exigências irrealizáveis sobre a gestão do programa que podem resultar até num desvirtuar dos seus propósitos. Num quadro de foco nos resultados, é fundamental a gestão do PO melhorar o quadro operacional no sentido de acompanhar os promotores para ter informação sobre os resultados dos projetos. Para evitar a necessidade de duplicação de esforços podem ser contemplados mecanismos de articulação com o sistema estatístico nacional no sentido de ter informação regular sobre as unidades tratadas.	Recomendação operacional (OI; AG COMPETE; AG PCI; ADC; INE)
6. Contributo positivo do COMPETE para o <i>upgrading</i> do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa e para a qualificação das estratégias empresariais e para a renovação dos seus modelos de negócio. Os impactos mais fortes terão sido registados em matéria de lançamento de novas áreas de negócio e de novos produtos/serviços, de diferenciação de produtos/serviços, de I&D empresarial, de cooperação empresarial e ao nível das infraestruturas de suporte às diferentes atividades económicas.	4. Valorizar lógicas coletivas (envolvendo empresas, pessoas, profissionais, entidades prestadoras de serviços avançados de suporte e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional) de que são exemplo os projetos conjuntos, os projetos em co-promoção, os projetos mobilizadores e demonstradores, os vales alargados, que permitem, no essencial, entrosar empresas com infraestruturas de suporte à competitividade empresarial, colmatar as falhas em recursos particularmente das PME, criar um mercado de serviços técnicos, tecnológicos e de formação para as entidades prestadoras de serviços avançados à competitividade e para as entidades do SCTN e promover, de forma mais efetiva, projetos de valorização económica de I&D realizada e de transferência de tecnologia.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; OI; SCTN; Associações empresariais)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
	5. Para aumentar o impacto das intervenções, é fundamental assegurar a indução de "procuras" mais qualificadas e um maior foco nos setores identificados como centrais no quadro das estratégias de especialização inteligente. O reforço da seletividade - a concretizar, ao nível dos regulamentos e, sobretudo, dos Avisos de Abertura de Concurso, pela utilização de critérios mais rigorosos e restritivos de elegibilidade, seleção e hierarquização de candidaturas, dando seguimento e aprofundando esforços recentes de maior afinamento, em matéria de privilégio às atividades intensivas em tecnologia e conhecimento no empreendedorismo mais qualificado, ao negócio internacional e aos sectores transacionáveis, à substituição de importações e ao enquadramento dos projetos em polos de competitividade e/ou clusters de base territorial já constituídos ou a constituir, numa lógica virtuosa <i>bottom-up</i>, em função de dinâmicas próprias, massa crítica e capacidade de iniciativa e investimento existentes "no terreno" -, ou uma maior concentração nas fases iniciais e de execução do ciclo de vida dos projetos, acompanhando mais de perto os promotores no desenvolvimento das ideias e na configuração e desenvolvimento estratégico dos projetos, no quadro do papel das agências públicas de apoio à competitividade e internacionalização empresarial, contribuem para este desígnio.	Recomendação programática (AG PCI; OI)
7. O instrumento SIAC poderia ter tido um maior contributo o objetivo estratégico de <i>upgrading</i> do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa pois verifica-se que algumas das EEC que se dirigem potencialmente a setores de maior intensidade tecnológica (por exemplo, EEC da Saúde, das Indústrias da Mobilidade, das TICE, das Tecnologias de Produção e do Engineering e Tooling) tiveram um acesso relativamente moderado a este instrumento.	6. Uma nova lógica de promoção da eficiência empresarial coletiva que procure a emergência de novos sectores ou a assunção de riscos fora do alinhamento tradicional dos sectores de especialização tradicional da nossa economia, em forte consonância com as estratégias de especialização inteligente que vierem a ser estabilizadas no contexto do próximo período de programação. Ao nível da promoção da inovação de produto e de processo, impõe-se para o futuro uma maior seletividade nos apoios a conceder em torno de atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento, portadoras de uma forte orientação para os mercados internacionais e de uma elevada incorporação de valor acrescentado nacional nas exportações.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; OI; SCTN; Associações empresariais; EEC)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
8. A experiência dos Vales foi muito positiva enquanto instrumento simplificado de acesso a competências de I&DT. Existe contudo margem para tornar a operacionalização do instrumento mais simplificada.	7. Manter a tipologia de instrumento vale, enquanto instrumento simplificado de acesso a competências e ponderar o alargamento do seu âmbito a competências para além do I&DT, nomeadamente I&D, inovação, internacionalização, formação, empreendedorismo, etc.. Os vales alargados permitem, no essencial, entrosar empresas com infraestruturas de suporte à competitividade empresarial, colmatar as falhas em recursos particularmente das PME, criar um mercado de serviços técnicos, tecnológicos e de formação para as entidades prestadoras de serviços avançados à competitividade e para as entidades do SCTN e promover, de forma mais efetiva, projetos de valorização económica de I&D realizada e de transferência de tecnologia. O acompanhamento estratégico desta articulação e cooperação por parte das agências públicas é primordial. Do ponto de vista operacional seria importante simplificar mais o instrumento, deixando aos OI maior margem para promover acompanhamento mais efetivo do instrumento e menos sobrecarregado do ponto de vista da validação da documentação.	Recomendação programática/operacional (AG PCI; OI; Agências Públicas)
9. Dificuldade de mobilização de instrumentos diversos para intervenções mais integradas nas empresas. Há sinais de a complementaridade interna do Programa não ter sido plenamente conseguida. Em particular, a articulação entre apoios às empresas, estratégias de eficiência coletiva e financiamento de capital de risco tem sido limitada. Também a ligação entre apoios ao capital humano e à I&D e inovação com o mercado parece ter sido mais relevante apenas nos casos das empresas já mais competitivas. O universo tocado pelos instrumentos de capital de risco é também claramente diferente do universo apoiado pelos sistemas de incentivos, havendo sinais de que o capital de risco tem tido uma utilização limitada, também motivada pelas condicionantes iniciais de lançamento destes instrumentos, e relativamente defensiva.	8. Acautelar melhor a complementaridade interna dos diversos instrumentos, nomeadamente promovendo a ligação da I&D e da Inovação com o mercado ou contemplando um papel mais ativo para instrumentos como a engenharia financeira, ligando-os às prioridades estratégicas de transformação estrutural.	Recomendação transversal (AG PCI; AG POR; AG PCH; ADC, OI)
	9. Promover uma articulação mais efetiva entre os esforços de capacitação das pessoas e empresas, via FSE, e os investimentos integrados de qualificação, I+D+I e internacionalização, via FEDER, e a possibilidade de mobilização de diversos instrumentos em fases diversas dos ciclos de investimento das empresas	
	10. Dar maior relevância à lógica de empresa enquanto entidade destinatária das intervenções.	Recomendação transversal (ADC; AG PCI; AG PCH; OI)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
10. As intervenções de natureza mais coletiva (via SIAC e Projetos Conjuntos) parecem estar excessivamente centradas em sectores tradicionais, pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, mas apresentam efeitos e resultados potenciais muito positivos em matéria de crescimento das exportações e da orientação exportadora, nomeadamente em micro e pequenas empresas sem experiência de internacionalização. Análise efetuada alguns projetos SIAC revelou eficácia elevada em termos de geração de outputs e dos meios de difusão utilizados.	11. Valorizar na abordagem às questões da internacionalização as intervenções de natureza mais coletiva (particularmente importantes em ações de <i>widening</i>) dado que nesse âmbito o processo de aprendizagem pode ser muito facilitado e potenciado.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; Agências Públicas; OI; Associações empresariais)
	12. Em termos de foco setorial, os elevados resultados potenciais e efetivos identificados em matéria de reforço da orientação para os mercados internacionais associados a projetos apoiados em sectores intensivos em tecnologia torna recomendável que no futuro se foquem os apoios neste tipo de atividades, mas particular atenção deve ser também atribuída aos setores com maior valor acrescentado nacional nas exportações e, eventualmente, a atividades com algum caráter estratégico e emergente ou onde o grau de penetração das importações seja significativo. Deve ser ainda ponderada a criação de instrumentos de apoio vocacionados para a reorientação para mercados internacionais de setores com mercado interno fortemente deprimido em Portugal - comércio e distribuição, fileira da construção, serviços técnicos (engenharia, consultoria, publicidade, etc.) - ou a projetos de investimento em Portugal em novos segmentos desses setores com pouca expressão/pouco explorados no nosso país (p.e., a reabilitação).	
	13. Aumentar a seletividade associada ao SIAC, evitando-se uma profusão de projetos sem escala e/ou com uma insuficiente focagem ao nível do domínio de intervenção e dos objetivos. Deve ainda ser ponderada a criação por projeto de uma figura do tipo perito-relator, que seria indicado pela agência governamental com competências no domínio de intervenção, cuja atividade englobaria a auscultação dos destinatários finais quanto a impactos em matéria de competitividade	Recomendação programática/ operacional (AG PCI)
11. Os projetos apoiados no âmbito do SAMA evidenciam maior contributo ao nível do aumento da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública, do que para os objetivos de diminuição dos custos de contexto e melhoria da qualidade dos serviços públicos. Evolução restrita quer dos níveis de compromisso quer da execução dos projetos aprovados associados às restrições orçamentais, regras de contratação pública e alterações na legislação, que condicionam a atividade das entidades públicas apoiadas.	14. Os projetos que visam a promoção do uso intensivo de TIC, promovendo uma administração em rede, deverão manter-se como uma aposta clara no próximo período de programação pela eficácia que têm alcançado e pelo efeito positivo que geram ao nível da qualidade dos serviços públicos e da eficiência e racionalização de custos.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; OI)
	15. Os projetos apoiados pelo SAMA devem estar enquadrados em regras de contratação pública que lhes garantam maior celeridade e simplicidade na realização das despesas dos projetos, assim como maior agilidade na contratação dos mesmos, assegurando, em simultâneo, o rigor na análise e seleção dos projetos. Devem estar enquadrados num regime orçamental que permita	Recomendação operacional (AG COMPETE; OI; AG PCI)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
	maior flexibilidade na realização das despesas dos projetos (para fazer face, nomeadamente, ao caráter plurianual dos mesmos) e deve ser assegurado o consenso necessário sobre os objetivos estratégicos e as linhas de intervenção a seguir durante todo o período de programação, independentemente dos ciclos governativos. Num cenário de reorganização dos organismos públicos, intensifica-se a relevância do acompanhamento por parte do organismo responsável na identificação de eventuais sobreposições entre projetos com objetivos e destinatários comuns e a boa prática a implementar é, ao invés da reprovação de um dos projetos, criar um modelo de funcionamento em rede que promova a comunicação entre entidades e a integração dos investimentos. Em caso de suspensão dos projetos menos prioritários por falta de meios da Administração Pública, a AMA deve continuar o trabalho de monitorização que tem vindo a realizar, o qual compreende a análise de reformulação dos projetos por agregação dos mesmos, com o objetivo de dar oportunidade aos promotores de se focarem nos seus principais objetivos e prioridades.	
12. O COMPETE fez uma aposta muito significativa no objetivo estratégico de promoção da economia baseada no conhecimento e na inovação em Portugal, designadamente pelo apoio massivo à I&D (em particular de base empresarial), à promoção da articulação entre as empresas e os centros de saber e à inovação de produto/ processo. O apoio do Programa à I&D empresarial contribuiu de forma muito significativa para o aumento acentuado do investimento das empresas neste importante fator dinâmico de competitividade, sendo que em termos regionais os efeitos daí decorrentes se tenham confinado essencialmente à região Norte do país. De igual forma, tanto a articulação entre empresas e centros de saber como a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas, contaram com um impulso sem precedentes do COMPETE. Estes projetos inseriram-se essencialmente no SI I&DT, estando praticamente ausentes no âmbito do SAESCTN, o que consubstancia, de alguma forma, um ponto fraco deste último instrumento. Neste domínio, o empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico materializam uma área de intervenção do COMPETE cujos resultados analisados se mostram relativamente modestos, sobretudo em resultado do atraso com que foram operacionalizados os apoios a <i>business angels</i> e a capital de risco. Já os resultados atingidos pelo COMPETE em matéria de promoção da criação de novos produtos e processos são muito relevantes.	16. Manter a aposta no estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo para promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Maior atenção ao esforço futuro redobrado de indução de mudança estrutural nestas regiões de convergência, seja pela via da promoção mais voluntarista do empreendedorismo qualificado, seja pela instigação de investimentos produtivos com significado (incluindo IDE) em setores de atividade mais intensivos em tecnologia ou conhecimento. 17. Em matéria de I&D, sugere-se a continuidade de uma forte priorização à I&D em co-promoção e a indução de uma maior ambição nos projetos mobilizadores, dirigindo-os sobretudo para o apoio de projetos arriscados e voluntaristas, que comportem elevado potencial para induzir mudanças estruturais no perfil de especialização da economia e que sejam capazes de atrair e envolver players (nacionais ou estrangeiros) que ocupem posições estratégicas de relevo em cadeias de valor globais intensivas em tecnologia e conhecimento.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; Agências Públicas; SCT; empresas de capital de risco e <i>business angels</i>)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
13. Contributo relevante do SAESCTN para a produção científica nacional em termos de publicações e para a consolidação do sistema de C&T. Mais limitado é o contributo direto do SAESCTN em termos de valorização económica direta dos resultados. Também a cooperação com empresas não tem sido um objetivo muito valorizado no quadro de projetos SAESCTN e a transferência de tecnologia para empresas tem sido um output aparentemente pouco frequente.	18. Manter um instrumento do tipo SAESCTN com uma dotação financeira adequada, a fim de não se interromper a trajetória de consolidação do subsistema de Ciência e Tecnologia em Portugal.	Recomendação programática (AG PCI; SCT; EEC; Agências Públicas, OI)
	19. Evitar a excessiva fragmentação dos apoios à investigação e aumentar a oportunidade para concursos temáticos e de maior orientação estratégica. A exemplo do já observado nos "Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público" e do previsto na tipologia "Programas Integrados de IC&DT", deve ser dada uma maior expressão a tipologias que permitam a formatação de projetos por linha de investigação, de maior dimensão financeira e horizonte temporal mais alargado, reduzindo-se os custos de transação gerados por um muito elevado número de candidaturas e de operações aprovadas, incentivando esforços de investigação menos fragmentados e permitindo um melhor planeamento das atividades das unidades de I&D.	
	20. Aumentar a orientação estratégica induzida pelos concursos, contrariando uma excessiva lógica <i>bottom-up</i>. Para além da manutenção de concursos temáticos dirigidos a projetos enquadrados em acordos de cooperação entre Portugal e centros de conhecimento de referência mundial, considera-se desejável a definição de prioridades – a consensualizar entre o Governo / FCT e as principais organizações do subsistema de C&T – articuladas tanto quanto possível com as prioridades das estratégias de especialização inteligente a nível nacional e a nível regional, bem como com as EEC relacionadas com as referidas estratégias.	
	21. Ainda que não alimentando uma expectativa demasiado imediatista quanto à apropriação, por parte da economia, de resultados decorrentes das atividades de C&T de matriz académica (sendo que existem outros instrumentos mais formatados para promoverem essa articulação, tais como o SI I&DT em co-promoção e os projetos mobilizadores), as estratégias de especialização inteligente poderão igualmente ser o quadro gerador de uma maior articulação entre o subsistema de C&T e o sistema de inovação como um todo.	
	22. Quanto à consideração do efeito de spill-over e a verificação do efeito nas regiões convergência dos projetos com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência, embora exista a clara perceção de que esta situação constituiu e deve continuar a constituir uma exceção, deve ser ponderada a possibilidade de o estender a tipologias de projetos no domínio dos apoios ao SCTN para projetos em parceria que possam envolver parceiros das regiões não convergência uma vez que nalguns casos são os únicos que reúnem algumas competências para que os projetos sejam desenvolvidos.	

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
14. O Programa desempenhou um papel importante ao nível do acesso e custo do financiamento para as PME. O contributo do capital de risco e dos <i>business angels</i> para cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português e para a criação e desenvolvimento de empresas em áreas de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento não terá sido muito significativo. É de destacar, no entanto, a elevada adesão registada a estes instrumentos por parte dos promotores de fundos de capital de risco e das sociedades de business angels e o sucesso relativo destes últimos	23. Dar atenção, na conceção dos instrumentos de engenharia financeira, às necessidades dos agentes e às condições do mercado para evitar desenhar instrumentos que ou não respondem a necessidades ou não são competitivos e por isso não são depois mobilizados.	Recomendação programática (AG COMPETE, AG PCI; ADC; Agências Públicas; banca, SPGM)
	24. Um forte enfoque deve ser colocado na criação, afirmação e/ou consolidação de fundos de investimento e/ou de capital de risco, concretizados, sobretudo, numa lógica demand-driven, de resposta a falhas de mercado previamente identificadas, bem dimensionados financeiramente, alavancados por capitais privados, nacionais e internacionais, públicos e pelo FEDER, especializados, indutores de uma lógica desejavelmente reforçada de full risk taking, para apoio não só a projetos de start-up intensivos em conhecimento e tecnologia, mas também a operações de maior dimensão de qualificação e redimensionamento empresarial, de inovação e expansão internacional.	Recomendação programática/operacional (AG PCI; ADC; Agências Públicas; banca; SPGM; empresas de capital de risco; business angels)
	25. Na conceção das intervenções deve ser dada particular atenção à dimensão financeira, contemplando um conjunto desejavelmente mais articulado e integrado de mecanismos de apoio ao investimento de base empresarial, envolvendo sistemas de incentivos financeiros, capitais de risco, garantias, contragarantias e caucionamento mútuo, na facilitação do acesso ao capital alheio, e incentivos fiscais, tendo em consideração que a melhoria do desempenho competitivo da economia nacional passará, necessariamente, pelo aumento significativo da produtividade e inovação nas empresas e por níveis acrescidos de integração e orientação para os mercados internacionais e pela correção das atuais dificuldades em matéria de financiamento do investimento empresarial (seja ao nível de capitais próprios, de acesso competitivo aos capitais alheios, seja ainda de alguma desadequação dos instrumentos de engenharia financeira disponíveis, sobretudo para financiamento de projetos de expansão e consolidação de posições nos mercados internacionais). Isto sobretudo num contexto de crescentes dificuldades orçamentais no apoio à competitividade e de falhas de mercado que decorrem da insuficiente assunção de riscos por parte da atividade bancária e, em geral, do nosso sector transacionável.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; Agências Públicas; banca; SPGM; empresas de capital de risco; business angels)
	26. A utilização, no quadro da engenharia financeira, dos mecanismos de garantia, contragarantia e caucionamento mútuo, cofinanciados, em situações excecionais e transitórias, também pelo FEDER, na facilitação do acesso por parte das empresas ao capital alheio bancário, deve ser também ponderada.	Recomendação programática (AG PCI; ADC; Agências Públicas; banca; SPGM)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
15. Número muito reduzido de projetos no SIAC promovidos por Agências Públicas, com exceção notável do Turismo de Portugal e, com menor expressão, da AICEP. Domínios como os do empreendedorismo, da inovação ou da energia, por exemplo, evidenciam uma total ou quase total ausência de operações promovidas pelas agências governamentais.	27. As agências públicas com responsabilidade na promoção da competitividade e internacionalização da economia portuguesa podem potenciar o seu papel com reforço da participação nos instrumentos de natureza coletiva, quer em termos de participação direta através de projetos próprios no domínio em apreço, quer de envolvimento em projetos liderados por outras entidades, designadamente associações empresariais e entidades representativas de polos/clusters.	Recomendação programática/operacional (AG PCI; ADC; Agências Públicas)
16. Adequação genérica dos modelos de financiamento adotados mas alguma margem para melhoria, limitando oportunidades de arbitragem entre sistemas e afinando os modelos de financiamento às tipologias de despesa/operações. A análise efetuada permite ainda concluir que as taxas de juro e os prazos de carência e reembolso nas linhas de crédito bonificado, nos empréstimos de médio prazo a business angels e nos incentivos reembolsáveis à taxa zero no SI Inovação deverão ser mais competitivas para as empresas, aproximando-as mais dos níveis médios praticados na Europa.	28. Estabelecer modalidades de incentivo (reembolsável ou não reembolsável) idênticas para cada uma das tipologias de despesa elegível nos vários sistemas de incentivos operacionalizados evitando comportamentos de arbitragem entre instrumentos. O modelo de financiamento baseado em incentivos não reembolsáveis é adequado ao SI I&DT e ao SI QPME nas áreas da I&D, nomeadamente naquilo que diz respeito a tarefas não rotineiras de I&D e a algumas estratégias de inovação que envolvem maior risco tecnológico, e às ações de prospeção e promoção internacional. O modelo de financiamento baseado em incentivos reembolsáveis com possibilidade de prémio de execução e desempenho adequa-se bem ao SI Inovação.	Recomendação programática/operacional (AG PCI, OI)
17. Foi implementada uma política de comunicação multicanal consistente e com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados, mas com espaço para evoluir no futuro, através de um posicionamento mais efetivo junto dos meios de comunicação social. Considera-se que o <i>site</i> do COMPETE é apelativo em termos de imagem, apesar de algumas páginas possuírem muita informação, existindo margem de evolução em termos da sua estrutura e navegabilidade.	29. Implementar uma abordagem dinâmica na divulgação de bons resultados de projetos apoiados, envolvendo os beneficiários na apresentação do conteúdo do projeto, dos resultados obtidos e do impacto alcançado. Seria assim desejável a promoção de uma política de imprensa e de televisão (parcerias com jornalistas) e um portal dinâmico com maiores índices de participação dos Organismos Intermédios e empresas promotoras. Uma maior presença do COMPETE junto dos meios de comunicação social, nomeadamente na televisão, jornais e revistas da especialidade favorecerá também uma maior projeção do Programa. No próximo período de programação deveria assegurar-se, desde o início, a introdução, continuidade e clareza de uma única marca para que a perceção da sua mensagem não ocorra tarde e de forma confusa. A realização de ações dinâmicas mais dirigidas a segmentos de beneficiários, mais interpessoais, com a utilização de uma linguagem mais simples e a disponibilização, por exemplo, de funcionalidades de comunicação online ao serviço dos beneficiários, numa lógica de marketing de serviços, de acordo com as necessidades dos beneficiários é também relevante. Devem estabelecer-se pontes entre a gestão da rede de comunicação com as redes técnicas e com os Organismos Intermédios, que lidam com maior profundidade e diretamente com os beneficiários, com o objetivo de melhorar a linguagem e o contexto em que esta é utilizada e é importante assegurar	Recomendação operacional (AG COMPETE; AG PCI)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
	uniformidade na informação usada nos canais de comunicação dos diferentes agentes, com conceitos melhor trabalhados e com informação e linguagem mais simples, una e melhor gerida do ponto de vista temporal.	
	30. Nas páginas do site do COMPETE com maior volume de informação, deverá reforçar-se a utilização de <i>hidden sections</i>, direcionando os utilizadores para os tópicos mais importantes e colocando nas referidas secções a informação mais detalhada. Sugere-se a exibição agregada numa única imagem ou tabela dos diferentes sistemas de apoio e dos correspondentes aspetos críticos. Recomenda-se a revisão e introdução de conteúdos na versão inglesa do <i>site</i>, aproximando-a mais da versão portuguesa, e a melhoria dos resultados do motor de busca, através da alteração da denominação dos documentos pesquisados e contextualizando adequadamente por níveis e tipos de informação os resultados obtidos. Estas alterações tornarão mais perceptível e imediata a navegabilidade no <i>site</i>, principalmente para novos utilizadores, em particular, potenciais beneficiários dos sistemas de apoio. Uma comunicação mais efetiva, programada e organizada das potencialidades e virtualidades de instrumentos como por exemplo o capital de risco e, particularmente, os <i>business angels</i>, tendo em atenção a juventude destes instrumentos, deveria ser também priorizada. Recomenda-se ainda uma melhor articulação do COMPETE com outros agentes de comunicação dos sistemas de apoio, assegurando maior uniformidade no tratamento da informação e eficácia na perceção da mesma.	Recomendação operacional (AG COMPETE)
	31. Um maior enfoque deve ser colocado no desenvolvimento de um quadro regulamentar e administrativo mais flexível, simplificado e desburocratizante no relacionamento com os promotores, com menos investimento "à cabeça" e um acompanhamento físico mais efetivo das estratégias e dos ciclos de investimento, particularmente dos promotores bem implantados nas respetivas atividades e/ou <i>clusters</i>, com estratégias claramente orientadas para a inovação e criação de valor e para o reforço de posições nos mercados internacionais, desde a fase prévia à apresentação da candidatura, passando pela sua preparação e contratualização, até à sua execução e conclusão, avaliando-se e otimizando-se resultados e impactos. Tal enfoque poderá significar uma maior especialização do papel, atribuições e competências neste domínio dos organismos intermédios, privilegiando a sua afirmação efetiva enquanto agências públicas de promoção da competitividade e internacionalização empresarial, orientando, nesse sentido, alguns exclusivamente para	Recomendação operacional (AG COMPETE; OI; AG PCI; ADC)

Conclusão	Recomendação	Natureza e destinatário da recomendação
	a identificação e apoio ao desenvolvimento de ideias que podem vir a configurar bons projetos e para o acompanhamento estratégico na fase de execução e desenvolvimento dos mesmos, enquanto parceiros dos promotores e das suas estratégias, e outros exclusivamente para a gestão executiva dos diferentes instrumentos de política pública definidos e implementados. Neste domínio seriam muito importantes a simplificação e flexibilização de algumas das regras impostas pelo FEDER no desenho e operacionalização dos mecanismos de engenharia financeira, que têm condicionado uma adesão mais forte a estes instrumentos por parte sobretudo dos seus destinatários.	
	32. No quadro da seleção dos projetos, sempre que possível, deve-se procurar relativizar as notações dos projetos empresariais, ao nível dos critérios de elegibilidade e de seleção definidos nos diferentes sistemas de incentivos, com referenciais sectoriais para os indicadores utilizados. A valorização do impacto territorial da empresa e do projeto deve também ser considerada.	Recomendação operacional (AG PCI; OI)

Legenda:

SIGLA	Descrição	SIGLA	Descrição
AP	Agências Públicas (nessa função em particular)	EEC	Entidades gestoras das EEC/clusters
ADC	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	OI	Organismos Intermédios
AG COMPETE	Autoridade de Gestão do COMPETE	SCT	Entidades do Sistema Científico e Tecnológico
AG PCI	Autoridade de Gestão do Programa Competitividade e Internacionalização	SPGM	Sociedade Portuguesa de Garantia Mutua
AG PISE	AG do PO Inclusão Social e Emprego	POR	PO Regionais
AG PCH	AG do PO Capital Humano		

8. Referências bibliográficas e eletrónicas

Documentos base do COMPETE e regulamentos aplicáveis

- *Programa Operacional Fatores de Competitividade/COMPETE (versão base e reprogramada)*
- *Avaliação ex-ante do Programa Operacional Fatores de Competitividade, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2007)*
- *Regulamentos comunitários e nacionais (transversais e específicos) aplicáveis às tipologias de intervenção do COMPETE*
- *Relatórios de execução anuais do COMPETE (2007 a 2011)*
- *Avaliação da Política de Comunicação do COMPETE*
- *Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda Fatores de Competitividade, Augusto Mateus & Associados (2011)*
- *Avaliação da estratégia e do processo de implementação das EEC – Tipologia Clusters (2013)*
- *Avisos de abertura de concurso e convites públicos para apresentação de candidaturas lançados pelo COMPETE*
- *Normas, orientações técnicas e de gestão e referenciais emitidos pelo COMPETE*
- *Diversas brochuras e outros documentos enquadradores da Política de Comunicação do COMPETE*
- *Decreto-Lei nº 175/2008 (Diário da República nº 164, 1ª Série, de 26 de Agosto), que cria o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação*
- *Protocolo de articulação entre FEDER e FEADER - Sistema de Incentivos do QREN (FEDER) e do PRODER (FEADER), celebrado em 02/10/2008 entre a AG do PRODER e as AG dos PO do QREN, no domínio da Agenda Competitividade*

Documentos enquadradores e de acompanhamento global do QREN

- *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, Observatório do QCA III (2007)*
- *Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013, Observatório do QREN (2009)*
- *Relatório Estratégico do QREN 2009, Observatório do QREN (2009)*
- *Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN – Boletins informativos trimestrais, Comissão Técnica de Coordenação do QREN*
- *Relatório Anual do QREN 2010, Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2011)*
- *"Avaliação Global da Implementação do QREN 2007-2013", IESE/Quatenaire Portugal (2010) e correspondente documento de follow-up produzido pelo Observatório do QREN (2011)*
- *Avaliação estratégica do QREN – Lote 3 - Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular das PME, IESE/Quatenaire (2013)*

Referenciais metodológicos

- *EVALSED – Guia para avaliação do desenvolvimento socioeconómico, Comissão Europeia*
- *The New Programming Period 2007-2013: Indicative Guidelines on Evaluation Methods – Evaluation during the programming period, Comissão Europeia – DG Política Regional (2007)*
- *The New Programming Period 2007-2013: Indicative Guidelines on Evaluation Methods – Monitoring and evaluation indicators, Comissão Europeia – DG Política Regional, Documento de trabalho Nº2 (2006)*
- *Indicadores de acompanhamento e avaliação, Comissão Europeia – DG Política Regional, Documento de trabalho Nº3, Indicadores de acompanhamento e avaliação: uma metodologia indicativa, Novo Período de programação 2000-2006*

Estudos e relatórios nacionais e internacionais

- *Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação Português: Desafios, Forças e Fraquezas Rumo a 2020, FCT (2013)*
- *Quinto Relatório sobre a Coesão Económica e Social, Comissão Europeia (2010)*
- *Innovation Union Scoreboard 2013, Maastricht Economic and Social Research Institute on Innovation and Technology (UNU-MERIT) (2013)*
- *OECD Science, Technology and Industry Scoreboard, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2011)*
- *"Evaluation of Innovation Activities - Guidance on methods and practices", Technopolis – Manchester Institute of Innovation And Research (2012)*

- *Relatório anual sobre as PME Europeias – Are EU SMEs recovering from the crisis?, Comissão Europeia – DG Empresas (2011)*
- *Avaliação das medidas SIMPLEX*
- *Impacto da aplicação dos resultados dos projetos de I&D apoiados pela Agência de Inovação (de 1993 a 2011), Agência de Inovação (2011)*
- *Inquérito à Valorização de Resultados da I&D Empresarial - Relatório preliminar da análise dos Resultados do Inquérito, Agência de Inovação (2011)*
- *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia [COM(2006)35final], Comissão Europeia – DG Comunicação (2006)*
- *Citizens' awareness and perceptions of EU regional policy, Comissão Europeia, DG Política Regional/DG (2010)*
- *Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas TIC na Administração Pública, Agência para a Modernização Administrativa (2012)*
- *Análise comparada dos procedimentos, custos e demora burocrática em Portugal, com base no "Doing Business 2011" do Banco Mundial, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (2011)*
- *A sociedade da informação em Portugal 2010, UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (2010)*
- *Incubadoras de empresas e empreendedorismo - A experiência portuguesa, João Paulo Coelho Marques, Edição IAPMEI (2010)*
- *Parcerias Científicas para a Inovação – Coletânea de Abstracts, Edição IAPMEI (2008)*
- *Direção-Geral de Informática, Estudo prévio do Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte, março 2008*
- *Direção-Geral dos Impostos, Relatório do Sistema de Gestão do Atendimento-SGA, 2009*
- *Autoridade Tributária e Aduaneira, Relatório de Monitorização SGA, 2011*
- *Direção-Geral dos Impostos, Relatório de Monitorização - Sistema de Gestão de Atendimento - SGA, 2010*
- *Autoridade Tributária e Aduaneira, SGA 2012 - Relatório anual de monitorização*
- *Direção-Geral dos Impostos, Análise dos inquéritos 2010 - Utilizadores canal internet, abril 2011*
- *DGITA, Relatório de atividades 2009 e 2010, Principais Actividades Realizadas e Resultados Obtidos*

ANEXOS

Anexo A. Instrumentos de recolha e análise de informação

A.1 *Caracterização temporal e especificação dos processos de recolha de informação através de entrevistas, focus group e estudos de caso*

Quadro A. 1
Entrevistas realizadas durante o processo avaliativo

Entidade	Data de realização	Entrevistados
Grupo de Acompanhamento	08-02-2013	Piedade Valente, Isabel Matalonga, Jorge Abegão, Conceição Moreno, Daniel Calado, Joaquim Bernardo, Isabel Pestana
COMPETE	20-02-2013	Fernando Alfaiate, Jorge Abegão
COMPETE	20-02-2013	Marco Granja
COMPETE	20-02-2013	Maria José Caçador
COMPETE	20-02-2013	Isabel Matalonga e Cátia Pinto
COMPETE	20-02-2013	Francisco Nunes, Ricardo Banha, Susana Marques
COMPETE	20-02-2013	Francisco Ramires
FCT	26-02-2013	Paulo Pereira, Pedro Leite, Miguel Oliveira, Isabel Vitorino,
Grupo de Acompanhamento	22-03-2013	Piedade Valente, Isabel Matalonga, Jorge Abegão, Conceição Moreno, Daniel Calado
COMPETE	01-04-2013	Jorge Abegão, Conceição Moreno, Daniel Calado
DGEEC	09-04-2013	Teresa Evaristo, Filomena Oliveira, Alexandre Paredes
INE	30-04-2013	Sofia Rodrigues, Margarida Rosa, Teresa Fragoso, Maria João
Observatório do QREN, COMPETE	17-05-2013	Ricardo Mamede, Jorge Abegão, Daniel Calado, Conceição Moreno
AMA	29-05-2013	João Venâncio, Patrícia Boal
COMPETE	30-05-2013	Dr.ª Isabel Matalonga
Turismo de Portugal	04-06-2013	Carlos Abade
AICEP	04-06-2013	Manuela Calisto, Francisco Baptista
Agência de Inovação	06-06-2013	Miguel Cruz, Paulo Cunha
IAPMEI	07-06-2013	Miguel Cruz, Pedro Licínio
FCT	11-06-2013	Pedro Leite, Paulo Pereira
Observatório QREN	04-07-2013	Dr.ª Cláudia Costa
Grupo de Acompanhamento	05-07-2013	Piedade Valente, Isabel Matalonga, Jorge Abegão, Daniel Calado
Agência de Inovação	08-07-2013	Rosalina Soares, Maria Matos
AICEP	08-07-2013	Francisco Baptista
IAPMEI	08-07-2013	Miguel Cruz, Elizabete Machado
COMPETE	09-07-2013	Fernando Alfaiate, Jorge Abegão, Maria José Caçador, Marco Granja, Francisco Nunes, Ricardo Banha
FCT	09-07-2013	Pedro Leite, Luís Ascensão, Ana Godinho
IFDR	09-07-2013	Paulo Emerenciano
COMPETE	09-07-2013	Francisco Ramires, Jorge Abegão
AMA	10-07-2013	António Cruz, Ana Pio, Patrícia Boal
Turismo de Portugal	10-07-2013	Carlos Abade, Jorge Ambrósio, Conceição Monteiro, Isabel Ferreira
COMPETE	10-07-2013	Isabel Matalonga, Jorge Abegão, Cátia Pinto

Quadro A. 2

Entrevistas realizadas durante o processo avaliativo - Estudos de Caso

Estudo de caso	Entidade	Data de realização
MEGA PTA	ARTLANT PTA, SA	19-08-2013
Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação	FIORIMA, SA	05-09-2013
Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012	APICCAPS	18-07-2013
Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado - 2012	APICCAPS	18-07-2013
ADIRA 2009 - Desenvolvimento e Internacionalização	ADIRA, SA	05-09-2013
TOOLING EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho	Aníbal H. Abrantes - Indústrias de Moldes e Plásticos, SA	19-07-2013
MEASUREWATT - <i>If you can not measure it, you can not improve it</i>	ISA - INTELLIGENT SENSING ANYWHERE, SA	04-09-2013
FCR Capital Criativo II	Capital Criativo	26-07-2013
PEST-C/SAU/LA0002/2011 - Proj. Estratégico - LA 2 - 2011-2012	Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC/UP)	22-07-2013
SIAC - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	Autoridade Tributária e Aduaneira	19-07-2013
SIAC - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	Autoridade Tributária e Aduaneira	26-07-2013
Plano de Promoção Externa 2008/2009	Turismo de Portugal	23-07-2013
REINFORMETAL - Informação e representação de PME do sector do metal	AIMMAP	22-07-2013
Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado DA Inovação Empresarial (MDSIE)	COTEC Portugal - Assoc. Empresarial para a Inovação	26-07-2013

Quadro A. 3

Focus group/Workshops realizados – Temáticas, local e data de realização

Local e Data de realização	Dimensões de análise	Entidades presentes	Nº de participantes
O COMPETE e a qualificação do tecido produtivo: <i>upgrading</i> do perfil de especialização e dos modelos de negócio empresariais (Workshop)			
Lisboa, 15 de julho 2013	- Contributo do COMPETE para a renovação dos modelos de negócio e para o <i>upgrading</i> do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa - Fatores que condicionaram o alcance destes objetivos e de que forma podem ser maximizados os contributos (no atual e próximo período de programação) - Articulação COMPETE-POR nos objetivos identificados: Balanço e ideias para o futuro	CEIIA, AIP, COMPETE, Observatório do QREN, TICE.PT, PCT da Energia, Turismo de Portugal, IAPMEI, CIP, AIP, Produtech	12
O COMPETE e o reforço da orientação para os mercados internacionais (Workshop)			
Lisboa, 15 de julho 2013	Contributo do COMPETE para: o aumento do negócio internacional e da orientação exportadora; a atração de IDE; a substituição de importações; a diversificação de mercados geradores de negócios internacionais; a diversificação dos modelos de negócio internacional; o aumento do valor acrescentado e da intensidade tecnológica e em conhecimento associados ao negócio internacional De que forma o apoio a ações coletivas e ao capital de risco contribuem para este objetivo	COMPETE, Observatório do QREN, TICE.PT, PCT da Energia, Turismo de Portugal, AICEP, IAPMEI, CIP	10
O COMPETE e a promoção da economia baseada no conhecimento e na inovação (Workshop)			
Lisboa, 17 de julho 2013	Contributo do COMPETE para: - o reforço e consolidação das capacidades e da excelência das unidades de I&D nacionais - o aumento da produção científica nacional e para a melhoria do posicionamento do país no contexto internacional neste domínio - a valorização económica da I&D desenvolvida no seio das entidades do SCTN e para a participação nacional em plataformas e redes de conhecimento internacionais - o aumento do investimento público e privado em I&D e em inovação - o reforço da interação e articulação entre empresas e centros de saber em matéria de I&D e inovação - a promoção do empreendedorismo qualificado e para o desenvolvimento de novas empresas inovadoras	Cluster Habitat Sustentável, Polo Turismo 2015, PCT da Energia, Observatório do QREN, COMPETE, IAPMEI	8

Local e Data de realização	Dimensões de análise	Entidades presentes	Nº de participantes
Papel do COMPETE na ativação e dinamização de <i>Business angels</i> e de Capitais de Risco (<i>Focus group</i>)			
Lisboa, 16 de julho 2013	Contributo do COMPETE para: - ultrapassar falhas de mercado na envolvente financeira das empresas, e particularmente das PME, em matéria de "pre-seed, early stages and early development and expansion capital" - através do "apoio" a <i>Business angels</i>, promover a emergência de <i>start-ups</i> tecnológicas e/ou facilitar processos de spin-off de idêntica natureza - através do "apoio" a capitais de risco, sustentar as diferentes estratégias empresariais de crescimento, desenvolvimento, inovação e internacionalização Que impactos no mercado de capital de risco	Observatório do QREN, COMPETE, PMEInvestimentos, FNABA, Portugal Ventures	6
O COMPETE e o reforço do financiamento de capitais alheios (<i>Focus group</i>)			
Lisboa, 16 de julho 2013	- Contributo do COMPETE para reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário - Contributo do COMPETE para promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME - Impactos do SAFRI no mercado financeiro, nomeadamente ao nível do financiamento nas fases iniciais - Contributo do COMPETE para responder, por via do reforço de capitais alheios, à crise financeira nas empresas	COMPETE, SPGM, Sociedades de Garantia Mútua (Lisgarante, Garval), CIP, PME Investimentos	7
Os efeitos não esperados das intervenções apoiadas pelo Programa e seus impactos nos objetivos estratégicos do COMPETE (<i>Focus group</i>)			
Lisboa, 18 de julho 2013	- Validação da tipologia de Efeitos não esperados - a dimensão dos diferentes Efeitos e as suas consequências na eficácia do Programa - forma como esses Efeitos foram/podem ser mitigados (os divergentes) e/ou potenciados (os convergentes) no sentido de maximizar a eficácia e utilidade do Programa	COMPETE, Observatório do QREN, INESC Porto, Turismo de Portugal, TICE.PT, PCT da Energia, Produtech, Cluster Habitat Sustentável, PCT Saúde, CIP	13
Os apoios à competitividade empresarial: eficácia e eficiência dos diversos instrumentos (<i>Workshop</i>)			
Lisboa, 18 de julho 2013	- Análise comparativa dos modelos de financiamento do apoio direto às empresas - A importância da disponibilização de instrumentos de acesso simplificado e da sua continuação no próximo período de programação - Análise comparativa da eficácia e eficiência dos instrumentos incentivos versus engenharia financeira versus ações coletivas: os resultados da avaliação e a preparação do próximo período de programação financeira dos fundos estruturais	COMPETE, Observatório do QREN, INESC Porto, Turismo de Portugal, TICE.PT, PCT da Energia, Produtech, Cluster Habitat Sustentável, PCT Saúde, CIP, AIP, POR Lisboa, Turismo 2015	15
Apresentação e validação das conclusões e recomendações preliminares da Avaliação do COMPETE			
Lisboa, 21 de outubro 2013	- Apresentação dos trabalhos de avaliação (questões de avaliação, cronograma, instrumentos metodológicos) - Apresentação, debate e validação das principais conclusões (preliminares) do estudo de avaliação: desempenho do COMPETE, contributo das intervenções para os objetivos, efeitos não esperados, política de comunicação, efeito de incentivo, modelo de financiamento e efeito <i>spill-over</i>. - Balanço da avaliação e recomendações para o período 2014-2020	COMPETE; Observatório do QREN; IFDR; IAPMEI; AICEP; AMA; FCT	7

A.2 Caracterização do universo dos respondentes aos inquéritos

Quadro A. 4

Universo de respondentes e universo de inquiridos: investimento elegível
Rácio entre Inv. elegível respondentes / Inv. elegível inquiridos

	Total
SAESCTN	65,1%
Sistemas de Incentivos	38,9%
<i>SI&DT</i>	74,0%
<i>SI Inovação</i>	34,8%
<i>SI QPME</i>	37,7%
Mecanismos de reforço de capital alheio	14,1%
Mecanismos de reforço de capital próprio	41,9%
SAMA	55,1%
SIAC	91,8%
Total	40,5%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base no sistema de informação do POFC (universo dos projetos) e nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 5

Universo de respondentes e universo de inquiridos: setor
Rácio entre Inv. elegível respondentes / Inv. elegível inquiridos

	Indústria	Energia	Construção	Comércio	Transportes	Turismo	Serviços	Outros setores
SAESCTN	-	-	-	-	-	-	65,3%	33,0%
Sistemas de Incentivos	35,0%	100,0%	35,3%	42,0%	33,5%	51,2%	77,1%	0,0%
<i>SI&DT</i>	73,3%	100,0%	100,0%	60,9%	-	-	75,7%	-
<i>SI Inovação</i>	31,2%	-	-	33,4%	32,3%	51,4%	81,6%	-
<i>SI QPME</i>	36,2%	-	29,3%	41,8%	50,2%	0,0%	59,7%	0,0%
Mecanismos de reforço de capital alheio	14,2%	-	10,2%	16,3%	0,0%	30,7%	19,3%	-
SAMA	-	-	-	-	-	-	-	55,1%
SIAC	95,3%	-	-	-	-	-	94,3%	88,7%
Total	34,9%	100,0%	18,2%	30,2%	25,6%	51,1%	75,7%	65,4%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base no sistema de informação do POFC (universo dos projetos) e nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 6

Universo de respondentes e universo de inquiridos: região
Rácio entre Inv. elegível respondentes / Inv. elegível inquiridos

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Multi-Regiões
SAESCTN	67,3%	67,0%	-	64,9%	48,4%
Sistemas de Incentivos	46,7%	38,8%	-	23,8%	51,0%
<i>SI&DT</i>	82,8%	67,2%	-	55,1%	62,9%
<i>SI Inovação</i>	38,9%	37,4%	-	23,3%	59,6%
<i>SI QPME</i>	45,9%	34,0%	-	38,8%	26,1%
Mecanismos de reforço de capital alheio	12,4%	17,2%	-	6,8%	-
SAMA	60,4%	66,9%	66,8%	-	24,7%
SIAC	100,0%	-	-	-	91,7%
Total	45,7%	38,7%	66,8%	23,7%	59,7%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base no sistema de informação do POFC (universo dos projetos) e nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 7
Distribuição do investimento elegível dos respondentes por nível de encerramento, em %

	Proj. com Pedido de Pagamento Final Apresentado	Proj. com Pagamento de Reembolso Final	Proj. Encerrado	Não encerrado	Total
SAESCTN	0,1	2,4	0,0	97,5	100
Sistemas de Incentivos	31,9	0,6	29,7	37,8	100
SAMA	22,3	52,7	3,7	21,3	100
SIAC	70,8	4,9	19,3	5,1	100

Fonte: Equipa de Avaliação com base nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 8
Distribuição do investimento elegível dos respondentes por setor, em %

	Indústria	Energia	Construção	Comércio	Transportes	Turismo	Serviços	Outros setores	Total
SAESCTN	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,7	0,3	100
Sistemas de Incentivos	75,1	0,0	0,2	1,0	0,4	11,9	11,4	0,0	100
SAMA	50,7	0,0	10,1	29,2	0,0	4,2	5,8	0,0	100
SIAC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100
SAESCTN	15,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	38,3	46,4	100

Fonte: Equipa de Avaliação com base nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 9
Distribuição do investimento elegível dos respondentes por região, em %

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Multi-Regiões	Total
SAESCTN	55,9	33,6	0,0	2,4	8,0	100
Sistemas de Incentivos	39,2	38,6	0,0	13,3	8,9	100
Mecanismos de reforço de capital alheio	49,0	48,8	0,0	2,2	0,0	100
SAMA	4,8	6,0	77,0	0,0	12,2	100
SIAC	1,0	0,0	0,0	0,0	99,0	100

Fonte: Equipa de Avaliação com base nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 10
Distribuição do investimento elegível dos respondentes por instrumento, em % - Sistemas de Incentivos

	Investimento Elegível
SI I&DT	19,1
SI Inovação	74,2
SI QPME	6,7
Total	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação com base nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 11
Distribuição do investimento elegível dos respondentes por instrumento, em % - Mecanismo de reforço de capital próprio

	Investimento Elegível
Business angels	22,8
Fundos de Capital de Risco	77,2
Total	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação com base nas respostas aos inquéritos

Quadro A. 12

Distribuição das entidades integram grupo de tratamento e de controlo para análise das variações anuais nos dados apurados pelo INE

		Grupo de tratamento				Grupo de controlo			
		2008/07	2009/08	2010/09	2011/10	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
Região	Norte	52,9	52,8	52,8	52,6	51,1	51,2	51,5	51,6
	Centro	40,6	40,6	40,5	40,6	35,9	35,9	35,9	35,7
	Alentejo	5,6	5,7	5,7	5,9	13,0	12,9	12,7	12,7
Sector	Indústria	44,4	44,4	44,5	44,5	13,7	13,5	13,5	13,4
	Construção	9,2	9,1	9,0	8,8	14,1	14,0	13,8	13,4
	Energia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	Comércio	29,2	28,9	28,7	28,6	33,3	33,0	33,1	32,9
	Turismo	5,3	5,4	5,4	5,5	9,1	9,0	8,9	9,0
	Transportes/logística	2,5	2,5	2,5	2,5	5,3	5,4	5,3	5,1
	Serviços	8,1	8,1	8,2	8,2	13,0	13,6	13,8	14,2
	Outros	1,3	1,4	1,6	1,8	11,3	11,5	11,5	12,0
Escala de dimensão	Micro empresa	19,6	19,5	19,6	19,7	88,2	88,4	88,4	88,6
	Pequena empresa	45,8	45,5	45,4	45,2	10,5	10,4	10,4	10,2
	Média empresa	30,9	31,0	31,0	31,0	1,1	1,1	1,1	1,0
	Não PME	3,7	4,0	3,9	4,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total de unidades		4002	4042	4040	4007	153890	154860	151151	151256

NOTA: A composição do universo de controlo é diferente para cada variável e cada ano em função da presença das entidades em dois anos consecutivos na base e do reporte da variável. É reportada a estrutura para a variável VAB.

Fonte: INE

A.3 Instrumentos de notação dos inquéritos

A.3.1. Inquérito aos promotores dos Sistemas de Incentivos

A. Caracterização da entidade promotora

1. Designação da empresa/entidade:
2. NIPC _____
3. Número do projeto (*este número consta do e mail enviado*): _____

B. Motivações/Objetivos/Resultados

4. A empresa teve projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos de Quadros Comunitários de Apoio anteriores?

[] Sim
[] Não

5. Qual o principal foco estratégico prosseguido pela empresa no momento em que apresentou a candidatura relativa ao projeto referido (*selecione aquele que na lista seguinte melhor o descreve*)?

Focos estratégicos	
Expansão da capacidade produtiva	()
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	()
Aumento do valor acrescentado	()
Viragem para os mercados externos	()
Reforço do negócio internacional na UE	()
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	()
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, <i>design</i> , marca, etc.)	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à dimensão ambiental (ambiente e eco-eficiência, eficiência e diversificação energética, etc.)	()
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	()
Outro (Qual?)	()

6. Quais os vetores de orientação estratégica e fatores competitivos privilegiados no presente projeto de investimento? (*Assinale os três vetores estratégicos e os três fatores competitivos mais relevantes, numerando-os de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor/fator mais relevante*)

Vetores estratégicos		Fatores competitivos	
Introdução de novos produtos/serviços	()	Reforço da qualificação e competências do capital humano	()
Inovação nos produtos/serviços já existentes	()	Formação profissional	()
Modernização tecnológica de processos	()	Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação	()
Expansão da capacidade produtiva	()	Acesso ao conhecimento e à tecnologia	()
Alteração da gama de produtos/serviços	()	<i>Design</i> e engenharia de desenvolvimento	()
Diferenciação de produtos/serviços	()	Criação/reforço de marca própria	()
Internacionalização (vendas, compras)	()	Marketing, comercialização e distribuição	()
Contenção de custos/despesas	()	Qualidade	()
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	()	Ambiente	()
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	()	Eficiência energética	()

7. Teria desenvolvido o presente projeto apoiado pelo COMPETE, caso não tivesse obtido o apoio financeiro dos Sistemas de Incentivos QREN?

[] Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: _____ %
[] Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: _____ %
[] Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto. Adiamento em nº de meses: _____ meses
[] Sim, sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou com apoio de capital de risco.
[] Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
[] Não teria desenvolvido o projeto (*passe à questão 10*).

8. Teria concretizado o projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos SI QREN?

[] Sim
[] Não. Neste caso, qual seria a localização selecionada? _____

9. Teria criado os mesmos postos de trabalho, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos SI QREN para o projeto apoiado?

- ☐ Não teria criado postos de trabalho
- ☐ Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto: redução em % face ao previsto: _____%
- ☐ Teria criado postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto
- ☐ Sim, mas teria atrasado a sua contratação em nº de meses: _____ meses

10. Quais as perspectivas de concretização (no caso de projetos concluídos, concretização efetiva) do investimento previsto em candidatura?

- ☐ De acordo com o previsto
- ☐ Abaixo do previsto: redução em % face ao previsto: _____%
- ☐ Acima do previsto: aumento em % face ao previsto: _____%

11. Indique, relativamente a este projeto, o último ano anterior à sua implementação e o ano após a sua conclusão.

Último ano anterior à implementação do projeto: _____

Ano posterior à conclusão do projeto: _____

12. Indique, para os seguintes parâmetros de análise, os valores verificados no último ano antes da implementação do projeto, o valor verificado em 31/12/2012 e os valores previsíveis/verificados após a conclusão do projeto.

Parâmetros de análise	Valor do último ano antes da implementação do projeto	Valor em 31-12-2012	Valor previsível/verificado no 1.º ano completo após conclusão do projeto	Valor previsível/verificado no 3.º ano completo após conclusão do projeto
Volume de Negócios (VN)				
Volume de Negócios Internacional				
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços				
Produtividade				
Postos de trabalho				
Postos de Trabalho Qualificados (licenciatura ou superior)				
Despesas em I&D				

13. Em que medida o presente projeto contribuiu/contribuirá para a evolução das seguintes variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto? (ex. o aumento do volume de negócios internacional da empresa foi/será originado em x% pela implementação deste projeto em particular; a diminuição do volume de negócios não foi/será originada pelo projeto - 0%)

Variáveis em análise	Peso % na variação
Volume de Negócios	()%
Volume de Negócios Internacional	()%
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços	()%
Produtividade	()%
Postos de trabalho	()%
Postos de Trabalho Qualificados (licenciatura ou superior)	()%
Despesas em I&D	()%

14. Caso tenha identificado desvios desfavoráveis face ao previsto na candidatura no grau de execução e desempenho do projeto, que razões estão/estiveram na origem desses desvios? (Assinale apenas os três problemas mais relevantes)

Problemas na execução do projeto	
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	()
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	()
Atraso na aprovação da candidatura	()
Atraso na contratação do projeto	()
Degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos	()
Deterioração das perspectivas de vendas	()
Falta de capacidade financeira para implementar o projeto	()
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	()
Dificuldades de relacionamento com as estruturas técnicas dos Sistemas de Incentivos	()
Atraso nos pagamentos das comparticipações comunitárias	()
Outro (Qual?)	()

15. Quanto à sua persistência no tempo, os efeitos gerados pelo projeto sobre a evolução da empresa serão de que natureza?

- ☐ Duradoura ☐ Efémera

16. Como avalia o impacto do projeto de investimento desenvolvido nas seguintes áreas, assinalando apenas as quatro mais relevantes para o seu caso:

Parâmetros de análise	Muito desfavorável	Desfavorável	Nem favorável nem desfavorável	Favorável	Muito favorável
Expansão da capacidade produtiva e da produção					
Internacionalização do negócio					
Entrada em novos mercados - UE					
Entrada em novos mercados - extra UE					
Lançamento de uma nova área de negócio					
Lançamento de novos produtos/serviços					
Diferenciação de bens e serviços					
Introdução de novos processos produtivos					
Organização e gestão					
Comercialização e marketing					
I&D					
Qualidade dos produtos/serviços					
Eficiência e diversificação energética					
Ambiente					
Qualificação de recursos humanos					
Cooperação empresarial e institucional					
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento (QREN/Extra QREN)					
Outra. Qual? _____					

C. Comunicação

17. De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos? *(Pode selecionar mais do que uma opção)*

- ☐ Sítio do COMPETE
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Publicações e material de divulgação do COMPETE
☐ Newsletters do COMPETE
☐ Facebook | COMPETE
☐ Anúncios (imprensa ou web)
☐ Meios de comunicação social
☐ Associações Empresariais
☐ Outra (Qual? _____)
☐ Não sabe/Não responde

18. Reconhece a insígnia do FEDER?



- ☐ Sim
☐ Não

19. Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)? *(Pode selecionar mais do que uma opção)*



- ☐ Não reconhece a marca (*passa à questão seguinte*)
☐ Publicações, material de divulgação ou anúncios (*newsletter*)
☐ Notícias em meios de comunicação social
☐ Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade – COMPETE (www.pofc.qren.pt)
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Outra (Qual?) _____
☐ Não sabe/Não responde

20. Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade?

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simples
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (<i>newsletter</i>) COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Esclarecimentos prestados pelo <i>call center</i> do COMPETE e das Agências Públicas	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

21. Por favor, indique a sua opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE. (*Escolha apenas uma opção por linha*)

Parâmetros de análise	Discordo em absoluto	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo bastante	Concordo em absoluto	Não sabe/ Não responde
Inser-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade	()	()	()	()	()	()
Inser-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão	()	()	()	()	()	()
Apoia projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto	()	()	()	()	()	()
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores	()	()	()	()	()	()
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados	()	()	()	()	()	()
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas	()	()	()	()	()	()

D. Custos de contexto

22. Efetuou algum pedido (instalação/alteração) de licenciamento industrial desde 2009?

[..] Sim

[..] Não (*passa à questão 26*)

A Agência para a Modernização Administrativa, com o apoio do COMPETE, iniciou o projeto **REAI – Regime de Exercício da Atividade Industrial – Desmaterialização**, que tem como objetivo a desmaterialização e integração plena de todo o processo de Licenciamento Industrial. Foi neste âmbito que foi desenvolvida a Plataforma REAI, que se encontra disponível desde 2009, no seguinte link: https://www.portaldaempresa.pt/CVE/Services/LicIndustrial/Simulador/LISM0100_TipoPedido.aspx

A plataforma REAI disponibiliza, entre outras, as seguintes funcionalidades:

- Simulador *online* que permite ao utilizador identificar o regime de acesso à atividade industrial aplicável ao seu caso, com base no qual lhe será fornecida informação sobre a tramitação previsível para o seu processo e respetivos prazos legais;
- Formulário eletrónico, único e dinâmico, com atribuição automática do número único do processo e indicação de todos os documentos a anexar ao pedido no momento da sua submissão;
- Consulta *online* de informação relativa ao estado do seu processo;
- A integração da componente "Localização" (ou seja, o interface com o Sistema de Informação SNIT da DGOTDU), com possibilidade de consulta direta dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGTs) aplicáveis.

23. Utilizou a plataforma REAI?

[..] Sim, para criação da empresa

[..] Sim, para instalação do estabelecimento

[..] Sim, para alteração do estabelecimento industrial

[..] Sim, para regularização do estabelecimento industrial

[..] Não utilizou (*passa à questão 26*)

24. Por favor, indique a sua opinião sobre a REAI em termos de redução dos custos de contexto nos seguintes aspetos:

Parâmetros de análise	Muito Negativo	Negativo	Positivo	Muito Positivo	Não sabe/ Não responde
Aumento da previsibilidade do processo	()	()	()	()	()
Aumento da transparência (comunicação) entre a empresa e a Administração Pública	()	()	()	()	()
Simplificação do processo	()	()	()	()	()
Rapidez do processo	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Eficácia do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()
Monitorização/acompanhamento do processo	()	()	()	()	()
Redução de custos com processo de licenciamento (papel, consumíveis,...)	()	()	()	()	()
Facilitação do acesso (tecnologias Web) ao processo	()	()	()	()	()
Armazenamento da documentação de suporte ao processo	()	()	()	()	()
Redução do tempo despendido pelos colaboradores na execução das tarefas	()	()	()	()	()

25. Como classifica o financiamento atribuído ao projeto relativamente ao desenvolvimento da atividade empresarial?

- [..] Muito relevante
 [..] Relevante
 [..] Pouco relevante
 [..] Não sabe/Não responde

Em 2009 o COMPETE apoiou o lançamento do atual Portal das Finanças, o qual incorporou os sítios das Declarações Eletrónicas, da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) e dos Serviços Aduaneiros. Este portal disponibiliza serviços que abrangem todo o ciclo de interação com o Contribuinte e passou a permitir a consulta integrada da sua situação fiscal, o acesso a uma agenda eletrónica com avisos para cumprimento de prazos fiscais e o sistema de "notificações eletrónicas".

É um serviço direcionado para um conjunto muito vasto de utilizadores e abrange as seguintes áreas de interesse: contencioso, dados cadastrais, dívidas fiscais, infrações fiscais, IVA, património, rendimentos, entre outras. Entre outras funcionalidades, foi desenvolvido o serviço de apoio ao contribuinte onde é disposta informação e aplicações dedicadas a estes, como são os seguintes exemplos: modelos e formulários fiscais, comunicação de dados de faturas à Autoridade Tributária (E-Fatura), comunicação de dados dos documentos de transporte ou o SAF-T PT (Standard Audit File for Tax Purposes).

26. Dê a sua opinião sobre o contributo destas alterações para a redução dos custos de contexto na sua entidade/empresa.

Parâmetros de análise	Muito Negativo	Negativo	Positivo	Muito Positivo	Não sabe/ Não responde
Visão integrada da informação fiscal	()	()	()	()	()
Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma	()	()	()	()	()
Simplificação do serviço	()	()	()	()	()
Rapidez do serviço	()	()	()	()	()
Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)	()	()	()	()	()
Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros	()	()	()	()	()
Segurança da informação	()	()	()	()	()
Transparência da informação	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()

Muito obrigado!

As suas respostas foram consideradas.

A Augusto Mateus & Associados e a PwC Portugal agradecem a sua colaboração!



A.3.2. Inquérito aos destinatários dos mecanismos de engenharia financeira do COMPETE/QREN (Capital de Risco/Business Angels)

A. Caracterização da entidade promotora

- Designação da empresa/entidade:
- NIPC _____
- Código do projeto (este número consta do e mail enviado) _____

B. Motivações/Objetivos/Resultados

Tendo em consideração que algumas empresas reforçaram o seu capital próprio em diversas fases (recorrendo a vários reforços/tranches de capital através do mesmo fundo de capital de risco/business angels ou através de fundos diferentes), considere cada uma dessas fases como um “projeto” de reforço de capital.

- Qual o principal foco estratégico prosseguido pela empresa no momento em que apresentou a(s) candidatura(s) aos mecanismos de reforço do capital próprio? (selecione, em cada uma das fases, aquele – apenas 1 - que na lista seguinte melhor o descreve; se tiver apenas um reforço de capital responda apenas na 1ª coluna)

Focos estratégicos	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Expansão da capacidade produtiva	()	()	()
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	()	()	()
Aumento do valor acrescentado	()	()	()
Viragem para os mercados externos	()	()	()
Reforço do negócio internacional na UE	()	()	()
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	()	()	()
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	()	()	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, design, marca, etc.)	()	()	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à dimensão ambiental (ambiente e eco-eficiência, eficiência e diversificação energética, etc.)	()	()	()
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	()	()	()
Outro (Qual?)	()	()	()

- Quais os vetores de orientação estratégica e fatores competitivos privilegiados no(s) projeto(s)? (Assinale os três vetores estratégicos e os três fatores competitivos mais relevantes, numerando-os de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor/fator mais relevante)

Vetores estratégicos	Fatores competitivos
Introdução de novos produtos/serviços	() Reforço da qualificação e competências do capital humano ()
Inovação nos produtos/serviços já existentes	() Formação profissional ()
Modernização tecnológica de processos	() Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação ()
Expansão da capacidade produtiva	() Acesso ao conhecimento e à tecnologia ()
Alteração da gama de produtos/serviços	() Design e engenharia de desenvolvimento ()
Diferenciação de produtos/serviços	() Criação/reforço de marca própria ()
Internacionalização (vendas, compras)	() Marketing, comercialização e distribuição ()
Contenção de custos/despesas	() Qualidade ()
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	() Ambiente ()
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	() Eficiência energética ()
Outro. Qual?	() Outro. Qual? ()

- Qual o impacto previsto (ou efetivo, no caso do projeto já estar concluído) do(s) projeto(s) de reforço do capital próprio nas seguintes áreas, assinalando apenas as quatro mais relevantes para o seu caso:

Parâmetros de análise	Muito desfavorável	Desfavorável	Nem favorável nem desfavorável	Favorável	Muito favorável
Expansão da capacidade produtiva e da produção					
Produtividade					
Internacionalização do negócio					
Entrada em novos mercados - UE					
Entrada em novos mercados - extra UE					
Lançamento de uma nova área de negócio					
Lançamento de novos produtos/serviços					
Diferenciação de bens e serviços					
Introdução de novos processos produtivos					
Organização e gestão					
Comercialização e marketing					
I&D					
Qualidade dos produtos/serviços					
Eficiência e diversificação energética					
Ambiente					

Parâmetros de análise	Muito desfavorável	Desfavorável	Nem favorável nem desfavorável	Favorável	Muito favorável
Qualificação de recursos humanos					
Cooperação empresarial e institucional					
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento (QREN/Extra QREN)					
Outra. Qual? _____					

C. Comunicação

7. De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos? *(Pode selecionar mais do que uma opção)*

- ☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Publicações e material de divulgação do COMPETE
☐ Newsletters do COMPETE
☐ Facebook | COMPETE
☐ Anúncios (imprensa ou *web*)
☐ Meios de comunicação social
☐ Associações Empresariais
☐ Outra (Qual? _____)
☐ Não sabe/Não responde

8. Reconhece a insígnia do FEDER?



- ☐ Sim
☐ Não

9. Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE). *(Pode selecionar mais do que uma opção)?*



- ☐ Não reconhece a marca (passe à questão seguinte)
☐ Publicações, material de divulgação ou anúncios (*newsletter*)
☐ Notícias em meios de comunicação social
☐ Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade – COMPETE (www.pofc.qren.pt)
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Não sabe/Não responde
☐ Outra (Qual?) _____

10. Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade?

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simples
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (<i>newsletter</i>) COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Esclarecimentos prestados pelo <i>call center</i> do COMPETE e das Agências Públicas	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

11. Por favor, indique a sua opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE. (Escolha apenas uma opção por linha)

Parâmetros de análise	Discordo em absoluto	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo bastante	Concordo em absoluto	Não sabe/ Não responde
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade	()	()	()	()	()	()
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão	()	()	()	()	()	()
Apoia projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto	()	()	()	()	()	()
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores	()	()	()	()	()	()
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados	()	()	()	()	()	()
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas	()	()	()	()	()	()

D. Custos de contexto

12. Efetuou algum pedido (instalação/alteração) de licenciamento industrial desde 2009?

- ☐ Sim
☐ Não (Passe para a questão 16)

A Agência para a Modernização Administrativa, com o apoio do COMPETE, iniciou o projeto REAI – Regime de Exercício da Atividade Industrial – Desmaterialização, que tem como objetivo a desmaterialização e integração plena de todo o processo de Licenciamento Industrial. Foi neste âmbito que foi desenvolvida a Plataforma REAI, que se encontra disponível desde 2009, no seguinte link: https://www.portaldaempresa.pt/CVE/Services/LicIndustrial/Simulador/ LISM0100_TipoPedido.aspx

A plataforma REAI disponibiliza, entre outras, as seguintes funcionalidades:

- Simulador *online* que permite ao utilizador identificar o regime de acesso à atividade industrial aplicável ao seu caso, com base no qual lhe será fornecida informação sobre a tramitação previsível para o seu processo e respetivos prazos legais;
- Formulário eletrónico, único e dinâmico, com atribuição automática do número único do processo e indicação de todos os documentos a anexar ao pedido no momento da sua submissão;
- Consulta *online* de informação relativa ao estado do seu processo;
- A integração da componente "Localização" (ou seja, o interface com o Sistema de Informação SNIT da DGOTDU), com possibilidade de consulta direta dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGTs) aplicáveis.

13. Utilizou a plataforma REAI?

- [..] Não utilizou (*passe à questão 16*)
[..] Sim, para criação da empresa
[..] Sim, para instalação do estabelecimento
[..] Sim, para alteração do estabelecimento industrial
[..] Sim, para regularização do estabelecimento industrial

14. Por favor, indique a sua opinião sobre a REAI em termos de redução dos custos de contexto nos seguintes aspetos:

Parâmetros de análise	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	Não sabe/ Não responde
Aumento da previsibilidade do processo	()	()	()	()	()
Aumento da transparência (comunicação) entre a empresa e a Administração Pública	()	()	()	()	()
Simplificação do processo	()	()	()	()	()
Rapidez do processo	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Eficácia do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()
Monitorização/acompanhamento do processo	()	()	()	()	()
Redução de custos com processo de licenciamento (papel, consumíveis,...)	()	()	()	()	()
Facilitação do acesso (tecnologias Web) ao processo	()	()	()	()	()
Armazenamento da documentação de suporte ao processo	()	()	()	()	()
Redução do tempo despendido pelos colaboradores na execução das tarefas	()	()	()	()	()

15. Como classifica o financiamento atribuído ao projeto relativamente ao desenvolvimento da atividade empresarial?

- [..] Muito relevante
[..] Relevante

[...] Pouco relevante
 [...] Não sabe/Não responde

16. Em 2009 o COMPETE apoiou o lançamento do atual Portal das Finanças, o qual incorporou os sítios das Declarações Eletrónicas, da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) e dos Serviços Aduaneiros. Este portal disponibiliza serviços que abrangem todo o ciclo de interação com o Contribuinte e passou a permitir a consulta integrada da sua situação fiscal, o acesso a uma agenda eletrónica com avisos para cumprimento de prazos fiscais e o sistema de “notificações eletrónicas”.

É um serviço direcionado para um conjunto muito vasto de utilizadores e abrange as seguintes áreas de interesse: contencioso, dados cadastrais, dívidas fiscais, infrações fiscais, IVA, património, rendimentos, entre outras. Entre outras funcionalidades, foi desenvolvido o serviço de apoio ao contribuinte onde é disposta informação e aplicações dedicadas a estes, como são os seguintes exemplos: modelos e formulários fiscais, comunicação de dados de faturas à Autoridade Tributária (E-Fatura), comunicação de dados dos documentos de transporte ou o SAF-T PT (*Standard Audit File for Tax Purposes*).

Dê a sua opinião sobre o contributo destas alterações para a redução dos custos de contexto na sua entidade/empresa.

Parâmetros de análise	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	Não sabe/Não responde
Visão integrada da informação fiscal	()	()	()	()	()
Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma	()	()	()	()	()
Simplificação do serviço	()	()	()	()	()
Rapidez do serviço	()	()	()	()	()
Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)	()	()	()	()	()
Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros	()	()	()	()	()
Segurança da informação	()	()	()	()	()
Transparência da informação	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()

17. Caso pretenda efetuar alguma sugestão ou comentário adicional sobre os instrumentos de apoio ao capital próprio pode fazê-lo na caixa de texto abaixo.

Muito obrigado!

A Augusto Mateus & Associados e a PwC Portugal agradecem a sua colaboração!



A.3.3. Inquérito aos promotores de candidaturas ao SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional

A. Identificação da entidade promotora

1. Designação da empresa/entidade: _____
2. NIPC _____
3. Número do projeto (este número consta do mail enviado) _____
4. A entidade promotora é ou está integrada num Laboratório Associado?
[] Não [] Sim Designação do Laboratório Associado: _____

B. Motivações/Objetivos/Resultados

5. Quais foram os principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE? (Assinale até um máximo de 4 categorias que considere mais relevantes)

Parâmetros de análise	Mais Relevante
Reforço das competências internas	
Reforço da qualificação dos recursos humanos da entidade	
Criação/Manutenção do emprego científico na entidade	
Continuar/Aprofundar linhas de investigação em curso	
Iniciar novas linhas de investigação	
Aumentar participação em redes nacionais de conhecimento científico	
Aumentar participação em redes internacionais de conhecimento científico	
Aumentar número de publicações em revistas científicas indexadas	
Incrementar cooperação com empresas nacionais	
Incrementar cooperação com empresas internacionais	
Aumentar o número de patentes (ou outros DPI) registadas	
Expandir a escala de atividade da entidade	
Aumentar o financiamento de funcionamento da entidade	
Aumentar o investimento em equipamentos	

6. No momento atual de concretização do projeto, que avaliação faz sobre os impactos obtidos/previstos à luz das motivações e objetivos iniciais? (Apenas para os itens assinalados na Questão 5, classifique os resultados atuais ou previsíveis do projeto)

Parâmetros de análise	Aquém do previsto	Como previsto	Acima do previsto
Reforço das competências internas			
Reforço da qualificação dos recursos humanos da entidade			
Criação/Manutenção do emprego científico na entidade			
Continuar/Aprofundar linhas de investigação em curso			
Iniciar novas linhas de investigação			
Aumentar participação em redes nacionais de conhecimento científico			
Aumentar participação em redes internacionais de conhecimento científico			
Aumentar número de publicações em revistas científicas indexadas			
Incrementar cooperação com empresas nacionais			
Incrementar cooperação com empresas internacionais			
Aumentar o número de patentes (ou outros DPI) registadas			
Expandir a escala de atividade da entidade			
Aumentar o financiamento de funcionamento da entidade			
Aumentar o investimento em equipamentos			

7. Caso tenha identificado desvios desfavoráveis face às metas definidas, que razões estão/estiveram na origem desses desvios? (assinale apenas os três problemas mais relevantes)

Problemas na execução do projeto	
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	()
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	()
Atraso na aprovação da candidatura	()
Atraso na contratação do projeto	()
Atraso nos pagamentos das participações comunitárias	()
Dificuldades de relacionamento com as estruturas técnicas do SAESCTN (FCT/COMPETE)	()
Degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos	()
Falta de capacidade financeira para implementar o projeto	()
Redução de outras fontes de financiamento público	()
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	()
Outra (Qual?)	()

8. Teria desenvolvido o presente projeto apoiado pelo COMPETE, caso não tivesse obtido o apoio financeiro do SAESCTN? (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Especifique a dimensão da redução financeira que seria necessária: redução necessária em ____% do valor de investimento do projeto.
- ☐ Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Especifique a magnitude do alargamento do prazo do projeto que seria necessário: duração adicional em ____%.
- ☐ Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto. Especifique a magnitude do adiamento que seria necessário: adiamento da data de arranque em n.º de meses: ____ meses.
- ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
- ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
- ☐ Não teria desenvolvido o projeto (passe à questão 10)

9. Teria mantido/criado os mesmos postos de trabalho, caso não tivesse obtido os apoios financeiros do SAESCTN/QREN? (escolha uma opção)

- ☐ Não teria mantido os mesmos postos de trabalho (passe à questão seguinte)
- ☐ Não teria criado postos de trabalho adicionais.
- ☐ Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto: redução em ____% (face ao previsto).
- ☐ Teria criado postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto.
- ☐ Sim, mas teria atrasado a sua contratação em ____ meses.
- ☐ Sim, teria mantido/criado os mesmos postos de trabalho.

10. Considerando um ano cruzeiro de execução do projeto e todas as fontes de financiamento da entidade nesse ano, perspetive o impacto financeiro do projeto (assinale o intervalo aplicável):

Tipo de despesa	< 10%	10-24%	25-49%	50-74%	>75%
Acréscimo na despesa de funcionamento					
Acréscimo na despesa de investimento					

C. Valorização

11. Que tipo de *outputs*/valorização foram previstos, na candidatura, para o projeto e qual o grau de concretização (no caso do projeto estar encerrado) ou esperado (no caso do projeto estar em curso) dos mesmos face ao previsto? (Apenas para os itens assinalados com "X", classifique as expectativas atualmente existentes em relação aos *outputs* do projeto com 1=aquém do previsto; 2=como previsto; 3=acima do previsto)

Parâmetros de análise	Indique com um "X" os <i>outputs</i> previstos no âmbito do projeto	Grau de concretização conseguido/esperado		
		1	2	3
Publicação de artigos em revistas científicas indexadas				
Publicação de artigos em revistas técnicas				
Teses de doutoramento				
Modelos				
Aplicações computacionais				
Instalações piloto				
Protótipos laboratoriais				
Registo de patentes - nacionais (INPI)				
Registo de patentes - internacionais (EPO, USPTO, ...)				
Patentes registadas - nacionais (INPI)				
Patentes registadas - internacionais (EPO, USPTO, ...)				
Transferência de tecnologia para empresa nacional - tecnologia de produto/serviço				
Transferência de tecnologia para empresa nacional - tecnologia de processo				
Transferência de tecnologia para empresa internacional - tecnologia de produto/serviço				
Transferência de tecnologia para empresa internacional - tecnologia de processo				
Valorização da tecnologia em empresa criada para o efeito (<i>start-up</i>)				
Venda/licenciamento de patentes				

D. Complementaridades e Aspetos Gerais

12. O projeto apoiado insere-se numa linha de investigação da entidade, para a qual teve ou prevê ter outros apoios? (pode assinalar mais do que uma opção)

O projeto insere-se em linha de investigação em relação à qual:
A entidade já teve outros projetos apoiados no QCAIII (POCTI/POCI)
A entidade já teve ou tem outros projetos apoiados no QREN (COMPETE)
A entidade prevê candidatar a apoio, em programas nacionais, novos projetos
A entidade já teve ou tem projetos apoiados em programas europeus/internacionais
A entidade prevê candidatar a apoio, em programas europeus/internacionais, novos projetos

13. Como classifica a possibilidade de, no quadro do apoio a projetos de IC&DT, se vir a aumentar a oportunidade e amplitude de um financiamento plurianual, segundo uma lógica de programas integrados plurianuais? (assinale a opção que melhor explicita a sua opção)

- ☐ Indesejável, por ser difícil planear a mais longo prazo a atividade das entidades do SCTN
- ☐ Indesejável, por limitar os momentos de acesso competitivo a fundos públicos

- [] Indesejável, por remeter para uma mesma decisão vários projetos de I&D
- [] Indesejável, por outros motivos. Quais? _____
- [] Desejável, por permitir melhor planejar a mais longo prazo a atividade das entidades do SCTN
- [] Desejável, por reduzir os custos associados a preparar e submeter candidaturas
- [] Desejável, por permitir uma decisão que também avalia a complementaridade entre vários projetos de I&D
- [] Desejável, por outros motivos. Quais? _____

14. O projeto tem complementaridades com outros projetos apoiados no âmbito do QREN 2007/2013? (pode assinalar mais do que uma opção)

Complementaridades do projeto
Com outros projetos da entidade, apoiados pelo SAESCTN
Com projetos de outras entidades, apoiados pelo SAESCTN
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelo POVT
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelo POVT
Com projetos de empresas, apoiados pelo SI I&DT
Com projetos de empresas, apoiados pelo SI Inovação
Com as Estratégias de Eficiência Coletiva (Polos e outros Clusters): Qual?

15. À luz da sua experiência como promotor de projetos cofinanciados pelo SAESCTN, como avalia a execução associada a este instrumento? (Assinale se concorda com as seguintes afirmações)

Parâmetros de análise	Sim	Não	Não Sabe
A aprovação de projetos devia ser mais seletiva			
A aprovação de projetos devia ser menos exigente			
Na decisão de aprovação, devia ser dada mais relevância ao desempenho demonstrado em projetos anteriores			
Verifica-se uma excessiva dispersão de recursos/projetos			
Verifica-se uma sobreposição de agendas de investigação entre vários projetos			
Devia haver uma maior planificação das prioridades a nível central			
Devia haver uma gestão dos fundos comunitários mais próxima dos destinatários			

16. Indique em que medida se deveria considerar, nos critérios de seleção/mérito dos projetos, os resultados da avaliação periódica das Unidades de Investigação e dos Laboratórios Associados feita pela FCT, envolvendo painéis de peritos internacionais: (assinale apenas uma opção)

- [] Sim, com peso relevante
- [] Sim
- [] Não, uma vez que já são adotados critérios de mérito centrados na equipa de investigação
- [] Não

E. Comunicação

17. De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos? (Pode selecionar mais do que uma opção)

- [] Sítio do COMPETE
- [] Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
- [] Publicações e material de divulgação do COMPETE
- [] Newsletters do COMPETE
- [] Facebook | COMPETE
- [] Anúncios (imprensa ou web)
- [] Meios de comunicação social
- [] Associações Empresariais
- [] Outra (Qual? _____)
- [] Não sabe/Não responde

18. Reconhece a insígnia do FEDER?



- [] Sim
- [] Não

19. Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)? (Pode selecionar mais do que uma opção)



- [] Não reconhece a marca (passe à questão seguinte)

- [] Publicações, material de divulgação ou anúncios (*newsletter*)
- [] Notícias em meios de comunicação social
- [] Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade – COMPETE (www.pofc.qren.pt)
- [] Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
- [] Outra (Qual?) _____
- [] Não sabe/Não responde

20. Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade?

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simples
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (<i>newsletter</i>) COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Esclarecimentos prestados pelo <i>call center</i> do COMPETE e FCT	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

21. Por favor, indique a sua opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE. (*escolha apenas uma opção por linha*)

Parâmetros de análise	Discordo em absoluto	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo bastante	Concordo em absoluto	Não sabe/ Não responde
Insere-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade	()	()	()	()	()	()
Insere-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão	()	()	()	()	()	()
Apoia projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto	()	()	()	()	()	()
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores	()	()	()	()	()	()
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados	()	()	()	()	()	()
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas	()	()	()	()	()	()

F. Custos de contexto

Em 2009 o COMPETE apoiou o lançamento do atual Portal das Finanças, o qual incorporou os sítios das Declarações Eletrónicas, da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) e dos Serviços Aduaneiros. Este portal disponibiliza serviços que abrangem todo o ciclo de interação com o Contribuinte e passou a permitir a consulta integrada da sua situação fiscal, o acesso a uma agenda eletrónica com avisos para cumprimento de prazos fiscais e o sistema de “notificações eletrónicas”.

É um serviço direcionado para um conjunto muito vasto de utilizadores e abrange as seguintes áreas de interesse: contencioso, dados cadastrais, dívidas fiscais, infrações fiscais, IVA, património, rendimentos, entre outras. Entre outras funcionalidades, foi desenvolvido o serviço de apoio ao contribuinte onde é disposta informação e aplicações dedicadas a estes, como são os seguintes exemplos: modelos e formulários fiscais, comunicação de dados de faturas à Autoridade Tributária (E-Fatura), comunicação de dados dos documentos de transporte ou o SAF-T PT (*Standard Audit File for Tax Purposes*).

22. Dê a sua opinião sobre o contributo destas alterações para a redução dos custos de contexto na sua entidade/empresa.

Parâmetros de análise	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	Não sabe/Não responde
Visão integrada da informação fiscal	()	()	()	()	()
Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma	()	()	()	()	()
Simplificação do serviço	()	()	()	()	()
Rapidez do serviço	()	()	()	()	()
Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)	()	()	()	()	()
Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros	()	()	()	()	()
Segurança da informação	()	()	()	()	()
Transparência da informação	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()

Muito obrigado!

As suas respostas foram consideradas.

A Augusto Mateus & Associados e a PwC Portugal agradecem a sua colaboração!



A.3.4. Inquérito aos promotores de candidaturas ao Sistema de Apoio a Ações Coletivas

A. Identificação da entidade promotora

1. Designação da empresa/entidade:
2. NIPC _____
3. Número do projeto (este número consta do e mail enviado): _____
4. Estatutariamente, o âmbito de intervenção da entidade promotora é (escolha uma opção):
 - ☐ Nacional
 - ☐ Multiregional
 - ☐ Regional
 - ☐ Multisetorial
 - ☐ Setorial

B. Motivações/Objetivos/Resultados

5. Quais foram os principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE? (Assinale até um máximo de 6 categorias que considere mais relevantes)

Parâmetros de análise	Mais relevante
Promoção da I&D empresarial	
Promoção do registo de patentes e de outros DPI	
Divulgação de novas tecnologias de produção, novos materiais, etc.	
Promoção da transferência de tecnologia para as empresas	
Vigilância tecnológica	
Promoção da cooperação Empresas / Entidades do SCTN	
Promoção do empreendedorismo (em geral)	
Promoção do empreendedorismo jovem	
Promoção do empreendedorismo feminino	
Promoção do empreendedorismo social	
Promoção do empreendedorismo local	
Promoção do empreendedorismo tecnológico	
Reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE	
Reforço do negócio internacional em novos mercados da UE	
Reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE	
Promoção de maior controle e diversificação dos canais de distribuição e comercialização	
Promoção da imagem internacional do país	
Promoção da imagem internacional de um setor específico	
Promoção da imagem internacional de uma região / zona específica	
Atração de IDE para o país	
Atração de IDE para um setor específico	
Atração de IDE para uma região / zona específica	
Divulgação e promoção de boas práticas ambientais e de eco-eficiência	
Promoção da eficiência e diversificação energéticas	
Melhoria do acesso à informação por parte das empresas	
Melhoria dos níveis de organização e gestão das empresas	
Promoção da representação internacional dos interesses empresariais	
Promoção da cooperação entre empresas no país	
Promoção da cooperação com empresas internacionais	
Gestão e promoção de Estratégias de Eficiência Coletiva	
Valorização dos recursos naturais e ambientais de regiões específicas	
Valorização dos recursos patrimoniais e culturais de regiões específicas	
Valorização dos recursos artesanais e de saber-fazer de regiões específicas	
Promoção do Design	
Promoção da Qualidade	
Promoção da Marca como instrumento comercial das empresas	
Promoção da utilização das TIC por parte das empresas	
Reforço da qualificação dos recursos humanos nas empresas	
Reforço da qualificação dos recursos humanos em entidades da envolvente empresarial	

6. Qual o grau de concretização que espera para os seguintes *outputs* (considere apenas os previstos na candidatura) com o encerramento do projeto (no caso dos projetos estarem concluídos pretende-se saber o grau de concretização efetivo)? (classifique as expectativas atualmente existentes em relação aos *outputs* do projeto com 1=aquém do previsto; 2=como previsto; 3=acima do previsto)

Parâmetros de análise	Grau de concretização dos <i>outputs</i> previstos		
	1	2	3
Estudo			
Web/Rede			
Manual			
Ações de sensibilização			
Campanha promocional			
Outros (Quais? _____)			

7. No momento atual de concretização do projeto, que avaliação faz (no caso do projeto estar encerrado) ou que expectativas alimenta (no caso do projeto estar em curso) acerca dos impactos previstos à luz das motivações e objetivos iniciais? *(Apenas para os itens assinalados na Questão 5, classifique os resultados atuais ou previsíveis do projeto com 1=aquém do previsto; 2=como previsto; 3=acima do previsto)*

Parâmetros de análise	1	2	3
Promoção da I&D empresarial			
Promoção do registo de patentes e de outros DPI			
Divulgação de novas tecnologias de produção, novos materiais, etc.			
Promoção da transferência de tecnologia para as empresas			
Vigilância tecnológica			
Promoção da cooperação Empresas / Entidades do SCTN			
Promoção do empreendedorismo (em geral)			
Promoção do empreendedorismo jovem			
Promoção do empreendedorismo feminino			
Promoção do empreendedorismo social			
Promoção do empreendedorismo local			
Promoção do empreendedorismo tecnológico			
Reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE			
Reforço do negócio internacional em novos mercados da UE			
Reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE			
Promoção de maior controle e diversificação dos canais de distribuição e comercialização			
Promoção da imagem internacional do país			
Promoção da imagem internacional de um setor específico			
Promoção da imagem internacional de uma região / zona específica			
Atração de IDE para o país			
Atração de IDE para um setor específico			
Atração de IDE para uma região / zona específica			
Divulgação e promoção de boas práticas ambientais e de eco-eficiência			
Promoção da eficiência e diversificação energéticas			
Melhoria do acesso à informação por parte das empresas			
Melhoria dos níveis de organização e gestão das empresas			
Promoção da representação internacional dos interesses empresariais			
Promoção da cooperação entre empresas no país			
Promoção da cooperação com empresas internacionais			
Gestão e promoção de Estratégias de Eficiência Coletiva			
Valorização dos recursos naturais e ambientais de regiões específicas			
Valorização dos recursos patrimoniais e culturais de regiões específicas			
Valorização dos recursos artesanais e de saber-fazer de regiões específicas			
Promoção do <i>Design</i>			
Promoção da Qualidade			
Promoção da Marca como instrumento comercial das empresas			
Promoção da utilização das TIC por parte das empresas			
Reforço da qualificação dos recursos humanos nas empresas			
Reforço da qualificação dos recursos humanos em entidades da envolvente empresarial			

8. Caso tenha identificado desvios desfavoráveis face às metas definidas, que razões estão/estiveram na origem desses desvios? *(assinale apenas os três problemas mais relevantes)*

Problemas na execução do projeto	
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	()
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	()
Atraso na aprovação da candidatura	()
Atraso na contratação do projeto	()
Atraso nos pagamentos das participações comunitárias	()
Dificuldades de relacionamento com a estrutura técnica do COMPETE	()
Dificuldades de relacionamento com a agência governamental com competências específicas no domínio de intervenção	()
Degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos	()
Falta de capacidade financeira para implementar o projeto	()
Redução de outras fontes de financiamento público	()
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	()
Outro (Qual?) _____	()

9. Teria desenvolvido o presente projeto apoiado pelo COMPETE, caso não tivesse obtido o apoio financeiro do SIAC? (pode escolher mais do que 1 opção)

- ☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Especifique a dimensão da redução financeira que seria necessária: redução necessária em %: ____.
- ☐ Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Especifique a magnitude do alargamento do prazo do projeto que seria necessário: duração adicional em %: ____.
- ☐ Sim, mas com alterações: reduzindo o universo de destinatários.
- ☐ Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto. Especifique a magnitude do adiamento que seria necessário: adiamento em nº de meses: ____.
- ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
- ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
- ☐ Não teria desenvolvido o projeto. *Passe à questão 11.*

10. Teria concretizado o projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros do SIAC?

- ☐ Sim
- ☐ Não. Neste caso, qual seria a localização selecionada? _____

11. Considerando um ano cruzeiro de execução do projeto e todas as fontes de financiamento da entidade nesse ano, quantifique o impacto financeiro do projeto na entidade promotora: (assinalar o intervalo aplicável)

Tipo de despesa	<10%	10-24%	25-49%	50-74%	>75%
Acréscimo na despesa de funcionamento					
Acréscimo na despesa de investimento					

12. Considerando um ano cruzeiro de execução do projeto, perspetive/indique, para esse ano, o impacto do projeto na entidade promotora (assinale os impactos mais relevantes, pode assinalar mais do que uma opção).

Tipo de impacto
Permitiu manter a escala de atividade da entidade
Permitiu aumentar a escala de atividade da entidade
Permitiu reforçar as competências internas
Permitiu reforçar o relacionamento com outras entidades da envolvente empresarial
Permitiu reforçar o relacionamento com os associados
Permitiu reforçar o relacionamento com as empresas
Permitiu aumentar as relações internacionais da entidade

C. Complementaridades e Aspetos Gerais

13. O projeto apoiado insere-se numa linha de ação da entidade para a qual teve ou prevê ter outros apoios? (pode assinalar mais do que uma opção)

O projeto insere-se em linha de ação em relação à qual:
A entidade já teve outros projetos apoiados no QCAIII, nomeadamente nas Parcerias do POE/PRIME
A entidade já teve ou tem outros projetos apoiados pelo SIAC - COMPETE ou Programas Operacionais Regionais
A entidade já teve ou tem outros projetos apoiados pelo SI QPME Projetos Conjuntos
A entidade prevê candidatar a apoio, em programas nacionais, novos projetos

14. Como classifica a possibilidade de, no quadro do apoio a projetos SIAC, se vir a aumentar a oportunidade e amplitude de um financiamento plurianual? (escolha a opção que melhor explicita a sua opinião)

- ☐ Indesejável, por ser difícil planear a mais longo prazo a atividade das entidades da envolvente empresarial
- ☐ Indesejável, por limitar os momentos de acesso competitivo a fundos públicos
- ☐ Indesejável, por outros motivos. Se pretender especifique _____
- ☐ Desejável, por permitir melhor planear a mais longo prazo a atividade das entidades da envolvente empresarial
- ☐ Desejável, por reduzir os custos associados a preparar e submeter candidaturas
- ☐ Desejável, por outros motivos. Se pretender especifique _____

15. O projeto tem complementaridades com outros projetos apoiados no âmbito do QREN 2007/2013? (assinale uma ou mais opções)

Parâmetros de análise
Com outros projetos da entidade, apoiados pelo SIAC
Com projetos de outras entidades, apoiados pelo SIAC
Com projetos da entidade, apoiados pelo SI QPME - Projetos Conjuntos
Com projetos de outras entidades, apoiados pelo SI QPME - Projetos Conjuntos
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelo POVT
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelo POVT
Com as Estratégias de Eficiência Coletiva (Polos e outros Clusters): Qual? _____

16. À luz da sua experiência como promotor de projetos cofinanciados pelo SIAC, como avalia a execução associada a este instrumento, nos aspetos seguintes (*assinale uma ou mais opções*):

Parâmetros de análise	Sim	Não	Não Sabe
A aprovação de projetos devia ser mais seletiva			
A aprovação de projetos devia ser menos exigente			
Na decisão de aprovação, devia ser dada mais relevância ao desempenho demonstrado em projetos anteriores			
Verifica-se uma excessiva dispersão de recursos/projetos			
Verifica-se uma sobreposição de ações entre vários projetos			
Devia haver uma maior planificação das prioridades a nível central			
Devia haver uma maior prioridade para projetos geridos por agências governamentais			
Devia haver uma gestão dos fundos comunitários mais próxima dos destinatários			
Devia haver uma maior prioridade para projetos geridos por associações empresariais			
Devia haver uma maior participação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico			
Devia haver uma maior participação das entidades gestoras das Estratégias de Eficiência Coletiva (Polos de Competitividade e Outros <i>Clusters</i>)			

D. Comunicação

17. De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos? (*Pode selecionar mais do que uma opção*)

- ☐ Sítio do COMPETE
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Publicações e material de divulgação do COMPETE
☐ Newsletters do COMPETE
☐ Facebook | COMPETE
☐ Anúncios (imprensa ou web)
☐ Meios de comunicação social
☐ Associações Empresariais
☐ Outra (Qual? _____)
☐ Não sabe/Não responde

18. Reconhece a insígnia do FEDER?



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

- ☐ Sim
☐ Não

19. Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)? (*Pode selecionar mais do que uma opção*)



- ☐ Não reconhece a marca (passe à questão seguinte)
☐ Publicações, material de divulgação ou anúncios (*newsletter*)
☐ Notícias em meios de comunicação social
☐ Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade – COMPETE (www.pofc.qren.pt)
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Outra (Qual?) _____
☐ Não sabe/Não responde

20. Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade?

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simples
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (<i>newsletter</i>) COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Esclarecimentos prestados pelo <i>call center</i> do COMPETE e das Agências Públicas	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

21. Por favor, indique a sua opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE. (*Escolha apenas uma opção por linha*)

Parâmetros de análise	Concordo em absoluto	Concordo bastante	Nem concordo nem discordo	Discordo em parte	Discordo em absoluto	Não sabe/Não responde
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade	()	()	()	()	()	()
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão	()	()	()	()	()	()
Apoia projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto	()	()	()	()	()	()
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores	()	()	()	()	()	()
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados	()	()	()	()	()	()
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas	()	()	()	()	()	()

E. Custos de contexto

Em 2009 o COMPETE apoiou o lançamento do atual Portal das Finanças, o qual incorporou os sítios das Declarações Eletrónicas, da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) e dos Serviços Aduaneiros. Este portal disponibiliza serviços que abrangem todo o ciclo de interação com o Contribuinte e passou a permitir a consulta integrada da sua situação fiscal, o acesso a uma agenda eletrónica com avisos para cumprimento de prazos fiscais e o sistema de “notificações eletrónicas”. É um serviço direcionado para um conjunto muito vasto de utilizadores e abrange as seguintes áreas de interesse: contencioso, dados cadastrais, dívidas fiscais, infrações fiscais, IVA, património, rendimentos, entre outras. Entre outras funcionalidades, foi desenvolvido o serviço de apoio ao contribuinte onde é disposta informação e aplicações dedicadas a estes, como são os seguintes exemplos: modelos e formulários fiscais, comunicação de dados de faturas à Autoridade Tributária (E-Fatura), comunicação de dados dos documentos de transporte ou o SAF-T PT (*Standard Audit File for Tax Purposes*).

22. Dê a sua opinião sobre o contributo destas alterações para a redução dos custos de contexto na sua entidade/empresa.

Parâmetros de análise	Muito positivo	Positivo	Negativo	Muito negativo	Não sabe/Não responde
Visão integrada da informação fiscal	()	()	()	()	()
Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma	()	()	()	()	()
Simplificação do serviço	()	()	()	()	()
Rapidez do serviço	()	()	()	()	()
Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)	()	()	()	()	()
Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros	()	()	()	()	()
Segurança da informação	()	()	()	()	()
Transparência da informação	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()

Muito obrigado!

As suas respostas foram consideradas.

A Augusto Mateus & Associados e a PwC Portugal agradecem a sua colaboração!



A.3.5. Inquérito aos promotores do SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

A. Caracterização da entidade promotora

- Designação da empresa/entidade:
- NIPC _____
- Número do projeto (*este número consta do mail enviado*) _____

B. Resultados do Projeto

- Teria concretizado o projeto, caso não tivesse obtido o apoio financeiro dos Sistema de Apoios à Modernização Administrativa? (*Pode seleccionar mais do que uma opção*)
 - ☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução necessária em %: ____% .
 - ☐ Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: ____%.
 - ☐ Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto. Adiamento em nº de meses: ____ meses.
 - ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio/OE.
 - ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 - ☐ Não teria desenvolvido o projeto (*passa para a questão seguinte*).
- Qual a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da totalidade do investimento aprovado em sede de candidatura até ao encerramento do projeto (no caso do projeto já estar concluído, qual o grau de execução efetivo face ao contratado)?

Abaixo do contratado (redução em %)

De acordo com o contratado (marque 100%)

Acima do contratado (aumento em %)

- Os resultados previstos do projeto em cada um dos seguintes indicadores foram identificados na candidatura ao SAMA. Indique, para os indicadores preenchidos em sede de candidatura, os valores a 31/12/2012 (*ou no final do projeto caso já esteja concluído*) e a sua expectativa atual relativamente à capacidade de alcance dos resultados previstos/contratados no final do projeto.

Indicadores da candidatura	Situação a 31/12/2012 (ou na conclusão do projeto)	Expectativa para o alcance dos resultados previstos na conclusão do projeto		
		Acima do contratado (desvio em %)	De acordo com o contratado (X)	Abaixo do contratado (desvio em %)
Centros de Atendimento Multiserviço criados (N.º)		()%	()	()%
N.º de sistemas de informação da entidade que interromperam entre si ou com outros (N.º)		()%	()	()%
N.º de utentes dos canais "Internet e telefone" da entidade (N.º)		()%	()	()%
N.º médio de interações, em processos administrativos, com cidadãos e empresas		()%	()	()%
Pontos de Contacto Único criados (Internet, presencial ou telefónico) - (N.º)		()%	()	()%
Funcionários envolvidos com formação específica: atendimento, TIC e gestão de conhecimento (N.º)		()%	()	()%
Custo anual das comunicações da entidade (euros)		()%	()	()%
Tempo médio de espera em fila (minutos)		()%	()	()%
Indicadores da candidatura	Situação a 31/12/2012 (Sim/Não)	Melhor que o contratado (X)	De acordo com o contratado (X)	Pior que o contratado (X)
Cumprimento de, pelo menos, o nível AA das regras de acessibilidade (W3C) nos serviços <i>online</i> (Sim/Não)		()	()	()
Disponibilidade de serviços <i>online</i> (Sim/Não)		()	()	()
Emissão de fatura eletrónica (Sim/Não)		()	()	()

7. Nos indicadores onde assinalou desvios (positivos ou negativos), indique qual a % do desvio atribuível ao projeto (ex. o n.º médio de interações pode ter variado porque se alteraram os procedimentos e não unicamente por via da intervenção do projeto)

Indicadores	% do desvio atribuível ao projeto
Centros de Atendimento Multiserviço criados (N.º)	()
N.º de sistemas de informação da entidade que interromperam entre si ou com outros (N.º)	()
N.º de utentes dos canais "Internet e telefone" da entidade (N.º)	()
N.º médio de interações, em processos administrativos, com cidadãos e empresas	()
Pontos de Contacto Único criados (Internet, presencial ou telefónico) - (N.º)	()
Funcionários envolvidos com formação específica: atendimento, TIC e gestão de conhecimento (N.º)	()
Custo anual das comunicações da entidade (euros)	()
Tempo médio de espera em fila (minutos)	()
Cumprimento de, pelo menos, o nível AA das regras de acessibilidade (W3C) nos serviços <i>online</i>	()
Disponibilidade de serviços <i>online</i>	()
Emissão de fatura eletrónica	()

8. Os desvios dos valores executados face às metas contratadas podem ser explicados pelos seguintes fatores? (Assinale apenas os três fatores que mais contribuíram para os desvios verificados)

- ☐ Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura
☐ Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação dos projetos
☐ Dificuldade em afetar Recursos Humanos (próprios e/ou dos parceiros) para desenvolver o projeto
☐ Complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública
☐ Atraso na contratação do projeto
☐ Falta de capacidade financeira (componente não cofinanciada) para implementar o projeto
☐ Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública?
☐ Legislação que limita a autonomia da entidade em assumir compromissos ou contratos sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças
☐ Outro (Qual?) _____

9. Como classificaria o contributo do projeto em análise, em relação aos seguintes aspetos, caso sejam aplicáveis.

Parâmetros de análise	Muito Negativo	Negativo	Positivo	Muito Positivo	Não se aplica	Não sabe/ Não responde
Aumento da qualidade do atendimento aos cidadãos e às empresas	()	()	()	()	()	()
Diminuição do tempo de resposta dos serviços às solicitações de cidadãos e empresas	()	()	()	()	()	()
Melhoria do acesso dos cidadãos e empresas aos serviços públicos	()	()	()	()	()	()
Aumento da previsibilidade, transparência e simplificação do processo legislativo e dos processos administrativos	()	()	()	()	()	()
Redução dos custos para cidadãos e empresas (pagamento de atos administrativos)	()	()	()	()	()	()
Redução dos "custos públicos de contexto" que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade	()	()	()	()	()	()
Promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede	()	()	()	()	()	()
Melhoria da eficiência, racionalização e redução dos custos relativos à infraestrutura tecnológica, de comunicações e de sistemas de informações	()	()	()	()	()	()
Redução do tempo despendido pelos funcionários na execução das tarefas	()	()	()	()	()	()
Qualificação da prestação do serviço público – qualificação e formação especializada dos funcionários da Administração Pública integrados no processo de modernização da Administração Pública Central	()	()	()	()	()	()

10. O projeto em análise produz/produziu efeitos em regiões diferentes daquela(s) em que se localiza(m) o investimento?

- ☐ Sim
☐ Não (passe para a pergunta 13)

11. Preencha o quadro em baixo com uma distribuição percentual dos efeitos previstos/efetivos por região (o somatório das percentagens deve ser igual a 100%)

Regiões	Distribuição regional dos efeitos do projeto (%)
Norte	()
Centro	()
Lisboa	()
Alentejo	()
Algarve	()
Regiões Autónomas	()
Total	100%

12. O projeto em análise se encontra localizado em Lisboa e corresponde a um projeto associado à disponibilização de um serviço aos cidadãos e/ou empresas?

☐ Sim
☐ Não (passe para a pergunta 13)

Qual a % de utentes que utilizou o serviço com origem em cada uma das seguintes regiões (o somatório das percentagens deve ser igual a 100%)

Regiões	Distribuição regional dos utentes que utilizaram efetivamente o serviço (%)
Norte	()
Centro	()
Lisboa	()
Alentejo	()
Algarve	()
Regiões Autónomas	()
Total	100%

C. Comunicação

13. De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos? (Pode selecionar mais do que uma opção)

☐ Sítio do COMPETE
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Publicações e material de divulgação do COMPETE
☐ Newsletters do COMPETE
☐ Facebook | COMPETE
☐ Anúncios (imprensa ou web)
☐ Meios de comunicação social
☐ Associações Empresariais
☐ Outra (Qual? _____)
☐ Não sabe/Não responde

14. Reconhece a insígnia do FEDER?



☐ Sim
☐ Não

15. Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) (Pode selecionar mais do que uma opção)?



☐ Não reconhece a marca (passe à questão seguinte)
☐ Publicações, material de divulgação ou anúncios (newsletter)
☐ Notícias em meios de comunicação social
☐ Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade – COMPETE (www.pofc.qren.pt)
☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Outra (Qual?) _____
☐ Não sabe/Não responde

16. Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade?

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simples
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (newsletter) COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Esclarecimentos prestados pelo call center do COMPETE e das Agências Públicas	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simple
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

17. Por favor, indique a sua opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE. (Escolha apenas uma opção por linha)

Parâmetros de análise	Discordo em absoluto	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo bastante	Discordo em absoluto	Não sabe/Não responde
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade	()	()	()	()	()	()
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão	()	()	()	()	()	()
Apoia projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto	()	()	()	()	()	()
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores	()	()	()	()	()	()
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados	()	()	()	()	()	()
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas	()	()	()	()	()	()

D. Custos de contexto

Em 2009 o COMPETE apoiou o lançamento do atual Portal das Finanças, o qual incorporou os sítios das Declarações Eletrónicas, da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) e dos Serviços Aduaneiros. Este portal disponibiliza serviços que abrangem todo o ciclo de interação com o Contribuinte e passou a permitir a consulta integrada da sua situação fiscal, o acesso a uma agenda eletrónica com avisos para cumprimento de prazos fiscais e o sistema de "notificações eletrónicas".

É um serviço direcionado para um conjunto muito vasto de utilizadores e abrange as seguintes áreas de interesse: contencioso, dados cadastrais, dívidas fiscais, infrações fiscais, IVA, património, rendimentos, entre outras. Entre outras funcionalidades, foi desenvolvido o serviço de apoio ao contribuinte onde é disposta informação e aplicações dedicadas a estes, como são os seguintes exemplos: modelos e formulários fiscais, comunicação de dados de faturas à Autoridade Tributária (E-Fatura), comunicação de dados dos documentos de transporte ou o SAF-T PT (Standard Audit File for Tax Purposes).

18. Dê a sua opinião sobre o contributo destas alterações para a redução dos custos de contexto na sua entidade.

Parâmetros de análise	Muito Negativo	Negativo	Positivo	Muito Positivo	Não sabe/Não responde
Visão integrada da informação fiscal	()	()	()	()	()
Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma	()	()	()	()	()
Simplificação do serviço	()	()	()	()	()
Rapidez do serviço	()	()	()	()	()
Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)	()	()	()	()	()
Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros	()	()	()	()	()
Segurança da informação	()	()	()	()	()
Transparência da informação	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()

Muito obrigado!

As suas respostas foram consideradas.

A Augusto Mateus & Associados e a PwC Portugal agradecem a sua colaboração!



A.3.6. Inquérito aos destinatários dos mecanismos de engenharia financeira do COMPETE/QREN (Linhas de Crédito Bonificado PME INVESTE I e II)

A. Caracterização da entidade promotora

1. Designação da empresa/entidade:
2. NIPC _____
3. Número do projeto (*este número consta do e mail enviado*) _____

B. Motivações/Objetivos/Resultados

4. Qual o principal foco estratégico prosseguido pela empresa no momento em que apresentou o pedido de financiamento referido (*selecione aquele que na lista seguinte melhor o descreve*)?

Focos estratégicos	
Expansão da capacidade produtiva	()
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	()
Aumento do valor acrescentado	()
Viragem para os mercados externos	()
Reforço do negócio internacional na UE	()
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	()
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, <i>design</i> , marca, etc.)	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à dimensão ambiental (ambiente e eco-eficiência, eficiência e diversificação energética, etc.)	()
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	()
Outro (Qual?)	()

5. Os financiamentos elegíveis destinaram-se a (*escolha uma opção*):

- ☐ Reforço de fundo de maneio e tesouraria, exclusivamente (*neste caso, passe à questão 6*)
☐ Investimento novo em ativos fixos corpóreos e incorpóreos, exclusivamente
☐ *Mix* das duas opções anteriores

- a. Quais os vetores de orientação estratégica e fatores competitivos privilegiados na componente de investimento associada a este pedido de financiamento? (*Assinale os três vetores estratégicos e os três fatores competitivos mais relevantes, numerando-os de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor/fator mais relevante*)

Vetores estratégicos		Fatores competitivos	
Introdução de novos produtos/serviços	()	Reforço da qualificação e competências do capital humano	()
Inovação nos produtos/serviços já existentes	()	Formação profissional	()
Modernização tecnológica de processos	()	Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação	()
Expansão da capacidade produtiva	()	Acesso ao conhecimento e à tecnologia	()
Alteração da gama de produtos/serviços	()	<i>Design</i> e engenharia de desenvolvimento	()
Diferenciação de produtos/serviços	()	Criação/reforço de marca própria	()
Internacionalização (vendas, compras)	()	Marketing, comercialização e distribuição	()
Contenção de custos/despesas	()	Qualidade	()
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	()	Ambiente	()
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	()	Eficiência energética	()

- b. Como avalia o impacto (previsível, no caso do projeto ainda não estar concluído) da componente de investimento do financiamento acedido nas seguintes áreas, assinalando apenas as quatro mais relevantes para o seu caso:

Parâmetros de análise	Muito desfavorável	Desfavorável	Nem favorável nem desfavorável	Favorável	Muito favorável
Expansão da capacidade produtiva e da produção					
Internacionalização do negócio					
Entrada em novos mercados - UE					
Entrada em novos mercados - extra UE					
Lançamento de uma nova área de negócio					
Lançamento de novos produtos/serviços					
Diferenciação de bens e serviços					
Introdução de novos processos produtivos					
Organização e gestão					
Comercialização e marketing					
I&D					
Qualidade dos produtos/serviços					
Eficiência e diversificação energética					
Ambiente					
Qualificação de recursos humanos					
Cooperação empresarial e institucional					
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento (QREN/Extra QREN)					
Outra. Qual? _____					

- c. Indique, relativamente a este projeto, o último ano anterior à sua implementação (ano pré-projeto) e o ano completo seguinte à conclusão do prazo de reembolso do financiamento obtido (ano pós-projeto).

Último ano anterior à implementação do projeto: _____

Ano completo seguinte à conclusão do prazo de reembolso do financiamento obtido: _____

- d. Indique, para os seguintes parâmetros de análise da evolução da empresa, os valores verificados no ano pré-projeto, os valores verificados em 31/12/2012 e os valores previsíveis (se o projeto ainda não está concluído)/verificados (caso o projeto esteja concluído) no ano pós-projeto.

Procure também, na 4ª coluna, estimar a variação (em valor, entre os anos pré e pós projeto) de cada uma das variáveis apenas em resultado da implementação do projeto. (ex. o VN da empresa pode ter decrescido mas o projeto pode, autonomamente, ter contribuído positivamente para o valor do VN em x euros).

Parâmetros de análise	Valor do ano pré-projeto	Valor em 31-12-2012	Valor do ano pós-projeto	Variação gerada/a gerar autonomamente pelo projeto do pré para o pós-projeto
Volume de Negócios (mil €)				
Volume de Negócios Internacional (mil €)				
Vol. Negócios resultante da venda de novos produtos ou serviços (mil €)				
Produtividade (VAB/nº de trabalhadores ao serviço)				
Nº de trabalhadores ao serviço				
Nº de trabalhadores qualificados ao serviço (licenciatura ou superior)				
Despesas em I&D (mil €)				

C. Comunicação

6. De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos? (Pode seleccionar mais do que uma opção)

- ☐ Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
☐ Publicações e material de divulgação do COMPETE
☐ Newsletters do COMPETE
☐ Facebook | COMPETE
☐ Anúncios (imprensa ou web)
☐ Meios de comunicação social
☐ Associações Empresariais
☐ Outra (Qual? _____)
☐ Não sabe/Não responde

7. Reconhece a insígnia do FEDER?



- ☐ Sim
☐ Não

8. Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) (Pode selecionar mais do que uma opção)?



- [] Não reconhece a marca (passe à questão seguinte)
 [] Publicações, material de divulgação ou anúncios (*newsletter*)
 [] Notícias em meios de comunicação social
 [] Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade – COMPETE (www.pofc.qren.pt)
 [] Sessões públicas promovidas pelo COMPETE
 [] Outra (Qual?) _____
 [] Não sabe/Não responde

9. Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade?

Parâmetros de análise	Pertinente	Clara	Simples
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (<i>newsletter</i>) COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Esclarecimentos prestados pelo <i>call center</i> do COMPETE e das Agências Públicas	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe	☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

10. Por favor, indique a sua opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE. (Escolha apenas uma opção por linha)

Parâmetros de análise	Discordo em absoluto	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo bastante	Concordo em absoluto	Não sabe/Não responde
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade	()	()	()	()	()	()
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão	()	()	()	()	()	()
Apoiar projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto	()	()	()	()	()	()
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores	()	()	()	()	()	()
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados	()	()	()	()	()	()
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas	()	()	()	()	()	()

D. Custos de contexto

11. Efetuou algum pedido (instalação/alteração) de licenciamento industrial desde 2009?

[..] Sim
 [..] Não (Passe para a questão 15)

A Agência para a Modernização Administrativa, com o apoio do COMPETE, iniciou o projeto REAI – Regime de Exercício da Atividade Industrial – Desmaterialização, que tem como objetivo a desmaterialização e integração plena de todo o processo de Licenciamento Industrial. Foi neste âmbito que foi desenvolvida a Plataforma REAI, que se encontra disponível desde 2009, no seguinte link: https://www.portaldaempresa.pt/CVE/Services/LicIndustrial/Simulador/LISM0100_TipoPedido.aspx
 A plataforma REAI disponibiliza, entre outras, as seguintes funcionalidades:

- Simulador *online* que permite ao utilizador identificar o regime de acesso à atividade industrial aplicável ao seu caso, com base no qual lhe será fornecida informação sobre a tramitação previsível para o seu processo e respetivos prazos legais;
- Formulário eletrónico, único e dinâmico, com atribuição automática do número único do processo e indicação de todos os documentos a anexar ao pedido no momento da sua submissão;
- Consulta *online* de informação relativa ao estado do seu processo;

- A integração da componente "Localização" (ou seja, o interface com o Sistema de Informação SNIT da DGOTDU), com possibilidade de consulta direta dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGTs) aplicáveis.

12. Utilizou a plataforma REAI?

- [..] Não utilizou (*passa à questão 15*)
 [..] Sim, para criação da empresa
 [..] Sim, para instalação do estabelecimento
 [..] Sim, para alteração do estabelecimento industrial
 [..] Sim, para regularização do estabelecimento industrial

13. Por favor, indique a sua opinião sobre a REAI em termos de redução dos custos de contexto nos seguintes aspetos:

Parâmetros de análise	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	Não sabe/Não responde
Aumento da previsibilidade do processo	()	()	()	()	()
Aumento da transparência (comunicação) entre a empresa e a Administração Pública	()	()	()	()	()
Simplificação do processo	()	()	()	()	()
Rapidez do processo	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Eficácia do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()
Monitorização/acompanhamento do processo	()	()	()	()	()
Redução de custos com processo de licenciamento (papel, consumíveis,...)	()	()	()	()	()
Facilitação do acesso (tecnologias Web) ao processo	()	()	()	()	()
Armazenamento da documentação de suporte ao processo	()	()	()	()	()
Redução do tempo despendido pelos colaboradores na execução das tarefas	()	()	()	()	()

14. Como classifica o financiamento atribuído ao projeto relativamente ao desenvolvimento da atividade empresarial?

- [..] Muito relevante
 [..] Relevante
 [..] Pouco relevante
 [..] Não sabe/Não responde

Em 2009 o COMPETE apoiou o lançamento do atual Portal das Finanças, o qual incorporou os sítios das Declarações Eletrónicas, da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) e dos Serviços Aduaneiros. Este portal disponibiliza serviços que abrangem todo o ciclo de interação com o Contribuinte e passou a permitir a consulta integrada da sua situação fiscal, o acesso a uma agenda eletrónica com avisos para cumprimento de prazos fiscais e o sistema de "notificações eletrónicas". É um serviço direcionado para um conjunto muito vasto de utilizadores e abrange as seguintes áreas de interesse: contencioso, dados cadastrais, dívidas fiscais, infrações fiscais, IVA, património, rendimentos, entre outras. Entre outras funcionalidades, foi desenvolvido o serviço de apoio ao contribuinte onde é disposta informação e aplicações dedicadas a estes, como são os seguintes exemplos: modelos e formulários fiscais, comunicação de dados de faturas à Autoridade Tributária (E-Fatura), comunicação de dados dos documentos de transporte ou o SAF-T PT (*Standard Audit File for Tax Purposes*).

15. Dê a sua opinião sobre o contributo destas alterações para a redução dos custos de contexto na sua entidade/empresa.

Parâmetros de análise	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	Não sabe/Não responde
Visão integrada da informação fiscal	()	()	()	()	()
Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma	()	()	()	()	()
Simplificação do serviço	()	()	()	()	()
Rapidez do serviço	()	()	()	()	()
Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)	()	()	()	()	()
Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros	()	()	()	()	()
Segurança da informação	()	()	()	()	()
Transparência da informação	()	()	()	()	()
Desmaterialização do processo	()	()	()	()	()
Desburocratização do processo	()	()	()	()	()

A.3.7. Inquérito a entidades que se candidataram ao COMPETE mas que não foram apoiadas por falta de dotação do concurso

A. Caracterização da entidade promotora

1. Designação da empresa/entidade:
2. NIF _____
3. Número da candidatura (*este número consta do e mail enviado*) _____

B. Relacionamento da empresa com apoios comunitários e o COMPETE

4. A empresa teve projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos de Quadros Comunitários de Apoio anteriores?

☐ Sim
☐ Não

5. Qual o principal foco estratégico prosseguido pela entidade no momento em que apresentou a candidatura relativa ao projeto referido? (*selecione aquele que na lista seguinte melhor o descreve*)

Focos estratégicos	
Expansão da capacidade produtiva	()
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	()
Aumento do valor acrescentado	()
Viragem para os mercados externos	()
Reforço do negócio internacional na UE	()
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	()
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, <i>design</i> , marca, etc.)	()
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à dimensão ambiental (ambiente e eco-eficiência, eficiência e diversificação energética, etc.)	()
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	()
Outro (Qual?)	()

6. Quais os vetores de orientação estratégica e fatores competitivos privilegiados no projeto candidatado? (*Assinale os três vetores estratégicos e os três fatores competitivos mais relevantes, numerando-os de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor/fator mais relevante*)

Vetores estratégicos		Fatores competitivos	
Introdução de novos produtos/serviços	()	Reforço da qualificação e competências do capital humano	()
Inovação nos produtos/serviços já existentes	()	Formação profissional	()
Modernização tecnológica de processos	()	Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação	()
Expansão da capacidade produtiva	()	Acesso ao conhecimento e à tecnologia	()
Alteração da gama de produtos/serviços	()	<i>Design</i> e engenharia de desenvolvimento	()
Diferenciação de produtos/serviços	()	Criação/reforço de marca própria	()
Internacionalização (vendas, compras)	()	Marketing, comercialização e distribuição	()
Contenção de custos/despesas	()	Qualidade	()
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	()	Ambiente	()
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	()	Eficiência energética	()
Outro. Qual? _____		Outro. Qual? _____	

7. Apesar de não ter beneficiado do apoio do COMPETE, desenvolveu o projeto?

☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: _____ %
☐ Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: _____ %
☐ Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto. Adiamento em nº de meses: _____ meses
☐ Sim, sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou com apoio de capital de risco.
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
☐ Não desenvolveu o projeto (*passa à questão 10*).

8. Se desenvolveu o projeto, concretizou-o na mesma localização a que se candidatou?

☐ Sim
☐ Não. Neste caso, qual foi a localização selecionada? _____

9. Se desenvolveu o projeto, criou os mesmos postos de trabalho que foram contemplados na candidatura (*escolha uma opção*)?

☐ Criou postos de trabalho, mas menos do que estava previsto: redução de ____ % face ao previsto.
☐ Criou postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto.
☐ Criou mas atrasou a sua contratação em ____ meses.
☐ Não criou postos de trabalho.

C. Caracterização da atividade da entidade neste período

10. Como caracteriza a evolução da entidade nos seguintes indicadores?

<i>Variáveis em análise</i>	<i>2007 (ou ano mais próximo disponível)</i>	<i>2012 (ou ano mais próximo disponível)</i>
<i>Ano a que se reportam os dados</i>		
Volume de Negócios (mil €)		
Volume de Negócios Internacional (mil €)		
Vol. Negócios resultante da venda de novos produtos ou serviços (mil €)		
Produtividade (VAB/nº de trabalhadores ao serviço)		
Nº de trabalhadores ao serviço		
Nº de trabalhadores qualificados ao serviço (licenciatura ou superior)		
Despesas em I&D (mil €)		

11. Caso pretenda efetuar alguma sugestão ou comentário adicional sobre os instrumentos de apoio ou sobre o seu projeto pode fazê-lo na caixa de texto abaixo.

Muito obrigado!

As suas respostas foram consideradas.

A Augusto Mateus & Associados e a PwC Portugal agradecem a sua colaboração!



Anexo B. Análise de desempenho a partir dos indicadores do Programa

A análise sobre o desempenho do COMPETE em matéria de realizações e resultado terá presente um conjunto de fatores críticos que poderão residir na base dos desvios observados e condicionar as perspetivas de cumprimento das metas previstas para 2015, de entre os quais se destacam: i) condicionantes do lado da oferta, quer estejam relacionadas com o lançamento de concursos (ritmo de lançamento, conteúdo dos avisos de concurso, montantes a concurso, etc.), quer com o processo de seleção e aprovação dos projetos a apoiar (ritmos de decisão, metodologias e instrumentos de seleção de candidaturas, etc.); ii) condicionantes do lado da procura, que podem estar relacionados com a adesão dos promotores às tipologias lançadas a concurso e/ou com o volume e a qualidade das candidaturas recebidas; iii) fatores de natureza conceptual ou programática, associáveis ao quadro regulamentar de base, à programação financeira, à definição de metas ou a medidas adotadas para promover a execução de projetos; iv) outros fatores externos com impacte na aprovação e execução dos apoios QREN, como sejam a conjuntura económica e financeira e a inerente redução da capacidade de execução dos promotores, as regras de contratação pública, as regras aplicáveis à assunção de compromissos por parte de entidades públicas, etc.

Quadro A. 13
Indicadores de realização e resultado dos Eixos Prioritários do COMPETE

	Meta 2015	Valor em 2012
Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico		
Relevância da I&D empresarial	50%	67%
Relevância das atividades de I&D em consórcio	30%	51%
Apoio a projetos e atividades de valorização de resultados de I&DT	25%	34%
Incentivo à participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT	100	73
Eixo II - Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização		
Incentivo à inovação produtiva	67%	90%
Incremento na cadeia de valor em sectores maduros	60%	88%
Qualidade do emprego criado	15%	48%
Contributo para o crescimento do Produto	0,6	0,7
VAB gerado nos sectores com potencial de crescimento	20%	35%
Orientação para a produção transacionável e internacionalizável	80%	95%
Orientação para mercados internacionais	1,5	1,3
Emprego criado em sectores com potencial de crescimento	30%	41%
Índice de sobrevivência de projetos empresas criadas	60%	-
Incentivo ao empreendedorismo	20%	11%
Empresas criadas nos sectores com potencial de crescimento	50%	52%
Apoio a projetos estruturantes em sectores com potencial de crescimento	20%	23%
Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação		
Qualidade do capital de risco	33%	73%
Financiamento através de FCR orientado para sectores com potencial de crescimento	30%	77%
Garantias prestadas às PME	5 000	3 762
Custos de gestão	2,5%	2,1%
Eixo IV - Uma Administração Pública eficiente e de qualidade		
Proximidade - Criação de centros multisserviços	700	1 060
Simplificação - Criação de pontos únicos de contacto	400	372
Universalidade - Grau de acessibilidade dos serviços públicos <i>online</i> a cidadãos com necessidades especiais	100%	92%
Desmaterialização - Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais	80%	115%
Utilização de fatura eletrónica	100%	77%
Nível de interoperabilidade entre sistemas de informação na AP	80%	67%
Funcionários formados no âmbito das intervenções apoiadas	25%	60%
Eixo V - Redes e ações coletivas de desenvolvimento empresarial		
Reforço do investimento em economias de eficiência coletiva	25%	52%
Nº de bens e serviços disponibilizados às empresas decorrentes das ações coletivas apoiadas	7 000	5 949

Fonte: Relatório de Execução 2012 do COMPETE (aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC a 14 de Junho de 2012)

Quadro A. 14
Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis ao COMPETE

	Meta 2015	Valor 2007-2012
Emprego criado		
Emprego criado - Total ^(*)	10 000	14 349
I&DT		
Nº de projetos de I&DT	2 600	2 730
Nº de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	1 100	284
Empregos na investigação criados ^(*)	60	66
Ajudas diretas ao investimento nas PME		
Nº de projetos	5 000	5 401
Nº de projetos, dos quais nº de <i>start-ups</i> apoiadas	100	200
Empregos criados ^(*)	3 800	6 587
Investimento total induzido	2 200	2 166
Sociedade de informação		
Nº projetos criados	475	550
Energias renováveis		
Nº de projetos	25	20
Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis ^(**)	-	-
Alterações climáticas		
Redução de emissões de gases com efeito de estufa ^(**)	-	-
Turismo		
Nº de projetos	45	280
Nº de empregos criados ^(*)	1 000	1 653
Saúde		
Nº de projetos	5	27

^(*) Previsões de criação de postos de trabalho, excetuando o Eixo III, cujos dados se referem ao encerramento dos projetos.

^(**) A quantificar em sede de avaliação específica.

Fonte: Relatório de Execução 2012 do COMPETE (aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC a 14 de Junho de 2012)

Quadro A. 15
Volume dos concursos lançados e montantes aprovados

		FEDER a concurso (mil EUR)	FEDER aprovado (mil EUR)	Fundo aprovado / Fundo a concurso
EP I	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	484 650	339 362	70%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	205 600	88 490	43%
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	158 800	158 234	100%
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	40 000	56 308	141%
	I&DT Empresas/Vale I&DT	25 000	1 397	6%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	0	31 399	-
	I&DT Coletiva	8 750	481	6%
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	41 500	3 052	7%
	Projetos Demonstradores	5 000	0	0%
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	191 642	258 876	135%
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	280	0	0%
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	463 000	212 702	46%
EP II	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	203 000	97 271	48%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	218 000	108 781	50%
	SI QPME/Vale Inovação	32 000	6 649	21%
	Projetos Simplificados	10 000	0	0%
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	975 400	1 532 112	157%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	890 200	1 047 587	118%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	0	157 746	-
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	0	151 232	-
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	85 200	7 576	9%
	Projetos transitados do QCA III	0	167 971	-
EP III	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	151 813	282 817	186%
EP IV	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	558 000	254 879	46%
EP V	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	243 550	181 262	74%
	COMPETE - TOTAL	3 068 335	3 062 009	100%

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 16
Admissibilidade, elegibilidade e quebra no PO
(em % do número de projetos)

		Taxa de admissibilidade (1)	Taxa de aprovação (2)	Taxa de quebra (3)
EP I	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	66%	75%	16%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	61%	88%	17%
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	67%	61%	7%
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	94%	93%	0%
	I&DT Empresas/Vale I&DT	72%	100%	36%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	56%	100%	0%
	I&DT Coletiva	71%	100%	60%
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	76%	86%	31%
	Projetos Demonstradores	0%		-
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	76%	26%	3%
EP II	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	67%	95%	22%
	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	71%	93%	27%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	66%	97%	11%
	SI QPME/Vale Inovação	79%	100%	15%
	Projetos Simplificados	0%		-
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	61%	80%	19%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	62%	79%	19%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	35%	100%	16%
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	75%	100%	33%
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	49%	95%	33%
EP III EP IV EP V EP VI	Projetos transitados do QCA III	100%	100%	25%
	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	60%	100%	33%
	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	81%	65%	19%
	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	60%	93%	4%
	Assistência Técnica	81%	100%	3%
	COMPETE - TOTAL	72%	46%	12%

(1) Candidaturas admitidas / Candidaturas apresentadas * 100

(2) Candidaturas aprovadas / Candidaturas admitidas * 100

(3) (Candidaturas anuladas + Candidaturas rescindidas) / Candidaturas aprovadas * 100

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 17
Admissibilidade, elegibilidade e quebra no PO
(% do investimento total)

		Taxa de admissibilidade (1)	Taxa de aprovação (2)	Taxa de quebra (3)
EPI	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	67%	72%	13%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	61%	90%	19%
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	73%	54%	14%
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	77%	79%	0%
	I&DT Empresas/Vale I&DT	73%	100%	35%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	58%	100%	0%
	I&DT Coletiva	42%	100%	70%
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	68%	82%	48%
	Projetos Demonstradores	0%		-
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	77%	26%	2%
EPII	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	71%	89%	23%
	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	71%	91%	33%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	72%	86%	7%
	SI QPME/Vale Inovação	79%	100%	15%
	Projetos Simplificados	0%		-
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	59%	95%	38%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	64%	86%	22%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	35%	101%	61%
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	86%	109%	41%
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	41%	97%	30%
EPIII	Projetos transitados do QCA III	100%	102%	41%
	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	93%	94%	7%
	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	87%	69%	9%
	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	66%	83%	5%
	Assistência Técnica	84%	68%	0%
	COMPETE - TOTAL	64%	83%	31%

(1) Candidaturas admitidas / Candidaturas apresentadas * 100

(2) Candidaturas aprovadas / Candidaturas admitidas * 100

(3) (Candidaturas anuladas + Candidaturas rescindidas)/Candidaturas aprovadas * 100

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 18
Percentagem de número de projetos e de incentivo aprovado por níveis de execução

		Taxa de execução					
		Inferior a 50%		Entre 50% e 75%		Superior a 75%	
		Nºproj.	Incentivo	Nºproj.	Incentivo	Nºproj.	Incentivo
EP I	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	56%	53%	22%	27%	22%	19%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	56%	40%	19%	31%	25%	29%
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	58%	55%	28%	31%	14%	15%
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	100%	100%	0%	0%	0%	0%
	I&DT Empresas/Vale I&DT	44%	44%	10%	10%	46%	46%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	0%	0%	40%	53%	60%	47%
	I&DT Coletiva	0%	0%	0%	0%	100%	100%
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	64%	51%	14%	19%	23%	30%
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	58%	56%	15%	19%	28%	24%
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos Individuais	57%	59%	13%	14%	30%	28%
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos em Co-promoção	57%	60%	16%	16%	27%	24%
	Promoção da cultura científica e tecnológica/Projetos Individuais	93%	94%	7%	6%	0%	0%
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos Individuais	77%	58%	19%	30%	3%	12%
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos em Co-promoção	56%	11%	33%	50%	11%	39%
EP II	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	62%	55%	12%	18%	26%	27%
	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	64%	65%	15%	17%	20%	18%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	53%	46%	11%	19%	36%	35%
	SI QPME/Vale Inovação	61%	63%	4%	4%	35%	33%
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	38%	40%	14%	12%	47%	47%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	38%	42%	15%	17%	47%	41%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	50%	54%	6%	8%	44%	38%
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	50%	58%	0%	0%	50%	42%
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	50%	49%	25%	14%	25%	37%
	Projetos transitados do QCA III	0%	0%	0%	0%	100%	100%
EP III	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	87%	59%	9%	5%	4%	35%
EP IV	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	55%	62%	17%	22%	27%	16%
EP V	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	57%	51%	18%	22%	25%	27%
COMPETE - TOTAL		56%	48%	15%	16%	29%	36%

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 19
Variação no investimento elegível e no incentivo aprovado: Posição a 31 de dezembro de 2012 versus decisão inicial

		Investimento elegível	Incentivo aprovado
EP I	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	4%	7%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	5%	3%
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	8%	10%
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	2%	16%
	I&DT Empresas/Vale I&DT	3%	4%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	-4%	-4%
	I&DT Coletiva	0%	0%
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	-2%	-2%
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	0%	13%
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos Individuais	1%	18%
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos em Co-promoção	0%	19%
	Promoção da cultura científica e tecnológica/Projetos Individuais	3%	25%
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos Individuais	0%	0%
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos em Co-promoção	-5%	-5%
EP II	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	-8%	-9%
	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	-3%	-3%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	-13%	-14%
	SI QPME/Vale Inovação	1%	1%
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	-2%	0%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	-2%	0%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	-1%	0%
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	-4%	2%
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	-2%	-2%
	Projetos transitados do QCA III	0%	0%
EP III	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	-3%	-3%
EP IV	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	-3%	17%
EP V	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	-4%	2%
	COMPETE - TOTAL	-2%	2%

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 20
Variação no investimento elegível e no incentivo aprovado: Posição a 31 de dezembro de 2012 versus decisão inicial (% do número de projetos)

		Investimento elegível			Incentivo aprovado		
		Decresce	Mantém	Aumenta	Decresce	Mantém	Aumenta
EP I	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	5%	84%	11%	10%	75%	15%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	3%	86%	11%	10%	77%	14%
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	4%	84%	12%	10%	72%	18%
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	57%	21%	21%	21%	50%	29%
	I&DT Empresas/Vale I&DT	5%	92%	3%	3%	93%	3%
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	60%	40%	0%	100%	0%	0%
	I&DT Coletiva	0%	100%	0%	0%	100%	0%
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	5%	91%	5%	9%	86%	5%
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	0%	99%	1%	0%	19%	81%
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos Individuais	0%	99%	1%	0%	19%	81%
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos em Co-promoção	0%	99%	1%	0%	13%	87%
	Promoção da cultura científica e tecnológica/Projetos Individuais	4%	75%	21%	0%	0%	100%
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos Individuais	0%	100%	0%	0%	100%	0%
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos em Co-promoção	11%	89%	0%	11%	89%	0%
EP II	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	14%	85%	1%	18%	80%	2%
	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	15%	84%	1%	22%	76%	2%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	47%	50%	3%	46%	49%	5%
	SI QPME/Vale Inovação	1%	99%	1%	1%	99%	1%
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	25%	71%	3%	29%	65%	6%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	25%	71%	4%	29%	65%	7%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	19%	81%	0%	25%	75%	0%
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	33%	67%	0%	33%	33%	33%
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	17%	83%	0%	17%	83%	0%
	Projetos transitados do QCA III	50%	50%	0%	50%	50%	0%
EP III	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	13%	87%	0%	13%	87%	0%
EP IV	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	11%	85%	4%	6%	3%	91%
EP V	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	17%	72%	11%	15%	70%	16%
COMPETE - TOTAL		9%	88%	3%	10%	49%	41%

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 21

Variação no volume de incentivo aprovado: Posição a 31 de dezembro de 2012 versus decisão inicial (% do número de projetos com decréscimo de incentivo)

		Decréscimo de incentivo aprovado		
		Inferior a 25%	Entre 25% e 50%	Superior a 50%
EP I	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	85%	15%	-
	I&DT Empresas/Projetos Individuais	68%	32%	-
	I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	96%	4%	-
	I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	100%	-	-
	I&DT Empresas/Vale I&DT	100%	-	-
	I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	100%	-	-
	I&DT Coletiva	-	-	-
	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	50%	50%	-
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SAESTCN)	100%	-	-
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos Individuais	-	-	-
	I&DT Entidades do SCTN/Projetos em Co-promoção	-	-	-
	Promoção da cultura científica e tecnológica/Projetos Individuais	-	-	-
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos Individuais	-	-	-
	IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos em Co-promoção	100%	-	-
EP II	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME)	51%	36%	13%
	SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	61%	33%	6%
	SI QPME/Projetos Conjuntos	24%	44%	32%
	SI QPME/Vale Inovação	100%	-	-
	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	80%	16%	3%
	SI Inovação/Inovação Produtiva	80%	17%	4%
	SI Inovação/Projetos do Regime Especial	100%	-	-
	SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	50%	50%	-
	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	100%	-	-
	Projetos transitados do QCA III	100%	-	-
EP III	Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	67%	33%	-
EP IV	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	30%	30%	40%
EP V	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	78%	18%	4%
COMPETE - TOTAL		67%	25%	8%

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados do sistema de informação do COMPETE

Resultados dos inquéritos aos promotores

Quadro A. 22

Inquérito aos promotores dos Sistemas de Incentivos: Perspetivas de concretização do investimento previsto em candidatura

(Percentagem de respondentes que selecionaram o fator)

De acordo com o previsto / contratado	56,2%
Abaixo do previsto / contratado	34,4%
Até 25% abaixo do previsto	21,8%
Entre 25% e 50% abaixo do previsto	7,6%
Mais de 50% abaixo do previsto	5,1%
Acima do previsto / contratado	9,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores dos SI

Quadro A. 23

Inquérito aos promotores SAMA: Expectativa relativamente à capacidade de execução da totalidade do investimento aprovado

(Percentagem de respondentes que selecionaram o fator)

	Não ponderado	Ponderado
Abaixo do contratado	38,7%	66,8%
Redução inferior ou igual a 30%	22,6%	19,3%
Redução entre 30% e 60%	9,7%	2,7%
Redução superior a 60%	6,5%	44,8%
De acordo com o contratado	45,2%	17,7%
Acima do contratado	16,1%	15,5%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores dos SAMA

Quadro A. 24

Fatores que explicam desvios entre o previsto e o executado no âmbito dos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos, SAESCTN e SIAC

(Percentagem de respondentes que selecionaram o fator)

	Sistemas de Incentivos	SAESCTN	SIAC
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	14%	6%	3%
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	12%	10%	7%
Atraso na aprovação da candidatura	13%	30%	6%
Atraso na contratação do projeto	8%	21%	8%
Degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos	49%	14%	42%
Deterioração das perspetivas de vendas	31%	-	-
Falta de capacidade financeira para implementar o projeto	9%	8%	7%
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	8%	-	16%
Dificuldades de relacionamento com as estruturas técnicas do COMPETE e/ou OI	2%	6%	4%
Atraso nos pagamentos das participações comunitárias	15%	12%	29%
Redução de outras fontes de financiamento público	-	9%	0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores dos SI, SAESCTN e SIAC

Quadro A. 25**Fatores que explicam desvios entre o previsto e o executado no âmbito dos projetos apoiados no âmbito do SAMA**

(Porcentagem de respondentes que selecionaram o fator)

	SAMA
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	9%
Dificuldade em afetar Recursos Humanos (próprios e/ou dos parceiros) para desenvolver o projeto	22%
Complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública	44%
Atraso na contratação do projeto	25%
Falta de capacidade financeira (componente não cofinanciada) para implementar o projeto	9%
Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública	16%
Legislação que limita a autonomia da entidade em assumir compromissos ou contratos	13%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos Inquéritos aos Promotores do SAMA

Anexo C. Contributo para os objetivos do COMPETE e eficiência

C.1 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de qualificação do tecido produtivo

Quadro A. 26
Evolução do VAB no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	106,8	107,3	109,0	106,7	100,0	99,7	93,9	100,0	94,0
	Centro	100,0	101,2	101,2	106,6	103,9	100,0	99,0	94,4	96,5	89,9
	Alentejo	100,0	76,1	81,9	99,4	92,4	100,0	95,1	93,7	94,4	92,4
Sector	Indústria	100,0	97,8	95,4	106,3	102,3	100,0	93,1	84,6	90,7	88,5
	Construção	100,0	113,6	119,4	113,1	97,9	100,0	105,0	92,8	90,9	76,9
	Energia	100,0	121,6	161,5	172,0	180,5	100,0	99,5	90,3	125,4	119,3
	Comércio	100,0	107,9	106,5	109,9	102,2	100,0	98,7	97,7	100,0	92,6
	Turismo	100,0	105,0	124,5	123,6	125,4	100,0	96,8	99,2	105,2	99,4
	Transportes/logística	100,0	105,3	109,2	110,3	108,4	100,0	99,3	105,6	106,4	105,6
	Serviços	100,0	108,0	111,5	108,3	108,7	100,0	109,6	110,8	121,7	116,9
	Outros	100,0	105,0	107,3	113,5	117,6	100,0	107,9	106,6	109,0	102,0
Escala de dimensão	Micro empresa	100,0	116,3	123,5	131,9	126,6	100,0	100,5	97,4	101,2	93,2
	Pequena empresa	100,0	112,1	113,6	116,4	111,2	100,0	101,9	101,3	103,5	96,8
	Média empresa	100,0	107,8	105,2	106,9	102,9	100,0	98,7	90,5	93,9	89,1
	Não PME	100,0	95,6	96,8	105,8	102,8	100,0	92,0	80,0	89,6	88,0
Total		100,0	102,5	102,6	108,2	104,5	100,0	99,0	94,0	98,3	92,5

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 27
Diferença da média e mediana da distribuição das taxas variação anuais do VAB entre o grupo de tratamento e grupo de controlo (em p.p.)

		Média				Mediana			
		2008/07	2009/08	2010/09	2011/10	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
Região	Norte	0,7	-1,0	0,7	1,0	0,10	0,05	0,04	0,05
	Centro	-3,8	0,1	0,0	0,8	0,11	0,05	0,03	0,05
	Alentejo	6,5	0,8	1,1	3,4	0,19	0,09	0,07	0,05
Sector	Indústria	0,2	-0,9	-0,2	3,3	0,05	0,03	0,02	0,04
	Construção	2,5	2,0	0,5	0,6	0,10	0,11	0,03	0,02
	Energia	16,4	-0,4	-0,5	0,4	0,02	0,67	-0,22	0,14
	Comércio	0,1	-0,9	-0,1	1,1	0,16	0,04	0,03	0,04
	Turismo	2,6	-4,7	-0,1	0,0	0,16	0,10	-0,03	0,01
	Transportes/logística	1,4	8,5	-5,9	4,3	0,07	-0,02	0,09	0,06
	Serviços	1,2	1,5	4,0	-0,1	0,12	0,16	0,08	0,11
	Outros	1,1	2,8	0,5	7,7	0,30	0,24	0,14	-0,14
Escala de dimensão	Micro empresa	2,1	1,0	0,6	1,6	0,15	0,09	0,06	0,06
	Pequena empresa	0,0	0,0	0,1	0,1	0,07	0,03	0,04	0,01
	Média empresa	-7,4	-4,1	-0,1	0,0	0,04	0,03	-0,01	-0,01
	Não PME	0,4	0,0	1,7	0,3	-0,01	0,01	0,07	0,06
Total		-0,3	-0,4	0,5	1,2	0,11	0,05	0,04	0,05

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 28**Relação entre a produtividade no grupo de tratamento e grupo de controlo (grupo de controlo=100)**

		2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	175,4	170,5	170,5	162,4	169,1
	Centro	169,7	163,0	165,2	171,1	169,0
	Alentejo	267,1	202,7	212,3	239,5	214,8
Sector	Indústria	166,2	307,0	307,8	292,9	287,4
	Construção	149,5	144,5	154,4	147,1	137,1
	Energia	25,6	29,8	35,0	24,1	24,4
	Comércio	140,1	144,2	140,4	140,8	140,7
	Turismo	160,3	162,7	178,8	166,7	168,3
	Transportes/logística	126,8	588,7	487,5	502,3	527,9
	Serviços	411,2	362,7	353,0	346,7	425,6
	Outros	80,6	728,7	680,2	770,6	816,8
Escala de dimensão	Micro empresa	150,7	153,6	156,5	155,0	150,9
	Pequena empresa	133,4	135,9	130,4	125,7	121,4
	Média empresa	113,4	112,5	109,4	107,9	104,7
	Não PME	241,8	211,7	218,6	221,8	236,0
Total		187,6	178,6	178,8	180,1	181,2

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 29**Evolução da Produtividade no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)**

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	99,5	98,3	98,5	100,4	100,0	102,4	101,1	106,4	104,1
	Centro	100,0	96,2	96,0	100,7	96,7	100,0	100,2	98,6	99,9	97,2
	Alentejo	100,0	73,7	78,0	88,9	79,9	100,0	97,1	98,2	99,2	99,4
Sector	Indústria	100,0	181,8	180,4	185,0	182,0	100,0	98,4	97,4	105,0	105,2
	Construção	100,0	103,3	105,8	101,6	90,8	100,0	106,9	102,5	103,3	99,0
	Energia	100,0	106,3	107,5	92,7	89,7	100,0	91,1	78,6	98,4	94,0
	Comércio	100,0	102,8	99,2	99,6	94,5	100,0	99,9	98,9	99,1	94,1
	Turismo	100,0	97,1	108,3	104,7	103,1	100,0	95,7	97,1	100,6	98,2
	Transportes/logística	100,0	457,5	403,4	414,7	435,6	100,0	98,5	104,9	104,7	104,6
	Serviços	100,0	94,0	90,0	90,6	109,7	100,0	106,6	104,8	107,4	106,0
	Outros	100,0	942,5	886,6	995,3	1002,8	100,0	104,2	105,1	104,1	98,9
Escala de dimensão	Micro empresa	100,0	101,9	101,0	102,5	95,1	100,0	100,0	97,3	99,7	95,0
	Pequena empresa	100,0	105,1	104,2	103,0	99,0	100,0	103,2	106,5	109,3	108,7
	Média empresa	100,0	103,3	101,1	103,0	99,4	100,0	104,0	104,7	108,2	107,6
	Não PME	100,0	86,9	86,8	93,8	97,5	100,0	99,2	96,0	102,2	99,9
Total		100,0	96,2	95,4	99,4	97,9	100,0	101,1	100,0	103,5	101,3

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 30

Diferença da média e mediana da distribuição das taxas variação anuais da produtividade entre o grupo de tratamento e grupo de controlo (em p.p.)

		Média				Mediana			
		2008/07	2009/08	2010/09	2011/10	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
Região	Norte	0,1	0,2	-0,4	0,5	0,05	0,04	0,03	0,04
	Centro	0,4	0,7	-1,0	1,9	0,06	0,04	0,02	0,04
	Alentejo	2,4	3,4	-0,7	1,6	0,08	0,05	0,01	0,04
Sector	Indústria	0,1	0,2	-2,3	3,2	0,02	0,02	0,01	0,03
	Construção	2,1	0,6	-1,5	0,8	0,02	0,07	0,02	0,02
	Energia	6,1	-0,3	-0,4	0,6	-0,05	0,20	-0,20	-0,02
	Comércio	0,1	0,9	-0,3	0,8	0,12	0,04	0,01	0,03
	Turismo	0,5	-1,2	0,7	-0,1	0,11	0,07	-0,04	0,00
	Transportes/logística	0,6	4,2	-1,8	0,4	0,00	-0,05	0,09	0,03
	Serviços	1,7	0,5	-0,2	0,0	0,04	0,10	0,00	0,06
	Outros	-1,0	3,0	-0,3	6,8	0,04	0,14	0,04	-0,03
	Micro empresa	0,8	1,3	-0,9	2,6	0,06	0,06	0,01	0,04
	Pequena empresa	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,01	0,00	0,00	-0,01
Escalão de dimensão	Média empresa	-1,7	-0,3	0,2	-0,1	0,00	0,00	-0,01	-0,02
	Não PME	1,1	-1,5	1,8	0,3	-0,04	-0,03	0,03	0,00
Total		0,5	0,8	-0,7	1,2	0,06	0,04	0,02	0,04

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

C.2 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa

Quadro A. 31

Evolução das exportações no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	103,1	93,5	115,4	130,1	100,0	95,6	71,9	82,8	95,6
	Centro	100,0	101,1	91,5	113,3	109,8	100,0	95,4	78,3	88,9	101,8
	Alentejo	100,0	88,7	70,9	92,5	108,8	100,0	90,1	69,1	91,2	108,6
Sector	Indústria	100,0	102,0	90,6	109,2	110,9	100,0	93,2	68,6	80,4	92,5
	Construção	100,0	113,5	135,4	201,9	221,0	100,0	101,1	89,7	66,5	86,9
	Energia	100,0	90,9	71,7	152,8	127,8	100,0	38147,6	495,3	232,1	3656,1
	Comércio	100,0	108,6	106,5	123,0	133,9	100,0	106,5	105,4	121,4	143,0
	Turismo	100,0	56,7	327,0	321,0	407,4	100,0	97,0	120,1	144,5	296,3
	Transportes/logística	100,0	122,3	612,4	695,5	638,1	100,0	163,4	133,3	116,7	82,6
	Serviços	100,0	112,2	100,1	174,2	234,3	100,0	109,9	109,8	157,2	205,4
	Outros	100,0	110,5	101,8	149,5	157,0	100,0	110,3	121,4	122,0	143,5
	Micro empresa	100,0	122,2	170,3	188,4	219,7	100,0	103,8	100,4	123,4	155,9
	Pequena empresa	100,0	107,7	107,2	126,7	143,9	100,0	96,1	99,1	106,8	124,5
Escalão de dimensão	Média empresa	100,0	104,2	95,4	111,3	124,3	100,0	99,9	80,8	93,1	101,5
	Não PME	100,0	101,1	88,1	110,2	107,0	100,0	90,4	56,9	68,0	79,7
Total		100,0	102,6	92,0	112,0	115,3	100,0	95,0	73,2	85,1	98,4

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 32**Diferença em p.p. entre a orientação exportadora no grupo de tratamento e grupo de controlo**

		2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	6,0	5,3	7,5	7,2	7,4
	Centro	20,3	19,7	19,5	22,0	17,8
	Alentejo	29,0	25,7	21,5	23,9	25,8
Sector	Indústria	9,8	15,0	18,2	22,5	20,4
	Construção	-0,2	-0,1	0,0	0,9	0,9
	Energia	14,0	10,2	7,0	13,2	10,6
	Comércio	2,9	2,8	2,8	2,9	2,8
	Turismo	1,3	0,6	3,5	3,1	4,0
	Transportes/logística	-0,4	-0,9	1,5	1,8	1,8
	Serviços	1,9	1,5	1,5	1,7	2,2
	Outros	6,3	6,5	6,1	7,8	7,6
Escala de dimensão	Micro empresa	1,9	2,0	4,1	3,5	3,3
	Pequena empresa	2,7	2,9	2,4	3,3	3,1
	Média empresa	2,6	2,7	4,0	4,9	5,6
	Não PME	6,9	5,4	11,1	7,8	0,7
Total		14,0	13,3	14,2	14,6	12,7

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 33**Evolução da orientação exportadora no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)**

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	98,5	98,0	98,5	101,3	100,0	99,3	96,5	97,3	99,9
	Centro	100,0	98,8	97,7	101,0	98,9	100,0	99,4	98,5	99,3	101,4
	Alentejo	100,0	95,3	88,8	94,2	98,8	100,0	98,6	96,3	99,3	102,0
Sector	Indústria	100,0	104,0	102,0	108,6	109,3	100,0	98,9	93,6	95,9	98,7
	Construção	100,0	100,0	100,2	100,8	101,2	100,0	100,0	100,0	99,7	100,1
	Energia	100,0	97,0	93,0	99,2	96,6	100,0	100,8	100,0	100,0	100,1
	Comércio	100,0	100,1	100,3	100,8	101,8	100,0	100,2	100,4	100,8	101,9
	Turismo	100,0	99,4	102,3	101,9	102,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1
	Transportes/logística	100,0	100,0	102,3	102,3	102,0	100,0	100,5	100,4	100,1	99,8
	Serviços	100,0	99,7	99,7	100,6	102,1	100,0	100,1	100,1	100,8	101,7
	Outros	100,0	100,2	100,4	101,9	102,5	100,0	100,0	100,6	100,4	101,2
Escala de dimensão	Micro empresa	100,0	100,2	102,4	102,5	103,7	100,0	100,1	100,2	100,9	102,3
	Pequena empresa	100,0	99,8	100,0	101,0	102,6	100,0	99,6	100,3	100,4	102,1
	Média empresa	100,0	99,6	99,2	101,4	104,2	100,0	99,6	97,8	99,0	101,2
	Não PME	100,0	96,7	94,7	93,8	92,1	100,0	98,1	90,5	92,9	98,3
Total		100,0	98,5	97,3	98,7	99,3	100,0	99,2	97,1	98,2	100,7

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 34

Diferença da média e mediana da distribuição das variações anuais da orientação exportadora entre o grupo de tratamento e grupo de controlo (em p.p.)

		Média				Mediana			
		2008/07	2009/08	2010/09	2011/10	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
Região	Norte	0,5	-0,2	1,3	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	Centro	0,2	0,0	3,7	-2,7	0,0	0,0	0,0	0,0
	Alentejo	0,6	-0,3	1,6	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Sector	Indústria	0,4	-1,8	3,2	-1,2	0,0	0,0	0,0	0,2
	Construção	0,1	-0,1	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
	Energia	-3,4	-2,2	3,9	0,2	0,0	-0,2	0,0	2,1
	Comércio	0,1	0,4	0,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	Turismo	-0,4	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	Transportes/logística	0,8	-0,7	0,5	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	Serviços	-0,1	-0,2	0,4	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outros	-0,5	0,9	1,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Escala de dimensão	Micro empresa	-0,1	0,6	-0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	Pequena empresa	0,4	-1,9	0,5	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Média empresa	0,1	-5,8	6,5	-8,7	0,0	0,0	0,0	0,0
	Não PME	2,1	-3,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Total		0,4	-0,1	2,3	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

C.3 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do COMPETE em matéria de promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação

Quadro A. 35

Evolução da despesa de I&D no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	131,7	152,3	152,6	146,7	100,0	123,6	152,2	186,1	198,9
	Centro	100,0	121,0	141,7	144,6	152,1	100,0	108,0	98,8	100,8	108,4
	Alentejo	100,0	351,0	507,2	338,6	531,4	100,0	160,8	58,3	45,3	62,4
Sector	Indústria	100,0	138,3	119,9	137,1	145,1	100,0	124,3	115,1	106,3	113,8
	Construção	100,0	372,8	552,7	351,9	297,8	100,0	197,2	152,7	105,3	171,9
	Comércio	100,0	217,5	270,1	126,8	219,4	100,0	160,7	166,1	246,6	216,8
	Turismo	100,0	258,7	2549,6	267,5	263,9	100,0	64,6	125,1	18,5	196,3
	Serviços	100,0	121,6	125,2	139,5	126,7	100,0	134,9	170,4	215,8	251,4
	Outros	100,0	125,1	155,9	146,8	136,7	100,0	98,6	121,8	148,0	159,9
Setor de execução	Empresas	100,0	140,9	168,6	170,0	183,8	100,0	120,8	97,1	99,2	106,0
	Estado	100,0	99,6	79,6	94,9	86,8	100,0	87,2	173,8	179,2	140,3
	Ensino superior	100,0	129,3	168,5	155,3	144,9	100,0	145,4	163,8	214,5	261,1
	Instituições privadas sem fins lucrativos	100,0	125,3	120,1	127,8	122,6	100,0	42,1	82,5	125,7	101,1
Total		100,0	130,0	154,4	151,1	149,1	100,0	121,3	117,2	131,3	142,4

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos da DGEEC

Quadro A. 36**Relação entre a despesa de I&D no grupo de tratamento e grupo de controlo
(Grupo de controlo=100)**

		2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	164,0	174,6	164,1	134,5	121,0
	Centro	77,7	87,0	111,3	111,4	109,0
	Alentejo	6,0	13,0	51,8	44,5	50,7
Sector	Indústria	114,6	127,5	119,4	147,9	146,1
	Construção	27,9	52,7	101,0	93,2	48,3
	Comércio	24,2	32,8	39,4	12,5	24,5
	Turismo	3,9	15,7	80,2	57,0	5,3
	Serviços	518,6	467,3	381,1	335,2	261,4
	Outros	235,0	298,0	300,9	233,0	201,0
Setor de execução	Empresas	96,5	112,5	167,4	165,3	167,2
	Estado	205,5	234,5	94,1	108,9	127,1
	Ensino superior	446,7	397,2	459,6	323,5	247,9
	Instituições privadas sem fins lucrativos	1132,1	3364,8	1648,5	1151,0	1372,5
Total		210,6	225,7	277,4	242,3	220,7

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos da DGEEC

Quadro A. 37**Evolução do número de investigadores em equivalente tempo integral no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)**

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	148,8	195,1	162,5	186,4	100,0	148,1	145,4	195,5	255,1
	Centro	100,0	127,2	136,9	163,1	182,5	100,0	167,0	173,3	215,6	198,8
	Alentejo	100,0	306,9	320,3	377,2	805,2	100,0	266,3	119,9	86,4	231,6
Sector	Indústria	100,0	121,8	130,3	134,6	182,0	100,0	150,7	117,3	114,2	143,0
	Construção	100,0	208,3	330,4	212,4	296,9	100,0	64,9	57,1	54,7	62,7
	Comércio	100,0	190,8	232,1	185,3	270,7	100,0	132,1	143,0	143,9	196,7
	Turismo	100,0	166,7	358,3	310,0	283,3	100,0	34,3	271,4	142,9	280,0
	Serviços	100,0	118,5	116,0	150,2	168,9	100,0	143,5	166,5	194,1	276,5
	Outros	100,0	148,5	198,6	178,7	186,2	100,0	185,1	177,5	248,8	270,9
Setor de execução	Empresas	100,0	119,0	136,5	150,7	168,3	100,0	136,1	122,3	126,7	163,2
	Estado	100,0	103,0	82,2	95,6	86,0	100,0	98,2	79,0	71,4	89,8
	Ensino superior	100,0	153,3	210,9	187,5	196,8	100,0	235,9	232,7	340,0	367,6
	Instituições privadas sem fins lucrativos	100,0	119,3	111,4	145,5	175,3	100,0	67,5	90,1	136,7	209,7
Total		100,0	138,8	173,1	168,5	181,7	100,0	164,6	155,5	196,2	229,4

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos da DGEEC

Quadro A. 38

**Relação entre o número de investigadores em equivalente tempo integral no grupo de tratamento e grupo de controlo
(Grupo de controlo=100)**

		2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	195,3	196,2	262,0	162,4	142,7
	Centro	112,2	85,4	88,6	84,9	103,0
	Alentejo	13,3	15,3	35,4	57,9	46,1
Sector	Indústria	63,9	51,7	71,0	75,3	81,4
	Construção	17,7	56,8	102,5	68,8	83,8
	Comércio	17,9	25,9	29,1	23,1	24,6
	Turismo	34,3	166,7	45,3	74,4	34,7
	Serviços	481,8	397,9	335,7	372,8	294,4
	Outros	370,7	297,4	414,6	266,2	254,9
Setor de execução	Empresas	73,0	63,9	81,5	86,9	75,3
	Estado	201,6	211,4	209,8	269,9	193,0
	Ensino superior	507,5	329,8	459,9	279,9	271,7
	Instituições privadas sem fins lucrativos	1477,3	2612,2	1826,9	1572,3	1234,9
Total		291,5	245,8	324,5	250,2	230,9

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos da DGEEC

C.4 Os contributos efetivos das intervenções apoiadas em matéria de emprego

Quadro A. 39

Evolução do número de pessoas ao serviço no grupo de tratamento e grupo de controlo (2007=100)

		Grupo de tratamento					Grupo de controlo				
		2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Região	Norte	100,0	107,3	109,1	110,9	106,6	100,0	97,4	93,4	94,9	91,3
	Centro	100,0	105,5	105,8	106,6	107,8	100,0	98,7	96,0	97,3	93,3
	Alentejo	100,0	105,6	106,7	111,8	117,2	100,0	99,6	95,9	94,8	92,9
Sector	Indústria	100,0	105,0	103,6	105,7	106,8	100,0	94,8	87,1	86,5	84,2
	Construção	100,0	110,1	113,4	111,8	108,3	100,0	98,3	91,0	88,3	77,8
	Energia	100,0	110,3	131,0	165,5	167,2	100,0	114,3	117,6	128,5	127,3
	Comércio	100,0	104,9	107,4	110,6	108,5	100,0	98,4	98,4	100,5	98,1
	Turismo	100,0	113,1	118,0	123,7	125,2	100,0	100,2	101,2	104,1	101,0
	Transportes/logística	100,0	109,4	112,7	117,5	116,6	100,0	100,7	100,8	101,7	101,0
	Serviços	100,0	114,6	123,8	120,0	99,7	100,0	102,7	106,2	114,3	111,9
	Outros	100,0	101,6	105,4	101,6	102,5	100,0	103,1	102,6	108,4	108,5
Escala de dimensão	Micro empresa	100,0	113,1	122,3	129,4	134,0	100,0	100,5	100,4	101,9	98,7
	Pequena empresa	100,0	106,5	109,2	113,3	112,6	100,0	98,7	95,5	95,5	90,0
	Média empresa	100,0	104,4	104,3	104,3	103,9	100,0	95,0	87,0	87,6	83,7
	Não PME	100,0	110,6	112,1	113,2	105,8	100,0	93,2	84,1	88,1	88,5
Total		100,0	106,7	107,9	109,3	107,1	100,0	98,1	94,5	95,7	92,1

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

Quadro A. 40

Diferença da média e mediana da distribuição das variações anuais do número de pessoas ao serviço entre o grupo de tratamento e grupo de controlo (em p.p.)

		Média				Mediana			
		2008/07	2009/08	2010/09	2011/10	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
Região	Norte	0,1	0,1	0,1	0,0	0,7	-1,0	0,7	1,0
	Centro	0,2	0,0	0,0	0,0	-3,8	0,1	0,0	0,8
	Alentejo	0,5	0,2	0,0	0,0	6,5	0,8	1,1	3,4
Sector	Indústria	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	-0,9	-0,2	3,3
	Construção	0,3	0,0	-0,1	0,0	2,5	2,0	0,5	0,6
	Energia	0,0	0,2	0,1	0,0	16,4	-0,4	-0,5	0,4
	Comércio	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,1	-0,9	-0,1	1,1
	Turismo	0,6	-0,1	-0,1	-0,1	2,6	-4,7	-0,1	0,0
	Transportes/logística	0,5	0,7	0,3	0,0	1,4	8,5	-5,9	4,3
	Serviços	0,1	0,0	-0,1	0,0	1,2	1,5	4,0	-0,1
	Outros	0,0	0,3	0,4	0,5	1,1	2,8	0,5	7,7
Escala de dimensão	Micro empresa	0,2	0,0	0,0	0,0	2,1	1,0	0,6	1,6
	Pequena empresa	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
	Média empresa	0,4	0,3	0,1	0,1	-7,4	-4,1	-0,1	0,0
	Não PME	0,5	0,6	0,7	0,4	0,4	0,0	1,7	0,3
Total		0,2	0,1	0,0	0,0	-0,3	-0,4	0,5	1,2

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos apuramentos do INE

C.5 Indicadores de eficiência

Quadro A. 41

Variação dos indicadores por € de incentivo e por instrumento e medida

	Volume de negócios por € incentivo	Volume de negócios internacional por € incentivo	Postos de trabalho por mil € de incentivo	Postos de trabalho qualificados por mil € de incentivo	Despesa de I&D por € de incentivo
	(média)				
SI I&DT	48,804	47,044	0,001	0,076	2,017
1.2.1.1 - I&DT Empresas/Projetos Individuais	88,203	87,726	-0,040	0,128	3,183
1.2.1.2 - I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção	13,203	15,627	0,011	0,034	0,888
1.2.1.3 - I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores	2,217	1,383	0,024	0,023	1,254
1.2.1.4 - I&DT Empresas/Vale I&DT	51,989	25,162	0,096	0,034	1,628
1.2.1.5 - I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial	-1,599	-3,151	0,003	0,006	-0,329
1.2.2 - I&DT Coletiva	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1.2.3.1 - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT	26,965	23,660	0,151	0,077	3,179
SI Inovação	5,981	6,248	0,038	0,009	0,130
2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	6,226	6,471	0,041	0,009	0,137
2.1.2 - SI Inovação/Projetos do Regime Especial	2,574	3,139	0,008	0,001	0,000
2.1.3 - SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico	7,249	5,133	-0,027	0,000	0,000
2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	2,031	2,313	0,022	0,003	0,000
2.3 - Projetos transitados do QCA III	0,993	0,072	-0,003	0,000	0,000
SI QPME	29,703	22,275	0,064	0,055	0,862
2.2.1 - SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação	37,635	26,724	0,103	0,067	1,200
2.2.2 - SI QPME/Projetos Conjuntos	56,216	36,148	0,062	0,013	0,000
2.2.3 - SI QPME/Vale Inovação	0,936	6,730	-0,008	0,053	0,705
Total	28,968	25,743	0,033	0,047	1,055

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos inquéritos aos promotores

Quadro A. 42**Variação dos indicadores por € de incentivo e por escalão de dimensão**

	Volume de negócios por € incentivo	Volume de negócios internacional por € incentivo	Postos de trabalho por mil € de incentivo	Postos de trabalho qualificados por mil € de incentivo	Despesa de I&D por € de incentivo
	(média)				
Micro empresa	4,741	0,663	0,014	0,011	0,585
Pequena empresa	2,170	1,953	-0,002	0,000	-0,076
Média empresa	19,521	15,616	0,048	0,041	1,175
Não PME	42,325	44,030	0,007	0,064	1,076
Não aplicável	52,468	33,655	0,057	0,012	0,000
Total	28,968	25,743	0,033	0,047	1,055

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos inquéritos aos promotores

Quadro A. 43**Variação dos indicadores por € de incentivo e por região**

	Volume de negócios por € incentivo	Volume de negócios internacional por € incentivo	Postos de trabalho por mil € de incentivo	Postos de trabalho qualificados por mil € de incentivo	Despesa de I&D por € de incentivo
	(média)				
Norte	38,940	34,967	0,003	0,070	1,206
Centro	16,182	12,199	0,051	0,027	1,271
Alentejo	10,886	4,198	0,114	-0,047	-0,265
Multi-Regiões	34,941	38,008	0,065	0,054	0,351
Total	28,968	25,743	0,033	0,047	1,055

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos inquéritos aos promotores

Quadro A. 44**Variação dos indicadores por € de incentivo e por setor**

	Volume de negócios por € incentivo	Volume de negócios internacional por € incentivo	Postos de trabalho por mil € de incentivo	Postos de trabalho qualificados por mil € de incentivo	Despesa de I&D por € de incentivo
	(média)				
Indústria	30,294	27,641	0,030	0,038	0,800
Energia	38,358	0,000	0,026	0,026	0,000
Construção	41,201	11,290	-0,262	0,019	0,158
Comércio	63,095	11,685	0,106	0,041	0,193
Transportes	9,172	9,009	0,101	0,012	0,000
Turismo	1,378	0,784	0,007	0,002	0,000
Serviços	24,546	24,962	0,057	0,085	2,069
Total	28,968	25,743	0,033	0,047	1,055

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos inquéritos aos promotores

Anexo D. Sistemas de incentivos no COMPETE: caracterização e resultados

D.1 Caracterização dos projetos apoiados por tipo de SI, por linhas estratégicas e por fatores competitivos e sua relação com o foco estratégico dos seus promotores

Quadro A. 45
N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por fase de candidatura – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	N.º Projetos	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
SI I&DT	227	10,2%	167	15,7%	217	14,2%	611	12,6%
SI Inovação	199	85,4%	171	67,1%	231	76,0%	601	78,4%
SI QPME	266	4,4%	389	17,2%	553	9,8%	1.208	8,9%
Total	692	100,0% = 2.450.622.962€	727	100,0% = 1.188.252.381€	1.001	100,0% = 1.486.294.806€	2.420	100,0% = 5.125.170.150€

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 46
Vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos de investimento apoiado – Sistemas de Incentivos

(os três vetores estratégicos mais relevantes numerados de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor mais relevante - Sistemas de Incentivos)

	Escala de Importância (em %)			
	1	2	3	n/r
Introdução de novos produtos/serviços	38,3	10,0	9,1	42,6
Inovação nos produtos/serviços já existentes	8,3	11,1	9,9	70,7
Modernização tecnológica de processos	14,4	27,7	10,5	47,4
Expansão da capacidade produtiva	22,8	10,7	17,9	48,6
Alteração da gama de produtos/serviços	0,5	2,1	11,4	86,0
Diferenciação de produtos/serviços	4,8	17,1	11,1	66,9
Internacionalização (vendas, compras)	7,6	15,3	14,0	63,1
Contenção de custos/despesas	1,7	0,9	4,3	93,0
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	1,1	3,3	6,9	88,7
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	0,2	0,1	2,5	97,2

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados dos inquéritos aos promotores dos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 47

Fatores competitivos privilegiados nos projetos de investimento apoiados – Sistemas de Incentivos
(os três fatores competitivos mais relevantes numerados de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao fator mais relevante - Sistemas de Incentivos)

	Escala de Importância (em%)			n/r
	1	2	3	
Reforço da qualificação e competências do capital humano	6,7	8,1	7,3	78,0
Formação profissional	1,1	2,5	3,7	92,7
Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação	34,7	8,7	11,1	45,3
Acesso ao conhecimento e à tecnologia	13,5	26,8	14,1	45,6
Design e engenharia de desenvolvimento	6,7	11,7	8,8	72,9
Criação/reforço de marca própria	9,6	14,6	4,7	71,1
Marketing, comercialização e distribuição	6,9	8,9	20,2	64,0
Qualidade	6,0	10,2	12,9	71,0
Ambiente	6,9	5,9	6,7	80,4
Eficiência energética	7,0	0,9	6,6	85,5

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados dos inquéritos aos promotores dos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 48

Principal foco estratégico prosseguido pela empresa no momento em que apresentou o pedido de financiamento referido - Sistemas de Incentivos

	%
Expansão da capacidade produtiva	32,2
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	7,9
Aumento do valor acrescentado	7,2
Viragem para os mercados externos	2,9
Reforço do negócio internacional na UE	4,4
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	3,1
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	14,1
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, design, marca, etc.)	15,2
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à dimensão ambiental (ambiente e eco-eficiência, eficiência e diversificação energética, etc.)	2,6
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	0,4
Outros	10,0
Total	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados dos inquéritos aos promotores dos Sistemas de Incentivos

D.2 Caracterização setorial dos projetos apoiados

Quadro A. 49

N.º de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por instrumentos e por grandes setores – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Comércio	8	1%	7	0%	88	13%	103	2%
Construção	5	0%	0	0%	68	3%	73	0%
Energia	1	0%	0	0%	1	0%	2	0%
Indústria	395	68%	489	82%	924	75%	1808	80%
Outros Setores	3	3%	0	0%	1	0%	4	0%
Serviços	199	29%	46	5%	97	8%	342	8%
Transportes	0	0%	5	1%	12	1%	17	0%
Turismo	0	0%	54	12%	17	1%	71	9%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 50

N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por subsectores – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Agríc., Silv. e Pesca	3	1%	0	0%	0	0%	3	0%
Extrativas	2	1%	10	5%	12	1%	24	4%
Alimentares	35	3%	26	4%	97	9%	158	4%
Têxtil, Vest. e Calçado	52	6%	55	3%	265	30%	372	6%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	32	2%	57	8%	109	12%	198	8%
Papel e Publicações	20	2%	23	11%	30	2%	73	9%
Químicas	57	28%	68	22%	51	3%	176	21%
Metálicas	65	8%	102	10%	165	9%	332	9%
Mecânicas e Eletrónicas	75	9%	56	5%	91	5%	222	6%
Material de Transporte	37	7%	49	6%	29	1%	115	6%
Material de Construção	31	4%	44	8%	80	4%	155	7%
Construção	5	0%	0	0%	68	3%	73	0%
Energia, Água e Saneam.	4	0%	14	1%	6	0%	24	1%
Transp., Logística e Comunicação	1	0%	5	1%	12	1%	18	1%
Distribuição e Comércio	8	1%	7	0%	88	13%	103	2%
Serviços Empresariais	179	26%	39	4%	85	7%	303	7%
Hotelaria e Restauração	0	0%	33	9%	17	1%	50	7%
Educação, Saúde e Cultura	5	3%	13	3%	3	0%	21	2%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 51**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por níveis de intensidade tecnológica da indústria – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Alta	39	40%	20	3%	17	1%	76	7%
Média-Alta	102	22%	100	32%	113	9%	315	29%
Média-Baixa	153	23%	237	36%	320	23%	710	33%
Baixa	105	15%	137	30%	461	67%	703	31%
Total	399	100%=438 MEUR	494	100%=3.159,1 MEUR	911	100%=324,5 MEUR	1.804	100%=3.921,7 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Caixa A. 1**Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica**

A classificação por níveis de intensidade tecnológica adotada segue a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente(*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 2 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, eletrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, óticos e de precisão
Indústrias de Média-Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos elétricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

Quadro A. 52
N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por fatores-chave de competitividade da indústria – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Rec. Naturais	107	14%	134	35%	313	36%	554	33%
Custo do Trabalho	99	17%	150	15%	400	50%	649	18%
Economias de Escala	97	18%	146	42%	101	6%	344	36%
Diferenciação do Produto	77	14%	54	7%	95	8%	226	8%
I&D	19	37%	10	2%	6	0%	35	6%
Total	399	100%=438 MEUR	494	100%=3.159,1 MEUR	915	100%=337,3 MEUR	1.808	100%=3.934,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Caixa A. 2
Tipologia de Classificação por Fatores-Chave de Competitividade

A classificação por fatores chave de competitividade adotada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década, traduzindo-se na afetação das diferentes atividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os fatores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada atividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 2 dígitos).

Segmentos	Fator Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na Cadeia de Valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, “sourcing”) no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Direto	Baixo custo na utilização do fator trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pelo; Curtimenta e acabamento de peles sem pelo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de ótica e de relojoaria

Quadro A. 53**N.º de projetos e investimento elegível apoiado pertencentes à Economia Baseada no Conhecimento (EBC) por instrumentos – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Global	
	N.º Proj.	Investimento Elegível	N.º Proj.	Investimento Elegível	N.º Proj.	Investimento Elegível	N.º Proj.	Investimento Elegível
EBC	280	63%	141	30%	183	13%	604	33%
Não EBC	331	37%	460	70%	1025	87%	1816	67%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Nota: Consideram-se setores da Economia do Conhecimento (EBC) aqueles que estão associados às CAE's rev.3: 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 72, 77, 78, 80,82 (a 2 dígitos) e 325, 411 (a 3 dígitos). Os setores remanescentes (Não EBC) consideram-se não associados à Economia do Conhecimento.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 54**N.º de projetos e investimento elegível apoiado provenientes de atividades transacionáveis (AT) por instrumentos – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Global	
	N.º Proj.	Investimento Elegível	N.º Proj.	Investimento Elegível	N.º Proj.	Investimento Elegível	N.º Proj.	Investimento Elegível
AT	394	68%	518	91%	932	75%	1844	86%
Não AT	217	32%	83	9%	276	25%	576	14%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Nota: Consideram-se setores transacionáveis (AT) aqueles que estão associados às CAE's rev.3 a dois dígitos: 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11,12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 55, 56 e 66. Os setores remanescentes consideram-se não transacionáveis (não AT).

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 55**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por grandes setores – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Comércio	24	1%	26	4%	53	1%	103	2%
Construção	0	0%	33	1%	40	0%	73	0%
Energia	1	0%	0	0%	1	0%	2	0%
Indústria	540	90%	521	65%	747	76%	1.808	80%
Serviços	110	4%	107	12%	125	12%	342	8%
Transportes	3	0%	9	1%	5	1%	17	0%
Turismo	14	5%	27	16%	30	10%	71	9%
Outros sectores	0	0%	4	1%	0	0%	4	0%
Total	692	100%=2.450,6 MEUR	727	100%=1.188,3 MEUR	1.001	100%=1.486,33 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 56**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por subsetores – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Extrativas	7	5%	10	8%	7	0%	24	4%
Alimentares	31	1%	57	7%	73	7%	161	4%
Têxtil, Vest. E Calçado	117	5%	93	7%	162	7%	372	6%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	57	10%	60	7%	81	4%	198	8%
Papel e Publicações	20	16%	26	2%	27	3%	73	9%
Químicas	56	31%	54	6%	66	17%	176	21%
Metálicas	99	9%	96	7%	137	11%	332	9%
Mecânicas e Eletrónicas	69	5%	66	7%	87	6%	222	6%
Material de Transporte	39	3%	27	5%	49	11%	115	6%
Material de Construção	50	5%	41	8%	64	9%	155	7%
Construção	0	0%	33	1%	40	0%	73	0%
Energia, Água e Saneamento	5	0%	7	2%	12	2%	24	1%
Transp., Logística e Comunicação	3	0%	10	1%	5	1%	18	1%
Distribuição e Comércio	24	1%	26	4%	53	1%	103	2%
Serviços Empresariais	99	4%	93	9%	111	10%	303	7%
Hotelaria e Restauração	10	5%	19	14%	21	5%	50	7%
Educação, Saúde e Cultura	6	1%	9	3%	6	5%	21	2%
Total	692	100%=2.450,6 MEUR	727	100%=1.188,3 MEUR	1.001	100%=1.486,3 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 57**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por níveis de intensidade tecnológica da indústria – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Alta	26	6%	15	3%	35	11%	76	7%
Média-Alta	104	36%	92	21%	119	19%	315	29%
Média-Baixa	211	26%	201	40%	298	43%	710	33%
Baixa	195	32%	207	36%	301	27%	703	31%
Total	536	100%=2.079,4 MEUR	515	100%=695,3 MEUR	753	100%=1.147,1 MEUR	1.804	100%=3.921,7 MEUR

Nota: Ver metodologia utilizada na Caixa A. 1

Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 58

N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por fatores-chave de competitividade da indústria – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Rec. Naturais	152	36%	169	36%	233	25%	554	33%
Custo do Trabalho	199	14%	174	23%	276	21%	649	18%
Economias de Escala	107	39%	98	27%	139	36%	344	36%
Diferenciação do Produto	69	6%	71	13%	86	8%	226	8%
I&D	11	5%	5	1%	19	10%	35	6%
Total	538	100%=2.090,3 MEUR	517	100%=697,1 MEUR	753	100%=1.147,1 MEUR	1.808	100%=3.934,4 MEUR

Nota: Ver metodologia utilizada na Caixa A. 2

Tipologia de Classificação por Fatores-Chave de Competitividade.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 59

N.º de projetos e investimento elegível apoiado pertencentes à Economia Baseada no Conhecimento por fases do ciclo de execução do COMPETE – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
EBC	193	38%	181	23%	230	32%	604	33%
Não EBC	499	62%	546	77%	771	68%	1816	67%
Total	692	100%=2.450,6 MEUR	727	100%=1.188,3 MEUR	1.001	100%=1.486,33 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Nota: Consideram-se setores da Economia do Conhecimento (EBC) aqueles que estão associados às CAE's rev.3: 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 72, 77, 78, 80,82 (a 2 dígitos) e 325, 411 (a 3 dígitos). Os setores remanescentes (Não EBC) consideram-se não associados à Economia do Conhecimento.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 60

N.º de projetos e investimento elegível apoiado provenientes de atividades transacionáveis por fases do ciclo de execução do COMPETE – Sistemas de Incentivos

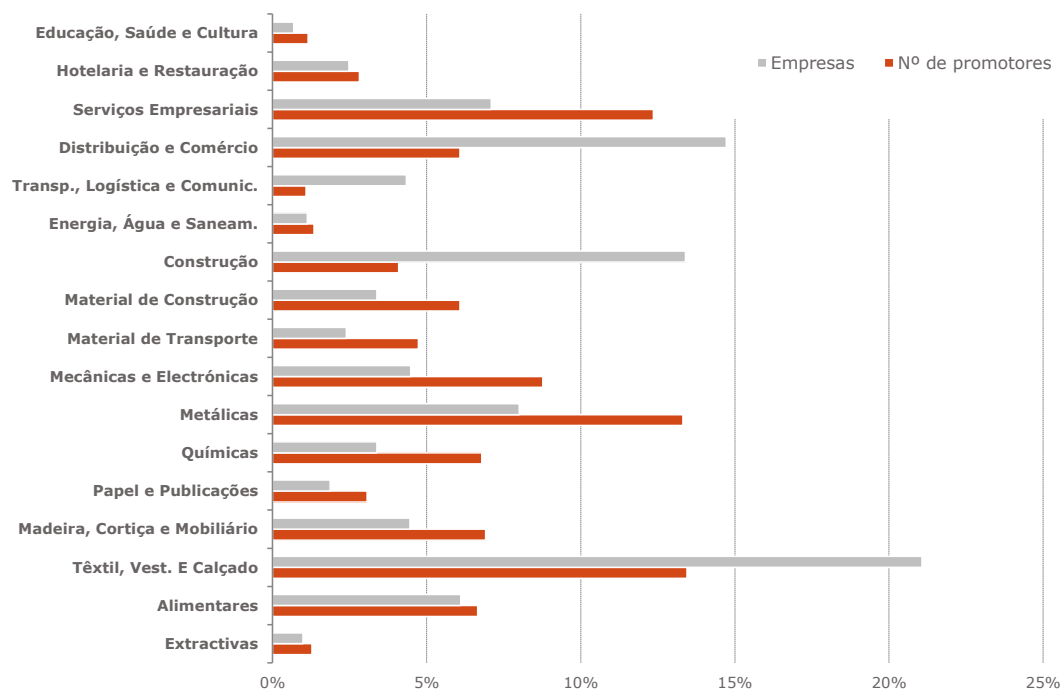
	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
AT	545	94%	536	79%	763	80%	1844	86%
Não AT	147	6%	191	21%	238	20%	576	14%
Total	692	100%=2.450,6 MEUR	727	100%=1.188,3 MEUR	1001	100%=1.486,3 MEUR	2420	100%=5.125,2 MEUR

Nota: Consideram-se setores transacionáveis (AT) aqueles que estão associados às CAE's rev.3 a dois dígitos: 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11,12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 55, 56 e 66. Os setores remanescentes consideram-se não transacionáveis (não AT).

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

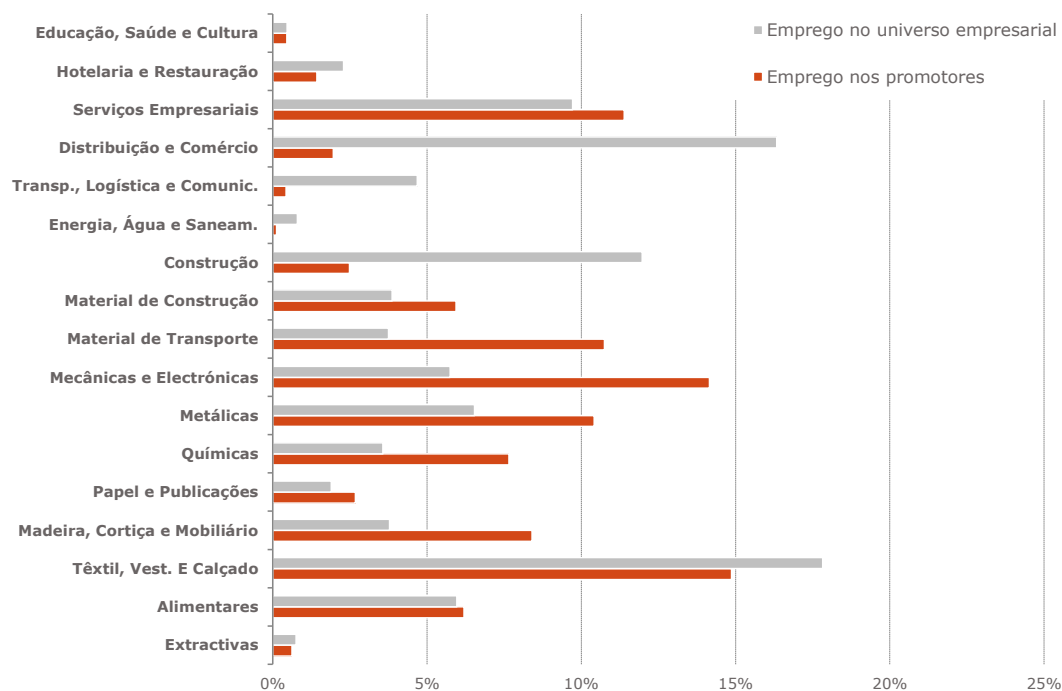
D.3 Comparação entre o universo setorial apoiado e o universo setorial potencialmente apoiável do Programa

Gráfico A. 1
Comparação entre promotores e empresas no universo empresarial por subsectores – Sistemas de Incentivos



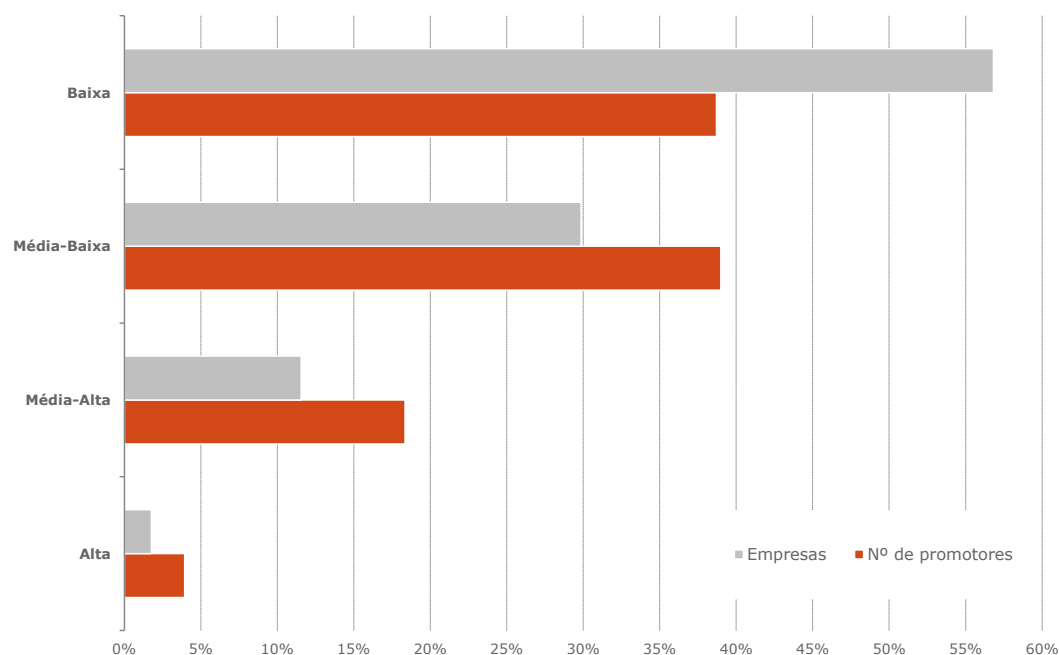
Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Gráfico A. 2
Comparação entre emprego associado a promotores e emprego no universo empresarial por subsectores – Sistemas de Incentivos



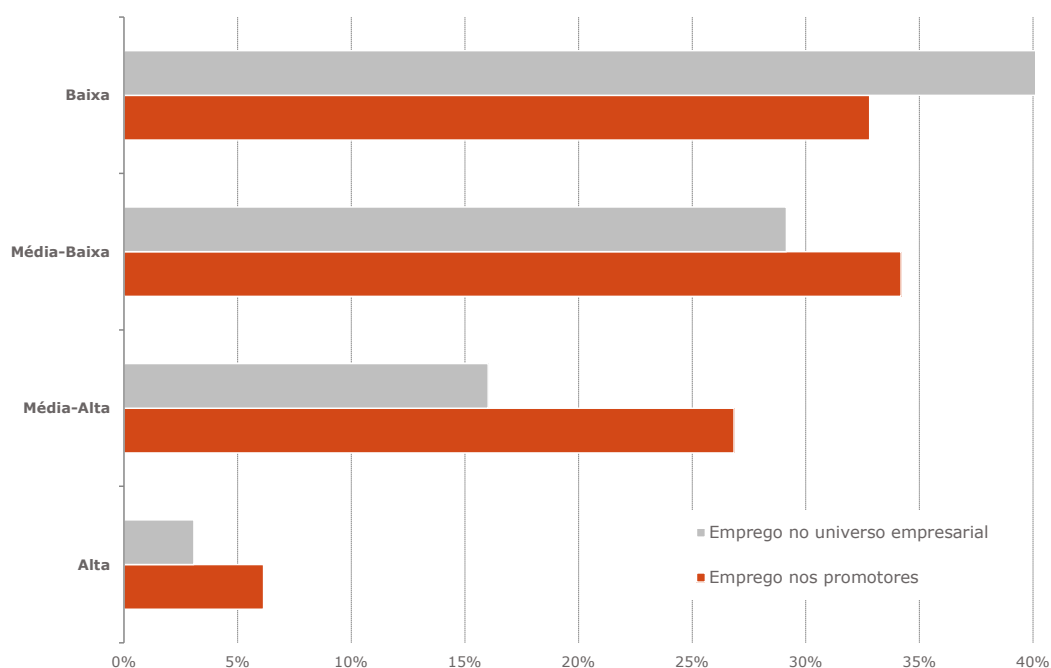
Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Gráfico A. 3
Comparação entre promotores e empresas no universo empresarial por nível de intensidade tecnológica – Sistemas de Incentivos



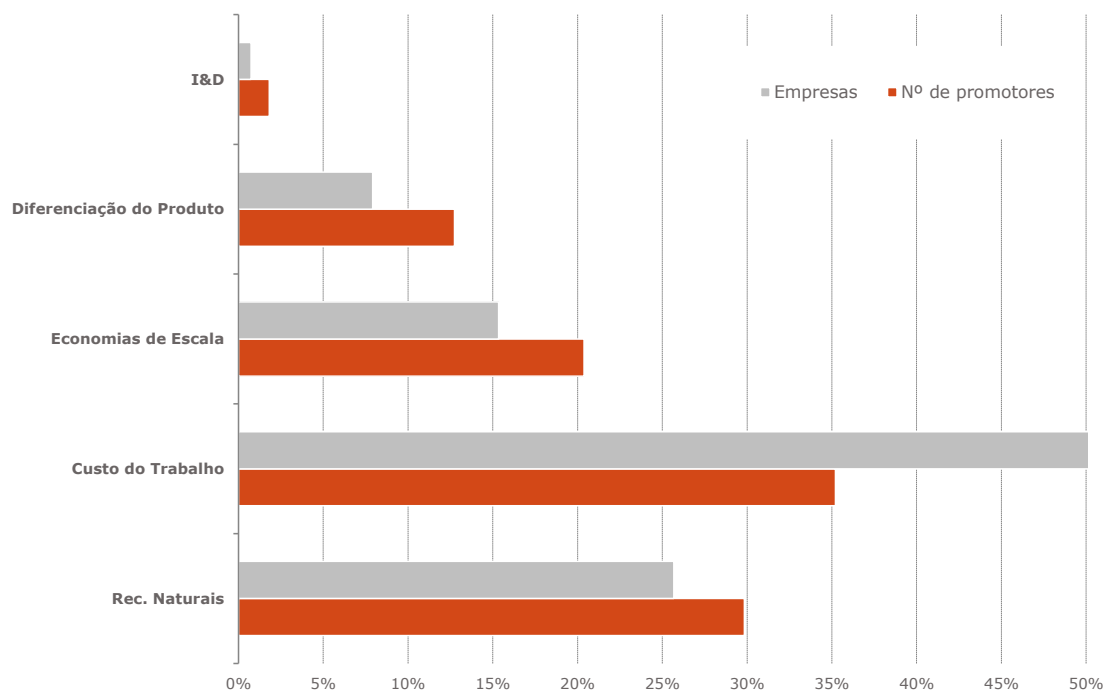
Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Gráfico A. 4
Comparação entre emprego associado a promotores e emprego no universo empresarial por nível de intensidade tecnológica – Sistemas de Incentivos



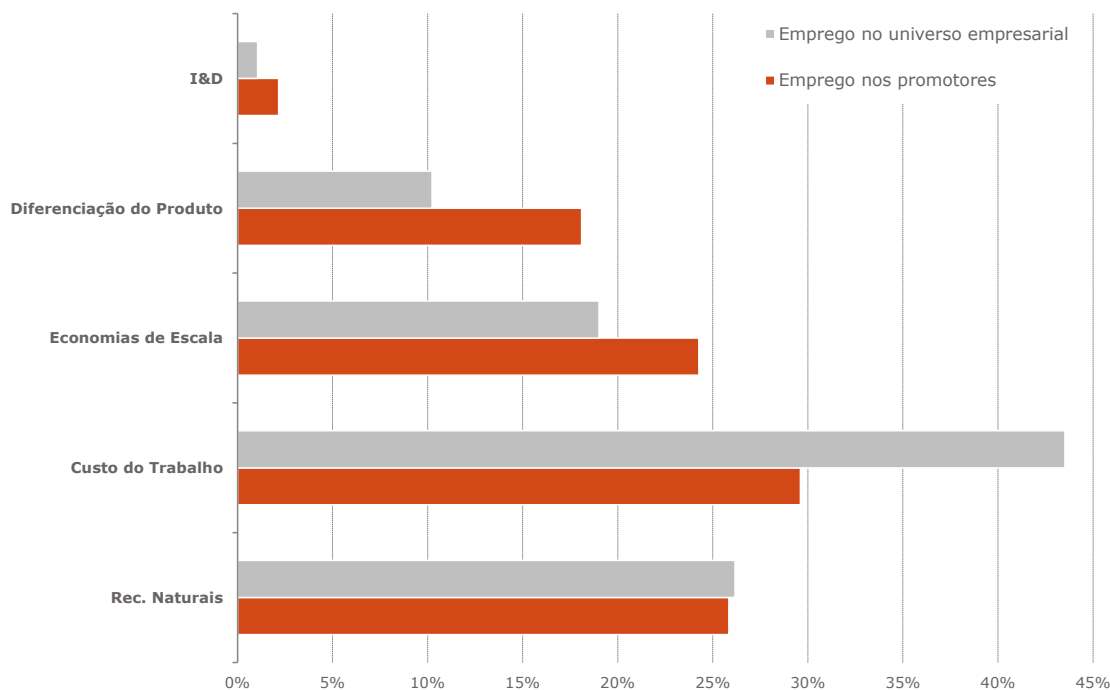
Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Gráfico A. 5
Comparação entre promotores e empresas no universo empresarial por fatores chave de competitividade – Sistemas de Incentivos



Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

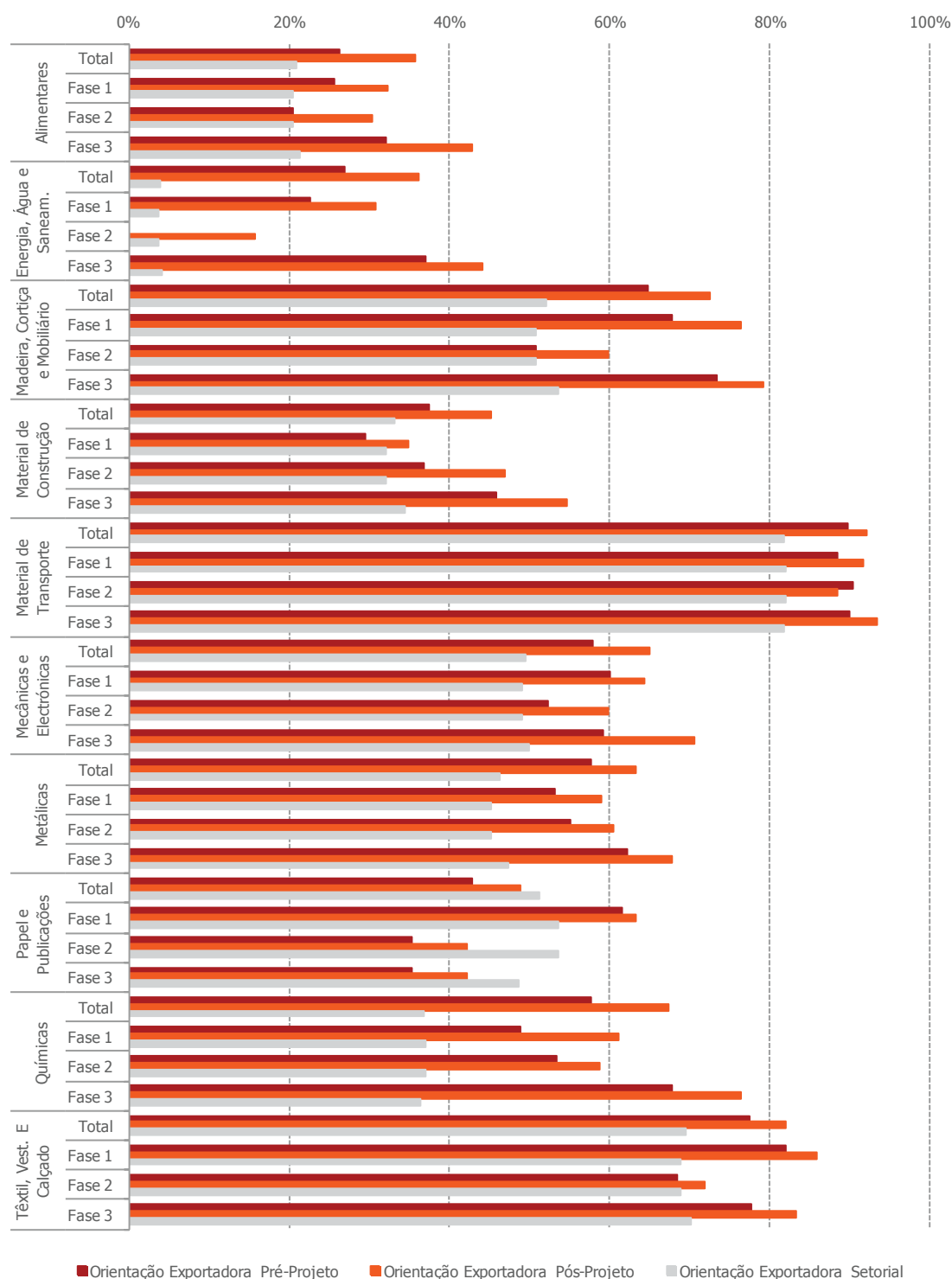
Gráfico A. 6
Comparação entre emprego associado a promotores e emprego no universo empresarial por fatores chave de competitividade – Sistemas de Incentivos



Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Gráfico A. 7

Comparação entre a orientação exportadora dos projetos apoiados e a média do setor onde se inserem – Sistemas de Incentivos



Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC e nas Estatísticas da Produção Industrial

D.4 Caracterização territorial dos projetos apoiados

Quadro A. 61

N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por regiões NUTS II – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Global	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Norte	242	48%	268	30%	671	45%	1181	34%
Centro	152	15%	258	42%	379	20%	789	37%
Alentejo	22	2%	56	25%	59	3%	137	20%
Multi-Regiões	195	35%	19	3%	99	32%	313	9%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 62

Repartição do investimento elegível apoiado nos projetos multiregiões por instrumentos e por regiões NUTS II (mil euros) – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT	SI Inovação	SI QPME	Global
Norte	103.453	55.245	92.697	251.395
Centro	80.133	30.283	43.408	153.825
Lisboa	23.088	-	-	23.088
Alentejo	17.897	32.731	8.625	59.253
Algarve	76	-	-	76
Total	224.648	118.259	144.731	487.638

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 63
N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por regiões NUTS III – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Minho-Lima	2	0%	18	2%	25	1%	45	2%
Cávado	23	2%	28	2%	81	4%	132	2%
Ave	20	1%	41	6%	87	4%	148	5%
Grande Porto	129	38%	91	10%	227	22%	447	14%
Tâmega	4	0%	26	4%	114	7%	144	4%
Entre Douro e Vouga	31	1%	47	4%	111	4%	189	4%
Douro	1	0%	6	2%	13	1%	20	1%
Alto Trás-os-Montes	0	0%	7	1%	7	0%	14	1%
Baixo Vouga	32	4%	85	12%	112	6%	229	10%
Baixo Mondego	34	3%	27	11%	56	3%	117	9%
Pinhal Litoral	31	2%	43	4%	76	4%	150	4%
Pinhal Interior Norte	3	0%	12	1%	8	0%	23	1%
Dão-Lafões	6	1%	33	3%	24	1%	63	3%
Pinhal Interior Sul	0	0%	3	0%	0	0%	3	0%
Serra da Estrela	0	0%	3	0%	0	0%	3	0%
Beira Interior Norte	0	0%	5	0%	2	0%	7	0%
Beira Interior Sul	0	0%	3	1%	2	0%	5	1%
Cova da Beira	3	0%	3	2%	8	0%	14	2%
Oeste	10	1%	21	3%	40	3%	71	3%
Médio Tejo	9	1%	12	1%	42	2%	63	1%
Lezíria do Tejo	7	0%	21	2%	30	2%	58	2%
Alentejo Litoral	0	0%	6	9%	1	0%	7	7%
Alto Alentejo	2	0%	8	2%	4	0%	14	1%
Alentejo Central	10	1%	13	6%	21	1%	44	5%
Baixo Alentejo	3	0%	7	5%	3	0%	13	4%
Multi-Regiões	251	43%	32	6%	114	35%	397	13%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 64**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por regiões NUTS II – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012			
	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível
Norte	303	27,8%	340	29,7%	538	45,9%	1.181	33,5%
Centro	231	38,2%	235	35,1%	323	36,6%	789	37,0%
Alentejo	40	27,1%	42	17,6%	55	10,1%	137	20,0%
Multi-Região	118	6,9%	110	17,6%	85	7,4%	313	9,5%
Total	692	100,0% = 2.450.622.962€	727	100,0% = 1.188.252.381€	1.001	100,0% = 1.486.294.806€	2.420	100,0% = 5.125.170.150€

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

D.5 Caracterização do tipo de promotor dos projetos apoiados**Quadro A. 65****N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por estratos de dimensão empresarial – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Micro empresa	30	4%	5	1%	3	0%	38	1%
Pequena empresa	39	7%	6	1%	3	0%	48	2%
Média empresa	285	27%	327	25%	1073	51%	1685	27%
Não PME	255	63%	263	73%	0	0%	518	66%
Não aplicável	2	0%	0	0%	129	49%	131	4%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 66**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por natureza estatutária do promotor – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	<i>N.º Proj.</i>	<i>Inv. Elegível</i>	<i>N.º Proj.</i>	<i>Inv. Elegível</i>	<i>N.º Proj.</i>	<i>Inv. Elegível</i>	<i>N.º Proj.</i>	<i>Inv. Elegível</i>
Sociedade por quotas	137	15%	169	19%	460	17%	766	18%
Sociedade anónima	446	82%	408	79%	607	34%	1461	75%
Sociedade em comandita	4	1%	0	0%	0	0%	4	0%
Sociedade unipessoal por quotas e EIRL	13	1%	19	2%	4	0%	36	2%
Outra entidade de carácter empresarial	4	0%	5	0%	8	0%	17	0%
Instituições sem fins lucrativos	5	0%	0	0%	0	0%	5	0%
Associações	2	0%	0	0%	129	49%	131	4%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.208	100%=457,8 MEUR	2.420	100%=5.125,2 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 67**N.º de projetos e estrutura do investimento elegível apoiado por instrumentos e por tipologia de PCT/Outros Clusters – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Cluster Agro-industrial do Centro	1	1%	1	3%	0	0%	2	2%
Cluster Agro-industrial do Ribatejo	0	0%	3	1%	2	1%	5	1%
Cluster da Pedra Natural	2	3%	6	3%	7	2%	15	3%
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	0	0%	7	4%	10	14%	17	4%
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	2	1%	0	0%	1	0%	3	0%
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	3	2%	3	2%	0	0%	6	2%
Cluster Habitat Sustentável	18	5%	7	4%	2	0%	27	4%
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	3	1%	1	1%	1	0%	5	1%
PCT Agro-industrial	8	3%	7	10%	7	5%	22	7%
PCT da Energia	12	5%	2	1%	5	2%	19	2%
PCT da Moda	12	8%	12	5%	44	60%	68	14%
PCT da Saúde	15	11%	3	2%	3	0%	21	4%
PCT das Indústrias da Mobilidade	17	16%	21	14%	1	0%	39	13%
PCT das Indústrias de Base Florestal	12	4%	10	6%	4	2%	26	5%
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	1	0%	1	1%	0	0%	2	1%
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica	31	20%	2	1%	9	6%	42	6%
PCT das Tecnologias de Produção	12	10%	10	6%	14	2%	36	6%
PCT do Turismo	0	0%	19	27%	2	1%	21	17%
PCT Engineering & Tooling	17	10%	25	8%	9	4%	51	8%
Total	166	100%=203,9 MEUR	140	100%=566,8 MEUR	121	100%=136,2 MEUR	427	100%=906,9 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 68**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por nível de presença de capital estrangeiro – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Sem capital estrangeiro	524	87%	466	77%	1021	92%	2011	79%
1% a 24%	11	3%	13	1%	14	3%	38	1%
25% a 49%	8	1%	9	1%	9	1%	26	1%
Mais de 50%	68	9%	113	21%	35	5%	216	19%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.079	100%=235 MEUR	2.291	100%=4.902,3 MEUR

Nota: foram excluídos destes apuramentos os 173 projectos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 69**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por nível de maturidade no processo de internacionalização – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Empresas exportadoras	177	44%	415	59%	508	74%	1100	59%
Novos exportadores	40	26%	159	39%	147	20%	346	37%
Empresas não exportadoras	34	30%	20	1%	58	6%	112	4%
Total	251	100%=315,8 MEUR	594	100%=3.987,8 MEUR	713	100%=226,0 MEUR	1.558	100%=4.529,6 MEUR

Nota: Consideram-se Empresas Exportadoras aquelas cuja orientação exportadora foi superior ou igual a 10% no ano pré-projeto; Novos Exportadores as empresas cuja orientação exportadora em ano pré-projeto foi abaixo de 10%, mas com orientação exportadora pós-projeto superior ou igual a 15%; e Empresas não exportadoras correspondem a todas as outras situações.

Nota: Foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 70**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por instrumentos e por nível de antiguidade dos promotores – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT		SI Inovação		SI QPME		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Criação de empresas	33	5%	69	15%	21	2%	123	13%
Empresas nascentes	40	6%	35	13%	28	3%	103	11%
Empresas existentes	538	89%	497	73%	1030	94%	2065	76%
Total	611	100%=646,9 MEUR	601	100%=4.020,5 MEUR	1.079	100%=235,0 MEUR	2.291	100%=4.902,3 MEUR

Nota: Consideram-se casos de Criação de Empresas aqueles cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de projetos é inferior a um ano; Empresas Nascentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de projeto é superior ou igual a um ano e inferior a três anos; e Empresas existentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de projeto é superior ou igual a três anos.

Nota: Foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 71**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por nível de presença de capital estrangeiro – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Sem capital estrangeiro	554	77%	581	82%	876	80%	2011	79%
1% a 24%	10	1%	15	4%	13	1%	38	1%
25% a 49%	4	0%	14	2%	8	1%	26	1%
Mais de 50%	80	22%	58	12%	78	18%	216	19%
Total	648	100%=2.386,5 MEUR	668	100%=1.074,9 MEUR	975	100%=1.440,9 MEUR	2.291	100%=4.902,3 MEUR

Nota: Foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 72**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por nível de maturidade no processo de internacionalização – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Empresas exportadoras	295	55%	301	57%	504	67%	1100	59%
Novos exportadores	83	43%	120	38%	143	28%	346	37%
Empresas não exportadoras	45	2%	53	5%	14	6%	112	4%
Total	423	100%=2.263,0 MEUR	474	100%=903,1 MEUR	661	100%=1.363,5 MEUR	1.558	100%=4.529,6 MEUR

Nota: Consideram-se Empresas Exportadoras aquelas cuja orientação exportadora foi superior ou igual a 10% no ano pré-projeto; Novos Exportadores as empresas cuja orientação exportadora em ano pré-projeto foi abaixo de 10%, mas com orientação exportadora pós-projeto superior ou igual a 15%; e Empresas não exportadoras correspondem a todas as outras situações.

Nota: Foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 73**N.º de projetos e investimento elegível apoiado por fases do ciclo de execução do COMPETE e por nível de antiguidade dos promotores – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível	N.º Proj.	Inv. Elegível
Criação de empresas	42	14%	32	9%	49	14%	123	13%
Empresas nascentes	25	18%	24	4%	54	7%	103	11%
Empresas existentes	581	68%	612	88%	872	79%	2065	76%
Total	648	100%=2.386,5 MEUR	668	100%=1.074,9 MEUR	975	100%=1.440,9 MEUR	2.291	100%=4.902,3 MEUR

Nota: Consideram-se casos de Criação de Empresas aqueles cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de projetos é inferior a um ano; Empresas Nascentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de projetos é superior ou igual a um ano e inferior a três anos; e Empresas existentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de projetos é superior ou igual a três anos.

Nota: Foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

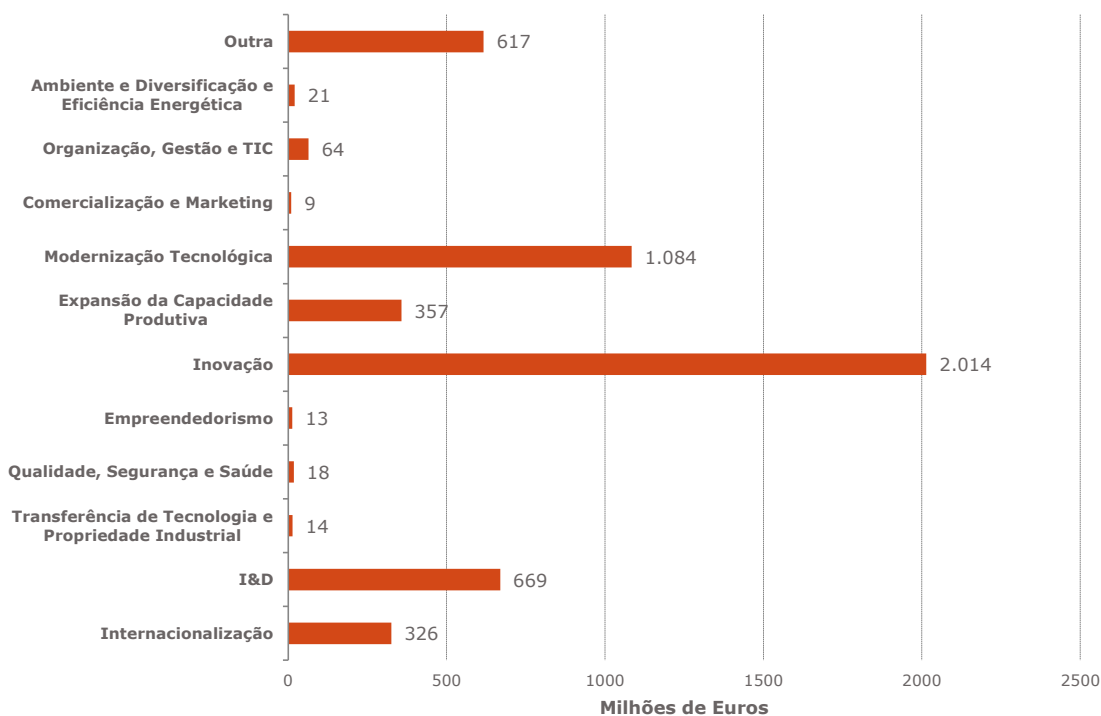
Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

D.6 *Tipologias de investimento e de despesa e nível de enquadramento no universo RCI*

Gráfico A. 8

Investimento elegível apoiado por tipologias de investimento

(Sistemas de Incentivos, até 31-12-2012)

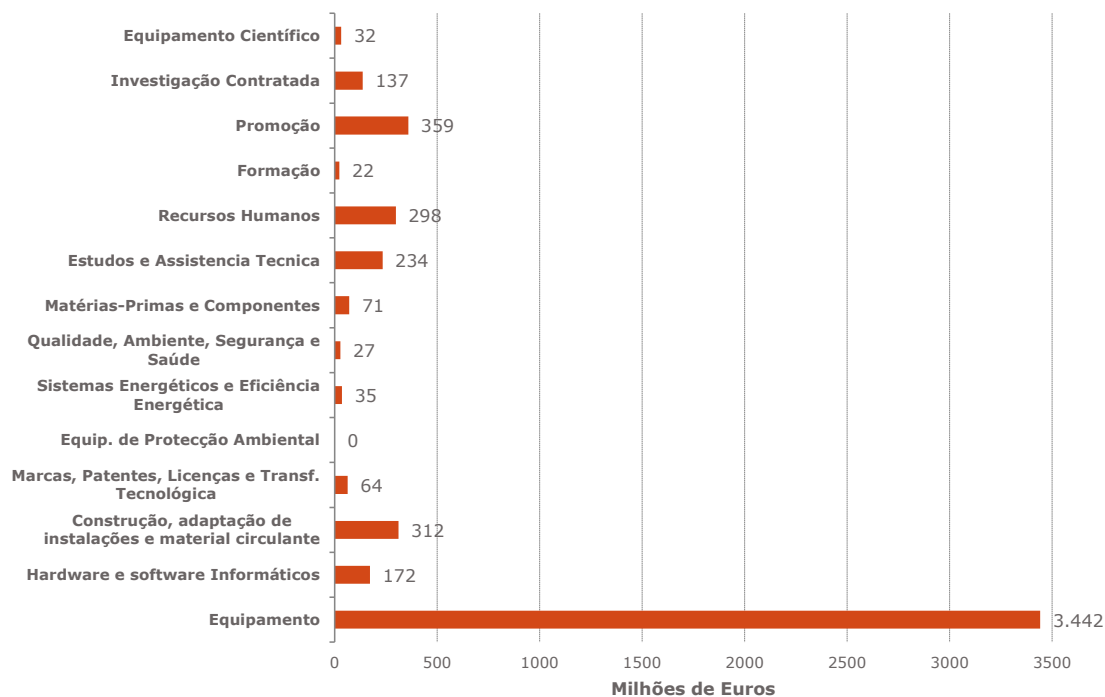


Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Gráfico A. 9

Investimento elegível apoiado por tipologias de despesa – Sistemas de Incentivos

(Sistemas de Incentivos, até 31-12-2012)



Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 74**Investimento elegível apoiado por tipologias de investimento e por instrumentos – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT	SI Inovação	SI QPME	Total
Internacionalização	0,0%	0,0%	68,9%	6,3%
I&D	100,0%	0,0%	2,3%	12,9%
Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial	0,0%	0,0%	3,0%	0,3%
Qualidade, Segurança e Saúde	0,0%	0,0%	3,7%	0,3%
Empreendedorismo	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%
Inovação	0,0%	49,4%	0,3%	38,7%
Expansão da Capacidade Produtiva	0,0%	8,8%	0,0%	6,9%
Modernização Tecnológica	0,0%	26,6%	0,0%	20,8%
Comercialização e Marketing	0,0%	0,0%	2,0%	0,2%
Organização, Gestão e TIC	0,0%	0,0%	13,5%	1,2%
Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética	0,0%	0,0%	4,3%	0,4%
Outra	0,0%	14,9%	1,9%	11,8%
Total	100%=658,5 MEUR	100%=4.074,4 MEUR	100%=472,4 MEUR	100%=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 75**Investimento elegível apoiado por tipologias de despesa e por instrumentos – Sistemas de Incentivos**

	SI I&DT	SI Inovação	SI QPME	Total
Equipamento	0,0%	83,8%	6,0%	66,1%
Hardware e software Informáticos	1,3%	3,0%	9,3%	3,3%
Construção, adaptação de instalações e material circulante	0,0%	7,6%	0,0%	6,0%
Marcas, Patentes, Licenças e Transf. Tecnológica	1,1%	0,9%	4,3%	1,2%
Equip. de Proteção Ambiental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sistemas Energéticos e Eficiência Energética	0,0%	0,8%	0,2%	0,7%
Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde	0,3%	0,3%	2,5%	0,5%
Matérias-Primas e Componentes	10,8%	0,0%	0,0%	1,4%
Estudos e Assistência Técnica	19,1%	1,8%	7,3%	4,5%
Recursos Humanos	39,6%	0,0%	7,8%	5,7%
Formação	0,0%	0,4%	1,2%	0,4%
Promoção	2,0%	1,4%	61,4%	6,9%
Investigação Contratada	20,9%	0,0%	0,0%	2,6%
Equipamento Científico	4,8%	0,0%	0,0%	0,6%
Total	100=658,5 MEUR	100=4.074,4 MEUR	100=472,4 MEUR	100=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 76**Investimento elegível apoiado por tipologias de investimento e por fases do ciclo de execução do COMPETE – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009	De 3/4/2009 a 14/11/2010	De 15/11/2010 a 31/12/2012	Global
Internacionalização	3,4%	10,2%	7,9%	6,3%
I&D	10,2%	16,3%	14,4%	12,9%
Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial	0,1%	0,5%	0,3%	0,3%
Qualidade, Segurança e Saúde	0,2%	0,9%	0,2%	0,3%
Empreendedorismo	0,2%	0,4%	0,2%	0,2%
Inovação	39,0%	29,4%	45,6%	38,7%
Expansão da Capacidade Produtiva	6,2%	16,7%	0,0%	6,9%
Modernização Tecnológica	15,7%	20,2%	30,0%	20,8%
Comercialização e Marketing	0,1%	0,5%	0,1%	0,2%
Organização, Gestão e TIC	0,4%	3,7%	0,6%	1,2%
Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética	0,2%	1,0%	0,3%	0,4%
Outra	24,3%	0,2%	0,4%	11,8%
Total	100%=2.505,4 MEUR	100%=1.209,1 MEUR	100%=1.490,9 MEUR	100%=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 77**Investimento elegível apoiado por tipologias de despesa e por fases do ciclo de execução do COMPETE – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009	De 3/4/2009 a 14/11/2010	De 15/11/2010 a 31/12/2012	Total
Equipamento	74,9%	50,3%	64,2%	66,1%
Hardware e software Informáticos	2,3%	4,9%	3,8%	3,3%
Construção, adaptação de instalações e material circulante	4,0%	11,2%	5,2%	6,0%
Marcas, Patentes, Licenças e Transf. Tecnológica	1,4%	1,4%	0,8%	1,2%
Equip. de Proteção Ambiental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sistemas Energéticos e Eficiência Energética	0,9%	0,4%	0,5%	0,7%
Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde	0,4%	0,9%	0,4%	0,5%
Matérias-Primas e Componentes	1,2%	1,8%	1,3%	1,4%
Estudos e Assistência Técnica	2,3%	5,0%	7,8%	4,5%
Recursos Humanos	3,4%	10,1%	6,1%	5,7%
Formação	0,3%	0,7%	0,4%	0,4%
Promoção	4,3%	10,7%	8,2%	6,9%
Investigação Contratada	4,2%	1,6%	0,9%	2,6%
Equipamento Científico	0,6%	1,0%	0,3%	0,6%
Total	100=2.505,4 MEUR	100=1.209,1 MEUR	100=1.490,9 MEUR	100=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 78**Investimento elegível apoiado por tipologias de investimento e por Estratégia de Eficiência Coletiva – Sistemas de Incentivos**

	PCT / Outros <i>Clusters</i>	Provere	Não EEC	Total
Internacionalização	14,2%	0,0%	4,6%	6,3%
I&D	22,9%	0,0%	10,8%	12,9%
Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial	0,2%	0,0%	0,3%	0,3%
Qualidade, Segurança e Saúde	0,1%	0,0%	0,4%	0,3%
Empreendedorismo	0,1%	0,0%	0,3%	0,2%
Inovação	41,5%	79,0%	37,7%	38,7%
Expansão da Capacidade Produtiva	0,0%	0,0%	8,4%	6,9%
Modernização Tecnológica	20,3%	21,0%	20,9%	20,8%
Comercialização e Marketing	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%
Organização, Gestão e TIC	0,4%	0,0%	1,4%	1,2%
Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética	0,1%	0,0%	0,5%	0,4%
Outra	0,0%	0,0%	14,5%	11,8%
Total	100%=917,9 MEUR	100%=42,2 MEUR	100%=4.245,3 MEUR	100%=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 79**Investimento elegível apoiado por tipologias de despesa e por Estratégia de Eficiência Coletiva – Sistemas de Incentivos**

	PCT / Outros <i>Clusters</i>	PROVERE	Não EEC	Total
Equipamento	47,5%	24,4%	70,6%	66,1%
Hardware e software Informáticos	1,8%	1,1%	3,7%	3,3%
Construção, adaptação de instalações e material circulante	9,8%	64,1%	4,6%	6,0%
Marcas, Patentes, Licenças e Transf. Tecnológica	0,6%	0,6%	1,3%	1,2%
Equip. de Proteção Ambiental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sistemas Energéticos e Eficiência Energética	0,7%	2,7%	0,6%	0,7%
Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%
Matérias-Primas e Componentes	2,9%	0,0%	1,1%	1,4%
Estudos e Assistência Técnica	4,2%	4,5%	4,6%	4,5%
Recursos Humanos	13,5%	0,0%	4,1%	5,7%
Formação	0,3%	0,2%	0,5%	0,4%
Promoção	15,0%	1,8%	5,2%	6,9%
Investigação Contratada	2,2%	0,0%	2,8%	2,6%
Equipamento Científico	1,1%	0,0%	0,5%	0,6%
Total	100%=917,9 MEUR	100%=42,2 MEUR	100%=4.245,3 MEUR	100%=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 80**Investimento elegível apoiado por tipologias de investimento e por Região NUTS II – Sistemas de Incentivos**

	Norte	Centro	Alentejo	Multi-Regiões	Total
Internacionalização	8,5%	2,8%	1,1%	22,5%	6,3%
I&D	18,6%	5,4%	1,1%	46,0%	12,9%
Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial	0,5%	0,2%	0,0%	0,1%	0,3%
Qualidade, Segurança e Saúde	0,4%	0,3%	0,0%	0,8%	0,3%
Empreendedorismo	0,2%	0,2%		1,0%	0,2%
Inovação	41,6%	30,6%	66,9%	1,8%	38,7%
Expansão da Capacidade Produtiva	4,2%	4,1%	19,0%	2,0%	6,9%
Modernização Tecnológica	20,3%	26,6%	11,5%	19,2%	20,8%
Comercialização e Marketing	0,2%	0,1%	0,0%	0,8%	0,2%
Organização, Gestão e TIC	1,5%	0,5%	0,1%	5,5%	1,2%
Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética	0,5%	0,4%	0,1%	0,4%	0,4%
Outra	3,5%	28,6%	0,0%	0,0%	11,8%
Total	100%=1.740,0 MEUR	100%=1.941,9 MEUR	100%=1.026,2 MEUR	100%=497,3 MEUR	100%=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 81**Investimento elegível apoiado por tipologias de despesa e por Região NUTS II – Sistemas de Incentivos**

	Norte	Centro	Alentejo	Multi-Regiões	Total
Equipamento	55,6%	76,2%	86,7%	21,1%	66,1%
Hardware e software Informáticos	4,0%	3,6%	0,7%	5,3%	3,3%
Construção, adaptação de instalações e material circulante	7,3%	6,4%	5,6%	0,3%	6,0%
Marcas, Patentes, Licenças e Transf. Tecnológica	1,0%	0,7%	2,4%	1,2%	1,2%
Equip. de Proteção Ambiental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sistemas Energéticos e Eficiência Energética	0,5%	1,3%	0,0%	0,1%	0,7%
Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde	0,6%	0,5%	0,2%	1,0%	0,5%
Matérias-Primas e Componentes	1,5%	1,0%	0,1%	5,1%	1,4%
Estudos e Assistência Técnica	7,6%	2,9%	1,7%	5,4%	4,5%
Recursos Humanos	5,9%	2,7%	0,5%	27,6%	5,7%
Formação	0,5%	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%
Promoção	9,3%	3,5%	1,3%	23,3%	6,9%
Investigação Contratada	5,6%	0,6%	0,2%	5,7%	2,6%
Equipamento Científico	0,5%	0,3%	0,1%	3,1%	0,6%
Total	100%=1.740,0 MEUR	100%=1.941,9 MEUR	100%=1.026,2 MEUR	100%=497,3 MEUR	100%=5.205,4 MEUR

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 82

Avaliação da Despesa Elegível Apoiada quanto ao seu enquadramento no universo RCI

(cruzamento dos indicadores Classificação de Despesa, Tipologia de Investimento e Instrumento de Política Pública)

Investimento Elegível		
	Em Euros	Em %
Despesa considerada RCI	3.169.699.688	60,9%
Despesa inconclusiva quanto à sua inserção no Universo RCI	2.027.149.315	38,9%
Despesa não enquadrável no Universo RCI	8.507.926	0,2%
Total	5.205.356.928	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 83

Avaliação de projetos seleccionados quanto ao seu enquadramento no universo RCI entre os projetos apoiados

Investimento Elegível		
	Em Euros	Em %
Projeto considerado RCI	3.176.495.680	61,0%
Projeto considerado não RCI	2.028.861.248	39,0%
Total	5.205.356.928	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Metodologia adotada relativamente à Análise do Grau de Inserção dos Projetos e do correspondente Investimento no Universo RCI

No que concerne a análise do grau de inserção dos projetos e do correspondente investimento no **Universo Referencial Competitividade e Internacionalização** (RCI), desenvolveram-se **duas abordagens distintas**:

1. Ventilação do investimento elegível apoiado no Universo RCI, por tipo de despesa, por tipologia de investimento e por instrumento de política pública – indicador despesa –, privilegiando-se a lógica da despesa ou da tipologia de investimento sobre esta última; ou seja, a classificação é feita discriminadamente despesa a despesa, por tipologia de despesa, tipologia de investimento e instrumento de política pública, podendo um mesmo efetiva apresentar investimento RCI e investimento não incluído neste âmbito.

Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Categorização da variável “**Classificação da Despesa**” - em que se procede ao agrupamento temático prévio dos vários tipos de “classificações de despesa” elegível que compõem os projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos do COMPETE, constantes do sistema de informação do POFC tendo, para este efeito, as diferentes tipologias registadas de despesa sido agrupadas em 16 grandes tipologias de despesa. Posteriormente, procedeu-se à sua classificação no contexto RCI, para se perceber, de igual forma, qual a parte do investimento elegível que lhes está associada que pode ser considerada RCI e, paralelamente, qual o peso do investimento elegível onde não se pode ser tão conclusivo ou ainda quais os tipos de despesa que não são passíveis de todo de enquadramento no Universo RCI.

Quadro A. 84
Agregação da Classificação de Despesas por Categorias

Categorias Classificação da Despesa	"Classificação de Despesa"
Equipamento	1.a.i – Máquinas e Equipamentos 1.c.ix – Planeamento e controlo
Hardware e software Informáticos	1.a.ii – Equipamentos informáticos 1.a.iii – Software 1.a.iv – Software f) Aquisição de software específico
Construção, adaptação de instalações e material circulante	3.a) Adaptação de instalações 4.a – Construção 4.b – Material circulante
Marcas, Patentes, Licenças e Transf. Tecnológica	1.b – Transferência de Tecnologia 1.c.iv – Direitos de Propriedade 1.c.xi – Insígnias e marcas 1.c.xii – Registo de domínios g.1) Despesas com pedidos de patente – honorários g.2) Despesas com pedidos de patente – outras despesas g) Despesas com pedidos de patente b.ii.2) Patentes – outras despesas b.ii) Aquisição de Patentes
Equip. de Proteção Ambiental	1.a.iv – Equipamentos/veículos – Ambiente
Sistemas Energéticos e Eficiência Energética	1.a.iii – Sistemas energéticos 1.c.iii – Eficiência energética
Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde	1.c.vi – Vida familiar 1.c.vii – Certificação 1.c.viii – Qualidade 1.c.x – Rótulo ecológico j.1) Despesas com processos de certificação – honorários j.2) Despesas com processos de certificação – outras despesas j) Despesas com processos de certificação
Matérias-Primas e Componentes	c) Matérias-primas e componentes
Estudos e Assistência Técnica	1.c.i – TOC/ROC 1.c.ii – Estudos 5) Aquisição de serviços de Consultoria e de Apoio à Inovação d.1) Aquisição de serviços a terceiros – honorários d.2) Aquisição de serviços a terceiros – outras despesas d) Aquisição de serviços d) Aquisição de serviços a terceiros l) Despesas com TOC/ROC
Recursos Humanos	1.c.xiii – Despesas com contratação de pessoal 2.e – Custos com pessoal 3 – Quadros técnicos 3.b) Contratação de pessoal técnico a.i) Contratação de pessoal técnico a.i) Pessoal técnico do promotor a.ii) Bolseiros
Formação	1.c.xiv – Formação de recursos humanos 1.c.xiv – Formação específica – Outros 1.c.xiv – Formação específica – Trabalhadores desfavorecidos 1.c.xiv – Formação geral – Outros 1.c.xiv – Formação geral – Trabalhadores desfavorecidos 2 – Formação de recursos humanos
Promoção	1.c.v.1 – Certames int. – Alojamento 1.c.v.1 – Certames int. – Aluguer de equipamento 1.c.v.1 – Certames int. – Aluguer de espaço de exposição 1.c.v.1 – Certames int. – Aquisição de inf. E doc. Específica 1.c.v.1 – Certames int. – Contratação de serviços especializados 1.c.v.1 – Certames int. – Deslocações 1.c.v.1 – Concursos int. – Aquisição de inf. E doc. Específica 1.c.v.1 – Concursos int. – Contratação de serviços especializados 1.c.v.1 – Concursos int. – Deslocações e alojamento 1.c.v.1 – Promoção e contacto – Alojamento 1.c.v.1 – Promoção e contacto – Aluguer de equipamento

Categorias Classificação da Despesa

"Classificação de Despesa"

	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Aluguer de espaço
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Aquisição de inf. E doc. Específica
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Deslocações
	1.c.v.1 – Prospeção – Alojamento
	1.c.v.1 – Prospeção – Aluguer de equipamento
	1.c.v.1 – Prospeção – Aluguer de espaço
	1.c.v.1 – Prospeção – Aquisição de inf. E doc. Específica
	1.c.v.1 – Prospeção – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.1 – Prospeção – Deslocações
	1.c.v.1 – Prospeção de Mercados
	1.c.v.2 – Mat. Promocional e inf. – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.2 – Programas marketing int. – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.2 – Promoção e Marketing
	1.c.v.a – Feiras
	2.a – Ações de divulgação
	2.b – Ações de acompanhamento
	2.c – Avaliação
	2.d – Disseminação
	h.i) Despesas com promoção e divulgação – feiras e exposições
	h.ii) Despesas com promoção e divulgação – outras despesas
	h) Despesas com promoção e divulgação
	i) Viagens e estadas no estrangeiro
Investigação Contratada	b.i.1) Despesas de investigação contratada – honorários
	b.i.2) Despesas de investigação contratada – outras despesas
	b.i) Despesas de investigação contratada
	m) Custos indirectos
Equipamento Científico	e) Aquisição de instrumentos e equip. científico
Despesa não Elegível	Despesas não elegíveis
	Despesas não elegíveis (BF)
	Despesas não elegíveis (Inv. Base tipo ambiente)
	Despesas não elegíveis (Inv. Base tipo aux regionais)
	Despesas não elegíveis (Inv. Base tipo auxílios às PME)
não classificado	não classificado

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Caixa de Texto A. 1

CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS “CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS” QUANTO À SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO RCI

Após a agregação da “Classificação de Despesa” por áreas temáticas, conforme descrito acima, procedeu-se à avaliação e respetiva classificação dessas áreas temáticas em termos de enquadramento no Universo RCI. Desta forma, o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada pela Equipa de Avaliação no que concerne este critério de segmentação.

Classificação quanto ao Enquadramento no Universo RCI	Classificação da Despesa
Despesa inconclusiva quanto à sua inserção no Universo RCI	Não Classificado
	1.a.i – Máquinas e Equipamentos
	1.a.ii – Equipamentos informáticos
	1.a.iii – Software
	1.a.iv – Software
	1.c.xiii – Despesas com contratação de pessoal
	2.e – Custos com pessoal
	3 – Quadros técnicos
	3.a) Adaptação de instalações
	3.b) Contratação de pessoal técnico
	4.a – Construção
	4.b – Material circulante
	a.i) Contratação de pessoal técnico
	a.i) Pessoal técnico do promotor
	a.ii) Bolseiros
	c) Matérias-primas e componentes
	d) Aquisição de serviços
	Despesas não elegíveis
	Despesas não elegíveis (BF)
	Despesas não elegíveis (Inv. Base tipo ambiente)
	Despesas não elegíveis (Inv. Base tipo aux regionais)
	Despesas não elegíveis (Inv. Base tipo auxílios às PME)
	e) Aquisição de instrumentos e equip. científico
	f) Aquisição de software específico
	m) Custos indirectos
Despesa considerada RCI	1.a.iii – Sistemas energéticos
	1.a.iv – Equipamentos/veículos – Ambiente
	1.b – Transferência de Tecnologia
	1.c.ii – Estudos
	1.c.iii – Eficiência energética
	1.c.iv – Direitos de Propriedade
	1.c.ix – Planeamento e controlo
	1.c.v.1 – Certames int. – Alojamento
	1.c.v.1 – Certames int. – Aluguer de equipamento
	1.c.v.1 – Certames int. – Aluguer de espaço de exposição
	1.c.v.1 – Certames int. – Aquisição de inf. E doc. Específica
	1.c.v.1 – Certames int. – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.1 – Certames int. – Deslocações
	1.c.v.1 – Concursos int. – Aquisição de inf. E doc. Específica
	1.c.v.1 – Concursos int. – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.1 – Concursos int. – Deslocações e alojamento
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Alojamento
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Aluguer de equipamento
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Aluguer de espaço
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Aquisição de inf. E doc. Específica
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.1 – Promoção e contacto – Deslocações
	1.c.v.1 – Prospeção – Alojamento
	1.c.v.1 – Prospeção – Aluguer de equipamento
	1.c.v.1 – Prospeção – Aluguer de espaço
	1.c.v.1 – Prospeção – Aquisição de inf. E doc. Específica
	1.c.v.1 – Prospeção – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.1 – Prospeção – Deslocações
	1.c.v.1 – Prospeção de Mercados
	1.c.v.2 – Mat. Promocional e inf. – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.2 – Programas marketing int. – Contratação de serviços especializados
	1.c.v.2 – Promoção e Marketing

	1.c.v.a – Feiras
	1.c.vi – Vida familiar
	1.c.vii – Certificação
	1.c.viii – Qualidade
	1.c.x – Rótulo ecológico
	1.c.xi – Insígnias e marcas
	1.c.xii – Registo de domínios
	1.c.xiv – Formação de recursos humanos
	1.c.xiv – Formação específica – Outros
	1.c.xiv – Formação específica – Trabalhadores desfavorecidos
	1.c.xiv – Formação geral – Outros
	1.c.xiv – Formação geral – Trabalhadores desfavorecidos
	2 – Formação de recursos humanos
	2.a – Ações de divulgação
	2.b – Ações de acompanhamento
	2.c – Avaliação
	2.d – Disseminação
	5) Aquisição de serviços de Consultoria e de Apoio à Inovação
	b.i.1) Despesas de investigação contratada – honorários
	b.i.2) Despesas de investigação contratada – outras despesas
	b.i) Despesas de investigação contratada
	b.ii.2) Patentes – outras despesas
	b.ii) Aquisição de Patentes
	d.1) Aquisição de serviços a terceiros – honorários
	d.2) Aquisição de serviços a terceiros – outras despesas
	d) Aquisição de serviços a terceiros
	g.1) Despesas com pedidos de patente – honorários
	g.2) Despesas com pedidos de patente – outras despesas
	g) Despesas com pedidos de patente
	h.i) Despesas com promoção e divulgação – feiras e exposições
	h.ii) Despesas com promoção e divulgação – outras despesas
	h) Despesas com promoção e divulgação
	i) Viagens e estadas no estrangeiro
	j.1) Despesas com processos de certificação – honorários
	j.2) Despesas com processos de certificação – outras despesas
	j) Despesas com processos de certificação
Despesa não enquadrável no Universo RCI	1.c.i – TOC/ROC
	l) Despesas com TOC/ROC

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

- Categorização da variável “Tipologias de Investimento”, constante do sistema de informação do POFC, tendo, para este efeito, as diferentes tipologias registadas de investimento sido agrupadas em 12 grandes tipologias, conforme descritas em baixo. Posteriormente, procedeu-se à sua classificação no contexto RCI, para se perceber, de igual forma, qual a parte do investimento elegível que lhes está associada que pode ser considerada RCI e, paralelamente, qual o peso do investimento elegível onde não se pode ser tão conclusivo ou ainda quais as tipologias de investimento que não são passíveis de todo de enquadramento no Universo RCI.

Quadro A. 85
Agregação da Tipologia de Investimentos por Categorias

Tipologias de Investimento	Tipologias de Investimento
Internacionalização	Internacionalização
I&D	Atividade Global
	Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços
	Desenvolvimento Experimental
	Investigação Industrial
	Outra <i>(apenas nos casos de despesa associada ao instrumento SI I&DT)</i>
	Não classificado <i>(apenas nos casos de despesa associada ao instrumento SI I&DT)</i>
Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial	Criação, Moda e Design
	Propriedade Industrial
Qualidade, Segurança e Saúde	Igualdade de Oportunidades
	Qualidade
	Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho
Empreendedorismo	Empreendedorismo Qualificado
Inovação	Inovação
	Produção de novos bens e serviços
Expansão da Capacidade Produtiva	Criação de unidades ou de linhas de produção
	Expansão de capacidades de produção
Modernização Tecnológica	Adoção de novos processos ou métodos
	Criação, modernização, requalificação ou racionalização
	Introdução de melhorias tecnológicas
Comercialização e Marketing	Comercialização e Marketing
Organização, Gestão e TIC	Economia Digital
	Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação
Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética	Ambiente
	Diversificação e Eficiência Energética
Outra	Outra
	Não classificado

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Caixa de Texto A. 2

CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO QUANTO À SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO RCI

Após a agregação das Tipologias de Investimento por áreas temáticas, conforme descritas acima, procedeu-se à avaliação e respetiva classificação da tipologia de investimento em termos de enquadramento no Universo RCI. Desta forma, o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada pela Equipa de Avaliação no que concerne este critério de segmentação.

Classificação quanto ao Enquadramento no Universo RCI	Tipologias de Investimento
Despesa inconclusiva quanto à sua inserção no Universo RCI	Outra
	Não Classificado
Despesa considerada RCI	Atividade Global
	Ambiente
	Criação, Moda e Design
	Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços
	Desenvolvimento Experimental
	Diversificação e Eficiência Energética
	Economia Digital
	Empreendedorismo Qualificado
	Igualdade de Oportunidades
	Inovação
	Internacionalização
	Investigação Industrial
	Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e
	Produção de novos bens e serviços
	Propriedade Industrial
	Qualidade
	Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho
	Outra <i>(apenas nos casos de despesa associada ao instrumento SI I&DT)</i>
	Não classificado <i>(apenas nos casos de despesa associada ao instrumento SI I&DT)</i>
Despesa não enquadrável no Universo RCI	Adoção de novos processos ou métodos
	Comercialização e Marketing
	Criação de unidades ou de linhas de produção
	Criação, modernização, requalificação ou racionalização
	Expansão de capacidades de produção
	Introdução de melhorias tecnológicas

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

- Avaliação e, consequente, classificação dos Instrumentos de Política Pública nos quais se enquadraram as despesas elegíveis no âmbito dos Sistemas de Incentivos do COMPETE quanto à pertinência da sua inserção no Universo RCI. A avaliação dos Instrumentos de Política Pública utilizados torna-se especialmente relevante nos casos em que a Classificação de Despesa ou de Tipologia de Investimento é inconclusiva, pois a análise e avaliação da despesa fica substancialmente mais clara.

Caixa de Texto A. 3

CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA QUANTO À SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO RCI

Procedeu-se à avaliação e respetiva classificação dos Instrumentos de Política Pública em termos de enquadramento no Universo RCI.

Desta forma, o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada pela AM&A no que concerne este critério de segmentação.

Classificação quanto ao Enquadramento no Universo RCI	Instrumento de Política Pública
Despesa inconclusiva quanto à sua inserção no Universo RCI	2.1.1 – SI Inovação/Inovação Produtiva
	2.1.2 – SI Inovação/Projetos do Regime Especial
	2.1.3 – SI Inovação/Projetos de Interesse Estratégico
	2.1.4 – SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado
	2.2.1 – SI QPME/Projetos Individuais e de Cooperação
	2.2.2 – SI QPME/Projetos Conjuntos
	2.3 – Projetos transitados do QCA III
Despesa considerada RCI	1.2.1.1 – I&DT Empresas/Projetos Individuais
	1.2.1.2 – I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção
	1.2.1.3 – I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores
	1.2.1.4 – I&DT Empresas/Vale I&DT
	1.2.1.5 – I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial
	1.2.2 – I&DT Coletiva
	1.2.3.1 – Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT
	2.2.3 – SI QPME/Vale Inovação

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

- Posteriormente, procedeu-se ao cruzamento dos vários descritores de despesa constantes no sistema de informação do POFC: classificação da despesa, tipologia de investimento e, por fim, Instrumento de Política Pública, quanto à sua inserção no Universo RCI, de forma a potenciar a informação associada a cada um deles, ao analisar de forma conjugada todas as combinações possíveis de classificação RCI, formalizando, por fim, uma classificação final para cada despesa quanto ao enquadramento no Universo RCI.

Caixa de Texto A. 4

CLASSIFICAÇÃO DAS VÁRIAS COMBINAÇÕES POSSÍVEIS DE DESCRITORES DE DESPESA QUANTO À SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO RCI

Após a classificação dos vários descritores de despesa quanto ao seu enquadramento no Universo RCI, procedeu-se à análise de forma conjugada de todas as combinações possíveis de classificação RCI, formalizando, por fim, uma classificação final para cada despesa quanto ao enquadramento no Universo RCI.

Desta forma, o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada pela Equipa de Avaliação no que concerne este critério de segmentação.

Combinações Possíveis	Variável "Classificação da Despesa" quanto ao Enquadramento no Universo RCI	Variável "Tipologia de Investimento" quanto ao Enquadramento no Universo RCI	Variável "Instrumento de Política Pública" quanto ao Enquadramento no Universo RCI	Classificação Final quanto ao Enquadramento no Universo RCI (indicador despesa)
1	Enquadrável	Enquadrável	Enquadrável	Enquadrável
2	Enquadrável	Enquadrável	Inconclusivo	Enquadrável
3	Enquadrável	Inconclusivo	Enquadrável	Enquadrável
4	Enquadrável	Inconclusivo	Inconclusivo	Enquadrável
5	Enquadrável	Não Enquadrável	Enquadrável	Enquadrável
6	Enquadrável	Não Enquadrável	Inconclusivo	Inconclusivo
7	Inconclusivo	Enquadrável	Enquadrável	Enquadrável
8	Inconclusivo	Enquadrável	Inconclusivo	Enquadrável
9	Inconclusivo	Inconclusivo	Enquadrável	Inconclusivo
10	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
11	Inconclusivo	Não Enquadrável	Enquadrável	Inconclusivo
12	Inconclusivo	Não Enquadrável	Inconclusivo	Inconclusivo
13	Não Enquadrável	Enquadrável	Enquadrável	Não Enquadrável
14	Não Enquadrável	Enquadrável	Inconclusivo	Não Enquadrável
15	Não Enquadrável	Inconclusivo	Enquadrável	Não Enquadrável
16	Não Enquadrável	Inconclusivo	Inconclusivo	Não Enquadrável
17	Não Enquadrável	Não Enquadrável	Enquadrável	Não Enquadrável
18	Não Enquadrável	Não Enquadrável	Inconclusivo	Não Enquadrável

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

- A última parte da presente análise consiste, fundamentalmente, na ventilação dos projetos apoiados em termos de investimento elegível por inserção no Universo RCI, por tipo de despesa, por tipologia de investimento e por Instrumento de Política Pública - indicador projeto, ou seja, todo o investimento elegível de um projeto é RCI desde que o projeto correspondente cumpra uma das seguintes condições:

- 50% ou mais do investimento elegível total do projeto está afeto a tipologias de despesa enquadradas no Universo RCI;
- Um grau de intensidade RCI inferior, pelo contrário, a 50%, mas correspondendo a projetos enquadrados no Instrumento Sistema de Incentivos I&DT ou na Medida SI QPME/Vale Inovação.

Neste sentido, procurou-se, fundamentalmente, proceder à caracterização e avaliação dos projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos do COMPETE, e do investimento elegível que lhes está associado, do ponto de vista do seu enquadramento no universo RCI, considerando como unidade de análise já não o tipo de despesa e/ou a tipologia de investimento, mas o projeto no seu todo, independentemente de num projeto considerado como enquadrável na lógica RCI poderem coexistir despesas ou tipologias de investimento RCI e outras onde existe ainda alguma indefinição relativamente à sua inserção neste universo.

Torna-se assim viável uma perceção mais efetiva da natureza dos investimentos desenvolvidos e apoiados e dos instrumentos de política pública que os enquadram e do seu mérito do ponto de vista da sua inserção nas orientações estratégicas da política pública e no Universo RCI.

D.7 Resultados potenciais dos projetos apoiados

Quadro A. 86

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados por fases do ciclo de execução do COMPETE: evolução das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto – Sistemas de Incentivos

	SI I&DT	SI Inovação	SI QPME	Total
Δ% Volume de Negócios	27,4%	53,8%	39,7%	42,5%
Δ% Volume de Negócios Internacional	41,2%	72,4%	70,1%	62,9%
Δ% VAB (valor acrescentado bruto)	32,4%	81,7%	47,1%	58,9%
Δ% Emprego	5,8%	16,4%	7,7%	11,1%
Δ% Emprego Qualificado	15,3%	58,1%	36,8%	32,5%
Δ% VBP (valor bruto de produção)	27,1%	53,3%	38,0%	41,8%
Δ% Resultado Operacional	74,4%	230,2%	169,9%	164,7%
Δ% Ativo Total	21,4%	39,4%	16,2%	28,8%
Δ% Capital Próprio	46,3%	92,6%	53,5%	70,4%
Δ% Resultado Líquido	62,6%	273,6%	224,0%	180,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 87

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados nos três Sistemas de Incentivos: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto

	Total		
	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Variação
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	53,6%	61,3%	7,7 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	42.205	60.365	43,0%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	20,6%	24,5%	4,0 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	26,4%	29,6%	3,2 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	4,7%	9,3%	4,6 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	7,1%	13,2%	6,1 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	11,4%	18,8%	7,4 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	39,2%	51,8%	12,7 p.p.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 88

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados no SI I&DT: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto

	SI I&DT		
	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Variação
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	47%	52%	5,1 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	50.943	63.756	25%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	36%	40%	3,3 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	27%	28%	1,1 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	6%	8%	1,6 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	8%	11%	2,9 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	15%	16%	1,6 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	36%	44%	7,4 p.p.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 89

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados no SI Inovação: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto

	SI Inovação		
	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	62%	69%	7,4 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	45.700	71.318	56%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	14%	19%	4,9 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	26%	31%	4,9 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	5%	11%	6,6 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	7%	16%	8,4 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	11%	22%	10,5 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	42%	57%	15,9 p.p.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 90

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados no SI QPME: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto

	SI QPME		
	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	45%	54%	9,7 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	27.297	37.269	37%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	15%	19%	4,1 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	26%	28%	1,7 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	3%	6%	3,6 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	5%	10%	4,7 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	6%	14%	7,1 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	39%	52%	12,5 p.p.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 91

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados por fases do ciclo de execução do COMPETE: evolução das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto - Sistemas de Incentivos

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
Δ% Volume de Negócios	44,3%	36,6%	44,4%	42,5%
Δ% Volume de Negócios Internacional	61,5%	59,0%	65,8%	62,9%
Δ% VAB (valor acrescentado bruto)	50,5%	65,6%	62,7%	58,9%
Δ% Emprego	11,1%	10,0%	11,7%	11,1%
Δ% Emprego Qualificado	38,6%	36,1%	25,8%	32,5%
Δ% VBP (valor bruto de produção)	42,7%	34,7%	45,2%	41,8%
Δ% Resultado Operacional	114,7%	304,6%	169,0%	164,7%
Δ% Ativo Total	32,8%	24,1%	28,2%	28,8%
Δ% Capital Próprio	72,5%	73,4%	67,2%	70,4%
Δ% Resultado Líquido	142,9%	389,8%	160,4%	180,3%

Nota: Fase 1 compreendida entre 01.01.2007 e 02.04.2009; Fase 2 compreendida entre 03.04.2009 e 14.11.2010; Fase 3 compreendida entre 15.11.2010 e 31.12.2012.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 92

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados por fases do ciclo de execução do COMPETE: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (fase 1 dos Sistemas de Incentivos, de 01-01-2007 a 02-04-2009)

Fase 1			
	Ano Pré projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	54,1%	60,6%	6,5 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	47.151	63.842	35,4%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	18,4%	23,0%	4,5 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	28,0%	29,5%	1,5 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	5,4%	9,1%	3,7 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	8,6%	12,8%	4,2 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	12,7%	17,9%	5,2 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	40,9%	53,1%	12,2 p.p.

Nota: Fase 1 compreendida entre 01.01.2007 e 02.04.2009; Fase 2 compreendida entre 03.04.2009 e 14.11.2010; Fase 3 compreendida entre 15.11.2010 e 31.12.2012.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 93

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados por fases do ciclo de execução do COMPETE: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (fase 2 dos Sistemas de Incentivos, de 03-04-2009 a 14-11-2010)

Fase 2			
	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	45,4%	52,8%	7,4 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	35.969	54.173	50,6%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	22,0%	27,2%	5,2 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	24,2%	29,8%	5,6 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	2,3%	8,2%	5,9 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	4,0%	11,9%	7,9 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	6,1%	17,2%	11,1 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	36,1%	50,4%	14,3 p.p.

Nota: Fase 1 compreendida entre 01.01.2007 e 02.04.2009; Fase 2 compreendida entre 03.04.2009 e 14.11.2010; Fase 3 compreendida entre 15.11.2010 e 31.12.2012.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 94

Resultados económico-financeiros potenciais dos projetos de investimento apoiados por fases do ciclo de execução do COMPETE: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (fase 3 dos Sistemas de Incentivos, de 15-11-2010 a 31-12-2012)

Fase 3

	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Orientação Exportadora (Exportações/VN)	57,9%	66,5%	8,6 p.p.
Produtividade (VAB/Emprego, em euros)	42.229	61.500	45,6%
Peso do Emprego Qualificado (EQ/ET)	21,4%	24,1%	2,7 p.p.
Grau de Transformação da Produção (VAB/VBP)	26,3%	29,4%	3,2 p.p.
Rendibilidade Líquida das Vendas (RL/VN)	5,6%	10,0%	4,5 p.p.
Rendibilidade Bruta das Vendas (RO/VN)	7,6%	14,2%	6,6 p.p.
Rendibilidade do Capital Próprio (RL/Capital Próprio)	13,1%	20,5%	7,3 p.p.
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	39,6%	51,6%	12,0 p.p.

Nota: Fase 1 compreendida entre 01.01.2007 e 02.04.2009; Fase 2 compreendida entre 03.04.2009 e 14.11.2010; Fase 3 compreendida entre 15.11.2010 e 31.12.2012.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 95

Avaliação do impacto do projeto na empresa promotora – a relação entre o investimento total e o volume de negócios pré-projeto no SI Inovação

	N.º projetos		Inv. Elegível		Emprego	
	N.º	%	Euros	%	N.º	%
Marginal (I/VN<20%)	246	41%	825.712.981	21%	71.233	71%
Moderado (20%<=I/VN<50%)	139	23%	631.144.137	16%	19.842	20%
Significativo (50%<=I/VN<100%)	57	9%	438.317.607	11%	5.281	5%
Forte (100%<=I/VN<200%)	31	5%	167.308.411	4%	1.899	2%
Radical (I/VN>=200%)	40	7%	754.180.623	19%	1.419	1%
Empresas novas	88	15%	1.203.870.523	30%	31	0%
Total	601	100%	4.020.534.280	100%	99.705	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

D.8 Resultados dos projetos apoiados: aproximação pelo inquérito realizado

Quadro A. 96

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto - Sistemas de Incentivos

	SI I&DT	SI Inovação	SI QI PME	Total
Δ% Volume de Negócios	15,1%	18,9%	19,9%	16,9%
Δ% VN Internacional	42,2%	31,9%	35,7%	36,3%
Δ% VN Novos Produtos/Serviços	90,4%	745,8%	110,5%	248,6%
Δ% Produtividade	26,5%	40,6%	21,6%	30,7%
Δ% Emprego	4,7%	14,5%	7,3%	9,0%
Δ% Emprego Qualificado	30,3%	34,2%	28,4%	31,2%
Δ% Despesas I&D	25,2%	37,0%	86,1%	28,4%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 97

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados nos Sistemas de Incentivos: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto para os três instrumentos e o total dos Sistemas de Incentivos

	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
SI I&DT			
Orientação Exportadora	48,8%	59,4%	10,6
Peso do Emprego Qualificado	35,4%	45,8%	10,4
Intensidade em I&D	5,2%	5,0%	-0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	4,4%	6,6%	2,2
SI Inovação			
Orientação Exportadora	59,1%	66,1%	7,0
Peso do Emprego Qualificado	15,4%	18,0%	2,7
Intensidade em I&D	0,9%	1,1%	0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	1,9%	13,2%	11,3
SI QPME			
Orientação Exportadora	45,5%	52,2%	6,7
Peso do Emprego Qualificado	16,0%	19,2%	3,2
Intensidade em I&D	1,5%	2,5%	1,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	6,0%	10,7%	4,7
Total			
Orientação Exportadora	53,2%	61,9%	8,7
Peso do Emprego Qualificado	25,1%	31,2%	6,1
Intensidade em I&D	3,6%	3,6%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,5%	9,3%	5,8

Nota: Orientação Exportadora = VN Internacional / VN Total; Peso do Emprego Qualificado = Emprego Qualificado / Emprego Total; Intensidade em I&D = Despesas em I&D / VN Total; Peso do VN de Novos Produtos/Serviços = VN de Novos Produtos/Serviços / VN Total.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 98**Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (regiões NUTS II)**

	Norte	Centro	Alentejo	Multi-regiões	Total
Δ% Volume de Negócios	20,3%	19,7%	27,8%	6,9%	16,9%
Δ% VN Internacional	33,8%	45,9%	42,1%	31,5%	36,3%
Δ% VN Novos Produtos/Serviços	260,9%	203,4%	129,4%	1043,9%	248,6%
Δ% Produtividade	28,8%	38,6%	26,5%	28,2%	30,7%
Δ% Emprego	5,8%	10,1%	15,7%	14,1%	9,0%
Δ% Emprego Qualificado	29,0%	34,8%	12,9%	35,0%	31,2%
Δ% Despesas I&D	30,6%	27,8%	-8,0%	21,1%	28,4%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 99**Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto por região NUTS II**

	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Norte			
Orientação Exportadora	54,2%	61,5%	7,2
Peso do Emprego Qualificado	26,6%	34,6%	8,0
Intensidade em I&D	4,8%	4,6%	-0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,6%	9,4%	5,8
Centro			
Orientação Exportadora	50,7%	60,6%	9,9
Peso do Emprego Qualificado	24,8%	29,4%	4,7
Intensidade em I&D	3,6%	3,7%	0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	8,6%	18,7%	10,1
Alentejo			
Orientação Exportadora	86,3%	87,5%	1,2
Peso do Emprego Qualificado	13,6%	17,5%	3,9
Intensidade em I&D	0,5%	0,4%	-0,1
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	1,3%	2,5%	1,1
Multi-regiões			
Orientação Exportadora	49,0%	59,0%	10,1
Peso do Emprego Qualificado+	23,5%	27,7%	4,2
Intensidade em I&D	1,4%	1,5%	0,1
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,2%	2,4%	2,2
Total			
Orientação Exportadora	53,2%	61,9%	8,7
Peso do Emprego Qualificado	25,1%	31,2%	6,1
Intensidade em I&D	3,6%	3,6%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,5%	9,3%	5,8

Nota: Orientação Exportadora = VN Internacional / VN Total; Peso do Emprego Qualificado = Emprego Qualificado / Emprego Total; Intensidade em I&D = Despesas em I&D / VN Total; Peso do VN de Novos Produtos/Serviços = VN de Novos Produtos/Serviços / VN Total.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 100**Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (setores de atividade)**

	Comérc.	Constr.	Energia	Indúst.	Serviços	Transp.	Turismo	Total
Δ% Volume de Negócios	68,4%	30,9%	4,5%	17,8%	13,7%	10,1%	58,2%	16,9%
Δ% VN Internacional	39,7%	214,0%	-	34,0%	44,3%	43,8%	87,2%	36,3%
Δ% VN Novos Produtos/Serviços	566,7%	-	-	369,8%	112,3%	-	-	248,6%
Δ% Produtividade	42,5%	12,7%	-	33,4%	35,5%	4,5%	0,7%	30,7%
Δ% Emprego	60,4%	-7,4%	87,5%	7,7%	11,6%	13,0%	68,8%	9,0%
Δ% Emprego Qualificado	54,3%	-41,9%	175,0%	30,7%	31,7%	80,0%	76,0%	31,2%
Δ% Despesas I&D	318,7%	-	-	26,2%	31,8%	-	-	28,4%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 101**Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto por setor de atividade**

	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Comércio			
Orientação Exportadora	15,7%	13,6%	-2,1
Peso do Emprego Qualificado	19,7%	18,9%	-0,7
Intensidade em I&D	0,4%	0,6%	0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,4%	1,0%	0,6
Construção			
Orientação Exportadora	8,8%	19,2%	10,5
Peso do Emprego Qualificado	11,8%	15,1%	3,3
Intensidade em I&D	0,0%	0,1%	0,1
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,0%	0,0%	0,0
Energia			
Orientação Exportadora	0,0%	0,0%	0,0
Peso do Emprego Qualificado	50,0%	73,3%	23,3
Intensidade em I&D	0,0%	0,0%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,0%	0,0%	0,0
Indústria			
Orientação Exportadora	58,2%	64,7%	6,6
Peso do Emprego Qualificado	15,6%	21,1%	5,5
Intensidade em I&D	4,1%	3,9%	-0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	2,5%	8,9%	6,4
Serviços			
Orientação Exportadora	43,8%	58,5%	14,7
Peso do Emprego Qualificado	56,0%	64,6%	8,6
Intensidade em I&D	3,0%	3,4%	0,4
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	5,9%	10,7%	4,8
Transportes			
Orientação Exportadora	23,6%	30,8%	7,2
Peso do Emprego Qualificado	2,1%	3,3%	1,2
Intensidade em I&D	0,0%	0,0%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,0%	0,0%	0,0
Turismo			
Orientação Exportadora	38,2%	40,2%	2,1
Peso do Emprego Qualificado	15,4%	17,5%	2,0
Intensidade em I&D	0,0%	0,0%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,0%	24,2%	24,2
Total			
Orientação Exportadora	53,2%	61,9%	8,7
Peso do Emprego Qualificado	25,1%	31,2%	6,1
Intensidade em I&D	3,6%	3,6%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,5%	9,3%	5,8

Nota: Orientação Exportadora = VN Internacional / VN Total; Peso do Emprego Qualificado = Emprego Qualificado / Emprego Total; Intensidade em I&D = Despesas em I&D / VN Total; Peso do VN de Novos Produtos/Serviços = VN de Novos Produtos/Serviços / VN Total.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 102

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (estratos de dimensão empresarial)

	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Δ% Volume de Negócios	459,0%	41,0%	32,9%	14,5%	16,9%
Δ% VN Internacional	-	229,4%	66,5%	31,9%	36,3%
Δ% VN Novos Produtos/Serviços	-	911,0%	264,6%	241,0%	248,6%
Δ% Produtividade	167,6%	0,9%	32,6%	28,2%	30,7%
Δ% Emprego	450,0%	-7,7%	16,3%	6,3%	9,0%
Δ% Emprego Qualificado	1900,0%	0,0%	56,7%	24,1%	31,2%
Δ% Despesas I&D	1535,0%	-13,6%	117,6%	18,6%	28,4%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 103

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto por extrato de dimensão empresarial

	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Micro			
Orientação Exportadora	0,0%	11,6%	11,6
Peso do Emprego Qualificado	16,7%	60,6%	43,9
Intensidade em I&D	4,1%	11,9%	7,8
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,0%	15,4%	15,4
Pequena			
Orientação Exportadora	17,5%	41,4%	23,9
Peso do Emprego Qualificado	25,8%	28,0%	2,1
Intensidade em I&D	6,8%	4,4%	-2,5
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	0,8%	5,9%	5,1
Média			
Orientação Exportadora	44,6%	56,5%	11,9
Peso do Emprego Qualificado	20,5%	26,4%	5,9
Intensidade em I&D	2,2%	4,0%	1,8
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	7,8%	20,3%	12,5
Grande			
Orientação Exportadora	54,7%	62,9%	8,2
Peso do Emprego Qualificado	26,8%	33,2%	6,4
Intensidade em I&D	3,7%	3,5%	-0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	2,9%	7,4%	4,6
Total			
Orientação Exportadora	53,2%	61,9%	8,7
Peso do Emprego Qualificado	25,1%	31,2%	6,1
Intensidade em I&D	3,6%	3,6%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,5%	9,3%	5,8

Nota: Orientação Exportadora = VN Internacional / VN Total; Peso do Emprego Qualificado = Emprego Qualificado / Emprego Total; Intensidade em I&D = Despesas em I&D / VN Total; Peso do VN de Novos Produtos/Serviços = VN de Novos Produtos/Serviços / VN Total.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 104

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica das principais grandezas entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (enquadramento nas EEC)

	Não integrados em EEC	PCT/Cluster	PROVERE	Total
Δ% Volume de Negócios	14,7%	29,1%	12,8%	16,9%
Δ% VN Internacional	30,1%	66,3%	-	36,3%
Δ% VN Novos Produtos/Serviços	220,4%	384,4%	-	248,6%
Δ% Produtividade	27,9%	44,0%	-	30,7%
Δ% Emprego	9,1%	9,0%	2,8%	9,0%
Δ% Emprego Qualificado	35,8%	17,3%	5,4%	31,2%
Δ% Despesas I&D	28,5%	27,9%	-	28,4%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 105

Resultados económico-financeiros efetivos dos projetos de investimento apoiados: evolução dinâmica dos principais indicadores relativos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto por tipologia de enquadramento nas EEC

	Ano Pré-projeto	Ano Pós-projeto	Δ p.p.
Não integrado em EEC			
Orientação Exportadora	52,4%	59,2%	6,8
Peso do Emprego Qualificado	23,7%	30,7%	7,0
Intensidade em I&D	3,6%	3,7%	0,1
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,9%	9,4%	5,6
PCT/Cluster			
Orientação Exportadora	57,2%	74,1%	16,9
Peso do Emprego Qualificado	30,4%	33,4%	3,0
Intensidade em I&D	3,6%	3,4%	-0,2
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	2,4%	8,9%	6,5
PROVERE			
Orientação Exportadora	-	0,0%	-
Peso do Emprego Qualificado	13,2%	13,5%	0,3
Intensidade em I&D	0,0%	0,0%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	-	0,0%	-
Total			
Orientação Exportadora	53,2%	61,9%	8,7
Peso do Emprego Qualificado	25,1%	31,2%	6,1
Intensidade em I&D	3,6%	3,6%	0,0
Peso do VN de Novos Produtos/Serviços	3,5%	9,3%	5,8

Nota: Orientação Exportadora = VN Internacional / VN Total; Peso do Emprego Qualificado = Emprego Qualificado / Emprego Total; Intensidade em I&D = Despesas em I&D / VN Total; Peso do VN de Novos Produtos/Serviços = VN de Novos Produtos/Serviços / VN Total.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 106**Avaliação do impacto do projeto de investimento**

(os quatro impactos mais relevantes classificados de 1 a 5, sendo que 1= muito desfavorável e 5= muito favorável – Sistemas de Incentivos)

Impactos	Escala de Importância (em %)					n/r
	1	2	3	4	5	
Expansão da capacidade produtiva e da produção	0,2	0,0	4,6	24,4	37,5	33,3
Internacionalização do negócio	0,4	0,1	6,9	22,7	23,6	46,3
Entrada em novos mercados – UE	0,1	0,0	6,0	16,2	13,1	64,5
Entrada em novos mercados – extra UE	0,2	0,0	6,8	19,7	13,8	59,6
Lançamento de uma nova área de negócio	0,2	0,0	10,0	9,2	11,0	69,5
Lançamento de novos produtos/serviços	0,2	0,0	3,1	25,6	31,0	40,1
Diferenciação de bens e serviços	0,2	0,0	3,4	26,3	16,3	53,9
Introdução de novos processos produtivos	0,3	0,0	5,4	14,3	28,4	51,5
Organização e gestão	0,1	0,0	8,4	16,6	4,8	70,1
Comercialização e marketing	0,1	0,0	8,5	15,1	9,8	66,4
I&D	0,1	0,0	5,6	14,8	16,7	62,9
Qualidade dos produtos/serviços	0,2	0,0	4,9	24,8	14,4	55,8
Eficiência e diversificação energética	0,1	0,0	8,4	9,4	12,8	69,3
Ambiente	0,1	0,0	7,7	12,1	14,0	66,1
Qualificação de recursos humanos	0,1	0,0	6,2	12,1	11,3	70,3
Cooperação empresarial e institucional	0,1	0,0	8,6	11,6	5,6	74,2
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento (QREN/Extra QREN)	0,1	0,1	8,6	12,4	0,3	78,5
Outros	0,1	0,0	0,6	0,1	0,0	99,3

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 107**Avaliação do impacto do projeto de investimento, por Sistema de Incentivos, na evolução das principais grandezas no contexto da empresa**

(o projeto é responsável por X% da variação da grandeza Y da empresa)

	SI I&DT	SI Inovação	SI QI PME	Total
Volume de Negócios	13,1%	39,5%	13,9%	22,2%
VN Internacional	13,6%	46,5%	24,8%	28,0%
VN Novos Produtos/Serviços	16,5%	34,8%	9,2%	20,9%
Produtividade	11,6%	32,1%	9,7%	18,0%
Emprego	9,6%	29,8%	7,6%	15,9%
Emprego Qualificado	11,5%	32,2%	15,0%	19,5%
Despesas em I&D	21,4%	21,0%	10,9%	18,6%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Quadro A. 108**Avaliação do impacto do projeto de investimento, por regiões, na evolução das principais grandezas no contexto da empresa**

(o projeto é responsável por X% da variação da grandeza Y da empresa)

	Norte	Centro	Alentejo	Multi-Regiões	Total
Volume de Negócios	20,7%	26,5%	27,7%	11,4%	22,2%
VN Internacional	29,4%	29,9%	35,8%	12,5%	28,0%
VN Novos Produtos/Serviços	20,9%	24,3%	17,2%	12,5%	20,9%
Produtividade	15,9%	23,0%	18,3%	9,9%	18,0%
Emprego	15,8%	17,6%	23,3%	6,5%	15,9%
Emprego Qualificado	20,0%	21,9%	21,5%	7,8%	19,5%
Despesas em I&D	17,8%	20,4%	24,4%	14,3%	18,6%

*Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.**Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos***Quadro A. 109****Avaliação do impacto do projeto de investimento, por extrato de dimensão empresarial, na evolução das principais grandezas no contexto da empresa**

(o projeto é responsável por X% da variação da grandeza Y da empresa)

	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Volume de Negócios	23,0%	8,6%	20,2%	26,3%	22,2%
VN Internacional	15,0%	7,9%	28,1%	29,2%	28,0%
VN Novos Produtos/Serviços	23,0%	13,8%	20,0%	22,8%	20,9%
Produtividade	26,3%	4,2%	16,1%	21,8%	18,0%
Emprego	26,4%	3,6%	13,6%	20,3%	15,9%
Emprego Qualificado	23,6%	8,1%	18,7%	21,4%	19,5%
Despesas em I&D	30,0%	10,4%	18,4%	19,1%	18,6%

*Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.**Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos***Quadro A. 110****Avaliação do impacto do projeto de investimento, por setores de atividade, na evolução das principais grandezas no contexto da empresa**

(o projeto é responsável por X% da variação da grandeza Y da empresa)

	Comérc.	Constr.	Energia	Indúst.	Serviços	Transp.	Turismo	Total
Volume de Negócios	17,8%	17,5%	0,0%	20,6%	22,8%	40,0%	60,5%	22,2%
VN Internacional	42,3%	22,9%	0,0%	27,4%	25,1%	15,0%	60,1%	28,0%
VN Novos Produtos/Serviços	51,4%	0,0%	0,0%	20,0%	20,8%	0,0%	40,1%	20,9%
Produtividade	21,6%	14,6%	0,0%	17,3%	16,0%	35,0%	62,8%	18,0%
Emprego	13,7%	25,2%	0,0%	13,6%	17,4%	38,3%	56,8%	15,9%
Emprego Qualificado	35,1%	11,6%	0,0%	17,7%	19,4%	25,0%	58,0%	19,5%
Despesas em I&D	14,2%	0,5%	0,0%	19,6%	17,0%	0,0%	20,0%	18,6%

*Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.**Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos*

Quadro A. 111**Avaliação do impacto do projeto de investimento, por tipologia de enquadramento nas EEC, na evolução das principais grandezas no contexto da empresa**

(o projeto é responsável por X% da variação da grandeza Y da empresa)

	Não integrados em EEC	PCT/Cluster	PROVERE	Total
Volume de Negócios	20,7%	28,8%	8,0%	22,2%
VN Internacional	26,5%	34,2%	0,0%	28,0%
VN Novos Produtos/Serviços	19,4%	26,3%	100,0%	20,9%
Produtividade	16,0%	26,6%		18,0%
Emprego	15,5%	17,8%	3,0%	15,9%
Emprego Qualificado	19,6%	18,8%		19,5%
Despesas em I&D	18,7%	18,0%		18,6%

Nota: A produtividade é o valor acrescentado bruto sobre o número de postos de trabalho.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

D.9 Análise fatorial

Após o estudo individual das respostas sobre a avaliação do grau de impacto dos projetos, finalizaremos com uma análise da estrutura concetual (estrutura latente) da escala que lhe está subjacente através de uma análise fatorial, tendo em vista a identificação dos fatores subjacentes às respostas dadas. Tais fatores permitirão identificar as dimensões que descrevem as mesmas, ou seja, compreender as motivações que estão por trás do padrão encontrado nos dados. Será também possível validar a escala do questionário, ou seja, medir a validade deste para os objetivos pretendidos.

Em primeiro lugar, para verificar se os dados são apropriados para desenvolver a análise fatorial em apreço, procedemos ao cálculo da medida de adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin, cujo valor é de 0,842, portanto um valor elevado. Em resultado, podemos afirmar que a fatorabilidade da matriz de correlações é boa, ou seja, é apropriado efetuar uma análise fatorial com estes dados.

Assim, realizou-se uma análise fatorial com extração de fatores pelo método das componentes principais, determinando-se em primeiro lugar o número de fatores a reter. As regras habitualmente utilizadas para este efeito conduziram a diferentes soluções, conforme pode ser observado no quadro seguinte. Com efeito, uma dessas regras consiste em selecionar os fatores cujos valores próprios associados sejam superiores a 1, sendo o quarto fator o último que a cumpre, pelo que esta regra apontaria para uma solução com 4 fatores, um número ajustado (que explica 70% da variância total, o que é bom). Uma segunda regra consiste em explicar 80% da variância total, o que conduz a uma solução com 7 fatores, o que é um pouco elevado (relembre-se que a escala tem 17 questões), complicando a análise e conduzindo a fatores sem significado e de difícil interpretação (o conjunto dos primeiros 7 fatores explica 82,9% da variância total). Finalmente, a terceira regra habitualmente utilizada é baseada no *scree plot* em que se retém o número de fatores em que ocorre a maior quebra da percentagem da variância explicada, o que conduz a reter 2 fatores (o que é muito pouco) ou a reter 4 fatores, à semelhança da primeira regra. Em conclusão, a solução com 4 fatores afigurou-se como a mais apropriada, pelo que foi adotada.

Quadro A. 112
Valores Próprios e Variância Explicada dos Fatores Relativos à Escala de Avaliação do Grau de Impacto do Projeto

Factor	Valor Próprio	% da Variância	% Acumulada
1	7.823	46.018	46.018
2	1.683	9.898	55.915
3	1.331	7.828	63.743
4	1.065	6.268	70.011
5	0.869	5.109	75.120
6	0.723	4.250	79.370
7	0.606	3.563	82.933
8	0.549	3.231	86.164
9	0.486	2.858	89.022
10	0.387	2.277	91.299
11	0.302	1.774	93.073
12	0.273	1.607	94.680
13	0.264	1.550	96.230
14	0.246	1.447	97.677
15	0.188	1.103	98.781
16	0.130	0.762	99.543
17	0.078	0.457	100.000

Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Os resultados da análise fatorial forçada a 4 fatores, seguida de rotação varimax e normalização de Kaiser, encontram-se sistematizados no quadro que se segue, onde se indicam os pesos fatoriais das diferentes áreas em cada fator, encontrando-se a sombreado o peso mais elevado de cada área.

Quadro A. 113
Estrutura Fatorial da Escala de Avaliação do Grau de Impacto do Projeto

Áreas	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Expansão da capacidade produtiva e da produção	0.144	0.314	0.766	0.037
Internacionalização do negócio	0.291	0.702	0.401	0.070
Entrada em novos mercados – UE	0.374	0.804	0.164	0.114
Entrada em novos mercados – extra UE	0.325	0.793	0.216	0.041
Lançamento de uma nova área de negócio	0.776	0.249	0.258	-0.126
Lançamento de novos produtos/serviços	0.776	0.238	0.399	-0.048
Diferenciação de bens e serviços	0.693	0.264	0.220	0.129
Introdução de novos processos produtivos	0.357	0.068	0.799	0.219
Organização e gestão	-0.010	0.271	0.671	0.328
Comercialização e marketing	0.111	0.724	0.177	0.353
I&D	0.768	0.155	0.040	0.221
Qualidade dos produtos/serviços	0.348	0.265	0.548	0.361
Eficiência e diversificação energética	0.151	0.094	0.250	0.842
Ambiente	0.154	0.176	0.187	0.839
Qualificação de recursos humanos	0.500	0.296	0.311	0.275
Cooperação empresarial e institucional	0.758	0.161	-0.081	0.369
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento	0.417	0.218	0.344	0.210

Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

O quadro seguinte mostra as comunalidades, ou seja, a percentagem da variância de cada variável (área) explicada conjuntamente pelos 4 fatores extraídos. Verifica-se que essa percentagem é superior a 50% em todas as áreas, com exceção de uma única (em que não se encontra longe desse valor), sendo elevada ou muito elevada na maioria das áreas e boa noutras, o que significa que os resultados desta análise fatorial são de muito boa qualidade.

Quadro A. 114

Comunalidades dos Fatores Relativos à Escala de Avaliação do Grau de Impacto do Projeto

Áreas	Comunalidades
Expansão da capacidade produtiva e da produção	0.707
Internacionalização do negócio	0.742
Entrada em novos mercados – UE	0.825
Entrada em novos mercados – extra UE	0.782
Lançamento de uma nova área de negócio	0.746
Lançamento de novos produtos/serviços	0.819
Diferenciação de bens e serviços	0.616
Introdução de novos processos produtivos	0.818
Organização e gestão	0.632
Comercialização e marketing	0.693
I&D	0.665
Qualidade dos produtos/serviços	0.622
Eficiência e diversificação energética	0.803
Ambiente	0.794
Qualificação de recursos humanos	0.510
Cooperação empresarial e institucional	0.743
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento	0.384

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Para mais fácil interpretação, reagrupa-se no quadro seguinte as áreas de acordo com o peso fatorial mais elevado de cada uma, de modo a ser possível visualizar quais são as áreas que saturam em cada fator e assim identificar as dimensões subjacentes às respostas. Assim, o primeiro fator apresenta pesos fatoriais elevados das áreas “Lançamento de uma nova área de negócio”, “Lançamento de novos produtos/ serviços”, “Diferenciação de bens e serviços”, “I&D”, “Qualificação de recursos humanos”, “Cooperação empresarial e institucional” e “Complementaridade com outros mecanismos de financiamento”. Designamos este fator como a dimensão das **Novas áreas de negócio e novos produtos e serviços e condições para o seu lançamento**. O segundo fator apresenta pesos fatoriais elevados das áreas “Internacionalização do negócio”, “Entrada em novos mercados - UE”, “Entrada em novos mercados - extra UE” e “Comercialização e marketing”, pelo que designamos este fator como a dimensão da **Internacionalização e comercialização**. O terceiro fator apresenta pesos fatoriais elevados das áreas “Expansão da capacidade produtiva e da produção”, “Introdução de novos processos produtivos”, “Organização e gestão” e “Qualidade dos produtos/serviços”, pelo que designamos este fator como a dimensão da **Produção, gestão e qualidade**. O quarto fator apresenta pesos fatoriais elevados das áreas “Eficiência e diversificação energética” e “Ambiente”, pelo que designamos este fator a dimensão da **Energia e ambiente**.

Por fim, refira-se que os pesos fatoriais apresentam quase sempre valores elevados ou, em alguns casos, aceitáveis, o que permite concluir novamente que a solução fatorial obtida e consequentemente os resultados e as conclusões têm boa qualidade.

Quadro A. 115**Comunalidades dos Fatores Relativos à Escala de Avaliação do Grau de Impacto do Projeto**

Áreas	Peso Fatorial
Fator 1 – Novas áreas de negócio e novos produtos e serviços e condições para o seu lançamento	
Lançamento de uma nova área de negócio	0.776
Lançamento de novos produtos/serviços	0.776
Diferenciação de bens e serviços	0.693
I&D	0.768
Qualificação de recursos humanos	0.500
Cooperação empresarial e institucional	0.758
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento	0.417
Fator 2 – Internacionalização e comercialização	
Internacionalização do negócio	0.702
Entrada em novos mercados – UE	0.804
Entrada em novos mercados – extra UE	0.793
Comercialização e marketing	0.724
Fator 3 – Produção, Gestão e Qualidade	
Expansão da capacidade produtiva e da produção	0.766
Introdução de novos processos produtivos	0.799
Organização e gestão	0.671
Qualidade dos produtos/serviços	0.548
Fator 4 – Energia e ambiente	
Eficiência e diversificação energética	0.842
Ambiente	0.839

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Estabilizadas as dimensões, procedeu-se à análise da validade do questionário, ou seja, da sua consistência interna e fiabilidade. Para este efeito, utilizou-se o coeficiente Alfa de Cronbach, cujo valor para a totalidade do questionário atingiu 0,924, o que é um valor muito elevado e mostra uma excelente consistência interna do questionário. O quadro seguinte mostra os valores deste coeficiente para as dimensões identificadas, concluindo-se que a consistência de todas é também muito boa. Em conclusão, quer o questionário na sua globalidade, quer as dimensões identificadas, revelam uma consistência interna e fiabilidade excelentes, o que significa que são válidas para os objetivos a que se destinam, permitindo confiar nas conclusões e resultados extraídos.

Quadro A. 116**Alfa de Cronbach das Dimensões da Escala de Avaliação do Grau de Impacto do Projeto**

Dimensão	Alfa
1 – Novas áreas de negócio e novos produtos e serviços e condições para o seu lançamento	0.881
2 – Internacionalização e comercialização	0.883
3 – Produção, Gestão e Qualidade	0.834
4 – Energia e ambiente	0.847

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Os fatores identificados são bastante coerentes e consistentes, sendo que o fator 1 é apontado como o que consubstancia o maior impacto do projeto nas atividades das empresas promotoras. Trata-se de uma conclusão que é consistente com a análise de efeitos efetuada. A internacionalização surge claramente no Fator 2, mas com um peso bastante menor, pelo que é possível concluir que não foi suficientemente alcançado o objetivo de impacto preponderante na Internacionalização. Daqui decorre que em futuros Programas, o desenho dos incentivos deve ser mais direcionado para o objetivo pretendido para maior eficácia na obtenção de resultados.

Complementarmente, procedeu-se a várias análises cruzadas entre o impacto reportado sobre o volume de negócios total, o volume de negócio internacional e as vendas resultantes de novos produtos ou serviços, por um lado, e dados caracterizadores dos projetos por outro. Em concreto, consideraram-se as seguintes

dimensões: (a) CAE; (b) dimensão dos investimentos elegíveis totais e em internacionalização; (c) presença de capital estrangeiro na empresa promotora do projeto.

CAE

Nesta análise, os projetos foram agregados de acordo com a respectiva CAE (3 dígitos), procurando-se identificar se o maior/menor crescimento registado no VN total correspondia a um maior/menor crescimento no VN internacional e das vendas resultantes de novos produtos ou serviços. A conclusão foi de que não existia correlação nos rankings ocupados pelas CAE nestas 3 dimensões, ainda que se tenha identificado que o aumento do VN internacional tem mais “afinidade” com o crescimento das vendas de novos produtos ou serviços do que com aumento do VN total.

Dimensão do investimento elegível (total e internacional)

Nesta análise, os projetos foram agregados de acordo com a respectiva dimensão dos investimentos elegíveis - total e internacional. Consideraram-se 6 intervalos de acordo com a distribuição percentual dos projetos e respetivos valores de investimento elegível: do menor valor para o maior valor - primeiros 10%; entre 10% e 25%; entre 25% e 50%; entre 50% e 75%; entre 75% e 90%; e, por fim, entre 90% a 100%.

Os investimentos elegíveis para internacionalização mostraram-se sempre modestos quando comparados com os totais elegíveis e tal também aconteceu com os intervalos considerados. É de assinalar que os projetos que estão nos escalões mais elevados de investimento elegível total (percentil 75% a 90% - de 1,8 milhões a 5,7 milhões) exibem taxas de crescimento do VN internacional relativamente baixas quando comparadas com investimentos internacionais elegíveis no mesmo percentil (92,3 mil a 217,2 mil).

Significa isto que os projetos com investimentos elegíveis de pequena dimensão mas direcionados à internacionalização têm associados impactos relativos no aumento de vendas internacionais superiores a projetos com investimentos elegíveis grandes, mas não direcionados diretamente para a internacionalização. Este resultado atesta a importância da existência de uma tipologia (ou mesmo um Sistema de Incentivos) orientado especificamente para o apoio à internacionalização das empresas.

Presença de capital estrangeiro na empresa promotora do projeto

Nesta análise, os projetos foram agregados de acordo com a presença ou não de capital estrangeiro na empresa promotora do mesmo. Foram considerados empresas sem capital estrangeiro, menos de 25% de capital estrangeiro, entre 25% e 50% de capital estrangeiro e mais de 50% de capital estrangeiro.

Nesta segmentação dos projetos, verificamos que os projetos apresentados por empresas sem capital estrangeiro (a grande maioria), regra geral apontaram maior taxa de variação do VN total, do VN internacional e das vendas resultantes de novos produtos ou serviços, entre o período antes do início do projeto e 3 anos após a conclusão do mesmo. Por sua vez, os projetos apresentados por empresas com vários escalões de capital estrangeiro revelaram valores muito semelhantes nas variações esperadas naqueles indicadores de VN.

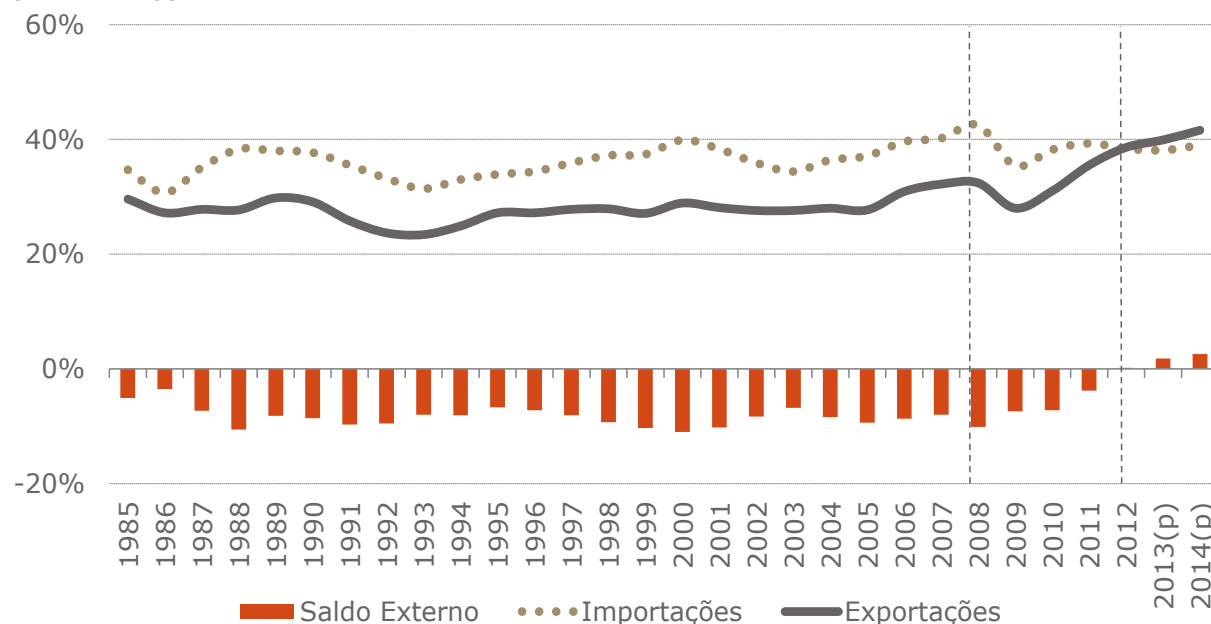
Constata-se, portanto, que, nesta análise facial dos dados, as empresas sem capital estrangeiro apresentaram melhores indicadores dos que as com capital estrangeiro.

Anexo E. Contributo do COMPETE para o reforço da orientação para o exterior

O COMPETE foi preparado num contexto macroeconómico marcado, à escala mundial, por uma perspetiva de manutenção de um ritmo sustentado de crescimento económico e, à escala europeia, por uma perspetiva de sinergias, de crescimento e criação de emprego, alavancado pela consolidação do mercado interno e pelo alargamento às economias emergentes da Europa central e oriental. Contudo, o contexto de execução do Programa foi-se alterando significativamente ao longo da sua vigência, primeiro com a passagem para um cenário de reforço da probabilidade de crescimento diminuído e, depois, com a verificação de um cenário de crise estrutural e de recessão prolongada.

Com a materialização deste cenário de crise estrutural e de recessão prolongada, o peso das exportações portuguesas no PIB foi-se aproximando dos 40% (um valor que, ainda assim, se situa bastante abaixo da média registada na Zona Euro, que se cifra em 45%), mas isso só foi possível de alcançar devido ao efeito conjugado de queda do PIB e do crescimento das exportações (Gráfico A. 10). Futuramente, num contexto de crescimento económico, o aumento sustentado da componente exportadora na economia portuguesa só acontecerá se houver um crescimento sistemático das exportações superior ao crescimento do PIB, isto é, caso as exportações passem a constituir o verdadeiro motor do crescimento da economia. O desafio é forte e para que o mesmo seja alcançado é fundamental que o valor acrescentado nacional das exportações venha a aumentar acima do PIB.

Gráfico A. 10
Dinâmica histórica das exportações, das importações e do saldo externo na economia portuguesa (1985-2014p)



Fonte: ECFIN, Price and Cost Competitiveness, Comissão Europeia

Não obstante o contexto de partida, a conceção do COMPETE foi levada a cabo com a consciência clara dos pontos fracos e dos desafios existentes na economia portuguesa em matéria de internacionalização, que entretanto se tornaram mais evidentes e prementes. Os parágrafos que se seguem, extraídos do diagnóstico que serviu de base à preparação do COMPETE, resumem bem esta posição:

- O “tecido empresarial (português) é, ainda, predominantemente dominado por empresas de pequena dimensão essencialmente orientadas para o mercado interno e para atividades não transacionáveis e não mercantis, com uma carteira de produtos e serviços pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, com

dificuldades acrescidas de sobrevivência face ao aumento da concorrência (agravada com o alargamento a Leste da UE e com a agressividade comercial de países terceiros)”;

- “As exportações portuguesas têm vindo a crescer a um ritmo inferior ao crescimento da procura externa, traduzindo-se em perdas consecutivas de quota de mercado, com contração das margens de lucro dos exportadores”;
- “(A)s exportações (portuguesas) denotam uma concentração excessiva na EU15 que absorve quase 80%, acentuada pela fortíssima expansão do comércio ibérico entre Portugal e Espanha. Consta-se uma dificuldade de aproveitar as oportunidades decorrentes do crescimento de mercados emergentes, nomeadamente de alguns países americanos, asiáticos e da Europa Central e de Leste”;
- “Portugal revelou no passado recente algumas insuficiências na atração do investimento direto estrangeiro (IDE) em termos de sectores transacionáveis, face à concorrência dos novos Estados-membros da UE”.

Com este pano de fundo, a “maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável” foi eleita sem hesitação pelo COMPETE como uma das suas (quatro) áreas fundamentais de intervenção estratégica.

Esta área fundamental de intervenção estratégica foi, depois, operacionalizada de forma consistente em vários dos instrumentos de intervenção do COMPETE (e.g. Sistemas de Incentivos, SIAC), através de uma focagem forte dos projetos a apoiar em setores transacionáveis da economia, da criação de um Sistema de Incentivos fortemente dirigido para a promoção da internacionalização de PME (o SI QPME), da adoção transversal a todos os Sistemas de Incentivos de tipologias de despesa críticas para a internacionalização das empresas e dos setores (tipologia das despesas com promoção internacional), da adoção no SIAC de uma tipologia de projetos especificamente dirigida a atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais de setores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional e, finalmente, através da valorização em sede de critérios do mérito estabelecidos nos avisos de abertura de concurso (AAC) das questões ligadas à orientação das empresas e dos projetos para o exterior. Esta aposta do COMPETE na internacionalização da economia portuguesa acentuou-se ainda mais a partir de novembro de 2010, através de uma maior priorização dos apoios para os setores transacionáveis da economia e para as empresas exportadoras, nomeadamente em sede de Sistemas de Incentivos (pela via do estabelecimento de listagens de atividades económicas transacionáveis no âmbito dos AAC, da adoção de níveis de orientação para o exterior dos promotores enquanto critério de admissibilidade, da definição de dotações orçamentais específicas para internacionalização ou empresas exportadoras e da focagem do SI QPME na tipologia da internacionalização).

Como o dinamismo exportador da nossa economia – aliás como o de qualquer outra – depende das vantagens comparativas que os seus setores transacionáveis apresentam no contexto internacional, mas, também, das vantagens competitivas das suas empresas, consideram-se estas opções largamente aceitáveis e adequadas. Com efeito, a plena exploração e desenvolvimento das vantagens comparativas nacionais apenas será possível se conseguirmos potenciar com sucesso as capacidades das nossas empresas nos mercados internacionais.

Contudo, importa ter em conta que, de acordo com a literatura da especialidade, as empresas desenvolvem as suas capacidades competitivas para os mercados internacionais por duas vias distintas: através de uma auto-preparação para a exportação e/ou através de aprendizagem com a exportação. No primeiro caso, as empresas fazem um esforço prévio para se tornarem mais eficientes antes de avançarem para os mercados externos (típico nas economias mais desenvolvidas). No segundo caso, não existe esse processo, no entanto as empresas que sobrevivem como exportadoras registam uma aprendizagem com ganhos de eficiência após a entrada nos mercados externos (situação mais comum em economias menos desenvolvidas).

Esta literatura também mostra que muitas empresas tentam sem sucesso ser exportadoras, evidenciando que a atividade internacional é muito exigente. Com efeito, vários indicadores retratam que apenas um número limitado de empresas tem condições base para o sucesso internacional. Esta literatura mostra igualmente que a maioria das empresas exportadoras exporta um único produto para um único mercado. As empresas com operações mais complexas nos mercados externos – vários produtos e vários mercados – são geralmente médias e grandes empresas, com vários anos de experiência internacional e com clara capacidade de I&D e inovação. Daqui resulta que a capacitação das empresas para a exportação não é uma atividade com resultados garantidos nem deve ser promovida para toda e qualquer empresa que o pretenda, sobretudo numa lógica de apoio individual.

Tendo em atenção estes aspetos, torna-se óbvio que as opções tomadas na operacionalização do COMPETE tiveram implicações no padrão dos projetos apoiados e no resultado das intervenções ao nível da orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa. Avaliaremos, de seguida, as mesmas tendo em conta a (sub)questões específicas estabelecidas no caderno de encargos da presente avaliação.

E.1 Qual o contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais, nomeadamente em domínios de maior intensidade tecnológica?

Os resultados do inquérito efetuado a promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos constituem um elemento fundamental na análise do contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais. A este nível, importa ter presente que os dados apontam no sentido de que, em termos de foco estratégico dos promotores e de vetores estratégicos/ fatores competitivos privilegiados pelos projetos apoiados, a internacionalização e o reforço das exportações está longe de ser a principal prioridade, muito embora não deixe de ser evidenciada como importante nas respostas (ver Anexo D).

Os resultados do inquérito efetuado a promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos constituem um elemento fundamental na análise do contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais. A este nível, importa ter presente que os dados apontam no sentido de que, em termos de foco estratégico dos promotores e de vetores estratégicos/ fatores competitivos privilegiados pelos projetos apoiados, a internacionalização e o reforço das exportações está longe de ser a principal prioridade, muito embora não deixe de ser evidenciada como importante nas respostas (ver Anexo D).

Sem prejuízo desta realidade, importa agora concentrar a atenção nos aspetos que permitem avaliar em detalhe o contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais. Entre elas está, desde logo, a presença e a relevância de investimento elegível especificamente afeto a objetivos de internacionalização e promoção internacional nos projetos apoiados. Ora, segundo dados do sistema de informação do Programa, nos Sistemas de Incentivos, 7% do investimento apoiado encontra-se afeto a esta tipologia, nomeadamente pela via do SI QPME. Estes investimentos com promoção internacional estão presentes em 1.424 projetos de natureza individual e 129 projetos conjuntos do SI QPME (portanto, em cerca de 64% do total dos projetos apoiados). Em termos temporais, verifica-se que o peso relativo deste tipo de investimentos tem vindo a aumentar, o que claramente vai de encontro às (novas) necessidades do tecido empresarial decorrentes da depreciação progressiva do contexto macroeconómico e aos objetivos do próprio Programa, revelando uma tendência adequada de evolução quer em termos de “procura” quer de “oferta”. O reforço excecional dos projetos conjuntos no período entre abril de 2009 e novembro de 2010 releva-se como especialmente oportuno, dados os efeitos da crise internacional que se fizeram sentir durante esse período (Quadro A. 117). Isto é válido no tocante ao número de projetos apoiados e, também, no tocante ao nível de investimento, sendo que a este segundo nível é menos significativo, pelo que o primado do aprofundamento é contrabalançado pela dimensão dos projetos de alargamento.

Quadro A. 117

Distribuição do investimento elegível diretamente relacionado com a internacionalização nos projetos apoiados pelos instrumentos relevantes - Sistemas de Incentivos e SIAC

	1-1-2007 a 2-4-2009	3-4-2009 a 14-11-2010	15-11-2010 a 31-12-2012	Total		
	Peso	Peso	Peso	Nº Proj	Inv. Elegível	Peso
Sistemas de Incentivos	4,4%	10,9%	8,3%	1.542	359.035.374 €	7,0%
SI I&DT	0,2%	0,4%	0,3%	481	13.466.711 €	0,3%
SI Inovação	1,0%	1,0%	1,3%	295	55.372.797 €	1,1%
SI Qualificação	3,2%	9,5%	6,7%	777	290.195.866 €	5,6%
- Proj. Individuais	0,8%	2,6%	3,7%	648	105.036.294 €	2,0%
- Proj. Conjuntos	2,4%	6,9%	2,9%	129	185.159.572 €	3,6%
SIAC	57,4%	61,3%	34,9%	141	135.036.983 €	54,6%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Entre 2007 e 2012, o COMPETE afetou assim apoios diretos à internacionalização pela via dos Sistemas de Incentivos que abrangem investimentos empresariais no valor de 359 MEUR (a que acrescem, segundo dados do último relatório de execução do Programa, mais 398 MEUR via PO regionais, afetos a 1.951 projetos).

A par disso, importa ter em conta também os apoios atribuídos a projetos SIAC dirigidos para a internacionalização ou com vertentes de internacionalização que no período 2007 e 2012, mobilizaram um investimento elegível de 135 MEUR (cerca de 55% do investimento elegível aprovado no SIAC), sobretudo dirigido para a realização de campanhas promocionais do país, produtos e marcas.

Conclui-se, portanto, que COMPETE apoiou até dezembro de 2012 um investimento elegível dirigido para a promoção da internacionalização que ronda os 494 MEUR, um valor muito expressivo quer em termos absolutos quer relativos. Ora, estes números comprovam indiscutivelmente uma aposta forte do Programa na internacionalização e no reforço das exportações. Acresce que, em termos globais, a aposta é bastante mais significativa, uma vez que, de um modo geral, praticamente todas as intervenções do COMPETE influenciam positivamente o objetivo estratégico da internacionalização.

Concentrando a análise nos projetos individuais apoiados nos Sistemas de Incentivos (uma vez que as intervenções inseridas em lógicas mais coletivas serão objeto de análise específica na última subquestão desta questão de avaliação, incidente sobre as ações SIAC e os projetos conjuntos), importa escrutinar a forma como

os apoios (globais) foram direcionados no período de referência desta avaliação quanto à área estratégica de intervenção relativa à internacionalização. A este propósito, uma das questões relevantes a analisar prende-se com a lógica *widening* / *deepening* dos apoios. Na lógica *widening* (projetos promovidos por empresas não exportadoras e por novas empresas com orientação exportadora prevista acima de 10% no pós-projeto), o COMPETE apoiou 420 projetos no período considerado para esta avaliação, tendo sido o SI Inovação o Sistema de Incentivos que maior contributo gerou a este nível. Por contrapartida, na lógica *deepening* (projetos promovidos por empresas existentes exportadoras), o COMPETE apoiou 1.056 projetos até dezembro de 2012, tendo sido o SI QPME o Sistema de Incentivos que maior contributo gerou nesta matéria, pelo menos em número de projetos apoiados. Verifica-se assim que, em matéria de internacionalização, tem prevalecido no Programa uma lógica *deepening* por contraposição à lógica *widening* (Quadro A. 118).

Quadro A. 118

Contributo *widening* e *deepening* dos Sistemas de Incentivos para a internacionalização e o reforço das exportações – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível
SI I&DT	65	5,1%	45	2,5%	117	9,8%	227	5,9%
<i>Deepening</i>	53	2,6%	32	1,4%	84	3,9%	169	2,7%
<i>Widening</i>	12	2,6%	13	1,1%	33	5,9%	58	3,2%
SI Inovação	193	86,7%	161	71,2%	228	77,7%	582	80,6%
<i>Deepening</i>	129	47,2%	99	39,2%	167	52,2%	395	46,9%
<i>Widening</i>	64	39,4%	62	32,0%	61	25,5%	187	33,7%
SI QPME	133	1,7%	228	7,6%	306	6,5%	667	4,4%
<i>Deepening</i>	103	1,3%	160	5,6%	229	4,9%	492	3,3%
<i>Widening</i>	30	0,4%	68	2,1%	77	1,6%	175	1,1%
Total Geral	391	93,5% = 2.230.675.250€	434	81,4% = 874.701.557€	651	94,0% = 1.354.900.726€	1.476	91,0% = 4.460.277.533€

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Este padrão dos projetos apoiados deixa a equipa de avaliação muito confortável, uma vez que dos estudos existentes se retira a ideia de que a probabilidade de êxito é maior nos processos de *deepening* do que nos processos de *widening*. Ou seja, é mais provável conseguir com sucesso induzir empresas já exportadoras a exportar de modo mais complexo e intenso – mais mercados e/ou mais produtos, e maior percentagem de produção exportada –, que podem inclusive, funcionar como plataforma de exportações indiretas para outras empresas nacionais, do que transformar uma empresa doméstica em empresa exportadora. Recomenda-se, portanto, que no futuro se mantenha e, eventualmente, se aprofunde esta orientação, reservando para os projetos de natureza mais coletiva o principal papel no objetivo *widening*, dado que nesse âmbito o processo de aprendizagem pode ser facilitado e potenciado.

Quadro A. 119

Distribuição do investimento elegível diretamente relacionado com a internacionalização dos projetos apoiados por instrumento, maturidade do promotor e categoria de presença de capital estrangeiro na estrutura de capital do promotor – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	Nº Proj	Inv. Elegível Internacion.	Nº Proj	Inv. Elegível Internacion.	Nº Proj	Inv. Elegível Internacion.	Nº Proj	Inv. Elegível Internacion.
SI I&DT	227	0,18%	167	0,47%	217	0,28%	611	0,27%
Novas e Nascentes	21	0,02%	20	0,07%	32	0,05%	73	0,04%
Sem Capital Estrangeiro	20	0,02%	17	0,07%	32	0,05%	69	0,04%
Entre 0% e 24%	1	0,00%	1	0,00%			2	0,00%
Entre 25% e 50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Mais de 50%	0	0,00%	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
Existentes	206	0,16%	147	0,40%	185	0,23%	538	0,23%
Sem Capital Estrangeiro	170	0,13%	121	0,29%	164	0,21%	455	0,19%
Entre 0% e 24%	3	0,00%	2	0,02%	4	0,00%	9	0,01%
Entre 25% e 50%	2	0,00%	5	0,03%	1	0,00%	8	0,01%
Mais de 50%	31	0,02%	19	0,07%	16	0,02%	66	0,03%
SI Inovação	199	1,01%	171	1,07%	231	1,37%	601	1,13%
Novas e Nascentes	41	0,35%	23	0,07%	40	0,21%	104	0,25%
Sem Capital Estrangeiro	34	0,33%	15	0,03%	35	0,20%	84	0,22%
Entre 0% e 24%	2	0,02%	1	0,00%	0	0,00%	3	0,01%
Entre 25% e 50%	0	0,00%	1	0,03%	0	0,00%	1	0,01%
Mais de 50%	1	0,00%	1	0,00%	3	0,02%	5	0,00%
Existentes	158	0,67%	148	1,00%	191	1,16%	497	0,88%
Sem Capital Estrangeiro	118	0,64%	118	0,83%	146	0,96%	382	0,77%
Entre 0% e 24%	2	0,00%	5	0,01%	3	0,07%	10	0,02%
Entre 25% e 50%	1	0,00%	4	0,13%	3	0,01%	8	0,03%
Mais de 50%	37	0,03%	21	0,03%	39	0,12%	97	0,06%
SI QPME	222	0,78%	330	2,89%	527	3,84%	1.079	2,14%
Novas e Nascentes	5	0,03%	13	0,17%	31	0,27%	49	0,13%
Sem Capital Estrangeiro	5	0,03%	11	0,11%	25	0,21%	41	0,10%
Entre 0% e 24%	0	0,00%	2	0,07%	2	0,01%	4	0,02%
Entre 25% e 50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Mais de 50%	0	0,00%	0	0,00%	4	0,05%	4	0,01%
Existentes	217	0,76%	317	2,71%	496	3,56%	1.030	2,01%
Sem Capital Estrangeiro	207	0,70%	299	2,56%	474	3,36%	980	1,89%
Entre 0% e 24%	2	0,02%	4	0,06%	4	0,07%	10	0,04%
Entre 25% e 50%	1	0,00%	4	0,02%	4	0,03%	9	0,01%
Mais de 50%	7	0,03%	10	0,08%	14	0,11%	31	0,07%
Total Geral	401	1,98% = 47.210.004€	431	4,43% = 47.580.694€	592	5,49% = 79.085.104€	1.424	3,55% = 173.875.802€

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Na análise dos projetos individuais apoiados nos Sistemas de Incentivos, um outro aspeto que interessa escrutinar prende-se com a relevância das empresas com capital estrangeiro no conjunto das empresas apoiadas com despesas de internacionalização. A este respeito, verifica-se que apenas uma minoria dos projetos apoiados com estas características envolve promotores inseridos nesta categoria: 280 projetos, correspondentes a cerca de 12% do total de projetos. O SI Inovação é o Sistema de Incentivos onde foi apoiado um maior número de projetos com despesas de internacionalização envolvendo empresas com capital estrangeiro, mas foi o SI QPME que apoiou a maior quota-parte de despesa elegível neste domínio (Quadro A. 119). Significa isto que o grosso dos apoios diretos à internacionalização do COMPETE tem sido dirigido para empresas inteiramente participadas por capital nacional, o que é consistente com a sua representatividade na nossa economia e, ainda, com as (relativamente maiores) carências deste tipo de empresas em matéria de apoio à internacionalização.

Analisadas estas questões prévias, concentramos agora a atenção na análise de resultados. A este nível, como se verá de seguida, considerando as expectativas dos promotores apresentadas em sede de candidatura nos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos e o grau de penetração dos mesmos no universo de referência, é de esperar um contributo relevante do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações na economia portuguesa, quer em termos de crescimento do volume de negócios internacional dos

seus promotores e da orientação exportadora, quer da diversificação de mercados e complexificação da abordagem aos mesmos em termos de diversificação de produtos.

Quadro A. 120

Resultado potencial do COMPETE na orientação exportadora (dados definidos em sede de candidatura) por instrumentos – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Orientação Exportadora Pré	Orientação Exportadora Pós	Aumento Orientação Exportadora (p.p.)
Fase 1	648	54,1%	60,6%	6,5
SI I&DT	227	46,0%	48,3%	2,3
SI Inovação	199	60,9%	67,9%	6,9
SI QPME	222	41,6%	49,2%	7,6
Fase 2	668	45,4%	52,8%	7,4
SI I&DT	167	38,4%	45,1%	6,7
SI Inovação	171	50,5%	57,6%	7,1
SI QPME	330	40,4%	48,4%	7,9
Fase 3	975	57,9%	66,5%	8,6
SI I&DT	217	49,5%	55,7%	6,2
SI Inovação	231	70,9%	78,0%	7,1
SI QPME	527	49,9%	61,9%	12,1
Total	2.291	53,6%	61,3%	7,7
SI I&DT	611	46,8%	51,8%	5,1
SI Inovação	601	61,5%	68,9%	7,4
SI QPME	1.079	44,7%	54,4%	9,7

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Ao nível do volume de negócios internacional, em termos médios, os projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos apontam para um aumento global desta variável entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto de 62,9% (contra 42,5% do volume de negócios total), indutor de um aumento da orientação exportadora de 7,7 pontos percentuais. Este resultado potencial varia significativamente entre os três Sistemas de Incentivos e, também, em termos temporais (ao longo do período em análise). Ao nível dos SI, verifica-se que o maior resultado potencial está associado ao SI QPME, seguido do SI Inovação e, só depois, ao SI I&DT. Do ponto de vista temporal, está prevista uma intensificação sucessiva da orientação exportadora entre o primeiro período de análise considerado e o último (Quadro A. 120).

Quadro A. 121

Desvio entre os resultados potenciais e efetivos da orientação exportadora dos projetos com elevado grau de encerramento ou encerrados apoiados por Sistema de Incentivos

	Nº Proj	OE Pré (candidatura)	OE Pós Candidatura	OE Pós Inquérito	Desvio
SI I&DT	86	34,7%	41,2%	61,0%	+19,7
SI Inovação	164	61,5%	65,7%	66,1%	+0,4
SI QPME	94	39,2%	48,0%	48,3%	+0,3
Total Geral	344	50,3%	55,6%	63,1%	+7,5

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Tendo em conta os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos (com projetos encerrados ou elevado nível de execução), conclui-se que, em termos gerais, os resultados potenciais ao nível da orientação exportadora estão a concretizar-se de acordo com o previsto nos promotores apoiados no SI Inovação e no SI QPME e, no caso dos promotores apoiados no âmbito do SI I&DT, estão superar largamente o previsto (Quadro A. 121). Estamos, assim, perante resultados surpreendentes, primeiro porque os resultados potenciais comportam magnitudes muito assinaláveis e, depois, porque os promotores apoiados no próprio SI I&DT estão a trilhar uma rápida trajetória de internacionalização. Cruzando estes resultados com o efeito de incentivo dos projetos apoiados sobre o crescimento do volume de negócios internacional dos promotores apoiados (ver Anexo D), conclui-se que o contributo do COMPETE para a internacionalização das empresas apoiadas é muito relevante, muito em especial pela via do SI Inovação.

Quadro A. 122**Resultado potencial do COMPETE na orientação exportadora (dados definidos em sede de candidatura) por instrumento e setor de atividade – Sistemas de Incentivos**

	Nº Proj	Orientação Exportadora Pré	Orientação Exportadora Pós	Aumento Orientação Exportadora (p.p.)
SI I&DT	234	46,8%	51,8%	5,0
Comércio	3	0,6%	10,9%	10,3
Construção	2	42,4%	33,4%	-9,0
Indústria	162	50,6%	56,0%	5,4
Serviços	67	36,0%	42,1%	6,2
SI Inovação	512	61,6%	68,6%	6,9
Comércio	5	11,7%	27,3%	15,6
Indústria	443	65,3%	71,7%	6,3
Serviços	30	32,1%	45,4%	13,3
Transportes	4	36,7%	38,2%	1,5
Turismo	30	15,4%	38,0%	22,6
SI QPME	692	44,7%	54,4%	9,7
Comércio	56	14,0%	29,0%	15,1
Construção	40	5,6%	28,0%	22,4
Indústria	517	56,3%	63,6%	7,3
Serviços	58	16,5%	39,4%	22,9
Transportes	8	26,3%	29,3%	3,1
Turismo	12	20,9%	28,3%	7,4
Outros sectores	1	0,0%	0,0%	0,0
Total Geral	1.438	53,7%	60,9%	7,2

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Do ponto de vista setorial, os dados de candidatura mostram que os principais resultados esperados no reforço da orientação exportadora das empresas deverão ocorrer nas atividades direta e indiretamente ligadas ao comércio, serviços e turismo, sem prejuízo de resultados relevantes também na indústria (Quadro A. 122). Este é um padrão que, tendencialmente, resulta da situação de partida dos sectores ligados ao terciário, no passado muito focadas no mercado doméstico. Por sua vez, os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos atestam a bondade destas perspetivas em termos gerais, apontando para resultados acima do previsto na indústria (Quadro A. 123). Tal como os anteriores, estes resultados parecem demonstrar que o COMPETE está a gerar contributos muito relevantes nas empresas apoiadas em matéria de internacionalização, quer nos sectores transacionáveis quer nos sectores menos transacionáveis, historicamente pouco virados para o exterior.

Quadro A. 123**Desvio entre os resultados potenciais e efetivos da orientação exportadora dos projetos com elevado grau de encerramento ou encerrados apoiados por setores de atividade**

	Nº Proj	OE Pré (candidatura)	OE Pós Candidatura	OE Pós Inquérito	Desvio
Comércio	8	11,9%	25,4%	25,3%	-0,2
Construção	4	7,8%	23,8%	19,2%	-4,6
Indústria	248	53,8%	58,9%	63,7%	+4,8
Serviços	69	32,3%	42,8%	63,4%	+0,2
Transportes	3	22,4%	29,1%	30,8%	+0,0
Turismo	12	37,9%	43,1%	40,2%	+0,0
Total Geral	344	50,3%	55,6%	63,1%	+0,1

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Desagregando a análise dos resultados sectoriais na indústria por grau de intensidade tecnológica, constata-se que os principais resultados esperados no reforço da orientação exportadora das empresas deverão ocorrer nas atividades de baixa tecnologia e de alta tecnologia. Curiosamente, nos projetos de alta tecnologia apoiados mais recentemente, o potencial de aumento da orientação exportadora dos seus promotores assume valores especialmente elevados (Quadro A. 124). Na desagregação por intensidade em conhecimento (efetuada, mas não apresentada) não se identificam diferenças significativas a destacar.

Quadro A. 124

Resultado potencial do COMPETE na orientação exportadora (dados definidos em sede de candidatura) desagregado sectorialmente por intensidade tecnológica – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Orientação Exportadora Pré	Orientação Exportadora Pós	Aumento Orientação Exportadora
Fase 1	389	54,1%	59,4%	5,3
Baixa	117	52,6%	59,2%	6,6
Média-Baixa	117	58,7%	61,7%	3,0
Média-Alta	60	65,2%	71,2%	5,9
Alta	21	42,1%	46,1%	4,0
Não Aplicável	74	38,1%	46,5%	8,4
Fase 2	444	45,4%	52,9%	7,5
Baixa	124	34,3%	43,1%	8,8
Média-Baixa	131	49,6%	56,9%	7,3
Média-Alta	67	69,8%	71,7%	1,9
Alta	5	35,3%	40,7%	5,4
Não Aplicável	117	15,5%	34,7%	19,3
Fase 3	608	57,9%	66,6%	8,7
Baixa	197	50,7%	58,9%	8,2
Média-Baixa	179	69,0%	74,9%	5,9
Média-Alta	84	77,9%	85,3%	7,4
Alta	24	40,2%	57,1%	16,9
Não Aplicável	124	34,5%	43,5%	9,0
Total	1.441	53,6%	60,9%	7,4
Baixa	438	46,3%	54,5%	8,1
Média-Baixa	427	61,1%	66,6%	5,5
Média-Alta	211	71,2%	76,9%	5,8
Alta	50	41,0%	50,4%	9,4
Não Aplicável	315	31,6%	42,4%	10,9

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos apontam para resultados efetivos ainda mais elevados do que o esperado em termos gerais, designadamente em sectores de alta tecnologia (Quadro A. 125). Significará isto que, a par de resultados relevantes na internacionalização dos sectores mais tradicionais da economia, o COMPETE está também a induzir resultados significativos em sectores mais intensivos em tecnologia. Considera, por isso, a equipa de avaliação que uma maior seletividade do Programa em função das atividades de maior intensidade tecnológica é desejável, sem que com isso sejam descurados os apoios aos sectores mais tradicionais da economia.

Quadro A. 125

Desvio entre os resultados potenciais e efetivos da orientação exportadora dos projetos com elevado grau de encerramento ou encerrados apoiados desagregado sectorialmente por intensidade tecnológica

	Nº Proj	OE Pré (candidatura)	OE Pós Candidatura	OE Pós Inquérito	Desvio
Fase 1	135	49,1%	54,2%	59,8%	+5,6 p.p.
Baixa	27	38,4%	46,3%	51,0%	+4,8 p.p.
Média-Baixa	42	53,2%	57,1%	62,4%	+5,3 p.p.
Média-Alta	28	66,6%	71,6%	66,8%	-4,8 p.p.
Alta	10	11,9%	22,2%	41,1%	+18,8 p.p.
Fase 2	126	49,6%	53,6%	60,7%	+7,1 p.p.
Baixa	30	26,7%	34,1%	37,9%	+3,8 p.p.
Média-Baixa	41	51,2%	58,4%	62,0%	+3,6 p.p.
Média-Alta	16	89,1%	85,2%	92,4%	+7,3 p.p.
Alta	1	17,6%	16,1%	5,8%	-10,2 p.p.
Fase 3	83	53,9%	60,5%	74,2%	+13,7 p.p.
Baixa	20	50,0%	59,6%	75,5%	+15,9 p.p.
Média-Baixa	23	55,1%	60,1%	62,3%	+2,3 p.p.
Média-Alta	11	86,6%	90,5%	89,4%	-1,1 p.p.
Alta	6	13,0%	32,0%	38,1%	+6,0 p.p.
Total	344	50,3%	55,6%	63,1%	+7,5
Baixa	77	35,1%	44,1%	49,0%	+4,9
Média-Baixa	106	52,7%	58,1%	62,1%	+4,0
Média-Alta	55	76,7%	78,8%	77,2%	-1,6
Alta	17	12,1%	24,3%	40,1%	+15,8

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Em termos regionais, os resultados potenciais dos apoios COMPETE ligados aos Sistemas de Incentivos não apresentam diferenças muito significativas, sendo que existem algumas que merecem ser assinaladas. No SI I&DT, é na região Centro onde os resultados potenciais se antecipam mais relevantes. No SI Inovação, os resultados potenciais mais relevantes ocorrerão tendencialmente na região Norte. No SI QPME não há diferenças relevantes a assinalar (Quadro A. 126). Os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos apontam para resultados ainda mais elevados, designadamente na região do Alentejo (Quadro A. 127).

Quadro A. 126

Resultado potencial do COMPETE na orientação exportadora (dados definidos em sede de candidatura) por instrumento e região NUTS II – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Orientação Exportadora Pré	Orientação Exportadora Pós	Aumento Orientação Exportadora (p.p.)
SI I&DT	234	46,8%	51,8%	5,0
Norte	144	44,4%	49,0%	4,6
Centro	72	54,4%	60,6%	6,2
Alentejo	14	48,4%	50,6%	2,2
Multi-Região	4	47,9%	51,9%	4,0
SI Inovação	512	61,6%	68,6%	6,9
Norte	239	66,1%	73,4%	7,3
Centro	217	61,3%	67,2%	5,9
Alentejo	43	68,0%	73,2%	5,2
Multi-Região	13	37,4%	43,4%	5,9
SI QPME	692	44,7%	54,4%	9,7
Norte	414	47,1%	57,0%	9,9
Centro	234	41,6%	51,6%	10,0
Alentejo	31	43,1%	51,3%	8,2
Multi-Região	13	17,6%	27,6%	9,9
Total Geral	1.438	53,7%	60,9%	7,2

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.
Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 127

Desvio entre os resultados potenciais e efetivos da orientação exportadora dos projetos com elevado grau de encerramento ou encerrados apoiados por região NUTS II

	Nº Proj	OE Pré (candidatura)	OE Pós Candidatura	OE Pós Inquérito	Desvio
Norte	182	48,6%	54,6%	64,0%	+9,4
Centro	133	55,9%	59,0%	62,7%	+3,7
Alentejo	20	69,4%	73,1%	87,7%	+14,7
Multi-Região	9	36,7%	42,6%	53,5%	+10,9
Total Geral	344	50,3%	55,6%	63,1%	+7,5

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Considerando a presença ou não de capital estrangeiro nos promotores dos projetos apoiados no âmbito dos sistemas de incentivo, perspetivam-se resultados muito distintos dos apoios decorrentes dos Sistemas de Incentivos em matéria de internacionalização. A este nível, claramente, os resultados esperados mais relevantes ocorrem nas empresas de capital integralmente nacional e nas empresas com um peso de capital estrangeiro abaixo de 50% (Quadro A. 128). Os dados recolhidos através do inquérito realizado a promotores de projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos restringem os resultados fundamentais nesta matéria a empresas exclusivamente participadas pro capital nacional. Desta forma, pelo menos no respeitante a apoios diretos à internacionalização (despesas com promoção internacional), entende a equipa de avaliação que a atual incidência em empresas com capital integralmente nacional é desejável e importa manter.

Quadro A. 128

Resultado potencial do COMPETE na orientação exportadora (dados definidos em sede de candidatura) por instrumento e categoria de presença de capital estrangeiro na estrutura de capital do promotor – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Orientação Exportadora Pré	Orientação Exportadora Pós	Aumento Orientação Exportadora (p.p.)
SI I&DT	234	46,8%	51,8%	5,0
Sem Capital Estrangeiro	188	42,5%	47,1%	4,6
Entre 0% e 24%	4	47,2%	66,0%	18,7
Entre 25% e 50%	2	58,7%	88,7%	30,0
Mais de 50%	40	65,2%	70,6%	5,4
SI Inovação	512	61,6%	68,6%	6,9
Sem Capital Estrangeiro	389	50,2%	60,7%	10,5
Entre 0% e 24%	12	71,7%	74,6%	2,9
Entre 25% e 50%	8	67,6%	77,3%	9,7
Mais de 50%	103	79,5%	83,1%	3,6
SI QPME	692	44,7%	54,4%	9,7
Sem Capital Estrangeiro	635	43,1%	52,8%	9,7
Entre 0% e 24%	13	61,9%	74,4%	12,4
Entre 25% e 50%	9	51,5%	67,1%	15,6
Mais de 50%	35	63,0%	68,7%	5,8
Total Geral	1.438	53,7%	60,9%	7,2

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 129

Desvio entre os resultados potenciais e efetivos da orientação exportadora dos projetos com elevado grau de encerramento ou encerrados apoiados por categoria de presença de capital estrangeiro na estrutura de capital do promotor

	Nº Proj	OE Pré (candidatura)	OE Pós Candidatura	OE Pós Inquérito	Desvio
Sem Capital Estrangeiro	264	35,8%	44,0%	56,7%	+12,7
Entre 0% e 24%	9	78,4%	81,7%	79,8%	-1,9
Entre 25% e 50%	3	56,4%	87,4%	78,8%	-8,6
Mais de 50%	68	74,3%	76,5%	76,0%	-0,6
Total Geral	344	50,3%	55,6%	63,1%	0,1

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos

Relativamente à diversificação de mercados, os dados disponíveis associados aos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos também revelam resultados potenciais importantes, especialmente no que respeita a mercados extra-UE. Com efeito, em média, cada promotor apoiado no âmbito dos Sistemas de Incentivos propõe-se apostar na entrada em 2 novos mercados externos tendencialmente localizados em mercados fora da UE. Do ponto de vista temporal, estes resultados na diversificação de mercados são identificados sobretudo para o segundo (de 3/4/2009 a 14/11/2010) e terceiro (de 15/11/2010 a 31/12/2012) período de análise que estamos a considerar, aspeto compreensível resultante da mudança de contexto ocorrida a partir do primeiro período (Quadro A. 130). Os dados disponíveis também permitem concluir que, na UE, a focagem geográfica não marca alterações substanciais face ao padrão atual, surgindo Espanha, França e Alemanha à cabeça. Fora da UE, os destinos mais relevantes são Angola, EUA, Brasil, Argélia e Marrocos.

Quadro A. 130

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por instrumento – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Mercados Internacionais			Mercados UE			Mercados Extra-UE		
		Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ
Fase 1	357	10,1	10,4	0,3	5,7	5,7	0,0	4,4	4,7	0,3
SI I&DT	71	10,3	9,1	-1,2	5,1	4,6	-0,5	5,2	4,4	-0,8
SI Inovação	152	10,3	10,5	0,1	6,0	5,9	-0,1	4,3	4,6	0,3
SI QPME	134	9,7	10,9	1,3	5,6	6,1	0,5	4,1	4,9	0,8
Fase 2	374	9,4	11,2	1,8	5,4	5,8	0,4	4,0	5,4	1,4
SI I&DT	41	9,7	9,7	0,0	5,5	5,6	0,1	4,2	4,1	-0,1
SI Inovação	129	9,3	10,7	1,4	5,1	5,2	0,1	4,2	5,5	1,3
SI QPME	204	9,4	11,8	2,3	5,6	6,2	0,7	3,8	5,5	1,7
Fase 3	583	13,7	16,3	2,5	7,1	7,7	0,6	6,6	8,5	1,9
SI I&DT	131	16,0	17,0	1,0	7,3	7,4	0,1	8,6	9,5	0,9
SI Inovação	175	14,4	15,5	1,0	7,8	8,0	0,2	6,6	7,5	0,9
SI QPME	277	12,2	16,4	4,2	6,6	7,8	1,1	5,6	8,7	3,1
Total	1.314	11,5	13,2	1,7	6,2	6,6	0,4	5,3	6,6	1,3
SI I&DT	243	13,3	13,4	0,2	6,4	6,3	-0,1	6,9	7,1	0,2
SI Inovação	456	11,6	12,4	0,8	6,4	6,5	0,1	5,2	6,0	0,8
SI QPME	615	10,7	13,7	3,0	6,1	6,9	0,8	4,7	6,8	2,1

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Do ponto de vista sectorial, os principais resultados esperados em termos de diversificação de mercados geográficos incidem na construção, nos serviços e no comércio, não sendo menosprezíveis na indústria, como não poderia deixar de ser (Quadro A. 131).

Quadro A. 131

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por setor de atividade – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Mercados Internacionais			Mercados UE			Mercados Extra-UE		
		Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ
Comércio	54	9,1	11,1	2,0	4,5	4,8	0,4	4,7	6,3	1,6
Construção	19	1,9	4,7	2,8	1,2	2,0	0,8	0,7	2,7	2,1
Indústria	1.080	12,4	14,0	1,6	6,8	7,1	0,3	5,6	6,9	1,3
Serviços	128	7,7	10,2	2,5	3,6	4,4	0,7	4,1	5,9	1,8
Transportes	10	5,8	6,1	0,3	3,5	3,7	0,2	2,3	2,4	0,1
Turismo	23	7,0	8,1	1,2	4,5	5,7	1,2	2,5	2,5	0,0
Total Geral	1.314	11,5	13,2	1,7	6,2	6,6	0,4	5,3	6,6	1,3

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Do ponto de vista regional, os principais resultados esperados em termos de diversificação de mercados ocorrem em promotores com projetos localizados na região Centro do país (Quadro A. 132).

Quadro A. 132

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por região NUTS II – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Mercados Internacionais			Mercados UE			Mercados Extra-UE		
		Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ
Norte	721	11,6	13,1	1,4	6,4	6,7	0,3	5,2	6,3	1,1
Centro	469	11,2	13,5	2,4	6,1	6,7	0,6	5,1	6,8	1,8
Alentejo	82	10,7	11,9	1,1	5,4	5,7	0,3	5,3	6,1	0,9
Multi-Região	42	14,5	14,8	0,3	6,6	6,4	-0,2	7,9	8,4	0,5
Total Geral	1.314	11,5	13,2	1,7	6,2	6,6	0,4	5,3	6,6	1,3

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Considerando a estrutura de capital dos promotores, verifica-se que os resultados potenciais em termos de diversificação de mercados ocorrerão sobretudo em projetos promovidos por empresas com alguma participação de capital estrangeiro mas que não são dominadas por capital estrangeiro (Quadro A. 133).

Quadro A. 133

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por categoria de presença de capital estrangeiro na estrutura de capital do promotor – Sistemas de Incentivos

	Nº Proj	Mercados Internacionais			Mercados UE			Mercados Extra-UE		
		Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ	Pré-Projeto	Pós-Projeto	Δ
Sem Capital Estrangeiro	1.101	11,4	13,3	1,9	6,2	6,7	0,5	5,2	6,6	1,4
Entre 0% e 24%	27	13,2	15,8	2,6	7,2	8,0	0,8	6,0	7,8	1,8
Entre 25% e 50%	19	12,8	20,1	7,3	4,1	5,6	1,5	8,7	14,5	5,8
Mais de 50%	167	11,7	11,4	-0,2	6,7	6,3	-0,4	5,0	5,1	0,2
Total Geral	1.314	11,5	13,2	1,7	6,2	6,6	0,4	5,3	6,6	1,3

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Por fim, relativamente à diversificação de produto/serviço na abordagem aos mercados internacionais, os dados disponíveis associados aos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos revelam igualmente resultados potenciais muito interessantes, especialmente nos projetos apoiados no SI QPME. Com efeito, verifica-se que os promotores apoiados prevêem dirigir para os mercados internacionais uma oferta mais alargada/ diversificada. Em média, perspetiva-se um aumento de 21% no n.º de produtos por mercado externo abordado, sendo que no SI QPME este aumento rondará os 37%, no SI Inovação os 11% e no SI I&DT os 10% (Quadro A. 134). Entende-se, assim, que o COMPETE estará a induzir as empresas apoiadas a exportar de forma mais complexa.

Quadro A. 134

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de produtos e mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por instrumento (Sistemas de Incentivos, de 15/11/2010 a 31/12/2012)

	Nº Proj	Aumento do Nº de Mercados Internacionais	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pré-Projeto	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pós-Projeto	Aumento do Nº Produtos-Mercados Internacionais
SI I&DT	131	1,0	19,4	21,4	10,26%
SI Inovação	175	1,0	19,4	21,4	10,84%
SI QPME	277	4,2	14,1	19,3	36,57%
Total Geral	583	2,5	16,9	20,4	20,96%

Nota 1: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Nota 2: Um "Produto-Mercado" corresponde à venda do Produto/Serviço X no Mercado Internacional Y.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Sectorialmente, a diversificação de produtos/ serviços nos mercados internacionais mostra-se potencialmente mais forte na construção, no comércio e nos serviços, sendo no entanto também relevante na indústria, como seria de esperar (Quadro A. 135).

Quadro A. 135

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de produtos e mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por agrupamento setorial (Sistemas de Incentivos, de 15/11/2010 a 31/12/2012)

	Nº Proj	Aumento do Nº de Mercados Internacionais	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pré-Projeto	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pós-Projeto	Aumento do Nº Produtos-Mercados Internacionais
Comércio	24	4,6	10,1	15,8	57,02%
Construção	11	3,1	4,5	8,1	78,00%
Indústria	476	2,4	18,3	21,8	19,02%
Serviços	65	2,9	11,6	15,1	30,16%
Transportes	2	0,0	3,5	3,5	0,00%
Turismo	5	-1,6	15,0	14,8	-1,33%
Total Geral	583	2,5	16,9	20,4	20,96%

Nota 1: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Nota 2: Um "Produto-Mercado" corresponde à venda do Produto/Serviço X no Mercado Internacional Y.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Regionalmente, a diversificação de produtos/ serviços nos mercados internacionais mostra-se potencialmente idêntica entre as três regiões de convergência em análise (Quadro A. 136).

Quadro A. 136

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de produtos e mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por região (Sistemas de Incentivos, de 15/11/2010 a 31/12/2012)

	Nº Proj	Aumento do Nº de Mercados Internacionais	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pré-Projeto	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pós-Projeto	Aumento do Nº Produtos-Mercados Internacionais
Norte	331	2,4	17,7	21,3	20,14%
Centro	191	3,1	15,5	19,4	25,35%
Alentejo	33	2,3	13,9	16,9	21,62%
Multi-Região	28	1,0	19,6	20,7	5,46%
Total Geral	583	2,5	16,9	20,4	20,96%

Nota 1: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Nota 2: Um "Produto-Mercado" corresponde à venda do Produto/Serviço X no Mercado Internacional Y.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quanto ao tipo de promotor, a diversificação de produtos/ serviços nos mercados internacionais mostra-se potencialmente mais forte em empresas com presença de capital estrangeiro até 50%, sendo que também é bastante importante nas empresas com capital exclusivamente nacional (Quadro A. 137).

Quadro A. 137

Resultado potencial do COMPETE na diversificação de produtos e mercados internacionais (dados definidos em sede de candidatura) por categoria de presença de capital estrangeiro (Sistemas de Incentivos, de 15/11/2010 a 31/12/2012)

	Nº Proj	Nº de Mercados Internacionais Pré-Projeto	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pré-Projeto	Nº Produtos-Mercados Internacionais Pós-Projeto	Aumento do Nº Produtos-Mercados Internacionais
Sem Capital Estrangeiro	494	13,8	16,6	20,5	23,32%
Entre 0% e 24%	11	14,6	16,1	21,3	32,20%
Entre 25% e 50%	8	13,9	15,5	23,3	50,00%
Mais de 50%	70	13,1	19,0	19,4	2,26%
Total Geral	583	13,7	16,9	20,4	20,96%

Nota 1: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Nota 2: Um "Produto-Mercado" corresponde à venda do Produto/Serviço X no Mercado Internacional Y.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

E.2 A prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras no âmbito dos concursos lançados contribui de forma significativa para os objetivos estratégicos do Programa?

Primeiro que tudo, nesta subquestão de avaliação importa referir que, de facto, a prioridade do COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras foi incontestável. Em termos temporais, esta prioridade perdeu alguma força em termos do foco em sectores transacionáveis (sobretudo a partir da mudança de contexto em 2008/9), mas ganhou força em termos do foco em empresas exportadoras. Em termos de instrumentos, esta prioridade assumiu uma incidência particularmente forte no SI Inovação, assumindo-se menos vincada no SI QPME e no SI I&DT (Quadro A. 138). Estamos, assim, perante um padrão que a equipa de avaliação considera ajustado, sobretudo se se considerar o enquadramento macroeconómico em que boa parte do Programa encontrou.

Quadro A. 138

Distribuição do investimento elegível dos projetos apoiados por instrumento, atividades transacionáveis e não transacionáveis e objetivo da empresa face à internacionalização definido em sede de candidatura – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009		De 3/4/2009 a 14/11/2010		De 15/11/2010 a 31/12/2012		Total	
	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível
SI I&DT	227	10,4%	167	17,4%	217	14,6%	611	13,2%
Não Transacionável	76	2,4%	65	7,9%	76	4,5%	217	4,2%
Exportadoras	4	0,1%	11	0,6%	26	1,5%	41	0,6%
Novas Exportadoras	5	0,1%	4	0,5%	16	0,7%	25	0,4%
Não Exportadoras	67	2,2%	50	6,8%	34	2,3%	151	3,2%
Transacionável	151	8,1%	102	9,5%	141	10,1%	394	9,0%
Exportadoras	48	2,4%	22	1,1%	65	2,7%	135	2,2%
Novas Exportadoras	6	2,4%	3	0,1%	6	0,3%	15	1,3%
Não Exportadoras	97	3,2%	77	8,3%	70	7,2%	244	5,5%
SI Inovação	199	87,7%	171	74,2%	231	78,4%	601	82,0%
Não Transacionável	26	3,1%	29	8,5%	28	14,7%	83	7,7%
Exportadoras	11	1,3%	7	1,9%	9	4,9%	27	2,5%
Novas Exportadoras	11	1,2%	16	4,1%	18	9,7%	45	4,3%
Não Exportadoras	4	0,5%	6	2,5%	1	0,1%	11	0,8%
Transacionável	173	84,6%	142	65,6%	203	63,7%	518	74,3%
Exportadoras	125	47,2%	96	38,5%	166	48,9%	387	45,8%
Novas Exportadoras	42	36,4%	38	25,7%	34	14,1%	114	27,5%
Não Exportadoras	6	1,0%	8	1,4%	3	0,6%	17	1,0%
SI QPME	222	1,8%	330	8,5%	527	7,0%	1.079	4,8%
Não Transacionável	42	0,5%	84	2,4%	132	1,7%	258	1,2%
Exportadoras	12	0,2%	23	0,8%	34	0,8%	69	0,5%
Novas Exportadoras	7	0,1%	36	1,1%	37	0,8%	80	0,5%
Não Exportadoras	23	0,2%	25	0,5%	61	0,1%	109	0,2%
Transacionável	180	1,4%	246	6,1%	395	5,3%	821	3,5%
Exportadoras	93	1,2%	140	4,8%	202	4,4%	435	2,9%
Novas Exportadoras	12	0,1%	23	0,7%	32	0,6%	67	0,4%
Não Exportadoras	75	0,1%	83	0,6%	161	0,3%	319	0,3%
Total Geral	648	100,0% = 2.386.508.643€	668	100,0% = 1.074.927.572€	975	100,0% = 1.440.910.817€	2.291	100,0% = 4.902.347.033€

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Como facilmente se percebe, o contributo da prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e às empresas exportadoras para os objetivos estratégicos do Programa está intimamente associado com o perfil dos projetos e dos promotores apoiados, bem como ao resultado das intervenções apoiadas.

Analisando os resultados do inquérito efetuado a promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, verifica-se que o principal foco estratégico das empresas apoiadas foi a “expansão da capacidade produtiva”, o “desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto” e a “promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial”. Por sua vez, os vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos apoiados foram a “introdução de novos produtos/ serviços”, a “expansão da capacidade produtiva”, a “modernização tecnológica de processos” e a “internacionalização”. Já os fatores competitivos foram os “esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação”, o

“acesso ao conhecimento e a tecnologia” e a “criação/reforço de marca própria” (ver Anexo D). Estamos, assim, perante um padrão global de empresas e projetos apoiados que, sem dúvida, estão em linha com os objetivos estratégicos do COMPETE: qualificação do tecido produtivo, maior orientação para os mercados internacionais e promoção da economia baseada no conhecimento e inovação. Eventualmente, será de referir que o foco primordial das empresas apoiadas esteja excessivamente centrado na (mera) expansão da capacidade produtiva, aspeto que pode não abonar suficientemente na consecução dos objetivos referidos.

Por outro lado, analisando o padrão dos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos quanto à sua inserção “setorial” (e.g. grandes setores, subsetores, níveis de intensidade tecnológica, fatores-chave de competitividade, economia baseada no conhecimento), identifica-se um enfoque significativo em atividades com características qualificadas, com destaque particular para as atividades químicas (química, petroquímica, farmacêutica, borracha, plásticos), metálicas, do papel e edição e turismo, notavelmente representados acima do seu peso relativo na economia portuguesa e claramente em linha com os objetivos do Programa (ver Anexo D). No âmbito das intervenções de natureza mais coletiva (Projetos Conjuntos e SIAC), como se poderá atestar mais à frente (na análise da subquestão específica sobre os Projetos Conjuntos e SIAC e na questão temática dedicada às Redes e Ações Coletivas - SIAC), infelizmente não se verifica este padrão, continuando a prevalecer uma focagem predominante centrada em setores mais tradicionais da economia, que por natureza possuem estruturas representativas mais ativas e consolidadas.

No tocante às características dos promotores empresariais apoiados, destaca-se a presença de empresas com níveis de qualificação de emprego nitidamente acima da média da economia e da média setorial em que se inserem e com uma maturidade no processo de internacionalização (medida pela orientação exportadora) também acima da média da economia. Por sua vez, a presença de novas empresas e de empresas com presença de capital estrangeiro não é excecionalmente elevada, mas tem expressão no total das empresas apoiadas (ver Anexo D). Temos, por isso, um padrão de promotores apoiados também em linha com os objetivos estratégicos do Programa.

Do ponto de vista dos resultados, a avaliar pelas respostas apresentadas no inquérito a promotores apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, as intervenções apoiadas estão a gerar contributos bastante favoráveis ao nível do “lançamento de novos produtos/serviços”, da “introdução de novos processos produtivos”, da “entrada em novos mercados” (designadamente extra UE) e da “qualidade dos produtos/serviços” produzidos, o que também é convergente com os objetivos estratégicos do Programa (ver Anexo D e H).

Pode-se, assim, afirmar que a prioridade atribuída pelo COMPETE à produção transacionável e a empresas exportadoras tem induzido uma seleção de projetos e de promotores apoiados que se tem mostrado convergente com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Programa e que, por essa razão, não parece ter prejudicado (bem pelo contrário) a sua consecução. Esta realidade não é estranha, uma vez que é frequente encontrar na literatura da especialidade referências a uma associação forte entre orientação exportadora, capacidade de inovação e performance competitiva distintiva.

E.3 Qual o contributo do COMPETE para o aumento do valor acrescentado nacional nas exportações e para a substituição de importações?

Iniciamos a resposta à presente subquestão de avaliação pela análise do contributo do COMPETE para o aumento do valor acrescentado nacional nas exportações. A este respeito, importa referir, desde logo, que nos parece fundamental considerar três aspetos incontornáveis da mesma, todos eles relacionados com os efeitos associados aos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos: por um lado, o foco setorial dos projetos apoiados, uma vez que a incorporação de valor acrescentado nacional nas exportações varia de forma significativa de setor para setor; por outro lado, o efeito dos investimentos apoiados no crescimento da incorporação de valor na produção (e, por essa via, nas exportações), medido pela variação do grau de transformação industrial (VAB/VBP); por último, o crescimento esperado do VN internacional no âmbito dos projetos empresariais apoiados.

Do ponto de vista da inserção setorial dos projetos, sabemos que as intervenções apoiadas foram especialmente relevantes nas atividades químicas, metálicas, do papel e publicações, da madeira, cortiça e mobiliário e dos materiais de construção e, por outro lado, nas atividades ligadas ao turismo (ver Anexo D). Desta forma, o padrão setorial das intervenções não permite que se tirem ilações lineares quanto ao seu contributo para o valor acrescentado nacional nas exportações. Como muito bem mostram os dados da OCDE disponíveis para a economia portuguesa a respeito do valor acrescentado nacional nas exportações, as atividades em que o mesmo é proporcionalmente mais elevado são as ligadas ao agroalimentar, à extração, ao papel e publicações, à fabricação de máquinas e equipamentos n.e, à moda (têxtil, vestuário e couros), à reciclagem, às *utilities*, à construção, ao comércio e turismo e aos serviços empresariais. Assim, a relevância das intervenções do COMPETE nas atividades químicas, metálicas e dos materiais de construção potencialmente tenderão a ser menos indutoras de aumentos no valor acrescentado nacional nas exportações ao passo que as intervenções nas atividades ligadas ao papel e publicações, à cortiça e mobiliário e ao turismo gerarão tendencialmente contributos mais efetivos nesta matéria.

Quadro A. 139**Resultado potencial do COMPETE no aumento do valor acrescentado das exportações (dados definidos em sede de candidatura) por sector de atividade – Sistemas de Incentivos**

	Nº Proj	Grau de transformação Pré	Grau de transformação Pós	Aumento VAB Exportações	Aumento VAB Exportações por Euro de Despesa Elegível	Efeito Quantidade	Efeito Valor Acrescentado
Alimentares	138	25,1%	27,5%	216.128.290	1,13	81,6%	18,4%
Construção	71	22,3%	22,8%	39.778.779	2,63	95,6%	4,4%
Distribuição e Comércio	97	15,7%	19,4%	49.611.594	1,19	74,2%	25,8%
Educação, Saúde e Cultura	21	24,5%	35,4%	31.797.991	0,25	61,5%	38,5%
Energia, Água e Saneam.	24	20,7%	41,4%	15.202.731	0,25	39,9%	60,1%
Extrativas	21	58,7%	69,7%	213.498.199	1,03	69,2%	30,8%
Hotelaria e Restauração	48	22,8%	47,2%	49.384.281	0,14	44,5%	55,5%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	187	22,5%	23,9%	287.545.933	0,80	85,2%	14,8%
Material de Construção	141	39,0%	41,3%	210.806.042	0,60	87,4%	12,6%
Material de Transporte	114	20,5%	22,9%	477.022.351	1,59	72,3%	27,7%
Mecânicas e Eletrónicas	215	24,5%	26,7%	547.992.405	1,92	80,3%	19,7%
Metálicas	306	29,4%	33,6%	375.112.944	0,80	72,1%	27,9%
Papel e Publicações	71	24,3%	29,7%	132.571.956	0,28	66,9%	33,1%
Químicas	174	32,1%	30,8%	516.037.564	0,48	111,2%	-11,2%
Serviços Empresariais	293	26,4%	32,8%	514.175.466	1,51	66,2%	33,8%
Têxtil, Vest. e Calçado	349	26,4%	29,1%	287.638.005	1,35	74,8%	25,2%
Transp., Logística e Comunic.	18	34,6%	42,4%	13.232.066	0,48	61,7%	38,3%
Total Geral	2.291	26,5%	29,6%	4.057.589.365	0,83	77,2%	22,8%

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Nota: Aumento VAB das Exportações = Grau de Transformação Pós Projeto * VN Internacional Pós Projeto - Grau de Transformação Pré Projeto * VN Internacional Pré Projeto = VAB Pós Projeto * Orientação Exportadora Pós Projeto - VAB Pós Projeto * Orientação Exportadora Pré Projeto | Efeito Quantidade = (VN Internacional Pós Projeto - VN Internacional Pré Projeto) * Grau de Transformação Pré Projeto | Efeito VAB = (Grau de Transformação Pós Projeto - Grau de Transformação Pré Projeto) * VN Internacional Pós Projeto.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

No tocante ao efeito cruzado dos dois aspetos adicionais mencionados (variação do rácio de produção industrial e crescimento do volume de negócios internacional), se considerarmos como indicador sintético de análise o aumento do valor acrescentado nas exportações por cada euro de investimento apoiado, perspectivam-se resultados potenciais especialmente elevados nos projetos apoiados ligados à construção, às indústrias mecânicas e eletrónicas, ao material de transporte, aos serviços empresariais e às indústrias da moda. Maioritariamente, estes resultados decorrem de um “efeito quantidade” por oposição a um “efeito valor acrescentado” (Quadro A. 139).

Quadro A. 140**Resultado potencial do COMPETE no aumento do valor acrescentado das exportações (dados definidos em sede de candidatura) – Sistemas de Incentivos**

	Nº Proj	Grau de transformação Pré	Grau de transformação Pós	Aumento VAB Exportações	Aumento VAB Exportações por Euro de Despesa Elegível	Efeito Quantidade	Efeito Valor Acrescentado
SI I&DT	611	26,7%	27,8%	690.802.516	1,07	87,49%	12,51%
SI Inovação	601	26,5%	31,1%	2.845.403.596	0,71	70,94%	29,06%
SI QPME	1.079	26,3%	28,0%	586.157.519	2,49	86,20%	13,80%
Total	2.291	26,5%	29,6%	4.057.589.365	0,83	77,16%	22,84%

Nota: foram excluídos destes apuramentos os projetos conjuntos do SI QPME, dado que os promotores são associações empresariais.

Nota: Aumento VAB das Exportações = Grau de Transformação Pós Projeto * VN Internacional Pós Projeto - Grau de Transformação Pré Projeto * VN Internacional Pré Projeto = VAB Pós Projeto * Orientação Exportadora Pós Projeto - VAB Pós Projeto * Orientação Exportadora Pré Projeto | Efeito Quantidade = (VN Internacional Pós Projeto - VN Internacional Pré Projeto) * Grau de Transformação Pré Projeto | Efeito VAB = (Grau de Transformação Pós Projeto - Grau de Transformação Pré Projeto) * VN Internacional Pós Projeto.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

A este respeito, é interessante perceber que é nos projetos apoiados no âmbito do SI QPME onde os resultados potenciais sobre o valor acrescentado nacional das exportações se mostra tendencialmente mais elevado, decorrente sobretudo do elevado efeito quantidade presente nestes projetos. Isto atesta a relevância deste Sistema de Incentivos na promoção da internacionalização da economia portuguesa (Quadro A. 140).

Passando agora a análise para o tema da substituição de importações, importará centrar a atenção nos projetos apoiados em setores transacionáveis caracterizados por elevado grau de penetração das importações. Ora, as atividades transacionáveis onde a penetração de importações é mais elevada em Portugal encontram-se nas indústrias mecânicas e eletrónicas, nas indústrias da moda e no material de transporte (Quadro A. 141).

Quadro A. 141

Grau de penetração das importações portuguesas por setor de atividade

	2008		2009		2010		2011	
	<i>Importações</i>	<i>Grau Penetração</i>	<i>Importações</i>	<i>Grau Penetração</i>	<i>Importações</i>	<i>Grau Penetração</i>	<i>Importações</i>	<i>Grau Penetração</i>
Alimentares	5.508	40,3%	5.280	40,5%	5.530	41,7%	5.997	43,3%
Energia, Água e Saneam.	1.077	23,3%	465	12,6%	511	12,3%	717	14,9%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	1.258	57,8%	1.048	52,8%	1.130	53,5%	1.143	62,7%
Material de Construção	895	29,0%	742	26,7%	782	29,0%	709	30,2%
Material de Transporte	7.694	95,0%	6.196	94,3%	8.084	93,5%	6.300	92,7%
Mecânicas e Eletrónicas	12.759	106,9%	10.036	97,9%	10.135	101,8%	9.259	106,7%
Metálicas	7.081	72,5%	5.156	68,4%	5.858	70,4%	5.717	72,9%
Papel e Publicações	1.199	43,1%	1.107	42,5%	1.150	33,4%	1.196	38,3%
Químicas	10.606	60,3%	9.416	68,6%	10.760	65,5%	11.922	60,7%
Têxtil, Vest. e Calçado	4.162	102,2%	3.865	99,0%	4.324	97,3%	4.256	105,7%

Fonte: Estatísticas da Produção Industrial

No caso dos projetos apoiados em geral pelos Sistemas de Incentivos, sabemos que a focagem setorial esteve centrada nas indústrias químicas, no papel e publicações, nas metálicas e na madeira, cortiça e mobiliário, indústrias onde o grau de penetração das importações não é especialmente elevado (ver Anexo D). Neste sentido, não existe evidência de um impacto forte do COMPETE em matéria de substituição de importações. Na verdade, em termos gerais, a evolução recente do grau de penetração das importações não revela uma evolução positiva em praticamente nenhum dos agrupamentos sectoriais relevantes da indústria portuguesa.

E.4 Quais os efeitos e resultados no reforço da internacionalização dos setores/empresas decorrentes das ações coletivas (SIAC) e dos Projetos Conjuntos, atendendo à especificidade dos dois instrumentos?

Começaremos a resposta à presente subquestão de avaliação pela análise das ações coletivas (SIAC). A este propósito, importa salientar desde logo que a análise dos efeitos e resultados do SIAC é efetuada em profundidade na questão de avaliação temática T3 relativa a Redes e Ações Coletivas. Desta forma, na presente subquestão, procuraremos focar a atenção especificamente nos projetos SIAC apoiados que contemplam ações dirigidas para o reforço da internacionalização de sectores/ empresas.

Neste propósito, confrontamo-nos com diversas dificuldades que inevitavelmente vão sobressair ao longo dos próximos parágrafos. A primeira resultou do facto de, através dos dados disponíveis no sistema de informação do COMPETE, ser difícil isolar os projetos SIAC apoiados que especificamente se dirigem para a promoção da internacionalização ou que apresentam vertentes de atuação neste domínio. Em todo o caso, foi feita uma aproximação que permitiu identificar 141 projetos apoiados com estas características, em que o investimento dirigido para a promoção da internacionalização representa cerca de 55% do investimento elegível total apoiado no âmbito do instrumento SIAC (135 MEUR), o que está totalmente em linha com a aproximação feita no último Relatório de Execução do COMPETE (Volume II). A este respeito, interpretamos estes dados como indicativos de um ponto forte do Programa, que responde de forma muito afirmativa e direta à área fundamental de intervenção estratégica que estamos a analisar nesta questão de avaliação.

Do ponto de vista do enfoque sectorial, os dados mostram que o grosso do investimento apoiado no SIAC dirigido para a promoção da internacionalização incidiu na área do turismo, do têxtil e vestuário, da cortiça, da madeira e mobiliário e da agroindústria. Daqui concluímos que o foco dos projetos de internacionalização apoiados no SIAC recaiu essencialmente nos sectores mais tradicionais da nossa economia, deixando largamente de fora os sectores mais intensivos em tecnologia e conhecimento. Trata-se de um padrão convergente com a realidade que ocorreu no anterior período de programação, que se assume como um ponto fraco do Programa a tentar corrigir no futuro. Para o efeito, a equipa de avaliação recomenda a abertura de concursos SIAC específicos para sectores mais intensivos em tecnologias e conhecimento da nossa economia, bem como para sectores emergentes que apresentem elevado potencial de desenvolvimento.

A respeito dos promotores, a análise dos dados disponíveis permite-nos concluir que os SIAC apoiados com vertentes de intervenção na área da internacionalização foram promovidos sobretudo por associações empresariais de âmbito sectorial e de âmbito nacional, sendo escassa a participação de agências públicas (exceção feita ao Turismo de Portugal).

Quadro A. 142**Principais objetivos e motivações que levaram os promotores a candidatar ao COMPETE projetos SIAC com vertente(s) de intervenção ligadas à internacionalização e valorização da oferta nacional**

Objetivos/ Motivações	N.º Projetos	%
Reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE	12	31,6%
Reforço do negócio internacional em novos mercados da UE	7	18,4%
Reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE	16	42,1%
Promoção de maior controle e diversificação dos canais de distribuição e comercialização	5	13,2%
Promoção da imagem internacional do país	16	42,1%
Promoção da imagem internacional de um setor específico	25	65,8%
Promoção da imagem internacional de uma região / zona específica	6	15,8%
Atração de IDE para o país	2	5,3%
Atração de IDE para um setor específico	2	5,3%
Atração de IDE para uma região / zona específica	1	2,6%
Total	38	-

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados no SIAC

Em termos de objetivos e motivações, os resultados que decorrem do exercício de inquirição efetuado a promotores de projetos SIAC mostram que os projetos apoiados visam sobretudo a “promoção da imagem internacional de sectores específicos”, a “promoção da imagem internacional do país”, o “reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE” e o “reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE”. Em contrapartida, o objetivo de “atração de IDE para o país” encontra-se muito ausente no contexto dos SIAC apoiados focados na área da internacionalização (Quadro A. 142). A equipa de avaliação entende que esta área se encontra pouco coberta, pelo que deve ser estimulada no futuro pela via de concursos temáticos.

Da análise específica dos principais outputs de projetos SIAC apoiados já encerrados com vertentes de intervenção na área da internacionalização fica também a ideia de um certo “status quo” no tipo de ações propostas e desenvolvidas pelos promotores. A este nível, reputa-se como muito importante que os projetos apoiados incluam crescentemente no futuro ações complementares dirigidas para o *upgrading* da imagem dos sectores no contexto dos mercados externos (a exemplo do que tem vindo a ser feito no sector do calçado), para o reforço e reposicionamento da presença das empresas portuguesas em cadeias de valor globais e para a atração de IDE para o país.

A respeito de efeitos e resultados dos projetos apoiados no reforço da internacionalização dos setores/empresas, confrontamo-nos com dificuldades globais que são reportadas na questão de avaliação temática T3 relativa a Redes e Ações Coletivas, designadamente a natureza dos *outputs* (bens públicos dirigidos a universos de destinatários potenciais muito alargados), a informação disponível sobre os *outputs* gerados pelos projetos apoiados e a informação disponível sobre resultados e impactos. Resulta daqui a impossibilidade de nos podermos pronunciar de forma incisiva sobre esta problemática no contexto da presente avaliação. Refira-se, contudo, que o problema aqui identificado já foi oportunamente detetado no seio do COMPETE, pelo que, desde setembro de 2011, os formulários de candidatura passaram a exigir de forma sistemática a inserção de elementos pelos promotores que se pensa que no futuro permitirão ultrapassar as dificuldades sentidas a este nível pela equipa de avaliação..

Passamos agora para a análise dos Projetos Conjuntos que se inserem na tipologia da internacionalização. Começamos por analisar a sua relevância enquanto instrumento. A este respeito, importa ter presente que os projetos conjuntos correspondem a uma tipologia instrumental nova no contexto das intervenções estruturais, materializando um ponto intermédio entre os Sistemas de Incentivos de base individual e os instrumentos de intervenção de base mais coletiva. Ora, a verdade é que os projetos conjuntos tiveram uma adesão absolutamente extraordinária, afirmando-se hoje como um dos principais instrumentos de apoio (direto e indireto) ao tecido empresarial em Portugal no domínio da internacionalização. Com efeito, pela via dos projetos conjuntos, foi apoiado mais de metade do investimento elegível diretamente relacionado com internacionalização (investimento em promoção internacional), que no caso correspondeu a cerca de 3,6% do investimento elegível total apoiado no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Acresce o papel dos projetos conjuntos a este nível no contexto específico do SI QPME, onde quase 2/3 do investimento elegível apoiado se processou pela via desta tipologia de projetos (Quadro A. 143).

Quadro A. 143**Distribuição do investimento elegível diretamente relacionado com a internacionalização dos projetos apoiados por instrumento – Sistemas de Incentivos**

	1-1-2007 a 2-4-2009	3-4-2009 a 14-11-2010	15-11-2010 a 31-12-2012	Total		
	Peso	Peso	Peso	Nº Proj	Inv. Elegível	Peso
SI Qualificação	3,2%	9,5%	6,7%	777	290.195.866 €	5,6%
- Proj. Individuais	0,8%	2,6%	3,7%	648	105.036.294 €	2,0%
- Proj. Conjuntos	2,4%	6,9%	2,9%	129	185.159.572 €	3,6%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

A equipa de avaliação reputa a relevância atingida pelos projetos conjuntos como uma grande consecução do COMPETE, com vantagens indiscutíveis em termos de eficiência e eficácia, designadamente no objetivo de alargamento da base exportadora nacional (efeito *widening*) e da presença portuguesa organizada nos certames de referência a nível internacional, como facilmente se perceberá da análise que se segue ao nível dos resultados e impactos esperados deste tipo de projetos, bem como do estudo de caso n.º 3 onde se analisa o “Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado 2012” mobilizado pela APICCAPS. Acrescem as sinergias que podem ser exploradas com iniciativas de natureza mais coletiva e transversal pela via do SIAC, uma vez que as entidades promotoras dos projetos conjuntos também podem ser (e, geralmente, são) promotoras de projetos SIAC. Recomenda-se, por isso, a manutenção e, se possível, o reforço dos projetos conjuntos no futuro, pelo menos no tocante à promoção da internacionalização.

Com o objetivo de explorar de forma incisiva o papel dos projetos conjuntos no reforço da internacionalização dos setores/ empresas, apresenta-se de seguida uma análise extensiva dos 118 projetos conjuntos de internacionalização apoiados pelo COMPETE entre 2007 e 2012. Começamos pela análise do foco sectorial. A este nível, constata-se uma realidade muito semelhante aquela que foi referenciada em relação ao SIAC, em que os projetos apoiados se inserem claramente nos sectores mais tradicionais da nossa economia, ficando largamente de forma os sectores mais intensivos em tecnologia e conhecimento. Com efeito, mais de 3/4 dos projetos conjuntos de internacionalização apoiados restringem-se às indústrias da moda, da madeira, cortiça e mobiliário, dos materiais de construção e às indústrias metálicas em número de projetos. Em termos de investimento elegível, a realidade é ainda mais desequilibrada a este nível, com as indústrias referenciadas a responder por quase 7/8 do total afeto aos projetos conjuntos, sendo que nesta ventilação as indústrias da moda (têxtil, vestuário e calçado) são responsáveis por cerca de metade do investimento elegível apoiado (Quadro A. 144).

Quadro A. 144**Distribuição dos projetos conjuntos com tipologia de investimento de internacionalização apoiados pelo COMPETE por setor de atividade – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009			De 3/4/2009 a 14/11/2010			De 15/11/2010 a 31/12/2012			Total		
	Nº Proj	Inv. Elegível	Inv. Elegível Internac.	Nº Proj	Inv. Elegível	Inv. Elegível Internac.	Nº Proj	Inv. Elegível	Inv. Elegível Internac.	Nº Proj	Inv. Elegível	Inv. Elegível Internac.
Alimentares	6	0.4%	7.9%	10	0.5%	6.0%	3	0.3%	4.0%	19	0.4%	5.9%
Construção				2	0.0%	0.2%				2	0.0%	0.1%
Distribuição e Comércio	1	0.0%	0.1%	3	1.0%	9.7%	1	0.1%	1.0%	5	0.3%	3.9%
Extrativas				2	0.1%	1.6%	1	0.1%	0.6%	3	0.0%	0.8%
Hotelaria e Restauração	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0.0%	0.2%	1	0.0%	0.1%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	5	0.5%	10.9%	4	0.8%	8.9%	1	0.2%	2.1%	10	0.5%	7.2%
Material de Construção	8	0.1%	3.1%	4	0.1%	1.0%	2	0.1%	1.1%	14	0.1%	1.7%
Material de Transporte	1	0.0%	0.1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0.0%	0.0%
Mecânicas e Eletrónicas	3	0.1%	1.3%	2	0.1%	1.3%	2	0.2%	2.0%	7	0.1%	1.5%
Metálicas	6	0.1%	2.4%	13	0.8%	6.6%	5	0.2%	2.0%	24	0.3%	3.8%
Papel e Publicações	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0.0%	0.4%	1	0.0%	0.1%
Químicas	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0.0%	0.2%	1	0.0%	0.1%
Serviços Empresariais	1	0.0%	0.1%	5	0.2%	2.7%	1	0.1%	1.5%	7	0.1%	1.5%
Têxtil, Vest. e Calçado	10	1.3%	29.6%	7	2.7%	23.5%	6	1.7%	20.5%	23	1.8%	24.3%
Total Geral nos SI	41	2.5%	55.6%	52	6.4%	61.4%	25	3.0%	35.3%	118	3.6%	51.0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Estamos, assim, perante um ponto fraco dos projetos conjuntos que importa corrigir no futuro. Para o efeito, a equipa de avaliação recomenda a abertura de concursos específicos para sectores mais intensivos em tecnologias e conhecimento da nossa economia, bem como para sectores emergentes que apresentem elevado potencial de desenvolvimento.

Quadro A. 145**Distribuição das empresas participantes nos projetos conjuntos apoiados pelo COMPETE, por estrato de dimensão empresarial – Sistemas de Incentivos**

	De 1/1/2007 a 2/4/2009	De 3/4/2009 a 14/11/2010	De 15/11/2010 a 31/12/2012	Total	
	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (unidades)	Nº Empresas (%)
Micro empresa	6,5%	8,8%	4,2%	920	19,5%
Pequena empresa	15,2%	16,1%	7,3%	1.818	38,6%
Média empresa	13,8%	13,8%	7,2%	1.639	34,8%
Não PME	2,8%	2,6%	1,5%	327	6,9%
Não Disponível	0,1%	0,0%	0,0%	6	0,1%
Total Geral	38,3%	41,4%	20,3%	4.710	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Do ponto de vista da dimensão das empresas participantes nos projetos conjuntos de internacionalização, de acordo com os dados constantes no sistema de informação do COMPETE, observa-se uma participação muito significativa de micro e pequenas empresas, que em conjunto representam mais de 58% das empresas participantes (Quadro A. 145). Este é um padrão que reputamos como muito interessante e ajustado à natureza do instrumento, atestando a sua adequação às necessidades das empresas de menor dimensão que compõem o nosso tecido empresarial.

Quadro A. 146

Distribuição das empresas participantes nos projetos conjuntos apoiados pelo COMPETE, por objetivo da empresa relativamente ao seu processo de internacionalização – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009	De 3/4/2009 a 14/11/2010	De 15/11/2010 a 31/12/2012	Total	
	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (unidades)	Nº Empresas (%)
<i>Deepening</i>	27,5%	26,3%	14,3%	3.206	68,1%
<i>Widening</i>	4,7%	8,3%	3,3%	766	16,3%
Nem <i>deepening</i> nem <i>widening</i>	6,2%	6,8%	2,7%	738	15,7%
Total Geral	38,3%	41,4%	20,3%	4.710	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Analisando o papel dos projetos conjuntos no “binómio” *widening-deepening*, constatamos que também aqui a lógica *deepening* é a prevalecente e difere muito pouco da observada nos projetos individuais (Quadro A. 146). Este é aspeto onde a equipa de avaliação considera que devem ser feitos esforços futuros no sentido de induzir um maior enfoque na lógica *widening*, dado que os mesmos constituem uma tipologia de intervenção de excelência para potenciar o alargamento da base exportadora da nossa economia, com uma margem de insucesso tendencialmente mais baixa do que a tipologia dos projetos individuais.

Quadro A. 147

Distribuição das empresas participantes nos projetos conjuntos apoiados pelo COMPETE, por objetivo prioritário da empresa que a leva a participar no projeto – Sistemas de Incentivos

	De 1/1/2007 a 2/4/2009	De 3/4/2009 a 14/11/2010	De 15/11/2010 a 31/12/2012	Total	
	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (%)	Nº Empresas (unidades)	Nº Empresas (%)
Consolidação de posição no mercado	5,4%	5,8%	2,6%	648	13,8%
Crescimento do volume de negócios	13,7%	14,4%	6,9%	1.652	35,1%
Prospecção/Entrada	16,4%	17,9%	9,0%	2.042	43,4%
Reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado	2,2%	2,8%	1,7%	314	6,7%
Não Disponível	0,7%	0,4%	0,0%	54	1,1%
Total Geral	38,3%	41,4%	20,3%	4.710	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

No respeitante aos objetivos das empresas apoiadas no âmbito dos projetos conjuntos de internacionalização, verifica-se que a principal motivação é a prospecção/ entrada de novos mercados (43,4% das empresas), muito embora a consolidação de posição nos mercados e o crescimento das vendas nos mercados também assumam expressões relevantes. Ao invés, o reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado assume uma relevância muito reduzida entre as empresas apoiadas.

Passamos agora para a análise dos impactos potenciais dos projetos conjuntos. Circunscrevemos a mesma à orientação exportadora, uma vez que os dados disponíveis não permitem trabalhar a componente relativa à diversificação de mercados e à complexidade da oferta.

Quadro A. 148**Impacto potencial dos projetos conjuntos apoiados pelo COMPETE na orientação das empresas exportadoras, por extrato de dimensão empresarial – Sistemas de Incentivos**

	Nº de Empresas	Orientação Exportadora Pré-Projeto	Orientação Exportadora Pós-Projeto	Δ p.p.
Fase 1	1.806	49,0%	51,0%	2,04
Micro empresa	306	37,7%	51,8%	14,03
Pequena empresa	715	40,8%	44,6%	3,74
Média empresa	648	52,0%	52,9%	0,90
Não PME	131	49,2%	51,5%	2,21
Não Disponível	6	74,3%	89,5%	15,21
Fase 2	1.948	45,5%	48,9%	3,42
Micro empresa	415	47,9%	54,5%	6,58
Pequena empresa	759	32,5%	40,9%	8,32
Média empresa	650	47,3%	50,7%	3,37
Não PME	124	49,3%	50,8%	1,51
Fase 3	956	47,8%	54,2%	6,43
Micro empresa	199	47,1%	57,1%	10,01
Pequena empresa	344	38,1%	47,1%	8,99
Média empresa	341	42,8%	51,5%	8,69
Não PME	72	55,6%	58,7%	3,13
Total Geral	4.710	47,4%	50,9%	3,49
Micro empresa	920	44,6%	54,2%	9,52
Pequena empresa	1.818	36,8%	43,2%	6,47
Média empresa	1.639	48,0%	51,7%	3,76
Não PME	327	50,8%	53,0%	2,26
Não Disponível	6	74,3%	89,5%	15,21

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Ventilando a análise do impacto por dimensão das empresas apoiadas, constata-se que é nas empresas de menor dimensão onde são expectáveis efeitos e resultados mais significativos. Com efeito, segundo dados do sistema de informação do COMPETE decorrentes das candidaturas dos projetos apoiados, em média, as microempresas apoiadas esperam aumentar a sua orientação exportadora em 9,5 pontos percentuais. Este valor desce para 6,5 nas pequenas empresas, para 3,8 nas médias empresas e para 2,3 nas grandes empresas (Quadro A. 148). Conclui-se daqui que a tipologia dos projetos conjuntos é, tendencialmente, muito eficaz no apoio à internacionalização de micro e pequenas empresas, sem prejuízo de se reconhecer que esta realidade decorre muito do facto do ponto de partida de partida das empresas de menor dimensão ser mais incipiente em termos de grau de internacionalização.

Quadro A. 149**Impacto potencial dos projetos conjuntos apoiados pelo COMPETE na orientação das empresas exportadoras, por objetivo da empresa relativamente ao seu processo de internacionalização – Sistemas de Incentivos**

	Nº de Empresas	Orientação Exportadora Pré-Projeto	Orientação Exportadora Pós-Projeto	Δ p.p.
Fase 1	1.806	49,0%	51,0%	2,04
<i>Deepening</i>	1.294	60,1%	61,5%	1,36
<i>Widening</i>	220	3,1%	32,2%	29,06
<i>Nem deepening nem widening</i>	292	7,4%	5,2%	-2,20
Fase 2	1.948	45,5%	48,9%	3,42
<i>Deepening</i>	1.240	57,8%	60,3%	2,49
<i>Widening</i>	390	4,9%	27,8%	22,89
<i>Nem deepening nem widening</i>	318	5,0%	4,9%	-0,14
Fase 3	956	47,8%	54,2%	6,43
<i>Deepening</i>	672	56,2%	62,9%	6,73
<i>Widening</i>	156	6,1%	25,5%	19,44
<i>Nem deepening nem widening</i>	128	3,6%	6,2%	2,55
Total Geral	4.710	47,4%	50,9%	3,49
<i>Deepening</i>	3.206	58,4%	61,4%	3,02
<i>Widening</i>	766	4,7%	28,5%	23,85
<i>Nem deepening nem widening</i>	738	5,9%	5,2%	-0,68

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

A ventilação segundo a lógica *widening* e *deepening* mostra-se, a este nível, muito esclarecedora, uma vez que se torna claro que os impactos globais esperados em matéria de orientação exportadora decorrem sobretudo das empresas apoiadas não exportadoras ou novas exportadoras. Este resultado é revelador do papel que os projetos conjuntos podem ter no alargamento da base exportadora da economia portuguesa e dos impactos que daí podem resultar.

Quadro A. 150**Impacto potencial dos projetos conjuntos apoiados pelo COMPETE na orientação das empresas exportadoras, por setor de atividade – Sistemas de Incentivos**

	Nº de Empresas	Orientação Exportadora Pré-Projeto	Orientação Exportadora Pós-Projeto	Δ p.p.
Alimentares	1.060	36.0%	41.7%	5.72
Construção	33	9.9%	29.3%	19.34
Distribuição e Comércio	232	43.8%	45.9%	2.13
Extrativas	41	46.4%	49.1%	2.67
Hotelaria e Restauração	19	46.9%	56.0%	9.13
Madeira, Cortiça e Mobiliário	506	37.7%	45.7%	7.96
Material de Construção	435	54.7%	57.3%	2.55
Material de Transporte	13	78.1%	72.8%	-5.26
Mecânicas e Eletrónicas	149	49.4%	54.1%	4.62
Metálicas	684	44.6%	47.1%	2.50
Papel e Publicações	23	39.4%	40.2%	0.85
Químicas	6	29.1%	35.7%	6.62
Serviços Empresariais	196	25.6%	33.0%	7.42
Têxtil, Vest. e Calçado	1,313	58.6%	61.0%	2.38
Total Geral	4.710	47.4%	50.9%	3.49

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Para finalizar, analisa-se a ventilação dos impactos potenciais por sectores de atividade económica. A este nível verifica-se que os efeitos mais significativos tenderão a ocorrer na construção, na hotelaria e restauração e nos serviços empresariais. Compreensivelmente, na indústria, os impactos esperados são mais modestos, sendo que nas indústrias químicas e nas indústrias alimentares identificam-se impactos potenciais também bastante interessantes (Quadro A. 150).

Anexo F. Contributo do COMPETE para a qualificação da Administração Pública e eficiência do Estado

F.1 Contextualização

Esta questão de avaliação visa analisar o contributo das operações aprovadas no âmbito do COMPETE para a qualificação da Administração Pública (AP) e para a eficiência da ação do estado, por via da modernização da AP e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas, em particular, para o:

- Desempenho do COMPETE sobre a qualidade dos serviços públicos e a facilitação no acesso aos serviços por parte das empresas e cidadãos;
- Contributo do COMPETE para a diminuição dos custos de contexto empresariais, designadamente em termos de aumento da previsibilidade, da transparência e da simplificação dos procedimentos administrativos;
- Contributo do COMPETE para o aumento da eficiência e a racionalização de custos no âmbito da Administração Pública.

A resposta à questão apresenta assim duas vertentes de análise: uma primeira que se focaliza nos efeitos sobre os destinatários das intervenções e abrange os dois primeiros pontos referidos acima; e uma segunda que se focaliza nos efeitos nos promotores (o contributo do COMPETE para o aumento da eficiência e racionalização de custos).

Na primeira vertente de análise, a resposta à questão implica a auscultação dos destinatários sobre os efeitos de projetos específicos apoiados pelo COMPETE. Tendo em consideração o elevado nº de destinatários (os cidadãos portugueses e os agentes económicos) e a multiplicidade de áreas em que atua o SAMA (com efeitos igualmente diversos, que em simultâneo podem ser confundidos com intervenções que de facto não foram apoiadas pelo COMPETE), a abordagem metodológica de resposta à questão implica, tal como previsto em sede de proposta e de relatório inicial: a auscultação dos destinatários que são promotores do COMPETE (através de inquérito) relativamente a dois projetos concretos (o Portal das Finanças e o Regime de Exercício da Atividade Industrial - REAI); a análise de relatórios que tenham sido elaborados pelos promotores no sentido de aferir junto dos respetivos destinatários os efeitos de projetos apoiados e a análise de um estudo de caso; a auscultação da Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e da Autoridade de Gestão. Para responder à questão E3 do presente relatório apenas foi possível realizar a auscultação dos promotores inquiridos, da AMA e da Autoridade de Gestão.

A segunda vertente de análise incide sobretudo sobre a auscultação de promotores por via de inquérito, a análise de relatórios de acompanhamento dos projetos apoiados (também solicitados à AMA) e a realização do estudo de caso.

Devido ao atraso na operacionalização do estudo de caso sobre o projeto SIAC – Sistema Integrado de Apoio ao Contribuinte e dos relatórios e estudos solicitados à AMA para analisar os efeitos de projetos concretos apoiados, não foi possível incluir *inputs* daí gerados no presente relatório.

A compreensão da evolução e características do instrumento SAMA e dos projetos apoiados foi efetuada com recurso às bases de dados disponibilizadas pelo COMPETE. Os projetos foram complementarmente classificados pela equipa de acordo com o respetivo setor de intervenção, aferido sobretudo em função dos setores em que os promotores desenvolvem a sua atividade. Foram definidos 8 setores de intervenção ("Atividades económicas", "Educação, Ciência e Tecnologia", "Saúde", "Solidariedade e segurança social", "Justiça e Administração Interna", "Orçamento e finanças", "Gestão Pública-transversal" e "Outros"), que por sua vez se decompõem em 17 subsetores, permitindo ter uma visão das áreas de intervenção setorial do instrumento.

F.2 Caracterização dos projetos aprovados

O conjunto de projetos apoiados pelo SAMA apresenta uma distribuição assinalável por setores de intervenção, mas com especial preponderância nos setores da "Justiça e Administração Interna", da "Ciência, Tecnologia e Ensino Superior" e da "Gestão Pública-transversal". A maioria dos projetos

apoiados localiza-se em Lisboa e enquadra-se nos domínios das operações de racionalização do modelo de organização e gestão da Administração Pública

O SAMA apoiou, até final de 2012, 168 projetos que correspondem a cerca de 400 MEUR de investimento elegível. A maioria dos projetos apoiados localiza-se na região de Lisboa, assumindo os projetos multi-regiões a segunda posição na estrutura regional das operações. Esta distribuição explica-se pelo facto da maioria dos promotores integrar a Administração Central e justifica a atribuição excecional de apoios do COMPETE a uma região fora do objetivo de convergência.

Cada região do território continental compreende um número assinalável de projetos multi-regiões. Em termos de investimento e fundo aprovado, contudo, há uma elevada concentração na região de Lisboa e um peso reduzido das restantes regiões, em particular, no Centro e Alentejo (Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 164).

Os projetos apoiados enquadram-se essencialmente nos domínios das operações de racionalização do modelo de organização e gestão da Administração Pública, onde se destacam os projetos de Reengenharia e desmaterialização nos processos, e da administração em rede (Quadro A. 165).

A classificação das operações por setores de intervenção (Quadro A. 166) evidencia a preponderância do investimento elegível apoiado nos setores da "Justiça e Administração Interna", da "Educação, Ciência e Tecnologia" e da "Gestão Pública-transversal". Os setores onde a dimensão média dos projetos é mais elevada são "Orçamento e Finanças" (onde se destaca o projeto RADEP - racionalização e desmaterialização de processos na AT), "Gestão Pública-transversal" (que integra o projeto com maior investimento do Eixo, o GERALL - gestão partilhada de recursos na AP, promovido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública) e "Justiça e Administração Interna" (onde se destacam os projetos Justiça XXI e SIMREG - Simplificação e Desmaterialização de Atos e Processos de Registo). Ao nível dos subsectores de realização destacam-se os projetos de "Registos e Notariado" e de "Educação".

Uma análise cruzada evidencia que a distribuição dos setores de intervenção pelas regiões e vice-versa não é uniforme (Quadro A. 168). Por exemplo, muitos setores de intervenção veem os seus projetos serem promovidos na sua grande maioria na Região de Lisboa, os projetos "Registos e Notariado" são integralmente multi-regionais. Nas regiões de convergência a maioria do fundo comunitário aprovado é dirigida a projetos de "Ciência, Tecnologia e Ensino Superior".

Compromisso e Execução Financeira

O grau de adesão por parte da procura no Eixo IV do COMPETE evidenciou uma evolução restrita, quando comparada com o desempenho global do COMPETE, em particular, devido à quebra do lado da procura (n.º candidaturas apresentadas) e à taxa de aprovação bruta de projetos. A par da evolução pouco significativa da taxa de compromisso, o grau de execução do SAMA apresentou valores baixos ao longo do período

No final de 2012, a taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado) situava-se nos 108%. Este valor não decorre de um volume de procura elevado que apenas ocorreu nos dois primeiros anos do período de programação, mas do aumento da taxa de incentivo de projetos não encerrados de 70% para 85% observado em 2012, com efeito no incremento do fundo aprovado, e da redução do fundo programado em 450 MEUR, resultante de duas reprogramações financeiras que colocaram a dotação orçamental afeta ao Eixo IV nos 235 MEUR.

O Eixo IV teve uma taxa de compromisso constantemente abaixo do COMPETE, com exceção dos dois primeiros anos, onde os concursos lançados registaram uma forte procura que se traduziu num montante de fundo aprovado superior ao fundo em concurso (Quadro A. 169). A partir de 2009 registou-se uma mudança significativa deste cenário. Além da quebra do lado da procura, o montante de fundo aprovado ficou sempre abaixo de 50%, sendo que em quatro concursos foi inferior a 20% do fundo em concurso.

Tendo as taxas de admissibilidade do investimento candidatado sido elevadas ao longo de todo o período, verificou-se também uma redução da taxa de aprovação bruta¹⁶ a partir de 2009, com piores resultados nos concursos de 2009 e 2011 (Quadro A. 170). Este resultado deriva sobretudo da diminuição da taxa de elegibilidade resultante da avaliação de mérito, que, em particular nos concursos de 2009 e 2011, reprovou projetos de maior dimensão (taxas de aprovação líquida do nº de projetos superiores à do investimento candidato).

Do conjunto de projetos apresentados destacam-se os do domínio da racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e os setores de "Educação, Ciência e Tecnologia" e "Justiça" (). O grau de concentração por setores de intervenção é relativamente baixo ao longo do período, apesar de nos anos 2011 e 2012 a procura se situar nos dois setores indicados acima. Na medida que a natureza dos projetos visa a modernização da Administração Pública Central, a procura no Eixo IV do COMPETE está naturalmente localizada na Região de Lisboa e tem menor relevância nas restantes regiões, em particular na Região do Alentejo.

No conjunto de projetos aprovados, houve 165 projetos que foram alvo de alteração em termos de montante de fundo aprovado face à decisão inicial, com uma variação deste em quase 39 MEUR. Além da revisão da taxa

¹⁶ Taxa de Aprovação Bruta = Taxa de Admissibilidade * Taxa de Aprovação Líquida.

de incentivo, destaca-se a alteração do montante de investimento elegível em 28 projetos. A revisão do investimento elegível foi significativa na redução do investimento elegível no setor de intervenção da Justiça e Administração Interna, por efeito dos projetos SIMREG, RÉGIUS e INOVPOL.

A par da evolução pouco significativa da taxa de compromisso, o grau de execução do SAMA apresentou valores baixos ao longo do período. No final do ano de 2010, a taxa de realização (fundo executado / fundo aprovado) do Eixo IV situava-se em 11% e era, à data, o nível mais baixo no âmbito do COMPETE, o qual apresentava uma taxa de realização global de 28%¹⁷.

À data de reporte da avaliação (31/12/2012) as taxas de execução e de realização do Eixo IV (de 41% e 38%, respetivamente) continuam a situar-se abaixo da média do Programa (51% e 52%, respetivamente), traduzindo as dificuldades de execução dos promotores do SAMA no que respeita aos projetos em curso e a desistência/anulação de projetos aprovados.

As anulações foram mais penalizadoras do fundo comprometido no domínio da administração em rede, nos subsectores do desporto; cultura; obras públicas, transportes e comunicações; agricultura e mar e administração interna e cultura e registaram-se sobretudo nos projetos contratados em 2009 e 2010 (Quadro A. 156, Quadro A. 157 e Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 158).

Uma análise mais segmentada permite identificar taxas de realização mais baixas no domínio da administração em rede e nas operações transversais, nos subsectores da cultura e da administração interna e na região do Alentejo (Quadro A. 172 e seguintes).

Quadro A. 151

Análise dos promotores ao contributo dos seus projetos para os objetivos do COMPETE

	Não se aplica	Não sabe/ Não responde	Muito Positivo*	Positivo*	Negativo*
Aumento da qualidade do atendimento aos cidadãos e às empresas	19%	0%	72%	24%	4%
Diminuição do tempo de resposta dos serviços às solicitações de cidadãos e empresas	23%	3%	65%	35%	0%
Melhoria do acesso dos cidadãos e empresas aos serviços públicos	19%	0%	64%	32%	4%
Aumento da previsibilidade, transparência e simplificação do processo legislativo e dos processos administrativos	26%	0%	52%	48%	0%
Redução dos custos para cidadãos e empresas (pagamento de atos administrativos)	55%	6%	33%	67%	0%
Redução dos "custos públicos de contexto" que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade	61%	3%	45%	55%	0%
Promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede	0%	0%	65%	35%	0%
Melhoria da eficiência, racionalização e redução dos custos relativos à infraestrutura tecnológica, de comunicações e de sistemas de informações	0%	0%	58%	42%	0%
Redução do tempo despendido pelos funcionários na execução das tarefas	6%	0%	45%	55%	0%
Qualificação da prestação do serviço público – qualificação e formação especializada dos funcionários da Administração Pública integrados no processo de modernização da Administração Pública Central	16%	0%	35%	65%	0%

* Percentagens excluídas as respostas "Não se aplica" e "Não sabe/não responde"

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 152

Análise dos promotores ao contributo dos seus projetos para os objetivos do COMPETE (ponderado pelo investimento elegível)

	Não se aplica	Não sabe/ Não responde	Muito Positivo*	Positivo*	Negativo*
Aumento da qualidade do atendimento aos cidadãos e às empresas	4%	0%	76%	21%	3%
Diminuição do tempo de resposta dos serviços às solicitações de cidadãos e empresas	16%	0%	34%	66%	0%
Melhoria do acesso dos cidadãos e empresas aos serviços públicos	14%	0%	36%	60%	3%
Aumento da previsibilidade, transparência e simplificação do processo legislativo e dos processos administrativos	8%	0%	18%	82%	0%
Redução dos custos para cidadãos e empresas (pagamento de atos administrativos)	36%	0%	12%	88%	0%
Redução dos "custos públicos de contexto" que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade	69%	0%	40%	60%	0%
Promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede	0%	0%	34%	66%	0%
Melhoria da eficiência, racionalização e redução dos custos relativos à infraestrutura tecnológica, de comunicações e de sistemas de informações	0%	0%	68%	32%	0%
Redução do tempo despendido pelos funcionários na execução das tarefas	2%	0%	59%	41%	0%
Qualificação da prestação do serviço público – qualificação e formação especializada dos funcionários da Administração Pública integrados no processo de modernização da Administração Pública Central	11%	0%	69%	31%	0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 153

Opinião global dos beneficiários dos diferentes sistemas de apoio sobre o projeto Portal das Finanças

	Muito Positivo	Positivo	Negativo	Muito negativo	Não sabe / não responde
PME Investe	22%	52%	2%	1%	22%
Capital de Risco	43%	38%	1%	0%	18%
SAESCTN	23%	19%	3%	1%	54%
SAMA	57%	24%	1%	0%	19%
SI	38%	44%	2%	1%	16%
SIAC	61%	30%	3%	2%	4%
Total	35%	35%	3%	1%	26%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 154

Opinião dos beneficiários dos diferentes sistemas de apoio sobre os atributos do projeto Portal das Finanças

Visão integrada da informação fiscal					Interoperabilidade e acesso a diferentes serviços numa única plataforma				
	<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>		<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>
PME Investe	36%	61%	4%	0%	PME Investe	31%	69%	0%	0%
Capital de Risco	52%	48%	0%	0%	Capital de Risco	61%	39%	0%	0%
SAESCTN	55%	39%	5%	1%	SAESCTN	55%	38%	6%	1%
SAMA	79%	21%	0%	0%	SAMA	81%	19%	0%	0%
SI	52%	47%	0%	1%	SI	51%	48%	0%	1%
SIAC	61%	33%	2%	4%	SIAC	59%	35%	0%	5%
Total	54%	43%	2%	1%	Total	53%	44%	1%	1%

Simplificação do service					Rapidez do serviço				
	<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>		<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>
PME Investe	35%	61%	0%	3%	PME Investe	24%	73%	0%	3%
Capital de Risco	54%	46%	0%	0%	Capital de Risco	46%	50%	4%	0%
SAESCTN	53%	39%	7%	1%	SAESCTN	45%	42%	10%	2%
SAMA	65%	31%	4%	0%	SAMA	65%	31%	4%	0%
SI	50%	47%	2%	1%	SI	42%	53%	3%	1%
SIAC	63%	32%	1%	4%	SIAC	57%	38%	5%	0%
Total	52%	44%	3%	1%	Total	45%	49%	5%	1%

Redução dos custos com o processo (FTEs, papel, deslocações, etc.)					Redução do tempo de trabalho afeto pelos colaboradores aos procedimentos fiscais e aduaneiros				
	<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>		<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>
PME Investe	26%	71%	3%	0%	PME Investe	20%	72%	4%	4%
Capital de Risco	58%	42%	0%	0%	Capital de Risco	39%	52%	9%	0%
SAESCTN	59%	34%	6%	1%	SAESCTN	48%	41%	9%	2%
SAMA	68%	28%	4%	0%	SAMA	47%	53%	0%	0%
SI	51%	45%	3%	1%	SI	37%	55%	5%	3%
SIAC	67%	28%	6%	0%	SIAC	63%	30%	2%	4%
Total	54%	41%	4%	1%	Total	42%	50%	5%	3%

Segurança da informação					Transparência da informação				
	<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>		<i>Muito Positivo*</i>	<i>Positivo*</i>	<i>Negativo*</i>	<i>Muito negativo*</i>
PME Investe	28%	72%	0%	0%	PME Investe	27%	73%	0%	0%
Capital de Risco	47%	53%	0%	0%	Capital de Risco	45%	55%	0%	0%
SAESCTN	39%	54%	6%	2%	SAESCTN	42%	49%	7%	1%
SAMA	67%	33%	0%	0%	SAMA	63%	37%	0%	0%
SI	34%	65%	1%	1%	SI	34%	64%	2%	1%
SIAC	63%	31%	6%	0%	SIAC	67%	27%	5%	0%
Total	39%	58%	2%	1%	Total	40%	56%	3%	1%

Desmaterialização do processo					Desburocratização do processo				
	Muito Positivo*	Positivo*	Negativo*	Muito negativo*		Muito Positivo*	Positivo*	Negativo*	Muito negativo*
PME Investe	31%	66%	3%	0%	PME Investe	30%	57%	10%	3%
Capital de Risco	63%	38%	0%	0%	Capital de Risco	50%	46%	4%	0%
SAESCTN	53%	39%	6%	1%	SAESCTN	49%	38%	11%	2%
SAMA	77%	23%	0%	0%	SAMA	76%	24%	0%	0%
SI	48%	48%	3%	1%	SI	44%	47%	6%	2%
SIAC	67%	27%	5%	0%	SIAC	66%	29%	1%	4%
Total	52%	44%	4%	1%	Total	48%	43%	7%	2%

* Percentagens excluídas as respostas "Não se aplica" e "Não sabe/não responde"

Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 155 Opinião dos beneficiários dos diferentes sistemas de apoio sobre os atributos do projeto REAI – Regime de Exercício da Atividade Industrial

	Não sabe/ Não responde	Muito Positivo*	Positivo*	Negativo*	Muito negativo*
Aumento da previsibilidade do processo	24%	16%	80%	4%	0%
Aumento da transparência (comunicação) entre a empresa e a Administração Pública	7%	35%	59%	6%	0%
Simplificação do processo	7%	25%	51%	23%	1%
Rapidez do processo	5%	19%	65%	15%	1%
Desmaterialização do processo	11%	47%	42%	9%	2%
Eficácia do processo	7%	19%	64%	16%	1%
Desburocratização do processo	7%	25%	48%	25%	2%
Monitorização/acompanhamento do processo	11%	26%	65%	8%	1%
Redução de custos com processo de licenciamento (papel, consumíveis,...)	13%	37%	51%	9%	3%
Facilitação do acesso (tecnologias Web) ao processo	7%	29%	56%	12%	4%
Armazenamento da documentação de suporte ao processo	7%	28%	68%	3%	1%
Redução do tempo despendido pelos colaboradores na execução das tarefas	16%	19%	67%	11%	4%
Total	10%	27%	59%	12%	2%

* Percentagens excluídas as respostas "Não se aplica" e "Não sabe/não responde"

Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 156 Distribuição dos projetos anulados por tipologias de operações

Tipologias de Operações	Projetos anulados			Peso dos projetos anulados no total de aprovados 2007-2012		
	N.º	Fundo Aprovado (unid: mil euros)	Investimento Elegível (unid: mil euros)	N.º	Fundo Aprovado	Investimento Elegível
a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas	9	4.704	9.585	18%	8%	11%
b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	15	9.236	16.439	17%	7%	7%
c) Operações no domínio da administração em rede	13	9.189	17.141	20%	13%	15%
Operações Transversais	0	-	-	0%	0%	0%
Total	37	23.128	43.165	18%	8%	10%

Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 157
Distribuição dos projetos anulados por setores/subsetores de intervenção

Setores de Intervenção	Subsetor de intervenção	N.º	Projetos anulados		Peso dos projetos anulados no total de aprovados 2007-2012		
			Fundo Aprovado (unid: mil euros)	Investimento Elegível (unid: mil euros)	N.º	Fundo Aprovado	Investimento Elegível
Atividades económicas	Agricultura e Mar	3	920	1.919	33%	40%	50%
	Cultura	5	2.555	5.329	56%	74%	78%
	Economia, Emprego e Inovação	1	2.352	3.694	6%	14%	13%
Educação, Ciência e Tecnologia	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	4	2.028	4.229	13%	6%	10%
	Desporto	1	944	1.968	100%	100%	100%
	Educação	1	121	253	17%	1%	1%
Gestão Pública (transversal)	Gestão Pública (transversal)	5	1.785	3.723	24%	4%	5%
Justiça e Administração Interna	Administração Interna	4	4.676	8.102	40%	47%	50%
	Justiça	5	1.419	2.946	23%	4%	5%
	Registos e Notariado		0	0	0%	0%	0%
Orçamento e finanças	Orçamento e finanças	1	745	1.553	8%	2%	3%
Outros	Ambiente e Ordenamento do Território		0	0	0%	0%	0%
	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	2	1.755	3.660	50%	74%	78%
	Outros	1	308	643	20%	6%	9%
Saúde	Saúde	4	3.521	5.147	17%	13%	12%
Solidariedade e Segurança Social	Solidariedade e Segurança Social		0	0	0%	0%	0%
Total		37	23.128	43.165	18%	8%	10%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 158
Distribuição dos projetos anulados por anos

Anos	N.º	Projetos anulados		Peso dos projetos anulados no total de aprovados 2007-2012		
		Fundo Aprovado (unid: mil euros)	Investimento Elegível (unid: mil euros)	N.º	Fundo Aprovado	Investimento Elegível
2008	11	5.302	9.458	11%	3%	4%
2009	8	6.868	12.739	22%	19%	21%
2010	18	10.958	20.968	38%	18%	22%
Total	37	23.128	43.165	18%	8%	10%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 159
Nível de cumprimento dos indicadores dos projetos encerrados

Indicador previsto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento
Centros de Atendimento Multiserviço criados (N.º)	5	5	100%
Pontos de Contacto Único criados (Internet, presencial ou telefónico) - (N.º)	8	10	125%
Disponibilidade de serviços online (Sim/Não)	-	-	88%
Cumprimento de, pelo menos, o nível AA das regras de acessibilidade (W3C) nos serviços online (Sim/Não)	-	-	75%
N.º de utentes dos canais "Internet e telefone" da entidade (N.º)	264.919	495.384	187%
Emissão de fatura eletrónica (Sim/Não)	-	-	88%
N.º de sistemas de informação da entidade que interoperam entre si ou com outros (N.º)	28	26	93%
Funcionários envolvidos com formação específica: atendimento, TIC e gestão de conhecimento (N.º)	5	5	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 160

Nível de cumprimento dos indicadores em cada projeto encerrado

Centros de Atendimento Multiserviço criados (N.º)				Pontos de Contacto Único criados (Internet, presencial ou telefónico)			
N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento	N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento
1	2	2	100%	1	1	3	300%
2	1	1	100%	2	1	1	100%
3	1	1	100%	3	1	1	100%
4	0	0*		4	3	3	100%
5	1	1	100%	5	1	1	100%
6	0	0		6	1	1	100%
7	0	0		7	0	0	
8	0	0		8	0	0	
Total	5	5	100%	Total	8	10	125%
% de projetos em cumprimento			100%	% de projetos em cumprimento			100%

* O valor reportado foi 53. Considera-se 0 para efeitos de análise, uma vez que o valor reportado desvirtuava a análise.

Disponibilidade de serviços on-line				Cumprimento de, pelo menos, o nível AA das regras de acessibilidade (W3C) nos serviços online (Sim/Não)			
N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento	N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento
1	Sim	Sim	Sim	1	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim	2	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim	3	Sim	Não	Não
4	Sim	Sim	Sim	4	Sim	Não	Não
5	Sim	Sim	Sim	5	Sim	Sim	Sim
6	Sim	Sim	Sim	6	Sim	Sim	Sim
7	Sim	Sim	Sim	7	Sim	Sim	Sim
8	Sim	Não	Não	8	Não	Não	Sim
Total	0	0	88%	Total	0	0	75%
% de projetos em cumprimento			88%	% de projetos em cumprimento			75%

N.º de utentes dos canais "Internet e telefone" da entidade				Emissão de factura electrónica			
N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento	N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento
1	50.000	66.900	134%	1	Não	Não	Sim
2	4.600	5.100	111%	2	Não	Não	Sim
3	49.761	100.000	201%	3	Não	Não	Sim
4	0	163.207		4	Não	Não	Sim
5	80.000	150.081	188%	5	Sim	Não	Não
6	80.558	9.936	12%	6	Não	Não	Sim
7	0	0		7	Sim	Sim	Sim
8	0	160		8	Não	Não	Sim
Total	264.919	495.384	187%	Total	0	0	88%
% de projetos em cumprimento			80%	% de projetos em cumprimento			88%

N.º de sistemas de informação da entidade que inter-operam entre si ou com outros				Funcionários envolvidos com formação específica: atendimento, TIC e gestão de conhecimento			
N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento	N.º Projeto	Aumento previsto	Aumento realizado	Grau de cumprimento
1	4	6	150%	1	0	0	
2	7	7	100%	2	0	45	
3	6	0	0%	3	-5	0	0%
4	3	3	100%	4	0	14	
5	6	8	133%	5	133	133	100%
6	2	2	100%	6	0	4	
7	0	0		7	-3	-3	100%
8	0	0		8	0	3	
Total	28	26	93%	Total	125	196	157%
% de projetos em cumprimento			83%	% de projetos em cumprimento			67%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 161

Expetativa dos beneficiários inquiridos sobre a exoetativa de realização dos indicadores dos projetos

	Abaixo do contratado	De acordo com o contratado	Acima do contratado
Centros de Atendimento Multiserviço criados (N.º)	14%	71%	14%
N.º de sistemas de informação da entidade que interoperam entre si ou com outros (N.º)	0%	76%	24%
N.º de utentes dos canais "Internet e telefone" da entidade (N.º)	11%	68%	21%
Pontos de Contacto Único criados (Internet, presencial ou telefónico) - (N.º)	0%	90%	10%
Funcionários envolvidos com formação específica: atendimento, TIC e gestão de conhecimento (N.º)	5%	68%	27%
Cumprimento de, pelo menos, o nível AA das regras de acessibilidade (W3C) nos serviços online (Sim/Não)	0%	81%	19%
Disponibilidade de serviços online (Sim/Não)	4%	71%	25%
Emissão de fatura eletrónica (Sim/Não)	20%	72%	8%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 162

Fatores justificativos dos desvios dos valores executados face às metas contratadas indicados pelos beneficiários inquiridos.

Fatores justificativos dos desvios	%
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	9%
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação dos projetos	9%
Dificuldade em afetar Recursos Humanos (próprios e/ou dos parceiros) para desenvolver o projeto	22%
Complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública	44%
Atraso na contratação do projeto	25%
Falta de capacidade financeira (componente não cofinanciada) para implementar o projeto	9%
Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública	16%
Legislação que limita a autonomia da entidade em assumir compromissos ou contratos sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças	13%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 163
Distribuição por região dos projetos aprovados

Região	N.º Projetos	Valores		Percentagem dos projetos aprovados		
		Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)	N.º Projetos	Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)
Alentejo	4	1.189	1.010	2%	0%	0%
Centro	11	14.650	12.453	7%	4%	5%
Lisboa	107	243.006	141.122	64%	60%	55%
Multi-Regiões	32	121.045	79.648	19%	30%	31%
Norte	14	24.290	20.647	8%	6%	8%
Total	168	404.179	254.879	100%	100%	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 164
Distribuição por região dos projetos Multi-regiões aprovados

Região	N.º Projetos	Valores		Percentagem dos projetos aprovados		
		Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)	N.º Projetos	Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)
Alentejo	18	5.075	4.314	56%	4%	5%
Centro	23	11.418	9.712	72%	9%	12%
Lisboa	31	86.840	50.518	97%	72%	63%
Norte	30	17.711	15.104	94%	15%	19%
Total	32	121.045	79.648			

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 165
Distribuição por tipologia de operações / tipologia de investimentos/domínios dos projetos aprovados

Tipologias de Operações Tipologias de Investimentos / Domínios	N.º Projetos	Valores		Percentagem dos projetos aprovados		
		Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)	N.º Projetos	Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)
a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas	40	77.153	51.189	24%	19%	20%
Avaliação da satisf. dos utentes, certif. de qualidade dos serviços, introdução de melhores práticas	4	5.726	3.344	2%	1%	1%
Disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação	9	13.265	8.263	5%	3%	3%
Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único	26	53.162	35.662	15%	13%	14%
Redução dos custos de contexto e difusão de boas práticas no sistema de Justiça	1	5.000	3.919	1%	1%	2%
b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	73	212.095	129.323	43%	52%	51%
Criação de redes de relação e partilha de conhecimento	3	6.290	3.796	2%	2%	1%
Promoção da inovação organizacional e de gestão	7	54.226	32.796	4%	13%	13%
Racionalização e simplificação organizacional	11	15.000	9.780	7%	4%	4%
Reengenharia e desmaterialização nos processos	52	136.580	82.951	31%	34%	33%
c) Operações no domínio da administração em rede	51	97.094	63.777	30%	24%	25%
Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas de suporte à modernização administrativa	17	32.687	19.745	10%	8%	8%
Desenvolvimento de soluções de comunicação integradas	5	8.105	6.285	3%	2%	2%
Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação	20	38.015	26.467	12%	9%	10%
Implementação das prioridades a nível europeu para a área da administração electrónica	2	4.119	2.398	1%	1%	1%
Implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território	4	6.537	4.438	2%	2%	2%
Implementação de tecnologias inovadoras, com reforço da administração electrónica no exercício de cidadania	3	7.631	4.443	2%	2%	2%
Operação Transversal	4	17.837	10.591	2%	4%	4%
Operação Transversal	4	17.837	10.591	2%	4%	4%
Total	168	404.179	254.879	100%	100%	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 166**Distribuição e investimento elegível médio dos projetos aprovado por setores/subsetores de intervenção**

Setores de Intervenção	N.º Projetos	Valores		Percentagem dos projetos aprovados			Investimento elegível por projeto (mil euros)
		Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)	N.º Projetos	Investimento Elegível (Unid: mil euros)	Fundo Aprovado (Unid: mil euros)	
Atividades económicas	33	42.926	25.766	20%	11%	10%	1.301
Agricultura e Mar	6	1.947	1.404	4%	0%	1%	324
Cultura	4	1.493	901	2%	0%	0%	373
Economia, Emprego e Inovação	15	24.733	14.708	9%	6%	6%	1.649
Turismo	8	14.753	8.753	5%	4%	3%	1.844
Educação, Ciência e Tecnologia	33	67.201	47.373	20%	17%	19%	2.036
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	28	39.534	31.024	17%	10%	12%	1.412
Educação	5	27.668	16.349	3%	7%	6%	5.534
Gestão Pública (transversal)	16	70.598	41.054	10%	17%	16%	4.412
Gestão Pública (transversal)	16	70.598	41.054	10%	17%	16%	4.412
Justiça e Administração Interna	28	95.681	62.558	17%	24%	25%	3.417
Administração Interna	6	8.146	5.375	4%	2%	2%	1.358
Justiça	17	56.353	36.077	10%	14%	14%	3.315
Registos e Notariado	5	31.182	21.106	3%	8%	8%	6.236
Orçamento e finanças	11	50.913	30.307	7%	13%	12%	4.628
Orçamento e finanças	11	50.913	30.307	7%	13%	12%	4.628
Outros	18	25.150	15.880	11%	6%	6%	1.397
Ambiente e Ordenamento do Território	12	17.463	10.199	7%	4%	4%	1.455
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	2	1.040	605	1%	0%	0%	520
Outros	4	6.648	5.076	2%	2%	2%	1.662
Saúde	20	38.305	24.120	12%	9%	9%	1.915
Saúde	20	38.305	24.120	12%	9%	9%	1.915
Solidariedade e Segurança Social	9	13.405	7.819	5%	3%	3%	1.489
Solidariedade e Segurança Social	9	13.405	7.819	5%	3%	3%	1.489
Total	168	404.179	254.879	100%	100%	100%	2.406

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 167
Distribuição dos Projetos dos subsetores de Intervenção por Região

	Alentejo	Centro	Lisboa	Multi-Regiões	Norte
Administração Interna	0%	0%	83%	17%	0%
Agricultura e Mar	0%	0%	50%	0%	50%
Ambiente e Ordenamento do Território	0%	0%	83%	17%	0%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	4%	25%	36%	0%	36%
Cultura	25%	0%	83%	0%	0%
Economia, Emprego e Inovação	0%	0%	83%	13%	0%
Educação	20%	20%	40%	20%	0%
Gestão Pública (transversal)	0%	0%	88%	13%	0%
Justiça	0%	0%	76%	24%	0%
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	0%	0%	100%	0%	0%
Orçamento e finanças	0%	0%	82%	18%	0%
Outros	25%	25%	50%	0%	0%
Registos e Notariado	0%	0%	0%	100%	0%
Saúde	0%	5%	45%	45%	5%
Solidariedade e Segurança Social	0%	0%	67%	33%	0%
Turismo	0%	13%	75%	13%	0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 168
Distribuição do fundo comunitário aprovado nas regiões, por subsectores de intervenção

	Alentejo	Centro	Lisboa	Multi-Regiões	Norte
Administração Interna	0%	0%	2%	3%	0%
Agricultura e Mar	0%	0%	0%	0%	4%
Ambiente e Ordenamento do Território	0%	0%	6%	2%	0%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	47%	52%	4%	0%	89%
Cultura	10%	0%	1%	0%	0%
Economia, Emprego e Inovação	0%	0%	9%	3%	0%
Educação	37%	3%	10%	2%	0%
Gestão Pública (transversal)	0%	0%	27%	4%	0%
Justiça	0%	0%	15%	20%	0%
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	0%	0%	0%	0%	0%
Orçamento e finanças	0%	0%	12%	16%	0%
Outros	6%	30%	1%	0%	0%
Registos e Notariado	0%	0%	0%	26%	0%
Saúde	0%	13%	3%	21%	6%
Solidariedade e Segurança Social	0%	0%	4%	3%	0%
Turismo	0%	2%	6%	0%	0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 169
Taxa de Compromisso por Aviso de Concurso (convites excluídos)

Unid: mil euros

	Ano	Montante de fundo a concurso	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Aprovado / Fundo a Concurso
Operações Individuais e Operações Transversais	2007	50.000	67.928	136%
Operações Individuais e Operações Transversais - Geral	2008	80.000	95.311	119%
Modernização Administrativa - Redes de Nova Geração (RNG)	2009	25.000	4.546	18%
Operações Individuais e Operações Transversais	2009	80.000	20.456	26%
Operações Individuais e Operações Transversais (Qualificação do Atendimento/Administração em Rede)	2010	80.000	33.570	42%
Operações Individuais e Operações Transversais	2010	40.000	3.122	8%
Operações Individuais e Operações Transversais	2010	40.000	5.977	15%
Operações Individuais e Operações Transversais	2010	40.000	13.387	33%
Operações Globais e Operações Transversais	2011	40.000	4.064	10%
Operações Individuais e Operações Transversais	2011	40.000	12.669	32%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 170
Indicadores de desempenho dos concursos lançados no SAMA

	Ano de lançamento	Taxa de Aprovação Bruta (Aprovadas/Apresentadas)		Taxa de Admissibilidade (Admitidas/Apresentadas)		Taxa de Aprovação Líquida (Aprovadas/Admitidas)	
		N.º	Investimento (Unid: mil euros)	N.º	Investimento (Unid: mil euros)	N.º	Investimento (Unid: mil euros)
Valores do ano	2007	49%	59%	77%	91%	63%	65%
	2008	58%	81%	88%	96%	66%	85%
	2009	53%	36%	79%	67%	67%	53%
	2010	54%	66%	80%	86%	67%	77%
	2011	43%	34%	75%	93%	57%	37%
Valores acumulados	2007	49%	59%	77%	91%	63%	65%
	2008	53%	69%	82%	93%	65%	74%
	2009	53%	62%	82%	87%	65%	71%
	2010	53%	63%	81%	87%	66%	72%
	2011	52%	60%	81%	87%	65%	69%

(continuação)

		Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Admitidas		Taxa de Admissibilidade (Admitidas/Apresentadas)	
	Ano de lançamento	N.º	Investimento (Unid: mil euros)	N.º	Investimento (Unid: mil euros)	N.º	Investimento (Unid: mil euros)
Valores do ano	2007	102	262.110	79	237.883	77%	91%
	2008	91	204.814	80	196.182	88%	96%
	2009	62	124.452	49	82.944	79%	67%
	2010	80	187.361	64	160.402	80%	86%
	2011	40	77.343	30	71.581	75%	93%
Valores acumulados	2007	102	262.110	79	237.883	77%	91%
	2008	193	466.925	159	434.064	82%	93%
	2009	255	591.376	208	517.008	82%	87%
	2010	335	778.737	272	677.410	81%	87%
	2011	375	856.080	302	748.991	81%	87%

		Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de Aprovação Líquida (Aprovadas/Admitidas)	
	Ano de lançamento	N.º	Investimento (Unid: mil euros)	N.º	Investimento (Unid: mil euros)	N.º	Investimento (Unid: mil euros)
Valores do ano	2007	79	237.883	50	154.610	63%	65%
	2008	80	196.182	53	165.980	66%	85%
	2009	49	82.944	33	44.250	67%	53%
	2010	64	160.402	43	123.055	67%	77%
	2011	30	71.581	17	26.346	57%	37%
Valores acumulados	2007	79	237.883	50	154.610	63%	65%
	2008	159	434.064	103	320.590	65%	74%
	2009	208	517.008	136	364.840	65%	71%
	2010	272	677.410	179	487.895	66%	72%
	2011	302	748.991	196	514.241	65%	69%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 171**Caracterização da procura (projetos apresentados) por tipologias de operações, setores de intervenção e sua distribuição por região**

Unid: mil euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas	54.197	25.904	4.818	71.007	19.431	-	175.357
b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	186.317	122.520	36.643	31.527	7.545	-	384.552
c) Operações no domínio da administração em rede	17.829	51.066	48.750	89.548	50.062	2.499	259.755
Operações Transversais	-	10.548	8.993	-	-	-	19.540
Educação, Ciência e Tecnologia	59.012	17.328	42.716	37.073	55.010	-	211.140
Gestão Pública (transversal)	9.077	54.050	11.818	7.338	-	-	82.283
Justiça e Administração Interna	92.587	38.529	3.287	70.222	6.441	2.499	213.565
Orçamento e finanças	51.248	14.828	1.616	8.476	-	-	76.167
Outros	4.000	20.960	7.379	14.135	341	-	46.815
Saúde	22.231	43.937	14.464	25.131	7.608	-	113.371
Solidariedade e Segurança Social	8.243	5.659	276	4.367	3.056	-	21.602
Atividades económicas	11.944	14.745	17.649	25.340	4.583	-	74.261
Alentejo	0%	0%	1%	1%	2%	0%	0%
Centro	3%	9%	4%	12%	13%	0%	8%
Lisboa	54%	63%	71%	57%	14%	0%	55%
Multi-Regiões	41%	25%	19%	14%	14%	100%	26%
Norte	1%	4%	4%	16%	58%	0%	11%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 172
Grau de realização por tipologias de investimento/domínio

Unid: mil euros

Tipologias de Operações Tipologias de Investimentos / Domínios	Fundo Aprovado	Fundo Executado FEDER Certificado	Grau de realização
a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas	51.189	19.735	39%
Avaliação da satisf. dos utentes, certif. de qualidade dos serviços, introdução de melhores práticas	3.344	1.466	44%
Disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação	8.263	3.190	39%
Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único	35.662	15.079	42%
Redução dos custos de contexto e difusão de boas práticas no sistema de Justiça	3.919	0	0%
b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	129.323	58.633	45%
Criação de redes de relação e partilha de conhecimento	3.796	473	12%
Promoção da inovação organizacional e de gestão	32.796	11.892	36%
Racionalização e simplificação organizacional	9.780	4.189	43%
Reengenharia e desmaterialização nos processos	82.951	42.078	51%
c) Operações no domínio da administração em rede	63.777	15.804	25%
Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas de suporte à modernização administrativa	19.745	6.216	31%
Desenvolvimento de soluções de comunicação integradas	6.285	517	8%
Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação	26.467	7.001	26%
Implementação das prioridades a nível europeu para a área da administração electrónica	2.398	394	16%
Implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território	4.438	1.042	23%
Implementação de tecnologias inovadoras, com reforço da administração electrónica no exercício de cidadania	4.443	634	14%
Operação Transversal	10.591	2.148	20%
Operação Transversal	10.591	2.148	20%
Total	254.879	96.320	38%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 173
Grau de realização por subsetores de intervenção

Unid: mil euros

Subsetores de Intervenção	<i>Fundo Aprovado</i>	<i>Fundo Executado FEDER Certificado</i>	<i>Grau de realização</i>
Administração Interna	5.375	737	14%
Agricultura e Mar	1.404	735	52%
Ambiente e Ordenamento do Território	10.199	4.449	44%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	31.024	11.404	37%
Cultura	901	0	0%
Economia, Emprego e Inovação	14.708	5.554	38%
Educação	16.349	3.767	23%
Gestão Pública (transversal)	41.054	11.975	29%
Justiça	36.077	11.245	31%
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	605	422	70%
Orçamento e finanças	30.307	15.537	51%
Outros	5.076	1.742	34%
Registos e Notariado	21.106	10.818	51%
Saúde	24.120	11.277	47%
Solidariedade e Segurança Social	7.819	4.372	56%
Turismo	8.753	2.286	26%
Total	254.879	96.320	38%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 174**Grau de realização por subsetores região e subsetor de intervenção***Unid: mil euros*

Região / Subsetor	<i>Fundo Aprovado</i>	<i>Fundo Executado FEDER Certificado</i>	<i>Grau de realização</i>
Alentejo	1.010	229	23%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	477	210	44%
Cultura	100	0	0%
Educação	373	0	0%
Outros	61	19	31%
Centro	12.453	5.077	41%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	6.464	4.525	70%
Educação	378	40	10%
Outros	3.765	512	14%
Saúde	1.573	0	0%
Turismo	272	0	0%
Lisboa	141.122	52.107	37%
Administração Interna	3.288	737	22%
Agricultura e Mar	546	171	31%
Ambiente e Ordenamento do Território	8.851	3.926	44%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5.609	487	9%
Cultura	801	0	0%
Economia, Emprego e Inovação	12.510	5.554	44%
Educação	14.154	3.410	24%
Gestão Pública (transversal)	37.669	11.056	29%
Justiça	20.497	9.831	48%
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	605	422	70%
Orçamento e finanças	17.192	8.202	48%
Outros	1.250	1.211	97%
Saúde	4.465	1.598	36%
Solidariedade e Segurança Social	5.449	3.217	59%
Turismo	8.235	2.286	28%
Multi-Regiões	79.648	30.987	39%
Administração Interna	2.087	0	0%
Ambiente e Ordenamento do Território	1.348	523	39%
Economia, Emprego e Inovação	2.198	0	0%
Educação	1.444	317	22%
Gestão Pública (transversal)	3.385	919	27%
Justiça	15.580	1.415	9%
Orçamento e finanças	13.115	7.334	56%
Registos e Notariado	21.106	10.818	51%
Saúde	16.767	8.505	51%
Solidariedade e Segurança Social	2.371	1.155	49%
Turismo	246	0	0%
Norte	20.647	7.920	38%
Agricultura e Mar	858	564	66%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	18.474	6.183	33%
Saúde	1.314	1.174	89%
Total	254.879	96.320	38%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Anexo G. Contributo do COMPETE para a promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação

Na última década, Portugal viveu um claro processo de *catching-up* em direção à fronteira tecnológica, enfrentando o desafio de construção de um sistema de inovação capaz de fornecer novas vantagens competitivas, fomentadoras de uma trajetória sustentável de desenvolvimento e de uma economia crescentemente baseada no conhecimento. Apesar do desempenho dececionante em termos de crescimento económico, existem indicadores positivos no sentido do aumento da capacidade de criação e absorção de conhecimento no país, bem como de inovação e de empreendedorismo qualificado. Na verdade, como resultado de importantes melhorias no sistema nacional de inovação, Portugal experimentou em anos recentes uma significativa subida no ranking da inovação da UE-27: de uma posição de “inovador modesto” (*modest innovator*), a partir de 2008, o país passou a integrar o grupo dos “inovadores moderados” (*moderate innovators*) no *European Innovation Scoreboard* (entretanto substituído pelo atual *Innovation Union Scoreboard*).

Apesar desta trajetória, no momento da conceção do COMPETE, Portugal continuava (e continua atualmente) distante da posição dos “seguidores da inovação” (*innovation followers*) e muito mais dos “líderes da inovação” (*innovation leaders*). Para isso contribuíam (e contribuem) múltiplas debilidades. O diagnóstico que suportou a preparação do Programa era claro a este respeito: “(c)om efeito, o stock de constrangimentos estruturais faz com que Portugal ainda mantenha uma distância considerável dos padrões europeus em matéria de inovação e presença na economia do conhecimento”. Os prontos fracos essenciais foram largamente identificados: baixo nível de investimento em I&D; reduzida relevância da I&D de base empresarial; baixo nível de empreendedorismo qualificado; reduzida articulação entre as empresas e as entidades do SCTN; excessiva concentração do esforço de I&D na região mais desenvolvida do país; reduzida participação do país em projetos europeus de I&D; défice da balança tecnológica do país; reduzida expressão das atividades ligadas às TIC no tecido empresarial.

Esta perceção da realidade teve implicações fortes na definição da estrutura do COMPETE e na ambição de intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos, bem como promover o aumento da articulação entre as empresas e os centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, de conhecimento e de resultados de I&D com vista ao desenvolvimento do país e ao aumento da sua competitividade. Para o efeito, o Programa dedicou, desde logo, de forma integral, um dos seus eixos de intervenção ao conhecimento e desenvolvimento tecnológico, contemplando dentro do mesmo uma linha de atuação orientada para a C&T e outra para a I&D de base empresarial. Por outro lado, considerou nos Sistemas de Incentivos em geral diversas tipologias de projetos/ despesa dirigidas ao estímulo da colaboração entre empresas e entidades do SCTN e à promoção da transferência de tecnologia. Adicionalmente, criou várias possibilidades de intervenção no seu Eixo III relativas, nomeadamente, ao *e-government* e, mais tarde, no seu Eixo IV, na área da I&D, inovação, empreendedorismo e espírito empresarial. Em suma, o COMPETE procurou estruturar um sistema global e integrado de apoio à I&D e inovação dirigido às regiões de convergência no Continente, capaz de induzir intervenções eficazes, eficientes e sustentáveis.

A este respeito, a equipa de avaliação considera que o Programa capitalizou muito bem os ensinamentos decorrentes dos anteriores períodos de programação, conseguindo operacionalizar um quadro bastante sólido e completo de apoios à I&D e inovação, caracterizado por um elevado patamar de maturidade, em prol de uma economia mais baseada no conhecimento. Importa, agora, avaliar os resultados das intervenções apoiadas no âmbito deste quadro e os seus principais impactos. É esse o objetivo dos pontos que se seguem, estruturados de acordo com o definido em sede do caderno de encargos desta avaliação.

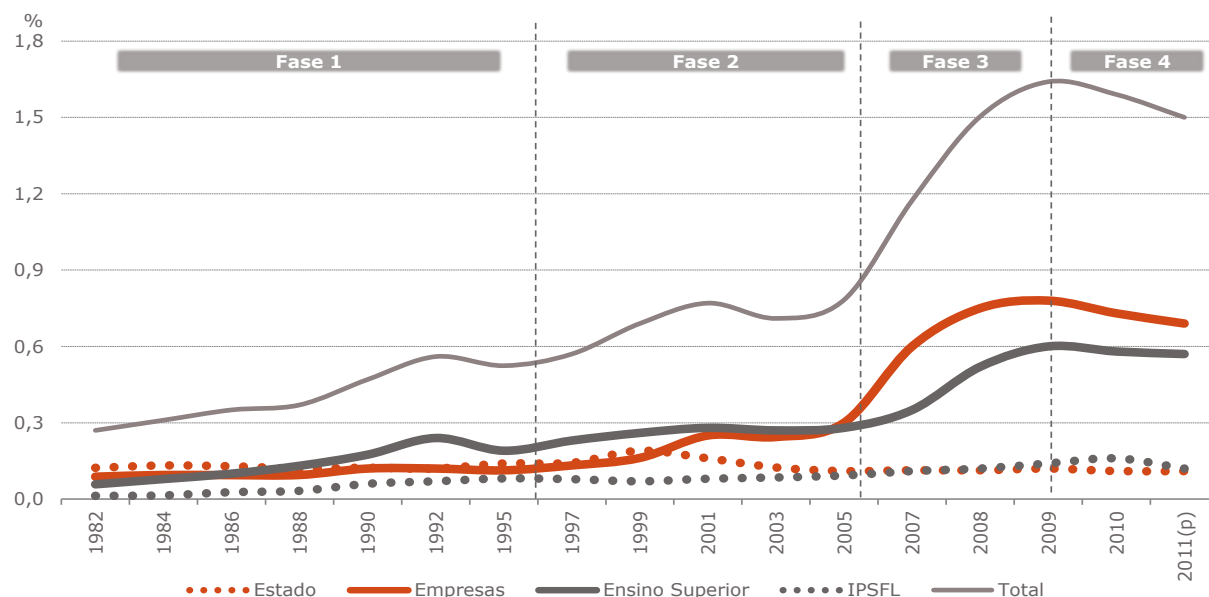
G.1 Qual o contributo do COMPETE para o aumento das despesas em I&DT empresarial?

Após uma fase de crescimento moderado que decorreu entre 1995 e 2005, a despesa em I&D empresarial em Portugal passou por uma fase de aceleração sem precedentes entre 2005 e 2009, ultrapassando significativamente a I&D executada pelo Ensino Superior, que historicamente era a dominante no nosso país.

Depois, em 2009, o crescimento da I&D empresarial estagnou e, a partir desse ano, começou a reduzir-se moderadamente (Gráfico A. 11).

Gráfico A. 11

Padrões de evolução das despesas em I&D em percentagem do PIB por setor de execução em Portugal (1982-2011p)

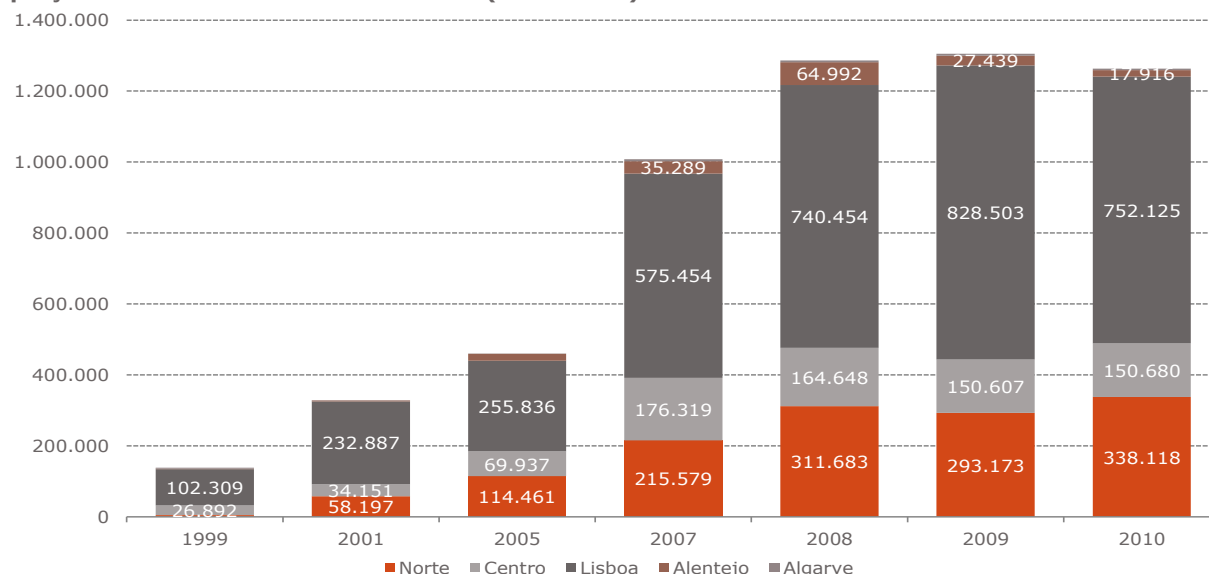


Fonte: DGEEC/MEC, IPCTN. INE, Contas Nacionais Trimestrais. OECD, Main Science and Technology

Esta dinâmica nacional registada a partir de 2005 decorreu de um grande impulso do investimento empresarial em I&D em praticamente todas as regiões do país, mas com destaque particular para as NUT II de Lisboa e do Norte (Gráfico A. 12). Chegados a 2011, encontramos uma realidade em que o investimento anual em I&D por parte das empresas do Continente ronda os 1,2 mil MEUR, 43% do qual é efetuado nas regiões de convergência. Significa isto que, em termos anuais, o investimento em I&D empresarial no conjunto das NUT II do Norte, Centro e Alentejo (que constituem o universo de referência para as intervenções do COMPETE) ronda atualmente os 525 MEUR (327 MEUR no Norte, 177 MEUR no Centro e 22 MEUR no Alentejo).

Gráfico A. 12

Padrões de evolução das despesas em I&D empresarial em Portugal Continental por NUT II, a preços correntes em milhares de euros (1999-2010)



Fonte: DGEEC/MEC, IPCTN

O investimento empresarial em I&D apoiado pelo COMPETE até dezembro de 2012 atingiu os 549 MEUR,¹⁸ considerando a participação das empresas em projetos SAESCTN e SI I&DT, sendo que o grosso deste investimento foi apoiado no âmbito do SI I&DT, uma vez que o envolvimento das empresas em projetos apoiados pelo SAESCTN se mostrou residual. Trata-se de um valor que dificilmente alguém acreditaria que seria possível de alcançar, o que demonstra a clara prioridade atribuída pelo COMPETE à promoção de uma economia mais baseada no conhecimento, materializada num salto de gigante face ao passado.¹⁹ Acresce que, ao longo da implementação do Programa, o peso relativo deste tipo de apoios no âmbito do SAESCTN e do SI I&DT tem vindo a aumentar, o que atesta ainda mais a prioridade atribuída a este objetivo (Quadro A. 175). A equipa de avaliação classifica esta aposta como muito relevante e recomenda a sua continuidade vigorosa para o futuro.

Quadro A. 175

Projetos de I&D apoiados com envolvimento de empresas, investimento empresarial elegível

	1-1-2007 a 2-4-2009	3-4-2009 a 14-11-2010	15-11-2010 a 31-12-2012	Total		
	Peso	Peso	Peso	Nº Proj	Inv. Elegível	Peso
SAESCTN	0,12%	0,12%	0,19%	22	435.909 €	0,14%
I&DT Entidades do SCTN/ Projetos em Co-promoção	0,12%	0,12%	0,19%	22	435.909 €	0,14%
IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/ Projetos em Co-Promoção*	0,00%	0,00%	0,00%	0	0 €	0,00%
Sistemas de Incentivos	9,8%	10,6%	12,3%	603	548.353.837 €	10,7%
I&DT Empresas/ Projetos Individuais	3,32%	2,61%	4,90%	226	185.223.535 €	3,61%
I&DT Empresas/ Projetos em Co-promoção	3,90%	4,22%	2,73%	281	186.240.855 €	3,63%
I&DT Empresas/ Projetos Mobilizadores		3,70%		14	43.916.164 €	0,86%
I&DT Empresas/ Vale I&DT	0,02%	0,05%	0,05%	61	1.866.865 €	0,04%
I&DT Empresas/ Projetos Individuais Regime Especial	2,32%		4,49%	5	123.662.979 €	2,41%
Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/ Núcleos de I&DT	0,19%	0,06%	0,14%	22	7.443.438 €	0,15%

*O investimento elegível apurado apenas inclui a parte afeta aos (co)promotores empresariais

Fonte: Equipa do projeto com base em dados do sistema de informação do POFC

A par do SI I&DT e do SAESCTN, também o SIAC apoiou intervenções relevantes para a promoção da I&D empresarial. Com efeito, o inquérito realizado a promotores de projetos SIAC permite inferir que cerca de 15% dos projetos apoiados visam ou visaram a promoção da I&D nas empresas (ver Anexo K). Entende-se que este tipo de intervenções deve aumentar no futuro e beneficiar de um forte acompanhamento e participação das agências públicas competentes nesta matéria (e.g. FCT, Adi, IAPMEI), por forma a evitar redundâncias no território e a promover de forma mais efetiva a divulgação de resultados e a continuidade no tempo de ferramentas e instrumentos de apoio à competitividade frequentemente desenvolvidas ao abrigo deste tipo de projetos. Para ilustrar a pertinência que os instrumentos de promoção da eficiência coletiva podem ter neste domínio, selecionou-se para efeitos de estudo de caso o projeto SIAC n.º 5187 (Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial), promovido pela COTEC. A análise dos resultados deste estudo de caso permite perceber de forma clara o importante papel que um instrumento do tipo SIAC pode ter na dinamização de práticas e de comportamentos empresariais favoráveis à I&D e, em sentido mais geral, à inovação (ver Anexo N).

Tendo em vista a análise específica do contributo do COMPETE para o aumento das despesas de I&D empresarial solicitada nesta primeira subquestão de avaliação, importa começar por escrutinar a relevância do investimento neste fator dinâmico de competitividade que está a ser apoiado pelo Programa. Ora, considerando que os primeiros concursos do SI I&DT arrancaram em finais de 2007 e que a duração média dos projetos de I&D empresarial é de aproximadamente 2 anos, em termos potenciais, o COMPETE estará a promover nas regiões de convergência um investimento em I&D pelas empresas que rondará os 90 MEUR em termos anuais. O COMPETE estará, assim, a apoiar cerca de 18% do investimento total feito pelas empresas neste fator dinâmico de competitividade nas regiões de convergência, o que é muito significativo, sobretudo se considerarmos que não estão contemplados no Programa os apoios às micro e pequenas empresas. Tendo em conta que, entre 2007 e 2011, as despesas em I&D cresceram nas regiões de convergência em análise a uma taxa média anual de 5,3%, o efeito incentivo marginal do COMPETE neste domínio é, tendencialmente, muito relevante.

Esta conclusão é corroborada pelos dados obtidos através do inquérito realizado neste processo de avaliação a promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos. Com efeito, no âmbito específico do SI I&DT, em termos médios, os resultados deste inquérito evidenciam um aumento de cerca de 25% das despesas de I&D

¹⁸ De notar que este valor respeita exclusivamente a investimento empresarial, mesmo no contexto dos projetos em co-promoção e dos projetos mobilizadores apoiados no âmbito do SI I&DT.

¹⁹ De notar que, no anterior período de programação, o investimento total em I&D apoiado pelo PRIME em instrumentos semelhantes não foi além de 180 MEUR.

entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto nas empresas apoiadas e apontam para que cerca de 21% da evolução deste indicador resultem diretamente dos projetos apoiados pelo COMPETE. Estamos, assim, perante um efeito incentivo de grande significado (ver Anexo D). De notar adicionalmente que, dado o rigor usualmente imposto à análise das candidaturas no SI I&DT, é expectável que este efeito incentivo esteja associado maioritariamente a projetos de maior risco tecnológico e/ou de mercado, o que associa ao COMPETE um impacto potencial ainda mais elevado na temática em estudo.

Ventilando a análise em termos territoriais, verificamos que mais de metade do investimento apoiado pelo COMPETE (e, igualmente, pelos PO Regionais) em I&D empresarial (via SI I&DT) ocorreu na NUT II do Norte e que a dinâmica do investimento em I&D empresarial entre as três regiões de convergência foi muito diversa, com o Norte a apresentar no período 2007-2011 uma taxa de variação média anual na evolução daquela variável de 11%, o Centro a apresentar uma taxa de variação anual nula e o Alentejo a apresentar uma taxa de variação anual (negativa) de -11,4%. Percebe-se, assim, que o contributo do COMPETE para o crescimento das despesas de I&D empresarial terá sido muito significativo, embora muito circunscrito à região Norte do país. As intervenções do COMPETE em matéria de I&D estão, assim, a ajudar a afirmar o Norte (e, em particular, o Grande Porto) como região crescentemente relevante em atividades económicas mais intensivas em I&D, aproximando-a da região líder que é Lisboa.²⁰ Infelizmente, o mesmo não pode ser dito em relação à região Centro e, muito menos, ao Alentejo. Ao invés, o que se verifica é que as intervenções do COMPETE no domínio aqui em análise não estão a conseguir inverter a tendência em curso de afastamento destas regiões face à região líder de Lisboa e face ao Norte.

Esta realidade diagnosticada no Centro e no Alentejo decorre, seguramente, em muito, do seu perfil de especialização produtiva. Torna-se, por isso, fundamental um esforço redobrado de indução de mudança estrutural nestas regiões, seja pela via da promoção do empreendedorismo qualificado seja pela instigação de investimentos produtivos com significado (incluindo IDE) em setores de atividade mais intensivos em tecnologia ou conhecimento.

G.2 Qual o contributo do COMPETE para o reforço da articulação entre empresas e centros de saber, e para a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas (projetos individuais e coletivos)?

O contributo do COMPETE para o reforço da articulação entre empresas e centros de saber e para a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas está inextricavelmente ligado a um conjunto alargado de instrumentos que foram operacionalizados para o efeito no Programa quer ao nível do SI I&DT quer do SAESCTN: I&DT Entidades do SCTN - Projetos em Co-Promoção; IC&DT Estratégicos e de Interesse Público - Projetos em Co-Promoção; SI I&DT - Projetos em Co-Promoção; SI I&DT - Projetos Mobilizadores; SI I&DT - Vale I&DT; SI QPME - Vale Inovação (Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos). De forma mais indireta, está também ligado ao instrumento SIAC na vertente da Inovação, Empreendedorismo e Espírito Empresarial. Na mesma linha, está ainda ligado à investigação contratada e à prestação de serviços de I&D por parte das empresas junto de entidades do SCTN.

Quadro A. 176
Projetos apoiados potenciadores de articulação entre empresas e centros de saber, investimento elegível

	1-1-2007 a 2-4-2009	3-4-2009 a 14-11-2010	15-11-2010 a 31-12-2012	Total		
	Peso	Peso	Peso	Nº Proj	Inv. Elegível	Peso
SAESCTN	0,76%	1,60%	0,79%	22	2.828.330€	0,93%
I&DT Entidades do SCTN/ Projetos em Co-promoção	0,76%	1,60%	0,79%	22	2.828.330€	0,93%
IC&DT Estratégicos e de Interesse Público/Projetos em Co-Promoção*	0,00%	0,00%	0,00%	0	0€	0,00%
Sistemas de Incentivos	4,33%	13,11%	4,74%	458	332.464.871 €	6,49%
I&DT Empresas/ Projetos em Co-promoção	4,28%	6,17%	4,61%	281	246.827.107€	4,82%
I&DT Empresas/ Projetos Mobilizadores	0,00%	6,83%	0,00%	14	81.150.396€	1,58%
I&DT Empresas/ Vale I&DT	0,02%	0,05%	0,05%	61	1.866.865€	0,04%
SI QPME/Vale Inovação (com Desenvolvimento e Engenharia)	0,03%	0,06%	0,08%	102	2.620.503€	0,05%

*Apenas considera os projetos que envolvem co-promotores empresariais
Fonte: Equipa do projeto com base em dados do sistema de informação do POFC

No âmbito específico do SI I&DT e do SAESCTN, até dezembro de 2012, o COMPETE apoiou 480 projetos com as características identificadas, envolvendo um investimento elegível de 335 MEUR. Os projetos em apreço

²⁰ De notar, todavia, que parte relevante destes resultados decorrem dos apoios concedidos via SI I&DT a projetos de I&D de uma única empresa: a Bial.

inseriram-se praticamente na sua totalidade nos Sistemas de Incentivos (e, em particular, no SI I&DT), uma vez que apenas existiram 22 projetos apoiados no SAESCTN que envolveram simultaneamente empresas e entidades do SCTN. Em termos temporais, os projetos que envolveram cooperação entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico (e, potencialmente, contribuíram para a aceleração da difusão, transferência e utilização conhecimento) aumentaram a sua relevância relativa entre o primeiro período de operacionalização das intervenções do COMPETE (1-1-2007 a 2-4-2009) e o segundo (3-4-2009 a 14-11-2010), passando de um peso de 5,1% para 14,7% em termos de investimento elegível. Ao invés, no terceiro período (15-11-2010 a 31-12-2012) reduziram a sua relevância para 5,5% do total do investimento elegível (Quadro A. 176). Esta evolução ficou a dever-se, sobretudo, ao facto dos projetos mobilizadores terem ficado concentrados apenas na segunda fase considerada.

A par disso, nas várias tipologias de projetos relevantes do SI I&DT, identificaram-se ainda 198 projetos (sobretudo projetos individuais) onde as empresas recorreram à contratação de investigação e de prestação de serviços junto de entidades do SCTN, num valor em torno dos 10 MEUR (ver Caixa A. 3).

Caixa A. 3

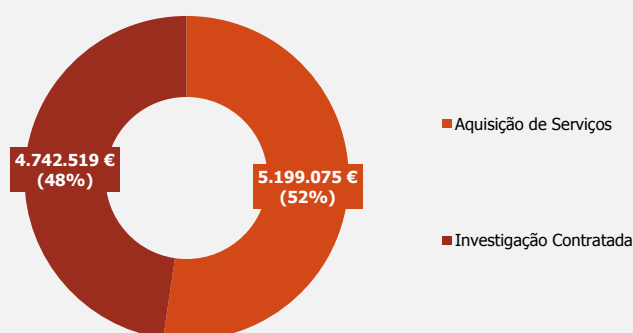
Investigação contratada e prestação de serviços no âmbito do SI I&DT

(aprovada até dezembro de 2012 no âmbito de pedidos de pagamento efetuados)

Nos pedidos de pagamento efetuados até dezembro de 2012 no contexto de projetos de I&DT, a despesa elegível associada a investigação contratada e a prestação de serviços junto de entidades do SCTN atingiu cerca de 10 MEUR, num total de 415 MEUR (cerca de 2,4%). Este tipo de contratação ocorreu sobretudo no âmbito dos projetos individuais de I&DT, como seria de esperar.

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Nº Proj	Inv. Elegível
I&DT Emp. - Co-promoção	2.024.950	328.466	207.119	87	2.560.535
I&DT Emp. - Individuais	3.421.781	1.917.765	1.993.518	103	7.333.064
I&DT Emp. - Individuais/Reg. Especial	1.710			1	1.710
I&DT Emp. - Mobilizadores		46.285		7	46.285

Entre as duas tipologias de despesa consideradas, constata-se que ocorreu uma repartição quase equitativa das empresas por uma e por outra.



Entre as várias "tipologias" de projetos orientadas para a promoção da articulação entre empresas e centros de saber e para a aceleração da difusão, transferência e utilização conhecimento, existem duas que, pela sua natureza e relevância, adquirem um estatuto particular: a tipologia dos Projetos de I&DT em Co-Promoção e a tipologia dos Projetos Mobilizadores.

Entre as várias "tipologias" de projetos orientadas para a promoção da articulação entre empresas e centros de saber e para a aceleração da difusão, transferência e utilização conhecimento, existem duas que, pela sua natureza e relevância, adquirem um estatuto particular: a tipologia dos Projetos de I&DT em Co-Promoção e a tipologia dos Projetos Mobilizadores.

Quadro A. 177

Projetos em Co-promoção do SI I&DT, n.º de promotores, investimento elegível e desagregação territorial

	Nº Proj.	Nº Co-Promotores	Nº Médio de Entidades por Projeto	Inv. Elegível
Co-Promoções	281	877	3,1	246.827.107€
Norte	62	166	2,7	67.177.067€
Centro	42	113	2,7	37.841.106€
Alentejo	2	4	2,0	821.495€
Multi-Regiões	175	594	3,4	140.987.439€
Mobilizadores	14	311	22,2	81.150.396
Multi-Regiões	14	311	22,2	81.150.396

Fonte: Equipa de avaliação com base em dados do sistema de informação do POFC

A tipologia dos projetos de I&DT em Co-Promoção deu seguimento aos anteriores IDEIA do PRIME e rapidamente se tornou numa opção de grande procura no SI I&DT e no COMPETE como um todo, potenciando de forma indiscutível o reforço da articulação e cooperação entre o tecido empresarial e os centros de saber, bem como a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas. Com efeito, o número de co-promoções apoiadas passou de 77 (com um investimento elegível de 14 MEUR) no PRIME para 281 (com um investimento elegível de 247 MEUR) no COMPETE, sem contar com os 176 projetos apoiados no âmbito dos PO Regionais cujo investimento elegível totalizou os 98.407 MEUR. De notar que cada co-promoção apoiada envolve, em média, três co-promotores, que cerca de 38% dessas co-promoções são exclusivamente de base regional (quase todas no Norte ou no Centro), ajudando a consolidar e a afirmar os sistemas regionais de inovação associados, e que as restantes (62%) são de natureza multi-regional,²¹ potenciando a consolidação do sistema nacional de inovação. Classifica-se, assim, como muito relevante para o objetivo global de promoção de uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação o estatuto de importância que esta tipologia de projetos alcançou no seio do SI I&DT e do COMPETE, nomeadamente pela criação ou reforço de laços de colaboração que a mesma determina entre os centros de saber e as empresas bem como pela transferência de conhecimento que usualmente induz.

A atual tipologia dos Projetos Mobilizadores do COMPETE também deu seguimento a uma tipologia de projetos idêntica no anterior PRIME (por sinal, com a mesma designação). Trata-se de uma tipologia de projetos que incorpora uma grande ambição e um elevado nível de investimento, assumindo contornos usualmente multi-regionais. Tal como aconteceu nas co-promoções, a relevância dos mobilizadores aumentou no atual período de programação de uma forma bastante significativa: o número de projetos deste tipo apoiados passou de 10 (com um investimento elegível de 42 MEUR) no PRIME para 14 (com um investimento elegível de 81 MEUR) no COMPETE. Esta é uma evolução tendencialmente positiva, sobretudo se os projetos vierem a determinar uma forte valorização de resultados por parte das empresas envolvidas e relevantes efeitos demonstradores para beneficiários potenciais. Diferentemente do anterior período de programação, os atuais Mobilizadores foram todos inseridos no contexto de processos de eficiência coletiva devidamente reconhecidos (Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters*), o que constituiu, em princípio, uma evolução positiva e potencialmente mais indutora de resultados impactantes. Contudo, em paralelo, os Mobilizadores tornaram-se projetos mais complexos e multifacetados, envolvendo um número claramente maior de co-promotores (em média, 22 entidades) e um lastro de atuação bastante mais disperso do que os anteriores. A este nível, e sem prejuízo de se reconhecer potenciais benefícios de fertilização cruzada de resultados, a equipa de avaliação mostra algum ceticismo quanto à bondade desta nova filosofia dos mobilizadores, considerando desejável no futuro um regresso a projetos mais restritos e focados. A análise do Projeto Mobilizador n.º 13856 (Tooling Edge), que emergiu no âmbito do PCT dos Moldes e das Ferramentas Especiais (Pool.Net), e que foi escolhido para efeito de estudo de caso na presente avaliação, procura ilustrar os prós e os contras das opções tomadas a este nível, destacando em simultâneo a importância deste tipo de projetos para impulsionar saltos qualitativos nos sectores por eles visados (ver Anexo N). Tendo em conta o carácter arrojado dos Mobilizadores e os impactos estruturantes que os mesmos podem determinar, a equipa de avaliação também recomenda uma maior ambição na utilização futura deste instrumento, propondo a sua associação ao apoio a projetos arriscados e voluntaristas, que comportem elevado potencial para induzir mudanças estruturais no perfil de especialização da economia e que sejam capazes de atrair e envolver players (nacionais ou estrangeiros) que ocupem posições estratégicas de relevo em cadeias de valor globais intensivas em tecnologia e conhecimento. Tudo isto pode e deve ser feito sob o chapéu de uma nova lógica de promoção da eficiência empresarial coletiva que procure a “emergência de (novos) sectores ou (a) assunção de riscos fora do alinhamento tradicional dos sectores (de especialização tradicional da nossa economia)”, como proposto recentemente na Avaliação das EEC-*Clusters* do COMPETE.

Centrando a atenção nas Co-Promoções e nos Mobilizadores de base multi-regional, os dados retirados do sistema de informação do COMPETE permitem concluir que o grosso dos projetos desta natureza envolve sobretudo articulações Norte-Centro, Norte-Centro-Lisboa e Centro-Lisboa. Esta realidade está em linha com a maturidade dos sistemas regionais de inovação existentes nas NUTS II em apreço, denotando efeitos relevantes de proximidade (Norte-Centro e Centro-Lisboa), mas também efeitos decorrentes do papel destacado de Lisboa no sistema nacional de inovação (Quadro A. 178).

²¹ Uma parte relevante dos projetos em co-promoção de base multi-regional (42%) envolve entidades do SCTN localizadas em Lisboa ao abrigo do *efeito spillover*.

Quadro A. 178**Relações inter-regionais dos projetos apoiados no âmbito do SI I&DT – Projetos em Co-Promoção e SI I&DT – Projetos Mobilizadores – Sistemas de Incentivos**

	Projetos em Co-promoção		Projetos Mobilizadores		Total (Co-Promoções + Mobilizadores)		
	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Nº Proj	Inv. Elegível	Inv. Elegível
Norte; Centro	82	41,66%	4	25,73%	86	79.617.157	35,84%
Norte; Centro; Lisboa	11	9,63%	6	43,08%	17	48.546.950	21,85%
Centro; Lisboa	25	15,77%			25	22.231.523	10,01%
Norte; Centro; Alentejo	8	4,81%	2	14,70%	10	18.717.354	8,43%
Norte; Lisboa	20	12,78%			20	18.019.113	8,11%
Norte; Centro; Lisboa; Alentejo	1	1,07%	2	16,48%	3	14.884.496	6,70%
Lisboa; Alentejo	11	6,18%			11	8.711.504	3,92%
Centro; Alentejo	7	2,60%			7	3.669.977	1,65%
Centro; Lisboa; Alentejo	4	3,16%			4	4.453.128	2,00%
Norte; Alentejo	4	1,20%			4	1.689.987	0,76%
Norte; Centro; Lisboa; Algarve	1	0,67%			1	940.028	0,42%
Norte; Lisboa; Alentejo	1	0,47%			1	656.618	0,30%
Total	175	100,00%	14	100,00%	189	222.137.835	100,00%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Escrutinando o tipo de co-promotores que geralmente integram os Projetos de I&DT em Co-Promoção e os Projetos Mobilizadores, verificamos que os co-promotores empresariais são os mais predominantes, aspeto que potencia claramente a valorização de resultados na economia. No tocante a co-promotores não empresariais, são comuns sobretudo os centros de investigação ligados a universidades ou politécnicos, os laboratórios associados e os centros tecnológicos, portanto quase sempre entidades do SCTN (Quadro A. 179).

Quadro A. 179**Tipo de co-promotores e investimento elegível apoiado no SI I&DT – Projetos em Co-Promoção e no SI I&DT – Projetos Mobilizadores – Sistemas de Incentivos**

	Co-Promoções		Mobilizadores	
	Nº Entidades	Inv. Elegível	Nº Entidades	Inv. Elegível
Empresas	465	2,99%	196	0,86%
Centro de I&D ou Dep. de Universidade/Politécnico	228	0,85%	58	0,29%
Centro Tecnológico	31	0,09%	19	0,11%
Instituição de interface Universidade/Empresa	22	0,09%	6	0,02%
Laboratório Associado	29	0,13%	7	0,05%
Laboratório do Estado	13	0,05%	5	0,05%
Outra Instituição de I&D privada sem fins lucrativos	89	0,62%	20	0,20%
Total nos Sistemas de Incentivos	-	4,82%	-	1,58%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Centrando agora a atenção no SAESCTN, verifica-se que as tipologias de co-promoção disponíveis neste instrumento, apesar de poderem envolver empresas, foram muito pouco participadas por este tipo de co-promotor. Em causa estão modalidades de projetos muito comuns entre entidades do SCTN, mas que usualmente ficam circunscritas ao meio científico e das infraestruturas tecnológicas. Em boa medida, isto acontecerá porque a tipologia SI I&DT – Projetos em Co-Promoção corresponderá a uma alternativa mais atrativa para este efeito, quer do lado das empresas quer do lado dos centros de saber. Em todo o caso, a equipa de avaliação considera que muitas das co-promoções do SAESCTN beneficiariam com um maior envolvimento de empresas, sobretudo se estas corresponderem a utilizadores avançados nas áreas de investigação dos projetos apoiados.

Virando a atenção para os Vales, importa referir que os mesmos correspondem a um instrumento inovador em Portugal, tanto pelo carácter simplificado que ambicionam como pelo incentivo que podem induzir à emergência de um mercado efetivo para serviços tecnológicos. Estamos, assim, perante um instrumento de mérito potencial incontestável. No COMPETE, o número de projetos apoiados no âmbito dos Vales foi bastante reduzido, pelo menos na área da I&D e do desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos: 163 projetos (61 vales I&DT e 102 vales inovação no domínio do desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos), o que torna pouco relevante a análise aprofundada dos mesmos no âmbito da presente avaliação. No entanto, se considerarmos a complementaridade com os PO Regionais, este número sobe exponencialmente, o que demonstra a atratividade do instrumento. Das entrevistas realizadas aos Organismos Intermédios ficou a ideia de que não está provada a eficácia desta tipologia de instrumento nos moldes em que foi operacionalizada, sobretudo pelo facto da aparente simplificação que se pretendia com a mesma não estar a ser alcançada na prática. Recomenda-se, por isso, uma reconfiguração profunda deste instrumento para o

próximo período de programação, capitalizando mudanças que promovam a sua flexibilização e simplificação efetiva.

Focando a atenção no SIAC, é de salientar que os resultados do inquérito realizado a promotores apoiados por este tipo de instrumento permitem inferir que cerca de 21% dos projetos apoiados visam ou visaram a promoção cooperação entre empresas e entidades do SCTN e 12,5% visam ou visaram a promoção da transferência de tecnologia para as empresas (ver Anexo K). Considera-se relevante para o futuro induzir uma maior aposta neste tipo de projetos e de iniciativas, na condição de que não existam redundâncias das mesmas no território e que contem com um grande envolvimento das agências públicas com competências e responsabilidades nesta matéria.

Quadro A. 180

Ventilação setorial dos projetos indutores do aumento da articulação entre empresas e centros de conhecimento, bem como da transferência e valorização de conhecimento – Sistemas de Incentivos

	I&DT Entidades do SCTN - Projetos em Co-promoção		I&DT Projetos em Co-promoção		I&DT Projetos Mobilizadores		I&DT Vale I&DT		Total	
	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível
Agric., Silv. e Pesca	0	0,0%	1	0,05%	0	0,00%	1	0,00%	2	2.434.269
Alimentares	0	0,0%	17	0,21%	1	0,04%	4	0,00%	22	12.881.845
Construção	0	0,0%	2	0,02%	0	0,00%	1	0,00%	3	1.233.680
Distribuição e Comércio	0	0,0%	4	0,06%	0	0,00%	1	0,00%	5	3.252.389
Educação, Saúde e Cultura	0	0,0%	2	0,03%	2	0,28%	0	0,00%	9	16.008.085
Energia, Água e Saneam.	0	0,0%	4	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	4	1.587.761
Extrativas	0	0,0%	2	0,08%	0	0,00%	0	0,00%	2	3.941.680
Madeira, Cortiça e Mobiliário	0	0,0%	19	0,25%	0	0,00%	5	0,00%	24	13.037.832
Material de Construção	0	0,0%	14	0,21%	1	0,09%	7	0,00%	22	15.292.040
Material de Transporte	0	0,0%	16	0,32%	1	0,14%	4	0,00%	21	24.107.894
Mecânicas e Eletrónicas	0	0,0%	22	0,32%	2	0,24%	6	0,00%	30	28.891.493
Metálicas	0	0,0%	31	0,53%	1	0,14%	9	0,01%	41	34.609.243
Papel e Publicações	0	0,0%	8	0,15%	0	0,00%	1	0,00%	9	7.870.767
Químicas	0	0,0%	26	0,37%	0	0,00%	9	0,00%	35	19.424.174
Serviços Empresariais	22	0,93%	102	1,98%	3	0,36%	5	0,00%	132	123.218.685
Têxtil, Vest. E Calçado	0	0,0%	11	0,20%	2	0,24%	8	0,00%	21	22.759.358
Transp., Logística e Comunic.	0	0,0%	0	0,00%	1	0,04%	0	0,00%	1	2.121.503
Total Geral	22	0,93%	281	4,82%	14	1,58%	61	0,04%	378	332.672.698

Fonte: Equipa de avaliação com base em dados do sistema de informação do POFC

Para finalizar, considera-se fundamental olhar para o foco sectorial dos projetos em análise. A este nível, verifica-se que os projetos apoiados potencialmente indutores do aumento da articulação entre empresas e centros de conhecimento se têm focado sobretudo em áreas ligadas aos serviços empresariais (software e serviços TIC, serviços de engenharia, serviços de I&D), embora sejam também frequentes em atividades ligadas às indústrias metálicas, às indústrias mecânicas e eletrónicas, às indústrias da madeira, cortiça e mobiliário e às indústrias alimentares (Quadro A. 180). Destaca-se pela positiva a relevância evidenciada pelos serviços empresariais, designadamente os ligados às TIC e aos serviços de engenharia. Ainda assim, a equipa de avaliação considera desejável que seja priorizada no futuro uma certa orientação destes projetos para atividades industriais fortemente intensivas em tecnologia, sempre que possível envolvendo multinacionais com presença em cadeias globais de valor.

G.3 Qual o contributo do COMPETE para o reforço do empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico?

O contributo fundamental do COMPETE para o empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico decorre essencialmente das intervenções associadas ao SI I&DT e ao SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado e das intervenções decorrentes de veículos de capital de risco e *business angels* apoiados pelo programa que sejam dirigidas para a promoção de novas empresas de base tecnológica. Complementarmente, decorre ainda de intervenções apoiadas no âmbito do SIAC destinadas a dinamizar o espírito empresarial e o empreendedorismo.

Quadro A. 181

Projetos de novas empresas qualificadas apoiados nos Sistemas de Incentivos e projetos apoiados por capital de risco ou *business angels*, investimento elegível ou total (até 31-12-2012)

	1-1-2007 a 2-4-2009 (Peso %)	3-4-2009 a 14-11-2010 (Peso %)	15-11-2010 a 31-12-2012 (Peso %)	Total		
				Nº Proj.	Inv. Elegível	Peso
Sistemas de Incentivos	0,93%	2,97%	1,67%	85	83.002.307€	1,62%
SI I&DT	0,75%	2,59%	1,42%	73	70.345.212€	1,37%
SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado	0,18%	0,38%	0,25%	12	12.657.094€	0,25%
Capital de Risco e <i>Business angels</i>	100,00%	100,00%	78,00%	101	27.394.215€	80,16%
Capital de risco	100,00%	100,00%	48,22%	31	18.215.292€	53,30%
<i>Business Angels</i>			29,78%	70	9.178.923€	26,86%

Fonte: Equipa do projeto com base em dados do sistema de informação do POFC

No âmbito do SI I&DT, até dezembro de 2012, foi apoiada a criação de 33 empresas e mais 40 empresas nascentes, envolvendo um investimento de cerca de 39 MEUR (Quadro A. 181). Desta forma, os resultados do SI I&DT nesta matéria são globalmente interessantes, sobretudo se considerarmos que no âmbito dos PO Regionais estes números sobem significativamente.

Quadro A. 182

Ventilação setorial dos projetos apoiados no SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado - Sistemas de Incentivos

	1-1-2007 a 2-4-2009		3-4-2009 a 14-11-2010		15-11-2010 a 31-12-2012		Total	
	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível	Nº Projetos	Inv. Elegível
Distribuição e Comércio	0	0,00%	0	0,00%	1	0,05%	1	0,01%
Energia, Água e Saneam.	0	0,00%	1	0,17%	0	0,00%	1	0,03%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	0	0,00%	1	0,18%	0	0,00%	1	0,04%
Mecânicas e Eletrónicas	0	0,00%	0	0,00%	2	0,18%	2	0,05%
Metálicas	1	0,15%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,08%
Serviços Empresariais	2	0,07%	3	0,22%	1	0,09%	6	0,10%
Total Geral	3	0,21%	5	0,57%	4	0,32%	12	0,31%

Fonte: Equipa de avaliação com base em dados do sistema de informação do POFC

Diferentemente, no âmbito do SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado, foram apoiados apenas 12 projetos, envolvendo um investimento elegível que não foi além de 11 MEUR. Pela via exclusiva do COMPETE, esta tipologia de projetos está, assim, a ter um impacto absolutamente marginal no reforço do empreendedorismo qualificado, o que em parte é compreensível pelo facto do grosso dos projetos de empreendedorismo serem mobilizados por micro ou pequenas empresas (Quadro A. 181).²² Em termos sectoriais, os projetos em apreço encontram-se inseridos em atividades ligadas à distribuição e comércio, à energia, à água e saneamento, à madeira, cortiça e mobiliário, as indústrias mecânicas e eletrónicas e às indústrias metálicas, o que revela uma focagem pouco interessante do SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado (Quadro A. 182).

²² Com efeito, segundo dados do Relatório de Execução do COMPETE de 2012, até dezembro de 2012, no âmbito dos PO Regionais, foram apoiados no SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado 240 projetos, envolvendo um investimento de 154 MEUR, o que naturalmente configura um contributo muito significativo para a promoção do empreendedorismo qualificado em Portugal.

A via complementar do capital de risco e dos *business angels*, talvez pelo facto de ter avançado muito tardiamente, está a ter um papel igualmente pouco expressivo, o que revela um ponto fraco incontestável do Programa. Com efeito, no âmbito do capital de risco, até dezembro de 2012, foram apoiadas apenas 21 empresas, com uma injeção de capital que não foi além de 18 MEUR. Por sua vez, no âmbito dos *business angels*, foram apoiadas 57 empresas, através de financiamentos que não ultrapassaram 9,2 MEUR. Por ser uma via especialmente ajustada ao apoio do empreendedorismo qualificado, a equipa de avaliação considera que este tipo de instrumentos merece um processo de experimentação mais alargado e denso no futuro, acompanhado por uma monitorização apertada que avalie os seus principais resultados e impactos por comparação com instrumentos mais tradicionais como são os Sistemas de Incentivos (ver Questão de Avaliação T1 sobre “Financiamento e partilha de risco”).

No âmbito do SIAC, cerca de 10% dos projetos apoiados visam ou visaram a promoção do empreendedorismo em geral. Segundo os resultados obtidos a partir do inquérito realizado a promotores apoiados por este instrumento, pode-se apenas uma parte minoritária dos projetos apoiados incidir no empreendedorismo tecnológico (ver Anexo K). De notar que, a este nível, se deteta uma ausência total de projetos estruturantes liderados por agências públicas relevantes, ausência essa que coexiste com um conjunto de iniciativas dispersas e, tendencialmente, pouco impactantes a nível nacional e das regiões próprias regiões NUT II de convergência.

O apoio ao empreendedorismo qualificado e à criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico constitui, assim, um domínio de intervenção do COMPETE cujos resultados e impactos são relativamente modestos, facto que importa tentar corrigir rapidamente através de abordagens mais agressivas, dando mais força à dinamização de capital de risco e de *business angels* bem como a iniciativas coletivas de promoção do empreendedorismo de base tecnológica. Naturalmente, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, esta realidade aparece atenuada se considerarmos o papel que os PO Regionais estão a ter neste domínio, como facilmente se depreende da leitura do Relatório de Execução do COMPETE de 2012.

G.4 Qual o contributo do COMPETE para a criação de novos produtos e processos?

O contributo fundamental do COMPETE para a criação de novos produtos e processos decorre essencialmente das intervenções associadas ao SI Inovação e ao capital de risco/ *business angels*, embora as intervenções apoiadas pelo SI I&DT possam também contribuir para este objetivo numa base pré-mercado ou piloto. Por uma questão de rigor, considerar-se-á nesta subquestão de avaliação apenas as intervenções levadas a cabo no âmbito do SI Inovação, do capital de risco e dos *business angels*.

Analisando os resultados do inquérito efetuado a promotores de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, verifica-se que os vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos apoiados foram a “introdução de novos produtos/ serviços”, a “expansão da capacidade produtiva” e a “modernização tecnológica de processos”. Estes resultados evidenciam, também, que o impacto dos projetos apoiados foi especialmente favorável nestes vetores. Este padrão de respostas do inquérito faz-nos, por isso, crer que o contributo do COMPETE para a criação de novos produtos e processos está a ser muito significativo (ver Anexo D).

Quadro A. 183

Projetos apoiados de criação de novos produtos/ serviços e novos processos, investimento elegível

	1-1-2007 a 2-4-2009 (Peso %)	3-4-2009 a 14-11-2010 (Peso %)	15-11-2010 a 31-12-2012 (Peso %)	Total		
				Nº Proj.	(Valor €)	(Peso %)
SI Inovação	74,2%	45,7%	76,0%	539	3.491.270.925€	68,1%
Novos bens e serviços	35,2%	26,6%	41,9%	233	1.799.769.825€	35,1%
Novos processos ou métodos	24,4%	13,5%	26,1%	197	1.147.967.208€	22,4%
Empreendedorismo qualificado	0,2%	0,4%	0,2%	12	12.657.094€	0,2%
Multi c/ novos bens ou processos	14,4%	5,2%	7,8%	97	530.876.798€	10,4%
Capital de Risco e <i>Business Angels</i>	100,0%	100%	100,0%	110	34.175.789€	100,0%
Capital de risco	100,0%	100%	70,2%	40	24.996.866€	73,1%
<i>Business Angels</i>	0,0%	0,0%	29,8%	70	9.178.923€	26,9%

Fonte: Equipa do projeto com base em dados do sistema de informação do POFC

No âmbito do SI Inovação, foram apoiados 539 projetos que tocam a inovação de produto (produção de novos bens ou serviços) e/ou a inovação de processo, representativos de um investimento elegível de 3,5 mil MEUR. Neste total sobressaem os projetos de inovação de produto/serviço, que representam mais de 43% dos projetos em apreço e 35% do investimento elegível. Em termos de faseamento (Quadro A. 183), o peso relativo dos projetos de criação de novos produtos ou processos oscilou significativamente, assumindo um peso especialmente elevado na primeira fase de implementação do Programa (de 1-1-2007 a 2-4-2009), representativo de mais de 60% da despesa elegível total homologada no SI Inovação. No segundo período considerado (3-4-2007 a 14-11-2010), o peso relativo deste tipo de projetos reduziu-se muito em termos de investimento elegível (passando para 40% do investimento elegível apoiado no SI Inovação), no decorrer do

“alargamento de banda” operacionalizado nessa altura, justificado pelo contexto mas pouco desejável em termos de objetivos do COMPETE. No último período (15-11-2012 a 31-12-2012), a representatividade dos projetos de inovação de produto e processo voltou a aumentar, representando cerca de 68% do investimento elegível homologado no SI Inovação. Tendo em conta os valores envolvidos, a equipa de avaliação recomenda para o futuro uma maior seletividade no apoio a este tipo de projetos, dando uma forte priorização a atividades fortemente intensivas em tecnologia e conhecimento, em projetos que simultaneamente incorporem elevado valor acrescentado.

O impacto das intervenções do COMPETE orientadas para a tipologia de projetos em análise poderá ser analisado em três variáveis essenciais: crescimento do volume de negócios total, crescimento do peso do volume de negócios associado a novos produtos entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto (para os projetos de criação de novos produtos) e crescimento da produtividade aparente (para os projetos de criação de novos processos). No tocante a impactos potenciais, tendo em conta os dados disponíveis no sistema de informação do COMPETE relativos ao SI Inovação, é prospetivado pelos promotores dos projetos de criação de novos produtos apoiados um aumento médio do volume de negócios total entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto de 67,1%, que é naturalmente significativo e mais elevado do que no SI Inovação em geral (53,8%). Quanto aos projetos de criação de novos processos, é prospetivado pelos promotores apoiados um aumento da produtividade aparente do trabalho de 59% entre o pré e o pós-projeto, que é igualmente significativo e superior à média do SI Inovação (56%). A partir de dados recolhidos no âmbito do inquérito realizado a empresas apoiadas pelos Sistemas de Incentivos, procedeu-se a uma aproximação dos impactos efetivos do COMPETE a este nível. Os resultados apontam para um aumento médio do volume de negócios total entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto de 27%, bastante abaixo do potencial esperado, mas substancialmente acima do SI Inovação em geral (18,4%). Em contrapartida, apontam para aumentos extremamente expressivos do volume de negócios associado especificamente a novos produtos, que se cifram numa variação de 1.272%. Quanto aos projetos de criação de novos processos, é apontado pelos promotores apoiados um aumento da produtividade aparente do trabalho de 74,7% entre o pré e o pós-projeto, que é muito significativo e superior à média do SI Inovação (40,4%). Considera-se, porém, que estes resultados relativos à produtividade são pouco robustos, dada a natureza das respostas que estiveram na sua base.

No tocante a projetos apoiados por capital de risco e *business angels*, identificamos 110 intervenções em 82 empresas - 40 projetos em 25 empresas por fundos de capital de risco (25 MEUR de financiamento) e 70 projetos em 57 empresas por *business angels* (9,2 MEUR de financiamento). Não existem dados disponíveis para já sobre os principais impactos destas intervenções em matéria de crescimento do volume de negócios e produtividade nas empresas apoiadas.

G.5 Qual o contributo do COMPETE para a evolução dos indicadores internacionais de inovação e competitividade, de forma particular no setor empresarial?

A análise do contributo do COMPETE para a evolução de indicadores internacionais de inovação e competitividade é largamente tributária dos impactos do Programa nestes dois domínios, impacto esse que é objetivo de análise em várias das questões de avaliação do presente exercício. O horizonte temporal associado à ocorrência desses impactos e o campo de intervenção territorial do Programa dificultam especialmente esta análise.

No contexto da UE, existem atualmente três importantes “instrumentos” que podem ser usados para a análise da evolução dos indicadores de inovação e competitividade nacional e regional: o *Innovation Union Scoreboard*²³, o *Simple Composite Indicator Zooming in on Innovation Output*²⁴ e o *Regional Innovation Scoreboard*²⁵.

No tocante ao *Innovation Union Scoreboard*, no conjunto dos indicadores considerados, Portugal tem vindo a destacar-se pela positiva em matéria de atração de alunos extra-UE para doutoramento, de aumento de co-publicações científicas internacionais, de crescimento de registos comunitários de *design*, de aumento das despesas em I&D públicas e privadas e de crescimento do n.º de jovens com ensino secundário concluído. Pela negativa, destaca-se a forte queda em matéria de novos doutorados, de investimentos de capital de risco e das despesas em inovação não ligadas à I&D. Esta realidade está, em grande medida, em linha com o diagnóstico atrás efetuado nas restantes subquestões de avaliação, validando largamente as conclusões reportadas e as recomendações propostas, tornando especialmente relevante o referido em relação ao apoio ao empreendedorismo qualificado e à mobilização mais agressiva de veículos ligados a capital de risco.

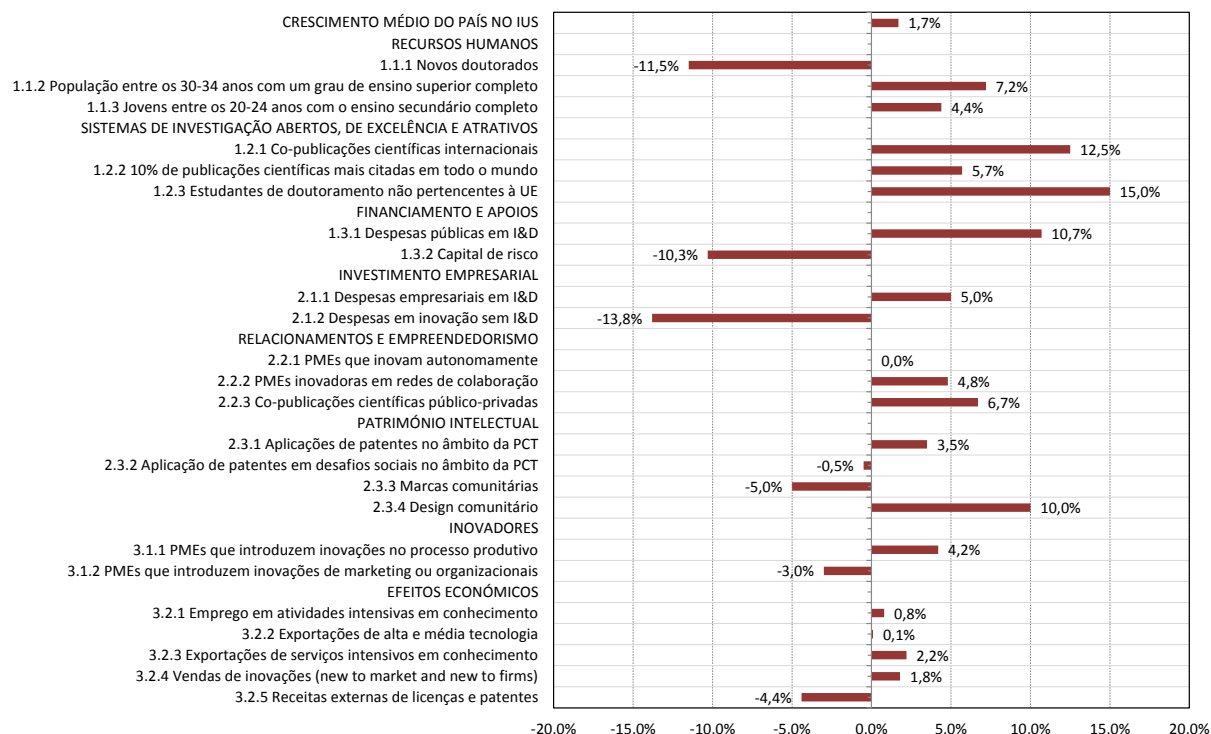
²³ Comissão Europeia (2013), *Innovation Union Scoreboard 2013*, Enterprise and Industry.

²⁴ Comissão Europeia (2013), *Developing an indicator of innovation output*, Commission Staff Working Document, SWD(2013)325.

²⁵ Comissão Europeia (2013), *Regional Innovation Scoreboard 2012*, Enterprise and Industry.

Gráfico A. 13

Evolução do desempenho português em inovação e competitividade por dimensão e indicador relevante (2008-2012)

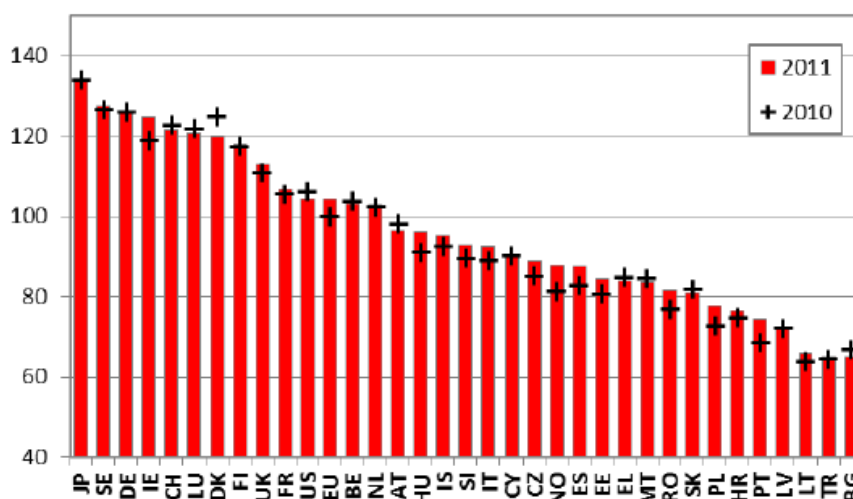


Fonte: Innovation Union Scoreboard, 2013

No *Simple Composite Indicator Zooming in on Innovation Output*, a performance inovadora do nosso país, apesar de se situar em níveis muito baixos, está a evoluir positivamente, indiciando efeitos relevantes do COMPETE neste domínio.

Gráfico A. 14

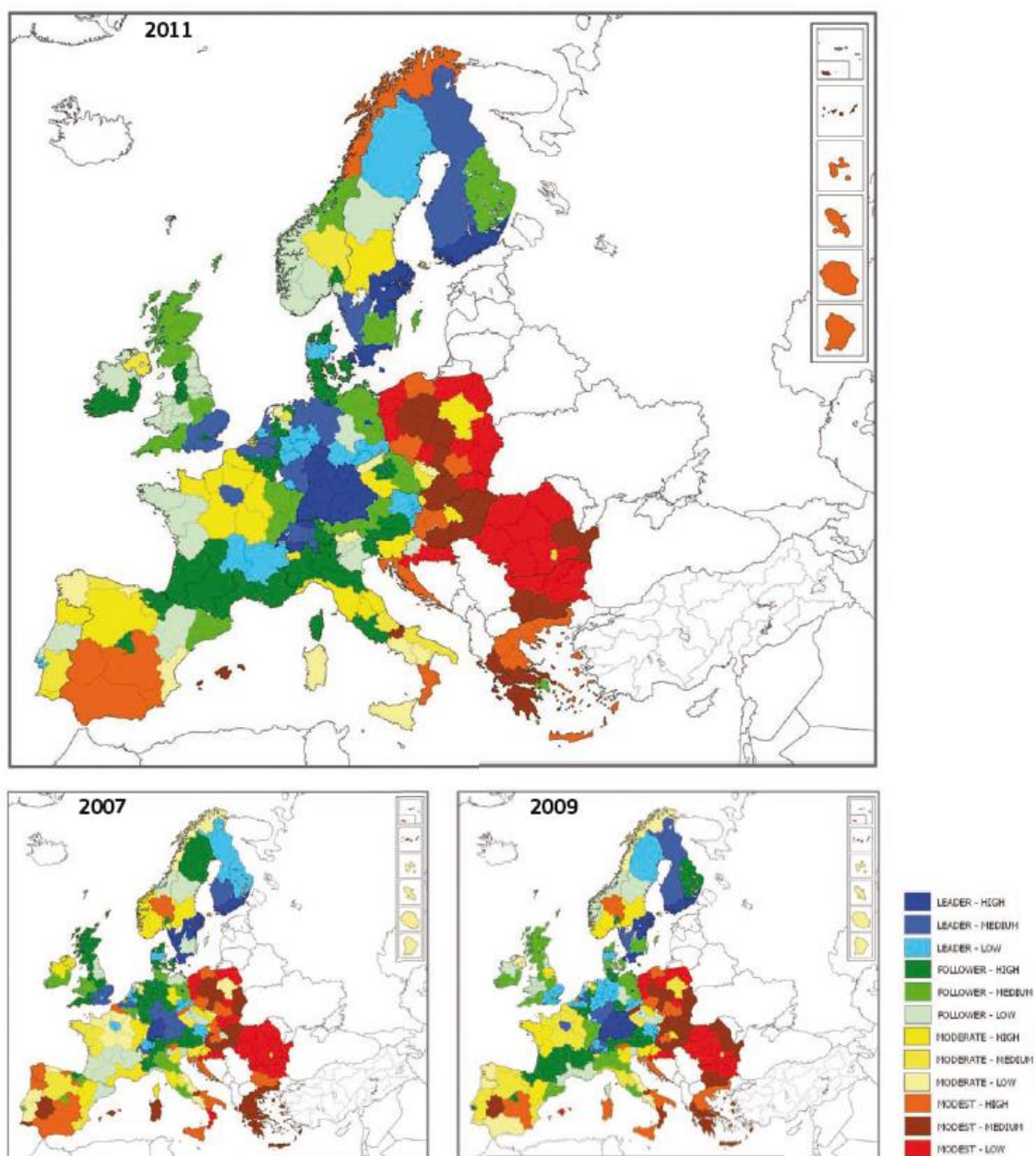
Evolução do desempenho português nos outputs da inovação (2010-2011)



Fonte: Comissão Europeia (2013), "Developing an indicator of innovation output", Commission Staff Working Document, SWD(2013)325.

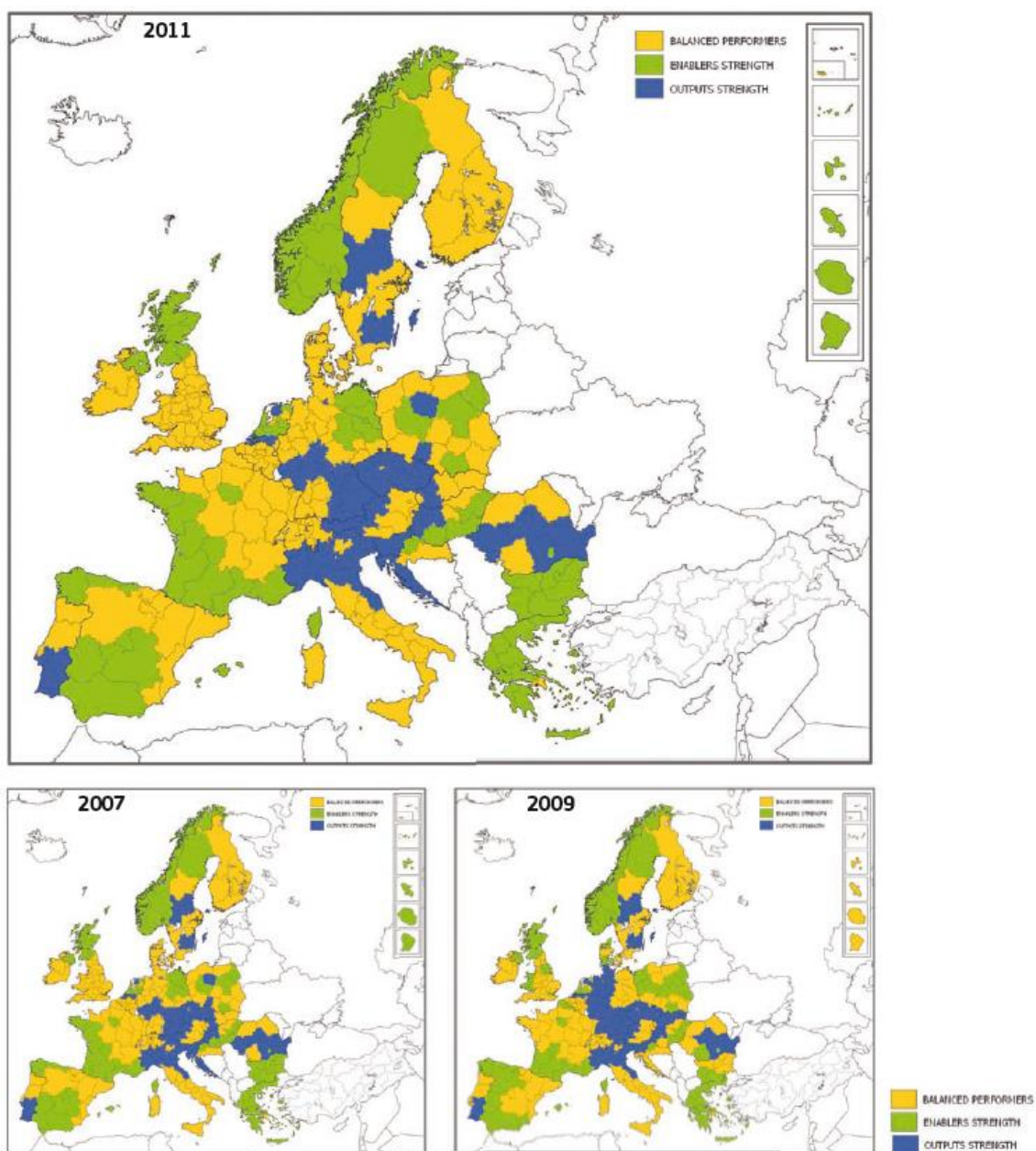
Por último, no âmbito do *Regional Innovation Scoreboard* é possível verificar que, desde 2007, existe uma evolução favorável na performance inovadora e competitiva das regiões de convergência que são objeto de intervenção pelo COMPETE (bem como nas restantes regiões de convergência portuguesas), o que mais uma vez sugere um contributo positivo do Programa neste domínio.

Gráfico A. 15
Mapas da Performance Inovadora por Grupos de Regiões NUT II na UE (2007-2011)



Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2012

Gráfico A. 16
Mapas da Performance Competitiva por Grupos de Regiões NUT II na UE (2007-2011)



Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2012

Anexo H. Financiamento e partilha de risco da inovação

H.1 ***Linhas estratégicas, fatores competitivos e impactos das intervenções apoiadas pelos fundos de capital de risco e sociedades de business angels promovidos pelo COMPETE nas empresas destinatárias***

Quadro A. 184

Qual o principal foco estratégico prosseguido pela empresa no momento em que apresentou a(s) candidatura(s) aos mecanismos de reforço do capital próprio (Fundos de Capital de Risco e sociedades de *Business Angels*)?

	De 1/1/2007 a 2/4/2009	De 3/4/2009 a 14/11/2010	De 15/11/2010 a 31/12/2012
Expansão da capacidade produtiva	19,3	0,7	6,1
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	0,0	0,3	0,0
Aumento do valor acrescentado	2,6	0,0	0,0
Viragem para os mercados externos	7,3	8,9	50,3
Reforço do negócio internacional na UE	2,4	0,7	0,9
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	2,6	25,5	0,0
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	37,0	17,1	0,3
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, <i>design</i> , marca, etc.)	35,0	0,0	0,0
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à dimensão ambiental (ambiente e eco-eficiência, eficiência e diversificação energética, etc.)	0,0	0,0	0,0
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	5,2	15,7	0,0
Desenvolvimento de Novo Produto e lançamento mundial	2,1	0,0	0,0
Marketing, comercialização e distribuição	0	0,9	0,0

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto dos destinatários de Fundos de Capital de Risco e de Sociedades de *Business Angels*

Quadro A. 185**Vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos de investimento apoiados – Fundos de Capital de Risco e *Business Angels***

(os três vetores estratégicos mais relevantes numerados de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor mais relevante)

	Escala de Importância (em %)			n/r
	1	2	3	
Introdução de novos produtos/serviços	51,6	9,8	14,7	23,8
Inovação nos produtos/serviços já existentes	5,6	11,9	7,9	74,5
Modernização tecnológica de processos	0,7	14,0	0,8	84,5
Expansão da capacidade produtiva	1,5	18,5	3,7	76,3
Alteração da gama de produtos/serviços	0,0	0,7	2,0	97,3
Diferenciação de produtos/serviços	1,0	10,1	12,4	76,5
Internacionalização (vendas, compras)	22,4	26,5	30,7	20,5
Contenção de custos/despesas	0,0	0,7	25,1	74,2
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	1,0	1,8	0,6	96,6
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	20,6	7,7	3,3	68,4

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto dos destinatários de Fundos de Capital de Risco e de Sociedades de *Business Angels*

Quadro A. 186**Fatores competitivos privilegiados nos projetos de investimento apoiados – Fundos de Capital de Risco e *Business Angels***

(os três fatores competitivos mais relevantes numerados de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao fator mais relevante)

	Escala de Importância (em %)			n/r
	1	2	3	
Reforço da qualificação e competências do capital humano	1,4	26,5	38,0	34,0
Formação profissional	0,0	0,7	0,3	99,0
Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação	36,7	10,2	24,8	28,3
Acesso ao conhecimento e à tecnologia	2,5	3,5	1,0	93,0
<i>Design</i> e engenharia de desenvolvimento	3,1	15,8	11,5	69,5
Criação/reforço de marca própria	1,4	20,9	7,8	69,9
Marketing, comercialização e distribuição	61,2	16,2	13,5	9,0
Qualidade	0,7	0,8	2,2	96,2
Ambiente	0,0	0,0	1,0	99,0
Eficiência energética	4,2	0,0	1,0	94,8

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto dos destinatários de Fundos de Capital de Risco e de Sociedades de *Business Angels*

Quadro A. 187

Avaliação do impacto do projeto de investimento – Fundos de Capital de Risco e *Business Angels*
 (os quatro impactos mais relevantes classificados de 1 a 5, sendo que 1= muito desfavorável e 5= muito favorável)

Impactos	Escala de Importância (em %)					n/r
	1	2	3	4	5	
Expansão da capacidade produtiva e da produção	0,0	0,0	0,3	6,2	29,4	64,0
Internacionalização do negócio	0,0	0,0	0,0	14,0	76,7	9,2
Entrada em novos mercados – UE	2,1	0,0	2,1	4,1	11,2	80,5
Entrada em novos mercados – extra UE	0,0	0,0	1,0	25,5	13,3	60,2
Lançamento de uma nova área de negócio	0,0	0,0	6,3	1,4	43,2	49,2
Lançamento de novos produtos/serviços	0,0	0,0	4,2	7,1	28,4	60,3
Diferenciação de bens e serviços	0,0	0,0	2,5	7,4	2,4	87,8
Introdução de novos processos produtivos	0,0	0,0	2,5	7,4	2,4	87,8
Organização e gestão	0,0	0,3	0,0	30,7	16,3	52,6
Comercialização e marketing	0,0	0,3	2,8	4,2	42,4	50,3
I&D	0,0	0,0	2,1	15,0	20,0	62,9
Qualidade dos produtos/serviços	0,0	0,0	2,8	6,0	0,7	90,5
Eficiência e diversificação energética	0,0	0,0	4,5	2,4	0,0	93,1
Ambiente	0,0	0,0	4,5	0,0	0,0	95,5
Qualificação de recursos humanos	0,0	0,0	1,4	8,3	4,5	85,8
Cooperação empresarial e institucional	0,0	0,0	0,7	3,2	1,7	94,4
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento (QREN/Extra QREN)	0,0	2,1	0,7	0,0	8,0	89,2

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto dos destinatários de Fundos de Capital de Risco e de Sociedades de *Business Angels*

H.2 **Caracterização do universo empresarial das linhas de crédito bonificado (PME Investe I e II) e linhas estratégicas, fatores competitivos e impactos das intervenções apoiadas**

Quadro A. 188

N.º de projetos apoiados e investimento aprovado por subsetores (PME Investe I e II)

	N.º Projetos		Investimento aprovado	
	N.º.	%	Euros	%
Extrativas	28	0,7%	10.372.510	0,8%
Alimentares	133	3,5%	55.967.837	4,4%
Têxtil, Vest. E Calçado	289	7,7%	101.450.296	8,0%
Energia, Água e Saneam.	33	0,9%	16.086.738	1,3%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	209	5,6%	74.855.009	5,9%
Material de Construção	150	4,0%	68.047.655	5,4%
Material de Transporte	35	0,9%	14.647.777	1,2%
Mecânicas e Eletrónicas	158	4,2%	76.001.004	6,0%
Metálicas	355	9,4%	140.050.470	11,0%
Papel e Publicações	109	2,9%	39.318.427	3,1%
Químicas	142	3,8%	60.839.069	4,8%
Construção	372	9,9%	152.710.748	12,0%
Distribuição e Comércio	1178	31,3%	332.626.343	26,2%
Transp., Logística e Comunicação	101	2,7%	33.563.373	2,6%
Hotelaria e Restauração	178	4,7%	29.462.259	2,3%
Serviços Empresariais	285	7,6%	63.118.847	5,0%
Educação, Saúde e Cultura	7	0,2%	1.429.000	0,1%
Total	3762	100,0%	1.270.547.362	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 189

N.º de projetos apoiados e investimento aprovado por antiguidade dos destinatários (PME Investe I e II)

	N.º Projetos		Investimento aprovado	
	N.º.	%	Euros	%
Criação de empresas	8	0,2%	5.849.000	0,5%
Empresas nascentes	101	2,7%	26.742.581	2,1%
Empresas existentes	3652	97,1%	1.237.855.781	97,4%
Total	3761	100,0%	1.270.447.362	100,0%

Nota: Consideram-se casos de Criação de Empresas aqueles cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de 265actores265e é inferior a um ano; Empresas Nascentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de 265actores265e é superior ou igual a um ano e inferior a três anos; e Empresas existentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de 265actores265e é superior ou igual a três anos.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 190**N.º de projetos apoiados e investimento aprovado por classe de risco dos destinatários (PME Investe I e II)**

	N.º Projetos		Investimento aprovado	
	Nº.	%	Euros	%
A	1371	36,4%	298.692.597	23,5%
B	648	17,2%	180.994.629	14,2%
C	588	15,6%	140.241.253	11,0%
PME Líder	1155	30,7%	650.618.882	51,2%
Total	3762	100,0%	1.270.547.362	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 191**N.º de projetos apoiados e investimento aprovado por forma jurídica dos destinatários (PME Investe I e II)**

	N.º Projetos		Investimento aprovado	
	Nº.	%	Euros	%
Cooperativa	1	0,0%	500.000	0,0%
Empresário em Nome Individual	77	2,0%	11.736.533	0,9%
Pess. Col. Utl. Pública	1	0,0%	280.000	0,0%
Sociedade anónima	844	22,4%	497.396.874	39,1%
Sociedade Civil Particular	3	0,1%	3.070.553	0,2%
Sociedade em Comandita	1	0,0%	500.000	0,0%
Sociedade em Nome Coletivo	134	3,6%	90.116.220	7,1%
Sociedade por quotas	2701	71,8%	666.947.181	52,5%
Total	3762	100,0%	1.270.547.362	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 192**N.º de projetos apoiados e investimento aprovado por dimensão dos destinatários (PME Investe I e II)**

	N.º Projetos		Investimento aprovado	
	Nº.	%	Euros	%
Média	1090	29,0%	644.232.731	50,7%
Pequena	1882	50,0%	529.118.899	41,6%
Micro	790	21,0%	97.195.732	7,6%
Total	3762	100,0%	1.270.547.362	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 193**N.º de projetos apoiados e investimento aprovado por região dos destinatários
(PME Investe I e II)**

	N.º Projetos		Investimento aprovado	
	Nº.	%	Euros	%
Alentejo	210	5,6%	80.063.175	6,3%
Alentejo Central	36	1,0%	17.056.106	1,3%
Alentejo Litoral	28	0,7%	11.172.281	0,9%
Alto Alentejo	16	0,4%	2.637.400	0,2%
Baixo Alentejo	12	0,3%	2.394.000	0,2%
Lezíria do Tejo	118	3,1%	46.803.388	3,7%
Centro	1537	40,9%	539.083.035	42,4%
Baixo Mondego	145	3,9%	53.402.750	4,2%
Baixo Vouga	346	9,2%	130.050.682	10,2%
Beira Interior Norte	42	1,1%	12.361.438	1,0%
Beira Interior Sul	33	0,9%	7.979.615	0,6%
Cova da Beira	65	1,7%	15.295.805	1,2%
Dão-Lafões	130	3,5%	42.697.837	3,4%
Médio Tejo	122	3,2%	35.534.875	2,8%
Oeste	196	5,2%	61.944.031	4,9%
Pinhal Interior Norte	50	1,3%	17.676.690	1,4%
Pinhal Interior Sul	30	0,8%	13.670.881	1,1%
Pinhal Litoral	363	9,6%	145.329.345	11,4%
Serra da Estrela	15	0,4%	3.139.087	0,2%
Norte	2015	53,6%	651.401.152	51,3%
Alto Trás-os-Montes	96	2,6%	23.629.080	1,9%
Ave	327	8,7%	118.699.474	9,3%
Cávado	274	7,3%	82.438.294	6,5%
Douro	72	1,9%	18.444.721	1,5%
Entre Douro e Vouga	236	6,3%	75.745.400	6,0%
Grande Porto	659	17,5%	213.024.820	16,8%
Minho-Lima	73	1,9%	24.693.052	1,9%
Tâmega	278	7,4%	94.726.311	7,5%
Total	3762	100,0%	1.270.547.362	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 194

Principal foco estratégico prosseguido pela empresa no momento em que apresentou o pedido de financiamento referido (PME Investe I e II)

	%
Expansão da capacidade produtiva	27,4
Promoção da eficiência da organização e da produção visando reduzir custos	22,3
Aumento do valor acrescentado	4,7
Viragem para os mercados externos	6,5
Reforço do negócio internacional na UE	6,8
Reforço do negócio internacional nos mercados emergentes fora da UE	9,5
Promoção da I&D e/ou da inovação e valorização do conhecimento e da propriedade industrial	2,6
Desenvolvimento dos fatores competitivos associados à diferenciação do produto (qualidade, <i>design</i> , marca, etc.)	8,2
Aumento do poder nos canais de distribuição e comercialização visando melhorias do preço e/ou da margem	8,9
Outro	3,1
Total	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de destinatários das linhas PME Invest I e II

Quadro A. 195

Vetores de orientação estratégica privilegiados nos projetos de investimento apoiados- PME Investe I e II

(os três vetores estratégicos mais relevantes numerados de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao vetor mais relevante)

	Escala de Importância (em %)			n/r
	1	2	3	
Introdução de novos produtos/serviços	11,6	4,9	2,3	81,2
Inovação nos produtos/serviços já existentes	4,4	6,4	7,1	82,1
Modernização tecnológica de processos	13,7	10,7	4,7	70,9
Expansão da capacidade produtiva	16,3	5,9	6,0	71,8
Alteração da gama de produtos/serviços	0,0	1,6	2,6	95,8
Diferenciação de produtos/serviços	0,0	3,7	8,1	88,2
Internacionalização (vendas, compras)	5,9	8,6	3,6	81,9
Contenção de custos/despesas	3,1	2,8	0,0	94,1
Cooperação empresarial e com infraestruturas de suporte	0,0	0,0	0,0	100,0
Reforço e/ou reequilíbrio económico-financeiro	0,9	9,8	20,2	69,1

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de destinatários das linhas PME Invest I e II

Quadro A. 196**Fatores competitivos privilegiados nos projetos de investimento apoiados- PME Investe I e II**

(os três fatores competitivos mais relevantes numerados de 1 a 3, sendo que o número 1 corresponde ao fator mais relevante)

	Escala de Importância (em %)			
	1	2	3	n/r
Reforço da qualificação e competências do capital humano	1,2	2,1	16,6	80,1
Formação profissional	0,0	0,0	0,6	99,4
Esforços próprios (autónomos ou em cooperação) de I&D e inovação	0,0	9,9	0,0	90,1
Acesso ao conhecimento e à tecnologia	17,4	7,3	3,6	71,7
Design e engenharia de desenvolvimento	8,7	0,0	1,6	89,7
Criação/reforço de marca própria	2,3	6,1	5,9	85,7
Marketing, comercialização e distribuição	12,7	12,6	7,0	67,7
Qualidade	6,9	15,7	12,6	64,7
Ambiente	0,0	2,0	1,2	96,7
Eficiência energética	6,7	0,0	5,4	87,9

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de destinatários das linhas PME Invest I e II

Quadro A. 197**Avaliação do impacto do projeto de investimento – PME Investe I e II**

(os quatro impactos mais relevantes classificados de 1 a 5, sendo que 1= muito desfavorável e 5= muito favorável)

Impactos	Escala de Importância (em %)					n/r
	1	2	3	4	5	
Expansão da capacidade produtiva e da produção	0,0	1,2	3,7	31,9	6,9	56,2
Internacionalização do negócio	0,0	0,0	14,5	18,3	2,2	65,0
Entrada em novos mercados – UE	0,0	0,0	19,8	12,5	5,9	61,8
Entrada em novos mercados – extra UE	0,0	0,0	14,5	15,8	2,2	67,5
Lançamento de uma nova área de negócio	0,0	0,0	23,8	9,0	6,4	60,8
Lançamento de novos produtos/serviços	0,0	0,0	7,4	23,3	8,8	60,5
Diferenciação de bens e serviços	0,0	0,0	6,5	27,1	4,0	62,4
Introdução de novos processos produtivos	1,2	0,0	10,6	24,3	9,3	54,6
Organização e gestão	0,0	1,2	4,5	29,6	5,4	59,3
Comercialização e marketing	0,0	0,0	3,9	26,9	4,1	65,1
I&D	0,0	0,0	8,6	21,0	2,6	67,7
Qualidade dos produtos/serviços	0,0	1,2	7,9	28,4	6,8	55,7
Eficiência e diversificação energética	1,2	0,0	26,9	7,3	4,7	59,9
Ambiente	1,2	0,0	23,3	7,7	2,0	65,7
Qualificação de recursos humanos	0,0	0,0	20,9	13,8	1,7	63,7
Cooperação empresarial e institucional	0,0	0,0	21,5	9,3	0,0	69,3
Complementaridade com outros mecanismos de financiamento (QREN/Extra QREN)	0,0	0,0	18,6	13,7	0,0	67,7
Outros	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	97,2

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de destinatários das linhas PME Invest I e II

H.3 Composição do investimento aprovado nas linhas de crédito bonificado (PME Investe I e II)

Quadro A. 198
Composição do investimento aprovado por subsetores (PME Investe I e II)

	Construções	Equipamentos	Outros corpóreos	Investigação	Outro incorpóreo	Fundo de manei
Extrativas	11,8%	61,9%	2,1%	0,5%	0,2%	23,5%
Alimentares	15,8%	51,7%	1,7%	1,0%	0,5%	29,3%
Têxtil, Vest. E Calçado	13,0%	33,7%	2,4%	2,6%	2,5%	45,7%
Energia, Água e Saneam.	24,2%	49,2%	4,2%	0,6%	0,2%	21,6%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	14,9%	41,1%	3,9%	1,2%	1,8%	37,0%
Material de Construção	11,0%	54,0%	3,1%	1,4%	0,8%	29,8%
Material de Transporte	16,2%	36,4%	1,7%	2,3%	1,4%	42,1%
Mecânicas e Eletrónicas	20,3%	36,0%	2,9%	3,2%	1,8%	35,8%
Metálicas	22,3%	42,1%	2,1%	0,5%	1,1%	31,9%
Papel e Publicações	2,2%	60,3%	0,8%	0,4%	1,0%	35,4%
Químicas	12,8%	38,0%	5,9%	0,8%	0,6%	41,9%
Construção	16,0%	36,5%	2,7%	0,7%	2,1%	42,0%
Distribuição e Comércio	26,1%	15,9%	4,6%	1,0%	2,7%	49,7%
Transp., Logística e Comunicação	25,1%	29,7%	6,8%	0,1%	2,0%	36,3%
Hotelaria e Restauração	53,5%	27,8%	3,6%	1,1%	1,4%	12,6%
Serviços Empresariais	14,9%	32,8%	4,7%	8,1%	6,4%	33,3%
Educação, Saúde e Cultura	18,6%	12,1%	0,0%	0,0%	1,2%	68,1%
Total	19,7%	34,0%	3,5%	1,5%	2,0%	39,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 199
Composição do investimento aprovado por regiões NUTS II (PME Investe I e II)

	Construções	Equipamentos	Outros corpóreos	Investigação	Outro incorpóreo	Fundo de manei
Norte	19,2%	31,8%	3,3%	1,7%	2,6%	41,4%
Centro	20,6%	35,1%	3,7%	1,2%	1,5%	38,0%
Alentejo	17,5%	44,2%	3,4%	1,3%	1,2%	32,4%
Total	19,7%	34,0%	3,5%	1,5%	2,0%	39,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 200**Composição do investimento aprovado por dimensão dos destinatários(PME Investe I e II)**

	Construções	Equipamentos	Outros corpóreos	Investigação	Outro incorpóreo	Fundo de maneoio
Média	17,1%	33,2%	3,2%	1,3%	2,0%	43,1%
Pequena	21,2%	34,7%	3,6%	1,7%	1,9%	36,8%
Micro	30,2%	36,7%	4,0%	1,0%	2,4%	25,8%
Total	19,7%	34,0%	3,5%	1,5%	2,0%	39,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 201**Finalidades do financiamento indicadas pelos destinatários (PME Investe I e II)**

	%
Reforço de fundo de maneoio e tesouraria, exclusivamente	44,1
Investimento novo em ativos fixos corpóreos e incorpóreos, exclusivamente	14,1
Mix das duas opções anteriores	41,8
Total	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de destinatários das linhas PME Invest I e II

H.4 **Resultados potenciais dos projetos apoiados pelas linhas de crédito bonificado (PME Investe I e II)**

Quadro A. 202**Impactos potenciais dos projetos apoiados por subsectores (PME Investe I e II)**

	Variação do emprego	Variação do vol. de negócios
Alimentares	18,4%	30,9%
Construção	11,3%	43,5%
Distribuição e Comércio	14,6%	29,2%
Educação, Saúde e Cultura	44,2%	60,5%
Energia, Água e Saneam.	19,1%	40,0%
Extrativas	9,5%	21,1%
Hotelaria e Restauração	12,3%	28,0%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	8,8%	29,2%
Material de Construção	10,9%	36,5%
Material de Transporte	15,8%	31,2%
Mecânicas e Eletrónicas	13,8%	43,5%
Metálicas	8,8%	33,0%
Papel e Publicações	9,0%	40,6%
Químicas	8,9%	28,5%
Serviços Empresariais	32,7%	71,1%
Têxtil, Vest. E Calçado	7,2%	19,9%
Transp., Logística e Comunic.	14,3%	35,6%
Total	12,5%	33,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 203**Impactos potenciais dos projetos apoiados por antiguidade dos destinatários (PME Investe I e II)**

	Variação do emprego	Variação do vol de negócios
Criação de empresas	67,4%	154,1%
Empresas nascentes	55,3%	90,2%
Empresas existentes	11,7%	32,1%
Total	12,5%	33,3%

Nota: Consideram-se casos de Criação de Empresas aqueles cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é inferior a um ano; Empresas Nascentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é superior ou igual a um ano e inferior a três anos; e Empresas existentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é superior ou igual a três anos.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 204**Impactos potenciais dos projetos apoiados por classe de risco dos destinatários (PME Investe I e II)**

	Variação do emprego	Variação do vol. de negócios
A	14,0%	35,7%
B	12,3%	30,9%
C	16,8%	44,1%
PME Líder	10,6%	30,5%
Total	12,5%	33,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 205**Impactos potenciais dos projetos apoiados por forma jurídica dos destinatários (PME Investe I e II)**

	Variação do emprego	Variação do vol. de negócios
Cooperativa	-31,0%	21,5%
Empresário em Nome Individual	20,2%	22,4%
Pess. Col. Utilidade Pública	20,0%	29,2%
Sociedade anónima	11,1%	34,5%
Sociedade Civil Particular	6,1%	10,9%
Sociedade em Comandita	0,0%	27,3%
Sociedade em Nome Coletivo	11,7%	31,7%
Sociedade por quotas	13,7%	32,6%
Total	12,5%	33,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 206**Impactos potenciais dos projetos apoiados por dimensão dos destinatários (PME Investe I e II)**

	Variação do emprego	Variação do vol. de negócios
Média	9,7%	29,1%
Pequena	15,3%	38,1%
Micro	30,9%	56,9%
Total	12,5%	33,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Quadro A. 207**Impactos potenciais dos projetos apoiados por região dos destinatários (PME Investe I e II)**

	Variação do emprego	Variação do vol de negócios
Alentejo	15,5%	35,7%
Alentejo Central	9,6%	39,6%
Alentejo Litoral	31,0%	60,1%
Alto Alentejo	17,5%	67,4%
Baixo Alentejo	15,4%	28,4%
Lezíria do Tejo	14,2%	27,2%
Centro	12,7%	33,4%
Baixo Mondego	13,6%	35,6%
Baixo Vouga	12,9%	24,6%
Beira Interior Norte	10,8%	39,6%
Beira Interior Sul	7,3%	24,5%
Cova da Beira	6,9%	40,5%
Dão-Lafões	15,9%	31,3%
Médio Tejo	13,2%	30,7%
Oeste	11,3%	41,0%
Pinhal Interior Norte	15,6%	39,0%
Pinhal Interior Sul	10,2%	24,4%
Pinhal Litoral	12,7%	37,8%
Serra da Estrela	15,6%	11,3%
Norte	12,1%	32,9%
Alto Trás-os-Montes	15,5%	22,2%
Ave	10,9%	25,9%
Cávado	10,3%	40,1%
Douro	12,5%	29,4%
Entre Douro e Vouga	8,7%	26,2%
Grande Porto	14,7%	34,6%
Minho-Lima	16,7%	41,6%
Tâmega	10,8%	36,6%
Total	12,5%	33,3%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

Anexo I. SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional

I.1 **Objetivos e tipologias à luz do Regulamento Específico**

Como quadro de referência base para a avaliação estratégica do COMPETE, na componente relativa ao Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), estamos a considerar os objetivos e as tipologias definidos no regulamento específico.

O SAESCTN é uma tipologia de intervenção do Eixo Prioritário I que visa o crescimento e reforço do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, aumentando a sua competitividade e a articulação entre as entidades do SCTN e as empresas. São, assim, objetivos do SAESCTN:

- Promover a cultura científica e tecnológica, através de projetos e atividades específicas;
- Reforçar as competências das instituições científicas e tecnológicas, nomeadamente, através do financiamento de programas e projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) em todos os domínios científicos;
- Promover projetos de IC&DT orientados para a implementação de políticas públicas;
- Promover o desenvolvimento de redes temáticas e parcerias internacionais em Ciência e Tecnologia (C&T);
- Estimular o acesso e promover o sucesso da participação de instituições portuguesas em projetos do 7º Programa Quadro de IC&DT e outros programas internacionais de C&T.

Em linha com estes objetivos, são elegíveis para financiamento as seguintes tipologias de projetos:

- Projetos de IC&DT - atividades de investigação fundamental, investigação aplicada e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico, envolvendo uma ou várias entidades do SCTN, existindo as seguintes modalidades:
 - Projetos em todos os domínios científicos;
 - Projetos de redes temáticas de C&T;
 - Projetos de criação e operação de consórcios de IC&DT;
- Projetos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização de resultados da investigação científica;
- Projetos de cooperação internacional, no âmbito de parcerias e acordos de cooperação;
- Projetos de estímulo à participação no Programa Quadro de IC&DT e outros programas internacionais, de acordo com as seguintes modalidades:
 - Apoio à fase preparatória das candidaturas;
 - Projeto complementar ao apoio do 7º Programa Quadro de IC&DT da UE;
- Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal, nomeadamente no âmbito da "Ciência Viva";
- Programas integrados de IC&DT, visando o reforço, expansão e racionalização institucional de entidades ou grupos de entidades do SCTN, desenvolvidos em complementaridade com operações, recentes ou em curso, de aumento de capacidade em instalações e equipamento. Os programas integrados de IC&DT devem: estruturar-se em torno de um conjunto de linhas de investigação científica específicas, com produção científica continuada e de alta qualidade; incorporar desejavelmente ações relativas às diferentes fases do ciclo de atividades de I&D; e contribuir de forma relevante para a criação de emprego científico e tecnológico.

Podem igualmente ser elegíveis outros projetos de IC&DT promovidos por Laboratórios Associados e Unidades de I&D, desde que sejam de relevância e interesse público.

São beneficiários do SAESCTN, individualmente ou em associação, instituições do Ensino Superior, laboratórios associados, laboratórios do Estado, instituições privadas sem fins lucrativos com objeto principal atividades de C&T, empresas inseridas em projetos de IC&DT ou parcerias internacionais, e outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que desenvolvam ou participem em atividades de investigação científica ou de educação e cultura científica e tecnológica. O SAESCTN tem aplicação nas regiões do Objetivo da Convergência (Regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo).

Quadro A. 208
SAESCTN - Historial dos Regulamentos Específicos

Data	Nome	Principais Alterações face ao Anterior
5 Março 2008	Regulamento de Execução do Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional [Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Fatores de Competitividade em 16 de Novembro de 2007 e ratificado em 5 de Março de 2008 e revogado pela CMC do POFC em 25 de Março de 2011]	
25 Março 2011	Aprovação do Regulamento Específico “Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional” [Deliberação aprovada por consulta escrita em 25 de Março de 2011]	Alteração da taxa máxima de co-financiamento para 85%; alterações às condições de admissão e aceitação de projetos, despesas elegíveis, e disposições relativas aos concursos, de modo a integrar disposições de carácter transversal especificadas na abertura de concursos de anos anteriores e ajustes decorrentes da operacionalização do Regulamento e clarificação da redação.
9 Maio 2011	Alteração ao Regulamento Específico “Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional” [Deliberação aprovada por consulta escrita em 9 de Maio de 2011]	Introdução de nova tipologia de projetos: “Programas Integrados de IC&DT”.

Fonte: Equipa de Avaliação

1.2 Concursos realizados e encerrados até 31/12/2012

Até 31/12/2012 foram abertos 26 concursos do SAESCTN, cujo somatório das dotações orçamentais ascende a 191.922.000 € (existem ainda candidaturas de projetos transitados da FCT não inseridas nestes concursos).

Entre os concursos destacam-se: 4 concursos para projetos em todos os domínios científicos, abrangendo 60,7% da dotação orçamental; 1 concurso para Projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público promovidos por laboratórios associados e unidades de I&D (29,18% da dotação orçamental); 18 concursos no âmbito de Acordos de Cooperação com entidades internacionais como a *Harvard Medical School*, *European Laboratory for Particle Physics* (CERN), *Carnegie Mellon University*, a Universidade do Texas em Austin, e o MIT.

No total foram candidatados 11.077 projetos, correspondendo a um investimento total candidatado de 1.627.903.044 €. Foram aprovados 2.142 projetos, com um investimento total aprovado de 324.720.625,40 €, cerca de 20% do investimento total candidatado. O incentivo FEDER aprovado ascende a 258.875.781,73 € (201.564.890,24 € excluindo projetos transitados da FCT).

Quadro A. 209
Concursos SAESCTN

Concurso (Edital)	Prazos	Âmbito (tipologias)	Dotação Orçamental (milhares €)
01/SAESCTN/2008	26.11.2008 a 04.02.2009	Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos	50.000
02/SAESCTN/2008	-	Projetos transitados da FCT	-
01/SAESCTN/2009	27.02.2009 a 30.03.2009	Projetos de IC&DT [Projetos para Obtenção e Caracterização de ESTs (<i>Expressed Sequence Tags</i>) do Sobreiro]	200
02/SAESCTN/2009	15.04.2009 a 29.05.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) 2009]	1.000
03/SAESCTN/2009	01.06.2009 a 01.06.2009	Projetos de IC&DT [Projetos no Domínio da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência]	350
04/SAESCTN/2009	15.07.2009 a 30.10.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de investigação clínica e translação]	1.260 COMPETE (1.800 total)
05/SAESCTN/2009	27.07.2009 a 30.10.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – Projetos de Investigação Clínica (Modalidade Sénior)]	280 COMPETE (400 total)
06/SAESCTN/2009	27.07.2009 a 30.10.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – Projetos de Investigação Clínica - Modalidade Júnior]	336 COMPETE (480 total)
07/SAESCTN/2009	27.07.2009 a 30.10.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de informação Médica]	420 COMPETE (600 total)
08/SAESCTN/2009	27.07.2009 a 30.10.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de Investigação de Avaliação do Impacto de Sistemas de Informação Médica]	420 COMPETE (600 total)
09/SAESCTN/2009	07.09.2009 a 13.11.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT]	1.200 COMPETE (2.000 total)
10/SAESCTN/2009	07.09.2009 a 13.11.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Carnegie Mellon University</i>]	1.200 COMPETE (2.400 total)
11/SAESCTN/2009	07.09.2009 a 11.12.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito dos acordos de Cooperação entre Portugal e a Universidade do Texas em Austin - projetos de <i>Digital Media</i>]	700 COMPETE (1.400 total)
12/SAESCTN/2009	07.09.2009 a 13.12.2009	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a Universidade do Texas em Austin e a <i>Carnegie Mellon University</i> - projetos em Áreas Temáticas de Aplicação da Matemática]	600 COMPETE (1.200 total)
13/SAESCTN/2009	18.09.2009 a 16.12.2009	Projetos de IC&DT em Todos os domínios científicos	40.000
01/SAESCTN/2010	19.01.2010 a 01.02.2010	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - projetos no domínio da Investigação Clínica (modalidade sénior)]	280 COMPETE (400 total)
02/SAESCTN/2010	01.04.2010 a 21.06.2010	Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica [Produção de conteúdos para divulgação científica e tecnológica nos media]	5.600 COMPETE (8.000 total)
03/SAESCTN/2010	06.09.2010 a 28.10.2010	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de I&D para a produção de conteúdos médicos e informação médica]	420 COMPETE (600 total)

Concurso (Edital)	Prazos	Âmbito (tipologias)	Dotação Orçamental (milhares €)
04/SAESCTN/2010	06.09.2010 a 28.10.2010	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de investigação clínica e translação]	1.260 COMPETE (1.800 total)
05/SAESCTN/2010	06.09.2010 a 28.10.2010	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de investigação clínica (modalidade júnior)]	336 COMPETE (480 total)
06/SAESCTN/2010	06.09.2010 a 28.10.2010	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de investigação clínica (modalidade sénior)]	280 COMPETE (400 total)
07/SAESCTN/2010	06.09.2010 a 13.10.2010	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) 2010]	1.000
08/SAESCTN/2010	30.12.2010 a 24.02.2011	Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos	6.500
01/SAESCTN/2011	14.02.2011 a 03.03.2011	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> – projetos de investigação clínica (modalidade sénior)]	280 COMPETE (400 total)
02/SAESCTN/2011	11.04.2011 a 29.04.2011	Projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público promovidos por laboratórios associados e unidades de I&D	56.000
03/SAESCTN/2011	20.04.2011 a 01.06.2011	Projetos de IC&DT [no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) 2011-2012]	2.000
01/SAESCTN/2012 Ciências da Vida e da saúde	15.02.2012 a 15.03.2012	Projetos de IC&DT [no âmbito das Ciências da Vida e da Saúde]	
01/SAESCTN/2012 Ciências Exatas e da Engenharia	01.03.2012 a 29.03.2012	Projetos de IC&DT [No âmbito das Ciências exatas e da engenharia]	20.000
01/SAESCTN/2012 Ciências Naturais e do Ambiente	21.03.2012 a 19.04.2012	Projetos de IC&DT [No âmbito das ciências naturais e do ambiente]	
01/SAESCTN/2012 Ciências Sociais e Humanidades	03.04.2012 a 04.05.2012	Projetos de IC&DT [No âmbito das Ciências Sociais e Humanidades]	

Fonte: Equipa de Avaliação

I.3 Caraterização global dos projetos aprovados

Até 31/12/2012 foram abertos 26 concursos do SAESCTN, destacando-se: i) concursos dirigidos para projetos em todos os domínios científicos (61% do total da dotação orçamental); ii) um concurso para projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público promovidos por laboratórios associados e unidades de I&D (29% da dotação); iii) 18 concursos no âmbito de Acordos de Cooperação com entidades internacionais como a *Harvard Medical School*, *European Laboratory for Particle Physics* (CERN), *Carnegie Mellon University*, a Universidade do Texas em Austin e o MIT. No total foram candidatados 11.077 projetos, correspondendo a um investimento total de cerca de 1.628 MEUR. Foram aprovados, até 31/12/2012, 2.142 projetos, com um investimento total de cerca de 325 MEUR, cerca de 20% do investimento total candidatado. Destes 2.142 projetos, apenas 26 estariam à data fisicamente concluídos.

Nos projetos aprovados, a tipologia base é a dos projetos de I&DT individuais ou em co promoção (95% dos projetos e 76% do investimento), verificando-se depois um pequeno número de projetos estratégicos e de interesse público (71 projetos), que, no entanto, têm um peso no total de investimento aprovado relativamente importante (22%) já que se caracterizam por uma dimensão média muito superior. Os 28 projetos de promoção da cultura científica e tecnológica dirigem-se para um objetivo claramente diferenciado e têm um peso financeiro marginal, ainda que adequado ao objetivo prosseguido.

Nos projetos inquiridos verifica-se que apenas a primeira tipologia está adequadamente representada. O número de respostas relativas a projetos estratégicos e de interesse público e a projetos de promoção da cultura científica e tecnológica é muito reduzido (3 e 1, respetivamente), devido ao facto de os concursos para estas tipologias terem sido abertos mais tarde, o que se reflete no grau de execução financeira.

Globalmente, o universo de 2142 projetos aprovados apresenta as seguintes características:

- Os promotores são essencialmente universidades públicas (incluindo as suas faculdades ou escolas, laboratórios e centros de investigação) que respondem, enquanto promotores individuais ou líderes, por 1976 projetos aprovados, representando cerca de 92% e 93% do número de projetos e do investimento, respetivamente. Quatro destas universidades (Porto, Coimbra, Aveiro e Minho) representam, no seu conjunto, cerca de 88% e 90% do número de projetos e do investimento, respetivamente. Outras instituições do ensino superior têm um acesso muito reduzido ao SAESCTN, destacando-se, ainda assim, os 77 projetos promovidos por institutos superiores politécnicos públicos. Os Laboratórios de Estado e outras instituições públicas (exceto IES) não representam mais do que 1% dos projetos e do investimento e as organizações do tipo IPSFL representam, com 56 projetos aprovados, 3% quer do número de projetos quer do investimento. Note-se que uma parte relevante destas últimas corresponde a associações maioritariamente participadas por universidades públicas (por exemplo, o IMAR, com 28 projetos aprovados).
- Através de concursos dirigidos à totalidade dos domínios científicos ou de concursos dirigidos a projetos no âmbito de redes temáticas enquadradas por cooperações internacionais, o SAESCTN cobriu de forma abrangente as diferentes áreas científicas. Considerando o primeiro nível das áreas científicas do glossário CORDIS, quatro das seis áreas estão bem representadas no universo dos projetos aprovados, com destaque para as ciências tecnológicas (26% dos projetos e 28% do investimento) e as ciências naturais (23% dos projetos e 25% do investimento); ciências da saúde e ciências físicas são as outras duas áreas mais representadas. As ciências sociais (14% dos projetos, mas apenas 9% do investimento) e as humanidades (4% e 3% dos projetos e do investimento, respetivamente), estão menos representadas, ainda que no caso das ciências sociais isso reflita sobretudo a menor exigência financeira associada aos projetos de investigação.

Considerando em simultâneo um conjunto de variáveis base (tipologia de medida, dimensão do investimento, domínio científico e tipo de promotor) - sendo que a variável que, estatisticamente, mais discrimina os projetos é a tipologia de medida - podemos dividir o universo dos projetos aprovados em três grandes grupos:

- 2043 projetos (95% do total) respeitam à medida 1.1.1., integrando 1210 projetos individuais e 833 em co-promoção que apresentam, em regra, um investimento inferior a 200 mil euros (apenas 30 apresentam um investimento superior, com um valor máximo de cerca de 600 mil euros). Os projetos em causa repartem-se pela generalidade das áreas científicas, sendo de destacar um escasso acesso da área de humanidades em contraponto com a área das ciências tecnológicas. Os promotores individuais ou principais são, na sua quase totalidade, universidades públicas (seus laboratórios e centros de investigação), havendo uma fração residual de projetos (159) promovidos por outras entidades.
- Os 71 projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público (dos quais 9 envolvendo mais do que uma entidade) apresentam uma dimensão muito superior à média; 12 apresentam mesmo um investimento superior a um milhão de euros. Neste grupo encontramos representadas todas as grandes áreas científicas, com destaque para as ciências tecnológicas (17 projetos), as ciências físicas (16 projetos) e as Humanidades (13 projetos). Os promotores individuais ou principais são exclusivamente universidades públicas.

Os 28 projetos de Promoção da Cultura Científica e Tecnológica apresentam um investimento de dimensão média reduzida, com um investimento entre 30 e 970 mil euros. Do total, 14 projetos cobrem vários domínios científicos e os outros 14 centram-se num domínio científico, com destaque para o das Ciências Naturais, sendo 21 promovidos por universidades públicas, um por institutos politécnicos e seis por entidades diversas.

Caixa A. 4

Acordos de Cooperação com entidades internacionais que enquadraram 18 Concursos temáticos

Programa Harvard Medical School – Portugal

O Programa Harvard Medical School-Portugal consiste numa parceria entre a Harvard Medical School e as Escolas Médicas e Laboratórios Associados em Portugal, tendo como objetivo encorajar a cooperação entre as estruturas de ensino e investigação médicas nacionais com aquela que é considerada uma das melhores escolas médicas mundiais.

Este programa foca-se na disponibilização pública de conteúdos médicos e de investigação biomédica, de qualidade validada, para estudantes de medicina, profissionais de saúde e população geral, abertamente na Internet, e em investigação médica de translação (*translation medical research*). Adicionalmente, está prevista a possibilidade de desenvolver programas de cooperação de ensino pós-graduado em áreas biomédicas e de investigação clínica, envolvendo redes a formar entre as faculdades de medicina e os principais laboratórios e centros de investigação nacionais em ciências biomédicas.

O Programa Harvard Medical School – Portugal inclui:

- Um programa de investigação para fortalecer a capacidade de investigação clínica e de translação e

conhecimentos clínicos com impacto na formação médica especializada e na prática clínica, com o objectivo de apoiar projetos de cariz inovador, orientados para a área da patologia humana.

- Um programa de pós-graduações em Medicina, incluindo bolsas “Júnior” e “Sénior” de Investigação Clínica para estimular o desenvolvimento da carreira de investigação para médicos.
- Um programa para estimular a produção e publicação de informação médica para o público em geral, e distribuir materiais pedagógicos junto de estudantes de Medicina e de profissionais do sector.

Programa MIT Portugal

Iniciado em 2006, o Programa MIT Portugal é uma colaboração internacional de larga escala, envolvendo o MIT e o Governo, Ensino Superior (6 Universidades tais como a UNL, IST, Univ. Minho, Univ. Coimbra, Univ. Porto e Univ. Lisboa) e a indústria em Portugal, assentando no desenvolvimento de programas avançados de ensino e investigação relacionados com os Sistemas de Engenharia.

O Programa oferece cursos de Estudo Avançados, Mestrados e Doutoramento em Instituições Portuguesas, com forte envolvimento do MIT, quer na definição do desenvolvimento curricular, quer na componente de ensino (com a colaboração dos seus docentes). Nos primeiros 6 anos do programa, o programa doutoral contou com 371 estudantes, e 270 investigadores portugueses estiveram envolvidos no programa de investigação e ensino. Os programas de investigação contam também com a participação de um número significativo de empresas líderes nos seus sectores de actividade em Portugal.

Programa Carnegie Mellon Portugal

O programa Carnegie Mellon Portugal é um acordo de cooperação entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), e a Carnegie Mellon University (CMU). Este programa é dirigido por uma instituição virtual internacional – o ICTI (Information and Communication Technologies Institute) – focada nas tecnologias da informação e comunicação. Inclui programas de doutoramento e mestrados profissionais de grau dual e projetos colaborativos de investigação, tendo ainda sido criados, no âmbito do programa, o Instituto de Tecnologias Interactivas da Madeira (Madeira ITI), o Instituto de *Software Engineering* em Coimbra, e 7 *start-ups*.

Em Portugal, este programa envolve nove universidades (Universidade de Aveiro, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Lisboa, Universidade da Madeira, Universidade do Minho, Universidade do Porto e Universidade Técnica de Lisboa), quatro laboratórios associados (INESC ID; INESC Porto, Instituto de Sistemas e Robótica e o Instituto de Telecomunicações), o Instituto de Soldadura e Qualidade e 80 empresas.

O programa CMU-Portugal começou em 2006 e já foi prolongado até 2017, prevendo um investimento de quatro MEUR anuais.

Programa UT Austin|Portugal

O Programa UT Austin|Portugal começou em 2007, focado em três áreas académicas – Conteúdos Digitais, Matemática e Computação Avançada – bem como na criação de uma rede para a comercialização da inovação portuguesa, a University Technology Enterprise Network (UTEN), onde participam 13 universidades portuguesas, quatro parques tecnológicos e alguns centros de investigação seleccionados, a Universidade do Texas, em Austin, o IC2 Institute e o Austin Technology Incubator.

O Programa UT Austin-Portugal tem como principais objectivos a colaboração de professores e instituições de ensino superior portuguesas com a Universidade do Texas de forma a construir um conjunto de programas de educação e investigação de classe mundial nas áreas do programa, bem como a construção de parcerias entre as universidades e a indústria que venham criar excelência na educação e investigação em Portugal.

No âmbito da primeira fase, o Programa envolveu 120 alunos e mais de 40 professores e investigadores, tendo sido atribuídas 105 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Para além disso, o Programa permitiu o estabelecimento de relações e maior proximidade dos estudantes e professores a várias empresas portuguesas.

O Acordo de cooperação foi renovado até 2017, prevendo um investimento de dois MEUR anuais.

Participação portuguesa no CERN

A adesão de Portugal ao CERN foi assinada no ano de 1985, com início a 1 de Janeiro de 1986, tendo como objetivo a participação da comunidade científica nacional na área da Física das Altas Energias nas actividades do CERN.

Durante o ano de 2009, registaram-se, em Portugal, cerca de 66 investigadores estavam a participar nas experiências CMS e ATLAS. Os investigadores em Portugal ligados ao CERN formam equipas no domínio da física de partículas e física nuclear, e representam várias entidades a nível nacional, nomeadamente universidades e laboratórios associados. Ainda no âmbito do benefício científico, Portugal está envolvido no projeto *Computing GRID* através do LIP, que visa instalar e explorar a maior estrutura multinacional de computação distribuída jamais implementada até hoje.

A participação destas equipas nacionais nas diversas experiências do CERN tem gerado centenas de publicações internacionais, apresentações em conferências internacionais e nacionais, e várias teses de

mestrado e doutoramento. Aproximadamente outros 75 Portugueses (com formações em áreas diversas, como por exemplo, engenharia electrónica, electrotécnica, materiais e química, entre outras) têm contratos de trabalho permanentes em departamentos técnicos da organização.

No âmbito do acordo com o CERN, existe ainda um protocolo de formação de recursos humanos, com o objectivo de promover a formação avançada de jovens licenciados portugueses, através de bolsas de estágio especializado.

As empresas portuguesas, a par de outros países membros do CERN tem a possibilidade de obter o benefício industrial no fornecimento de bens e serviços junto do CERN.

Nos quadros seguintes apresentam-se os apuramentos realizados para suporte às evidências de resposta da presente questão de avaliação.

Quadro A. 210 Projetos aprovados e respetiva situação a 31/12/2012

	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Elegível Aprovado		Incentivo Aprovado	
	Nº	%	€	%	€	%	€	%
Total Projetos Aprovados	2142	100,0	324.720.625,40	100,0	305.201.442,01	100,0	258.875.781,73	100,0
Projeto Encerrado	0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Projeto com Pagamento de Reembolso Final (PTRF)	25	1,2	1.968.191,00	0,6	1.968.191,00	0,6	1.419.360,82	0,6
Projeto com Pedido de Pagamento Final Apresentado	1	0,0	30.082,51	0,0	30.082,51	0,0	25.570,13	0,0
Projeto ainda sem pedido de pagamento final	2116	98,8	322.722.351,89	99,4	303.203.168,50	99,4	257.430.850,78	99,4

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 211 Projetos aprovados por tipologia de medida

Medida	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
	Nº	%	€	%	
I&DT Entidades do SCTN / Projetos Individuais	1210	56,5	134.121.159,00	41,3	110.843,93
I&DT Entidades do SCTN / Projetos em Co promoção	833	38,9	113.053.574,00	34,8	135.718,58
Promoção da cultura científica e tecnológica / Projetos Individuais	28	1,3	6.483.277,40	2,0	231.545,62
IC&DT Estratégicos e de Interesse Público / Projetos Individuais	62	2,9	43.559.942,00	13,4	702.579,71
IC&DT Estratégicos e de Interesse Público / Projetos em Co promoção	9	0,4	27.502.673,00	8,5	3.055.852,56
Total	2142	100,0	324.720.625,40	100,0	151.596,93

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 212
Projetos aprovados por grandes áreas científicas

	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Ciências da Saúde	309	14,4	59.530.304,00	18,3	192.654,71
Humanidades	75	3,5	9.893.444,00	3,1	131.912,59
Ciências Naturais	490	22,9	81.725.674,29	25,2	166.787,09
Ciências Físicas	394	18,4	49.363.431,22	15,2	125.287,90
Ciências Sociais	305	14,2	30.328.069,00	9,3	99.436,29
Ciências Tecnológicas	555	25,9	90.456.304,31	27,9	162.984,33
Outros	14	0,7	3.423.398,58	1,1	244.528,47
Total	2142	100,0	324.720.625,40	100,0	151.596,93

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 213
15 Subáreas científicas (CORDIS 2º nível) com maior volume de investimento co-financiado

	Investimento Total Aprovado		
	€	%	% acumulada
Engenharia	82.172.802,31	25,3	25,3
Ciências Médicas	44.939.682,00	13,8	39,1
Ciências do Ambiente	38.729.086,10	11,9	51,0
Ciências Biológicas	27.496.158,83	8,5	59,5
Química	16.862.916,00	5,2	64,7
Física	16.136.983,00	5,0	69,7
Ciências Agrárias	15.500.429,36	4,8	74,5
Ciência de Computadores	9.712.865,00	3,0	77,5
Neurociências	8.073.954,00	2,5	80,0
Ciências da Educação	7.964.766,00	2,5	82,4
Tecnologia	6.789.027,00	2,1	84,5
Ciências Farmacológicas	6.516.668,00	2,0	86,5
Ciências Psicológicas	5.576.929,00	1,7	88,2
Sociologia	5.416.969,00	1,7	89,9
História	5.136.342,00	1,6	91,5
Total SAESCTN	324.720.625,40	100,0	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 214
Projetos aprovados por Região (NUTS II)

Região	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
	Nº	%	Nº	%	
Norte	1051	49,1	163.633.582,91	50,4	155.693,23
Centro	736	34,4	112.500.483,98	34,7	152.853,92
Alentejo	73	3,4	9.240.532,51	2,9	126.582,64
Multi-Regiões	282	13,2	39.346.026,00	12,1	139.524,91
Total	2142	100,0	324.720.625,40	100,0	151.596,93

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 215
Projetos aprovados por Região (NUTS II e NUTS III)

Região	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
	Nº	%	Nº	%	
Norte	1051	49,1	163.633.582,91	50,4	155.693,23
Alto Trás-os-Montes	3	0,1	372.551,00	0,1	124.183,67
Ave	1	0,1	234.000,00	0,1	234.000,00
Cávado	255	11,9	32.122.981,00	9,9	125.972,47
Douro	21	1,0	3.217.963,00	1,0	153.236,33
Entre Douro e Vouga	2	0,1	561.613,30	0,2	280.806,65
Grande Porto	678	31,7	113.905.186,61	35,1	168.001,75
Multi-NUTS III	91	4,3	13.219.288,00	4,1	145.266,90
Centro	736	34,4	112.500.483,98	34,7	152.853,92
Baixo Mondego	420	19,6	65.375.711,20	20,1	155.656,46
Baixo Vouga	218	10,2	34.961.921,78	10,8	160.375,79
Cova da Beira	32	1,5	3.404.911,00	1,1	106.403,47
Pinhal Litoral	4	0,2	389.714,00	0,1	134.971,39
Multi-NUTS III	62	2,9	8.368.226,00	2,6	97.428,50
Alentejo	73	3,4	9.240.532,51	2,9	126.582,64
Alentejo Central	70	3,3	9.060.572,51	2,8	129.436,75
Baixo Alentejo	1	0,1	49.460,00	0,1	49.460,00
Lezíria do Tejo	1	0,1	50.500,00	0,1	50.500,00
Multi-NUTS III	1	0,1	80.000,00	0,1	80.000,00
Multi-Regiões	282	13,2	39.346.026,00	12,1	139.524,91
Total	2142	100,0	324.720.625,40	100,0	151.596,93

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 216
SAESCTN - Projetos aprovados por tipologia de promotor

	Promotor	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
		Nº	%	€	%	
Estado	Laboratórios de Estado	11	0,5	1.571.794,00	0,5	142.890,36
	Outros	10	0,5	1.508.692,00	0,5	150.869,20
Ensino Superior	Universidades Públicas	1976	92,3	302.537.271,26	93,2	153.105,91
	Institutos Politécnicos Públicos	77	3,6	9.438.170,85	2,9	122.573,65
	Outros	12	0,6	1.176.316,00	0,4	98.026,33
IPSFL	Associações Privadas	56	2,6	8.488.381,29	2,6	151.578,24
Total		2142	100,0	324.720.625,40	100,0	151.596,93

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 217
Projetos aprovados em Universidades e Institutos Politécnicos Públicos

Promotor		Projetos			Investimento Total Aprovado		
		Nº	%	% acumulada	€	%	% acumulada
Universidades Públicas	U Porto	719	35,0	35,0	120.381.652,00	38,6	38,6
	U Coimbra	433	21,1	56,1	67.668.322,98	21,7	60,3
	U Aveiro	314	15,3	71,4	47.874.475,78	15,4	75,6
	U Minho	342	16,7	88,1	45.590.633,00	14,6	90,2
	UÉvora	88	4,3	92,4	10.661.132,51	3,4	93,7
	UTAD	39	1,9	94,3	5.818.652,00	1,9	95,5
	UBI	41	2,0	96,3	4.542.403,00	1,5	97,0
Institutos Politécnicos Públicos	IP Porto	35	1,7	98,0	4.031.033,85	1,3	98,3
	IP Bragança	16	0,8	98,8	2.279.129,00	0,7	99,0
	IP Coimbra	8	0,4	99,2	980.852,00	0,3	99,3
	IP Leiria	7	0,3	99,5	723.714,00	0,2	99,5
	IP Tomar	5	0,2	99,7	573.265,00	0,2	99,7
	IP Viseu	2	0,1	99,8	311.360,00	0,1	99,8
	IP Beja	1	0,1	99,9	180.000,00	0,1	99,9
	IP Castelo Branco	1	0,1	99,9	165.846,00	0,1	99,9
	IP Viana do Castelo	1	0,1	100,0	142.471,00	0,1	100,0
	IP Santarém	1	0,1	100,0	50.500,00	0,0	100,0
Total SAESCTN		2142	100,0		324.720.625,40	100,0	

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 218
SAESCTN – Projetos Aprovados por Nº de Promotores

Nº de Promotores	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
	Nº	%	€	%	
1	1300	60,7	184.164.378,40	56,7	141.664,91
2	522	24,4	82.909.245,00	25,5	158.829,97
3	213	9,9	38.444.695,00	11,8	180.491,53
4	79	3,7	14.971.843,00	4,6	189.517,00
5	25	1,2	3.755.120,00	1,2	150.204,80
6	1	0,0	87.000,00	0,0	87.000,00
7	2	0,1	388.344,00	0,1	194.172,00
Total Projetos Co-Promoção	842	39,3	140.556.247,00	43,3	166.931,41
Total	2142	100,0	324.720.625,40	100,0	151.596,93

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 219
Projetos aprovados por dimensão do investimento

Categoria de Investimento	Projetos		Investimento Total Aprovado	
	Nº	%	€	%
≥ 1M€	12	0,6	46.778.658,00	14,4
[200k€-1M€[	91	4,3	36.361.704,00	11,2
[150k€-200k€[	623	29,1	108.032.523,96	33,3
[100k€-150k€[	677	31,6	83.754.476,66	25,8
[50k€-100k€[	576	26,9	44.597.650,27	13,7
<50k€	163	7,6	5.195.612,51	1,6
Total	2142	100,0	324.720.625,40	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 220
Tipologia de despesas nos projetos aprovados

	Investimento	
	€	%
Adaptação de edifícios e instalações	1.437.479,00	0,4
Aquisição de bens e serviços	83.216.514,94	25,6
Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico	36.217.907,21	11,2
Aquisição de outros bens e serviços	4.194.606,02	1,3
Consultores	5.880.591,09	1,8
Demonstração, promoção e divulgação de resultados	200.864,48	0,1
Despesas com recursos humanos	1.294.693,05	0,4
Encargos gerais	44.845.974,87	13,8
Missões no país e no estrangeiro	34.528.056,47	10,6
Recursos humanos	111.856.961,27	34,4
Registo no estrangeiro de patentes	1.005.327,00	0,3
Registo no estrangeiro de patentes e outras formas de proteção intelectual	41.650,00	0,0
Total	324.720.625,40	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 221**Outputs previstos e realizados numa amostra de projetos aprovados**

	Total Projetos considerados (1.745 projetos)			Projetos com informação sobre execução final (746 projetos)		
	Nº de Projetos que refere a ocorrência	% de Projetos que refere a ocorrência	Quantidade prevista	Quantidade prevista (1)	Quantidade executada (2)	Eficácia na execução (2)/(1)
Artigos em revistas internacionais	1.715	98%	22.845	4.695	5.863	125%
Artigos em revistas nacionais	867	50%	4.661	1.299	713	55%
Livros e capítulos de livros	518	30%	1.670	306	477	156%
Comunicações em encontros científicos internacionais	1.707	98%	24.019	5.352	8.713	163%
Comunicações em encontros científicos nacionais	1.371	79%	10.968	2.850	3.347	117%
Teses de doutoramento	1.289	74%	3.481	833	674	81%
Teses de mestrado	1.221	70%	7.206	1.024	1.371	129%
Relatórios	1.475	86%	6.136	2.122	2.062	97%
Organização de seminários e conferências	1.152	66%	4.910	1.191	1.250	105%
Aplicações computacionais	452	26%	1.089	392	471	120%
Modelos	337	19%	930	352	315	89%
Protótipos laboratoriais	296	17%	706	219	203	93%
Patentes	278	16%	472	136	23	17%
Instalações piloto	107	6%	524	412	76	18%

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 222**Inquérito aos promotores - Projetos por tipologia de medida**

Medida	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
	Nº	%	€	%	
I&DT Entidades do SCTN / Projetos Individuais	208	61,4	21.531.682,00	42,4	103.517,70
I&DT Entidades do SCTN / Projetos em Co promoção	127	37,5	15.165.134,00	29,9	119.410,50
Promoção da cultura científica e tecnológica / Projetos Individuais	1	0,3	30.082,51	0,1	30.082,51
IC&DT Estratégicos e de Interesse Público / Projetos Individuais	2	0,6	5.374.349,00	10,6	2.687.174,50
IC&DT Estratégicos e de Interesse Público / Projetos em Co promoção	1	0,3	8.640.452,00	17,0	8.640.452,00
Total	339	100,0	50.741.699,51	100,0	149.680,53

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 223**Inquérito aos promotores - Projetos por grandes áreas científicas**

	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Ciências da Saúde	47	13,9	14.531.655,00	28,6	309.184,15
Humanidades	9	2,7	875.292,00	1,7	97.254,67
Ciências Naturais	70	20,6	9.535.292,51	18,8	136.218,46
Ciências Físicas	82	24,2	10.734.269,00	21,2	130.905,72
Ciências Sociais	49	14,5	6.112.199,00	12,0	124.738,76
Ciências Tecnológicas	82	24,2	8.952.992,00	17,6	109.182,83
Total	339	100,0	50.741.699,51	100,0	149.680,53

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 224
SAESCTN Inquérito aos promotores - Projetos inquiridos por dimensão do investimento

Dimensão de Investimento	Projetos		Investimento Total Aprovado	
	Nº	%	€	%
≥ 1M€	3	0,9	14.014.801,00	27,6%
[200k€-1M€[	3	0,9	834.000,00	1,6%
[150k€-200k€[	66	19,5	11.375.246,00	22,4%
[100k€-150k€[	115	33,9	14.162.963,00	27,9%
[50k€-100k€[	119	35,1	9.190.677,00	18,1%
<50k€	33	9,7	1.164.012,51	2,3%
Total	339	100,0	50.741.699,51	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 225
SAESCTN Inquérito aos promotores - Projetos inquiridos por tipologia de promotor

Promotor		Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
		Nº	%	€	%	
Estado	Laboratórios de Estado	0	0	0,00	0	0,00
	Outros	2	0,6	296.100,00	0,6	148.050,00
Ensino Superior	Universidades Públicas	313	92,3	47.865.917,51	94,3	152.926,25
	<i>Universidades</i>	<i>165</i>	<i>48,7</i>	<i>16.032.054,51</i>	<i>31,6</i>	<i>97.163,97</i>
	<i>Laboratórios Associados</i>	<i>148</i>	<i>43,7</i>	<i>31.833.863,00</i>	<i>62,7</i>	<i>215.093,67</i>
	Institutos Politécnicos Públicos	13	3,8	1.339.877,00	2,6	103.067,46
	<i>Institutos</i>	<i>11</i>	<i>3,2</i>	<i>1.188.399,00</i>	<i>2,3</i>	<i>108.036,27</i>
	<i>Laboratórios Associados</i>	<i>2</i>	<i>0,6</i>	<i>151.478,00</i>	<i>0,3</i>	<i>94.343,67</i>
	Outros	4	1,2	358.009,00	0,7	89.502,25
	IPSFL	7	2,1	881.796,00	1,7	125.970,86
Total		339	100,0	50.741.699,51	100,0	149.680,53

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 226
SAESCTN Inquérito aos promotores - Projetos aprovados em Universidades e Institutos Politécnicos Públicos

Promotor		Projetos			Investimento Total Aprovado		
		Nº	%	% acumulada	€	%	% acumulada
Universidades Públicas	U Porto	134	39,5	39,5	23.478.586,00	46,3	46,3
	U Coimbra	57	16,8	56,3	11.205.342,00	22,1	68,4
	U Aveiro	47	13,9	70,2	5.026.137,00	9,9	78,3
	U Minho	43	12,7	82,9	5.072.742,00	10,0	88,3
	UÉvora	18	5,3	88,2	1.666.443,51	3,3	91,6
	UBI	9	2,7	90,9	839.212,00	1,7	93,3
	UTAD	5	1,5	92,4	577.455,00	1,1	94,4
Institutos Politécnicos Públicos	IP Porto	6	1,8	94,2	500.946,00	1,3	95,7
	IP Bragança	4	1,2	95,4	476.720,00	1	96,7
	IP Tomar	1	0,3	95,7	149.740,00	0,3	97
	IP Viana do Castelo	1	0,3	96,0	142.471,00	0,3	97,3
Total		325	100,0		49.135.794,5	100,0	

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 227**SAESCTN Inquérito aos promotores - Principais objetivos e motivações que levaram as entidades inquiridas a candidatar o projeto ao COMPETE**

	Nº Total	% inquiridos						
		Total	Ciências da Saúde	Humanidades	Ciências Naturais	Ciências Físicas	Ciências Sociais	Ciências Tecnológicas
Reforço das competências internas	140	41,3	44,7	22,2	50,0	31,7	28,6	51,2
Reforço da qualificação dos recursos humanos da entidade	122	36,0	44,7	0,0	42,9	40,2	32,7	26,8
Criação/Manutenção do emprego científico na entidade	71	20,9	27,7	33,3	28,6	15,9	18,4	15,9
Continuar/Aprofundar linhas de investigação em curso	256	75,5	76,6	66,7	74,3	78,0	83,7	69,5
Iniciar novas linhas de investigação	157	46,3	53,2	33,3	45,7	43,9	40,8	50,0
Aumentar participação em redes nacionais de conhecimento científico	77	22,7	17,0	33,3	27,1	19,5	26,5	22,0
Aumentar participação em redes internacionais de conhecimento científico	157	46,3	38,3	77,8	45,7	51,2	49,0	41,5
Aumentar número de publicações em revistas científicas indexadas	211	62,2	72,3	55,6	64,3	68,3	61,2	50,0
Incrementar cooperação com empresas nacionais	30	8,8	0,0	0,0	11,4	2,4	6,1	20,7
Incrementar cooperação com empresas internacionais	14	4,1	4,3	0,0	4,3	3,7	2,0	6,1
Aumentar o número de patentes (ou outros DPI) registadas	11	3,2	0,0	0,0	7,1	4,9	0,0	2,4
Expandir a escala de atividade da entidade	57	16,8	14,9	44,4	18,6	13,4	12,2	19,5
Aumentar o financiamento de funcionamento da entidade	67	19,8	27,7	0,0	28,6	18,3	16,3	13,4
Aumentar o investimento em equipamentos	50	14,7	8,5	11,1	12,9	18,3	8,2	20,7

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 228**SAESCTN Inquérito aos Promotores - Avaliação dos inquiridos sobre os impactos previstos/obtidos no momento atual à luz das motivações e objetivos iniciais**

	Muito relevante		Relevante		Nada ou pouco relevante	
	Nº	% inquiridos	Nº	% inquiridos	Nº	% inquiridos
Reforço das competências internas	68	20,1	112	33,0	2	0,6
Reforço da qualificação dos recursos humanos da entidade	37	10,9	120	35,4	3	0,9
Criação/Manutenção do emprego científico na entidade	17	5,0	100	29,5	7	2,1
Continuar/Aprofundar linhas de investigação em curso	123	36,7	142	42,3	4	1,6
Iniciar novas linhas de investigação	92	27,1	94	27,7	8	2,4
Aumentar participação em redes nacionais de conhecimento científico	34	10,0	93	27,4	6	1,8
Aumentar participação em redes internacionais de conhecimento científico	85	25,1	96	28,3	8	2,4
Aumentar número de publicações em revistas científicas indexadas	108	31,9	108	31,9	22	6,5
Incrementar cooperação com empresas nacionais	7	2,1	66	19,5	10	2,9
Incrementar cooperação com empresas internacionais	6	1,8	53	15,6	9	2,7
Aumentar o número de patentes (ou outros DPI) registadas	8	2,4	47	13,9	9	2,7
Expandir a escala de atividade da entidade	23	6,8	79	23,3	3	0,9
Aumentar o financiamento de funcionamento da entidade	5	1,5	101	29,8	11	3,2
Aumentar o investimento em equipamentos	8	2,4	87	25,7	6	1,8

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 229**SAESCTN Inquérito aos promotores - Razões na origem de desvios desfavoráveis às metas definidas nos projetos inquiridos**

	Nº	% inquiridos
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	20	5,9
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	33	9,7
Atraso na aprovação da candidatura	101	29,8
Atraso na contratação do projeto	71	20,9
Atraso nos pagamentos das participações comunitárias	42	12,4
Dificuldades de relacionamento com as estruturas técnicas do SAESCTN (FCT/COMPETE)	22	6,5
Degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos	46	13,6
Falta de capacidade financeira para implementar o projeto	28	8,3
Redução de outras fontes de financiamento público	32	9,4
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	0	0,0
Outro	56	16,5
Não houve desvios/Não responde*	87	25,7

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 230**SAESCTN Inquérito aos promotores - Teria desenvolvido o presente projeto apoiado pelo COMPETE, caso não tivesse obtido o apoio financeiro do SAECTN?**

	Nº	% inquiridos
Não teria desenvolvido o projeto	222	65,5
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	62	18,3
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	34	10,0
Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	2	0,6
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	42	12,4
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	8	2,4

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 231**SAESCTN Inquérito aos promotores - Teria mantido/criado os mesmos postos de trabalho, caso não tivesse obtido os apoios financeiros do SAESCTN/QREN?**

	Nº	% inquiridos
Não teria mantido os mesmos postos de trabalho	70	20,6
Não teria criado postos de trabalho adicionais	58	17,1
Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto	5	1,5
Sim, mas teria atrasado a sua contratação	2	0,6
Sim, teria mantido/criado os mesmos postos de trabalho	17	5,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 232

SAESCTN Inquérito aos promotores - Considerando um ano cruzeiro de execução do projeto e todas as fontes de financiamento da entidade nesse ano, quantifique o impacto financeiro do projeto na entidade promotora:

	Acréscimo na despesa de funcionamento		Acréscimo na despesa de investimento	
	Nº	%	Nº	%
< 10%	246	72,6	240	70,8
10-24%	48	14,2	52	15,3
25-49%	24	7,1	26	7,7
50-74%	12	3,5	14	4,1
>75%	9	2,7	7	2,1
Total	339	100,0	339	100,0

Fonte: Equipe de Avaliação

Quadro A. 233

SAESCTN Inquérito aos promotores - Tipos de output previstos na candidatura

	Nº Total	% Inquiridos							
		Total	Ciências da Saúde	Humanidades	Ciências Naturais	Ciências Físicas	Ciências Sociais	Ciências Tecnológicas	N/D
Publicação de artigos em revistas científicas indexadas	329	97,1	97,9	100,0	95,7	97,6	98,0	96,3	100,0
Publicação de artigos em revistas técnicas	166	49,0	31,9	77,8	41,4	41,5	59,2	63,4	0,0
Teses de doutoramento	283	83,5	91,5	88,9	82,9	81,7	79,6	82,9	75,0
Modelos	139	41,0	25,5	22,2	31,4	39,0	28,6	69,5	25,0
Aplicações computacionais	143	42,2	21,3	22,2	32,9	51,2	26,5	64,6	50,0
Instalações piloto	101	29,8	17,0	11,1	22,9	29,3	18,4	52,4	25,0
Protótipos laboratoriais	115	33,9	21,3	11,1	22,9	39,0	16,3	58,5	25,0
Registo de patentes - nacionais (INPI)	99	29,2	14,9	11,1	22,9	30,5	16,3	51,2	0,0
Registo de patentes - internacionais (EPO, USPTO, ...)	96	28,3	19,1	11,1	22,9	26,8	16,3	48,8	25,0
Patentes Registadas	93	27,4	19,1	11,1	24,3	25,6	16,3	45,1	0,0
Transferência de tecnologia para empresa nacional - tecnologia de produto/serviço	102	30,1	23,4	22,2	22,9	30,5	20,4	46,3	0,0
Transferência de tecnologia para empresa nacional - tecnologia de processo	84	24,8	14,9	11,1	17,1	25,6	16,3	42,7	0,0
Transferência de tecnologia para empresa internacional - tecnologia de produto/serviço	87	25,7	19,1	22,2	17,1	25,6	16,3	42,7	25,0
Transferência de tecnologia para empresa internacional - tecnologia de processo	81	23,9	12,8	22,2	17,1	25,6	16,3	39,0	25,0
Valorização da tecnologia em empresa criada para o efeito (<i>start-up</i>)	81	23,9	14,9	11,1	17,1	25,6	16,3	39,0	0,0
Venda/licenciamento de patentes	82	24,2	17,0	11,1	18,6	25,6	14,3	39,0	0,0

Fonte: Equipe de Avaliação

Quadro A. 234**SAESCTN Inquérito aos promotores - Grau de concretização dos *outputs* previstos na candidatura**

	Acima do previsto		Como previsto		Aquém do previsto	
	Nº	% inquiridos	Nº	% inquiridos	Nº	% inquiridos
Publicação de artigos em revistas científicas indexadas	160	47,2	124	36,6	45	13,3
Publicação de artigos em revistas técnicas	29	8,6	127	37,5	10	2,9
Teses de doutoramento	48	14,2	204	60,2	31	9,1
Modelos	18	5,3	117	34,5	4	1,2
Aplicações computacionais	28	8,3	110	32,4	5	1,5
Instalações piloto	8	2,4	88	26,0	5	1,5
Protótipos laboratoriais	21	6,2	91	26,8	3	0,9
Registo de patentes - nacionais (INPI)	6	1,8	76	22,4	17	5,0
Registo de patentes - internacionais (EPO, USPTO, ...)	8	2,4	74	22,4	14	4,1
Patentes Registadas	6	1,8	74	21,8	13	3,8
Transferência de tecnologia para empresa nacional - tecnologia de produto/serviço	6	1,8	89	26,3	7	2,1
Transferência de tecnologia para empresa nacional - tecnologia de processo	2	0,6	76	22,4	6	1,8
Transferência de tecnologia para empresa internacional - tecnologia de produto/serviço	3	0,9	79	23,3	5	1,5
Transferência de tecnologia para empresa internacional - tecnologia de processo	1	0,3	73	21,5	7	2,1
Valorização da tecnologia em empresa criada para o efeito (<i>start-up</i>)	3	0,9	74	21,8	4	1,2
Venda/licenciamento de patentes	1	0,3	74	21,8	7	2,1

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 235**SAESCTN Inquérito aos promotores - O projeto apoiado insere-se numa linha de investigação da entidade, para a qual teve ou prevê ter outros apoios?**

	Total		Laboratório Associado	
	Nº	% inquiridos	Nº	% inquiridos
A entidade já teve outros projetos apoiados no QCAIII (POCTI/POCI)	207	61,1	104	69,3
A entidade já teve ou tem outros projetos apoiados no QREN (COMPETE)	235	69,3	109	72,7
A entidade prevê candidatar a apoio, em programas nacionais, novos projetos	231	68,1	100	66,7
A entidade já teve ou tem projetos apoiados em programas europeus/internacionais	184	54,3	89	59,3
A entidade prevê candidatar a apoio, em programas europeus/internacionais, novos projetos	231	31,9	101	67,3

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 236

SAESCTN Inquérito aos promotores - O projeto tem complementaridades com outros projetos apoiados no âmbito do QREN 2007/2013?

	Total		Laboratório Associado	
	Nº	% inquiridos	Nº	% inquiridos
Com outros projetos da entidade, apoiados pelo SAESCTN	250	73,7	1140	76,0
Com projetos de outras entidades, apoiados pelo SAESCTN	82	24,2	39	26,0
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais	53	15,6	30	20,0
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais	20	5,9	12	8,0
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelo POVT	7	2,1	4	2,7
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturas, apoiados pelo POVT	4	1,2	3	2,0
Com projetos de empresas, apoiados pelo Sistema de Incentivos à I&DT	32	9,4	13	8,7
Com projetos de empresas, apoiados pelo Sistema de Incentivos à Inovação	12	3,5	8	5,3
Com as Estratégias de Eficiência Coletiva (Polos e outros <i>Clusters</i>)*	8	2,4	3	2,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 237

SAESCTN Inquérito aos promotores - Indique em que medida se deveria considerar, nos critérios de seleção/mérito dos projetos, os resultados da avaliação periódica das Unidades de Investigação e dos Laboratórios Associados feita pela FCT, envolvendo painéis de peritos internacionais.

	Total		Laboratório Associado	
	Nº	% respostas válidas	Nº	% respostas válidas
Sim, com peso relevante	73	22,3	42	29,2
Sim	80	24,15	36	25,0
Não, uma vez que já são adotados critérios de mérito centrados na equipa de investigação	167	51,1	65	45,1
Não	7	2,1	1	0,7

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 238

Inquérito aos promotores - Como classifica a possibilidade de, no quadro do apoio a projetos de IC&DT, se vir a aumentar a oportunidade e amplitude de um financiamento plurianual, segundo uma lógica de programas integrados plurianuais?

	Total		Laboratório Associado	
	Nº	% respostas válidas	Nº	% respostas válidas
Indesejável, por ser difícil planear a mais longo prazo a atividade das entidades do SCTN	6	1,8	5	3,5
Indesejável, por limitar os momentos de acesso competitivo a fundos públicos	31	9,5	11	7,6
Indesejável, por remeter para uma mesma decisão vários projetos de I&D	37	11,3	12	8,3
Indesejável por outros motivos	7	2,1	5	3,5
Desejável, por permitir melhor planear a mais longo prazo a atividade das entidades do SCTN	181	55,2	85	59,0
Desejável, por reduzir os custos associados a preparar e submeter candidaturas	22	6,7	8	5,6
Desejável, por permitir uma decisão que também avalia a complementaridade entre vários projetos de I&D	41	12,5	18	12,5
Desejável, por outros motivos	3	0,9	0	0,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 239

Inquérito aos promotores – À luz da sua experiência como promotor de projetos cofinanciados pelo SAESCTN, como avalia a execução associada a este instrumento?

	Sim	% válidos
A aprovação de projetos devia ser mais seletiva	56	17,1
A aprovação de projetos devia ser menos exigente	53	16,2
Na decisão de aprovação, devia ser dada mais relevância ao desempenho demonstrado em projetos anteriores	231	70,6
Verifica-se uma excessiva dispersão de recursos/projetos	82	25,1
Verifica-se uma sobreposição de agendas de investigação entre vários projetos	83	25,4
Devia haver uma maior planificação das prioridades a nível central	146	44,6
Devia haver uma gestão dos fundos comunitários mais próxima dos destinatários	262	80,1

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 240

Portugal - Evolução recente da despesa em I&D em % do PIB (por setor de execução)

	2008	2009	2010	2011
TOTAL	1,50	1,64	1,59	1,50
Empresas	0,75	0,78	0,73	0,69
Estado	0,11	0,12	0,11	0,11
Ensino Superior	0,52	0,60	0,58	0,57
IPSFL	0,12	0,14	0,16	0,12

Fonte: IPCTN, vários anos, DGEEC / MEC

Quadro A. 241

Evolução recente da quota das regiões de convergência do Continente na despesa em I&D (por setor de execução)

	2008	2009	2010	2011
REGIÃO NORTE				
TOTAL	22,8	24,3	26,7	28,6
Empresas	24,1	22,4	26,7	26,9
Estado	7,3	21,5	25,4	24,6
Ensino Superior	24,1	27,8	28,1	30,7
IPSFL	23,9	22,7	22,9	33,1
REGIÃO CENTRO				
TOTAL	15,1	14,1	14,9	16,0
Empresas	12,7	11,5	11,9	14,5
Estado	7,7	7,4	7,2	7,6
Ensino Superior	20,3	19,5	21,4	20,1
IPSFL	14,2	11,9	10,8	13,2
REGIÃO ALENTEJO				
TOTAL	4,0	3,1	1,8	2,1
Empresas	5,0	2,1	1,4	1,8
Estado	3,9	0,8	0,8	0,5
Ensino Superior	3,4	5,5	3,1	3,3
IPSFL	0,2	0,2	--	0,0

Fonte: IPCTN, vários anos, DGEEC / MEC

Quadro A. 242**Posicionamento português no *Innovation Union Scoreboard* em indicadores-chave**

	Valor (último ano)	Valor (EU27=100)	Taxa de crescimento anual média (5 anos)
<i>Innovation Index</i>	0,406	75	1,7%
<i>R&D expenditure in the public sector as % of GDP</i>	0,69	92	10,7%
<i>International scientific co-publications per million population</i>	678	226	12,5%
<i>Scientific publications among the top 10% most cited publications worldwide as % of total scientific publications of the country</i>	10,04	92	5,7%
<i>PCT patents applications per billion GDP (in PPSE)</i>	0,65	17	3,5%

Fonte: Innovation Union Scoreboard 2013

Anexo J. SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas

J.1 **Objetivos e tipologias à luz do Regulamento Específico**

O Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) tem como objetivo dinamizar iniciativas que sejam geradoras de externalidades positivas em matéria de reforço da competitividade do tecido empresarial. Os projetos apoiados neste sistema devem materializar-se através da disponibilização de bens públicos ou semipúblicos que permitam induzir efeitos de demonstração e arrastamento significativos para o conjunto da economia nacional ou para algumas das suas regiões, setores, *clusters*, ou outras redes associadas a estratégias de eficiência coletiva, e devem observar cumulativamente as seguintes condições: prosseguir um objetivo de interesse comum; visar suprir falhas de mercado que afetem um conjunto alargado de empresas; assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração.

Assim, o SIAC é complementar dos Sistemas de Incentivos diretamente orientados para as empresas e visa potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes. São beneficiários do SIAC as entidades públicas ligadas ao desenvolvimento empresarial, associações empresariais, centros tecnológicos e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Os projetos devem ainda enquadrar-se num dos seguintes domínios de intervenção:

- Inovação, empreendedorismo e espírito empresarial, designadamente desenvolvidos por jovens;
- Internacionalização, conhecimento e acesso a mercados e valorização da oferta nacional;
- Energia, ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Informação orientada para PME e representação dos interesses empresariais em organismos internacionais;
- Redes e cooperação empresarial;
- Formação profissional estratégica para a competitividade, em projetos associados a investimentos apoiados, ou em fase de aprovação, no âmbito do SIAC ou dos Sistemas de Incentivos do QREN;
- Valorização dos recursos endógenos das regiões;
- Atividades de coordenação e gestão da parceria, no âmbito das estratégias de eficiência coletiva formalmente reconhecidas nos termos do enquadramento regulamentar respetivo.

1.2 Regulamento Específico, revisões e alterações

Quadro A. 243
SIAC - Historial do Regulamento Específico

Data	Nome	Alterações face ao Anterior
	Regulamento do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	
8 Maio 2008	[Aprovado pelas Comissões Ministeriais de Coordenação dos PO Regionais a 4 de Abril de 2008 e do PO Fatores de Competitividade a 8 de Maio de 2008]	
14 Janeiro 2012	Alteração ao Regulamento do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) [Aprovada por deliberação da CMC Programas Operacionais Regionais a 13 de Janeiro de 2012 e da CMC Programa Operacional Fatores de Competitividade a 14 de Janeiro de 2012]	Alterações ao âmbito, tipologias e de projetos, beneficiários, despesas elegíveis e disposições relativas aos concursos, para consagrar as modificações decorrentes da reprogramação técnica dos Programas Operacionais do QREN, e para introduzir um conjunto de alterações resultantes da experiência de aplicação anterior.
10 Agosto 2012	Alteração aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento suscetíveis de financiamento pelo programa operacional fatores de competitividade - Aumento das taxas de cofinanciamento [Deliberação aprovada por consulta escrita em 10 de agosto de 2012]	Alteração nas condições de financiamento, nomeadamente aumento da taxa de cofinanciamento para 85% para os projetos FEDER não encerrados até 1 de Agosto de 2012 e promovidos por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional.
14 Novembro 2012	Alteração ao regulamento específico do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) [Deliberação aprovada por consulta escrita em 14 de Novembro de 2012]	Alterações ao âmbito, domínios de intervenção, despesas elegíveis, beneficiários e condições de admissão e aceitação dos beneficiários, e condições de financiamento, de forma a consagrar o apoio aos projetos que visem o fomento do empreendedorismo jovem e introduzir a possibilidade de estes projetos poderem obter uma taxa de financiamento de 100%.

Fonte: Equipa de Avaliação

1.3 Concursos

Até 31/12/2012 foram abertos 10 concursos e 10 convites, abrangendo os seguintes domínios de intervenção: Inovação, empreendedorismo e espírito empresarial; Internacionalização, conhecimento e acesso a mercados e valorização da oferta nacional; Energia, ambiente e desenvolvimento sustentável; Informação orientada para PME e representação dos interesses empresariais em organismos internacionais; Redes e cooperação empresarial; Atividades de coordenação e gestão da parceria, no âmbito das estratégias de eficiência coletiva; Projetos que visem potenciar a participação de empresas nacionais em programas europeus enquadrados no 7.º PQ I&DT.

A dotação orçamental total destes concursos e convites ascende a cerca de 274 MEUR (não inclui alguns convites). No total, o SIAC somou 563 candidaturas, correspondendo a um investimento total candidatado de cerca de 520 MEUR. Foram aprovados 308 projetos, com um investimento total aprovado de cerca de 287 MEUR, cerca de 55% do investimento total candidatado. Destes 308 projetos, 110 estariam à data fisicamente concluídos, o que denota um elevado nível de execução do SIAC. O incentivo FEDER aprovado ascende a cerca de 181 MEUR.

Quadro A. 244
Concursos SIAC

Concurso/ Convite	Prazos	Beneficiários	Âmbito (tipologias)	Dotação Orçamental
Concurso 01/SIAC/2008	17.11.2008 a 09.01.2009	-Associações empresariais -Institutos Públicos	- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional -Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial -Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação	20.000 mil €
Convite 01/SIAC/2008	25.11.2008 a 05.12.2008	IAPMEI	Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional	250 mil €
Convite 02/SIAC/2008	25.11.200 a 05.12.2008	AICEP	Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional	
Concurso 02/SIAC/2008 (Projetos Coletivos Merca)	25.11.2008 a 50.12.2008	-Associações empresariais -Institutos Públicos	-Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial	2.000 mil € (POFC) [2.000 mil € PO Norte 1.500 mil € PO Centro 1.500 mil € PO Alentejo]
Concurso 01/SIAC/2009 (Sector Automóvel)	04.02.2009 a 27.02.2009	-Associações empresariais -Institutos Públicos	-Atividades de promoção, divulgação e imagem internacional, que cruzem horizontalmente a indústria da mobilidade, nomeadamente, veículos, motorizações, componentes e tecnologias "verdes", sistemas de energia, novos mercados, eficiência energética e novos processos de inovação -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e melhoria de eficiência dos processos produtivos decorrentes das recomendações da "Fábrica do Futuro" e da otimização energética e ambiental	5.000 mil €
Convite 01/SIAC/2009	19.02.2009 a 27.03.2009	AEP	-Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional	85%*1.500 mil €
Convite 02/SIAC/2009	17.03.2009 a 20.04.2009	IAPMEI	-Atividades de promoção, divulgação de atividades com relevância para a economia nacional	70%*200 mil €
Convite 03/SIAC/2009	19.03.2009 a 30.04.2009	APCOR	-Atividades de promoção, divulgação e imagem internacional dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional	80%*21.000 mil €
Concurso 02/SIAC/2009 (EEC Reconhecidas)	29.04.2009 a 28.05.2009	Entidades gestoras de EEC	-Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de EEC	21.300 mil €

Concurso 03/SIAC/2009	26.06.2009 a 30.09.2009	-Associações empresariais -Institutos Públicos	- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional -Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial	40.000 mil €
Convite 04/SIAC/2009	14.08.2009 a 28.09.2009	InovCluster Associação do Cluster Agro- Industrial do Centro	-Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva	
Convite 05/SIAC/2009	07.12.2009 a 22.01.2010	AICEP	- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional	5.000 mil €
Convite 01/SIAC/2010	25.02.2010 a 27.03.2010	AEP	- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional	85%*1.500 mil €
Concurso 01/SIAC/2010	15.07.2010 a 15.10.2010	-Associações empresariais -Institutos Públicos	- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional -Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial	50.000 mil €
Concurso 01/SIAC/2011	05.01.2011 a 15.02.2011	-Associações empresariais -Institutos Públicos	-Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial -Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação	20.000 mil €
Concurso 02/SIAC/2011	22.07.2011 a 30.09.2011	-Associações empresariais -Centros tecnológicos -Entidades do Sistema Científico e Tecnológico -Entidades Públicas Empresariais -Institutos Públicos	- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional -Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica -Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores -Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial -Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação	40.000 mil €
Concurso 01/SIAC/2012	27.02.2012 a 31.08.2012	-Associações empresariais -Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	-Projetos que visem potenciar a participação de empresas nacionais em programas europeus enquadrados no 7.º PQ I&DT, e que incluam as seguintes componentes: (i) participação em redes e organizações internacionais que promovam a participação das empresas no 7º PQ I&DT, nomeadamente das plataformas tecnológicas europeias; (ii) campanhas de sensibilização, informação e demonstração junto das PME; (iii) assistência técnica e apoio na elaboração e negociação de candidaturas	5.000 mil €

Convite 01/SIAC/2012 (INICIATIVA PORTUGAL SOU EU)	13.11.2012 a 19.11.2012	- AEP - AIP - IAPMEI - CAP	-Internacionalização, conhecimento e acesso a mercados e valorização da oferta nacional	85%*4.000 mil €
Convite 02/SIAC/2012 ("LUSOFONIA ECONÓMICA")	01.10.2012 a 17.10.2012	AIP/CCI Associação Industrial Portuguesa – Câmara de Comércio e Indústria	-Redes e cooperação empresarial	85%*2.500 mil €
Concurso 02/SIAC/2012	23.11.2012 a 28.01.2013	-Associações empresariais -Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	-Inovação, empreendedorismo e espírito empresarial	40.000 mil €
			-Internacionalização, conhecimento e acesso a mercados e valorização da oferta nacional	[Fase I: 30.000 mil €
			-Energia, ambiente e desenvolvimento sustentável	Fase II: 10.000 mil €
			-Informação orientada para PME e representação dos interesses empresariais em organismos internacionais	A dotação da Fase I que não venha a ser utilizada será transferida para a Fase II.
	02.05.2013 a 31.08.2013		-Redes e cooperação empresarial	

Fonte: Equipa de Avaliação

3.4 Caraterização global dos projetos aprovados

Analizando o padrão de descentralização induzido pelo SIAC, à luz dos projetos aprovados até 31/12/2012, verifica-se o seguinte:

- Um número muito reduzido de projetos promovidos por Agências Públicas (apenas 11 projetos em 308, embora representando 23% do investimento cofinanciado). Em concreto, existem oito projetos promovidos pelo Turismo de Portugal, entidade que só por si beneficia de cerca de 21% do incentivo concedido no quadro do SIAC, dois projetos da AICEP igualmente com algum relevo financeiro (no conjunto, cerca de 4% do incentivo concedido) e um projeto do IAPMEI com pouca expressão financeira. Com a exceção muito relevante do Turismo de Portugal e, em menor grau, da AICEP, as agências públicas portuguesas estiveram, assim, arredadas da utilização do SIAC;
- As Associações Empresariais (AE) ocupam um lugar de destaque na utilização do SIAC, com relevo para as AE de âmbito nacional multissetorial e de âmbito nacional setorial. Estes dois conjuntos de AE respondem por 42% do investimento cofinanciado e por 43% do incentivo concedido. No universo das AE temos ainda algum relevo para as AE de âmbito regional, embora de acordo com o Regulamento Específico as operações com incidência em apenas uma região NUT II devessem ser enquadradas no âmbito do respetivo PO Regional. Estão assim presentes no universo de promotores SIAC as principais AE de âmbito nacional (nomeadamente ANJE, AEP e AIP) e as AE setoriais de setores relevantes nomeadamente em termos de exportação;
- Enquanto promotores principais, as entidades do SCTN apresentam um baixo acesso relativo ao SIAC, o que é uma tendência já observada no período QCA III para o instrumento equivalente. Ainda assim, nos 33 projetos promovidos por este tipo de entidades encontramos vários centros tecnológicos setoriais (CTCP, CEVALOR, CITEVE, CENTIMFE) e outros organismos de âmbito tecnológico setorial (Instituto Tecnológico do Gás, ITECONS, CENTITVC) bem como Universidades e Institutos Politécnicos públicos e centros a eles associados e, ainda, entidades como a COTEC e o Instituto Pedro Nunes. A participação de entidades do SCTN no SIAC tem uma maior expressão quando se considera os copromotores dos 62 projetos que apresentam mais do que um promotor, sobretudo porque, com muita frequência, projetos liderados por uma entidade do SCTN apresentam vários copromotores com natureza análoga ou relacionada.²⁶ Por outro lado, muitas das entidades do SCTN mais diretamente integradas na envolvente empresarial passaram a participar ativamente nas associações criadas no quadro das EEC.
- As entidades gestoras das EEC, criadas após o reconhecimento formal dos "Polos de Competitividade e Tecnologia" e dos "Outros Clusters", ocorrido em 2009, surgem já como promotores de 51 projetos, nos quais se incluem as 19 operações iniciais visando apoiar as entidades gestoras para as atividades de animação, coordenação e gestão da parceria.
- "Outras Associações" engloba um conjunto mais heterogéneo de entidades, umas com vocação mais próxima da dimensão I&D e Inovação (por ex., RECET – Associação do Centros Tecnológicos, Agência INOVA, INTELI), outras vocacionadas para a promoção comercial (por ex., Selectiva Moda) ou, ainda, para as áreas do empreendedorismo (por ex., IEMinho) ou da informação estratégica (por ex., CENIT).

²⁶ No conjunto dos 62 projetos SIAC em copromoção, existem 22 projetos que envolveram co-promotores do SCTN. O número de entidades do SCTN envolvidas nestes 22 projetos foi de 38 (com 13 participações como promotores-líder e 80 como copromotores). O investimento elegível aprovado nas 22 copromoções em apreço foi de 13.568.369,23 euros (5,49% do investimento elegível total aprovado no SIAC), dos quais 9.851.452,71 euros dizem respeito às participações apenas como co-promotores (3,99% do investimento elegível total aprovado no SIAC).

Quadro A. 245**SIAC - Projetos aprovados e respetiva situação a 31/12/2012**

	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Elegível Aprovado		Incentivo Aprovado	
	Nº	%	€	%	€	%	€	%
Total Projetos Aprovados	308	100,0	287.180.754,36	100,0	247.122.052,19	100,0	181.262.253,23	100,0
Projeto Encerrado	2	0,6	19.103.044,79	6,7	18.797.715,16	7,6	15.005.054,87	8,3
Projeto com Pagamento de Reembolso Final (PTRF)	8	2,6	6.445.250,20	2,2	6.030.436,63	2,4	4.225.357,43	2,3
Projeto com Pedido de Pagamento Final Apresentado	100	32,5	85.440.744,73	29,8	75.928.603,43	30,7	54.974.070,50	30,3
Projeto ainda sem pedido de pagamento final	198	64,3	176.191.714,64	61,4	146.365.296,97	59,2	107.057.770,43	59,1

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 246**SIAC - Projetos aprovados por tipologia de promotor principal**

Promotor	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	€
AE Nacional Multisetorial	37	12,0	57.969.450,18	20,2	1.566.741,90
AE Regional Multisetorial	41	13,3	21.785.663,87	7,6	531.357,66
AE Setorial	87	28,3	62.697.682,74	21,8	720.663,02
Outras Associações	48	15,6	30.774.876,04	10,7	641.143,25
Agências Públicas	11	3,6	67.000.646,02	23,3	6.090.967,82
Entidades Gestoras EEC	51	16,6	27.012.107,31	9,4	529.649,16
Entidades do SCTN	33	10,7	19.940.328,20	6,9	604.252,37
Total	308	100,0	287.180.754,36	100,0	932.405,05

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 247**SIAC - Número de entidades apoiadas por tipologia de promotor principal ou co-promotor**

	Promotor Principal	Co-Promotor	
		Nº Co-Promotores	Nº de Projetos
Agências Públicas	3	5	4
AE Nacional Multisetorial	4	2	2
AE Regional Multisetorial	14	26	11
AE Setorial	33	21	10
Outras Associações	21	22	13
Entidades Gestoras EEC	17(a)	10	8
Entidades do SCTN	20	80	13
Total	112	166	-

(a) o Turismo de Portugal, líder da EEC Turismo, está classificado como Agência Pública

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 248
SIAC – Projetos Aprovados por N° de Promotores

N° de Promotores	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento total médio
	N°	%	€	%	
1	246	79,9	228.058.776,72	79,4	927.068,20
2	31	10,1	18.813.219,78	6,6	606.878,06
3	12	3,9	14.296.005,62	5,0	1.191.333,80
4	5	1,6	8.764.819,65	3,1	1.752.963,93
5	1	0,3	600.000,00	0,2	600.000,00
6	2	0,6	3.128.973,89	1,1	1.564.486,95
7	2	0,6	794.543,88	0,3	397.271,94
8	7	2,3	10.252.319,75	3,6	1.464.617,11
9	1	0,3	1.877.981,07	0,7	1.877.981,07
14	1	0,3	594.114,00	0,2	594.114,00
Total Projetos Co-Promoção	62	20,1	59.121.977,64	20,6	953.580,28
Total	308	100,0	287.180.754,36	100,0	932.405,05

Fonte: Equipe de Avaliação

Quadro A. 249
SIAC - Projetos aprovados por dimensão do investimento

Dimensão Investimento	Projetos		Investimento Total Aprovado	
	N°	%	€	%
≥ 5M€	9	2,9	111.307.274	38,8
[2M€-5M€[	10	3,3	29.648.940	10,3
[1M€-2M€[	28	9,1	40.814.473	14,2
[500k€-1M€[	81	26,3	56.308.781	19,6
[150k€-500k€[	149	48,4	45.426.921	15,8
<150k€	31	10,1	3.674.361	1,3
Total	308	100,0	287.180.754	100,0

Fonte: Equipe de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 250
SIAC - Projetos aprovados por *focus* setorial

Setor	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Agro-indústria	25	8,1	11.322.021,07	3,9	452.880,84
Fileira florestal	19	6,2	28.503.482,78	9,9	1.500.183,30
Têxtil e Indústrias da Moda	31	10,1	52.408.199,28	18,2	1.690.587,07
Petroquímica, Química e Refinação	5	1,6	1.898.319,98	0,7	379.664,00
Materiais e Construção	35	11,4	17.092.683,91	6,0	488.362,40
Metalurgia, Produtos Metálicos, Máquinas e Equipamentos	59	19,2	27.112.420,83	9,4	459.532,56
Utilities e Resíduos	17	5,5	9.072.529,25	3,2	533.678,19
Turismo e Hotelaria	14	4,5	59.018.118,01	20,6	4.215.579,86
Saúde	7	2,3	5.107.454,74	1,8	729.636,39
Indústrias Criativas	5	1,6	2.999.264,76	1,0	599.852,95
Mar	2	0,6	650.634,23	0,2	325.317,12
Multisetores	89	28,9	71.995.625,52	25,1	808.939,61
Total	308	100,0	287.180.754,36	100,0	932.405,05

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 251
SIAC - Projetos aprovados por *focus* setorial – Fileira florestal

Fileira Florestal	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Cortiça	3	15,8	19.250.955,74	67,5	6.416.985,25
Madeira e Mobiliário	10	52,6	7.392.791,52	25,9	739.279,15
Outros	6	31,6	1.859.735,52	6,5	309.955,92
Total	19	100,0	28.503.482,78	100,0	1.500.183,30

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 252
SIAC - Projetos aprovados por *focus* setorial – Têxtil e indústrias da moda

Têxtil e Indústrias da Moda	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Têxtil e Vestuário	18	58,1	44.162.356,87	84,3	2.453.464,27
Calçado	9	29,0	7.445.678,33	14,2	827.297,59
Outros	4	12,9	800.164,08	1,5	200.041,02
Total	31	100,0	52.408.199,28	100,0	1.690.587,07

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 253**SIAC - Projetos aprovados por *focus* setorial – Materiais e construção**

Materiais e Construção	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Pedra e Rochas Ornamentais	11	31,4	8.506.721,80	49,8	773.338,35
Cerâmica	8	22,9	3.644.374,04	21,3	455.546,76
Outros	16	45,7	4.941.588,07	28,9	308.849,25
Total	35	100,0	17.092.683,91	100,0	488.362,40

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 254**SIAC - Projetos aprovados por *focus* setorial – Metalurgia, produtos metálicos, máquinas e equipamentos**

Metalurgia, Produtos Metálicos, Máquinas e Equipamentos	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
TICE	21	35,6	9.104.391,35	33,6	433.542,45
Automóvel e Mobilidade	20	33,9	7.428.310,69	27,4	371.415,53
Metalurgia e Metalomecânica	6	10,2	3.688.138,85	13,6	614.689,81
Tecnologias de Produção	4	6,8	3.388.524,29	12,5	847.131,07
Outros	8	13,6	3.503.055,65	12,9	437.881,96
Total	59	100,0	27.112.420,83	100,0	459.532,56

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 255
SIAC - Projetos aprovados inseridos em EEC

Estratégias de Eficiência Coletiva	Projetos		Investimento Total Aprovado		Investimento Total Médio
	Nº	%	€	%	
Cluster Agroindustrial do Centro	4	3,2	4.265.541,76	2,8	1.066.385,44
Cluster Agroindustrial do Ribatejo	7	5,6	2.648.454,06	1,7	378.350,58
Cluster da Pedra Natural	8	6,3	7.075.749,80	4,6	884.468,73
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	2	1,6	3.446.031,22	2,2	1.723.015,61
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	1	0,8	568.538,62	0,4	568.538,62
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	2	1,6	650.634,23	0,4	325.317,12
Cluster Habitat Sustentável	13	10,3	4.443.657,72	2,9	341.819,82
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	2	1,6	602.801,48	0,4	301.400,74
PCT Agroindustrial	6	4,8	1.633.174,72	1,1	272.195,79
PCT da Energia	2	1,6	2.475.244,75	1,6	1.237.622,38
PCT da Moda	17	13,5	36.605.145,69	23,9	2.153.243,86
PCT da Saúde	6	4,8	4.958.151,19	3,2	826.358,53
PCT das Indústrias da Mobilidade	12	9,5	5.503.131,46	3,6	458.594,29
PCT das Indústrias de Base Florestal	8	6,3	21.526.331,16	14,0	2.690.791,40
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	3	2,4	1.366.515,53	0,9	455.505,18
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica	14	11,1	5.468.569,85	3,6	390.612,13
PCT das Tecnologias de Produção	5	4,0	5.125.669,42	3,3	1.025.133,88
PCT do Turismo	10	7,9	42.883.527,31	28,0	4.288.352,73
PCT Engineering & Tooling	4	3,2	2.092.235,07	1,4	523.058,77
Total	126	100,0	153.339.105,04	100,0	1.216.977,02

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 256
SIAC - Projetos aprovados inseridos em EEC, por tipologia de promotor

	Projetos		Investimento Total		Investimento Médio
	Nº	%	€	%	
AE Nacional Multisetorial	4	3,2	21.172.246,33	13,8	5.293.061,58
AE Regional Multisetorial	3	2,4	1.059.346,59	0,7	353.115,53
AE Setorial	30	23,8	39.809.924,60	26,0	1.326.997,49
Outras Associações	13	10,3	12.143.971,67	7,9	934.151,67
Agências Públicas	7	5,6	39.387.961,15	25,7	5.626.851,59
Entidades Gestoras EEC	50	39,7	26.574.127,28	17,3	531.482,55
Entidades do SCTN	19	15,1	13.191.527,42	8,6	694.290,92
Total	126	100,0	153.339.105,04	100,0	1.216.977,02

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

Quadro A. 257
SIAC - Outputs

Outputs	Nº projetos	% do total de projetos
Estudos	168	55%
Manuais	113	37%
Web/Rede	167	54%
Dinamização EEC	18	6%
Ações de Sensibilização	239	78%
Campanhas Promocionais	89	29%

Fonte: Equipa de Avaliação com base no sistema de informação do COMPETE

1.5 Inquérito aos promotores

Quadro A. 258
SIAC Inquérito aos promotores - Projetos inquiridos por tipologia de promotor

Promotor	Projetos		Investimento Total		Investimento médio
	Nº	%	€	%	
AE Nacional Multisetorial	12	12,4	17.848.216,97	16,7	1.487.351,41
AE Regional Multisetorial	13	13,4	9.117.206,02	8,5	701.323,54
AE Setorial	33	34,0	32.819.070,19	30,8	994.517,28
Outras Associações	18	18,6	13.091.674,53	12,3	727.315,25
Agências Públicas	3	3,1	21.197.847,83	19,9	7.065.949,28
Entidades Gestoras EEC	9	9,3	4.630.962,76	4,3	514.551,42
Entidades do SCTN	10	10,2	8.202.064,54	7,7	820.206,45
Total	98	100,0	106.907.042,84	100,0	1.090.888,19

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 259
SIAC Inquérito aos promotores - Projetos inquiridos por dimensão do investimento

Dimensão do Investimento	Projetos		Investimento Total	
	Nº	%	€	%
≥ 5M€	4	4,1	48.189.206,23	45,1
[2M€-5M€[	4	4,1	11.989.531,21	11,2
[1M€-2M€[	7	7,1	9.983.200,51	9,3
[500k€-1M€[	34	34,7	23.058.278,81	21,6
[150k€-500k€[	41	41,8	12.787.398,83	12,0
<150k€	8	8,2	899.427,25	0,8
Total	98	100,0%	106.907.042,84	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 260**SIAC Inquérito aos promotores - Projetos inquiridos por *focus* setorial**

Setor	Projetos		Investimento Total		Investimento médio
	Nº	%	€	%	
Agro-indústria	2	2,1	994.500,00	0,9	497.250,00
Fileira Florestal	4	4,2	19.966.808,84	18,8	4.991.702,21
Têxtil e Indústrias da Moda	13	13,5	21.100.470,67	19,8	1.623.113,13
Petroquímica, Química e Refinação	1	1,0	810.487,43	0,8	810.487,43
Construção e Materiais	12	12,5	4.962.044,51	4,7	413.503,71
Metalurgia, Produtos Metálicos, Máquinas e Equipamentos	22	22,9	10.152.617,40	9,5	461.482,61
Utilities e Resíduos	7	7,3	1.055.550,25	1,0	150.792,89
Turismo e Hotelaria	2	2,1	14.972.289,59	14,1	7.486.144,80
Indústrias Criativas	1	1,0	568.538,62	0,5	568.538,62
Saúde	1	1,0	600.000,00	0,6	600.000,00
Multisetores	33	33,7	31.723.735,53	29,3	961.325,32
Total	98	100,0	106.907.042,84	100,0	1.090.888,19

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 261**SIAC Inquérito aos promotores – Nº de domínios principais selecionados por projeto como principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE**

Nº de domínios selecionados	Nº de Projetos	% de Projetos
1	13	13,3%
2	25	25,5%
3	42	42,9%
4	15	15,3%
5	3	3,1%
Total	98	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 262**SIAC Inquérito aos promotores - Principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE**

	Nº	% inquiridos
INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E ESPÍRITO EMPRESARIAL	53	54,1
Promoção da I&D empresarial	14	14,3
Promoção do registo de patentes e de outros DPI	8	8,2
Divulgação de novas tecnologias de produção, novos materiais, etc.	22	22,4
Promoção da transferência de tecnologia para as empresas	12	12,2
Vigilância tecnológica	12	12,2
Promoção da cooperação Empresas / Entidades do SCTN	20	20,4
Promoção do empreendedorismo (em geral)	16	16,3
Promoção do empreendedorismo jovem	9	9,2
Promoção do empreendedorismo feminino	4	4,1
Promoção do empreendedorismo social	1	1,0
Promoção do empreendedorismo local	2	2,0
Promoção do empreendedorismo tecnológico	6	6,1
INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA OFERTA NACIONAL	38	38,8
Reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE	12	12,2
Reforço do negócio internacional em novos mercados da UE	7	7,1
Reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE	16	16,3
Promoção de maior controle e diversificação dos canais de distribuição e comercialização	5	5,1
Promoção da imagem internacional do país	16	16,3
Promoção da imagem internacional de um setor específico	25	25,5
Promoção da imagem internacional de uma região / zona específica	6	6,1
Atração de IDE para o país	2	2,0
Atração de IDE para um setor específico	2	2,0
Atração de IDE para uma região / zona específica	1	1,0
AMBIENTE, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E/OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26	26,5
Divulgação e promoção de boas práticas ambientais e de eco-eficiência	22	22,4
Promoção da eficiência e diversificação energéticas	15	15,3
INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL DE INTERESSES EMPRESARIAIS	63	64,3
Melhoria do acesso à informação por parte das empresas	50	51,0
Melhoria dos níveis de organização e gestão das empresas	39	39,8
Promoção da representação internacional dos interesses empresariais	19	19,4
REDES E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	50	51,0
Promoção da cooperação entre empresas no país	27	27,6
Promoção da cooperação com empresas internacionais	6	6,1
Gestão e promoção de Estratégias de Eficiência Coletiva	30	30,6
VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ENDÓGENOS DAS REGIÕES	6	6,1
Valorização dos recursos naturais e ambientais de regiões específicas	6	6,1
Valorização dos recursos patrimoniais e culturais de regiões específicas	1	1,0
Valorização dos recursos artesanais e de saber-fazer de regiões específicas	0	0,0
OUTROS		
Promoção do <i>Design</i>	4	4,1
Promoção da Qualidade	8	8,2
Promoção da Marca como instrumento comercial das empresas	6	6,1
Promoção da utilização das TIC por parte das empresas	4	4,1
Reforço da qualificação dos recursos humanos nas empresas	7	7,1
Reforço da qualificação dos recursos humanos em entidades da envolvente empresarial	3	3,1

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 263

SIAC Inquérito aos promotores – Principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE – Inovação e empreendedorismo

	Nº	Em % dos inquiridos que assinalam este domínio
INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E ESPÍRITO EMPRESARIAL	53	100,0
Promoção da I&D empresarial	14	26,4
Promoção do registo de patentes e de outros DPI	8	15,1
Divulgação de novas tecnologias de produção, novos materiais, etc.	22	41,5
Promoção da transferência de tecnologia para as empresas	12	22,6
Vigilância tecnológica	12	22,6
Promoção da cooperação Empresas / Entidades do SCTN	20	37,7
Promoção do empreendedorismo (em geral)	16	30,2
Promoção do empreendedorismo jovem	9	17,0
Promoção do empreendedorismo feminino	4	7,5
Promoção do empreendedorismo social	1	1,9
Promoção do empreendedorismo local	2	3,8
Promoção do empreendedorismo tecnológico	6	11,3

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 264

SIAC Inquérito aos promotores – Domínios indicados como principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE - Informação

	Nº	Em % dos inquiridos que assinalam este domínio
INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL DE INTERESSES EMPRESARIAIS	64	100,0
Melhoria do acesso à informação por parte das empresas	50	78,1
Melhoria dos níveis de organização e gestão das empresas	39	60,9
Promoção da representação internacional dos interesses empresariais	19	29,7

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 265

SIAC Inquérito aos promotores – Domínios indicados como principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE – Redes e cooperação

	Nº	Em % dos inquiridos que assinalam este domínio
REDES E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	50	100,0
Promoção da cooperação entre empresas no país	27	54,0
Promoção da cooperação com empresas internacionais	6	12,0
Gestão e promoção de Estratégias de Eficiência Coletiva	30	60,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 266

SIAC Inquérito aos promotores – Domínios indicados como principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE - Internacionalização

	Nº	Em % dos inquiridos que assinalam este domínio
INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA OFERTA NACIONAL	38	100,0
Reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE	12	31,6
Reforço do negócio internacional em novos mercados da UE	7	18,4
Reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE	16	42,1
Promoção de maior controle e diversificação dos canais de distribuição e comercialização	5	13,2
Promoção da imagem internacional do país	16	42,1
Promoção da imagem internacional de um setor específico	25	65,8
Promoção da imagem internacional de uma região / zona específica	6	15,8
Atração de IDE para o país	2	5,3
Atração de IDE para um setor específico	2	5,3
Atração de IDE para uma região / zona específica	1	2,6

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 267

SIAC Inquérito aos promotores – Domínios indicados como principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE - Ambiente

	Nº	Em % dos inquiridos que assinalam este domínio
AMBIENTE, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E/OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26	100,0
Divulgação e promoção de boas práticas ambientais e de eco-eficiência	22	84,6
Promoção da eficiência e diversificação energéticas	15	57,7

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 268

SIAC Inquérito aos promotores – Domínios indicados como principais objetivos e motivações que levaram a entidade a candidatar o projeto ao COMPETE – Recursos endógenos

	Nº	Em % dos inquiridos que assinalam este domínio
VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ENDÓGENOS DAS REGIÕES	6	100,0
Valorização dos recursos naturais e ambientais de regiões específicas	6	100,0
Valorização dos recursos patrimoniais e culturais de regiões específicas	1	16,7
Valorização dos recursos artesanais e de saber-fazer de regiões específicas	0	0,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 269

SIAC Inquérito aos promotores – Peso dos projetos que integram o domínio internacionalização

	Projetos		Investimento Total		Investimento Médio
	Nº	%	€	%	
Total Projetos	98	100,0	106.907.042,84	100,0	1.090.888,19
Projetos que incluem Internacionalização	38	38,8	74.809.918,66	70,0	1.968.682,07

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 270
SIAC Inquérito aos promotores – Domínios da ação coletiva versus *focus* setorial

	Nº	Agro-indústria	Floresta	Indústrias da Têxtil e Moda	Petro-química, Química e Refinação	Construção e Materiais	Mineração, Produtos Metálicos, Máquinas e Equipamentos	Utilidades e Resíduos	Turismo e Hotelaria	Indústrias Criativas	Saúde	Multi-setores
Inovação, Empreendedorismo e Espírito Empresarial	55	1	1	5	1	10	14	4	1	1	1	16
Internacionalização e Valorização da Oferta Nacional	38	2	2	7	0	5	10	2	1	1	0	8
Ambiente, Eficiência Energética e/ou Desenvolvimento Sustentável	26	0	1	3	0	3	3	4	0	0	0	12
Informação e representação internacional de interesses empresariais	64	1	2	8	0	8	14	5	1	0	0	25
Redes e cooperação empresarial	50	1	2	7	1	10	11	0	1	0	1	16
Valorização de recursos endógenos das regiões	6	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Outros												
<i>Promoção do design</i>	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Promoção da qualidade</i>	8	0	0	1	0	1	2	3	0	0	0	1
<i>Promoção da marca como instrumento comercial das empresas</i>	6	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
<i>Promoção da utilização das TIC por parte das empresas</i>	4	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1
<i>Reforço da qualificação dos recursos humanos nas empresas</i>	7	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	3
<i>Reforço da qualificação dos recursos humanos em entidades da envolvente empresarial</i>	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 271**SIAC Inquérito aos promotores – Avaliação, no momento atual de concretização do projeto, dos impactos previstos à luz das motivações e objetivos iniciais**

	Acima do previsto	Como previsto	Aquém do previsto
INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E ESPÍRITO EMPRESARIAL			
Promoção da I&D empresarial	6	8	1
Promoção do registo de patentes e de outros DPI	2	7	0
Divulgação de novas tecnologias de produção, novos materiais, etc.	8	13	1
Promoção da transferência de tecnologia para as empresas	2	10	1
Vigilância tecnológica	1	12	1
Promoção da cooperação Empresas / Entidades do SCTN	10	8	1
Promoção do empreendedorismo (em geral)	7	9	1
Promoção do empreendedorismo jovem	6	5	0
Promoção do empreendedorismo feminino	3	2	0
Promoção do empreendedorismo social	0	2	0
Promoção do empreendedorismo local	2	1	0
Promoção do empreendedorismo tecnológico	2	5	0
INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA OFERTA NACIONAL			
Reforço do negócio internacional nos mercados tradicionais da UE	4	11	0
Reforço do negócio internacional em novos mercados da UE	2	8	0
Reforço do negócio internacional em novos mercados geográficos extra UE	9	7	0
Promoção de maior controle e diversificação dos canais de distribuição e comercialização	1	5	0
Promoção da imagem internacional do país	8	9	0
Promoção da imagem internacional de um setor específico	11	13	0
Promoção da imagem internacional de uma região / zona específica	1	6	0
Atração de IDE para o país	0	2	0
Atração de IDE para um setor específico	0	2	1
Atração de IDE para uma região / zona específica	1	2	0
AMBIENTE, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E/OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
Divulgação e promoção de boas práticas ambientais e de eco-eficiência	9	13	1
Promoção da eficiência e diversificação energéticas	4	13	0
INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL DE INTERESSES EMPRESARIAIS			
Melhoria do acesso à informação por parte das empresas	17	33	0
Melhoria dos níveis de organização e gestão das empresas	10	28	1
Promoção da representação internacional dos interesses empresariais	6	13	0
REDES E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL			
Promoção da cooperação entre empresas no país	8	16	1
Promoção da cooperação com empresas internacionais	1	6	0
Gestão e promoção de Estratégias de Eficiência Coletiva	9	20	0
VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ENDÓGENOS DAS REGIÕES			
Valorização dos recursos naturais e ambientais de regiões específicas	0	8	0
Valorização dos recursos patrimoniais e culturais de regiões específicas	1	2	0
Valorização dos recursos artesanais e de saber-fazer de regiões específicas	0	1	0
OUTROS			
Promoção do <i>Design</i>	4	2	1
Promoção da Qualidade	2	8	0
Promoção da Marca como instrumento comercial das empresas	3	4	0
Promoção da utilização das TIC por parte das empresas	1	2	2
Reforço da qualificação dos recursos humanos nas empresas	0	6	0
Reforço da qualificação dos recursos humanos em entidades da envolvente empresarial	1	3	0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 272**SIAC Inquérito aos promotores – Razões na origem de desvios desfavoráveis face às metas definidas**

	Nº	% inquiridos
Insuficiente maturação do projeto apresentado na fase de candidatura	3	3,1
Dificuldade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	7	7,1
Atraso na aprovação da candidatura	6	6,3
Atraso na contratação do projeto	8	8,2
Atraso nos pagamentos das participações comunitárias	28	28,6
Dificuldades de relacionamento com a estrutura técnica do COMPETE	5	5,1
Dificuldades de relacionamento com a agência governamental com competências específicas no domínio de intervenção	0	0,0
Degradação da conjuntura económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento dos investimentos	40	40,8
Falta de capacidade financeira para implementar o projeto	7	7,1
Redução de outras fontes de financiamento público	10	10,2
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	15	15,3
Outro	28	28,6
Não houve desvios/NR	21	21,9

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 273**SIAC Inquérito aos promotores – Grau de concretização dos *outputs* esperado com o encerramento do projeto**

	Acima do previsto	Como previsto	Aquém do previsto
Estudo	24	54	2
Web/Rede	15	50	1
Manual	14	49	1
Ações de sensibilização	37	54	2
Campanha promocional	22	40	3
Outros	15	16	2

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 274**SIAC Inquérito aos promotores – Teria desenvolvido o projeto caso não tivesse obtido o apoio financeiro do SIAC?**

	Nº	% inquiridos
Não teria desenvolvido o projeto	38	38,8
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	42	42,9
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	19	19,4
Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	1	1,0
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	14	14,3
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	3	3,1

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 275

SIAC Inquérito aos promotores – Considerando um ano cruzeiro de execução do projeto e todas as fontes de financiamento da entidade nesse ano, quantifique o impacto financeiro do projeto na entidade promotora

	Acréscimo na despesa de funcionamento		Acréscimo na despesa de investimento	
	Nº	%	Nº	%
< 10%	58	59,2	41	41,8
10-24%	23	23,5	33	33,7
25-49%	11	11,2	10	10,2
50-74%	4	4,1	11	11,2
>75%	2	2,0	3	3,1
Total	98	100,0	98	100,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 276

SIAC Inquérito aos promotores – Considerando um ano cruzeiro de execução do projeto, perspetive/indique, para esse ano, o impacto do projeto na entidade promotora

	Nº	% inquiridos
Permitiu manter a escala de atividade da entidade	8	8,2
Permitiu aumentar a escala de atividade da entidade	62	63,3
Permitiu reforçar as competências internas	59	60,2
Permitiu reforçar o relacionamento com outras entidades da envolvente empresarial	62	63,3
Permitiu reforçar o relacionamento com os associados	67	68,4
Permitiu reforçar o relacionamento com as empresas	81	82,7
Permitiu aumentar as relações internacionais da entidade	52	53,1

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 277

SIAC Inquérito aos promotores – O projeto apoiado insere-se numa linha de ação da entidade para a qual teve ou prevê ter outros apoios?

	Nº	% inquiridos
A entidade já teve outros projetos apoiados no QCAIII, nomeadamente nas Parcerias do POE/PRIME	64	65,3
A entidade já teve ou tem outros projetos apoiados pelo SIAC - COMPETE ou PO Regionais	85	86,7
A entidade já teve ou tem outros projetos apoiados pelo SI QPME Projetos Conjuntos	44	44,9
A entidade prevê candidatar a apoio, em programas nacionais, novos projetos	67	68,4

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 278

SIAC Inquérito aos promotores – Como classifica a possibilidade de, no quadro do apoio a projetos SIAC, se vir a aumentar a oportunidade e amplitude de um financiamento plurianual?

	Nº	% inquiridos
Indesejável, por ser difícil planear a mais longo prazo a atividade das entidades da envolvente empresarial	6	6,1
Indesejável, por limitar os momentos de acesso competitivo a fundos públicos	0	0,0
Indesejável por outros motivos	0	0,0
Desejável, por permitir melhor planear a mais longo prazo a atividade das entidades da envolvente empresarial	82	83,7
Desejável, por reduzir os custos associados a preparar e submeter candidaturas	9	9,2
Desejável por outros motivos	1	1,0

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 279**SIAC Inquérito aos promotores – O projeto tem complementaridades com outros projetos apoiados no âmbito do QREN 2007/2013?**

	Nº	% inquiridos
Com outros projetos da entidade, apoiados pelo SIAC	72	73,5
Com projetos de outras entidades, apoiados pelo SIAC	31	31,6
Com projetos da entidade, apoiados pelo SI QPME - Projetos Conjuntos	25	25,5
Com projetos de outras entidades, apoiados pelo SI QPME - Projetos Conjuntos	9	9,2
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais	14	14,3
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelos Programas Operacionais Regionais	13	13,3
Com outros projetos da entidade, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelo POVT	0	0,0
Com projetos de outras entidades, nomeadamente infraestruturais, apoiados pelo POVT	0	0,0
Com as Estratégias de Eficiência Coletiva (Polos e outros <i>Clusters</i>)	44	44,9

Fonte: Equipa de Avaliação

Quadro A. 280**SIAC Inquérito aos promotores – À luz da sua experiência como promotor de projetos cofinanciados pelo SIAC, como avalia a execução associada a este instrumento?**

	Nº	% inquiridos
A aprovação de projetos devia ser mais seletiva	15	15,3
A aprovação de projetos devia ser menos exigente	3	3,1
Na decisão de aprovação, devia ser dada mais relevância ao desempenho demonstrado em projetos anteriores	51	52,0
Verifica-se uma excessiva dispersão de recursos/projetos	15	15,3
Verifica-se uma sobreposição de ações entre vários projetos	9	9,2
Devia haver uma maior planificação das prioridades a nível central	18	18,4
Devia haver uma maior prioridade para projetos geridos por agências governamentais	3	3,1
Devia haver uma gestão dos fundos comunitários mais próxima dos destinatários	43	43,9
Devia haver uma maior prioridade para projetos geridos por associações empresariais	62	63,3
Devia haver uma maior participação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico	29	29,6
Devia haver uma maior participação das entidades gestoras das Estratégias de Eficiência Coletiva (Polos de Competitividade e Outros <i>Clusters</i>)	31	31,6

Fonte: Equipa de Avaliação

Anexo K. Política de comunicação

Quadro A. 281
Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2012

Indicadores	Unidades	Execução 2007-2012	Metas 2007-2013	Cumprimento
Publicidade				
Anúncios Imprensa	n.º	13	10	Sim
Inserções – Imprensa escrita	n.º	202	450	Não é expectável
Anúncios Online	n.º	6	n.d	n.d
Visualizações	n.º	1.450.000	n.d	n.d
Spots de Rádio	n.º	7	100	Não é expectável
Inserções – Rádio	n.º	531	n.d	n.d
Assessoria de Imprensa				
Press Releases	n.º	25	10	Sim
Convites	n.º	42.479	20.000	Sim
Notícias Publicadas	n.º	2.590	100	Sim
Eventos				
Sessões	n.º	39	150	Não é expectável
Média/participantes	n.º	260	n.d	n.d
Publicações				
Publicações	n.º	11	10	Sim
Tiragem	n.º	52.000	100.000	Não é expectável
Site				
Visitas	n.º	2.903.409	1.500.000	Sim
Newsletter				
Emitidas	n.º	120	n.d	n.d
Subscritores	n.º	4.980	10.000	Não é expectável
Facebook*				
Nº de publicações na página		434	n.d	n.d
Nº de pessoas que gostam da página		2.862	n.d	n.d
YouTube				
N.º de filmes carregados		2	n.d	n.d
Centro de Atendimento Telefónico**				
Chamadas atendidas	n.º	23.231	125.000	Não é expectável
Correio Electrónico				
Mensagens Recebidas	n.º	57.446	n.d	n.d
Mensagens Enviadas	n.º	61.727	8.000	Sim

*Página do COMPETE no facebook a funcionar desde 31 de Maio (2012)

**Centro de atendimento a funcionar desde 1 de Abril

Fonte: COMPETE (Relatório de Execução COMPETE 2012)

Quadro A. 282

Resultados da questão: De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?

	Total	PME Investe	Capital de Risco	SAESCTN	SAMA	SI	SIAC
Sítio do COMPETE	46%	a)	34%	31%	72%	47%	88%
Sessões públicas promovidas pelo COMPETE	22%	5%	17%	6%	22%	25%	63%
Publicações e material de divulgação do COMPETE	34%	13%	17%	20%	44%	40%	57%
Newsletters do COMPETE	17%	10%	7%	4%	16%	18%	59%
Facebook	1%	0%	3%	1%	0%	0%	3%
Anúncios (imprensa ou web)	25%	18%	3%	28%	34%	24%	23%
Meios de comunicação social	24%	40%	7%	11%	25%	30%	27%
Associações Empresariais	25%	23%	34%	1%	6%	38%	26%
Outra. Qual?	24%	53%	34%	35%	9%	20%	3%
Não sabe/Não responde	5%	3%	3%	13%	0%	1%	1%

a) Esta alínea não foi incluída no inquérito realizado aos destinatários do PME Investe nem referida na opção outros

Outra. Qual?	Total	PME Investe	Capital de Risco	SAESCTN	SAMA	SI	SIAC
Instituições Bancárias	2%	53%	0%	0%	0%	0%	0%
Sociedade Capital Risco / <i>Business Angels</i>	0%	0%	14%	0%	0%	0%	0%
FCT	7%	0%	0%	24%	0%	0%	0%
Organismo Intermédio (excluindo FCT)	1%	0%	0%	0%	0%	2%	0%
Consultores	7%	0%	7%	0%	3%	12%	0%
Centro Tecnológico	1%	0%	0%	0%	0%	2%	0%
Instituto/Centro de Investigação	1%	0%	0%	1%	0%	1%	0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 283
Resultados da questão: Em que meios reconhece ter visto a marca do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)?

	Total	PME Investe	Capital de Risco	SAESCTN	SAMA	SI	SIAC
Não reconhece a marca	2%	13%	0%	3%	0%	1%	0%
Publicações, material de divulgação ou anúncios (newsletter)	76%	68%	69%	80%	72%	72%	99%
Notícias em meios de comunicação social	54%	53%	66%	40%	72%	54%	93%
Sítio do Programa Operacional de Fatores de Competitividade- COMPETE (www.pofc.qren.pt)	68%	35%	79%	58%	94%	69%	100%
Sessões públicas promovidas pelo COMPETE	41%	20%	48%	32%	31%	40%	88%
Não sabe/não responde	1%	3%	0%	2%	0%	0%	0%
Outra (Qual?)	9%	8%	7%	14%	19%	6%	7%

Outra. Qual?	Total	PME Investe	Capital de Risco	SAESCTN	SAMA	SI	SIAC
Instituições Bancárias	0,3%	7,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%
Sociedade Capital Risco / <i>Business Angels</i>	0,1%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
FCT	2,4%	0,0%	0,0%	8,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Organismo Intermédio (excluindo FCT)	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%
Consultores	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%
Centro Tecnológico	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%
Instituto/Centro de Investigação	0,2%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 284

Resultados da questão: Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza, simplicidade e atualização?

Percentagem de respostas																							
TOTAL				PME Investe			Capital de Risco			SAESCTN			SAMA			SI			SIAC				
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE																							
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S		
Sim	78	73	64	56	62	54	82	89	79	53	46	39	97	93	80	89	84	74	100	97	89		
Não	1	7	16	3	3	10	7	4	14	2	9	16	0	3	17	1	8	17	0	3	9		
Não sabe	21	20	20	41	36	36	11	7	7	45	45	45	3	3	3	10	8	9	0	0	1		
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (newsletter) COMPETE																							
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S		
Sim	68	62	59	62	59	59	50	64	57	44	38	34	70	60	63	78	72	69	96	94	91		
Não	2	6	9	3	5	5	7	4	11	2	8	11	0	7	7	1	7	10	0	2	5		
Não sabe	31	31	31	36	36	36	43	32	32	53	54	56	30	33	30	21	22	21	4	4	4		
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE																							
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S		
Sim	48	46	43	41	38	38	32	43	39	29	26	21	30	30	30	55	52	50	83	86	78		
Não	2	4	6	5	8	5	18	11	14	2	3	6	3	7	7	2	3	5	4	1	8		
Não sabe	50	51	51	54	54	56	50	46	46	69	71	72	67	63	63	43	44	45	13	13	14		
Esclarecimentos prestados pelo call center do COMPETE e das Agências Públicas																							
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S		
Sim	37	33	32	18	18	18	18	18	18	34	31	27	37	33	23	38	33	33	53	51	52		
Não	6	10	11	3	3	0	4	7	7	9	13	16	3	10	17	5	9	9	4	5	5		
Não sabe	57	57	57	79	79	82	79	75	75	57	56	56	60	57	60	56	58	58	43	44	43		
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados																							
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S		
Sim	56	46	46	38	36	33	54	46	46	44	34	33	60	50	50	59	48	49	81	76	78		
Não	6	12	11	3	0	0	7	11	11	11	16	14	0	3	7	4	12	11	0	3	2		
Não sabe	39	42	43	60	64	67	39	43	43	45	50	53	40	47	43	37	40	40	19	21	20		

Legenda:

P - Pertinente C - Clara S - Simples

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 285

Resultados da questão: Como avalia as seguintes ações de comunicação do Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE) relativamente à sua pertinência, clareza e simplicidade? (excluindo a opção Não sabe)

Percentagem de respostas																					
TOTAL			PME Investe			Capital de Risco			SAESCTN			SAMA			SI			SIAC			
Informações disponibilizadas no sítio do COMPETE																					
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S
Sim	99	91	80	96	96	84	92	96	85	97	84	71	100	97	83	99	91	81	100	97	90
Não	1	9	20	4	4	16	8	4	15	3	16	29	0	3	17	1	9	19	0	3	10
Informações transmitidas por via de anúncios e publicações especializadas (newsletter) COMPETE																					
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S
Sim	98	91	86	96	92	92	88	95	84	95	83	76	100	90	90	98	91	88	100	98	95
Não	2	9	14	4	8	8	13	5	16	5	17	24	0	10	10	2	9	12	0	2	5
Informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação promovidas pelo COMPETE																					
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S
Sim	95	93	88	89	83	88	64	80	73	94	89	78	90	82	82	97	94	91	95	99	90
Não	5	7	12	11	17	12	36	20	27	6	11	22	10	18	18	3	6	9	5	1	10
Esclarecimentos prestados pelo <i>call center</i> do COMPETE e das Agências Públicas																					
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S
Sim	86	77	74	88	88	100	83	71	71	80	71	63	92	77	58	88	78	78	93	91	91
Não	14	23	26	13	13	0	17	29	29	20	29	37	8	23	42	13	22	22	7	9	9
Divulgação dos resultados gerados pelos projetos apoiados																					
	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S	P	C	S
Sim	91	80	81	94	100	100	88	81	81	80	68	70	100	94	88	94	80	82	100	96	97
Não	9	20	19	6	0	0	12	19	19	20	32	30	0	6	12	6	20	18	0	4	3

Legenda:

P - Pertinente C - Clara S - Simples

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Quadro A. 286
Resultados da questão: Opinião acerca das seguintes afirmações relativas ao COMPETE

	Concordo em absoluto	Concordo bastante	Nem concordo nem discordo	Discordo em parte	Discordo em absoluto	Não sabe/não responde
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da competitividade						
Total	45%	45%	3%	1%	1%	6%
PME Investe	18%	50%	10%	5%	0%	18%
Capital de Risco	39%	54%	4%	0%	0%	4%
SAESCTN	30%	53%	4%	1%	0%	12%
SAMA	50%	43%	3%	3%	0%	0%
SI	53%	42%	2%	0%	1%	2%
SIAC	64%	29%	0%	1%	5%	0%
Inserir-se no conjunto de instrumentos financiados pela União Europeia para promoção da coesão						
Total	20%	37%	23%	4%	2%	14%
PME Investe	8%	35%	23%	10%	0%	25%
Capital de Risco	19%	35%	27%	8%	0%	12%
SAESCTN	11%	35%	22%	5%	1%	26%
SAMA	27%	27%	30%	3%	0%	13%
SI	23%	39%	24%	4%	2%	8%
SIAC	34%	43%	13%	3%	5%	2%
Apoia projetos que contribuem para a redução dos custos públicos de contexto						
Total	8%	24%	28%	9%	5%	27%
PME Investe	5%	13%	33%	10%	5%	35%
Capital de Risco	7%	11%	44%	19%	0%	19%
SAESCTN	3%	17%	24%	10%	3%	43%
SAMA	30%	60%	7%	3%	0%	0%
SI	6%	25%	33%	8%	7%	21%
SIAC	27%	35%	14%	17%	1%	6%
Diferencia-se pela capacidade de resposta em tempo útil aos investidores						
Total	4%	20%	31%	19%	6%	19%
PME Investe	3%	30%	30%	13%	5%	20%
Capital de Risco	4%	31%	35%	23%	4%	4%
SAESCTN	1%	10%	27%	15%	6%	41%
SAMA	3%	37%	27%	10%	0%	23%
SI	6%	24%	35%	20%	6%	9%
SIAC	10%	24%	21%	29%	9%	7%
A Comunicação do Programa foi feita com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados						
Total	18%	47%	19%	3%	2%	11%
PME Investe	15%	31%	21%	5%	3%	26%
Capital de Risco	15%	46%	35%	4%	0%	0%
SAESCTN	8%	39%	23%	5%	2%	23%
SAMA	3%	67%	30%	0%	0%	0%
SI	23%	51%	17%	2%	1%	6%
SIAC	34%	49%	11%	1%	5%	0%
O programa divulga os resultados dos projetos apoiados e boas-práticas						
Total	10%	31%	26%	11%	3%	19%
PME Investe	5%	38%	25%	8%	3%	23%
Capital de Risco	15%	30%	22%	11%	4%	19%
SAESCTN	3%	20%	26%	12%	5%	35%
SAMA	7%	37%	40%	7%	0%	10%
SI	11%	35%	26%	12%	2%	13%
SIAC	29%	45%	18%	5%	1%	1%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do Inquérito

Anexo L. Nível de adicionalidade dos Sistemas de Incentivos do COMPETE

Quadro A. 287

Importância dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos na realização dos projetos de investimento (segmentação por instrumento)

Adicionalidade	SI Inovação	SI I&DT	SI Qualificação	Total
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro dos Sistemas de Incentivos QREN? Respostas positivas.	82,0%	83,1%	90,5%	82,8%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	16,9%	33,3%	69,2%	23,6%
<i>Redução no valor do investimento < 50%</i>	<i>39%</i>	<i>43%</i>	<i>26%</i>	<i>38%</i>
<i>Redução no valor do investimento ≥ 50%</i>	<i>61%</i>	<i>57%</i>	<i>74%</i>	<i>62%</i>
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	11,6%	13,7%	23,8%	12,8%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	4,4%	38,6%	0,9%	10,7%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou com apoio de capital de risco	25,7%	24,8%	10,1%	24,4%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	27,5%	2,7%	3,8%	21,1%
Concretização do projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos SI QREN	80,3%	80,9%	87,7%	80,9%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 288**Importância dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos na realização dos projetos de investimento (segmentação por região NUTS II)**

Adicionalidade	Norte	Centro	Alentejo	Multi-Regiões	Total
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro dos Sistemas de Incentivos QREN? Respostas positivas.	78,7%	86,5%	88,3%	76,5%	82,8%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	21,2%	29,3%	10,1%	29,7%	23,6%
<i>Redução no valor do investimento < 50%</i>	<i>37%</i>	<i>37%</i>	<i>66%</i>	<i>27%</i>	<i>38%</i>
<i>Redução no valor do investimento ≥ 50%</i>	<i>63%</i>	<i>63%</i>	<i>34%</i>	<i>73%</i>	<i>62%</i>
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	13,0%	12,7%	8,7%	18,4%	12,8%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	17,6%	9,4%	1,4%	0,0%	10,7%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou com apoio de capital de risco	26,2%	25,8%	15,9%	23,7%	24,4%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	14,6%	17,3%	53,8%	17,5%	21,1%
Concretização do projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos SI QREN	76,0%	84,5%	88,3%	76,3%	80,9%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 289**Importância dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos na realização dos projetos de investimento (segmentação por antiguidade do promotor)**

Adicionalidade	Criação de empresas	Empresas nascentes	Empresas existentes	Total
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro dos Sistemas de Incentivos QREN? Respostas positivas.	69,5%	90,3%	84,8%	82,8%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	35,6%	16,9%	21,7%	23,6%
<i>Redução no valor do investimento < 50%</i>	<i>5%</i>	<i>89%</i>	<i>46%</i>	<i>38%</i>
<i>Redução no valor do investimento ≥ 50%</i>	<i>95%</i>	<i>11%</i>	<i>54%</i>	<i>62%</i>
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	6,8%	3,3%	14,5%	12,8%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	0,0%	1,3%	13,3%	10,7%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou com apoio de capital de risco	19,9%	44,2%	24,1%	24,4%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	8,6%	24,6%	23,3%	21,1%
Concretização do projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos SI QREN	64,8%	88,6%	83,5%	80,9%

Notas: Consideram-se casos de Criação de Empresas aqueles cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é inferior a um ano; Empresas Nascentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é superior ou igual a um ano e inferior a três anos; e Empresas existentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é superior ou igual a três anos. Respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 290

Importância dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos na realização dos projetos de investimento (segmentação por setor)

Adicionalidade	Indústria	Energia	Construção	Comércio	Transportes	Turismo	Serviços	Total
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro dos Sistemas de Incentivos QREN? Respostas positivas.	88,8%	0,0%	92,9%	99,7%	100,0%	51,3%	74,0%	82,8%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	21,7%	0,0%	20,4%	76,8%	9,4%	3,3%	53,5%	23,6%
Redução no valor do investimento < 50%	34%	NA	79%	28%	100%	43%	46%	38%
Redução no valor do investimento ≥ 50%	66%	NA	21%	72%	0%	57%	54%	62%
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	13,8%	0,0%	34,1%	55,6%	4,7%	2,1%	14,0%	12,8%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	10,5%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	18,1%	5,5%	10,7%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou com apoio de capital de risco	27,4%	0,0%	14,5%	19,8%	90,6%	22,1%	5,5%	24,4%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	25,3%	0,0%	11,3%	1,8%	0,0%	7,2%	11,1%	21,1%
Concretização do projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros dos SI QREN	87,1%	100,0%	81,1%	99,7%	100,0%	51,3%	69,3%	80,9%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 291

Criação de postos de trabalho, no caso de não obtenção dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos para os projetos apoiados (segmentação por instrumento)

Criação de Postos de Trabalho	SI Inovação	SI I&DT	SI Qualificação	Total
Não teria criado postos de trabalho	21,7%	30,5%	55,6%	25,7%
Sim, mas teria atrasado a sua contratação	30,0%	5,2%	13,2%	24,1%
Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto	13,5%	44,0%	6,8%	18,9%
Teria criado postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto	14,4%	2,7%	3,3%	11,4%
Não sabe/não responde	20,4%	17,6%	21,2%	19,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 292**Criação de postos de trabalho, no caso de não obtenção dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos para os projetos apoiados (segmentação por região NUTS II)**

Criação de Postos de Trabalho	Norte	Centro	Alentejo	Multi-Regiões	Total
Não teria criado postos de trabalho	22,3%	30,9%	6,6%	47,1%	25,7%
Sim, mas teria atrasado a sua contratação	19,6%	17,9%	68,7%	3,7%	24,1%
Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto	25,6%	21,6%	2,9%	1,8%	18,9%
Teria criado postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto	9,5%	15,0%	12,5%	2,6%	11,4%
Não sabe/não responde	23,0%	14,5%	9,2%	44,9%	19,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 293**Criação de postos de trabalho, no caso de não obtenção dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos para os projetos apoiados (segmentação por antiguidade do promotor)**

Criação de Postos de Trabalho	Criação de empresas	Empresas nascentes	Empresas existentes	Total
Não teria criado postos de trabalho	4,9%	4,8%	30,9%	25,7%
Sim, mas teria atrasado a sua contratação	9,8%	77,1%	23,6%	24,1%
Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto	35,6%	3,4%	16,7%	18,9%
Teria criado postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto	16,9%	0,0%	11,0%	11,4%
Não sabe/não responde	32,8%	14,7%	17,8%	19,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Notas: Consideram-se casos de Criação de Empresas aqueles cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é inferior a um ano; Empresas Nascentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é superior ou igual a um ano e inferior a três anos; e Empresas existentes aquelas cuja diferença entre a data da candidatura e a data de início de atividade é superior ou igual a três anos. Respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 294**Criação de postos de trabalho, no caso de não obtenção dos apoios financeiros dos Sistemas de Incentivos empresariais do COMPETE para os projetos apoiados (segmentação por setor)**

Criação de Postos de Trabalho	Indústria	Energia	Construção	Comércio	Transportes	Turismo	Serviços	Total
Não teria criado postos de trabalho	28,2%	100,0%	44,6%	83,7%	4,7%	3,5%	28,0%	25,7%
Sim, mas teria atrasado a sua contratação	25,9%	0,0%	16,7%	4,6%	4,7%	27,2%	12,1%	24,1%
Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto	20,6%	0,0%	30,7%	6,3%	0,0%	4,8%	23,9%	18,9%
Teria criado postos de trabalho, mas menos qualificados do que estava previsto	11,4%	0,0%	0,0%	5,2%	0,0%	11,6%	11,9%	11,4%
Não sabe/não responde	13,9%	0,0%	8,1%	0,2%	90,6%	53,0%	24,1%	19,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos empresariais

Quadro A. 295**Importância dos apoios financeiros do instrumento SIAC do COMPETE na realização dos projetos de investimento**

Adicionalidade	SIAC
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro do SIAC? Respostas positivas.	82,9%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	74,1%
<i>Redução no valor do investimento < 50%</i>	28%
<i>Redução no valor do investimento ≥ 50%</i>	72%
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	37,4%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	0,5%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com recurso a outras fontes de financiamento	7,2%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	2,3%
Concretização do projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido os apoios financeiros do SIAC	83,4%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados no SIAC

Quadro A. 296**Importância dos apoios financeiros do instrumento SAESCTN do COMPETE na realização dos projetos de investimento**

Adicionalidade	SAESCTN
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro do SAESCTN? Respostas positivas.	29,6%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	17,3%
<i>Redução no valor do investimento < 50%</i>	17%
<i>Redução no valor do investimento ≥ 50%</i>	83%
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	7,1%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	0,4%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com recurso a outras fontes de financiamento	9,7%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	2,0%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados no SAESCTN

Quadro A. 297**Criação/Manutenção de postos de trabalho, no caso de não obtenção dos apoios financeiros do SAESCTN do COMPETE para os projetos apoiados**

Criação/Manutenção de Postos de Trabalho	SAESCTN
Não teria mantido os mesmos postos de trabalho	36,3%
Não teria criado postos de trabalho adicionais	13,1%
Teria criado postos de trabalho, mas menos do que estava previsto	1,1%
Teria criado postos de trabalho, mas teria atrasado a sua contratação	0,5%
Teria mantido/criado os mesmos postos de trabalho	3,3%
Não sabe/não responde	45,8%
Total	100,0%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados no SAESCTN

Quadro A. 298**Importância dos apoios financeiros do instrumento SAMA do COMPETE na realização dos projetos de investimento (respostas ponderadas pelo investimento elegível)**

Adicionalidade	SAMA
O promotor teria desenvolvido o projeto sem o apoio financeiro do SAMA? Respostas positivas.	69,5%
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto	51,6%
Redução no valor do investimento < 50%	22%
Redução no valor do investimento ≥ 50%	78%
Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto	6,1%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto	1,9%
Teria desenvolvido o projeto sem alterações, mas com recurso a outras fontes de financiamento (Orçamento de Estado)	11,2%

Nota: respostas ponderadas pelo investimento elegível

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos resultados do exercício de inquirição conduzido junto de promotores de projetos apoiados no SAMA

Anexo M. Estudos de Caso

No quadro do exercício de avaliação foi prevista a realização dos seguintes 12 estudos de caso, que contribuem para a resposta às diversas questões de avaliação.

Estudo de Caso	Descrição do(s) projeto(s)	Instrumento	Principal QA para que contribui o Estudo de Caso
1	MEGA PTA	SI Inovação	E1
2	Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação	SI Inovação	E1
3	Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012	SIAC	E2, T3 e P2
	Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado - 2012	SI QPME	
4	ADIRA 2009 - Desenvolvimento e Internacionalização	SI QPME	E2
5	TOOLING EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho	SI I&DT	E4
6	MEASUREWATT - <i>If you can not measure it, you can not improve it</i>	SI Inovação	E4, T1 e P2
7	FCR Capital Criativo II	FINOVA	T1
8	PEST-C/SAU/LA0002/2011 - Proj. Estratégico - LA 2 - 2011-2012	SAESCTN	T2
9	SIAC - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	SAMA	E3 e P3
10	Plano de Promoção Externa 2008/2009	SIAC	E2 e T3
11	REINFORMETAL - Informação e representação de PME do sector do metal	SIAC	T3
12	Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado DA Inovação Empresarial (MDSIE)	SIAC	T3

A realização destes estudos de caso está ainda a decorrer, tendo sido concluído o tratamento da informação de base mas estando ainda em curso, por dificuldades de agendamento, entrevistas e a aplicação de outros instrumentos de avaliação nalguns dos casos.

Não obstante terem sido já integradas nas respostas dadas às questões de avaliação elementos recolhidos no quadro destes estudos de caso, os pontos seguintes apresentam breves relatórios dos projetos que foram analisados com mais detalhe.

M.1 Estudo de caso Nº 1 - SI Inovação 001943 - MEGA PTA

Código e designação: SI Inovação 001943 - MEGA PTA

Entidade promotora: ARTLANT PTA, SA

Tipologias de intervenção: Regulamento Específico "Sistema de Incentivos à Inovação"

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	399.945	355.356	38.822	85%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	601	4.713.795	4.020.534	1.532.112	57,6%
Inserção da operação na tipologia	-	8,48%	8,84%	2,53%	85%
Referenciais cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
02/04/2008	01/08/2008	01/01/2007	30/11/2011		

M.1.1. Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

A Artlant PTA, SA (à data da elaboração da candidatura, denominada de ARTENIUS SINES PTA, SA), é uma empresa constituída de raiz com o objetivo de construir e operar uma unidade industrial de produção de ácido tereftálico purificado (PTA) em Sines. A empresa pertence ao grupo multinacional La Seda de Barcelona, SA (LSB), com sede em Barcelona, Espanha, cuja origem remonta a 1925. Em 1991, a LSB iniciou um processo de reorganização industrial com o abandono do sector têxtil para se tornar, após a aquisição da AdvanSA, no maior produtor europeu de PET com cerca de 25% da quota de mercado.

À data de elaboração desta candidatura, o acionista principal da empresa era a Selenis Polímeros, SA, sociedade detida integralmente pela empresa La Seda de Barcelona, SA. Atualmente, esta última empresa detém 41,11%, sendo os restantes acionistas a ECS Capital (29,26%), a Caixa Capital (18,52%) e a Inov Capital (11,11%).

O presente projeto (transitado do QCA III, em execução, com ordens de pagamento emitidas, sem encerramento) tem como finalidade a construção de uma fábrica com capacidade de produção de 700.000 toneladas de PTA por ano, o que irá permitir abastecer, fundamentalmente, as empresas unidades de produção de PET do grupo multinacional La Seda de Barcelona, SA (LSB), a que pertence a Artlant PTA, SA, o promotor do projeto.

O produto final, o PTA (ácido tereftálico purificado), consiste num pó branco fabricado a partir da reação de paraxileno com um solvente de ácido acético e uma solução catalisadora. O PTA é a principal matéria-prima utilizada no fabrico de PET (politereftalato de etileno) e de poliéster (indústria têxtil). O facto de o mercado de PET (setor agroalimentar) ser predominante de Maio a Setembro e do mercado de poliéster (setor têxtil) ser preponderante de Outubro a Abril reduz fortemente a possibilidade de haver alguma sazonalidade anual no desenvolvimento deste negócio e desta atividade de produção de PTA. O PET é um dos plásticos mais usados na indústria de embalagens (nomeadamente indústria das bebidas, alimentar e higiene) e em novas aplicações desenvolvidas nos últimos anos, por ser mais ecológico, reciclável e resistente do que outros polímeros como o PVC.

A ideia base nasce de se criar um complexo petroquímico em Sines para tirar proveito e dinamizar a atividade portuária. Uma aposta num setor de atividade com crescimento robusto, ligado aos mercados têxtil e alimentar, menos voláteis em tempos de crise e com forte impacto na balança comercial pelo aumento das exportações e substituição de importações. Consistiu num investimento *greenfield* de cerca de 510 M€.

De facto, a implantação do projeto em Portugal permitiu ao país entrar num segmento da indústria no qual é um importador líquido, contribuindo ainda para fornecer à indústria de PET nacional matéria-prima a preços competitivos.

Existem significativos impactes do projeto nas exportações nacionais, já que 95% das vendas são para o exterior, e na movimentação de contentores do porto de Sines, tanto do lado das exportações (3 contentores de meia em meia hora), como do lado das importações (parte da matéria prima é importada). Adicionalmente, o projeto atraiu fornecedores para as proximidades da fábrica, como, por exemplo, a Airliquid. Aliás, uma parte

muito importante das matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do processo produtivo é adquirida em território nacional, e particularmente na região de inserção deste projeto, envolvendo, designadamente, as compras de metanol, ácido oxálico, soda cáustica, hipoclorito de sódio, ácido sulfúrico e, parcialmente, paraxileno (em 2012, Portugal representou 21% das compras totais de paraxileno), o que atesta bem dos fortes efeitos de arrastamento deste projeto sobre o tecido empresarial nacional e regional.

A tipologia do projeto recai na inovação de produto, na medida em que constitui a única fábrica de PTA em Portugal e na inovação ao nível de processos, sustentada na tecnologia de ponta. A unidade da Artlant é muito competitiva e eficiente, porque utiliza tecnologia de ponta e os processos de produção estão desenhados de forma a permitir elevadas poupanças ao nível do consumo de energia e de não poluição ambiental, através da limpeza e reutilização dos gases emitidos. No processo produtivo, tudo é reutilizado e reaproveitado sendo quase autossuficientes. Esta fábrica é muito eficiente na reutilização dos subprodutos, resultando em baixos custos de produção e em aumentos da competitividade (estamos perante a produção de uma *commodity* - produto qualitativamente indiferenciado, constituindo a variável preço um fator crítico de sucesso; a diferenciação faz-se pela otimização de custos). No entanto, para se tirar proveito total das suas vantagens competitivas, é necessário que esta se encontre a laborar em escala máxima.

M.1.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Os objetivos a atingir com este projeto, inseridos na estratégia definida pelo Grupo onde a empresa está integrada, passavam pelo seguinte:

(i) Operacional (Produtivo)

- Instalar uma fábrica de Ácido Tereftálico purificado (PTA) em Sines, com uma capacidade de produção anual de 700.000 toneladas, sendo a maior parte da produção destinada à exportação;
- Adquirir a licença de utilização de tecnologia com fiabilidade e eficiência comprovadas e que permita otimizar o processo produtivo e, assim, obter produtos que sejam competitivos.

(ii) Aprovisionamento

- A implantação da unidade industrial num complexo petro-químico, junto a um porto de águas profundas, permitirá à empresa aproveitar as sinergias existentes ao nível de abastecimento de matérias-primas, seja através da criação de parcerias com empresas produtoras de paraxileno, seja através da otimização dos custos associados à logística na compra de paraxileno no mercado externo (uma parte importante dos fornecedores de matérias-primas para o processo produtivo localizam-se, de facto, em território nacional e, particularmente, na região de inserção do presente projeto).

(iii) Qualidade, Segurança, Gestão Ambiental

- Adotar um processo de produção que tenha um impacto ambiental mínimo e cumpra com todas as regulamentações exigidas.

Em 13/3/2008 o projeto pára por falta de financiamento e em 11/9/2009 torna a parar devido à situação financeira da La Seda. O projeto torna a arrancar definitivamente em Maio de 2010. Estes atrasos não permitiram iniciar a produção de PTA em 2011, como inicialmente previsto, mas somente em 2012. O contexto económico neste setor de atividade deteriorou-se significativamente de 2011 para 2012, tendo tido um impacto fortemente desfavorável nas contas da Artlant. Em 2012, produziu 350.000 ton, em 2013 esperam produzir 500.000 ton e em 2014 alcançar as 700.000 ton que estavam previstas para o primeiro ano de laboração (2011). Foram criados 150 postos de trabalho, como previsto. Os restantes objetivos anteriormente descritos foram alcançados.

A implantação do projeto em Portugal permitiu ao país entrar num segmento da indústria no qual é um importador líquido, contribuindo ainda para fornecer à indústria de PET nacional matéria-prima a preços competitivos.

Existem significativos impactes do projeto nas exportações nacionais, já que 95% das vendas são para o exterior, e na movimentação de contentores do porto de Sines, tanto do lado das exportações (3 contentores de meia em meia hora), como do lado das importações (parte da matéria prima é importada). Adicionalmente, o projeto atraiu fornecedores para as proximidades da fábrica, como, por exemplo, a Airliquid. Aliás, uma parte muito importante das matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do processo produtivo é adquirida em território nacional, e particularmente na região de inserção deste projeto, envolvendo, designadamente, as compras de metanol, ácido oxálico, soda cáustica, hipoclorito de sódio, ácido sulfúrico e, parcialmente, paraxileno (em 2012, Portugal representou 21% das compras totais de paraxileno), o que atesta bem dos fortes efeitos de arrastamento deste projeto sobre o tecido empresarial nacional e regional.

M.1.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

O relacionamento do promotor com a AICEP e Globalparks foi considerado extraordinário por parte do promotor, sem razões de queixa ou reparos a apontar. As questões que existiram entre as duas entidades eram de natureza financeira; contudo, os recebimentos foram sempre relativamente rápidos e atempados. As duas entidades públicas foram muito úteis na agilização de licenças e restantes procedimentos burocráticos.

O incentivo foi determinante na medida em que, em determinados momentos, designadamente quando a CGD suspendeu o financiamento do projeto, substituiu o financiamento das entidades competentes para o efeito. O

projeto realizar-se-ia mesmo sem incentivo; porém, poderia ter de concretizar-se num intervalo de tempo mais alargado.

As recomendações ao organismo intermédio são de natureza operacional (plataforma tecnológica de faturação bloqueava por vezes) e não de relacionamento entre as instituições ou de natureza estratégica. Para o promotor, é crítico que a AICEP mantenha e consolide de forma generalizada o relacionamento que teve com a Artlant com os demais agentes económicos.

M.1.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe o processo de implementação e os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados em sede de candidatura.

Neste sentido, foi convocada, pela equipa de avaliação, uma reunião com o conselho de administração da entidade promotora, a ARTLANT PTA, SA, a qual foi realizada na sede do promotor, em Sines, tendo abordado os seguintes pontos da agenda:

- Adequação dos instrumentos de apoio às necessidades e objetivos do promotor;
- Objetivos do projeto;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/Organismos Intermédios - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Resultados e impactos qualitativos e quantitativos do projeto no promotor;
- Comparação de resultados e impactos previstos com reais;
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria dos Sistemas de Incentivos às empresas na preparação do próximo período de programação estrutural 2014-2020.

Para além da informação produzida na reunião com o promotor, os dados constantes do sistema de informação do COMPETE, relativamente a este projeto, foram revistos e consultados pela equipa de avaliação.

M.2 *Estudo de caso Nº 2 - SI Inovação 001118 - Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação*

Código e designação: SI Inovação 001118 - Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação

Entidade promotora: Fiorima, SA

Tipologias de intervenção: Regulamento Específico "Sistema de Incentivos à Inovação"

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	1.120,9	1.110,4	499,7	100%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	601	4.713.795	4.020.534	1.532.112	57,6%
Inserção da operação na tipologia	-	0,02%	0,03%	0,03%	100%
Referenciais cronológicos					
	Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva Data de conclusão efetiva
	29/01/2008	22/07/2008	29/02/2008	12/02/2010	

M.2.1. Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

Criada em 1985 e situada na periferia da cidade de Braga, a Fiorima dedica-se em exclusividade à fabricação de peúgas e similares de malha para homem, mulher e criança, trabalhando sob o regime de encomendas e operando em laboração contínua por turnos de 8 horas. Atualmente, a empresa conta com cerca de 80 colaboradores, 10% dos quais licenciados, que trabalham maioritariamente na área de gestão global, administrativa e financeira e de sistemas de informação da empresa.

Hoje em dia, é considerada uma das empresas mais modernas do setor, não só pelo recurso ao equipamento produtivo mais atualizado, mas também pelo recurso às mais avançadas tecnologias no domínio de toda a logística da cadeia de valor.

A Fiorima assume ainda uma forte orientação exportadora, dirigindo uma grande parte das suas vendas para os mercados externos, e tendo como principais clientes as *department stores* e as grandes cadeias de comercialização internacionais. Deste modo, as vendas para mercado nacional representam atualmente apenas 2% do total do volume de negócios da empresa, apresentando um carácter residual e resultando do aproveitamento de algumas sinergias com cadeias de distribuição clientes do mercado externo.

Os principais clientes da empresa apresentam um nível de fidelização muito elevado e são muito exigentes em termos de cumprimento de prazos e garantias ao nível de qualidade dos produtos. Entre outros, contam-se os seguintes: Auchan, Monoprix, Eurofiel, Beta Distribution, que distribui para as Galerias Lafayette, Célio France, Pull & Bear, Massimo Dutti, American Essential, Austin Reed, Cora-Plate, Sa Redoute. A Fiorima tem conseguido manter um ótimo relacionamento comercial e está em comunicação permanente com os seus clientes, quer por via da sua equipa comercial, quer por via de agentes comerciais próprios presentes nos mercados internacionais onde é necessário ter uma presença mais assídua (França, Inglaterra, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Espanha, Canadá, EUA e China).

A aposta constante e consistente na robotização de muitos dos processos e tarefas e a integração de toda a informação gerada no interior da empresa e a sua conectividade com o exterior permitiram à Fiorima ter um avanço tecnológico muito forte e destacar-se relativamente aos seus concorrentes e, concomitantemente, apresentar ganhos em termos de produtividade e eficiência. Por outro lado, a certificação da Fiorima ao nível do ambiente, qualidade, segurança, I&D e responsabilidade social, segundo as normas SA 8000, ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, demonstra claramente este imperativo de manter a Fiorima na vanguarda tecnológica e de gestão empresarial.

A candidatura do projeto "Flexibilização da produção, introdução de novos métodos organizacionais e certificação" ao SI Inovação do COMPETE (investimento já encerrado) visou reforçar este posicionamento empresarial, apostando claramente na componente tecnológica e de inovação em que assenta a atividade da empresa, através da introdução de novos processos, geradores de níveis mais elevados de flexibilidade e eficiência produtiva e organizacional, que suportam a sua progressão na cadeia de valor e a sua orientação para os mercados internacionais, através dos seguintes investimentos:

- Aquisição de equipamentos tecnologicamente mais evoluídos ao nível produtivo e logístico: novos teares automáticos e extensão do sistema de armazenagem automático;
- Melhoria e integração dos sistemas e métodos de organização e gestão, pelo uso crescente das tecnologias de informação e comunicação;
- Implementação da certificação no âmbito da responsabilidade social - norma SA 8000:2001 (emitida pela APCER).

As áreas críticas de sucesso deste projeto e, por arrasto, da Fiorima coincidem com os objetivos prosseguidos pelo PO COMPETE:

- Ao nível da inovação: este projeto permitiu à Fiorima inovar nos seus processos produtivos, organizacionais e logísticos e nos seus produtos e imagem, apresentando coleções diferenciadas, assentes em elevados padrões de qualidade e de flexibilidade e eficiência produtiva;
- Ao nível da tecnologia: em termos operacionais, a fabricação de um produto inovador e de qualidade, que se pretenda situar nos segmentos médio/alto ou alto do mercado, só é possível dispondo da melhor e mais atualizada tecnologia, conforme previsto neste projeto, que potencie a capacidade global e a flexibilidade dos processos, aumentando a produtividade e reduzindo prazos médios de fabricação;
- Ao nível da internacionalização: área crítica para produtos posicionados em segmentos altos do mercado, como é o caso dos produtos desta empresa, uma vez que a dimensão e o poder de compra encontram mais oportunidades nos mercados externos, apesar de maior concorrência também.

M.2.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Este projeto cumpriu integralmente os seus objetivos gerais, em linha com o projetado na respetiva candidatura: a Fiorima realizou, em 2012, um volume de negócios de cerca de 6 MEUR, estimando-se que atinja os 7 MEUR de faturação (correspondente à venda de 3,6 milhões de pares de peúgas) em 2013.

Deste modo, este projeto garantiu a criação de condições que asseguram um crescimento sustentável da empresa e um reforço progressivo do seu posicionamento no mercado e na cadeia de valor nos próximos anos,

numa estratégia de conquista de novos mercados menos explorados, de penetração em nichos de mercado, de oferta de produtos de maior valor acrescentado, num contexto de uma gama de produtos mais diferenciados e diversificados, e de prestação de um serviço mais eficiente e alongado ao cliente, mantendo os elevados padrões de qualidade, *time-to-market* e inovação.

O aumento da flexibilidade produtiva e a melhoria e integração dos processos de organização e gestão traduziram-se numa maior e melhor capacidade de resposta às solicitações dos clientes e tiveram, naturalmente, um impacto direto significativo no volume de negócios, valor acrescentado e, consequentemente, no valor das exportações. Neste sentido, este projeto beneficia claramente as exportações portuguesas, na medida em que o mercado internacional representa, atualmente, 98% da faturação desta empresa.

A aposta, consubstanciada neste projeto, em tecnologia de vanguarda, potenciadora da flexibilidade, eficiência e automatização dos processos produtivos, capaz de fabricar produtos com múltiplas cores, desenhos e tipos de fios (só possível em teares de desenho eletrónico como aqueles com que a empresa reforçou a capacidade e flexibilidade do seu setor de tricotagem), aliada à colaboração estreita com estilistas de elevada competência, notoriedade e criatividade, numa atividade em que a inovação/*design* do produto constitui fator crítico de sucesso, permitiu dinamizar a posição da FIORIMA em matéria do grau de diversificação, diferenciação e valor acrescentado dos seus produtos, particularmente no segmento das peúgas de fantasia e moda. Neste domínio de geração de novas soluções, é preciso não esquecer, por outro lado, o elevado peso dos gastos anuais em I&D, que representam 7% do volume de vendas da empresa.

Assim sendo, com os ganhos de produtividade e flexibilidade conseguidos através dos avanços tecnológicos inscritos neste projeto, a Fiorima teve condições para:

- Responder às crescentes exigências dos clientes, alargando e diferenciando a sua gama de produtos/soluções, reduzindo prazos de resposta, reforçando os níveis de qualidade e apresentando preços manifestamente competitivos;
- Responder ao desafio muito exigente colocado pelos contratos assinados com marcas de luxo, como a CK e Cerruti, alavancando a posição da empresa no segmento alto do mercado, o que configura o reconhecimento internacional do nível de excelência obtido pela Fiorima, num mercado extremamente competitivo, como aquele em que se insere.

Em termos operacionais, são de salientar as seguintes questões que este projeto enfrentou:

- A componente de investimento relativa à aquisição de máquinas de enformar não foi realizada, na medida em que foram, em alternativa, consideradas outras soluções mais económicas.
- Houve investimento realizado, para além do previsto, nomeadamente, um laser de posicionamento para AVG LE200 e equipamentos para AVG (para melhorar a qualidade, eficiência e a segurança no armazém automático de fio e num dos veículos transportadores AG), duas máquinas de pregar pinos e um alimentador Tecma DECR (equipamentos para colocar pinos nas meias com grande rapidez e eficiência e para aplicar etiquetas automaticamente nas meias para grandes séries).
- Para além disso, a empresa solicitou a prorrogação da data de conclusão do projeto de 31/12/2008 para 28/02/2010 (14 meses), que foi aceite, pois não prejudicou o desenvolvimento do projeto.

A empresa tem vindo, de forma sustentada, a prosseguir esta trajetória de inovação e de antecipação de tendências e necessidades do mercado, encontrando-se, nos tempos mais recentes, a desenvolver e comercializar novas soluções de produto, designadamente i) peúgas de compressão e de três funções (3F Socks, compressão, repele a água, polaina), a última das quais recebeu um prémio de inovação ISPO AWARD, encontrando-se patenteada, ii) vai começar a comercializar as *intelligent socks*, solução já patenteada, que fornece informação sobre o batimento cardíaco, calorías dispendidas e km percorridos, em ligação a um smartphone, resultante de um projeto de I&D apoiado também pelo COMPETE, e iii) tem em desenvolvimento, em fase de registo de patente, uma nova solução de meias medicinais, que proporcionam benefícios para a saúde em matéria sobretudo de prevenção da diabetes.

Esta empresa assume uma importância relevante no concelho de Braga:

- Tem uma boa imagem, de cumprimento, tendo vindo a aumentar os níveis de remuneração dos seus colaboradores todos os anos - em 2012, 3,8%, claramente acima do registo da taxa de inflação.
- Todavia, o recrutamento está dificultado porque a apetência para trabalhar no setor industrial é bastante baixa atualmente.
- Verifica-se na região a presença de menos empresas ligadas à indústria, nomeadamente à indústria têxtil e de vestuário, o que reforça o posicionamento desta empresa.

M.2.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

O relacionamento entre o promotor e o IAPMEI, enquanto organismo intermédio envolvido no processo, foi muito formal e institucional. Nesta medida, as questões que existiram entre as duas entidades eram de natureza processual e burocrática, em que o IAPMEI procedia à verificação documental, financeira e física do investimento e das respetivas despesas, verificando-se, da sua parte, alguma falta de acompanhamento estratégico do projeto.

Neste quadro, as recomendações, dirigidas sobretudo ao organismo intermédio (IAPMEI) que acompanhou mais diretamente o presente projeto de investimento, mas também ao COMPETE, são de natureza operacional e relacional. Nessa medida, o promotor indicou as seguintes sugestões:

- É necessário assegurar que o organismo intermédio conheça profundamente as atividades da empresa promotora e garanta um maior acompanhamento estratégico do projeto (por exemplo, no caso deste projeto, os técnicos limitaram-se a fazer a verificação documental, financeira e física dos investimentos realizados).
- É preciso diminuir a burocracia associada à gestão dos projetos (por exemplo, no caso de empresas que candidatam vários projetos elegíveis simultaneamente, não deveria haver necessidade de entregar cópias dos mesmos documentos/certidões individualmente para cada projeto).
- O foco das autoridades de gestão e dos organismos intermédios deverá estar no apoio a empresas que apresentem trajetórias sustentadas de criação de valor e riqueza.
- As respostas a pedidos de pagamentos devem ser mais céleres.

M.2.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe o processo de implementação e os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados em sede de candidatura.

Neste sentido, foi convocada, pela equipa de avaliação, uma reunião com o conselho de administração da entidade promotora, a Fiorima, SA, a qual foi realizada na sede do promotor, em Braga, tendo abordado os seguintes pontos da agenda:

- Adequação dos instrumentos de apoio às necessidades e objetivos do promotor;
- Objetivos do projeto;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/Organismos Intermédios - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Resultados e impactos qualitativos e quantitativos do projeto no promotor;
- Comparação de resultados e impactos previstos com reais;
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria dos Sistemas de Incentivos às empresas na preparação do próximo período de programação estrutural 2014-2020.

Para além da informação produzida na reunião com o promotor, os dados constantes do sistema de informação do COMPETE, relativamente a este projeto, foram revistos e consultados pela equipa de avaliação.

M.3 Estudo de caso Nº 3 – Projetos SI QPME/Projetos Conjuntos 022730 e SIAC 016994 - Promoção da Imagem e Internacionalização da Fileira do Calçado Português

Código e designação: SIAC n.º 016994 – Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011/2012 e Projeto Conjunto n.º 022730 – Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado 2012
Entidade promotora: APICCAPS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADO, COMPONENTES, ARTIGOS DE PELE E SEUS SUCEDÂNEOS
Tipologias de intervenção: Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) / Sistema de Incentivos Qualificação PME - Projetos Conjuntos

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
<i>Valores da operação</i>	1	1.066	1.036	726	35%
	1	9.826	9.428	4.896	69%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	308 1.208	287.181 568.825	247.122 457.774	181.262 212.702	52% 42%
Inserção da operação na tipologia	- -	0,37% 1,73%	0,42% 2,06%	0,40% 2,30%	35% 69%
Referências cronológicas					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
13/10/2010	11/04/2011	01/01/2011	31/12/2012	03/01/2011	31/12/2012
22/06/2011	08/02/2012	01/07/2011	31/12/2012	01/07/2011	31/12/2012

Nota: os valores da primeira linha dizem respeito ao projeto 16994 e os da segunda linha dizem respeito ao projeto 22730

O presente estudo de caso, ao contrário da maior parte dos restantes, inclui a análise de dois projetos promovidos pela mesma entidade (APICCAPS), dado o seu carácter complementar. O primeiro é um SIAC (Projeto n.º 016994 - Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011/2012) que permitiu “preparar terreno” para uma maior eficácia de vários projetos conjuntos subsequentes liderados por este promotor, designadamente o que se lhe seguiu mais imediatamente: o Projeto n.º 022730 - Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado 2012.

Começaremos por fazer uma breve descrição da entidade que promoveu os projetos em análise. Segue-se uma breve descrição e análise da execução e resultados de cada um dos projetos. Por fim, apresentam-se as lições da experiência que se retiram deste caso de estudo e os aspetos metodológicos relevantes que estiveram subjacentes à sua elaboração.

A APICCAPS é uma Associação empresarial, de âmbito nacional, criada em 1975, que tem por objetivo defender os interesses dos sectores de atividade que representa: calçado, componentes para calçado, artigos de pele e seus sucedâneos e equipamentos para estes sectores de atividade. Com vista a esse objetivo, a APICCAPS promove iniciativas em diversas áreas, a saber: internacionalização, inovação, informação sectorial, assistência técnica, formação, desenvolvimento social, qualidade e ambiente.

Para desenvolver este leque de atividades, a APICCAPS possui uma posição importante em duas entidades, constituídas com o objetivo de suprirem falhas de mercado e apoiar as empresas em domínio fundamentais: Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado (CFPIC) e o Centro Tecnológico do Calçado de Portugal (CTCP).

A APICCAPS, fruto da sua essência, para além de albergar uma Assembleia Geral, uma Direção e um Conselho Fiscal como seus órgãos sociais, reúne um Conselho Consultivo da Direção, como órgão informal constituído por 64 empresários que dão voz às empresas associadas da fileira. A APICCAPS emprega 13 pessoas, das quais 8 são licenciadas/técnicos superiores (6 Economistas, 1 Jurista e 1 Jornalista) e 5 ao nível de secretariado técnico, conjugando a larga experiência de alguns meios humanos que nela trabalham há largos anos (em média, há mais de 20 anos) com novos técnicos empregues recentemente cujo dinamismo e competência em áreas diversas potenciam a sua ação. A APICCAPS conta, ainda, com a colaboração de diversos consultores externos, de acordo com as tarefas mais prioritárias, designadamente o Dr. Fernando Ribeiro (licenciado em Economia, para a área de auditoria administrativa, técnico/fiscal), a Escola de Gestão do Porto e a Universidade Católica Portuguesa.

Com vista a enquadrar devidamente a sua ação no atual período de programação, a APICCAPS elaborou em 2007 um Plano Estratégico para o período de 2007/2013 e, em 2008, um Programa de Ação para o mesmo período (FOOTure). Trata-se de um programa integrado cujos aspetos principais no que diz respeito à

internacionalização salientamos a seguir e que prevê um eixo dedicado à internacionalização - Shoebiz - no qual se integra um conjunto de projetos subsequentemente candidatados e apoiados no âmbito do QREN.

M.3.1. Apresentação da operação, execução e resultados alcançados: Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012

Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

O Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012, enquadrado no Sistema de Apoio a Ações Coletivas, teve como único foco o desenvolvimento de uma imagem renovada de qualidade da fileira do calçado português, que transmitisse internacionalmente o elevado valor aportado dos seus produtos, para, assim, abrir portas e acrescentar valor às estratégias de internacionalização das empresas desta fileira, tanto em países de consolidação como em países emergentes. Com essa ideia base em mente, a APICCAPS levou a cabo este projeto de promoção internacional da marca do calçado português no mundo com um espectro de impacto mediático alargado, dados os vários canais de comunicação utilizados: presença em feiras internacionais, kits de imprensa e editoriais, mailings institucionais, produção de revistas e brochuras, divulgação junto de *opinion makers*, conferências e distribuição de produtos de publicidade nos principais eventos de moda portugueses. Estas atividades tiveram como potenciais beneficiários do projeto 1.000 empresas, das quais 990 são pequenas e médias empresas.

Este projeto foi enquadrado nas Estratégias de Eficiência Coletiva do Polo de Competitividade da Moda. Nesse sentido, ao longo do mesmo realizaram-se um total de cinco reuniões com a Associação Polo de Competitividade da Moda (APCM) para analisar a sua execução e debater ações futuras a desenvolver e possíveis ajustamentos a levar a cabo no plano de ação que se revelassem pertinentes.

Tendo em conta o âmbito do projeto, de carácter iminentemente imaterial, as atividades desenvolvidas sistematizam-se da seguinte forma:

Quadro A. 299

Atividades desenvolvidas no contexto do projeto

"Tipologia"	Breve Descrição da Atividade
Feiras e Certames	• Produção e distribuição de <i>merchandising</i> da campanha "The Sexiest Industry in Europe" em feiras internacionais do setor; • Realização de conferências, distribuição de produtos de publicidade e divulgação do vídeo Portugal Shoes na Modalisboa e Portugal Fashion, os dois maiores eventos nacionais de moda; • Apresentação duma exposição fotográfica com fotos da campanha de comunicação desenvolvida no Portugal Fashion e divulgação do vídeo Portugal Shoes na Alfândega do Porto;
Comunicação Social	• Produção e envio de <i>kits</i> de imprensa com informação do setor; • Produção e publicação de editoriais de moda em revistas de referência de tiragem superior a 120.000 exemplares (Vogue e Máxima); • Produção e envio de <i>kits</i> de imprensa para líderes de opinião; • Produção de uma ação promocional na Fashion TV com a apresentação do calçado português;
Marketing Direto	• Produção e envio de mailings institucionais para 10.000 potenciais clientes presentes em 85 países; • Produção e distribuição de quatro edições da revista Portugal Soul para 10.000 clientes espalhados por 85 países e em duas feiras internacionais de referência para o setor (CITEX e CFPIC); • Produção e publicação de um livro de prestígio Portugal Soul com uma compilação fotográfica realizada ao longo da campanha de imagem desenvolvida pela APICCAPS; • Reformulação e atualização do <i>website</i> portuguese shoes com vista à sua melhoria na ótica do utilizador;

As projeções iniciais presentes no projeto não foram integralmente efetuadas, tendo ocorrido alguns pedidos de ajustamento que se foram revelando necessários tendo em conta os seus objetivos. Esses pedidos foram globalmente aceites pelo COMPETE, o que se veio a demonstrar benéfico para os resultados que o projeto proporcionou. As atividades que acabaram por não se desenvolver foram: o programa de visitas de jornalistas estrangeiros a Portugal, a produção de um filme institucional e a produção de um estudo da perceção estrangeira acerca do calçado português.

Relativamente ao contributo previsto para os objetivos do COMPETE, em termos essenciais, considera-se que as operações em análise neste projeto contribuem sobretudo para o objetivo estratégico do Programa relativo ao reforço da orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via da produção transacionável ou internacionalizável, constituindo um referencial em matéria de intervenções articuladas e complementares.

Execução e resultados alcançados com a intervenção

Os resultados do presente projeto foram globalmente positivos uma vez que foram excedidas todas as expectativas definidas em sede de candidatura. Assim, em termos de execução: o total de empresas alvo que

inicialmente se previa atingir era de 1.000, um valor inferior às 1.100 que beneficiaram com este programa; Apesar de se terem previsto 6 ações de promoção de divulgação e promoção internacionais, o projeto acabou por desenvolver 8 ações; A participação nas referidas ações foi superior ao expectável visto terem participado 6.500 pessoas em vez dos 6.000 previstos; O espectro de divulgação foi claramente superior em termos geográficos, tendo atingido um total de 85 países alvo, não se ficando pelos 30 países inicialmente previstos; O grau de execução financeira do projeto atingiu o valor elevado de 98,6%.

Por outro lado, em termos de resultados na perspetiva do beneficiário, o projeto excedeu também todas as previsões: A consolidação das exportações inicialmente esperada de 1.200 MEUR foi suplantada, realizando-se uma consolidação na ordem dos 1.600 MEUR; Foi possível conquistar uma quota de 0,34 pontos percentuais aos principais países concorrentes, acima dos 0,3 p.p. definidos em sede de candidatura; O preço médio por par exportado aumentou 22,71€, superando os 21€ projetados; Foram criadas 22 novas marcas, mais 7 do que o previsto;

O número de novos modelos portugueses de calçado foi de 209, mais do dobro dos 100 definidos em sede de candidatura.

As opiniões de várias individualidades e entidades a propósito da importância e impacto do projeto são também indicativas da sua relevância, dos seus resultados e dos seus impactos:

- Institucionais:
 - “Felicitamos a APICCAPS pela campanha *Portuguese Shoes: Designed by the Future*, pelo trabalho desenvolvido, que muito tem contribuído para estimular a qualidade da indústria portuguesa de calçado, e pelo papel que tem vindo a obter nos mercados internacionais”. Cavaco Silva, Presidente da República.
 - “Felicitamos a APICCAPS pela campanha de divulgação do calçado português nos mercados externos”. José Sócrates, Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional.
 - “Registamos com bastante interesse as atividades desenvolvidas pela APICCAPS em matéria de promoção externa. O esforço de internacionalização da economia portuguesa é coletivo, pelo que a dinâmica que a Associação imprime na promoção e modernização de um importante produto nacional deve ser realçada e elogiado”. Paulo Portas, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do XIX Governo Constitucional.
 - “A indústria do calçado é um sector que deve servir de exemplo - um sector resiliente, que teve a coragem de apostar na inovação e na qualidade dos produtos nacionais. É exatamente isso que esperamos dos restantes sectores da economia nacional. Só com maior competitividade conseguimos crescer”. Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia e do Emprego do XIX Governo Constitucional.
 - “O calçado de Portugal pode, e deve, ser apontado como o exemplo de que, usando estratégias corretas, é possível ganhar posição num cenário de grande concorrência global”. Pedro Reis, Presidente da AICEP.
- Importadores:
 - “O novo logótipo agrada-me muito, pois é fresco e vivo”. Roshan Paul, da empresa Xplusplus, Alemanha.
 - “Excelente imagem. O *design* do calçado português melhorou consideravelmente”. Nosaka, Noguchihiko Co. Ltd, Japão.
 - “Uma imagem moderna. O calçado português é genericamente mais caro do que a média do calçado comercializado na Nova Zelândia, mas apresenta uma qualidade muito superior, não só ao nível do acabamento e das matérias-primas como também a nível do conforto e mesmo do *design*”. Danbury NZ Limited, Nova Zelândia.
 - “A nova imagem do calçado português é inovadora”. Arsis Kereskedelmi Kft, Hungria.
 - “A nova imagem dá maior projecção às empresas”. Horváth Cipó Kft, Hungria.
 - “Imagem impressionante, mas com a designação *Design by the future* que considero algo confusa”. Dan Simas, Simco Imported Shoes, EUS.
- Comunicação Social Estrangeira:
 - “A nova campanha é fresca, sofisticada e trendy”. “É perfeita para uma indústria em evolução que está a dar passos decisivos na conquista de novos mercados”. Elisabetta Caprotti, Chefe de Redacção da Vogue Pelle.
 - “Muitas empresas portuguesas estão a dar passos muito interessantes em matéria de criatividade e a nova imagem do calçado português reflete bem essa aposta. A campanha é elegante, moderna e original. Esse trabalho deverá, agora, ser aprofundado por uma mais ampla divulgação da estratégia das marcas portuguesas, que devem comunicar mais e melhor com os consumidores”. Eugénio Di Maria, Director Shoe Intelligence.

- “Imagem moderna e dinâmica. Gosto especialmente da seleção de modelos, seja de homem e de mulher, do mais clássico ou mais desportivo. Reflete o bom gosto das empresas portuguesas: cheia de cor, vitalidade e muito sensual”. Maitê Ruiz-Atela, Diretora da Global Fashion.

M.3.2. Apresentação da operação, execução e resultados alcançados: Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado 2012

Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

O Programa de Internacionalização da Fileira do Calçado 2012, enquadrado nos Projetos Conjuntos apoiados pelo COMPETE, insere-se no Plano Estratégico para a Indústria do Calçado 2007/2013 e no Programa FOOTure, que, por sua vez, encontra reflexo no Plano de Ação do Polo de Competitividade da Moda, constando da lista de projetos complementares do Polo de Competitividade da Moda. Acresce ainda a complementaridade com outros projetos previamente candidatados, designadamente, o SIAC anteriormente caracterizado no presente de estudo de caso e projetos submetidos pelo CTCP e pelo CFPIC.

Nesse sentido, a estreita colaboração com as referidas entidades é coerente com uma visão sistémica de eficiência coletiva do setor no sentido de atuar de forma integrada sobre os fatores críticos de sucesso: contribuir para a mobilização de um número crescente de empresas capazes de promover produtos de valor acrescentado e de atuar ao nível do controlo da sua cadeia de valor, nomeadamente através da incorporação de fatores diferenciadores como qualidade, inovação, *design* e moda e potenciando, por esta via, o upgrade da imagem e promoção internacional da oferta portuguesa de calçado e o alargamento da base exportadora nacional.

O projeto preconiza uma abordagem que visa a promoção do sector e a sua afirmação internacional centrada na participação em feiras e missões de prospeção, considerando que estas continuam a ser excelentes vias para a concretização de contactos e conhecimento de mercados e tendências, possibilitando às empresas a consolidação de posições nos mercados tradicionais e a abertura a novos mercados de elevado potencial de crescimento.

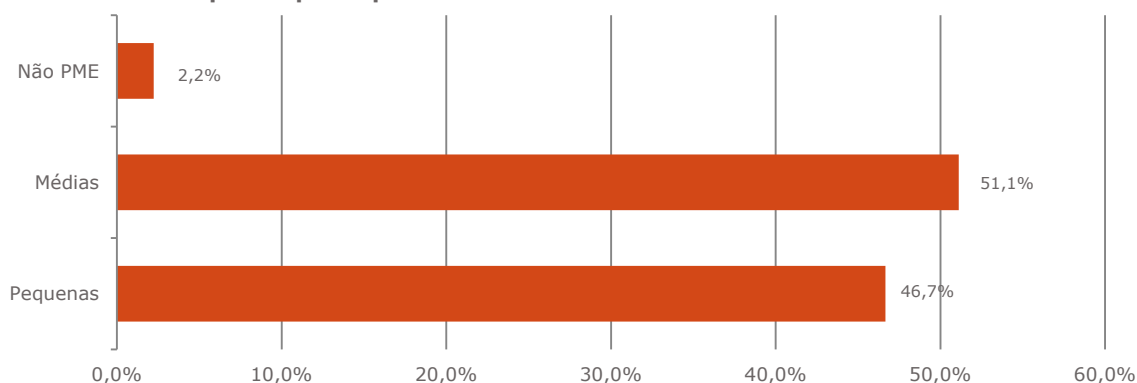
As campanhas promocionais previstas no presente projeto foram sustentadas em diversos suportes, entre os quais a publicação de editoriais de moda, a realização de conferências de imprensa em mercados de relevo para a indústria portuguesa de calçado (Alemanha, França, Espanha e Itália), o envio de um *mailing* a mais de 10.000 clientes da indústria portuguesa de calçado e a publicação de *newsletter* eletrónicas. No seu âmbito inovador, importa destacar as inéditas participações nas feiras ILM em Offenbach (Alemanha), Grogá (Irlanda) e Aymod (Turquia) e as abordagens a novos mercados através da realização de missões na Malásia, Singapura, Indonésia e África do Sul.

Subjacente à abordagem agressiva e alargada (mas focada) na promoção internacional presente neste projeto está a alteração dos modelos de negócios das empresas da fileira, bem como a ideia de que a inovação tecnológica é uma condição necessária mas não suficiente para a superioridade competitiva sustentada das empresas. Para além disso é necessário que as empresas optem por estratégias complexas e que tenham capacidade e eficiência na produção, distribuição e comercialização, tendo como pressuposto uma visão cosmopolita dos mercados e do mundo. Adicionalmente, embora o foco das interações internacionais previstas no projeto esteja no mercado do calçado português, é certo que elas trarão benefícios a montante, uma vez que a internacionalização funciona também como um instrumento de *procurement* internacional e de aumento de competências no desenvolvimento de produtos inovadores. Acresce ainda o facto do mercado internacional do calçado sofrer de uma pressão competitiva muito elevada onde aqueles que se desleixarem por momentos rapidamente podem dar o seu lugar a *players* mais dinâmicos, independentemente da sua localização geográfica.

Apesar do âmbito alargado de atuação, a geografia prevalente no projeto em apreço é a Europa, por várias razões: a oferta nacional de calçado tem a capacidade para apostar de forma efetiva na escalada da cadeia de valor, posicionando-se nos segmentos de mais elevado valor acrescentado; é na Europa e na América do Norte onde se localizam os consumidores mais exigentes que são motor da inovação constante do setor; a inexistência de diferenças cambiais permite uma maior segurança comercial nos mercados europeus; e a proximidade geográfica é fundamental num mercado onde o “*time-to-market*” e o tempo de resposta são elementos diferenciadores e claros fatores críticos de sucesso. Contudo, existem nichos de mercado que a fileira do calçado não deve descorar, nichos que não poucas vezes se situam em países fora do âmbito europeu e que oferecem oportunidades importantes para as empresas nacionais.

Inicialmente, a APICCAPS previa que este projeto seria dirigido para um universo de 110 empresas, na sua grande maioria PME da fileira do calçado. Este número que veio a ser reduzido para 90 entidades devido a falhas na verificação de pré-requisitos de informação exigidos.

Gráfico A. 17
Dimensão das empresas participantes



Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

Nos quadros que se seguem apresenta-se uma breve caracterização das empresas participantes, bem como uma indicação dos objetivos estabelecidos pelas mesmas em matéria de orientação exportadora, mercado-alvo e orientação estratégica dominante.

Quadro A. 300
Caracterização das empresas participantes quanto à sua dimensão e orientação exportadora

	Nº Proj	Orientação Exportadora Média Pré-Projeto	Orientação Exportadora Média Pós-Projeto
Micro	24	58%	73%
Pequena	18	51%	71%
Média	46	79%	82%
Não PME	2	72%	77%
Total	90	68%	77%

Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

Quadro A. 301
Caracterização das empresas participantes quanto ao principal mercado-alvo e orientação exportadora

	Nº Proj	Orientação Exportadora Média Pré-Projeto	Orientação Exportadora Média Pós-Projeto
Alemanha	29	58%	75%
Bélgica	1	100%	100%
Dinamarca	2	88%	89%
Espanha	4	61%	65%
França	19	71%	75%
Itália	13	63%	68%
Japão	1	98%	97%
Países Baixos	7	97%	98%
Polónia	1	15%	21%
Portugal	2		
Reino Unido	6	69%	87%
Rússia (Federação da)	4	80%	90%
Suécia	1	100%	100%
Total	90	68%	77%

Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

Quadro A. 302
Caracterização das empresas participantes quanto ao objetivo dominante e orientação exportadora

	Nº Proj	Orientação Exportadora Média Pré-Projeto	Orientação Exportadora Média Pós-Projeto
Consolidação de posição no mercado	6	73%	81%
Crescimento do volume de negócios	33	86%	91%
Prospecção/Entrada	36	48%	63%
Reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado	15	69%	81%
Total	90	68%	77%

Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

Os investimentos realizados tiveram um arranque com algum fulgor logo no primeiro semestre do projeto (2º de semestre de 2011), realizando um total de 1,083 MEUR neste período. Os dois semestres subsequentes concentraram a maior parcela do investimento previsto que, de forma equilibrada, absorveram perto de 4,175 MEUR cada um, ou seja, mais de 88% do investimento total realizado.

De forma desagregada, a tipologia de despesa dominante, dada a natureza do projeto, foi a de “Promoção Internacional” cujo peso é superior a 91% no total do investimento (aproximadamente 8,650 MEUR). Mais concretamente, as despesas incluídas nesta rubrica dizem respeito essencialmente a aluguer de equipamento em certames (40,8%) e aluguer de espaço de exposições em certames (37,5%), repartindo-se o restante em alojamentos e deslocações para certames (10,1%), contratação de serviços especializados em certames (8,3%), contratação de programas de marketing internacionais (2,3%) e alojamentos e deslocações na prospeção de mercados (1%). As restantes categorias de investimentos complementares visadas no projeto são os “Custos com Pessoal” (2,8%), as despesas de “Disseminação” (2,4%), as despesas de “Avaliação” (0,7%), os custos com “Ações de Acompanhamento” (0,5%) e as “Despesas com TOC e ROC” (0,2%).

Dado o volume de ações previstas no atual projeto, foi realizado um exercício de sistematização global das atividades com as informações essenciais referentes a cada atividade, tendo sido construído o quadro de síntese a seguir apresentado:

Categoria				Descrição
Feiras e Exposições	Feiras de plataforma mundial			Itália (6 ações): “Expo Riva Schuh” (Riva del Garda, Janeiro e Julho), “MICAM/MIPEL” (Milão, Fevereiro e Setembro) – compradores de todo o mundo e penetração no mercado italiano; Alemanha: “GDS” (Dusseldorf, Março e Setembro) – penetração no mercado alemão; Bread & Butter (Janeiro e Julho) – young fashion de gama alta.
	Feiras que visam mercados específicos	Consolidar mercados	França	“Who's Next”, “Mess Around”, “Première Classe” e “Italmoda”, cada uma delas visando públicos distintos e segmentos de mercado diferenciados (Fevereiro/Março e Agosto/Setembro - 4 ações por semestre) – consolidação do competitivo mercado francês.
			Espanha	“Modacalzado” (Março e Setembro) – compradores de todo o mundo e consolidação do mercado espanhol.
			Reino Unido	“Pure London” e “Moda Footwear” – contrariar a perda de importância deste mercado nas exportações portuguesas da fileira.
			Dinamarca	“CIFF/CPH Vision” – consolidar posição no Mercado dinamarquês.
			Estados Unidos	“WSA”, “Magic” e “Project” (Fevereiro e Agosto) – penetração no maior mercado mundial de calçado.
			Holanda	“Modefabriek” (Janeiro e Julho) e “World of Shoes” (Fevereiro e Setembro) – presença em feiras num mercado de exportação importante para o calçado português; consolidação do mercado.
		Mercados emergentes	Rússia	“Mosshoes” (Março e Setembro) e “Obuv” (Março e Outubro) – penetração num mercado de elevado crescimento e potencial.
			Japão	“ROOMS” (Fevereiro e Setembro) – penetração no segmento de moda jovem arrojada.
			Emirados Árabes Unidos	“Arab Health” (Janeiro) e “Motexha” (Abril) – presença num mercado emergente e com visibilidade mediática internacional, com uma dinâmica elevada ao nível de exposições e certames.
			China	“China Shoes” (Abril e Outubro), “CIFF Moda Shanghai” (Setembro) e “Novomania” (Março e Setembro) – mercado com procura crescente por parte das empresas portuguesas da fileira do calçado.
			Turquia	“Aymod” (Abril e Novembro) – mercado com crescente importância nas exportações do calçado nacional e onde as empresas portuguesas pretendem investir.
			Irlanda	“Bróga” (Agosto) – aproveitar a recuperação económica deste novo país para as exportações portuguesas de calçado.
			Polónia	“Next Season” (Março e Setembro) – penetração no mercado emergente polaco, numa feira alargada ao mundo da moda em geral.
	Feiras de outro setor da fileira ou de nicho			“Lineapelle” (Itália, Abril e Outubro) – componentes para calçado, “ILM Offenbach” (Alemanha, Março e Setembro) - artigos de pele; “Golf Europe” (Alemanha, Agosto), “Premium” (Alemanha, Janeiro e Julho), “Cosmoprof” (Itália, Marco) – feiras de nicho ou especialidade.

Categoria		Descrição
Missões Empresariais		Países Asiáticos (Malásia, Singapura e Indonésia) e África do Sul - conhecer o mercado e o seu potencial, bem como avaliar e equacionar a participação em feiras. São mercados com características promissoras para as empresas de calçado portuguesas, com baixas barreiras à entrada e economias promissoras.
Comunicação Empresarial		Realização de anúncios publicitários em revistas internacionais da especialidade – aproveitar a experiência na organização de campanhas promocionais e economias de escala na contratação de meios promocionais; contratação de serviços de assessoria de comunicação nos mercados internacionais – objetivo de destacar os produtos portugueses nas revistas da especialidade nos quatro países tradicionais para as exportações portuguesas de calçado (Alemanha, Espanha, França, e Reino Unido) e em Itália (divulgação de tendências de moda à escala global).
Campanha de Comunicação e Imagem Institucional	Imagens de suporte da campanha de comunicação	Pré-produção para a definição das imagens de suporte da campanha de comunicação referente à presença portuguesa em feiras internacionais 2012, em vários suportes de comunicação (site, catálogos, mailings, informação à imprensa, entre outros), de modo a potenciar a presença em certames profissionais.
	Mailings	Conceção, produção e envio de dois mailings distintos e complementares a um universo de 10 000 potenciais clientes da indústria portuguesa de calçado, contendo designadamente o calendário das dezenas de ações a desenvolver pela indústria portuguesa de calçado no âmbito deste projeto no decorrer de 2012 – atração destes atores para as atividades desenvolvidas.
	Editoriais de moda	Produção e publicação de dois editoriais de moda na maior e mais prestigiada revista de moda do mundo, a Vogue Accessory, que tem uma tiragem média superior a 300 000 exemplares e é distribuída em todo o mundo. Inclui a reserva do espaço nas revistas (Março e Setembro 2012) e a contratação de toda a equipa técnica.
	Anúncios-tipo para revistas internacionais	Definição e pré-preparação dos anúncios tipos a publicar, como habitualmente, feira a feira, nas mais diversas revistas internacionais da especialidade.
	Stand	Instalação de um <i>stand</i> promocional da marca sectorial nas mais importantes feiras do sector a nível mundial, nomeadamente na "Micam" e "GDS" (Março e Setembro).
	Newsletters eletrónicas	Produção e envio de quatro newsletters eletrónicas destinadas aos clientes do sector e ao universo da comunicação social da especialidade, com informações relevantes sobre a presença de empresas portuguesas em feiras no exterior, bem como com informações sobre a atualidade das empresas.
Disseminação de Resultados e Acompanhamento	Convites a jornalistas	Convites a jornalistas para visitarem as maiores feiras e exposições da especialidade (MICAM e GDS) – dar a conhecer e disseminar os resultados obtidos no âmbito do projeto.
	Brochura de avaliação e divulgação	Conceção, produção e distribuição de uma brochura de avaliação das ações de promoção externa previstas no projeto (1.500 exemplares) – análise dos resultados obtidos nas ações previstas no projeto e angariação de novas empresas.
	Suplementos no jornal da APICCAPS	Produção e publicação de dois suplementos (Julho e Dezembro) especiais do Jornal da APICCAPS (2.500 exemplares) – com a análise exaustiva e entrevistas sobre as ações desenvolvidas no âmbito do projeto.
	Reforço das capacidades nas TIC	Renovação de 8 postos de trabalho e a aquisição de um novo servidor de rede – necessidade de requalificar as infraestruturas às exigências atuais em termos de programas e funcionalidades utilizadas na promoção da fileira do calçado.

O promotor considera que o conjunto estruturado de ações se revela adequado às necessidades das empresas da fileira e afigura-se capaz de potenciar as suas melhores valências e contornar algumas das debilidades ainda existentes, nomeadamente, a afirmação da imagem internacional do calçado e a necessidade de aumentar os níveis de competitividade das empresas aderentes e sustentabilidade dos seus negócios da empresa. Os resultados positivos alcançados no projeto produzem um efeito de arrastamento na medida em que possibilitam

a compreensão às empresas da necessidade de aposta em fatores de diferenciação (imagem, qualidade, inovação, *design* e moda) e da capacidade de mobilização de um número crescente de empresas aderentes ao projeto.

O projeto regista igualmente, de forma mais intensa, novas formas de abordagem dos mercados com particular destaque para a realização de ações de comunicação empresarial. As ações de divulgação e disseminação de resultados assumem carácter inovador e, sobretudo uma difusão de largo espectro tendo em conta os suportes utilizados. A utilização do *website* 'Portuguese Shoes', a divulgação através do Jornal da APICCAPS e sobretudo a presença de jornalistas dos órgãos de comunicação social de carácter generalista permite uma difusão amplificada das iniciativas e dos resultados do projeto. A estes fatores acresce o facto de o projeto ter incluído 5 novas ações (3 feiras e exposições e 2 missões empresariais) nunca antes realizadas. Ao nível da divulgação e disseminação dos resultados do projeto diferenciáveis e de abrangência considerada de largo espectro cabe destacar a cobertura jornalística das duas edições da Micam e GDS.

Já no que se refere à demonstração e disseminação dos resultados do projeto foi prevista a realização de um seminário de avaliação do projeto no final de 2012, onde foram apresentados os resultados globais do projeto e '*case studies*' de empresas que participaram no projeto e que foram casos de sucesso; e a publicação de dois suplementos especiais no Jornal da APICCAPS em que é efetuada uma avaliação semestral e anual das feiras e exposições até então realizadas.

Ao longo do projeto foram efetuados alguns ajustamentos e correções, que se sistematizam a seguir:

- Alteração da classificação das despesas correspondentes aos documentos 403, 404, 407, 408, 409 para ações de divulgação e dos documentos 405, 406 e 417 para ações de disseminação;
- Atualização do quadro referente às PME a envolver no projeto, passando a ser identificadas 90 empresas de um total previsto para o projeto de 110;
- Considerando o estabelecido na Orientação Técnica n.º 09/2009, de 21 de Agosto e na Portaria n.º 1.101/2010, de 25 de Outubro, foram efetuadas as seguintes correções ao quadro de investimentos:
 - Alteração da imputação de algumas despesas de acordo com a sua natureza e objetivos e considerando estarem em causa, custos distribuíveis;
 - Verificação e aplicação do limite máximo de custos com pessoal;
 - Verificação e aplicação dos limites máximos de 700 € ou de 1.600 € em deslocações (viagens de comboio e de avião em classe económica) na Europa ou fora do espaço europeu, respetivamente, e de 250 € / noite em estadias, bem como de um representante do promotor e de um representante por empresa para cada ação de promoção /evento constante do projeto;
 - Verificação e aplicação dos limites de 15% dos outros custos elegíveis do projeto aos custos indivisíveis e de 5% dos outros custos elegíveis do projeto aos custos com pessoal do promotor;
- A consolidação das exportações inicialmente esperada de 1.200 MEUR foi suplantada, realizando-se uma consolidação na ordem dos 1.600 MEUR;
- Foi possível conquistar uma quota de 0,34 pontos percentuais aos principais países concorrentes, acima dos 0,3 p.p. definidos em sede de candidatura;
- Foram ainda consideradas não elegíveis as despesas seguintes:
 - Participações de dimensão reduzida (envolvendo apenas 1/2 empresas), não representativas da oferta portuguesa e não enquadráveis numa lógica de participação coletiva. De salientar que, nestas circunstâncias, só foram consideradas as primeiras abordagens a novos eventos e as participações em eventos de nicho.
 - Custos com a aquisição de equipamentos informáticos, não enquadráveis na Tipologia "Internacionalização";
 - Despesas referentes a custos com pessoal relativos a cargos de administração ou gerência da entidade promotora, não elegíveis nos termos do ponto 5 do AAC n.º 10/SI/2011.

Execução e resultados alcançados com a intervenção

O promotor do projeto, com vista à avaliação do mesmo, propôs diversos indicadores de acompanhamento, resultados e impacto. Apresenta-se de seguida esses indicadores e o balanço acerca da sua consecução.

- Acompanhamento
 - Cumprimento do Cronograma Proposto: Cumprido;
 - Nível de Execução Financeira do Projeto não inferior a 80%: realizado 80,2%
 - Nº médio de empresas participantes por mercado não inferior a (até Junho 2012):
 - 9 no sector de calçado: obtiveram uma média de 15;
 - 3 nos sectores de componentes: estiveram em média 6 setores;

- 2 nos sectores de Artigos de Pele: resultado ficou-se por 1;
- Resultados
 - Nº mínimo de contactos de contactos efetuados por cada empresa não inferior a 13: na realidade obteve-se 25;
 - Manutenção ou acréscimo do nº de empresas interessadas em participar em novas ações: existiu um acréscimo;
 - Nível de satisfação das empresas e apreciação positiva dos resultados alcançados nas ações manifestadas por mais de 60% das empresas participantes: 91% ficaram satisfeitas e registaram uma apreciação positiva;
- Impacto
 - Consolidação das exportações portuguesas de calçado no valor de 1.3 mil MEUR com uma tolerância de variação de +/- 5%: atingidos 1,6 milhões;
 - Demonstração, no final do projeto, da eficácia das ações promocionais realizadas, quantificada através do aumento médio de 2% no nº de encomendas das empresas participantes: não foi possível compilar informação para verificar os resultados concretos;
- Avaliação direta junto de uma amostra correspondendo a pelo menos 20% das empresas envolvidas no projeto (através de questionários);
- Avaliação externa a efetuar no final do Projeto, por entidade a selecionar: decidiu-se anular esta avaliação tendo em conta as reações nos vários eventos e o benefício de um maior desfasamento temporal na ótica dos resultados.

M.3.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Enquadramento

A APICCAPS tem uma visão integrada do setor e procura sistematicamente promover a reflexão estratégica sobre o mesmo, com uma forte preocupação de *benchmarking* internacional e o valor acrescentado dos produtos, tendo como target principal o setor do calçado italiano.

Atualmente, as empresas portuguesas desta fileira do couro têm competências importantes ao nível da capacidade de resposta rápida e com qualidade, inovação e qualificação, permitindo uma subida consistente na cadeia de valor. No entanto, objetivamente, a qualidade percebida da produção portuguesa está ainda uns degraus abaixo da qualidade efetiva, principalmente nos mercados internacionais. Assim, e tendo em conta que a experiência e competências das empresas do setor lhes permitem ser competitivas internacionalmente, faz todo sentido que a APICCAPS concentre as suas forças na promoção internacional de uma imagem de qualidade associada ao calçado português. Na verdade, este é um esforço que é necessário fazer na grande maioria dos sectores que compõem a nossa economia, que em regra apresentam défices de imagem internacional bem mais agudos do que o calçado português.

Isto permitirá, por um lado, que o gap existente em relação ao calçado italiano em termos de valor acrescentado se reduza e, por outro, que o valor percebido e o valor efetivo se aproximem. A estes fatores acresceram os problemas levantados com a crise económico-financeira e da dívida soberana: a imagem de Portugal deteriorou-se nos mercados internacionais fazendo com que o poder negocial das empresas portuguesas diminuísse junto das suas contrapartes externas. Por isso, transmitir uma imagem forte da fileira no exterior dará um importante apoio às empresas que a constituem uma vez que lhes permite focar na promoção e imagem institucionais sem terem uma preocupação acrescida na promoção do setor e do país.

As ações em terreno nacional, nos dois maiores eventos de moda, têm subjacente a ideia de associar o calçado à moda bem como aproveitar a forte presença de comunicação social internacional nesses eventos. Além disso, a APICCAPS não pretende criar uma imagem do calçado de forma isolada, mas sim procurando comunicar o triângulo Calçado-Moda-Portugal na escolha das suas ações e, principalmente, materializá-lo nas suas publicações nacionais e internacionais. Este também é um aspeto fundamental.

Complementaridade entre os instrumentos utilizados

Os SIAC e os Projetos Conjuntos apresentam uma natureza claramente complementar, existindo um conjunto de sinergias que podem e devem ser aproveitadas com a sua utilização coordenada.

As características do tecido empresarial nacional (empresas de pequena dimensão, sem massa crítica significativa, com uma fraca cultura de cooperação e de promoção da imagem) torna imprescindível a existência de SIAC que ajudem a financiar entidades cuja missão é desenvolver projetos de cooperação, agrupar empresas para que ganhem massa crítica e promover a imagem global dos sectores. Na realidade, os SIAC trouxeram uma revigoração setorial assinalável que está a impulsionar as empresas na sua individualidade. Contudo, a utilização pura e simples dos SIAC não resolve todas as insuficiências setoriais. A importância dos Projetos Conjuntos na promoção internacional é, claramente, essencial. No caso do calçado, com uma organização consertada e programada de feiras e missões empresariais, o projeto conjunto da

APICCAPS permite que o poder negocial na contratação das empresas representadas seja muito superior quando comparado com a ida individual de cada empresa por sua conta e risco.

O Projeto Conjunto pode, no limite, ser visto como uma soma de projetos individuais que potencialmente poderiam ser candidatados aos Sistemas de Incentivos. A verdade é que o volume administrativo e consequente acréscimo de custos que provocariam seria muito superior. Além das economias de escala, os projetos conjuntos atingem resultados e impactos que a soma de projetos individuais nunca atingiria, na medida em que as ações têm subjacente uma estratégia coletiva definida e consertada.

Por outro lado, existe ainda um aspeto que deve ser levado em conta no que toca à vantagem dos projetos conjuntos: a flexibilidade operacional destes vs. a inflexibilidade que os projetos individuais normalmente comportam. Não obstante a exigência de manutenção de uma estrutura central do projeto conjunto, existe uma grande flexibilidade por parte do COMPETE e da AICEP relativamente a alterações de registo de empresas nas diferentes ações previstas ou de alterações de ações inicialmente previstas (concordante com a grande natalidade e mortalidade de feiras nos mercados emergentes de elevado potencial). Aspeto que não seria assim no caso de projeto individuais onde uma certa feira estaria prevista. Conclui-se, portanto, que a flexibilidade aportada aos projetos conjuntos é fundamental e deverá continuar a prevalecer no futuro.

Constrangimentos

Segundo a APICCAPS, a taxa de execução do projeto conjunto aqui apresentado foi anormalmente baixa (apesar de se terem cumprido objetivos estando acima dos 80%), na medida em que as empresas sentiram na pele algumas dificuldades financeiras que a conjuntura proporcionou e porque a confirmação do aumento das taxas de incentivo para a presença em feiras e certames apenas foi confirmada muito tardiamente.

Este aspeto é muito relevante, apelando para a importância dos apoios disponíveis no QREN para responder à crise económica que assola o país, potenciando o aproveitamento de oportunidades internacionais. Note-se que,

atualmente, existe uma dificuldade em conseguir seguros de crédito e existe um mau funcionamento dos mercados financeiros, com o encerramento de linhas de crédito, etc. Além disso, os incentivos fiscais à internacionalização continuam a ser parcos e mal regulamentados.

Por outro lado, importa ter em conta que os limites “de minimis” deviam (temporariamente) ter tetos máximos mais elevados, uma vez que o país está a ser intervencionado, pelo que necessita de impulsos no sentido da recuperação económica.

Em relação aos *overheads*, constata-se que os tetos para despesas elegíveis são relativamente baixos nos projetos conjuntos. A APICCAPS entende que o limite deveria passar de 5% para 10% e que, adicionalmente, deveriam passar a ser elegíveis os custos de estrutura com um limite de 5% do investimento elegível, o que parece aceitável. No que toca aos SIAC, é considerado que o limite de 20% para custos com o pessoal de gestão se adequa às necessidades, mas que, adicionalmente, seria razoável aceitar alguns custos de estrutura dos seus promotores.

Opções de apoio à internacionalização

Relativamente ao direcionamento dos apoios a novas empresas exportadoras, da análise feita em conjunto com a APICCAPS, fica a ideia de que, neste contexto setorial, é preferível apoiar novas empresas com características de “*born global*”, visto serem as que têm mais competências comerciais para atuar externamente. As empresas existentes não exportadoras têm normalmente competências de produção e atuam sobretudo via subcontratação, pelo que é praticamente impossível alterar o seu modelo de negócio. Assim, uma nova aposta estratégica em mercados internacionais e com marcas próprias tem um maior risco de insucesso para além do risco de perda dos clientes atuais

M.3.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe os resultados obtidos com os dois projetos em estudo face aos objetivos traçados aquando da candidatura.

Neste enquadramento, foi solicitada pela equipa de avaliação em articulação com o COMPETE uma reunião com a entidade promotora dos projetos (APICCAPS). A mesma foi realizada nas instalações do promotor, no Porto, e contou com os seguintes pontos de agenda:

- Adequação dos instrumentos de apoio SIAC e Projetos Conjuntos às necessidades e objetivos da APICCAPS de natureza coletiva e do sector que a mesma representa;
- Candidatura dos projetos: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Projetos: principais objetivos e principais destinatários;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/ OI - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;

- Realizações/ resultados/ impactos do projeto no(s) promotor(es) e nos destinatários (quando aplicável): realizações; resultados/ impactos qualitativos e quantitativos; comparação de resultados/ impactos previstos com efetivos; efeito do incentivo/ adicionalidade da intervenção apoiada; efeitos não esperados; condicionantes; sustentabilidade;
- Eficiência das intervenções;
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria de instrumentos do tipo "SIAC" e "Projetos Conjuntos" na preparação do próximo período de programação 2014-2020.

Para além da informação recolhida na reunião com o consórcio, foram consultados todos os documentos disponibilizados na plataforma do COMPETE relativamente a este Projeto.

M.4 **Estudo de caso N° 4 - SI QPME 000803 - ADIRA 2009 – Desenvolvimento e internacionalização**

Código e designação: SI QPME 000803 - ADIRA 2009 – Desenvolvimento e internacionalização					
Entidade promotora: ADIRA, SA					
Tipologias de intervenção: Regulamento Específico "Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME"					
Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	811,9	649,2	227,2	100%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	1.208	568.926	457.774	212.702	42,3%
Inserção da operação na tipologia	-	0,14%	0,14%	0,11%	100%
Referenciais cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
28/01/2008	30/07/2008	28/01/2008	31/12/2009		

M.4.1. **Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE**

A ADIRA foi fundada por António Dias Ramos e iniciou a sua atividade em 1956, contando com cinco trabalhadores, instalados numa pequena oficina com cerca de 400 m². Na altura, esta empresa ocupava-se de trabalhos de mecânica geral, nomeadamente pequenas reparações, adaptações e fabrico de várias peças e máquinas para outras indústrias (alimentar, têxtil, cordoaria, entre outras).

Todavia, esta empresa cedo direcionou a sua atividade para a construção de máquinas-ferramentas, através do fabrico de limadores e de tornos e, em 1987, alargou as suas instalações para Gaia (instalações mais focadas na fabricação das estruturas mais pesadas).

Ultimamente, esta empresa tem-se dirigido, em matéria de mercados alvo preferenciais, essencialmente, para as indústrias dos setores metalúrgico e metalomecânico, automóvel, eletrodomésticos e equipamento de construção, apostando em duas frentes distintas, na área das máquinas de corte por laser: (i) máquinas mais estandardizadas, em geral com custos de produção mais baixos e, por isso, com preços mais acessíveis e (ii) máquinas *taylor-made*, customizadas e desenhadas à medida das necessidades dos clientes e desenvolvidas com o seu apoio.

Tendo em vista a produção de soluções inovadoras, conta com um gabinete próprio de I&D dedicado ao desenvolvimento de equipamentos novos e diferenciados, assentes em tecnologias mais eficientes do ponto de vista energético. Para este efeito, conta com um orçamento anual de cerca de 1 milhão de euros, que representou, em 2012, cerca de 6,25% do volume de negócios da ADIRA.

Esta empresa conta, hoje em dia, com 140 colaboradores (25 dos quais detêm, pelo menos, licenciatura) e apresentou, em 2012, um volume de negócios de 16 MEUR. A empresa encontra-se certificada pela norma ISO 9001.

Os pontos distintivos da ADIRA, que têm ajudado a sustentar a sua performance e posicionamento competitivo no mercado onde se insere, correspondem, no essencial, aos seguintes:

- Marca de referência reconhecida pelos vários *players* que operam neste setor, quer sejam clientes, fornecedores ou parceiros;
- Tecnologia do produto assente em critérios de vanguarda e inovação;
- Relação qualidade do produto/preço/prazo de resposta muito competitiva;
- Instalações com potencial de crescimento em Gaia;
- Cultura da empresa de rigor e excelência;
- Parcerias com instituições do SCT relevantes: INEGI, INESC-Porto, Universidade do Minho, Universidade de Vigo.

Foi neste contexto que o projeto ADIRA 2009 - Desenvolvimento e Internacionalização (projeto já encerrado) ganhou pertinência, ao potenciar a internacionalização da empresa, na medida em que os atuais constrangimentos do mercado interno aliados à sua pequena dimensão, obrigam a empresa a direcionar os seus esforços comerciais para o exterior.

Deste forma, este projeto, que começou em Janeiro de 2008 e terminou em Dezembro de 2009, considerou as seguintes componentes:

- Participação da ADIRA em feiras internacionais em vários países europeus, Argentina, EUA, Brasil, Shanghai, México e China;
- Presença em missões de prospeção comercial no Brasil, Rússia, México, Polónia, China, Espanha, EUA, França, Índia, Reino Unido e Ucrânia;
- Aquisição de equipamentos informáticos (hardware, software, licenças, etc.);
- Elaboração de catálogos e material promocional;
- Reformulação e atualização do site da ADIRA, para além da sua tradução e disponibilização em várias línguas estrangeiras: inglês, francês e espanhol;
- Contratação de 2 técnicos para darem suporte a estas atividades comerciais.

Os objetivos deste projeto coincidem largamente com os objetivos traçados pelo programa COMPETE, principalmente nos seguintes pontos:

- Ao nível do Desenvolvimento e Engenharia do Produto - Os investimentos realizados permitiram que a empresa disponha dos meios humanos, organizacionais e tecnológicos necessários ao reforço da sua capacidade de resposta a produtos/serviços "*taylor made*" e de resposta aos requisitos técnicos exigidos pelos clientes.
- Ao nível Comercial e de Marketing - O robustecimento da capacidade de intervenção técnico-comercial da empresa, em particular da componente Serviço ao Cliente, foi conseguido através de investimentos na aquisição de equipamentos de apoio à força comercial, material promocional e meios de comunicação mais eficazes, apoiados por consultores de *design* de comunicação, que conduzirão à melhoria da componente "*Service*" de aproximação aos clientes.
- Ao nível da Internacionalização - As ações e iniciativas realizadas na área comercial e marketing tiveram um impacto muito importante na estratégia de aposta na internacionalização da empresa, que investiu fortemente na divulgação da marca ADIRA nas mais prestigiadas feiras internacionais do setor e nas missões comerciais que realizou.

M.4.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

O objetivo primordial deste projeto passou por um reforço da presença da ADIRA nos mercados internacionais.

Ao nível da orientação exportadora da empresa, este objetivo foi plenamente alcançado como resultado das ações do projeto. Atualmente, a empresa exporta 80% da sua produção, enquanto no ano pré-projeto apenas 55% do seu volume de negócios era realizado em mercados externos. O perfil dos mercados externos também sofreu alterações profundas: os mercados franceses e espanhóis perderam alguma importância para a América Latina, nomeadamente para o Brasil, que alcançou uma quota de mercado semelhante à do mercado nacional (cerca de 30%).

Desta forma, em 2010, a distribuição do volume de negócios internacional por mercado foi: 49% América do Sul/Central; 20% África; 18% Europa Ocidental; 6% Ásia; 4% América do Norte; e 3% Europa de Leste. Esta distribuição contrasta fortemente com a de 2005: 75% Europa Ocidental; 13% América do Norte; 7% Ásia; 2% América do Sul e Central; 2% África; e 1% Europa de Leste.

Este projeto trouxe muitos novos contactos (clientes, parceiros e agentes nos diferentes países) a nível internacional. A diversificação dos mercados clientes da ADIRA, potenciada pelo presente projeto, é muito forte: atualmente, esta empresa dirige-se a 40 mercados distintos.

Em termos de crescimento do volume de negócios da empresa, os objetivos do projeto não foram totalmente cumpridos, devido à crise económica e financeira que entretanto se instalou e que prejudicou a procura interna, não obstante o crescimento a nível externo. Analisando a evolução do volume de negócios da ADIRA no período 2007-2010, verificou-se que houve uma quebra substancial no ano de 2009 face a 2008 (cerca de 40%), ano que penalizou muito a promotora, dada a conjuntura internacional e nacional desfavorável vivida neste período. Em 2010, presenciou-se uma evolução positiva do volume de negócios face a 2009, de 16%. Em 2013, o volume de negócios atingirá muito provavelmente 20 MEUR.

Relativamente à valorização dos recursos humanos, o peso dos colaboradores com qualificação superior (superior ou igual ao nível VI) subiu, em 2010, face ao ano pré-projeto, 2 pontos percentuais.

Ao longo da execução do investimento, o promotor solicitou à AICEP algumas alterações ao projeto inicial que, após análise da justificação e fundamentação, foram aceites e que passamos a discriminar:

- O promotor decidiu adiar algumas despesas associadas a investimentos em equipamentos informáticos (software, hardware e afins) por razões de conjuntura económica;
- O abrandamento do mercado e o menor número de visitas de clientes nas feiras reduziram o consumo de catálogos, e deste modo, procedeu-se a uma redução dos catálogos impressos;
- No que respeita ao *website*, motivos de ordem financeira adiaram a reformulação completa do site, que se espera concluir no âmbito de um futuro projeto de investimento;
- Não foram realizados os estudos de mercado previstos, tendo o promotor veiculado parte da verba a eles afeta para as missões de prospeção e os serviços de consultoria para formação interna da equipa comercial (este último item não foi considerado elegível para cofinanciamento).

O projeto revelou, face ao inicialmente projetado, uma taxa de realização financeira baixa, de 58,2%, e uma taxa de realização física de 61,84%, mas mesmo assim foi aprovado, na medida em que se considerou que alcançou os objetivos a que se tinha proposto.

Esta empresa (PME líder durante 5 anos consecutivos) tem bastante importância e impacto na região onde está enquadrada, apresentando uma forte notoriedade, assente no bom relacionamento quer com clientes e parceiros, quer com fornecedores internacionais de alguns produtos de elevado valor acrescentado, quer com fornecedores locais de peças que são incorporadas nos produtos finais (presentes na região Norte), para além de representar uma importante fonte de emprego regional.

Outros pontos positivos que este projeto suscitou prendem-se com:

- Contratação efetiva e permanente dos dois técnicos previstos na candidatura para acompanhar o projeto;
- Alavanca e promove o apoio a novas iniciativas, por parte da empresa, de internacionalização, de inovação produtiva e de I&DT (nesta última área, há que destacar a importância e relevância do investimento que a empresa tem vindo a fazer em protótipos, que têm capitalizado a sua imagem e notoriedade nos mercados internacionais, sustentando, nos tempos mais recentes, o crescimento do volume de negócios da ADIRA).

M.4.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

O relacionamento entre o promotor e a AICEP, organismo intermédio que acompanhou diretamente o projeto, foi considerado, de modo geral, bastante positivo. De acordo com a empresa, a AICEP acompanhou o projeto do ponto de vista estratégico, manifestou muita disponibilidade para responder a dúvidas e questões suscitadas ao longo do projeto, flexibilidade para pequenas alterações e ajustes ao projeto (como, por exemplo, efetuar algumas alterações no mapa de investimento, tendo em vista a otimização da sua execução).

Como ponto menos positivo, foi apontado o facto da capacidade de resposta a pedidos de pagamento ter vindo sucessivamente a piorar.

Neste quadro, como pontos de melhoria, o promotor indicou os seguintes:

- Diminuir o nível de burocracia e requisitos formais envolvidos ao longo do projeto (por exemplo, a necessidade de publicitação do QREN em todas as feiras internacionais em que o promotor participou, podendo, inclusivamente, uma ausência por lapso dessa publicitação significar uma resposta indeferida a um pedido de pagamento);
- Simplificar os formulários eletrónicos, dispensando elementos que são difíceis de prever e detalhar no momento da candidatura.

M.4.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe o processo de implementação e os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados em sede de candidatura.

Neste sentido, foi convocada, pela equipa de avaliação, uma reunião com o conselho de administração da entidade promotora, a ADIRA, SA, a qual foi realizada na sede do promotor, no Porto, tendo abordado os seguintes pontos da agenda:

- Adequação dos instrumentos de apoio às necessidades e objetivos do promotor;
- Objetivos do projeto;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/Organismos Intermédios - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Resultados e impactos qualitativos e quantitativos do projeto no promotor;
- Comparação de resultados e impactos previstos com reais;
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria dos Sistemas de Incentivos às empresas na preparação do próximo período de programação estrutural 2014-2020.

Para além da informação produzida na reunião com o promotor, os dados constantes do sistema de informação do COMPETE, relativamente a este projeto, foram revistos e consultados pela equipa de avaliação.

M.5 **Estudo de caso Nº 5 – SI I&DT 013856 - TOOLING EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho**

Código e designação: SI I&DT 013856 - TOOLING EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho
Entidade promotora: ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIAS DE MOLDES E PLÁSTICOS, SA
Tipologia de intervenção: SI I&DT (Projetos Mobilizadores)

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	1	8.304	7.316	5.000	32%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	611	734.096	646.862	152.139	-
Inserção da operação na tipologia	-	1,13%	1,13%	1,07%	-
Referencias cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
31/03/2010	29/04/2011	01/11/2010	31/10/2013	01/11/2010	30/04/2014

M.5.1. **Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE**

Ideia base / fundamentação

O Projeto *Tooling EDGE* – Produção Sustentável de Elevado Desempenho assume-se como um projeto de desenvolvimento de tecnologia enquadrado na estratégia de eficiência coletiva do Polo de Competitividade *Engineering & Tooling*. Envolve a intervenção de 18 empresas promotoras, 7 entidades do SCT (Sistema Científico Tecnológico) nacional e 2 empresas parceiras, possuindo uma dimensão capaz de induzir um efeito mobilizador no polo de competitividade de incidência em termos da sustentabilidade competitiva e de diversificação relacionada para atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, contribuindo assim para uma evolução da estrutura de especialização nacional em direção a uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação.

Este projeto tem como visão estratégica contribuir para que, dentro de 10 anos, o *cluster* português do *engineering & tooling* seja reconhecido mundialmente como um dos mais avançados do ponto de vista tecnológico e da oferta de valor acrescentado na conceção e produção de moldes, ferramentas especiais e peças maquinadas de alta precisão ou produzidas por injeção em materiais com características específicas para

novas aplicações, daí a sua relevância como estudo de caso. O seu objetivo é facilitar o processo de transformação de um posicionamento suportado em recursos materiais para uma competitividade ancorada no conhecimento e na inovação, na medida em que uma combinação equilibrada de conhecimento, organização e tecnologia tenderá a traduzir-se em valor diferenciador para as PME do *cluster* e na consolidação da sua posição estratégica de fornecedores das OEMs dos principais sectores industriais na Europa.

O Projeto *Tooling EDGE* tem uma estrutura que envolve 6 Projetos Parcelares (PPSs). Os PPSs 1 a 4 envolvem atividades de geração e sistematização do conhecimento, de estratégias de atuação e de metodologias e ferramentas de trabalho, a ser subsequentemente aplicados e validados em 11 Casos de Estudo (PPS 5), agrupados de acordo com as características dos sectores clientes identificados como possuindo uma importância fundamental para o sector. Para além dos PPSs de desenvolvimento, o Projeto envolve ainda o PPS 6 responsável pela gestão e coordenação dos trabalhos e pela disseminação dos resultados.

Os PPSs possuem uma coerência de objetivos e metas específicas, envolvendo a colaboração estreita de parceiros industriais e entidades do SCT. As entidades do SCT terão uma atividade preponderante nos PPSs focados em investigação e desenvolvimento e os parceiros industriais em PPSs dedicados a casos de estudo sectoriais, onde se privilegia a aplicação e demonstração do conhecimento e das ferramentas, sistemas e metodologias geradas.

Listagem dos Projetos Parcelares (PPSs):

N.º	Designação	Promotor Responsável
1	Exploração das Tecnologias Nucleares	IST
2	Novos Desenvolvimentos Tecnológicos	Universidade do Minho
3	Metodologias, Organização e Sistematização dos Processos	CENI - IPS - Centro de Integração e Inovação Processos
4	Automação Flexível	CENTIMFE
5	Casos de Estudo Industriais	INEGI
6	Coordenação e Disseminação	CENTIMFE
1	Exploração das Tecnologias Nucleares	IST

Fonte: equipa de avaliação

Objetivos

Objetivo Geral

O Projeto *Tooling EDGE* tem como objetivo fundamental desenvolver conhecimento científico e tecnológico e metodologias de trabalho e de organização inovadoras e adaptadas ao Polo de Competitividade do *Engineering & Tooling* que, através de um processo de demonstração e disseminação suportado em Casos de Estudo, permitam incrementar o seu desempenho global e o valor acrescentado nos seus processos e produtos.

Seguindo uma abordagem multidisciplinar, envolvendo o desenvolvimento do produto (ou do molde, quando aplicável), as tecnologias de fabrico e de automação, as questões organizacionais e os impactos ambientais, o Projeto visa preparar as PME do *cluster* para uma atuação competitivamente sustentável em mercados considerados estratégicos: aeronáutico, automóvel, médico, eletrónica e da embalagem. Para cada um destes sectores clientes, tratados sob a forma de Casos de Estudo suportados por atividades de investigação, são considerados os seguintes aspetos:

- *Design* do produto e/ou do molde, especialmente vertente de *design* para o ciclo de vida;
- Materiais, considerados como elemento dinamizador da inovação;
- "Otimização" do desempenho das tecnologias de fabrico, na perspetiva da qualidade/funcionalidade do produto e da eficiência global dos recursos envolvidos - aspetos económicos e ambientais;
- Organização do sistema produtivo, entendida numa ótica abrangente envolvendo desde a adequação de soluções tecnológicas de automação flexível à estandardização de metodologias de trabalho e de procedimentos de planeamento e controlo, com base nos princípios "lean".

O projeto visa ainda desenvolver mecanismos e metodologias de monitorização, vigilância e de inteligência competitiva que alimentem o polo com informação relevante, de forma a facilitar uma estratégia empresarial proactiva, não apenas para a concretização de um posicionamento competitivo e de uma maior diferenciação na oferta (reduzindo riscos de polarização), mas também de um incremento do valor acrescentado e da visibilidade no mercado internacional.

Objetivos estratégicos

- Colocar o polo no top 5 a nível mundial, nas áreas da produtividade, inovação e qualificação dos seus recursos humanos;
- Contribuir para o crescimento de pelo menos 2% ao ano da produção no subsector dos moldes;
- Contribuir para o crescimento anual acelerado da produção no subsector dos moldes;
- Contribuir para o crescimento anual da produção do subsector das ferramentas especiais e peças maquinadas de alta precisão;
- Garantir elevados níveis de rentabilidade das empresas com resultados líquidos médios acima da média da ISTMA-Europe;

- Contribuir para o reconhecimento da marca “*Engineering & Tooling Portugal*” a nível nacional e internacional;
- Contribuir para a redução consistente da dependência do setor automóvel para valores próximos dos 50%;
- Contribuir para o aumento significativo do peso de outros setores estratégicos como a energia e o ambiente, embalagem, eletrónica, saúde e aeronáutica.

Objetivos Específicos

- Desenvolver conhecimentos, metodologias e estratégias para dinamizar a competitividade no Polo de Competitividade e Tecnologia do *Engineering & Tooling*, que resultará de uma maior eficiência e eficácia da utilização dos recursos (mais valor gerado, maior produtividade, menores impactos ambientais);
- Ampliar e consolidar o conhecimento e o desempenho ao nível das tecnologias nucleares do polo (soluções de engenharia de moldes, tecnologias de maquinaria por arranque de apara e eletrofísica/química), explorando e estendendo as capacidades das tecnologias face aos novos desenvolvimentos nas ferramentas de corte e equipamentos disponíveis e aos novos materiais utilizados em mercados estratégicos para o sector, desde os aços recozidos e tratados, às ligas leves e superligas (e.g: ligas alumínio, titânio e níquel);
- Redesenhar as sequências operacionais, com novas metodologias de trabalho e de organização, integradas com desenho e conceção de componentes adaptados ao fabrico automático, mais ágil e flexível;
- Estudar e desenvolver conhecimentos e informação técnica e tecnológica complementar de apoio para aplicações específicas das tecnologias nucleares de fabrico, que é omissa ou não se encontra completamente detalhada nos catálogos comerciais e literatura específica; de notar que a indústria considera que essa omissão ou falta de detalhe (ou mesmo rigor) é uma forte barreira para o domínio tecnológico do processamento de determinados materiais que surgem como essenciais para penetrar em determinados mercados, pelo que conseguir produzir e disponibilizar de uma forma sectorial tal informação/conhecimento contribuirá para reduzir/eliminar o risco tecnológico associado, tendo as empresas que lidar apenas com o risco económico e de mercado associado à penetração num novo mercado;
- Desenvolver conhecimento técnico e tecnológico a aplicar na formação dos atuais e futuros colaboradores que sejam indutores de melhoria da produtividade;
- Desenvolver indicadores de desempenho em termos de eco-eficiência (económica e ecológica) adaptados ao *Engineering & Tooling* capazes de avaliar tecnologias e cadeias produtivas;
- Introduzir novas competências no sector de “*Engineering & Tooling*” em áreas estratégicas de conhecimento, visando uma efetiva transferência do conhecimento e valorização dos resultados de I&DT junto das empresas;
- Promover a cooperação entre os diferentes atores do sector de moldes, entre os quais empresas e entidades do SCT;
- Desenvolver competências de inovação orientadas para a eco-eficiência e contribuir para o desenvolvimento d inovação tecnológica de forma a melhorar o posicionamento do *Engineering & Tooling* português na cadeia de valor do *Engineering & Tooling* a nível global;
- Incorporar ativamente o conhecimento desenvolvido no âmbito de outros projetos promovidos no âmbito do Polo de Competitividade do *Engineering & Tooling*, nomeadamente o projeto Âncora ETF (Empresa *Tooling* do Futuro) e os projetos complementares *Tooling Surface* na área da manipulação de superfícies e o *MM Tooling* a submeter na área da micro-maquinação;
- Promover sinergias com outros Polos de Competitividade, quer ao nível do desenvolvimento das tecnologias horizontais, como é o caso do Polo PRODUTECH, quer do desenvolvimento orientado para novos sectores clientes de alto valor acrescentado, como são os Polos da Saúde e da Mobilidade.

Objetivos de cada PPS

- PPS 1 – Exploração das Tecnologias Nucleares - Estudar os processos de fabrico considerados como prioritários no sector de *Engineering & Tooling*, com uma orientação específica de fornecimento de moldes, ferramentas, peças e componentes para os sectores da Aeronáutica, do Automóvel, da Embalagem, da Saúde e da Eletrónica.
- PPS 2 – Novos Desenvolvimentos Tecnológicos - Desenvolver soluções tecnológicas avançadas e inovadoras para o fabrico de produtos e ferramentas de elevado valor acrescentado, introduzindo novos materiais, tecnologias e técnicas avançadas de projeto, assim como novas metodologias e procedimentos organizacionais numa abordagem integrada. Para isso, as atividades a desenvolver são o desenvolvimento, caracterização e validação de métodos, tecnologias, processos e materiais emergentes, com potencial para serem implementados nas empresas de *Engineering & Tooling*.
- PPS 3 – Metodologias, Organização e Sistematização dos Processos – Identificar fontes de desperdício através da análise dos sistemas produtivos e do mapeamento dos processos de geração do valor, propondo novos modelos de organização, métodos e técnicas que, devidamente articuladas, assegurem a visualização dos desperdícios e a melhoria continuada dos sistemas produtivos que caracterizam as empresas de *Engineering & Tooling*.

- PPS 4 – Automação Flexível – Estudar os sistemas e mecanismos para uma maior automatização dos processos de maquinagem, nomeadamente nas cadeias envolvendo HSM e EDM, que garantem elevada produtividade e qualidade dos componentes e, em última análise a laboração contínua com pelo menos um turno sem operadores. A ideia é desenvolver e implementar soluções conducentes a uma maior flexibilidade dos processos produtivos no *Tooling*. Estas soluções deverão permitir a rápida reconfiguração ou alteração dos meios conforme o tipo ou especificação de produto a processar.
- PPS 5 – Casos de Estudo Industriais – Os PPSs 1 a 4 contemplam um conjunto de atividades de investigação e desenvolvimento que visam a obtenção de resultados específicos que serão materializados em diversos casos de estudo orientados para os sectores Automóvel, Aeronáutica, Saúde, Eletrónica e Embalagem. Os casos de estudo previstos integrarão não apenas os resultados da investigação realizada no Projeto *Tooling EDGE*, como também os desenvolvimentos conseguidos noutros projetos integrados no Polo de Competitividade.
- PPS 6 - Coordenação e Disseminação – Agregar as atividades de coordenação e gestão administrativo-financeira do projeto global, bem como todas as iniciativas de disseminação de resultados. Este PPS contempla as tarefas relacionadas com a gestão e coordenação das atividades do projeto e a disseminação de informação e dos resultados obtidos.

Metas, valores aprovados e ajustamentos

A data contratualizada e efetiva do início do projeto *Tooling EDGE* foi 10 de novembro de 2010. Em fevereiro de 2013, após uma reflexão sobre o estado de concretização do projeto entre todos os intervenientes envolvidos, foi solicitado à entidade gestora uma prorrogação do prazo de término do projeto em 6 meses, extensão aplicável a todos os PPSs e atividades.

	Contratualizado	Reformulação
Data início	1 de novembro 2010	1 de novembro 2010
Data fim	30 de outubro 2013	30 de abril 2014
Duração	36 meses	42 meses

Fonte: equipa de avaliação

A extensão do prazo e consequente revisão dos montantes orçamentados e aprovados, apontou para uma redução de seis pontos percentuais dos montantes necessários à concretização do projeto:

Caracterização dos promotores

Identificação do consórcio

O promotor líder deste projeto é a Aníbal H. Abrantes, SA (AHA), empresa de referência no sector dos moldes e ferramentas especiais. A dimensão da AHA permite alargar a massa crítica que, de uma forma informal fará com que o conhecimento se espalhe por toda a indústria, o que potencia um maior impacto do Projeto, alargando o seu âmbito e dimensão.

A AHA irá aplicar sistemas de produção automatizados em toda a fábrica e vai investir mais de um milhão e quinhentos mil euros na modernização das suas infraestruturas informáticas e atualização de equipamentos. Estes investimentos são fundamentais para complementar os recursos a afetar ao Projeto *Tooling EDGE* de para assegurar a realização do mesmo de acordo com o calendário previsto e tendo em conta os objetivos definidos no que diz respeito aos sistemas de produção automatizados.

A lista completa de entidades promotoras (inclui entidades SCT) deste projeto é a seguinte:

Nome ou designação social	Tipo	SCT	Pub
AHA	Empresa	N	N
CENTIMFE	Centro Tecnológico	S	N
Universidade do Minho	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	S	S
Instituto Politécnico de Leiria	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	S	S
Instituto Pedro Nunes - Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia	Outra Instituição de I&D privada sem fins lucrativos	S	N
INEGI	Laboratório do Estado	S	N
IST	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	S	S
CENI - IPS - Centro de Integração e Inovação Processos	Instituição de interface Universidade/Empresa	S	S
TECNIMOLPLAS	Empresa	N	N
FAMOLDE	Empresa	N	N
DISTRIM2 - INDÚSTRIA, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LDA	Empresa	N	N
TJ Aços, Lda	Empresa	N	N
MP TOOL	Empresa	N	N
LN MOLDES	Empresa	N	N
PLANIMOLDE S.A.	Empresa	N	N
INTERMOLDE-MOLDES VIDREIROS INTERNACIONAIS LDA	Empresa	N	N
VIDRIMOLDE	Empresa	N	N
3D TECH	Empresa	N	N
MOLDOPLÁSTICO	Empresa	N	N
OLESA	Empresa	N	N
MOLDIT	Empresa	N	N
F. RAMADA - AÇOS E INDUSTRIAS S.A.	Empresa	N	N
PMM - PROJETOS, MOLDES E MANUFACTURA, LDA	Empresa	N	N
DT2 NEW CONCEPT- The Rapid Manufacturing Center, Lda.	Empresa	N	N
Iber-Oleff — Componentes Técnicos em Plástico, S.A.	Empresa	N	N

A lista de entidades parceiras é a seguinte:

Nome ou designação social	Tipo	SCT	Pub
Tecnisata	Empresa	N	N
Pool-Net	Outra entidade	N	N

Modelo de gestão

- Coordenação Científica: IST
- Coordenação Geral (técnica e administrativo/financeira): CENTIMFE
- Coordenação de PPS: SCT
- Conselho de Orientação e Fiscalização: Consórcio

Identificação dos destinatários

O Projeto assume fortes ligações a vários mercados industriais identificados como estratégicos para o setor Nacional de *Engineering & Tooling*, como sendo os setores Automóvel, Eletrónica, Saúde, Embalagem, Energia e Ambiente e Aeronáutica. Contudo, cada PPS tem destinatários específicos, à exceção do PPS 6 que é um projeto global:

Setores / Indústrias	PPS 1	PPS 2	PPS 3	PPS 4	PPS 5
Aeronáutica	x	x	x	x	x
Automóvel		x	x	x	x
Eletrónica e instrumentação				x	x
Indústria dos plásticos			x		x
Indústria farmacêutica	x				x
Saúde	x	x	x		x

Fonte: equipa de avaliação

M.5.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Resultados alcançados

Os resultados genéricos alcançados à data de 19 de julho 2013 (e apresentados aquando da reunião com o consórcio) foram os seguintes:

- Desenvolvimento de processos inovadores que permitem maquinar bem novos materiais (ligas de alumínio e titânio, aços endurecidos, invar, compósitos, materiais porosos, ferros fundidos, etc.) e novas dimensões (estratégias e sequências de maquinagem, metodologias de aperto e fixação das peças, seleção de ferramentas e de parâmetros de corte);

- Domínio de novas cadeias produtivas utilizando tecnologias não convencionais de maquinagem (e.g. LBM, EBM);
- Desenvolvimento de um equipamento de maquinagem não convencional: tecnologia híbrida EDM/ ECM;
- Desenvolvimento de um Modelo Integrado de Apoio à Decisão, centrado na avaliação de alternativas de *design* e de fabrico com base em desempenho, custo e impactos ambientais.
- Contribuição para o EPD (*Environmental Product Declaration*) do molde;
- Contribuição para a “*manufacturing in one-step*”: *In-mould technology*.

Os resultados específicos, por PPS, analisados nos últimos RTCs disponibilizados (31 de Dezembro de 2012), foram os seguintes:

PPS 1 – Exploração das Tecnologias Nucleares

Data do relatório técnico científico (RTC): 31 de dezembro de 2012

• *Milestones*

De entre as *milestones* previstas aquando da candidatura, aquelas que foram concretizadas até 31 de dezembro de 2012 são as relacionadas com as especificações sobre famílias de peças a analisar e conclusões preliminares decorrentes do trabalho de I&DT para cada setor industrial: Aeronáutica, Automóvel, Saúde, Embalagem e Eletrónica. Estas *milestones* foram atingidas até à data de 31-10-2012 e foi produzido um relatório para o efeito de verificação, como referido na candidatura.

• *Atividades*

A partir da interpretação do diagrama de GANTT apresentado no relatório técnico científico de 31 de dezembro compreende-se que as atividades e calendarização previstas foram cumpridas. Contudo, para o setor da Saúde foram necessários mais cinco meses de trabalho relativamente ao previsto.

Em abril de 2013 obter-se-ão os relatórios finais relativos aos setores de Aeronáutica, Saúde e Embalagem. Em outubro de 2013 concluir-se-ão os relatórios finais do trabalho de I&DT para os setores Automóvel e de Eletrónica.

• *Deliverables*

Contrariamente ao previsto, até 31 de dezembro de 2012 não existiam *deliverables* decorrentes do PPS1, fruto de atraso e da decisão dos co-promotores. Assim sendo, os *deliverables* serão apresentados em 2013.

PPS 2 – Novos desenvolvimentos tecnológicos

Data do relatório técnico científico (RTC): 31 de dezembro de 2012

• *Milestones*

De entre as 7 *milestones* previstas aquando da candidatura para o período em análise, à data do RTC foram atingidas de seis. Decidiu-se que a data de entrega da sétima *milestone* (que não foi alcançada no período deste relatório) iria ser adiada para abril de 2014.

• *Atividades*

O diagrama de GANTT apresentado no relatório técnico científico de 31 de dezembro revela que a calendarização prevista para as atividades propostas para o PPS2 foi cumprida até à data do mesmo e que em outubro de 2013 estarão concluídos os trabalhos relativos a este PPS.

• *Deliverables*

No período abrangido pelo relatório estavam previstos seis *deliverables*, sendo que um deles (“Sistematização de Procedimentos para ensaios de moldes”) não foi para já alcançado devido a atrasos.

PPS 3 – Metodologias, Organização e Sistematização dos Processos

Data do relatório técnico científico (RTC): 31 de dezembro de 2012

• *Milestones*

De entre as *milestones* previstas aquando da candidatura, à data do RTC já haviam sido atingidas três. No entanto, existem outras três *milestones* que segundo a calendarização deveriam ter sido alcançadas até ao período do relatório, mas que transitam para o período de reporte posterior.

• *Atividades*

Através da interpretação do diagrama de GANTT apresentado no relatório técnico científico de 31 de dezembro compreende-se que nem todo o trabalho previsto inicialmente foi desenvolvido, sendo que algumas atividades começaram a ser desenvolvidas mais tarde. Espera-se que todo o trabalho relativo ao “Desenvolvimento de técnicas de análise da eco-eficiência” esteja concluído em abril de 2013 e que o trabalho relativo à “Aferição e aplicação das metodologias desenvolvidas” esteja concluído em outubro de 2013.

• *Deliverables*

No período do RTC analisado estava prevista a entrega de um *deliverable* (“Avaliação de impactos ambientais (energia e consumíveis) em tecnologias críticas no E&T”) que foi efetivamente apresentado, embora que em

versão preliminar. É ainda de salientar que o nome deste *deliverable* se alterou para “Avaliação de Práticas Ambientais e Energéticas nas Empresas E&T | Avaliação do Impacto Energético da Tecnologia crítica de Fresagem”, pelo facto de as entidades envolvidas neste PPS terem considerado ser necessário e mais importante alterar o âmbito desta análise.

PPS 4 – Automação Flexível

Data do relatório técnico científico (RTC): 31 de dezembro de 2012

- *Milestones*

De entre as *milestones* previstas aquando da candidatura, à data do RTC já todas tinham sido alcançadas e descritas em relatórios próprios. A *milestone* “Proposta de solução célula flexível para Caso de Estudo” estava prevista inicialmente para abril de 2012 (data não coincidente com a da FACI). Contudo, o consórcio acordou a sua conclusão em setembro de 2012.

- *Atividades*

O diagrama de GANTT apresentado no relatório técnico científico de 31 de dezembro indica que todo o trabalho previsto foi realizado, à exceção do relativo ao “Teste e validação de soluções” incluído no tópico número um. Apenas em outubro de 2013 se obterão os resultados finais relativos a este PPS.

- *Deliverables*

Até 31 de dezembro de 2012 não existiam *deliverables* decorrentes do PPS3. Apesar de o RTC não fazer referência a *deliverables* a atingir, foi elaborada uma tabela para o mesmo propósito com base na informação disponível na FACI.

Existem mais dois *deliverables* listados na FACI que não aparecem nos relatórios: Sistema de gestão integrada de ferramentas (data: 30-06-2013), Requisitos e especificações para desenvolvimento de células flexíveis para peças em aço (data: 30-06-2011).

PPS 5 – Casos de Estudo Industriais

Data do relatório técnico científico (RTC): 31 de dezembro de 2012

- *Milestones*

De entre as *milestones* previstas aquando da candidatura, à data do RTC já tinham sido alcançadas todas elas. Foram realizados relatórios para as *milestones* atingidas.

- *Atividades*

O diagrama de GANTT apresentado no relatório técnico científico de 31 de dezembro permite compreender que, para os casos de estudo dos setores de Aeronáutica, Automóvel, Saúde, Embalagem e Eletrónica, os trabalhos foram iniciados dois meses após o previsto inicialmente. Em outubro de 2013 estarão concluídas as atividades para o Caso de Estudo do Setor da Aeronáutica.

- *Deliverables*

Até 31 de dezembro de 2012 não existiam *deliverables* decorrentes do PPS5.

PPS 6 – Coordenação e Disseminação

Data do relatório técnico científico (RTC): 31 de dezembro de 2012

- *Milestones*

Não foram listadas *milestones* para o PPS 6.

- *Atividades*

Nem todo o trabalho previsto para o PPS6 foi efetivamente desenvolvido e apenas em outubro de 2013 serão obtidos os resultados finais do trabalho desenvolvido para este PPS.

- *Deliverables*

Os *deliverables* previstos aquando da candidatura não tinham um *timing* fixado, tendo-se definido a data de 31 de outubro de 2013 como prazo máximo para a apresentação dos resultados.

Contudo, até à data do RTC analisado (31-12-2012) foram entregues os artigos listados em baixo.

Artigos entregues	Data efetiva de entrega
Artigos Técnicos	Até 31-12-2012
Artigos publicados na revista “O Molde”	Até 31-12-2012
Artigo “A Aeronáutica: uma aposta estratégica “ <i>Engineering & Tooling</i> ”” (Rui Tocha, Manuel Oliveira)	Até 31-12-2012
Artigo “Maquinagem de Materiais Metálicos, Ligas Leves para o Setor Aeronáutico” (Rui Baptista)	Até 31-12-2012
Artigo “Materiais tipicamente utilizados no setor Aeronáutico – Maquinabilidade Projeto <i>Tooling EDGE</i> ” (António Selada, António Nogueira)	Até 31-12-2012

Fonte: equipa de avaliação

Impactos do Projeto

Nesta fase e de acordo com as conclusões obtidas na reunião de avaliação com o consórcio, é já possível observar que o maior efeito sentido deste Projeto prende-se com a expansão da capacidade e competências de I&D na maior parte das empresas envolvidas.

Paralelamente, a maior parte das empresas aponta como principais impactos positivos genéricos do Projeto, os seguintes:

- Aumento do grau de aprendizagem de todos os parceiros envolvidos;
- Aumento da competitividade das empresas, pela capacidade de adaptação da tecnologia existente a outros materiais e consequentemente à possibilidade de responder às necessidades de outros setores (que não só o automóvel) e mercados;
- Aumento da capacidade de exportação e da resposta a necessidades de clientes internacionais;
- Aumento da colaboração entre empresas envolvidas e entidades do SCT, nomeadamente no que se refere à disponibilização dos equipamentos industriais para execução de testes de I&D;
- Efeito mobilizador não só nas empresas mas também nos quadros de pessoal das empresas (motivação em participar no projeto e no alcance dos resultados);
- Aumento do conhecimento disponibilizado entre empresas, pela possibilidade de realizar *benchmarking* entre resultados obtidos;
- Aumento da aproximação entre grandes e pequenas empresas, possibilitando uma partilha de experiências e uma revisão metodológica dos processos implementados.

No que diz respeito a impactos mais específicos, apontaram-se os seguintes.

- Diversificação de produto final: moldes, ferramentas, componentes e peças; diversificação de mercados: aeronáutico, automóvel, saúde, embalagem e eletrónica;
- Diversificação de dimensões do produto final produzido: dos moldes e peças de dimensões usuais para os moldes e peças de grandes dimensões e os moldes e peças de microdimensão;

Diversificação de materiais processados: aços tradicionais para moldes, aços endurecidos, ferros fundidos, ligas leves (alumínio e titânio) e compósitos.

M.5.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Operacionalização da candidatura

Tendo em conta as interações tidas com a equipa responsável pela elaboração da candidatura e pela implementação do projeto, sobressaem as seguintes lições de experiência e de boas práticas:

Boas práticas/ aspetos positivos

- Dinamização de reuniões pré-preparatórias (membros do PCT) para a identificação de áreas tecnológicas de interesse/ objetivos e de linhas de orientação do projeto (reflexão estratégica conjunta);
- Criação de Grupos de Trabalho por área de interesse, liderados pelo SCT para: a aferição de objetivos e grandes atividades a identificação de casos de estudo; a identificação / seleção Parceiros; competências e recursos disponíveis e necessários;
- Reuniões preparatórias da candidatura (de ordem processual), para familiarização com Sistema de Incentivos/ legislação e conceitos de I&D;
- Reuniões preparatórias da candidatura (de ordem técnica), para apresentação e discussão da pré-candidatura ("*refreshment*"), para definir o objetivo e alinhamento de linhas de orientação do projeto, PPS, atividades, tarefas; para definir os estudos de caso; para aferir quais os parceiros e para definir os orçamentos.

Dificuldades sentidas

- Articulação com número muito elevado de copromotores;
- Alinhamento dos objetivos comuns;
- Atribuição de tarefas específicas (exemplo: promotor líder inicial não pode assumir coordenação do projeto por sentir que tinha falta de tempo e experiência);
- Elaboração do orçamento/ detalhe;
- Complexidade do formulário de candidatura;
- Dificuldade em alinhar interesses ou áreas de interesse;
- Dificuldade em definir/limitar as participações;
- Processo muito longo: Pré-candidatura submetida em abril/2009; Início da preparação da candidatura (maquete do formulário) em novembro/2009; Candidatura submetida em março/2010; Audição com painel

de avaliadores maio/2010; Reformulação da candidatura setembro/2010; Aprovação em novembro/2010; 1 reunião do projeto e assinatura do contrato 26 novembro/2010.

Recomendações

Recomenda-se que a entidade responsável pela coordenação do projeto não tenha que ser obrigatoriamente o promotor líder, pois existem casos em que, ou por falta de tempo, ou por falta de experiência, podem comprometer uma eficiente coordenação e a consequente obtenção dos resultados esperados.

Adicionalmente, no que diz respeito à plataforma de submissão da candidatura e respetivo formulário, recomenda-se que seja estabilizada entre os vários programas comunitários de apoio e que os *timings* definidos sejam afinados. Foi referido na reunião entre equipa de avaliação e consórcio que o processo que estava anteriormente definido para projetos mobilizadores no âmbito do ainda QCA, estava muito bem organizado e que a plataforma estava estável, situação que o consórcio não sentiu com esta candidatura e subsequentemente com a implementação do projeto respetivo.

Implementação do projeto

Boas práticas/aspectos positivos:

- Modelo de gestão do projeto: Coordenação do projeto numa entidade do SCT com experiência em projetos mobilizadores; Liderança de PPS/ atividade atribuída a SCT; Liderança de cada Caso de Estudo atribuída a empresas; Criação de Grupos de trabalho;
- Interação sistemática entre os copromotores (entre 2011 e 2013 foram desenvolvidas 175 reuniões): Reuniões de coordenação mensais – SCT; Reuniões de grupo/ atividade – SCT Empresas; Reuniões presenciais e via *skype*; Reuniões de Consórcio e do COF (Conselho de Orientação e Fiscalização);
- Modelo de acompanhamento, gestão e monitorização: Relatórios de Execução Física e Financeira Semestrais; Relatórios de Trabalho e Folhas de Recolha de Testes e Experiências; Relatórios Técnico/ Científicos consolidados;
- Gestão Financeira: Reunião inicial sobre procedimento administrativo financeiros; Acompanhamento da Execução financeira dos copromotores;
- Papel do COF – Conselho de Orientação e Fiscalização: Orientar e fiscalizar a atividade e decidir medidas a adotar, em caso de incumprimento;
- Criação e implementação do instrumento (sugestão do COF) - “Observatório Interno”, responsável por: Ações de acompanhamento/ monitorização e de disseminação internas de resultados por área de investigação; Apresentação de resultados pelos copromotores industriais;
- Aumento do grau de envolvimento dos parceiros industriais (aprendizagem): Atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental; Crescente intervenção em discussões de caráter técnico/ científico; *Reporting*;
- Mobilização para atividades de disseminação: *Workshops* Temáticos; *Newsletters*; Publicação de artigos Técnicos; Publicação de artigos Científicos;
- Ausência de desvios significativos ao planeamento;
- Articulação com entidade gestora (Agência de Inovação): Excelente relação com a equipa responsável pelo Gestão do Projeto na ADI; Disponibilidade total para a resolução dos problemas ou questões levantadas pela Coordenação do Projeto (CENTIMFE); Destacar a melhoria significativa nos formulários de Pedidos de Pagamento, no sentido da simplificação; A entidade gestora revelou experiência no acompanhamento de projeto de I&DT envolvendo um grande n.º de parceiros, revelando bastante eficácia na resolução de problemas; Melhoria significativa nos formulários de Pedidos de Pagamento, no sentido da simplificação.

Dificuldades sentidas /aspectos a melhorar:

- Dimensão do consórcio/ grupos de trabalho;
- Dificuldade dos coordenadores acompanharem os trabalhos nas empresas;
- Articulação entre os copromotores;
- Falta de rotinas de investigação e ausência de práticas de recolha de informação (falta de evidências do trabalho desenvolvido);
- Articulação e conciliação das disponibilidades dos equipamentos e recursos humanos entre a atividade industrial e as atividades de investigação;
- Grau de envolvimento muito diferenciado dos copromotores, em especial das empresas;
- Situações de incumprimento ao planeamento;
- Articulação com entidade gestora (Agência de Inovação): Ausência de feedback aos relatórios Elaborados e Enviados ao Organismo Técnico/ Avaliador; As avaliações técnicas aos projetos deveriam ocorrer em vários estádios de desenvolvimento do projeto, numa base muito regular.

Recomendações:

No que diz respeito, à articulação com a entidade gestora, recomenda-se que deveria existir acompanhamento regular por parte de um perito técnico, que perceba do setor, de modo a auxiliar o Projeto de forma efetiva e eficiente e tecer recomendações de melhoria à equipa de coordenação do mesmo.

Adequação do instrumento de apoio

Considera-se que o instrumento de apoio é adequado face à dimensão do Projeto em termos gerais de financiamento tendo em conta os objetivos que ajudou a concretizar.

Efetivamente, as empresas pertencentes ao Polo de Competitividade e Tecnologia do *Engineering & Tooling*, e em particular ao subsetor dos moldes, têm sentido uma perda de competitividade por dependerem maioritariamente do setor Automóvel.

O que este projeto visou concretizar foi a aquisição de conhecimento prático e consequentemente novas competências noutras áreas, por parte de várias empresas do *cluster*, de forma a se tornarem competitivas noutros mercados. Procurou-se que este projeto tivesse um equilíbrio entre a especialização (foco em áreas específicas) e a competitividade do setor (partilha de conhecimento e de práticas entre as empresas do consórcio).

De facto, de acordo com os resultados alcançados identificados até à data, é já possível observar que este projeto se tornou estruturante, especificamente para as empresas envolvidas e para a região como um todo.

Por outro lado, foram apontadas algumas dificuldades sentidas na operacionalização da candidatura e na implementação do Projeto, das quais destacamos duas em particular, por serem diretamente relacionadas o instrumento de apoio:

- Plataforma de candidatura pouco estável e organizada (essencialmente quando comparada a anteriores quadros de apoio);
- Necessidade de garantir um acompanhamento técnico regular nas várias fases do projeto, no sentido de auxiliar a coordenação na concretização dos objetivos propostos.

Adicionalmente, também foi apontado como um aspeto menos adequado, o facto de os custos de deslocação não serem elegíveis neste âmbito, sendo que, num projeto desta dimensão e tendo em conta o número de entidades envolvidas, são custos que atingem alguma significância.

M.5.4. Aspetos metodológicos

O Projeto *Tooling EDGE* é um Projeto Mobilizador apoiado pelo COMPETE que tem objetivo desenvolver conhecimento (científico e tecnológico) e metodologias (de trabalho e de organização) inovadoras que, através de um processo de demonstração e disseminação suportado em casos de estudo, permita incrementar o desempenho global do polo de competitividade e tecnologia do *engineering & tooling* e o valor acrescentado nos seus processos e produtos, numa estratégia orientada para o seu re-posicionamento competitivo.

O Projeto *Tooling EDGE* foi selecionado como um projeto que, dada a sua escala, dimensão e mérito atribuído, se deveria traduzir num Estudo de Caso a desenvolver no âmbito da presente avaliação. De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação foram contactadas todas as entidades intervenientes no mesmo, no sentido de aprofundar em maior detalhe os resultados obtidos face aos objetivos traçados aquando da candidatura.

Neste enquadramento, foi convocada pela equipa de avaliação em conjunto com a entidade responsável pela coordenação técnica e administrativo/financeira (CENTIMFE), uma reunião com todas as entidades que formam o consórcio envolvido no Projeto. Essa reunião teve lugar no dia 19 de julho de 2013, nas instalações do CENTIMFE, na Marinha Grande, e contou com os seguintes pontos de agenda:

- Conceção da candidatura - origem da oportunidade para a mesma;
- Operacionalização da candidatura - aspetos relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Implementação do projeto - identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas até ao momento;
- Articulação com a entidade gestora;
- Resultados atingidos até ao momento;
- Impactos efetivos do projeto.

Na reunião estiveram presentes representantes da coordenação científica, da coordenação técnica e administrativa/financeira, de 17 copromotores empresariais, de 4 copromotores do Sistema Científico e Tecnológico e de 2 entidades parceiras.

Para além da informação recolhida na reunião com o consórcio, foram consultados todos os documentos disponibilizados na plataforma do COMPETE relativamente a este Projeto, nomeadamente:

- Relatórios referentes às Ferramentas de Cálculo de Incentivo da Candidatura (FACI);

- Relatórios Técnicos e Científicos (RTC) referentes à Execução do Projeto (Novembro 2010- Junho 2011; Julho 2011 -Dezembro 2011; Janeiro 2012 –Junho 2012; Julho 2012 – Dezembro 2012).

M.6 **Estudo de caso Nº 6 - SI Inovação 007844 - Measurewatt - If You Can Not Measure It, You Can Not Improve It**

Código e designação: SI Inovação 007844 - Measurewatt - *If You Can Not Measure It, You Can Not Improve It*

Entidade promotora: ISA - INTELLIGENT SENSING ANYWHERE, SA

Tipologias de intervenção: Regulamento Específico “Sistema de Incentivos à Inovação”

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	1.221,4	1.219,7	670,8	85%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	601	4.713.795	4.020.534	1.532.112	57,6%
Inserção da operação na tipologia	-	0,03%	0,03%	0,04%	85%
Referenciais cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
29/05/2009	27/11/2009	01/03/2010	30/06/2013		

M.6.1. **Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE**

Esta empresa nasceu há 23 anos em resultado de um *spin-off* da Universidade de Coimbra e tem passado por vários ciclos de desenvolvimento. Atualmente, opera em duas grandes áreas: o mercado da eficiência energética e *oil & gas*, desenvolvendo e comercializando sistemas de telemetria e telegestão que possibilitam a monitorização e o controlo remoto de diversos tipos de infraestruturas. A área da saúde, de menor dimensão, é, atualmente, um *spin-off* da ISA, na medida em que o tempo de maturação dos produtos associados a esta área é mais longo.

Neste momento, a empresa conta com 110 colaboradores (cerca de 90% possuem, no mínimo, licenciatura) e registou um volume de negócios em 2011 e 2012, respetivamente, de 5,5 e 4,5 MEUR, estando cotada na New York Stock Exchange.

A conquista do cliente BP-Espanha foi o ponto de partida para a internacionalização da ISA em 1999, ao que se seguiu uma expansão para o mercado francês com a vitória no concurso internacional lançado pela Butagaz em 2001. A conquista de outros concursos internacionais (Repsol BUTANO, em 2002; PrimaGaz, em 2003; Repsol Combustíveis, em 2005) tem permitido consolidar a posição, cada vez mais marcante, da ISA nos mercados internacionais, não descurando, contudo, o mercado nacional, onde é um dos atuais líderes de mercado nas áreas em que está presente.

Perante o aumento crescente das solicitações, a ISA tem procurado estar mais perto dos seus clientes através da introdução de agentes comerciais em vários países: Espanha e Brasil (2002); Alemanha e Eslovénia (2004); Roménia, República Checa e Estónia (2006); Turquia e Austrália (2007). A par dessa expansão, a ISA constituiu delegações com escritórios próprios em Espanha e França (2006) e constitui a ISA Sul América em S. Paulo no Brasil (2007).

Na área da eficiência energética (40% da faturação da empresa em 2012), a ISA foi uma das primeiras empresas em Portugal a detetar a necessidade de controlo dos custos energéticos em tempo real e a desenvolver sistemas que permitem analisar o comportamento energético de uma casa e alterá-lo em tempo real, de acordo com as necessidades e preferências do utilizador e de acordo com as condições da rede energética.

A aposta na área da eficiência energética consubstanciou-se, de forma efetiva, com o presente projeto Measurewatt e com o lançamento correspondente dos produtos Cloogy (mantendo-se a aposta forte no produto mais maduro do *oil & gas*), permitindo, para além disso, fortes sinergias das atividades de inovação enquadradas neste projeto com várias tipologias de projetos de I&D que se encontram em desenvolvimento.

Através do desenvolvimento do projeto Measurewatt, elegível pelo SI Inovação do COMPETE, que teve início em 2010 e terminou em 2013 e cuja maioria do investimento foi realizado até Outubro de 2012 (projeto sem encerramento pelo COMPETE), o promotor pretendeu introduzir uma nova linha de produtos sob a sua designação comercial Cloogy, lançados em Dezembro de 2011. O projeto envolveu despesas elegíveis sobretudo nas áreas de desenvolvimento de soluções de software, de consultoria e adaptação ao mercado, de transferência de tecnologia e de prospeção e promoção internacional.

Esta nova linha de produtos, que substituiu a linha de produtos introduzida em 2007, incorpora uma nova geração de medidores de energia, de arquitetura modular, com elevada qualidade de *design*, que efetua a ponte entre a primeira geração de produtos da ISA e a linha de medidores mais avançados que ainda estão em fase de I&DT, nos laboratórios da empresa.

Estes novos produtos têm características inovadoras em relação aos anteriores, uma vez que a medição de energia deixa de ser efetuada por um aparelho escondido no quadro elétrico, passando a ser realizada por uma consola central, com um *design* avançado, que comunica via rádio com um conjunto de dispositivos espalhados pela casa, que monitorizam o consumo agregado, as condições do ambiente e os consumos parciais. Essa consola comunica ainda com a internet, para acompanhamento dos tarifários em tempo real (importante no mercado internacional em que operadores já disponibilizam tarifários dinâmicos), para análise e aconselhamento dos perfis de consumo e para armazenamento dos dados em repositórios seguros.

Finalmente, o novo sistema disponibiliza ainda um display avançado, também com comunicação via rádio, onde a consola promove a apresentação dos perfis de consumo ao utilizador final. Outra inovação consiste no facto de o software da consola poder ser atualizável remotamente, o que permitirá à ISA continuar a oferecer novas funcionalidades e serviços, prevendo-se que a médio/longo prazo possam ser introduzidas novas soluções nomeadamente ao nível da domótica e segurança, monitorização de saúde dos ocupantes e ainda serviços de apoio a pessoas idosas, no conceito de *Ambient Assisted Living*.

A estratégia de internacionalização subjacente a este projeto é uma consequência natural do facto de a maioria dos clientes da empresa se encontrar no mercado internacional. Desta forma, e não descurando as vendas para o mercado nacional e para os países onde já opera, este projeto apostou na entrada num mercado que até agora tem escapado à empresa, o Reino Unido.

As áreas críticas de sucesso para a ISA, e, por acréscimo, deste projeto, coincidem com os objetivos prosseguidos pelo COMPETE:

- A área de I&D e Desenvolvimento é uma área crítica pelo facto de a ISA ser uma empresa de base tecnológica, com produtos complexos, onde só é possível competir com empresas que desenvolvem atividades de I&D de forma intensiva, para manterem o respetivo portfólio de tecnologias um passo à frente da concorrência. A empresa tem vindo, nos tempos mais recentes, a investir anualmente em I&D cerca de 1,1 a 1,5 MEUR, números que atestam bem a aposta crescente da ISA nestas atividades.
- A Inovação é uma área crítica por a ISA estar a entrar em áreas de negócio cada vez mais ambiciosas e com cada vez maior valor acrescentado, onde os períodos de obsolescência dos produtos são cada vez mais curtos. Atualmente, a ISA define como meta passar de ciclos de produto de 6 anos para ciclos de produto de 4 anos. Essa passagem obriga, em alternativa, à criação de equipas de desenvolvimento concorrencial de versões dos equipamentos, em que uma equipa inicia o desenvolvimento de uma nova versão do produto antes mesmo de a versão anterior estar no mercado, ou à adoção de um regime de *Open Innovation*, em que a empresa coopera com outras empresas suas parceiras, num regime de troca permanente de tecnologias, para se conseguir um desenvolvimento acelerado de novos produtos.
- A Internacionalização é a terceira área crítica de competitividade da ISA, pois os custos associados ao desenvolvimento de novas tecnologias só podem, cada vez mais, ser justificados por volumes de negócios superiores, que não se conseguem num único mercado nacional. O alargamento da ISA a novos mercados é uma peça chave da sua estratégia de crescimento, pois existe ainda muito potencial de mercado por explorar em países como o Reino Unido, a Itália, os países escandinavos ou os Estados Unidos.

M.6.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Existe a forte expectativa que os objetivos estabelecidos na candidatura do projeto venham a ser cumpridos no ano pós-projeto (não obstante o ano de 2012 não ter sido muito positivo em termos de vendas e resultados). Entre os objetivos principais que este projeto alcançou contam-se os seguintes:

- Reforçou a posição da ISA no mercado europeu da eficiência energética, o que se constitui como facto extremamente relevante na medida em que se espera que a sustentabilidade energética seja uma das áreas de maior dinâmica e crescimento no mundo ocidental ao longo da próxima década. Ainda assim, de acordo com os objetivos expostos na candidatura, no ano cruzeiro de 2014, as vendas para o mercado externo deveriam representar cerca de 69% do volume de negócios da ISA, assente no crescimento do volume de negócios internacional e na diversificação de mercados, orientado igualmente para segmentos de maior valor acrescentado, em mercados prioritários/de proximidade. No entanto, para 2014, perspetiva-se uma orientação exportadora de apenas 47%, apesar de o peso do mercado internacional ter praticamente duplicado em termos absolutos, passando de 2,3 MEUR, em 2008, ano pré-projeto, para 4,4 MEUR, estimados para 2014.

- O objetivo inicial da ISA, para esta linha de produtos, conforme indicado na candidatura, é a venda de um mínimo de 100 mil unidades. A essas vendas deverá corresponder uma faturação mínima de 10 MEUR, aos quais se irão juntar depois a venda de acessórios e serviços, impulsionados pela existência da consola. Esse segundo mercado será mais reduzido no número de unidades vendidas, mas corresponderá a uma criação de valor muito superior, com margens de comercialização muito mais altas e criação de relações continuadas com os clientes, que proporcionam uma garantia de faturação continuada. Há uma forte expectativa de se vir a concretizar este objetivo no ano pós-projeto, pois neste momento encontram-se adjudicadas 20.000 unidades por 4 MEUR, destinadas sobretudo aos mercados externos (França e Alemanha).
- Este projeto teve reflexos na competitividade empresarial nacional, uma vez que introduziu tecnologia portuguesa num dos mercados tecnológicos de maior crescimento e permitiu um maior controlo e conhecimento dos consumos energéticos, permitindo alcançar soluções que permitam a redução dos mesmos.
- Este projeto previa a criação de 67 postos de trabalho, sendo que 55 terão habilitações iguais ou superiores a VI. No entanto, entre 2008 e 2014, apenas se projetou um crescimento líquido de mais 43 colaboradores. Tanto a ISA, como as empresas com quem é contratada a transferência de tecnologia ou de conhecimentos, são empresas de emprego altamente qualificado, onde o nível médio de habilitações é a licenciatura. No caso concreto da ISA, a empresa tem pessoas altamente qualificadas, entre os quais quatro doutorados, uma fração muito significativa de mestrados (pré e pós Bolonha) e uma esmagadora maioria de licenciados, com especial peso das engenharias.

Apesar de o projeto ter sofrido algumas alterações e adaptações ao longo do período em que decorreu, nomeadamente ao nível dos parceiros envolvidos, estas não puseram em causa a sua execução e o cumprimento dos respetivos objetivos.

Para além destes pontos, convém ainda salientar que:

- Este projeto dirige-se expressamente a preocupações ambientais: reduzir a pegada ecológica pela redução de custos logísticos de transporte e pela redução da fatura energética, destinando-se não só ao mercado das empresas, mas também incide sobre o mercado dos particulares.
- Reforça a produção nacional (é preciso não esquecer, para além do mais, que 2/3 da produção dos equipamentos está a ser realizada em Portugal, em Águeda), cria sinergias de desenvolvimento regional e potencia os efeitos de criação de emprego e de criação de riqueza no nosso país.
- A área de I&D passará de um orçamento anual de 462 mil euros, em 2008, para 2,1 MEUR, em 2014, representando cerca de 23% do volume de negócios da empresa.
- O presente projeto deu ainda um contributo importante para o reforço de parcerias com entidades relevantes do SCTN, designadamente a Universidade de Coimbra, a Universidade de Aveiro, a UTAD e o Instituto Politécnico de Leiria.
- O produto Cloogy está assente numa tecnologia muito flexível, adaptando-se facilmente a vários mercados e operadores de energia.

M.6.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

A entidade que acompanhou diretamente este projeto foi o IAPMEI. O relacionamento do promotor com este organismo intermédio foi considerado muito bom e frutífero. Verificou-se que houve um esforço muito grande por parte do IAPMEI em conhecer a empresa e a sua estratégia, os produtos que desenvolve, as tecnologias em que aposta e em manter uma postura de ajuda, apoio e acompanhamento (inclusivamente, estratégico) ao promotor ao longo do desenvolvimento do projeto.

Como ponto negativo, foi indicada a falta de celeridade nos casos, sobretudo, de pedidos de adaptação ao mapa de investimentos e dos reembolsos financeiros.

Para além de desenvolver outros projetos candidatos aos Sistemas de Incentivos do COMPETE, a ISA tem tido bastante experiência na concretização de projetos apoiados a nível europeu. Neste sentido, as suas recomendações apoiam-se na análise das metodologias utilizadas nestes concursos internacionais, que passam por:

- Maior simplificação ao nível processual, na medida em que os projetos deveriam ser mais avaliados em termos de resultados efetivos e não tanto do preenchimento de condições formais.
- Menor nível de exigência quanto a aspetos burocráticos e a formalidades (foi dado o exemplo de um projeto apoiado a nível europeu, que, ao nível da verificação de faturas, exigia apenas uma página com um resumo das faturas e despesas incorridas).
- Garantia da existência de *milestones* e avaliações intercalares do projeto e do cumprimento do respetivo plano de trabalhos e atividades (com menos controlo "à cabeça").
- Acompanhamento estratégico regular do projeto.
- Negociação de objetivos deve estar ancorada ao plano de trabalhos e atividades.

- Garantia da presença de um mentor do projeto, profissional experiente na área de incidência do projeto, que apoia e acompanha o projeto e participa nas suas avaliações intercalares.
- Reajustar e dar mais força ao prémio nos projetos do SI Inovação.

M.6.4. *Aspetos metodológicos*

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe o processo de implementação e os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados em sede de candidatura.

Neste sentido, foi convocada, pela equipa de avaliação, uma reunião com o conselho de administração da entidade promotora, a ISA, SA, a qual foi realizada na sede do promotor, em Coimbra, tendo abordado os seguintes pontos da agenda:

- Adequação dos instrumentos de apoio às necessidades e objetivos do promotor;
- Objetivos do projeto;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/Organismos Intermédios - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Resultados e impactos qualitativos e quantitativos do projeto no promotor;
- Comparação de resultados e impactos previstos com reais;
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria dos Sistemas de Incentivos às empresas na preparação do próximo período de programação estrutural 2014-2020.

Para além da informação produzida na reunião com o promotor, os dados constantes do sistema de informação do COMPETE, relativamente a este projeto, foram revistos e consultados pela equipa de avaliação.

M.7 *Estudo de caso Nº 7 - FINOVA 016135 - FCR Capital Criativo II*

Código e designação: FINOVA 016135 - FCR CAPITAL CRIATIVO II					
Entidade promotora: PME INVESTIMENTOS - SOC. DE INVESTIMENTO, SA					
Tipologias de intervenção: Regulamento Específico "Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)"					
Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	20.658,9	20.630,4	10.077,9	70%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	23	438.360	435.041	282.817	50,5%
Inserção da operação na tipologia	-	4,71%	4,74%	3,56%	70%
Referenciais cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
01/06/2010	22/06/2010	01/06/2010	30/06/2013		

M.7.1. *Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE*

O Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), incorporado no Eixo III do COMPETE, tem por objetivo contribuir para que as empresas, em particular as mais novas e de menor

dimensão, desenvolvam estratégias de inovação, de crescimento e de internacionalização, num quadro cuja envolvente financeira potencie e reforce o seu desenvolvimento.

A intervenção do SAFPRI é concretizada utilizando como veículo preferencial o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA). O FINOVA participará no capital de outros fundos, de modo a criar ou reforçar os fundos de capital de risco (FCR) que tenham como objeto principal o financiamento de projetos de investimento que visem a inovação, a modernização e a internacionalização de PME.

A Capital Criativo - SCR, SA (sociedade gestora do FCR Capital Criativo II), foi criada em 2009, está sediada em Lisboa e é uma sociedade de capital de risco (SCR) que detém uma estrutura acionista com fortes competências nas áreas da gestão de empresas, empreendedorismo e capital de risco, sendo participada em 40% pela N Partners, SGPS, SA, em 40% pela Gepasa, SGPS, SA, e em 20% pela PT Comunicações, SA.

A Capital Criativo apresenta-se no mercado como uma SCR integralmente privada, 100% independente, dedicada à gestão de fundos de *private equity*, sujeita à supervisão da CMVM, com uma estrutura de gestão experiente e com conhecimento do mercado nacional e domínio dos *drivers* essenciais dos sectores onde atua, e que pretende assumir uma posição de realce no panorama do capital de risco em Portugal, tendo como objetivo a constituição e gestão de fundos de capital de risco especializados, em sectores com potencial de criação de valor mas ainda não cobertos por outros operadores.

A Capital Criativo pretende assumir uma vocação participativa na gestão das empresas, privilegiando a aquisição de participações de capital relevantes de modo a que, para além do apoio financeiro no desenvolvimento de novos investimentos, possa contribuir para o reforço dos modelos organizativos e de gestão das empresas.

A Capital Criativo distingue-se, de facto, por adquirir participações maioritárias ou qualificadas (> 30% do capital social) e de ter uma intervenção ativa (*hands-on*) na gestão da carteira de investimentos, nas vertentes de organização e gestão dos investimentos e na melhoria do seu acesso ao mercado ou rede de parceiros. As suas operações assentam na expansão internacional ou internacionalização das empresas participadas, na consolidação do mercado doméstico (horizontal ou vertical) e no ajustamento da estrutura acionista por MBO, MBI ou sucessão em empresas familiares. As participações envolvem a negociação do Acordo Parassocial com os outros acionistas, regulando a intervenção na gestão (incluindo órgãos de gestão), o poder de decisão e mecanismos de desinvestimento, assim como o reforço da equipa de gestão de topo e apoio no acesso aos mercados e na definição e execução do plano de negócios.

Dispõe, como já referido, de uma estrutura acionista robusta, resultante de uma parceria de capital entre sócios de gestão executiva (maioritários) e sócios institucionais (minoritários). Entre estes últimos assinala-se a presença da PT e PROMOVALOR, sócios institucionais de referência, que contribuem para a exploração e desenvolvimento dos investimentos em setores de atividade chave.

A Capital Criativo tem vindo a procurar internacionalizar a sua presença e o seu âmbito de atuação, quer através da parceria local em S. Paulo, quer através do seu escritório no Rio de Janeiro. A equipa de gestão executiva (9 membros) detém uma vasta experiência em *private equity* desde 1997 (FIEP), com mais de 25 investimentos realizados em conjunto. Esta SCR dispõe de um conselho de administração com 5 membros (2+3) e de uma equipa de análise também com 5 membros. O conselho consultivo suporta a equipa de gestão na definição estratégica e na rede de contactos.

O projeto apresentado no âmbito do aviso de abertura de concurso n.º 01/SAFPRI/2009 teve como objetivo a criação de um fundo de capital de risco (FCR) de direito português (Fundo Capital Criativo II), com o estatuto e regulamentação previstos no Decreto-Lei n.º 375/2007, de 8 de Novembro, bem como com o Regulamento do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) e do Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA), com o estatuto e regulamentação previstos no Decreto-Lei n.º 175/2008.

Apesar de, numa fase posterior, a Capital Criativo ter alargado o espectro estratégico da sua atuação, a criação do Fundo Capital Criativo II proposto orientava-se, numa fase inicial, predominantemente a apoiar oportunidades de investimento no sector da Logística e Transportes em Portugal, visando aproveitar o potencial de mercado oferecido por um sector muito fragmentado e desestruturado, caracterizado pela baixa produtividade das empresas de logística e de transporte, com um significativo défice tecnológico e uma baixa incorporação de valor ao longo das cadeias de abastecimento (*Supply Chain*).

A estratégia definida para o FCR visava reforçar a competitividade de um conjunto significativo de empresas (PME) do sector Logístico e dos Transportes e, indiretamente, reforçar a base competitiva das empresas que usufruem dos serviços destas participadas, através de ganhos de eficiência, redução de custos e melhoria na qualidade de serviço, contribuindo, desta forma, para colmatar uma falha de mercado existente no mercado de capital de risco português, bem como para dinamizar o próprio mercado nacional de capital de risco.

O Fundo Capital Criativo II proposto é constituído com um valor inicial de 20,5 MEUR, assegurado por capitais privados (10,5 MEUR - Mota-Engil, Urbanos e Montepio Geral) e por capitais públicos/FINOVA (10 MEUR).

A gestão do Fundo inclui um Comité de Investimentos, que participa na definição da estratégia global e decisões de investimento do Fundo. O Comité de Investimento integra representantes da Sociedade Gestora (Capital Criativo - SCR, SA) e dos Participantes do Fundo.

A estratégia e política de investimento do Fundo Capital Criativo II caracterizam-se por apoiar projetos de investimento em variados setores de atividade económica, entre os quais, mas não só, como inicialmente projetado, o de Logística e Transportes, visando aproveitar o potencial de mercado oferecido pelo conjunto de

oportunidades que se apresentem, nomeadamente em termos de investimentos de expansão, modernização, inovação e internacionalização de PME.

No essencial, este Fundo privilegia investimentos em PME portuguesas produtoras de bens e/ou serviços transacionáveis com elevado potencial de mercado, procurando reforçar os seus índices de capitalização e a sua capacidade de gestão e organização e expandir os seus negócios, facilitando e promovendo o acesso a mercados internacionais e agilizando a sua atuação no mercado doméstico.

A estratégia global do FCR tem vindo a ser orientada para a constituição de uma carteira de participações coerente, diversificada e com elevada rentabilidade a médio-longo prazo, nos setores onde toma posição.

Uma “carteira coerente” significa selecionar investimentos em subsectores de atividade que, evitando sobreposições na carteira, possam potenciar os seus negócios, ou mesmo o desinvestimento, por força da relação estratégica com outras participadas ou com os participantes do próprio Fundo.

Uma “carteira diversificada” significa mitigar o risco de participações por diferentes e relacionados subsectores, por um lado, mas também por diferentes estágios de maturidade e tipologias de investimento, por outro.

Uma “carteira de elevada rentabilidade” significa uma carteira com participadas que apresentem um potencial de crescimento elevado, quando comparadas com outros sectores de atividade ou com a atividade económica como um todo.

O objetivo estratégico do Fundo migrou para a constituição de uma carteira de participadas que atuem em setores de atividade que, através das suas complementaridades e sinergias, sejam capaz de criar valor e evoluir de uma oferta tradicional para uma oferta global e integrada.

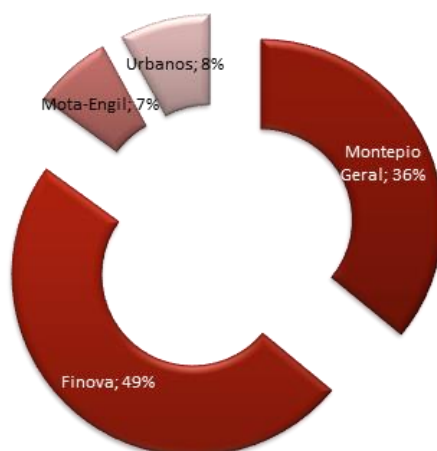
O FCR procurou constituir uma carteira, assumindo as seguintes políticas de investimento:

1. Aquisição de participações no capital social de PME (cuja CAE estejam naturalmente abrangidas pelo SAFPRI), que apresentem projetos de investimento (novos projetos, expansão, inovação ou internacionalização), com elevado potencial de crescimento e valorização;
2. Apoio a investimentos baseados em planos de negócio sustentáveis e com perspectivas de liquidez e rentabilidade a médio-longo prazo;
3. Consideração de um *mix* apropriado entre projetos de natureza regional/nacional, projetos de oferta generalista/mercados verticais e projetos que contemplem as diferentes áreas de negócio definidas nos pontos anteriores;
4. Consideração de uma dispersão (fragmentação de risco sectorial) adequada do investimento entre os subsectores de atividade, tentando a Capital Criativo investir em alguns dos *winners* e, de preferência, tentando obter sinergias das relações entre as diversas participadas, por um lado, e os Participantes do Fundo, por outro, quer quanto às atividades operacionais, quer quanto às oportunidades de desinvestimento;
5. Consideração de uma estratégia de apoio e acompanhamento da gestão proativa, relativamente à implementação dos objetivos que presidem à constituição do FCR, por um lado, e também proativa quanto às dimensões organizativas e de gestão;
6. Exclusão de princípio dos projetos de natureza absolutamente *start-up*, exceto quando representem participadas ou parcerias de empresas já consolidadas ou quando possam vir a ser apoiadas e integradas em empresas já detidas na carteira de participações;
7. Exclusão de operações de reestruturação e consolidação financeira;
8. Investimentos confinados a empresas sedeadas nas três regiões de Portugal Continental posicionadas no Objetivo Convergência: NUTS II Norte, NUTS II Centro e NUTS II Alentejo.

M.7.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Os resultados do projeto apresentado foram positivos no seu cômputo geral, uma vez que foram atingidas as metas definidas inicialmente em sede de candidatura. Em termos de execução, o Fundo Capital Criativo II iniciou a atividade em Janeiro de 2011. O FCR tem um capital de 20,5 M€, estando integralmente realizado pelos participantes, designadamente, FINOVA, Mota-Engil, Urbanos e Montepio Geral.

Gráfico A. 18
Estrutura do Fundo Capital Criativo II



Apesar das limitações de âmbito geográfico (apenas NUTS II Norte, Centro e Alentejo), dos setores de atividade, do tipo de operação e do montante de investimento máximo, o seu *target* - financiamento da atividade, expansão e internacionalização de PME com potencial de crescimento, que produzam bens ou serviços transacionáveis ou competências expansíveis internacionalmente - foi cumprido na íntegra.

	2011	2012
Capital subscrito	20.500.000,00 €	20.500.000,00 €
Capital realizado	6.150.000,00 €	20.005.000,00 €
Valor UP	14.596,00 €	47.319,00 €

Atualmente a sua carteira é constituída por sete participadas, tendo a última sido fechada em Abril de 2013. Por questões de prudência e de oportunidade, o ciclo de investimento, inicialmente previsto até Junho de 2013, será prolongado até Setembro de 2015.

A atividade 2011/2012 da Capital Criativo, sociedade gestora do Fundo, caracteriza-se por ter angariado 119 propostas (86 exclusivas da sociedade gestora), 34 das quais submetidas a uma análise extensa e aprofundada. Após esta fase de análise, 19 propostas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e 6 propostas foram concretizadas, resultando num investimento comprometido de 20 MEUR.

Quadro A. 303 Carteira Atual*

Empresa	Ano	Setor	Racional
Live Content	2011	Agência digital com enfoque na gestão de marcas nas redes sociais e <i>live streaming</i> .	Arranque e expansão. Crescimento da quota de mercado interno e expansão internacional (Brasil e México).
ISA	2011	Soluções de telemetria e gestão remota nos setores de <i>Oil & Gas</i> , Energia & Ambiente e Saúde.	Expansão. Alargamento da presença internacional e introdução de soluções de monitorização noutros mercados verticais.
USC	2011	Logística, distribuição expresso e TIC aplicadas ao setor logístico.	Parceria entre equipa de gestão e marca nacional (Urbanos) para internacionalização da atividade. <i>Greenfield</i> .
Cortex	2012	Prestador de soluções globais na área de <i>market intelligence</i> .	Parceria com sociedade brasileira e parceiros nacionais para criação de centro de competências e desenvolvimento de soluções tecnológicas de <i>market intelligence</i> . Direitos exclusivos para comercialização da tecnologia em todo o mercado EMEA.
TLC	2012	Organização e gestão de eventos internacionais, atuando como gestora de destinos (DMC).	Consolidação do mercado interno e expansão internacional. Desenvolvimento de novas áreas de negócio.
CardMobili	2012	Desenvolvimento de <i>software</i> e soluções mobile (<i>wallet digital</i> , <i>marketing</i> relacional/fidelização e soluções de pagamento).	Expansão. Alargamento da rede comercial e expansão internacional. Reforço da capacidade tecnológica para desenvolvimento permanente de novas funcionalidades do produto.

*Falta referência à última participada, cuja concretização da operação de entrada de capital só se deu em Abril de 2013.

A totalidade das propostas é de PME, das quais 58% em estágios de expansão/desenvolvimento e a grande maioria (95%) diz respeito a projetos de expansão e internacionalização.

Este fundo, no valor de €20,5M, terminaria o seu ciclo de investimento em 2013 (recentemente, pelas razões atrás apontadas, foi prolongado até Setembro de 2015). Contudo, já existem outros dois fundos a serem preparados para os próximos anos, dos quais o primeiro no montante de €60M inicia o seu ciclo de investimento em 2013, e o seguinte, que ainda se encontra numa fase de *fundraising*, já tem um *first closing* de €50M em 2014.

A concretização da operação do FINOVA, não só permitiu a constituição do FCR e o sucesso do projeto apresentado em sede de candidatura, mas também a consolidação e fortalecimento da Capital Criativo. Esta pôde implementar uma estratégia de investimentos focada no *mid-market* (EBITDA < €5,0M) em empresas que visem expandir a sua atividade (nacional e internacional) e que tenham equipas de gestão qualificadas, com identidade geracional e convergência de interesses.

M.7.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Em primeiro lugar, a programação 2014-2020 deve assentar numa revisão sensível dos modelos de financiamento que suportam as diferentes políticas públicas plurifundo, privilegiando-se, cada vez mais, lógicas articuladas e sinérgicas de capital de risco, *business angels*, crédito bonificado, microcrédito, incentivos reembolsáveis isentos de juro, convertíveis em capital em função dos níveis de execução e desempenho atingidos nos projetos, e a utilização da política fiscal como instrumento ao serviço da capacitação e da criação de riqueza (incentivos fiscais, modulação da TSU, etc.), restringindo os incentivos a fundo perdido às intervenções que tenham que ver, designadamente, com a provisão dos bens e serviços públicos e de mérito, geradores de externalidades positivas importantes, e que permitam a ultrapassagem de falhas inequívocas de mercado, particularmente na área da I&DT. O capital de risco constitui, neste quadro, um instrumento muito importante ao serviço da tão prioritária, sobretudo no contexto atual, capitalização das nossas PME, implicando, para além disso, uma disciplina de gestão que os incentivos não proporcionam, sendo um garante de cumprimento das empresas para com o mercado, *stakeholders*, Estado, etc..

Um forte enfoque deve ser colocado, neste domínio, na criação, afirmação e/ou consolidação de fundos de investimento e/ou de capital de risco, bem dimensionados financeiramente, alavancados por capitais privados, nacionais e internacionais, públicos e pelo FEDER, especializados, indutores de uma lógica desejavelmente reforçada de *full risk taking*, para apoio não só a projetos de *start-up* intensivos em conhecimento e tecnologia, mas também a operações de maior dimensão de qualificação e redimensionamento empresarial, de inovação e expansão internacional.

Da mesma forma, a simplificação e flexibilização de algumas das regras impostas pelo FEDER no desenho e operacionalização dos mecanismos de engenharia financeira, que têm condicionado uma adesão mais forte a estes instrumentos por parte sobretudo dos seus destinatários, são absolutamente prioritárias a este nível. Entre as principais limitações impostas, há a salientar:

1. Apoia-se a internacionalização, via prospeção e/ou promoção, mas não se apoia o esforço financeiro associado a operações de realização e/ou aquisição de capital no exterior, questão que é

especialmente relevante em mercados de operação extra-UE, situados fora do âmbito de intervenção do FEDER;

2. O montante máximo de investimento por empresa por ano é de 1,5 MEUR, o que pode colocar condicionantes importantes ao ciclo desejável de execução de cada investimento e dificultar o cofinanciamento de operações de expansão, inovação e internacionalização empresarial, de maior dimensão, onde se registam falhas de mercado muito sérias;
3. Só se pode apoiar PME reconhecidas oficialmente enquanto tal pela certificação IAPMEI, afastando-se do processo PME participadas em mais de 25% por grandes empresas, penalizando, por exemplo, atividades mão-de-obra intensivas;
4. O facto de só se poder investir nas Regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo;
5. O facto de não se poder investir em alguns setores importantes, como o primário e a saúde;
6. A dificuldade em financiar necessidades de fundo de maneio, normais após períodos de elevada concentração de investimentos produtivos;
7. A falta de verbas provisionadas para comissões e desvios de carteira;
8. O acompanhamento assegurado pelo COMPETE é apenas estritamente formal, não assumindo preocupações de natureza material/real e estratégica; por outro lado, o Fundo é fiscalizado pela Inspeção Geral de Finanças, que não tem um conhecimento real sobre as características e natureza do mesmo, sobre as atividades desenvolvidas e os custos que lhes estão subjacentes.

M.7.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe o processo de implementação e os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados em sede de candidatura.

Neste sentido, foi convocada, pela equipa de avaliação, uma reunião com o conselho de administração da entidade promotora, a Capital Criativo - SCR, SA, sociedade gestora do Fundo Capital Criativo II, a qual foi realizada na sede do promotor, em Lisboa, tendo abordado os seguintes pontos da agenda:

- Adequação dos instrumentos do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) às necessidades e objetivos das Sociedades de Capital de Risco (SCR);
- Projeto: objetivos e destinatários principais;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/Organismos Intermédios - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Resultados e impactos qualitativos e quantitativos do projeto no promotor e nos destinatários;
- Comparação de resultados e impactos previstos com reais;
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria de instrumentos de financiamento de empresas do tipo SAFPRI na preparação do próximo período de programação estrutural 2014-2020.

Para além da informação produzida na reunião com o promotor, os documentos disponibilizados na plataforma do COMPETE e os dados constantes do sistema de informação do COMPETE, relativamente a este projeto, foram revistos e consultados pela equipa de avaliação.

M.8 Estudo de caso Nº 8 – SAECTN 022718 - Projeto Estratégico - LA 2 - 2011-201

Código e designação: 022718 – Projeto Estratégico - LA 2 - 2011-2012

Entidade promotora: Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC/UP)

Tipologia de intervenção: Projetos Estratégicos e de Interesse Público (AAC 02/SAECTN/2011)

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	1	8.640	8.640	7.344	78%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	2.142	324.720	305.201	258.875	47%
Inserção da operação na tipologia	-	2,7%	2,8%	2,8%	-
Referencias cronológicas					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
21/04/2011	22/06/2011	01/01/2011	31/12/2012	01/01/2011	31/12/2012

M.8.1. Apresentação da operação e contributo previsto para objetivos do COMPETE

O promotor principal deste projeto foi o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), uma instituição de investigação multidisciplinar com o objetivo de promover a investigação nas Ciências Biomédicas e da Vida, cuja fundação remonta ao ano de 1997 pelos seguintes associados: Universidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, Centro Hospitalar de S. João, Instituto Nacional de Saúde "Dr. Ricardo Jorge", Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Centro Hospitalar do Porto (Hospital de Santo António). A ideia subjacente à sua fundação era a criação de um ambiente multidisciplinar propício à investigação na área referida através da agregação dos recursos de investigação da Universidade do Porto e dos hospitais associados. Atualmente, o IBMC tem como missão promover a investigação no campo das Ciências da Vida e da Biomedicina ao mais alto nível internacional, promovendo a formação pós-graduada de jovens investigadores, encorajando a transferência de tecnologia e incrementando o compromisso público com a ciência. A sua visão de longo prazo é tornar-se um dos líderes internacionais incontestáveis na investigação multidisciplinar em problemas biológicos fundamentais e ao mesmo tempo que promover a inovação científica e o progresso social.

O IBMC é dirigido pelo Prof. Claudio Sunkel e está organizado em três unidades temáticas: (1) Neurociências; (2) Infecção e Imunidade; (3) Biologia Molecular e Celular, contando com 202 investigadores dos quais 20 são contratados pelo IBMC, 56 postdocs, 110 doutorados, 18 técnicos e 25 elementos que asseguram as atividades de apoio. O IBMC coordena ainda outros serviços científicos: um serviço de Terapia e Segurança Ocupacional, um Gabinete de Comunicação Científico que se dedica à difusão dos resultados obtidos, e Gabinetes de Projeto, Contabilidade e Recursos Humanos.

O copromotor do projeto é o Instituto Nacional de Engenharia Biomédica (INEB), uma instituição sem fins lucrativos com estatuto de interesse público, fundada em 1989. A sua missão é gerar conhecimento através da promoção da investigação, formação avançada e transferência de tecnologia na área da Engenharia Biomédica. À semelhança do IBMC, o INEB é caracterizado pela transdisciplinaridade integrando especialistas em biomateriais, regeneração de tecidos, nanomedicina, bioimagem, sinais médicos, geoepidermologia, biologia e medicina que lhe concederam reconhecimento internacional. Trabalham cerca de 200 pessoas neste instituto, sendo 55 doutorados e mais de 100 estudantes pós-graduados.

Em conjunto, estas duas instituições com ligações institucionais já antigas criaram, em 2000, o Laboratório Associado IBMC-INEB (LA), reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por forma a fazer emergir uma infraestrutura de investigação ao mais alto nível internacional. O objetivo principal do LA consiste no desenvolvimento de investigação na área das Ciências da Vida e Engenharia Biomédica, com especial ênfase nas Ciências da Saúde, de forma multidisciplinar e com uma forte componente internacional. Na base da sua organização estão os grupos de investigação que são compostos por um número de investigadores que trabalham sobre a direção de um único diretor de grupo. A formação de cada grupo envolve uma proposta a partir de um investigador que é avaliada pela Comissão Externa de Acompanhamento e por peritos externos.

O LA tem hoje 41 Grupos organizados em quatro linhas de Investigação: (i) Neurociências, (ii) Infecção e Imunidade, (iii) Biologia Molecular e Celular e (iv) Engenharia Biomédica. O LA como um todo desenvolve trabalho de investigação em consórcio com empresas e procura constantemente a aplicação na saúde dos resultados obtidos pelos seus investigadores. Está também envolvido no ensino pós-graduado através da participação em programas de doutoramento e no acolhimento de alunos de doutoramento, assim como investigadores com bolsas de pós-doutoramento. O LA tem mostrado uma grande dedicação à comunicação e disseminação da ciência através de um gabinete de cultura científica de grande profissionalismo. Este gabinete é responsável por toda a interação entre os seus investigadores e os *media*, as escolas, os professores e o público em geral.

O projeto em análise neste estudo de caso foi apoiado no quadro de um concurso dirigido a projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público, restrito a unidades de investigação integradas em Laboratórios Associados e a Unidades de I&D com classificação igual ou superior a Muito Bom, com número de investigadores doutorados integrados em tempo integral, contabilizados à data de 31/12/2009, igual ou superior a 20.

O projeto visa dar continuidade à atividade do LA, nomeadamente, na manutenção e impulso da sua capacidade na atração de mentes para registar os tão promovidos avanços na investigação nas áreas das Ciências da Vida e da Saúde e da Engenharia Biomédica a um nível elevado de padrões internacionais e favorecendo um contexto multidisciplinar. O projeto em causa mostra-se fulcral para a continuidade de entidades do tipo LA, uma vez que o financiamento proveniente de projetos estratégicos é a sua "bomba de funcionamento", não obstante a crescente importância e capacidade da captação de receitas próprias.

De forma objetiva, o projeto pretende responder a questões do seguinte tipo:

- Qual é a organização estrutural dos sistemas de vida complexos? Como é que as dinâmicas desses estruturas ajudam a explicar a função biológica?
- Porquê, como e quando os mecanismos estão corrompidos ou comprometidos? Pode ser resultado das mudanças *cross-talk* entre genes ou células e o seu ambiente?
- Como é que os biomateriais podem ser engenheiros na regeneração de tecidos? Os novos conceitos e modelos de engenharia podem ajudar a desenvolver diagnósticos, terapêuticas e sistemas educacionais inteligentes? As vias metabólicas podem ser redesenhadas? Existem valores éticos em causa?

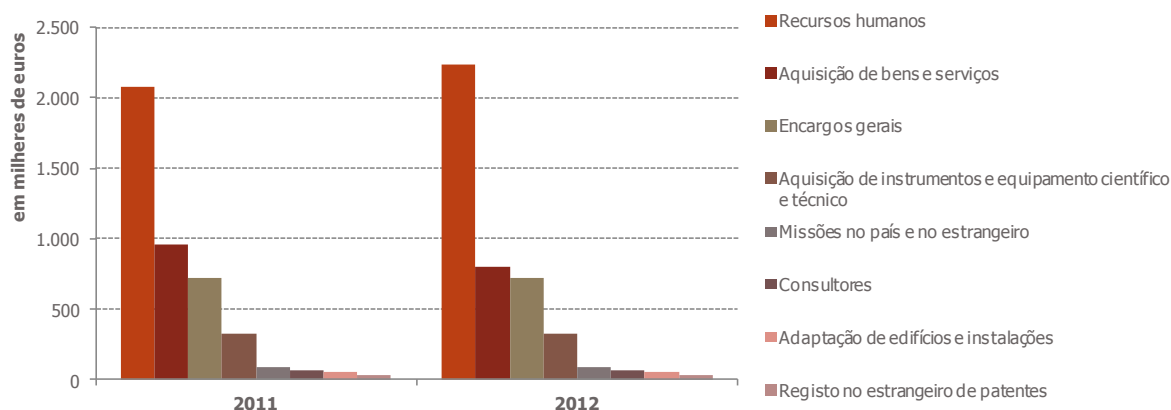
Para responder a estas e outras questões, metade do orçamento ficou afeto a Recursos Humanos, o que incluiu 6 Bolsas de Pós Doutoramento de 12 meses, conseguindo-se com isso atrair candidatos excecionais. Adicionalmente, cerca de 10% do investimento foi destinado a equipamentos e adaptação de instalações.

Projetos deste tipo são fundamentais para a existência de um SCTN robusto e, portanto, para a promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Esta é, pois, a razão fundamental que esteve na origem da realização do presente estudo de caso.

M.8.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

A maior parte dos investimentos do projeto estão afetos aos recursos humanos altamente qualificados, pois estes são a "matéria-prima" fundamental para a produção científica.

Gráfico A. 19
Distribuição do investimento elegível por categoria de despesa e ano de execução



Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

Em linha com as formas de medição do trabalho científico, o projeto foi avaliado segundo os seguintes critérios de resultados:

	Previstos	Efetivos	Desvio
Publicações			
Livros	25	61	36
Artigos em Revistas Internacionais	420	518	98
Artigos em Revistas Nacionais	45	15	-30
Comunicações			
Em encontros científicos internacionais	210	580	370
Em encontros científicos nacionais	110	353	243
Relatórios	0	32	32
Organização de Seminários e Conferências	150	82	-68
Formação Avançada			
Teses de Doutoramento	45	37	-8
Teses de Mestrado	95	105	10
Outras (<i>research training</i>)	0	58	58
Modelos	0	0	0
Aplicações Computacionais	0	6	6
Instalações Piloto	0	0	0
Protótipos Laboratoriais	0	3	3
Patentes	10	6	-4
Outros (Prémios)	0	27	27

Em termos globais, os resultados propostos em sede de candidatura foram sobejamente cumpridos. De facto, existem desvios positivos muito significativos em várias variáveis, destacando-se o elevado volume de publicações internacionais e a participação em encontros científicos nacionais e internacionais. Atendendo aos desvios negativos, contrapondo com os positivos, claramente se conclui a viragem quase absoluta para a comunidade científica internacional que, segundo o objetivo do projeto, é aquela que deverá ser atraída para se juntar à equipa de investigação do LA. O resultado negativo mais importante, embora não preocupante, é o baixo número de patentes quando comparado com o inicialmente previsto.

M.8.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Ao longo da reunião com o promotor do projeto em epígrafe foram abordados temas variados desde a filosofia de fundo da adequabilidade dos atuais instrumentos disponibilizados até às questões operacionais correntes de acompanhamento do projeto.

De entre os pontos abordados com o promotor deste projeto, foram evidenciados as seguintes aspetos:

- A existência de instituições do tipo LA depende de forma significativa do financiamento derivado dos projetos estratégicos, pelo que é fundamental que os concursos para este tipo de projetos sejam abertos de forma regular e previsível, tendo também em atenção os períodos de “paragem” entre as fases de mudança entre períodos de programação nos quais estas entidades sentem dificuldades financeiras acrescidas.
- Por outro prisma, o sistema científico nacional, designadamente as instituições de investigação por excelência, está demasiado fragmentado em Portugal, o que retira a cada uma delas as capacidades, poder e alcance de instituições de maior dimensão, pelo que este tipo de projetos pode e deve induzir a consolidação do nosso sistema nacional de inovação;
- Relativamente à questão da valorização económica dos projetos de investigação, as posições são diversas e as opções podem tornar-se complexas; por um lado, a própria natureza de projetos deste tipo torna bastante difícil a imposição de objetivos económicos bem definidos, por isso, nas componentes de investigação básica, os indicadores de mérito do projeto deverão ser essencialmente as publicações; mas, por outro lado, sempre que esteja em causa alguma proximidade com uma potencial valorização económica da investigação a desenvolver, então deveria impor-se alguns critérios de mérito económico; ainda assim, a ponderação destes dois tipos de indicadores deverá ser flexível de projeto para projeto.
- O nível burocrático no acompanhamento dos projetos é mostra-se excessivo e contraproducente, especialmente no que toca à verificação exaustiva por parte dos organismos intermédios das despesas efetuadas.
- É recomendável a introdução de um regime forfetário dos gastos gerais, porque a situação atual traduz-se num consumo de recursos humanos, quer das instituições beneficiárias quer do organismo intermédio, que não traz nenhuma mais-valia.

- É desejável a disponibilização de um Guião relativo à elegibilidade das despesas, materializado num documento com maior detalhe do que a informação disponibilizada nos regulamentos.
- Em relação às despesas elegíveis, são igualmente desejáveis algumas medidas de flexibilização:
 - O tratamento das diferenças cambiais deve ser coerente (a despesa elegível a considerar deve ser o contravalor em euros do montante efetivamente pago, como acontecia no passado).
 - A aquisição de mobiliário deveria ser elegível, com limites estabelecidos.
 - Os documentos comprovativos de reembolsos a *experts* deveriam seguir o modelo da Comissão Europeia que, não sendo faturas, trazem inúmeras vantagens (e.g. reembolso parcial de uma viagem a um consultor, ficando este encarregue de realizar a própria reserva).
 - Os custos com comunicações móveis atualmente não aceites deverias ser enquadráveis no âmbito das atividades desenvolvidas, sobretudo num contexto em que não existe um regime forfetário de custos indiretos.
 - Deveria ser possível o pagamento pontual de tarefas por “recibos verdes” a pessoas que são da equipa de investigação mas que não têm qualquer outro tipo de remuneração.
 - É fundamental diminuir o detalhe exigido nos agradecimentos na referência ao financiamento dos artigos publicados, permitindo maior flexibilidade.

Ao nível dos encerramentos, estão detetados problemas graves na operacionalização do programa uma vez que a inexistência de ferramentas de encerramento faz com que as tranches de financiamento de 5% do total de investimento elegível não sejam libertadas.

M.8.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, contactou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe os resultados obtidos com os dois projetos em estudo face aos objetivos traçados aquando da candidatura.

Neste enquadramento, foi convocada pela equipa de avaliação em articulação com o COMPETE uma reunião com a entidade promotora do projeto (IBMC). A mesma foi realizada nas instalações do promotor, no Porto, e contou com os seguintes pontos de agenda:

- Adequação do instrumento de apoio SAESCTN, em especial a tipologia dos Projetos Estratégicos e de Interesse Público, às necessidades e objetivos do LA e do IBMC;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo
- Projeto: principais objetivos; fases;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/ OI - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Realizações/ resultados/ impactos do projeto no(s) promotor(es) e nos destinatários (se aplicável): realizações; realizações/ resultados/ impactos qualitativos e quantitativos (em termos de emprego científico e de atração de investigadores qualificados; em termos de reequipamento científico; em termos de *outputs* científicos); comparação de realizações/ resultados/ impactos previstos com efetivos; efeito do incentivo/ adicionalidade da intervenção apoiada; efeitos não esperados; condicionantes; sustentabilidade;
- Eficiência das intervenções: seria possível atingir os mesmos resultados com menos recursos? Como vêm a sustentabilidade financeira do IBMC e do LA (IBMC + INEB)? Qual tem sido a evolução do orçamento do IBMC?
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria de instrumentos do tipo SAESCTN na preparação do próximo período de programação 2014-2020:
 - Aceitando a autonomia relativa do subsistema de C&T, cuja evolução não pode orientar-se por critérios relacionados com resultados económicos imediatos, como se pode aumentar a articulação entre o SAESCTN e a valorização económica do conhecimento?
 - Faz sentido reforçar-se os concursos temáticos em detrimento relativo de concursos para todos os domínios científicos? No espírito das estratégias de especialização inteligente e das EEC, faz sentido abrirem-se concursos temáticos direcionados para essas estratégias? No espírito das estratégias de especialização inteligente e das EEC, faz sentido privilegiar-se projetos de grande dimensão (como é o caso deste) e consensualizar com as Universidades um conjunto de domínios científicos prioritários?

- Os critérios de seleção das operações, para além de ponderarem a qualidade científica do projeto e da equipa, deveriam incluir critérios relacionados com a valorização económica de resultados? Ao nível do projeto? Ao nível da entidade?
- Deve manter-se uma elevada seletividade com base em critérios de excelência científica? Mantendo-se um adequado nível de seletividade, devem definir-se tipologias de investigação aplicada e de desenvolvimento que aumentem potencialmente o acesso ao SAESCTN por parte de, por exemplo, institutos politécnicos ou centros tecnológicos?
- No futuro, um instrumento equivalente ao SAESCTN deveria permanecer num PO dedicado à Competitividade ou deveria ser enquadrado num PO multifundos (FSE + FEDER) dedicado ao Capital Humano, privilegiando-se a articulação entre o apoio a projetos de investigação com o apoio a investimento infraestrutural, nomeadamente reequipamento?

Para além da informação recolhida na reunião, foram consultados todos os documentos disponibilizados na plataforma do COMPETE relativamente a este projeto.

M.9 **Estudo de caso Nº 9 – SAMA 1922 – Sistema Integrado de Apoio ao Contribuinte**

Código e designação: 1922 – Sistema Integrado de Apoio ao Contribuinte (SIACo)

Entidade promotora: Autoridade Tributária e Aduaneira

Tipologia de intervenção: Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros ²⁷						
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado corrigido Efeito <i>Spill-over</i> (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	1	13.352	13.212	9.425	8.013	56
Valores relativos ao total de Projetos aprovados na tipologia de intervenção	168	493.157	404.179	260.149	254.879	41
Inserção da operação na tipologia	-	2,7%	3,3%	3,6%	3,1%	-
Referenciais cronológicos						
	Data de candidatura	Data de aprovação /contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
	31-03-2008	01-08-2008	01-09-2008	30-08-2010	18-12-2008	20-12-2011

M.9.1. **Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE**

A modernização, desmaterialização e desburocratização dos procedimentos e processos da Administração Fiscal são vetores de intervenção críticos na procura de graus de eficiência e eficácia na realização da sua atividade.

Um modelo de interação sustentado numa lógica de personalização, simplificação e transparência da comunicação assume também relevância neste contexto já que permite dar um maior conhecimento, participação e responsabilização aos contribuintes.

A aposta da Administração Fiscal para alcançar estes objetivos passou pela adoção de arquiteturas de informação normalizadas, baseadas em *standards* abertos e com recurso a novas tecnologias de informação e comunicação.

Neste contexto foi realizado o projeto SIACo, em particular, as duas vertentes de operação seguintes²⁸:

²⁷ Data de reporte: 31/12/2012, Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados do sistema de informação do POFC

²⁸ O projeto SIACo inclui uma terceira vertente de operação: "Sistema Integrado de Gestão de Atendimento dos Serviços da Administração Tributária - Suporte ao Atendimento e Gestão de Filas de Espera" cujo investimento se localizou em todas as regiões de Portugal. Como o presente Estudo de Caso compreende a aferição dos efeitos de *spill-over*, ou seja, os efeitos

- Portal das Finanças – Integração e Personalização de Serviços e Conteúdos;
- Integração de Serviços na Ótica do Atendimento Presencial.

O projeto incluiu ainda o investimento na “Infraestrutura Tecnológica de Suporte” que apoiava de forma transversal as vertentes de operação.

1. Portal das Finanças – Integração e Personalização de Serviços e Conteúdos (doravante designado por **Portal das Finanças**)

O canal *internet* assume especial preponderância na estratégia preconizada pela Administração Fiscal. Assume-se como um interface mais cómodo, simples e de mais fácil acesso para o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes.

Esta vertente de operação foi implementada durante o ano de 2009 com o propósito de substituir e consolidar os anteriores portais de conteúdos da DGCI e de Serviços das Declarações Eletrónicas.

A filosofia do Portal assentou numa base de definição dos conceitos fiscais existentes, facilitando a integração sucessiva de novos serviços e conteúdos e a personalização dos mesmos às necessidades dos utilizadores.

O modelo de interação Portal-utilizadores assenta nos seguintes princípios:

- Desenvolvimento de opções self-service, ou seja, a introdução sistemática de novas funcionalidades integradas num único acesso, capazes de assegurar melhor experiência de utilização aos utilizadores;
- Interoperabilidade da interface Portal das Finanças com os sistemas de fornecedores/utilizadores da informação fiscal. O objetivo é dar resposta à procura crescente do Portal das Finanças das entidades que se relacionam com a administração fiscal;
- Integração “aplicação a aplicação”. Pretendia-se instruir o Portal com meios de segmentação dos utilizadores do Portal pelos seguintes tipos: cidadãos, empresas, entidades públicas e TOCs. Esta segmentação permitiu direcionar os diferentes tipos de utilizadores para as funcionalidades que lhes são críticas.

2. Integração de Serviços na Ótica do Atendimento Presencial (doravante designado por **Balcão Único**)

Os utilizadores (colaboradores) dos serviços de finanças, quando acediam ao canal *intranet* deparavam-se com inúmeros sistemas e com uma elevada dispersão de informação, o que se traduzia num constrangimento relevante para a eficiência dos serviços ao nível do atendimento presencial, resolução de situações e tramitação de processos.

A presente vertente de operação visou reestruturar o canal *intranet* através da uniformização do modelo de navegação e de apresentação do conjunto de aplicações diretamente relacionadas com o atendimento presencial, por forma a aumentar os índices de interpretação da informação e diminuir a complexidade de navegação entre diferentes aplicações.

As ferramentas de trabalho passaram a assegurar um acesso uniforme em termos de segurança, simplicidade, integração e interoperabilidade. Pretendia-se assegurar a existência de aplicações orientadas aos processos de negócio dotadas de consistência, mensurabilidade e desempenho.

Foram desenvolvidas, entre outros, as funcionalidades de segurança e acesso *Sign-On* - processo de autenticação e *Profiling* - processo de autorização, e os sistemas:

- Identificação e gestão de contribuintes (Conversão da consulta de inscrição de contribuintes especiais, consulta aos enquadramentos de Imposto de Rendimento);
- Liquidação de IRS;
- Consulta e obrigações acessórias (Consultas ao Modelo 4, ao Modelo 25, ao Modelo 37, aos Ofícios das Obrigações Acessórias e a Estatísticas de Declarações);
- Sistema de Execuções Fiscais (migração das componentes de Gestão de Devedores e de Gestão Processual e integração do Sistema de Gestão de Reversões);
- Sistema de Gestão de Fluxos Financeiros (Gestão de Imposto, Gestão de Saldos, Situação do Contribuinte e Estatísticas);
- Sistemas de Património (migração para o novo W3 das componentes de serviços ao utilizador relativos ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e Avaliações, ISTG - Imposto de Selo sobre as Transmissões Gratuitas de bens e IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, segmentação das funcionalidades nas componentes de Gestão de Imposto, Extrato do Componente, Liquidação do IUC – Imposto Único de Circulação e do IMV – Imposto Municipal sobre Veículos, Gestão de Veículos, Controlo da Migração do IMV e Estatísticas de Liquidação de IMI);

gerados por investimentos localizados em regiões fora do objetivo de convergência (Lisboa, neste caso) nas demais regiões de convergência do país, esta vertente não foi considerada para efeitos de análise do Estudo de Caso.

- Sistema de Oposições (conversão dos componentes aplicativos ao nível dos Processos de Oposição no Sistema do Contencioso Judicial Tributário);
- Sistema de Vendas Coercivas (simplificação dos principais processos de gestão de venda e disponibilização de novas funcionalidades no sistema de Vendas Coercivas).

No contexto das duas vertentes de operação foi desenvolvido um conjunto de funcionalidades, aplicações e sistemas consistente com os seguintes conceitos de desenvolvimento:

a) A adoção de **arquiteturas tecnológicas orientadas a serviços (SOA – Service Oriented Architecture)** robustas e escaláveis era considerada fundamental para a concretização dos objetivos de uniformização e de eficiência (menores custos) na introdução de novos serviços e aplicações, tanto no Portal das Finanças, como no Balcão Único.

As lógicas de desenho de opções self-service e de integração aplicação a aplicação, envolveram o desenvolvimento aplicativo orientado a serviços com a disponibilização de *Webservices* capazes de integrar com as aplicações dos utentes que asseguram o cumprimento das obrigações e a qualidade e satisfação do serviço prestado.

b) A **segmentação dos contribuintes** teve como principal objetivo estabelecer uma postura de maior proximidade com os contribuintes, através da criação de canais e mecanismos que possibilitassem a interação administração fiscal-utilizadores mais rápida, mais simples e mais transparente.

Era objetivo assegurar uma melhor qualidade na relação com o contribuinte e maior especialização no atendimento e disponibilização de conteúdos e serviços nas várias interfaces.

A segmentação de contribuintes é um dos alicerces chave do modelo de interação desenvolvido, tanto ao nível do contribuinte, como na perspetiva dos serviços de atendimento. A monitorização de dados assume maior relevância enquanto informação de gestão quando sistematizada por segmentos de contribuintes, na medida que permite a adoção de medidas mais eficazes em cada âmbito.

Entre outras funcionalidades, foram implementados serviços de consulta aos dados segmentados, a Agenda Eletrónica que é personalizada em função do perfil do contribuinte e foram criados processos para registo das interações na estrutura da segmentação e fornecimento da informação ao Portal das Finanças.

A segmentação tinha subjacente o desenvolvimento de uma solução tecnológica assente na disponibilização de *Webservices* e interfaces específicos e regras de acesso, segurança e controlo da invocação dos serviços próprios.

Quadro A. 304

Mecanismos de facilitação e de normalização e racionalização para assegurar níveis superiores de desempenho e disponibilidade do Portal

Mecanismos de facilitação	Mecanismos de normalização e racionalização
Racionalização de operações e serviços	Definição de normas de integração e desenvolvimento de serviços
Implementação de uma arquitetura escalável e modular orientada a serviços (SOA)	Definição de <i>standards</i> de interface de utilizador
Garantia da usabilidade dos serviços públicos <i>online</i>	Utilização de metodologia ágil de desenvolvimento de novas aplicações e serviços com a adoção de arquiteturas tecnológicas orientadas a serviços (SOA – Service Oriented Architecture) robustas e escaláveis.
Realização de parcerias que permitam facilitar e melhorar a utilização da tecnologia	Construção de <i>building blocks</i> para o Portal das Finanças

Por exemplo, o desempenho e segurança eram aspetos críticos na operacionalização do Portal das Finanças. Num contexto de aumento constante de utilização do Portal, havia a necessidade de assegurar o funcionamento permanente da plataforma sem flutuações no desempenho, com contínua disponibilidade e total segurança. A equipa de projeto introduziu então melhorias ao nível da gestão do portal e das componentes de segurança, tendo desenvolvido mecanismos de autenticação com recurso ao Cartão do Cidadão e mecanismos de facilitação e de normalização e racionalização (Quadro A. 304).

c) A **situação fiscal integrada** teve como objetivo criar um único ponto de acesso à informação fiscal do contribuinte via *internet* e *intranet*.

O atributo da integração da informação fiscal, bem como a possibilidade de os contribuintes e funcionários dos serviços de finanças realizarem consultas nos canais *internet* e *intranet*, respetivamente, visaram fomentar maior proximidade e transparência na interação da Administração Fiscal com o Contribuinte.

A situação fiscal integrada não era possível até ao momento de implementação da nova aplicação, uma vez que a informação fiscal se encontrava dispersa por diferentes aplicações e bases de dados. A arquitetura aplicacional desenvolvida assenta sobre uma camada partilhada de serviços de acesso a dados de IR, IMI, IUC, IVA e Cadastro que permite disponibilizar ao contribuinte uma visão global da sua informação fiscal através do

Portal das Finanças. A Situação Fiscal Integrada integrou posteriormente novos conteúdos em outras áreas funcionais (Cobrança e Justiça).

A implementação no canal *internet* decorreu em 2009 e no canal *intranet* em 2010, onde os funcionários dos serviços de finanças passaram a ter uma visão única e integrada de toda a informação do contribuinte.

d) O **desenvolvimento de opções self-service** propôs a conceção de um modelo de interação administração fiscal-contribuintes onde se disponibilizava *online* todos os serviços com cobertura do ciclo total de interações, inclusive uma melhoria das ajudas *online* e do suporte na resolução de dúvidas e na resposta a pedidos de esclarecimento. Os serviços desenvolvidos foram, entre outros, a:

- Identificação e gestão de contribuintes (confirmação da identificação de contribuintes - n.º de identificação fiscal e respetiva denominação - via *internet*, informação sobre o grau de deficiência dos contribuintes via portal tornando desnecessária a sua deslocação física aos serviços de finanças e informação de grupos de sociedades);
- Gestão de impostos (SIGIV – Sistema Gestão Informativa Vinculativa - funcionalidades de emissão e consulta de novos documentos de cobrança, Património – IMI, IMT, ISTG, Certificação de Software de Faturação, SIRE – Recibos Verdes Eletrónicos);
- Justiça e fluxos financeiros (consulta aos processos de Impugnação, Oposição e de Embargos de Terceiros).

M.9.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

O projeto teve uma taxa de execução financeira de 56,4%, bem acima dos valores de execução financeira do universo de projetos aprovados pelo SAMA e da tipologia de operação onde o presente projeto se insere (*a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas*). Da despesa elegível aprovada, o montante de investimento localizado em Lisboa (12.015,62 mil euros), foi executado em cerca de 51,2%.

Este grau de realização do projeto justifica-se pelas condicionantes que, de forma transversal, afetaram a administração pública, em particular, restrições orçamentais que colocaram problemas ao promotor em assegurar a componente nacional de financiamento do projeto SIACo.

O promotor referiu também que o projeto, apoiado pelo FEDER, tinha um horizonte plurianual, que estava desarticulado perante as regras do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) que tem periodicidade anual.

A Portaria n.º 371/A/2010 foi também referida pela entidade promotora como uma condicionante de execução do projeto que gerou atrasos significativos do mesmo. Esta portaria regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, aplicado aos contratos de aquisição de serviços, designadamente, modalidades de tarefa e de avença.

No que diz respeito à relação com o SAMA/COMPETE, observou-se que os *timings* de disponibilização dos fundos não eram regulares, tendo sucedido alguns atrasos que prejudicaram o ritmo de realização do projeto. Adicionalmente, verificou-se ainda alguma dificuldade de coordenação e comunicação com os responsáveis do organismo intermédio em fase de realização do projeto.

Durante a fase de apresentação de candidatura, no entanto, a colaboração foi considerada boa pelo promotor. Na elaboração dos pedidos de pagamento não surgiram questões sensíveis, uma vez que estes processos são centralizados na área financeira que domina o tema. As auditorias ao projeto desenrolaram-se sem problemas.

Apesar dos constrangimentos orçamentais verificados que afetaram o nível de execução financeira do projeto, não se considera que o efeito de incentivo tenha sido significativo, ou seja, o apoio concedido não alavancou investimento por parte da entidade beneficiária.

O projeto já se encontrava devidamente desenhado e já estava previsto em sede de orçamento (ao abrigo do PIDDAC, o montante total do investimento, independentemente da fonte de financiamento, tinha que ser incluído no orçamento), pelo que, num cenário de inexistência de incentivo, o projeto ter-se-ia realizado em moldes muito similares. As principais diferenças seriam ao nível do ritmo de execução do projeto (poderia ser um pouco mais lento) e a restrição de algumas funcionalidades que foram desenvolvidas.

O projeto apresentou resultados significativos tanto na vertente externa, ao nível do aumento do acesso e qualidade dos serviços e redução dos custos de contexto, como na vertente interna, ao nível da eficiência e racionalização de custos no âmbito dos serviços de finanças.

Na **vertente externa**, os resultados ao nível do aumento do acesso e qualidade dos serviços são bastante significativos. No Quadro A. 305 verifica-se um aumento significativo do número de utilizadores registados no Portal das Finanças.

Quadro A. 305
Utilizadores registados por ano

2007	2008	2009	2010	2011
6.014.082	6.711.764	7.313.872	7.799.842	8.018.848

Fonte: DGITA, Relatório de Atividades 2010

Em termos de utilização do Portal, observa-se um aumento significativo logo no ano de implementação do projeto (2009), com exceção do número de declarações entregues:

Quadro A. 306
Indicadores de utilização

	2009	Evolução 2008-2009
Sessões estabelecidas	115.130.826	10,9%
Acessos Base Dados	733.582.521	42,9%
Consultas efetuadas	227.243.132	47,2%
Declarações entregues	19.401.492	3,4%

Fonte: DGITA, Relatório de Atividades 2009

Um dos serviços mais utilizados no Portal das Finanças foi a obtenção de certidões eletrónicas que teve níveis de crescimento muito significativos, beneficiando da escalabilidade da solução que permitiu a implementação de novos serviços/aplicações em 2009 e 2010.

Quadro A. 307
Certidões Emitidas

	2006	2007	2008	2009	2010
Domicílio Fiscal	-	-	-	-	8.983
Certidão de Não-Dívida	-	-	-	-	286.113
Estado de Sujeito Passivo	576	6.271	6.394	5.736	3.798
Certidão de Dívida	-	-	-	-	39.820
Residência Fiscal	-	6.185	8.716	9.449	11.458
Liquidação de IRS	36.918	93.664	101.277	123.019	157.972
REN. Isenção IVA	-	2.212	2.710	3.235	2.852
Software Faturação	-	-	-	-	1.079
Total	37.494	108.332	119.097	141.439	512.075
Evolução (Total)		189%	10%	19%	262%

Fonte: DGITA, Relatório de Atividades 2010

Quadro A. 308
Declarações IRS e IRC submetidas

	2008	2009	2010
IRS – Fase 1	2.062.959	2.404.352	2.738.749
IRS – Fase 2	1.330.750	1.406.122	1.442.375
IRS	3.393.709	3.810.474	4.181.124
IRC	422.311	431.873	430.670

Fonte: DGITA, Relatório de Atividades 2010

O volume de declarações de IRC submetidas manteve-se constante. Já no caso das declarações de IRS é visível o aumento do grau de acesso aos serviços. As taxas de crescimento do nº de declarações de IRS submetidas em 2009 e 2010 foram elevadas (12% e 10% respetivamente).

Esta preferência pelo canal *internet*, em detrimento da entrega em papel, verifica-se pelo aumento da preponderância do n.º de declarações entregues pela *internet* no n.º total de declarações entregues (69%, 75% e 82% em 2008, 2009 e 2010 respetivamente). (DGITA, Relatório de Atividades 2010).

Este efeito escala atribui sustentabilidade económica ao projeto, na medida que este não pressupõe o elevado volume de custos variáveis (ETI, papel e outros consumíveis, deslocações), a cargo da Administração Fiscal e dos utilizadores (cidadãos e empresas), que as alternativas processuais não desmaterializadas contemplam.

Em 2009 observou-se um aumento da utilização da aplicação *offline* para perto de 20% em termos relativos e em 2010 foi a aplicação que teve um aumento da utilização, enquanto que a versão de entrega através de formulários HTML foi descontinuada. (DGITA, *Relatório de Atividades 2010*). Estes são exemplos que provam o maior nível de acesso aos serviços por parte dos utilizadores.

Dados como “98% das declarações de IRS entregues em 2009 não necessitaram de correção e foram consideradas válidas para liquidação do imposto”, ou “o aumento do n.º de declarações pré-preenchidas aumentou em 2009 124% face a 2008, representando 21% do total de declarações entregues *online*” (DGITA, *Relatório de Atividades 2009*) são exemplos da maior eficácia e qualidade dos serviços agora prestados pela Administração Fiscal.

Consequentemente, com uma interface mais cómoda e simples para os contribuintes cumprirem com as suas obrigações fiscais, assistiu-se ao aumento do nível de satisfação dos utilizadores do canal *internet*. Segundo o “Relatório de Atividades 2009” da DGITA, 71% dos utentes considerou que o novo portal é melhor que o antigo sítio das Declarações Eletrónicas. Apenas 6% dos utentes o consideraram pior.

No documento “Análise dos Inquéritos 2010, Utilizadores canal *internet*”²⁹ realizado pelo Sistema de Inquéritos da Administração Fiscal (SIAF) verifica-se que a qualidade percecionada relativamente aos serviços prestados pela administração fiscal no canal *internet* é elevada e melhorou entre 2009 e 2010 (o somatório da avaliação “Muito Bom” e “Bom” foi 80,2% e 87,4% em 2009 e 2010, respetivamente), sendo que o grupo de respondentes³⁰ que manifestou maior grau de satisfação foram os Utilizadores Gerais (87,6% em 2010).

No que respeita à utilização dos serviços, 75,1% dos utilizadores não identificou qualquer dificuldade. No grupo de utilizadores que sentiram dificuldades, os aspetos mais assinalados foram “Encontrar o serviço pretendido” e “Obter a informação pretendida”. Os resultados variam por grupo de utilizador. Por exemplo, os Notários e TOC que utilizam o canal com maior frequência indicaram que a principal condicionante é a “Lentidão do sistema”. Os “procedimentos informáticos complexos” é a restrição menos apontada de forma transversal pelos grupos de utilizadores.

Outro ponto endereçado no inquérito tem a ver com a capacidade de o canal *internet* ser a interface privilegiada na comunicação entre utilizadores e Administração Fiscal. Neste contexto, 43,7% dos Notários, 52,2% dos TOC e 28,0% dos Utilizadores gerais, em 2010, não sentiram necessidade de utilizar outros canais para contactar com a Administração Fiscal. Os utilizadores que usaram os canais “Atendimento presencial”, “Telefone (*Help-desk*)” e “Correio eletrónico” justificaram-no pela necessidade de obter informação mais detalhada e porque o serviço pretendido não estava disponível. Outros motivos indicados, mas com menor peso, foram a indisponibilidade do sistema (referidos em particular pelos Notários e TOC) e dificuldades na utilização do serviço.

O “Atendimento presencial” foi o 2º canal privilegiado pelos utilizadores, os quais consideram-no na sua maioria Muito Bom/Bom (Notários – 61,8%, Utilizadores gerais – 56,6% e TOC – 54,3%). Apenas 9,1% consideram o nível de serviço prestado negativo.

Por fim, foi avaliada a qualidade percecionada dos canais de comunicação da Administração Fiscal no contexto da Administração Pública. 52,3% da média dos inquiridos considera que os serviços prestados pela Administração Fiscal são comparativamente melhores que os prestados pelos restantes organismos da Administração Pública, sendo o canal *internet* o meio que obtém melhor apreciação (só 1,4% dos Utilizadores gerais e dos TOC e 5,6% dos Notários o consideram pior).

Na **vertente interna**, ao nível da eficiência e racionalização de custos no âmbito dos serviços de finanças, observou-se, desde a implementação do projeto, uma melhoria significativa nos fluxos de contribuintes que se dirigem aos Serviços de Finanças com repercussões naturais na qualidade do atendimento presencial.

Houve um conjunto de tarefas que foi automatizado que permite que se possa fazer mais com os mesmos recursos. Esta transformação dota os Serviços de Finanças de maior flexibilidade, maior capacidade de planeamento e otimização de equipas de trabalho e de orientação destas para tarefas de maior complexidade e valor acrescentado, como por exemplo, o tratamento de questões de execução coerciva. Houve ainda necessidade de realização de formação de atualização de competências e conhecimentos ao nível das TIC e de legislação específica, mas esta foi efetuada fora do âmbito do projeto apoiado SIACo.

O desempenho ao nível de atendimento pode ser medido pelo Tempo Médio de Espera que, em média, um utilizador é sujeito para ser atendido.

²⁹ É um inquérito disponibilizado no Portal das Finanças para analisar o grau de satisfação dos cidadãos quanto ao seu relacionamento com a Administração Fiscal.

³⁰ Os grupos de respondentes são Utilizadores gerais, Notários e TOCs.

Quadro A. 309
Evolução do TME nos Serviços de Finanças por Distrito

Distrito	Região	TME (mm:ss)			Evolução 2008-2011 (%)
		2008	2009	2011	
Aveiro	Centro / Norte	18:00	14:19	11:12	-37,8
Braga	Norte	12:33	10:11	10:06	-19,5
Castelo Branco	Centro	-	-	09:35	-
Coimbra	Centro	17:07	14:14	12:19	-28,0
Évora	Alentejo	19:04	17:55	12:55	-32,3
Faro	Algarve	34:22	23:26	11:28	-66,6
Guarda	Centro / Norte	18:54	12:56	10:49	-42,8
Leiria	Centro	14:47	12:31	14:05	-4,7
Lisboa	Lisboa / Centro / Alentejo	22:41	19:19	17:27	-23,1
Ponta Delgada	Açores	11:58	11:35	16:23	36,9
Porto	Norte	16:07	14:55	14:14	-11,7
Santarém	Alentejo / Centro	17:44	11:32	11:31	-35,1
Setúbal	Lisboa / Alentejo	21:28	16:33	12:39	-41,1
Viana do Castelo	Norte	24:32	17:46	13:38	-44,4
Vila Real	Norte	18:52	17:31	12:18	-34,8
Viseu	Centro / Norte	15:32	11:35	15:14	-1,9
Média Nacional		20:20	16:39	14:26	-29,1

Fonte: SGA – Relatório de Monitorização 2009 / 2011

De acordo com os dados dos relatórios do Sistema de Gestão do Atendimento - SGA³¹, entre 2008 e 2011, o Tempo Médio de Espera (TME) a nível nacional teve uma redução de quase 30% (perto de 6 minutos). Este comportamento foi extensível a todas as regiões do país, com exceção de Ponta Delgada, conforme podemos ver no Quadro A. 309.

O Tempo Médio de Atendimento (TMA) teve o seguinte comportamento no período 2008-2011:

Quadro A. 310
Tempo Médio de Atendimento a nível nacional

	2008	2009	2010	2011
Tempo Médio de Atendimento	06:35	06:08	05:48	06:07

Fonte: SGA – Relatório de Monitorização 2009 / 2010/2011

Estes resultados são demonstrativos dos efeitos positivos que o projeto SIACo gerou no melhor funcionamento e desempenho dos Serviços de Finanças localizados nas diversas regiões de Portugal, inclusive regiões com objetivos de convergência do país.

Os efeitos *spill-over* manifestam-se ainda no aumento da qualidade de serviço e na redução do tempo que os cidadãos e empresas dispõem nos Serviços de Finanças.

A este nível importa ainda destacar a diminuição do n.º de contactos presenciais, o que gera poupanças significativas nas empresas e cidadãos em custos e tempo com deslocações, menor consumo de papel e outros consumíveis, etc. Numa amostra de 14 Serviços de Finanças, entre 2008 e 2010, o n.º de contribuintes atendidos reduziu em mais de 11%. (SGA – Relatório de Monitorização 2010) Entre 2010 e 2011, numa amostra mais alargada (87 Serviços de Finanças) observou-se uma redução de 7,4% do n.º de atendimentos.

³¹ Os dados constantes do Quadro A. 308 e do Quadro A. 309 têm por base a informação dos Serviços de Finanças que possuem o SGA e que este não tenha registado lapsos de informação ou outros constrangimentos que impossibilitem a análise comparativa. Em 2009, o SGA encontrava-se em funcionamento em 87 Serviços de Finanças e em 2011 este n.º passou para 157.

Este cenário de redução do n.º de atendimentos foi transversal a todos os distritos com especial incidência em Coimbra (18,3%) e Guarda (14,7%) (SGA – *Relatório de Monitorização 2010*).

Esta situação deriva do maior uso que os utentes fazem do canal *internet* e das funcionalidades que o Portal das Finanças disponibiliza aos utentes através deste canal. Os cidadãos e empresas, em particular as mais pequenas, passam a ter um controlo maior sobre a sua situação fiscal, em virtude da implementação da funcionalidade “situação fiscal integrada”.

M.9.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Os resultados enumerados permitem concluir que o Projeto SIACo contribuiu para os objetivos do Eixo IV do COMPETE, tanto do ponto de vista da sua componente externa, ou seja, no aumento do acesso e qualidade dos serviços e na redução dos custos de contexto, como do ponto de vista da sua componente interna, isto é, ao nível da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública, neste caso, nos serviços da Administração Fiscal.

O presente projeto, em particular, a utilização de TIC num contexto de promoção da Administração em Rede que visa assegurar a integração e personalização de serviços e conteúdos em contexto presencial (serviços de finanças) e no canal *internet* (Portal das Finanças), contribuiu para alcançar os seguintes resultados:

- Crescente utilização do canal *internet*, em detrimento da entrega em papel (com a consequente diminuição do n.º de contactos presenciais). O número de utilizadores do Portal das Finanças cresceu cerca de 20% entre 2008 e 2011;
- Disponibilização de um n.º crescente de serviços e aplicações na plataforma (*internet* e *intranet*), permitindo a concretização de um modelo de interação administração fiscal-contribuintes que pretende cobrir o ciclo total de interações. A escalabilidade da solução, à medida que se materializa, assegura poupanças de custos em comparação com as alternativas processuais não desmaterializadas;
- Aumento da qualidade e eficácia dos serviços prestados pela Administração Fiscal, como se pode verificar nos seguintes dados:
 - 98% de declarações de IRS entregues em 2009 não necessitaram de correção e foram consideradas válidas para liquidação do imposto;
 - Aumento de 124% do n.º de declarações pré-preenchidas entre 2008 e 2009;
 - 80,2% e 87,4% dos utilizadores do Portal das Finanças inquiridos, em 2009 e 2010, respetivamente, consideraram que a qualidade dos serviços prestados pela administração fiscal no canal *internet* é elevada;
 - 52,3% da média dos utilizadores do Portal das Finanças inquiridos consideraram que os serviços prestados pela Administração Fiscal são comparativamente melhores que os prestados pelos restantes organismos da Administração Pública, sendo o canal *internet* o meio que obtém melhor apreciação;
 - Redução do Tempo Médio de Espera e do Tempo Médio de Atendimento em cerca de 30% e 7%, respetivamente, entre 2008 e 2011.

Considera-se que, no próximo período de programação, a aposta em iniciativas da natureza do projeto SIACo, ou seja, iniciativas que visam o uso intensivo de TIC, promovendo uma administração em rede, deverá manter-se pela eficácia que têm alcançado e pelo efeito positivo que geram ao nível da qualidade dos serviços públicos e da eficiência e racionalização de custos, e, consequentemente, da competitividade da economia.

Neste contexto, deverão ser contemplados projetos que promovam a adoção de arquiteturas de informação normalizadas, baseadas em *standards* abertos e escaláveis, permitindo a introdução de novos serviços e aplicações. A definição de um instrumento de apoio à qualificação e modernização da administração pública, focado na competitividade do país, a apoiar no próximo período de programação, deverá reforçar a estratégia de integração e interoperabilidade dos sistemas de informação que suportam as conexas e interdependentes áreas da Administração Pública, numa lógica de evolução alargada de *e-Government*.

M.9.4. Aspetos metodológicos

O presente estudo de caso visa responder a 2 parâmetros de análise fundamentais: (i) contributo para a diminuição dos custos de contexto empresariais e para o aumento do acesso e qualidade dos serviços (vertente externa) e (ii) contributo para a eficiência e racionalização de custos da Administração Fiscal (vertente interna). Pretende-se ter uma avaliação qualitativa dos desenvolvimentos alcançados e do impacto em termos de efeitos *spill-over* que o projeto gerou em termos de qualidade e eficácia do(s) serviço(s) disponibilizado(s), numa única plataforma, em todo o território nacional e de funcionamento dos serviços visados.

O primeiro contacto com a Autoridade Tributária e Aduaneira (entidade promotora) ocorreu nos primeiros dias do passado mês de julho logo após o *e-mail* enviado pelo COMPETE à entidade promotora a solicitar a sua colaboração para a realização do presente Estudo de Caso.

Uma primeira entrevista com o promotor ocorreu no dia 19 de julho, com o objetivo de comunicar os objetivos do Estudo de Caso, indicar os dados necessários para realizar o mesmo e sistematizar a operacionalização do trabalho a realizar (entrevistas, inquéritos e fontes de informação).

No dia 26 de julho realizou-se uma nova entrevista onde se determinou, com recurso ao plano de investimento realizado, o âmbito do projeto. A definição do âmbito do projeto era fundamental para enquadrar, posteriormente, os diferentes *stakeholders* a auscultar em entrevista ou através de inquirição. A criticidade desta tarefa resultou da necessidade de isolar a intervenção apoiada pelo COMPETE em virtude de terem sido efetuadas após a conclusão do projeto melhorias no SIACo. Só devidamente contextualizados, os *stakeholders* poderiam isolar o projeto SIACo e contribuir para a análise e mensuração dos resultados e efeitos que o projeto SIACo apoiado gerou.

Na sequência da reunião de 26 de julho foram disponibilizadas fontes de informação documental relevantes, a saber:

- *DGITA, Relatório de Atividades 2009 / 2010*
- *SGA – Relatório de Monitorização 2009 / 2010 / 2011*
- *Sistema de Inquéritos da Administração Fiscal (SIAF) - Análise dos Inquéritos 2010, Utilizadores canal internet*

A equipa pretendia realizar uma nova ronda de entrevistas junto da entidade promotora para analisar as primeiras conclusões do Estudo de Caso, auscultar outros responsáveis do projeto e concretizar um processo de inquirição junto dos Diretores de Finanças, com o propósito de análise dos efeitos gerados pelo projeto SIACo nas diferentes regiões do país, em particular, no funcionamento dos Serviços de Finanças.

A realização desta fase do Estudo de Caso permitiria atualizar os dados disponibilizados e, sobretudo, mensurar o contributo do projeto SIACo para a redução observada no Tempo Médio de Atendimento e Tempo Médio de Espera, bem como recolher informação “*em campo*” sobre o contributo do projeto SIACo para o aumento da qualidade e prestação dos serviços de finanças no canal presencial e para a racionalização dos custos e aumento da eficiência na atividade operacional dos serviços da Administração Fiscal. A realização desta fase do Estudo de Caso requeria acompanhamento por parte da equipa da Autoridade Tributária, entidade promotora responsável pelo projeto, facto que não se revelou possível por indisponibilidade do promotor em agendar reuniões nos timings solicitados.

Por fim, releva-se ainda outra limitação metodológica, traduzida pela impossibilidade de obter junto da entidade promotora os dados, por região, do n.º de utilizadores/grau de utilização do Portal das Finanças. Esta informação seria muito importante para a aferição dos efeitos *spill-over* gerados pelo projeto SIACo, mas, de acordo com o transmitido pelo promotor, não se encontra disponível.

M.10 **Estudo de caso Nº 10 – SIAC 005753 – Plano de promoção externa 2008/2009**

Código e designação: SIAC 005753 – PLANO DE PROMOÇÃO EXTERNA 2008/2009

Entidade promotora: Turismo de Portugal, IP - Estrutura de Projeto Turismo 2015

Tipologia de intervenção: Regulamento específico “Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)”

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	14.231	14.184	12.056	72%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	308	287.181	247.122	181.262	52%
Inserção da operação na tipologia		5,0%	5,7%	6,7%	
Referenciais cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
19-12-2008	4-9-2009	1-1-2008	31-12-2010	01-06-2009	31-12-2010

M.10.1. Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

O “Plano de promoção externa 2008/2009” tinha como objetivo o reforço da imagem e da notoriedade do Destino Portugal em importantes mercados emissores. Para se atingir aquele objetivo as ações do projeto tinham em consideração os seguintes objetivos de comunicação:

- Diferenciar Portugal, enquanto destino turístico, face à concorrência;
- Aumentar a atratividade do Destino Portugal;
- Estimular a decisão de férias em Portugal, por públicos internacionais;
- Criar um ambiente favorável e facilitador da atividade comercial das empresas nacionais nos mercados emissores (consolidados e novos mercados).

A estratégia definida para o desenvolvimento do Plano de Promoção Externa 2008/2009 teve como eixos:

- Divulgação da oferta turística portuguesa, alicerçada nos seus principais produtos turísticos, definidos em sede de PENT;
- Segmentação da comunicação do destino Portugal, tendo em consideração os mercados emissores.

As ações do Turismo de Portugal contempladas neste projeto inseriam-se assim nas três áreas estratégicas atrás enunciadas:

- Na vertente da Promoção Comercial
 - Participação de Portugal na feira de Turismo da Venezuela / Caracas - 2009
 - Tradução do www.visitportugal.com para mandarim - 2009
- Na vertente Político/Institucional
 - Missão do SET à China de 25 a 30 de Novembro - 2008
- Na vertente da Promoção do Turismo / Cultura
 - Campanha Internacional de Publicidade (Imagem) 2008/2010
 - Campanha de Imagem na Alemanha - 2009
 - Produção e distribuição de materiais promocionais com a nova Imagem - 2009
 - Potenciação da imagem de Portugal através dos Órgãos de Comunicação Social estrangeiros - 2009.

Em termos de mercados de intervenção propunham-se inovações ao nível das abordagens:

- A novos mercados, com particular enfoque a China e a Venezuela;
- Uma comunicação inovadora com proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento;
- Com meios inovadores, nomeadamente Empenas, Outdoors, Muppis e publicidade em transportes públicos.

Em termos de implementação, o projeto contemplava um total de 61 linhas de investimento agrupadas nas 7 atividades referidas anteriormente. Algumas dessas linhas de investimento acabaram por não ser implementadas. Só uma das atividades inicialmente previstas, o estudo de avaliação que estava previsto em sede de candidatura destinado a avaliar apenas os aspetos criativos da campanha, que, face às características particulares da campanha executada no 2º semestre de 2009 e em 2010, se considerou não se justificar, porque o fator “criatividade” não era o mais relevante. As adaptações ao projeto não comportam, na perspetiva do beneficiário, prejuízos não pondo em causa os objetivos do mesmo. Foi ainda alterado uma atividade desenvolvida no âmbito do projeto deixando de se incluir a Feira de Turismo da Venezuela/Caracas e passando a integrar a Feira Cavenport, também em Caracas.

Este projeto foi executado num período de profunda alteração do contexto internacional, que não era previsível pelo promotor, designadamente no que respeita à conjuntura económica internacional que se veio a refletir em mudanças no espectro económico dos principais mercados emissores de turistas para o nosso país. Esta circunstância teve efeitos imediatos no setor do turismo, o que exigiu alterações quer no tipo de abordagem a realizar junto dos mercados, quer no conjunto de mercados a atingir. O setor turístico depende fortemente das condições económicas dos países e da confiança dos consumidores pelo efeito que estas têm nos fluxos turísticos e consequentemente nas receitas turísticas. Esta situação foi particularmente relevante em mercados como o Reino Unido e a Alemanha, que a par da Espanha são os principais mercados emissores de turistas para Portugal.

Apesar das circunstâncias menos favoráveis existentes no período de execução do Plano de Promoção, que exigiu que o projeto não fosse executado exatamente como o previsto, os principais indicadores turísticos, comprovam que não se registaram grandes desvios face aos objetivos e que em resultado do impacto do

projeto foram atenuadas as quebras no setor ou atingidos crescimentos positivos, designadamente no que se refere às regiões de convergência.

M.10.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Em sede de candidatura foram considerados os seguintes indicadores e metas a atingir com este projeto.

- Indicadores Gerais:
 - Total de empresas alvo do projeto. Meta a atingir (Nº): 3 683
- Indicadores de atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais
 - Ações de promoção e divulgação da imagem internacional. Meta a atingir (Nº): 6
 - Mercados alvo: Meta a atingir (Nº): 9
- Indicadores relevantes na perspetiva do beneficiário/ projeto:
 - Grau de execução financeira. Meta a atingir (%): 100
 - Cumprimento do calendário previsto para as ações. Meta a atingir (%): 90
 - Novos mercados emissores para Portugal. Meta a atingir (Nº): 2
 - Manutenção/reforço da quota de mercado de Portugal nos principais mercados. Meta a atingir (%): 5
 - Nº de inserções/notícias nos órgãos de comunicação social na sequência da realização do projeto. Meta a atingir (Nº): 80

No relatório de execução do projeto não é apresentada informação para os indicadores i) Ações de promoção e divulgação da imagem internacional; ii) Grau de execução financeira; iii) Cumprimento do calendário previsto para as ações e iv) Novos mercados emissores para Portugal, por se considerarem menos relevantes para acompanhamento do mesmo.

No que respeita ao indicador do grau de execução financeira, o projeto apresentava a 31 de Dezembro de 2012, uma taxa de execução financeira do fundo de cerca de 72%, sendo que o promotor apresentou já um novo pedido de pagamento. De qualquer forma a indicação obtida é que o nível de execução financeira não atingirá os 100% pois algumas ações não foram implementadas face à alteração da conjuntura.

Relativamente aos restantes indicadores considera-se terem sido alcançadas ou ultrapassadas as metas previstas. Em particular considera-se que foram atingidas as 3 683 PME previstas, que correspondem ao conjunto de empresas do setor.

Para além destes indicadores, os resultados do projeto serão também analisados através de um conjunto de indicadores mais abrangentes e outros mais específicos, sobre o comportamento do mercado face à execução do projeto.

Apesar das circunstâncias menos favoráveis existentes no período de execução do Plano de Promoção, que exigiu que o projeto não fosse executado exatamente como o previsto, os principais indicadores turísticos, revelam um comportamento positivo, o que sugere que em resultado do impacto do projeto possam ter sido atenuadas as quebras no setor ou atingidos crescimentos positivos, designadamente no que se refere às regiões de convergência (as metodologias utilizadas e a informação disponível não permitem no entanto estabelecer uma relação de causalidade entre a execução do projeto e os resultados turísticos).

Ao nível dos Proveitos Globais nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, por NUTS II, verifica-se que de 2007 para 2010 se registou um decréscimo de proveitos globais em Portugal nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos que se cifrou em 6,31%, resultante sobretudo de quebras de proveitos na Madeira (-19,27%), nos Açores (-11,03%), em Lisboa (-7,90%) e no Algarve (-5,95%). As regiões Norte, Centro e Alentejo registaram um aumento de proveitos (de 5,05%, 3,97% e 0,25% respetivamente).

Quadro A. 311**Proveitos globais nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, por NUTS II**

NUTS II	Anos		Milhares Euros	
	2007	2010	Var. 2007-2010	
Norte	208.400	218.924	5,05%	
Centro	180.883	188.057	3,97%	
Lisboa	577.119	531.504	-7,90%	
Alentejo	59.284	59.434	0,25%	
Algarve	581.116	546.521	-5,95%	
Açores	54.965	48.905	-11,03%	
Madeira	281.824	227.526	-19,27%	
Total Global	1.943.590	1.820.871	-6,31%	

Nota: Dados definitivos

Fonte: INE (atualizado em 09/07/2010)

Quadro A. 312**Variação anual dos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, por NUTS II agregadas**

NUTS II	Anos		Var. %		Milhares Euros		Var. %	
	2007	2008	08/07	2009	09/08	2010	10/09	
Regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo)	448.567	460.055	2,6	444.271	-3,4	466.416	5,0	
Outras regiões	1.495.024	1.504.547	0,6	1.319.683	-12,3	1.354.455	2,6	
Total Global	1.943.590	1.964.602	1,1	1.763.954	-10,2	1.820.871	3,2	

Nota: Nova metodologia aplicada a partir do ano de 2004

Fonte: INE (atualizado em 09/07/2010)

Quadro A. 313**Distribuição relativa das dormidas por NUTS nos mercados Alemanha, Reino Unido, Holanda, Espanha, Brasil e França**

Destinos Regionais	2007	2010
Alemanha		
Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo)	6,85%	7,76%
Outras Regiões	93,15%	92,24%
Total	100,00%	100,00%
Reino Unido		
Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo)	6,07%	3,54%
Outras Regiões	93,93%	96,46%
Total	100,00%	100,00%
Holanda		
Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo)	6,07%	7,51%
Outras Regiões	93,93%	92,49%
Total	100,00%	100,00%
Espanha		
Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo)	31,23%	33,04%
Outras Regiões	68,77%	66,96%
Total	100,00%	100,00%
Brasil		
Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo)	29,98%	30,23%
Outras Regiões	70,02%	69,77%
Total	100,00%	100,00%
França		
Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo)	25,15%	27,35%
Outras Regiões	74,85%	72,65%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: INE

As atividades realizadas no âmbito do projeto tiveram, no seu conjunto, um total de 12 mercados alvo, o que ultrapassou a meta a atingir de 9 mercados, definida em sede de candidatura.³²

Os mercados em referência foram os seguintes: Reino Unido, Alemanha, Espanha, França, Holanda, Finlândia, Irlanda, Brasil, Rússia, Polónia, China e Venezuela.

A estratégia de abordagem dos mercados teve por base a definida no PENT, cujas orientações iam no sentido de se desenvolver um *portfolio* de mercados internacionais que permita ter um elevado crescimento de receitas a curto, médio e longo prazo, e que assegure a presença em mercados de elevado potencial a médio/longo prazo, que capte o potencial dos mercados de proximidade e que contribua para a redução da sazonalidade

No que diz respeito aos mercados emissores internacionais, estes estão classificados em 3 grupos – mercados estratégicos, mercados a desenvolver e mercados de diversificação – de acordo com o potencial de receitas que apresentam.

Por outro lado, as alterações conjunturais verificadas internacionalmente, como reflexo da crise financeira, exigiram uma maior diversificação e alargamento de mercados, por forma a atenuar a retração dos principais mercados emissores e aproveitar o crescimento de outros mercados emergentes.

Neste sentido foram abrangidos os 4 mercados considerados mercados estratégicos, a saber: Reino Unido, Alemanha, Espanha e França. Trata-se de mercados já desenvolvidos e que são responsáveis por uma elevada percentagem da receita para Portugal, pelo que devem ser alvo de um elevado esforço de promoção, assegurando uma contribuição absoluta significativa para o Turismo.

Quanto aos mercados a desenvolver ou a consolidar foram selecionados 4 deles, Holanda, Finlândia, Irlanda e Brasil. Estes são mercados que apresentavam alguma importância para Portugal, onde se ambiciona um crescimento absoluto relevante.

Foram ainda selecionados 3 mercados, a Rússia, a Polónia e a China, dentro do conjunto de mercados de diversificação, por serem mercados atrativos pela sua elevada dimensão e/ou crescimento, onde Portugal tem ainda uma posição marginal, mas que deverá ser reforçada no futuro. Inclui-se também a Venezuela neste perfil de mercados, ainda que tenha um potencial de crescimento mais reduzido.

Tentando medir de forma indireta o efeito do projeto, é possível analisar a quota de Portugal nos vários mercados emissores e ver o que aconteceu durante o período e execução do projeto. Foi possível obter junto do Turismo de Portugal os dados, de 2007 a 2009, relativos à Alemanha e ao Reino Unido.

Estes dados confirmam que nestes mercados diminuiu o número de indivíduos que fizeram férias, neste período. Assim, de 2007 para 2010 o número de alemães que viajou diminuiu em 4%, enquanto o número de britânicos que viajou diminuiu em 16%.

Neste quadro de quebras substantivas nos fluxos turísticos, a quota de mercado de Portugal na Alemanha manteve-se no mesmo valor, de 1,4%. No Reino Unido cresceu a quota de mercado de Portugal, passando de 2,86% para 3,09%, o que corresponde a um aumento de 7,5%.

Pelo indicado, foi atingida a meta definida para este indicador do projeto, que previa a manutenção da quota de mercado ou reforço até 5%, sendo que se manteve a quota na Alemanha e se reforçou em 7,5% a quota no Reino Unido.

Quadro A. 314

Distribuição anual da quota de mercado na Alemanha e no Reino Unido

Destinos Regionais	2007	%	2008	%	2009	%
Alemanha						
Portugal	1.164	1,40	1.142	1,40	1.117	1,40
Total	83.101	100	81.776	100	79.844	100
Reino Unido						
Portugal	1.984	2,86	2.531	3,67	1.809	3,09
Total	69.450	100	69.011	100	58.614	100
Holanda						

Fonte: INE

Um dos indicadores que permitem aferir a eficácia das ações de promoção junto do consumidor, designadamente das campanhas de publicidade, é o tráfego nos portais *online*. As campanhas são um dos principais geradores de tráfego para os portais, pois é para elas que o consumidor é convidado a encontrar informação mais detalhada sobre o destino turístico.

³² O projeto abrangeu, no que respeita à divulgação de distribuição de material promocional, diversos outros mercados mas as ações mais relevantes foram concentradas nestes 12.

Numa análise global podemos constatar que entre 2007 e 2010 o tráfego no portal foi inconstante, refletindo aliás o comportamento do mercado face ao consumo de turismo. O número de “visitas únicas” e de páginas visionadas esteve sempre a crescer, o que significa que aumentou o número de novos visitantes e que estes estiveram mais tempo a navegar no portal, tendo acedido a maior número de conteúdos. Já no que diz respeito ao número de visitas (que inclui as novas visitas e as visitas repetidas), houve um crescimento ténue em 2008, um decréscimo em 2009 e uma recuperação significativa em 2010.

Cerca de 80% do tráfego do portal é internacional, destacando-se os seguintes mercados com mais acessos: Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Brasil e Holanda.

Outro dos indicadores para avaliar o potencial efeito do “Plano de promoção de Portugal 2008/2010” nos mercados emissores é o número de artigos publicados na imprensa internacional sobre Portugal enquanto destino turístico.

No total, o aumento de artigos de imprensa foi substantivo neste período em todas as regiões, sendo que, os artigos publicados sobre as regiões de convergência tiveram um aumento ligeiramente superior. Os artigos designados por “multiregiões” dizem respeito a artigos que se referem a várias regiões em simultâneo.

Quadro A. 315 **Artigos sobre o Destino Portugal publicados na imprensa internacional**

NUTS II	2008	2009	Var. 2008-2009	2010	Var. 2009-2010
Regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo)	180	348	93%	763	119%
Outras regiões	611	1.184	94%	2.507	112%
Multiregiões	264	437	66%	2.311	429%
Total Global	1.055	1.969	87%	5.581	183%

Fonte: INE

Verifica-se que o impacto da campanha é mais evidente nas regiões de convergência, que apresentaram resultados económicos, de fluxos turísticos e de exposição mais favoráveis, comparativamente às outras regiões. De facto, são as regiões de convergência que apresentam as variações mais positivas, relativamente a todos os indicadores aí referidos: Proveitos e Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, Tráfego nos aeroportos nacionais e Artigos na Imprensa Internacional.

Foi ainda efetuada uma avaliação de uma das campanhas que integraram o Plano de Promoção tendo como objetivos, aferir:

- O impacto emocional da Campanha;
- As principais perceções geradas;
- Os efeitos da campanha nas perceções de Portugal.

Os resultados desse estudo mostram que mais de 80% dos inquiridos consideraram que esta campanha alterou positivamente a perceção dos estrangeiros relativamente a Portugal, sendo que as principais perceções geradas pela campanha são positivas. A mensagem em torno das energias renováveis surpreendeu os inquiridos e contribuiu para uma perceção inovadora, moderna e sofisticada do país. Este facto, aliado à componente estética da campanha, que utilizou fotografias impactantes e ilustrativas da beleza natural do país, contribuiu para persuadir os inquiridos a visitarem Portugal.

Para proceder à análise dos impactos do projeto procurou realizar-se, em articulação com o promotor, um *focus group* com agentes do setor visando avaliar as suas perceções sobre a valia do projeto. Até à conclusão dos trabalhos de avaliação o promotor nunca conseguiu reunir esse *focus* pelo que a equipa de avaliação contactou diretamente quatro agentes, três ligados à hotelaria e um a um operador turístico, para recolher as suas perceções.

De forma genérica os agentes contactados consideraram que as Campanhas são instrumentos fundamentais para aumentar a notoriedade de Portugal enquanto destino turístico, considerando que a campanha objeto de avaliação teve algum impacto no destacar de algumas imagens positivas sobre Portugal, valorizando produtos e segmentos que são importantes para o setor. Como aspeto a melhorar para este tipo de iniciativas destacaram a necessidade de alguma continuidade para que os efeitos sejam mais sustentáveis e para isso é necessário que as ações se repitam em anos sucessivos.

M.10.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Projetos desta natureza têm exigências específicas que são dificultadas pelas lógicas de intervenção dos apoios co-financiados. Por um lado para serem eficazes as campanhas de promoção devem ter um carácter plurianual, com múltiplas intervenções e alguma continuidade e horizontes implementação mais longos. Por outro, as alterações da conjuntura e das condições de mercado exigem frequentemente ajustamentos dos meios utilizados, dos mercados foco e das mensagens. A capacidade de compatibilizar uma plurianualidade mais elevada com graus de flexibilidade é um desafio para os apoios públicos.

Também associada a esta problemática está a questão da contratação pública que é um obstáculo dado que qualquer alteração dos meios ou instrumentos utilizados exige novos processos de contratação que face aos montantes em causa dificilmente são compagináveis com os calendários de implementação do projeto. Mecanismos de flexibilidade como a utilização de contratos quadro com aquisição de quantidades de serviços que podem depois ser ajustados às condições específicas das campanhas seriam um importante contributo para a eficácia.

Uma outra questão diz respeito aos critérios e elegibilidade regional. As campanhas de promoção de um país ganham em valorizar aquilo que é mais apelativo no País com resultados para todas as regiões. As limitações de incluir em campanhas financiadas pelo COMPETE imagens de Portugal de regiões não convergência podem limitar o seu impacto.

M.10.4. Aspetos metodológicos

A realização deste estudo de caso envolveu a recolha de informação diversa sobre a implementação do projeto bem como a realização de entrevistas junto do promotor.

O promotor a partir de determinado momento deixou de facultar informação bem como não promoveu a realização do *focus group* previsto para avaliar as perceções dos destinatários sobre os impactos do projeto.

Em termos metodológicos considera-se que seria relevante o promotor ter mecanismos mais eficazes de avaliação do impacto da campanha e dos diversos instrumentos que a integram para ter condições de ajustar os meios e canais utilizados para assegurar uma maior eficácia para os investimentos efetuados com apoios públicos.

M.11 Estudo de caso Nº 11 – SIAC 005237 – Reinformetal I e SIAC 17057 – Reinformetal Plus

Código e designação: SIAC 5237 – Reinformetal e SIAC 17057 – Reinformetal Plus - Informação e representação de PME do sector do metal

Entidade promotora: AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal

Tipologia de intervenção: Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	1 1	387 711	359 426	251 298	86% 62%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	308	287.181	247.122	181.262	52%
Inserção da operação na tipologia	- -	0,13% 0,25%	0,15% 0,17%	0,14% 0,16%	- -
Referencias cronológicas					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
09/01/2009	15/07/2009	09/01/2009	31/12/2010	31/01/2009	28/02/2011
15/10/2010	17/03/2011	01/01/2011	31/12/2012	01/01/2011	31/12/2012

O presente estudo de caso incide sobre dois projetos apoiados pelo SIAC promovidos pela AIMMAP. A opção por esta abordagem prende-se com o facto destes dois projetos (sequenciais) demonstrarem cabalmente a complementaridade temporal que este instrumento encerra no contexto de uma associação empresarial. Dada a lógica complementar e de seguimento que as atividades dos dois projetos encerram, a descrição das atividades desenvolvidas e dos resultados e impactos promovidos serão analisados em simultâneo.

A Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP), que é a entidade promotora, foi fundada em 1957 com o objeto principal de apoiar os seus associados no caminho da crescente competitividade e modernização de forma continuada e duradoura. Para tal, seguiu, desde início, uma estratégia de ações concertadas em domínios de importância estratégica para a modernização do sector tendo, hoje uma máquina logística e organizacional de cooperação com organismos públicos através da qual coloca à disposição dos seus associados um conjunto significativo de serviços e apoios.

M.11.1. Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

As atividades levadas a cabo nos dois projetos em análise repartiram-se em cinco grandes grupos:

a) Participação ativa em eventos de organizações defensoras dos interesses do setor representado pelo promotor do projeto

Por forma a manter os seus associados na fronteira do melhor que se faz no sector a nível internacional, a AIMMAP deposita um forte esforço na presença em eventos de organismos nacionais e internacionais que ditam boa parte das regras do jogo do sector metalúrgico e metálico. As entidades onde a AIMMAP se fez representar no âmbito do presente projeto foram: a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a Associação dos Industriais Metalúrgicos da Galiza (FELUGA), no *European Committee for the Valve Industry* (CEIR), na EUMABOIS, no Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos (CEDINTEC), na *European Engineering Industries Association* (ORGALIME), na *European Association of the Machine Tool Industries* (CECIMO), na Associação para a Certificação (CERTIF), na Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, no Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM).

b) Eventos, encontros e seminários em áreas de interesse para as empresas do setor representado pelo promotor do projeto

- Eventos de promoção de "Soluções Outsourcing" como opção estratégica das empresas do setor metalúrgico e metalomecânico (MM): foram realizados dois seminários (em 2010), um no Porto e outro na Marinha Grande, cujo principal objetivo foi o de sensibilizar e realçar a solução de outsourcing como uma opção estratégica das empresas tendente à melhoria da sua competitividade. Face aos objetivos propostos e esquema organizativo dos seminários, o promotor considera que os mesmos foram plenamente atingidos, não só na divulgação do conceito, bem como na partilha de experiências e implementação e vivências do mesmo. Opinião que parece estar alinhada com a das empresas que participaram nos dois seminários realizados, a julgar pelos resultados globais do inquérito de satisfação ("Bom" e "Muito Bom").
- Eventos relativos ao conceito "*Lean Production*": foram realizadas duas edições do seminário (um em 2009 e outro em 2010) que teve como objetivo dotar as empresas, sobretudo as PME participantes, de conhecimentos sobre os conceitos e ferramentas de melhoria de produtividade, através de uma focalização na cadeia de valor interna, eliminando o desperdício e as burocracias.
- Sessão de debate sobre "A Sustentabilidade e Inovação na Indústria Metalúrgica e Metalomecânica", contando com as intervenções de José Carlos Caldeira (Administrador Executivo da PRODUTECH), Luís Guardião (em representação do INESC Porto), João Paulo Pereira (Diretor de Unidade do INEGI) e de Amálio Marichalar (Presidente da Associação Espanhola "Foro Soria 21 para el Desarrollo Sostenible"); esta atividade não estava inicialmente prevista mas foi flexibilizada a substituição de outras duas atividades previstas: "Seleção e Disseminação de PME de Sucesso em II&D" e *workshop* de "Divulgação de Boas Práticas", com o objetivo de apresentar um resultado mais completo e abrangente.
- Realização de Fórum Setorial para II&D: realizado em março de 2012, em parceria com a Sociedade Portuguesa da Inovação (SPI), teve como objetivo a sensibilização das empresas para a amplitude do conceito de Inovação fomentando a atenção que as mesmas devem ter a todo o tipo de atividades de inovação que realizam dentro de portas.
- Ciclo de conferências "Melhores práticas de Gestão - Os novos desafios para o Séc. XXI": este ciclo foi composto pelas seguintes conferências: "Gestão financeira" (abril de 2011 no Porto e fevereiro 2012 em Aveiro); "Os novos sistemas de informação" (março 2011 no Porto e março de 2012 em Aveiro); "O normativo legal e a gestão da formação" (junho de 2011 no Porto e na Marinha Grande); "A gestão de vendas no Setor Metalúrgico" (julho de 2012); "Alterações ao Código de Trabalho" (novembro de 2012); "A internacionalização" (abril 2012 no Porto e Aveiro); "Contratação coletiva e legislação laboral" (fevereiro 2012 no Porto e Aveiro); "Liderança e gestão PME" (Dezembro de 2011 no Porto e em Aveiro); "Sistema de gestão integrada" (novembro 2011 em Aveiro e Porto); "Políticas ambientais e melhores soluções" (fevereiro 2012 no Porto e Aveiro); "As alterações ao Código do Trabalho" (julho de 2012 no Porto e em Aveiro, substituindo o tema inicialmente previsto sobre "As várias dimensões da Inovação"); "Regulamento REACH" (abril 2012 no Porto e Aveiro, substituindo o tema sobre "SHST Os novos desafios para o séc. XXI"); "IVA Alterações - Emissão de faturas e documentos de transporte" (outubro 2012 no Porto, substituindo o tema sobre "Propriedade Industrial"). A flexibilidade na alteração destas atividades foi fundamental para assegurar o interesse atual dos eventos e seguir os melhores interesses dos beneficiários destas iniciativas.
- Ciclo de debates "Compreender a crise e encontrar soluções": foram realizados dois debates anuais com convidados ilustres que permitiram elevar a qualidade e complexidade dos assuntos abordados nos seguintes debates: em março de 2011 com o orador convidado António Nogueira Leite, conhecido economista, gestor e professor universitário; em novembro de 2011, desta vez como orador convidado Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal; em fevereiro de 2012, com o orador António Melo Pires, Diretor Geral da AutoEuropa; e em junho de 2012, sob o mesmo tema, mas com novo título "À descoberta do futuro", tendo como convidado Pedro Reis, Presidente do AICEP.
- Divulgação do setor metalúrgico na comunidade universitária: inicialmente estavam prevista a realização de *workshops* junto de estudantes universitários (de cursos de engenharia) para alterar a imagem que geralmente têm de um sector sujo, barulhento, pesado e muito pouco atrativo; no entanto, o promotor entendeu que seria mais ajustado atingir o objetivo da atividade através de outro tipo de ação: visitas

anuais a empresas de referência do sector por parte de finalistas dos cursos da Faculdade de Engenharia do Porto; assim, em 2011, foi realizada a visita à TESCO Componentes para Automóveis, Lda., em Ribeiro, Vila Nova de Famalicão e, em 2012, à Volkswagen Autoeuropa, Lda., situada em Palmela.

- Ciclo seminários "SIRAPA: Sistema Integrado Registo Agência Portuguesa do Ambiente", o que inicialmente era previsto como um ciclo, acabou por se revelar num único evento, em 2011, com o intuito de informar e explicar o preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos, para garantir o cumprimento dos requisitos legais pela empresa; de referir que o seminário previsto para 2012 não foi realizado pois estava dependente de novas diretivas da Agência Portuguesa do Ambiente que acabaram por não se concretizar.
- Ciclo seminários "Legislação ambiental": com o objetivo de dar a conhecer a legislação relacionada com a Responsabilidade Ambiental e, assim, promover a mesma junto das empresas do sector, a AIMMAP organizou dois seminários (no Porto e na Marinha Grande) com esta temática.
- Seminário "REACH/CLP": tendo como objetivo dar conhecimento sobre os regulamentos sobre o Registo, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos (REACH) e sobre a Classificação, Rotulagem e Embalagem de substâncias e misturas químicas, este seminário verificou uma boa adesão e foi considerado muito útil para a atividade de algumas das empresas beneficiárias destes SIAC.
- Jornadas de Higiene e Segurança no Trabalho: consistiu num seminário sobre "Gestão de Riscos Específicos de SHT" (junho de 2011 no Porto); noutro seminário relacionado com "SCIE Segurança contra incêndios em edifícios" (outubro de 2011 em Aveiro); e um último sobre a "Diretiva ATEX - Atmosferas explosivas" (junho 2012 no Porto).

c) Estudos de apoio à tomada de decisão das empresas do setor

- Estudo de Políticas Ambientais e Melhores Soluções: este estudo agregou as temáticas das Emissões Atmosféricas e do REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição das Substâncias Químicas) e permitiu transmitir conhecimento e divulgar algumas matérias e soluções relativas ao tema e a correspondente sensibilização das empresas do sector para a necessidade de cumprimento das regras e obrigações respeitantes às mesmas; permitiu ainda aferir do real posicionamento de cada uma das empresas face à realidade empresarial na área de poluição/ambiente, com a realização de dois inquéritos, cada um para as duas áreas de incidência do estudo; neste contexto, foram realizadas duas apresentações, numa lógica semelhante à do inquérito: no Porto, sobre as "Emissões Atmosféricas" e, em Aveiro, sobre o "REACH", ambas em 2010.
- Estudo sobre a Responsabilidade Social no Sector do Metal: o estudo, realizado em 2010, visava por um lado conhecer a situação atual das empresas do setor no âmbito da responsabilidade social e, por outro, fornecer uma ferramenta de consciencialização e promoção do envolvimento das empresas nos processos de responsabilidade social; para isso, foi efetuado um questionário sobre práticas e perspetivas no âmbito da responsabilidade social, com objetivo de averiguar que tipo de iniciativas, medidas e políticas já estavam implementadas nas empresas, independentemente da sua caracterização como medidas de responsabilidade social; este estudo contou com a participação de 67 empresas, abrangendo um total de 5.372 trabalhadores; adicionalmente foi organizada uma sessão de apresentação do estudo e dos temas que engloba assim como um estudo de caso, em Novembro de 2010, nas instalações da AIMMAP no Porto, cujo resultado se mostrou bastante satisfatório, segundo o resultado do inquérito de satisfação distribuído cuja nota foi "Bom".
- Estudo sobre Diagnóstico Competitivo e Análise Estratégica do Setor MM: este estudo teve como objetivo principal a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o setor MM com vista ao aumento da competitividade internacional das empresas que as integram, contribuindo simultaneamente para um maior reconhecimento nacional da sua importância estratégica; tratou-se, assim, de um estudo sobre as indústrias que configuram o setor MM português, explorando uma vertente de base que se consubstancie num Diagnóstico Competitivo e uma vertente mais prospetiva, voluntarista e normativa, consubstanciada numa Análise Estratégica; este estudo pretendeu afirmar-se como um instrumento de suporte ao aumento de notoriedade e visibilidade das indústrias em apreço, bem como um elemento polarizador e integrador de interesses e iniciativas, capaz de ajudar a identificar novas oportunidades que lhes estejam associadas e potenciar o aumento da sua competitividade internacional; em termos mediáticos, o seu alcance foi assinalável como demonstra o *press book* encomendado no âmbito deste projeto com o registo de 25 citações; neste âmbito, foram ainda realizadas apresentações durante o ano de 2011 que alavancaram o alcance do estudo.
- Estudo sobre a Propriedade Industrial no setor MM: o estudo em causa procurou ajudar a situar o sector metalúrgico e metalomecânico nesta área cada vez mais importante para diferenciação das empresas, contribuir para a identificação dos obstáculos e condicionantes que as empresas enfrentam atualmente e potenciar a realização de ações facilitadoras de uma proveitosa utilização do sistema de propriedade industrial por parte do sector; neste sentido, as principais atividades desenvolvidas foram a realização de um inquérito junto das empresas do setor e uma ação de divulgação do estudo.
- Projeção do Manual de Implementação de uma Central de Compras do setor MM: as razões subjacentes à ideias desta atividade no âmbito da atividade da AIMMAP foram as seguintes: é possível angariar condições de grupo melhores que as que qualquer dos seus Associados conseguiria individualmente; existe um universo de bens e serviços comuns a todas as empresas, que não dependem da sua atividade, mercado ou segmento específico; uma Central de Compras na AIMMAP contribuirá para um incremento do volume de negócios dos seus Associados e para uma redução dos respetivos custos de exploração; 95%

dos associados da AIMMAP são pequenas ou médias empresas com reduzido poder negocial junto de grandes fornecedores; uma Central de Compras permite potenciar e dinamizar protocolos já existentes entre a AIMMAP e inúmeros agentes de mercado, que já mostraram beneficiar os associados da AIMMAP, e que, ao serem incluídos na Central, serão divulgados de forma mais eficiente e a um custo mais reduzido.

- Estudo sobre a Complexidade de Aplicação das Políticas de Eficiência Energética: pretendeu-se com este estudo efetuar uma análise da situação atual das políticas de eficiência energética e da sua evolução no âmbito da União Europeia, no sector MM, nomeadamente no subsector das máquinas e equipamentos, por forma a permitir às empresas adequar a sua atividade às necessidades legais e regulamentares nesse âmbito; para o efeito foram realizadas várias iniciativas com vista a proporcionar aos associados informação sobre as dificuldades com que se podem deparar decorrentes da entrada em vigor da recente legislação europeia, bem como linhas de orientação sobre as medidas a adotar ao nível da conceção e fabrico que permitam satisfazer os requisitos legais, em termos de ecoeficiência, que lhes possam ser aplicáveis; foram organizados dois seminários no Porto sobre a “Nova Diretiva das Máquinas” (2009) e sobre “Ecodesign” (2010), com uma participação acima da centena de pessoas.
- Estudo sobre o Mercado Brasileiro do Setor MM: este estudo foi elaborado no âmbito da missão que a AIMMAP realizou ao Brasil em Novembro de 2010 e teve como objetivo sistematizar informação útil para os participantes nessa missão, designadamente obter maior e melhor conhecimento do mercado brasileiro; avaliar o potencial de negócio no mercado; identificar oportunidades; e realizar reuniões bilaterais entre empresas dos dois países.
- Estudo relativo ao mercado Australiano: com base numa análise anterior dos mercados com elevado potencial para as empresas do sector, a AIMMAP selecionou a Austrália como um país-alvo; nesse sentido, contratou a realização de um estudo prospetivo sobre este mercado no sentido de criar uma base para uma maior segurança na abordagem a este mercado pelas empresas que o decidissem explorar.
- Observatório de Matérias-Primas: não sendo propriamente um estudo, o objetivo foi semelhante, contemplando a monitorização dos mercados das matérias-primas principais das empresas do sector no sentido de apoiar a sua tomada de decisão, neste caso, em relação às compras, contribuindo para uma otimização de custos a este nível; este Observatório concretizou-se através da aquisição da subscrição anual das cotações reais de metais não ferrosos ao “London Metal Exchange” em 2011, e considerou-se desnecessário a aquisição do mesmo relativo ao ano de 2012.

d) Comunicação, cooperação e criação de sinergias

Esta categoria é transversal a todas as atividades acima referenciadas, uma vez que todas elas tiveram momentos de interação com e entre empresas do sector que, entre si, puderam trocar impressões e desenvolver oportunidade de negócio, criando um ambiente propício à cooperação e criação de sinergias.

A este respeito, deve assinalar-se a atividade de “Informação e Comunicação” do projeto “Reinformetal Plus”, que inclui a publicação e distribuição do Jornal Metal, de periodicidade mensal, que é apontado pelas empresas do sector como uma forma extremamente potente de disseminação de boas práticas sectoriais, divulgação e promoção empresarial e de suporte à cooperação.

Adicionalmente, foram criados grupos de estudo e trabalho no âmbito das divisões, cuja atividade do biénio 2011-2012 foi apoiado no segundo projeto SIAC. Desta feita, a AIMMAP atendeu à heterogeneidade do sector e apostou (após o interesse demonstrado por associados) no aprofundamento do conhecimento de diversos subsectores nacionais, procurando uma maior interação e cooperação entre as empresas desses subsectores, donde resultaram os seguintes estudos: Estudo Setor Arames, Estudo Setor Ferragens, Estudo Setor Louça Metálica e Cutelarias e Estudo Mobiliário Metálico.

Por fim, um dos ex-líbris da AIMMAP, é a capacidade de resposta às solicitações dos seus associados numa vasta gama de domínios, resultante da criação do Gabinete de Apoio às Empresas do Setor com o intuito de recolher, sistematizar, trabalhar e responder às solicitações dos associados nos problemas com que se vão deparando, nomeadamente sobre legislação laboral, legislação em geral, fiscalidade, ambiente, qualidade, normalização, formação profissional, economia, licenciamento industrial, higiene, segurança no trabalho, responsabilidade ambiental.

Em termos temporais, o projeto foi concentrando mais atividades ao longo do tempo na medida em que algumas das atividades tiveram um espectro temporal alargado e, portanto, na fase final do projeto estiveram acumuladas um maior número de atividades.

Gráfico A. 20

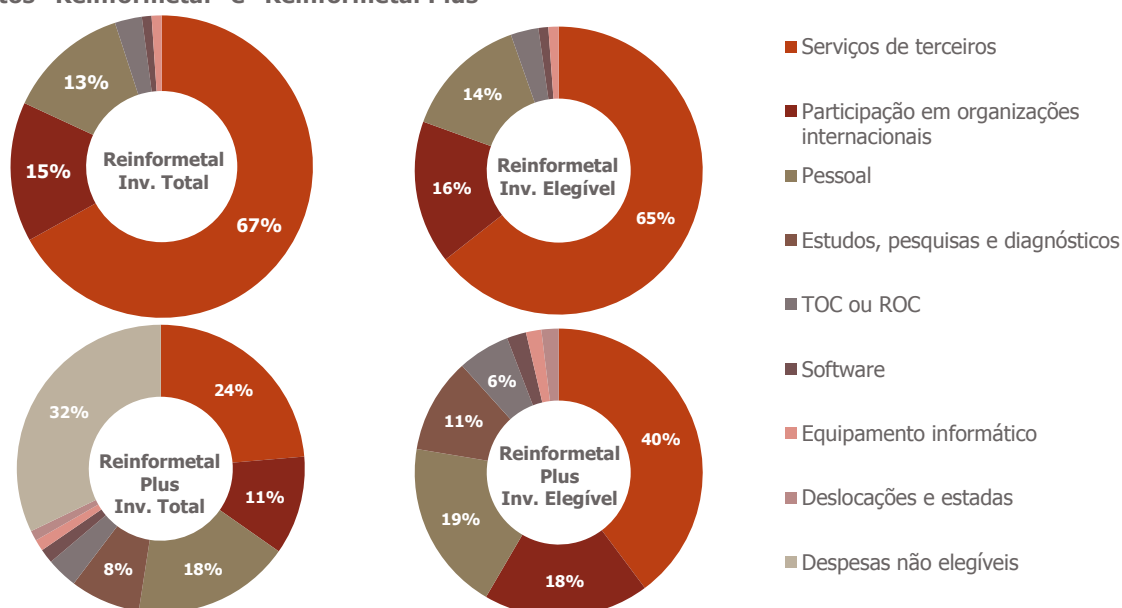
Distribuição temporal do investimento total e do investimento elegível dos projetos "Reinformetal" e "Reinformetal Plus"



Fonte: elaboração própria, com base no Anexo ao Pedido Final dos projetos

Gráfico A. 21

Distribuição do investimento total e investimento elegível por tipologia de investimento dos projetos "Reinformetal" e "Reinformetal Plus"



Fonte: elaboração própria, com base no Sistema de Informação do POFC

M.11.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Segundo a AIMMAP, nestes projetos, os objetivos propostos foram atingidos na íntegra. De facto, as ações realizadas reforçaram sem dúvida o sector metalúrgico e metalomecânico no contexto atual de crise financeira e económica, permitindo às empresas um melhor posicionamento no mercado global onde atuam. Por outro lado foram criadas bases decisivas de reflexão, projeção e renovação do sector, através da intervenção em áreas críticas para o desenvolvimento das empresas e do aumento da sua competitividade, tais como a responsabilidade ambiental, a propriedade industrial, a eficiência energética, a responsabilidade social, a informação e a formação. Por último, é de referir a importância de que se reveste para as empresas a capacidade de integrar fóruns de conhecimento e discussão internacionais, conseguido pela representação nas diversas organizações internacionais presentes neste projeto.

Ao nível da execução, os projetos mantiveram-se sempre dentro dos prazos considerados, com algumas oscilações de datas no que refere a alguns eventos previstos em algumas medidas. Relativamente à redefinição e relançamento de uma política de comunicação e no que à publicação do Boletim RAVE diz respeito, a execução da mesma efetuou-se em dezasseis boletins e não, como estava previsto inicialmente, em 24 boletins mensais. Tal situação ocorreu em virtude das incertezas em torno do projeto TGV que foi a razão da sua existência.

De salientar ainda uma alteração ao projeto no que diz respeito ao estudo sobre Diagnóstico Competitivo e Análise Estratégica do Setor MM, que integrou diversas ações inicialmente não previstas, tendo tal alteração sido aprovada atempadamente pelo COMPETE. Concretamente, foram transferidas as verbas do "Estudo de conjuntura Económica e o Setor Metal 2009-2010", do "Estudo Mercado da Austrália para o sector Metal", e dos "Seminário Cooperação Empresarial, Oportunidades em Tempos de Crise".

Os indicadores de resultados definidos em sede de candidatura não foram integralmente cumpridos. Ainda assim, o desempenho do projeto neste campo mostrou-se bastante satisfatório:

Indicador	Previsto	Realizado	Desvio (%)
Reinformetal			
Total de empresas alvo do projeto	1.000	903	-9,70%
PME alvo do projeto	970	868	-10,52%
PME envolvidas em redes de cooperação	600	734	22,33%
Ações de promoção e divulgação da imagem internacional	30	10	-66,67%
Participantes em ações de promoção e divulgação da imagem internacional	30	14	-53,33%
Estudos realizados	2	6	200,00%
Sessões de divulgação dos estudos realizados	2	5	150,00%
Participantes em sessões de divulgação dos estudos realizados	60	187	211,67%
Exemplares do Manual de Apoio ao Cogrador	500	500	0,00%
Resultado dos inquéritos de avaliação dos Seminários (escala de 1 a 5)	Média superior a 3,5	Média superior a 3,5	
Resultado dos inquéritos de avaliação dos Estudo (escala de 1 a 5)	Média superior a 3,5	Média superior a 3,5	
Grau de Satisfação percecionada nas jornadas e encontros (escala de 1 a 5)	Média superior a 3,5	Média superior a 3,5	
Grau de satisfação dos utilizadores pelos relatórios de participação internacional (escala de 1 a 5)	Média superior a 3,5	Média superior a 3,5	
Nº de registos na base de dados	2.000	1.439	-28,05%
Nº de visitas ao site www.aimmap.pt	100.000	73.184	-26,82%
Grau de variação na participação de empresas nas divisões	20%	10%	-50,00%
Grau de variação no volume de negócios médio das PME do sector	7%	17%	142,86%
Reinformetal Plus			
Total de empresas alvo do projeto	1.000	928	-7%
PME alvo do projeto	970	889	-8%
PME envolvidas em redes de cooperação	600	720	20%
Ações de informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica	70	56	-20%
Participantes em ações de promoção e divulgação da imagem internacional	2.100	1.523	-27%
Instrumentos de diagnóstico e de avaliação de empresas	46	4	-91%
Resultado dos inquéritos de avaliação dos Seminários (escala de 1 a 5)	Média superior a 3,5	Média superior a 3,5	-
Nº de visitas ao site www.aimmap.pt	100.000	105.450	5%
Grau de variação na participação de empresas nas divisões	15%	80%	65 p.p.
Grau de variação no volume de negócios médio das PME do sector	1%	7%	6 p.p.

Finalmente, importa mencionar que, fruto dos excelentes resultados do presente projeto, foi apresentado e aprovado um novo projeto no âmbito do SIAC para o biénio seguinte (2011/2012), dando continuidade à

estratégia prosseguida no atual projeto e evitando deixar de percorrer o caminho que até aqui demonstrou ser benéfico para a competitividade das empresas do setor.

Com o objetivo de aferir os resultados e impactos do projeto nos destinatários potenciais, foi realizado em meados de setembro, na AIMMAP, um *focus group* específico para o efeito com empresas ligadas à fileira metalúrgica e metalomecânica, ainda no âmbito da presente avaliação. Este evento restrito serviu para confirmar o que a documentação produzida em torno dos resultados de cada atividade reportava. Por outro lado, permitiu ainda aferir quais as atividades e documentos produzidos que se tornaram mais úteis no contexto das empresas beneficiárias do setor.

Deste inquérito retiram-se as seguintes conclusões:

- Os projetos são de conhecimento geral das empresas do sector, maioritariamente através de comunicações diretas da própria AIMMAP;
- Grande parte das empresas tem conhecimento de que os projetos foram financiados no âmbito do COMPETE;
- As empresas mostram-se interessadas e ativas, participando predominantemente em atividades que requerem a presença física e a partilha de experiências como nas reuniões e ações de sensibilização;
- Os projetos são inequivocamente úteis para as empresas;
- Apesar de se tratar de uma sector heterogéneo, o estudo estratégico do sector é aquele que se revela mais útil na orientação estratégica das próprias empresas;
- As ações de formação/ conferências/ seminários cujos temas interferem diretamente com problemas concretos atuais das empresas são os mais participados e úteis;
- A política de comunicação e as revistas e jornais produzidos e distribuídos pela AIMMAP têm um efeito extremamente positivos no sector, tanto na divulgação e instrução de boas práticas como na melhoria da imagem das empresas e do sector;
- Os impactos destes dois projetos foram mais significativos na dimensão de “organização” e “responsabilidade ambiental” das empresas do sector;
- Os impactos produzidos têm um efeito duradouro nas empresas;
- As empresas beneficiárias são unânimes ao afirmar que a reedição deste tipo de projetos é importante para a sua competitividade.

M.11.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

O presente caso de estudo constitui um exemplo de boas práticas que deve ser seguida por outras associações semelhantes. De facto, a melhoria da informação estratégica do sector foi bastante incrementada com estes projetos, as empresas do sector estão, hoje, mais qualificadas e instruídas na resolução de problemas estratégicos e mesmo operacionais que, com o apoio da AIMMAP, as tornam mais competitivas nacional e internacionalmente.

A realização deste tipo de projetos em sectores predominantemente caracterizados pela pequena dimensão das empresas é fundamental para o desenvolvimento e competitividade das empresas que os constituem, estando, por isso, completamente alinhados com os objetivos do programa. Assim, é recomendável que não só continuem a existir no futuro, mas que também sejam incentivados em sectores estratégicos menos atentos e ativos na cooperação e atuação conjunta e consertada das suas empresas.

A flexibilização na alteração das atividades propostas em sede de candidatura foi bastante assinalável no decorrer dos projetos. No entanto, as diligências para as conseguir executar ainda podem ser mais flexibilizadas, sobretudo se não tiverem que ser demasiadamente especificadas em sede de candidatura.

Existe um aspeto menos positivo que se pode assinalar em relação aos projetos objeto do presente estudo de caso: uma certa falta de focagem dos mesmos. Dito de outra forma, estes dois projetos cobrem em simultâneo um número exageradamente alargado de temáticas

M.11.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados aquando da candidatura.

Neste enquadramento, foi convocada pela equipa de avaliação em articulação com o COMPETE uma reunião com a entidade promotora do projeto (AIMMAP). A mesma foi realizada nas instalações do promotor, no Porto, e contou com os seguintes pontos de agenda:

- Adequação do instrumento de apoio SIAC às necessidades e objetivos da AIMMAP; Complementaridade com os projetos Conjuntos;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;

- Projeto: principais objetivos e principais destinatários;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/ OI - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Realizações/ resultados/ impactos do projeto no(s) promotor(es) e nos destinatários (se aplicável): realizações; realizações/ resultados/ impactos qualitativos e quantitativos; comparação de realizações/ resultados/ impactos previstos com efetivos; efeito do incentivo/ adicionalidade da intervenção apoiada; efeitos não esperados; condicionantes; sustentabilidade;
- Eficiência das intervenções: seria possível atingir os mesmos resultados com menos recursos?
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria de instrumentos do tipo "SIAC" na preparação do próximo período de programação 2014-2020.

Para além da informação recolhida na reunião com a AIMMAP, foram consultados todos os documentos disponibilizados na plataforma do COMPETE relativamente a este Projeto.

Por fim, foi realizado um *focus group* restrito com 12 empresas do sector para que expusessem a sua opinião sobre os projetos e as suas atividades. Nesta reunião foi distribuído um pequeno inquérito que se apresenta de seguida:

1. Tomou conhecimento dos projetos “Reinformetal” e “Reinformetal Plus”, promovido pela AIMMAP?

Sim	Não	NR
100%	0%	0%

2. Como tomou conhecimento destes projetos?

	% de Respostas Afirmativas
Comunicação AIMMAP	75%
Web	8%
Meios de Comunicação Social	17%

3. Sabia que o mesmo obteve financiamento no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)?

Sim	Não	NR
83%	17%	0%

4. Em que tipo de ações é que participou?

	% de Respostas Afirmativas
Reuniões	100%
Sessões de Sensibilização	100%
Receção e leitura de documentos/ estudos/ manuais	67%
Acesso a plataforma WEB	17%
Ações promocionais	50%

5. Os projetos em apreço produziram resultados úteis para a empresa?

Sim	Não	NR
100%	0%	0%

6. Em concreto, teve conhecimento das atividades incluídas no projeto e dos *outputs* delas resultantes? Se sim, considera que foram úteis para a empresa?

	Teve Conhecimento?		Foi útil?	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Estudos de Mercados : Brasileiro	75%	8%	42%	33%
Estudos de Mercados : Australiano	50%	17%	8%	50%
Estudo sobre Diagnóstico Competitivo e Análise Estratégica do setor Metalúrgico e Metalomecânico	100%	0%	100%	0%
Estudo sobre responsabilidade social no setor do Metal	83%	0%	83%	0%
Estudos sub setoriais : (Louça Metálica e Cutelarias; Arames; Ferragens; Mobiliário Metálico)	67%	0%	17%	42%
Debates - Compreender a crise encontrar soluções - Nogueira Leite	67%	8%	58%	8%
Debates - Compreender a crise encontrar soluções - Carlos Costa	58%	8%	42%	8%
Debates - Compreender a crise encontrar soluções - António Melo Pires	67%	8%	50%	8%
Ciclo conferências - A gestão financeira no séc.XXI para gestores não financeiros	50%	8%	50%	8%
Ciclo conferências - A importância dos sistemas de informação na tomada de decisão do empresário	50%	8%	50%	8%
Ciclo conferências - O normativo legal a gestão formação e a avaliação de desempenho no setor MM em Portugal	42%	17%	42%	8%
Conferências - Alterações ao Código de Trabalho	92%	0%	92%	0%
Conferências: IVA-Alterações	50%	0%	42%	0%
Seminário SIRAPA - Mapa integrado de gestão de resíduos	67%	8%	67%	8%
Seminário Regulamentos REACH/CLP	75%	8%	67%	8%
Fórum Sectorial - SPI	25%	25%	25%	17%
Publicação do Boletim METAL	75%	0%	75%	0%
Comunicação e informação através do site da AIMMAP	75%	8%	75%	0%

7. Em que dimensões da empresa o projeto gerou impactos relevantes? Como avalia a amplitude desses impactos? (classifique de 1 – não teve impacto a 5 – impacto muito relevante)

	Média	Nº Respostas
Planeamento Estratégico	3,00	5
Organização	4,25	8
Melhoria de Produtos	2,57	7
Melhoria de Processos	3,63	8
Propriedade Industrial	2,60	5
Eficiência Energética	3,14	7
Responsabilidade Social	3,71	7
Responsabilidade Ambiental	4,11	9
Internacionalização	3,43	7

8. Considera que esses impactos permanecerão de forma duradoura na sua empresa?

Sim	Não	NR
83%	0%	17%

9. Considera importante que, no futuro, exista uma reedição deste tipo de projetos?

Sim	Não	NR
83%	0%	17%

M.12 Estudo de caso Nº 12 – SIAC 005187 – Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial (MDSIE)

Código e designação: SIAC 005187 - Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial (MDSIE)

Entidade promotora: COTEC PORTUGAL - Associação Empresarial para a Inovação

Tipologia de intervenção: Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)

Enquadramento na tipologia de intervenção – Dados financeiros					
	Nº projetos	Investimento total aprovado (mil €)	Custo total elegível aprovado (mil €)	FEDER aprovado (mil €)	Taxa de execução financeira (%) (Fundo validado/fundo aprovado)
Valores da operação	-	778	571	399	56%
Valores relativos ao total de projetos aprovados na tipologia	308	287.181	247.122	181.262	52%
Inserção da operação na tipologia	-	0,27%	0,23%	0,22%	-
Referenciais cronológicos					
Data de candidatura	Data de contratação	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva
08/01/2009	15/07/2009	09/01/2009	31/12/2010	31/01/2009	31/12/2011

M.12.1. Apresentação da operação e contributo previsto para os objetivos do COMPETE

O projeto MDSIE teve duas áreas principais de incidência: implementação de programas de *benchmarking* ou *scoring* no domínio da inovação; ações e campanhas de sensibilização para a certificação I&DI. Estas duas áreas materializaram-se em três atividades autónomas, a saber:

- Disseminação do sistema de “*innovation scoring*” (desenvolvido pela COTEC no período 2006-2007) através da organização de *workshops* gratuitos para as empresas associadas da Rede PME e outras empresas nacionais com o objetivo de fomentar a utilização generalizada do sistema, seguidos de reuniões com empresas selecionadas para esclarecer dúvidas e evidenciar oportunidades específicas; desta atividade resultaram os seguintes documentos: “Manual de Apoio ao Preenchimento – *Innovation Scoring*” e “Brochura DSI – a empresa na rota da Inovação”;
- Disseminação dos sistemas de gestão e certificação das atividades de IDI, cuja concretização se deu de forma semelhante à da atividade anterior; os documentos produzidos no âmbito desta atividade foram o “Guia de Boas Práticas de Gestão de Inovação” e o “Manual de Identificação e Classificação de Atividades de IDI”;
- Conceção e disseminação do “Barómetro IDI”, que consistiu na conceção, desenvolvimento e operacionalização de uma plataforma de informação que analisa, mede, acompanha e caracteriza a inovação feita em Portugal, seguida de disseminação através de *workshops* gratuitos a empresas associadas da Rede PME e outras empresas nacionais para dar a conhecer a ferramenta.

O MDSIE foi promovido pela COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação, que foi constituída em Abril de 2003, tendo recebido uma forte adesão das maiores empresas portuguesas e de PME com grande sentido inovador, totalizando hoje 289 associados. Tendo como missão “promover o aumento da competitividade das empresas localizadas em Portugal, através do desenvolvimento e difusão de uma cultura e de uma prática de inovação, bem como do conhecimento residente no país”, a COTEC é uma associação sem fins lucrativos que conta com o apoio dos seus associados e das instituições do Sistema Nacional de Inovação (SNI) para a concretização dos seus objetivos, através da realização de iniciativas em várias áreas. Além disto, no programa atual objeto desta avaliação, a COTEC recebeu o apoio do COMPETE em dois projetos candidatados, dos quais um é o objeto deste caso de estudo.

O MDSIE, apesar de não ter uma vertente inovadora na forma de abordagem (em termos de metodologia e atividades), visou aumentar o potencial e a eficácia na geração de efeitos de inovação no tecido empresarial, uma vez que instrumentos concebidos e divulgados têm por base um modelo inovador para a economia do conhecimento – o de interações em cadeia – que consiste numa abordagem à inovação na perspetiva de

criação de valor a partir da implementação sistemática e sustentada de métodos e processos de inovação em todas as áreas funcionais das empresas, qualquer que seja o tipo, sector ou dimensão.

O potencial de disseminação e demonstração está essencialmente agregado ao barómetro de IDI construído no âmbito do projeto, na medida em que permitirá a vigilância das experiências de IDI nacionais ou possibilitará a análise de *benchmarking* e a realização de estudos nesta temática. O impacto do projeto, sendo os *outputs* de acesso público e adaptando-se à realidade da generalidade das empresas, tem um espectro alargado e um consequente efeito de arrastamento ao longo do tecido produtivo.

A natureza coletiva do projeto é claramente elevada, pelo considerável número de empresas participantes nas ações realizadas e pela sua não discriminação. Por outro lado, o projeto visou suprir insuficiências sistémicas de investimento empresarial em IDI, seja ao longo do projeto seja no futuro através da manutenção e alimentação das ferramentas concebidas, procurando que a cultura de inovação seja interiorizada pelos empresários com o fim da implementação de processos estáveis e sistemáticos de IDI num maior número de empresas nacionais.

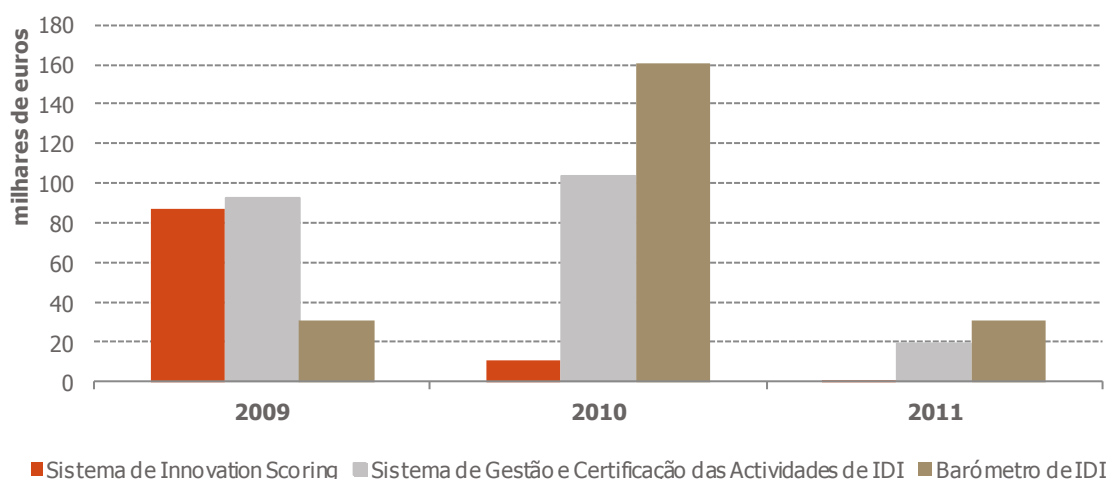
Por fim, importa referir que o projeto recebeu uma única nota de "Médio" nos subcritérios de mérito visto não ter cumprido o limite de incentivo a conceder referido no AAC nº 01/SIAC/2008. O resultado do que foi referido foi a nota de mérito de 4,23 obtida pelo projeto.

M.12.2. Execução e resultados alcançados com a intervenção

Para a prossecução deste projeto foi afeto trabalho de quatro técnicos superiores da COTEC, num total 3.360 horas por ano, significando um custo de quase 280 mil euros. Dado que o limite estipulado em regulamento para os custos em recursos humanos era de 20% do investimento elegível, o custo elegível considerado foi de apenas 114 mil euros.

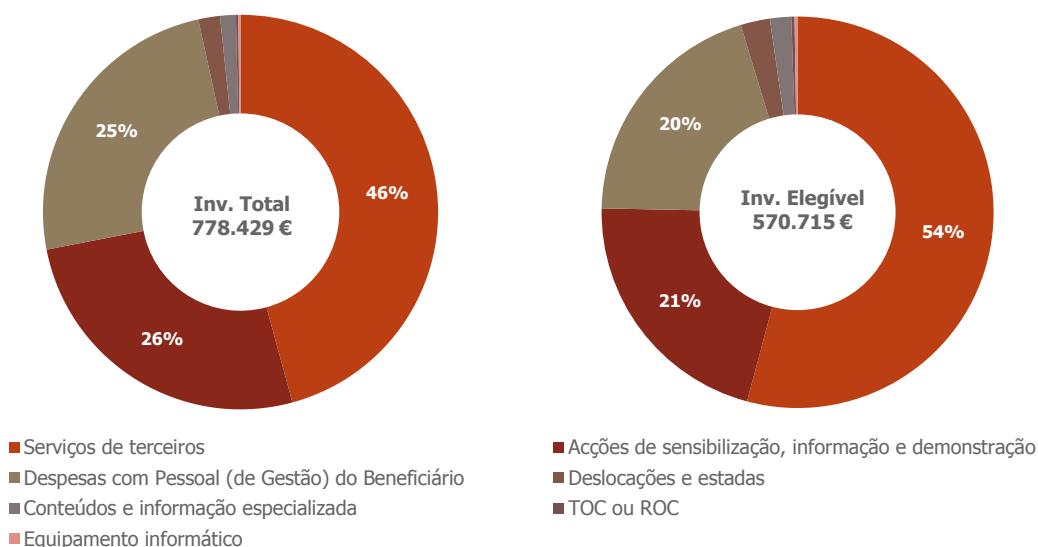
Gráfico A. 22

Investimento elegível por ano de implementação do projeto e atividade desenvolvida



Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

Gráfico A. 23
Distribuição do investimento elegível por categoria de despesa



Fonte: elaboração própria, com base no sistema de informação do POFC

As ações efetivamente executadas ao longo do projeto não estiveram integralmente de acordo com o projetado, uma vez que houve oportunidade de realizar grande parte dos *workshops* e reuniões em locais gratuitamente cedidos por parceiros, tendo-se verificado um desvio “negativo” nos custos respetivos. Este facto provocou três alterações ao projeto:

- Devido à mudança de localização das ações, a COTEC alterou o destino das deslocações previstas, sem que isso tenha prejudicado o montante candidatado para este item de despesa (na verdade não chegou a ser executado o valor total previsto);
- Por outro lado, a COTEC realocou grande parte do investimento para outras atividades de divulgação e promoção (produção do Guia de Boas Práticas, do *Manual de Innovation Scoring* e do Manual de Identificação e Classificação das Atividades de IDI) no sentido de aumentar a eficácia da interiorização da informação transmitida nos *workshops* e reuniões por parte dos participantes;
- Por fim, a COTEC realocou parte do investimento aos serviços de consultoria que tinham ultrapassado o montante previsto.
- Adicionalmente, em face da prorrogação do projeto até ao final do ano de 2011, os custos da equipa técnica previstos no projeto não executados em 2009 e 2010 foram transferidos para o ano de 2011.

As restantes observações feitas ao projeto foram:

Quadro A. 316.
Restantes observações ao projeto

Observações	Despesa	Certificado
Efetuuou-se uma correção em função dos montantes constantes dos documentos apresentados.	-199,64 €	-199,64 €
Efetuuou-se uma correção em função dos limites da OT. Considerou-se 6hx90€.	-60,00 €	-60,00 €
NE por não terem sido apresentados elementos essenciais para a avaliação da despesa apresentada.	-250,00 €	-250,00 €
Correção efetuada com base nos limites previstos no ponto 9 da OT 01/SIAC/2009.	-1.893,18 €	-1.893,18 €
Ações realizadas fora das regiões de convergência (NUT II do Norte, Centro e Alentejo).	-742,48 €	-742,48 €
Correção por exceder o montante aprovado para a rubrica 82. O detalhe orçamental não permite apurar corretamente a elegibilidade da despesa apresentada.	-4.829,34 €	-4.829,34 €
Não se consideram razoáveis as deslocações efetuadas, pelo que as despesas foram consideradas não elegíveis.	-56,00 €	-56,00 €
Correção RH por exceder os 20% previstos na legislação.	-6.394,11 €	-6.394,11 €

Fonte: Sistema de Informação do COMPETE

Quadro A. 317.
Indicadores de avaliação do projeto

Indicador	Un.	Previsto	Realizado	Desvio
Indicadores Gerais				
Total de empresas alvo do projeto	N.º	700	2.070	195,71%
PME alvo do projeto	N.º	550	1.966	257,45%
PME envolvidas em redes de cooperação	N.º	100	174	74,00%
Disseminação do sistema de <i>innovation scoring</i>				
Ações de informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica	N.º	32	98	206,25%
Participantes em ações de promoção e divulgação da imagem internacional	N.º	1.600	3.654	128,38%
Instrumentos de diagnóstico e de avaliação de empresas	N.º	280	469	67,50%
Disseminação dos sistemas de gestão e certificação das atividades de IDI				
Ações de sensibilização	N.º	30	98	226,67%
Participantes em ações de sensibilização	N.º	1.500	3.654	143,60%
Fatores críticos de competitividade envolvidos	N.º	1	1	0,00%
Conceção e disseminação do barómetro IDI				
Implementações de Sistemas de Gestão de IDI	Nº	200	158	-21,00%
Certificações de Sistemas de Gestão de IDI	Nº	100	102	2,00%
Empresas utilizadoras do Barómetro de IDI	Nº	200	-	-
Parceiros a envolver nas atividades de disseminação	Nº	25	88	252,00%
Número de acessos online ao barómetro	Nº	-	17.254	-

Fonte: Sistema de Informação do COMPETE

A bem da utilização massificada da utilização do barómetro de IDI, foi decidido não exigir o registo do utilizador pelo que não foi possível à COTEC aferir o resultado para o indicador respetivo. Em seu lugar, a COTEC sugeriu um novo indicador de resultado (não indicado em sede de candidatura), que seria o número de acessos *online* ao barómetro. Por isso, não é possível comparar os valores de objetivos impostos em sede de candidatura.

A razão avançada pelo promotor para o único mau resultado dos indicadores acima apresentados prende-se com o facto de as empresas não divulgarem a implementação do seu sistema de gestão de IDI antes da certificação do mesmo. Ou seja, o promotor considera que o resultado obtido peca por defeito.

Como forma de complementar a informação disponibilizada pelo sistema de informação do COMPETE que pouco ou nada diz (devido à natureza do projeto) sobre os resultados e impactos junto das empresas beneficiadas, foi promovido um *focus group* restrito com empresas potencialmente beneficiadoras dos *outputs* do projeto.

O referido *focus group* foi absolutamente vital para aferir o impacto deste tipo de projetos nos seus destinatários finais, uma vez que os resultados acima apresentados pouco dão a conhecer acerca dos seus impactos efetivos nas empresas. A este respeito, representando tanto grandes empresas com fortes estruturas e recursos na área da inovação como pequenas empresas inovadoras foram unânimes ao reconhecer a forte utilidade deste projeto nas suas atividades em IDI. De facto, não apenas ao nível conceptual onde foi permitido alargar horizontes no reconhecimento de atividade de inovação (sem ser apenas a I&D), mas principalmente na sistematização e contabilização das atividades em IDI que, antes, estavam deficientemente sistematizadas e contabilizadas.

Da informação recolhida nesta reunião podem sistematizar-se os seguintes impactos indiretos não medidos pelos resultados definidos e em sede de candidatura e avaliados no momento do encerramento do projeto:

- Foram desenvolvidos diversos estudos de caso de boas práticas que podem ser utilizados para arrastar um maior número de empresas para atividades de IDI, aumentando o espírito inovador das empresas portuguesas;
- Foram desenvolvidas dissertações de mestrado e doutoramento com base na utilização de ferramentas desenvolvidas no âmbito deste projeto (*Innovation Scoring*), que potenciam a criação de conhecimento científico;
- A forma como foram desenvolvidas as ações, promovendo um constante *networking* entre as empresas participantes e a divulgação de informação e boas práticas de inovação, teve um efeito multiplicador na rapidez e qualidade de implementação de Sistemas de Gestão de Atividades em IDI nas empresas;
- A imagem das empresas certificadas junto dos seus *stakeholders* nacionais e internacionais saiu reforçada com o projeto;
- A qualidade das estatísticas nacionais de IDI melhorou devido à maior capacidade das empresas para a classificação e quantificação dos esforços das atividades de IDI;
- A maior preparação das empresas nestas matérias resultante do projeto tem um efeito de arrastamento para as entidades do SCTN através da realização de projetos conjuntos entre entidades destes dois quadrantes institucionais.

No *focus group* realizado foi distribuído um pequeno inquérito para aferir de forma mais objetiva os impactos deste projeto no âmbito das empresas potencialmente beneficiadas, donde se retiram as seguintes conclusões:

- Não é de conhecimento geral o facto de o projeto ter sido apoiado no âmbito do COMPETE;
- O projeto foi útil para todas as empresas inquiridas;
- As ações de sensibilização sobre o *Innovation Scoring* e o Sistema de Gestão e Certificação das Atividades de IDI foram inequivocamente úteis para as empresas, mais do que o Barómetro de IDI posto à disposição no portal da COTEC;
- Este projeto impulsionou significativamente a Certificação do Sistema de Gestão de IDI nas empresas, com efeitos extremamente positivos no aumento da capacidade de organizar, gerir, classificar e quantificar as atividades de IDI desenvolvidas no seio da empresa;
- Os impactos produzidos terão um efeito duradouro no âmbito das empresas;
- A reedição deste tipo de projeto é visto com bons olhos pelas empresas inquiridas.

M.12.3. Lições de experiência e boas práticas a seguir em 2014-2020

Projetos deste tipo, fruto da sua transversalidade e relevância, devem ser promovidos e incentivados no âmbito de programas de competitividade como o COMPETE, uma vez que estão perfeitamente alinhados com os seus objetivos. De facto, este projeto mostrou ter um impacto tremendo em empresas com atividades muito diversas, sendo certo que ainda há muito a fazer nesta área no nosso país.

A não participação ativa e a falta de seguimento por parte dos organismos públicos que atuam na área da inovação (como a Agência da Inovação) foi um aspeto que enfraqueceu fortemente os impactos duradouros do projeto. Apesar da bondade das atividades do projeto e dos seus impactos nas empresas, eles podiam ter sido capitalizados através duma resposta mais ativa e firme das entidades públicas e decisores políticos na área da inovação.

No futuro período de programação, é fundamental reeditar um projeto semelhante no sentido de atacar outras debilidades do sistema de inovação português. Neste campo, a formação de pessoal altamente qualificado é essencial para que o esforço deste projeto no desenvolvimento de ferramentas de suporte à inovação sejam aplicadas de forma transversal a toda a economia e, assim, contribuir de forma mais afincada no sentido da economia da inovação e do conhecimento.

M.12.4. Aspetos metodológicos

De acordo com a abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação, convocou-se a entidade promotora no sentido de aprofundar em maior detalhe os resultados obtidos com o projeto em estudo face aos objetivos traçados aquando da candidatura.

Neste enquadramento, foi convocada pela equipa de avaliação em articulação com o COMPETE uma reunião com a entidade promotora do projeto (COTEC). A mesma foi realizada nas instalações do promotor, em Lisboa, e contou com os seguintes pontos de agenda:

- Adequação do instrumento de apoio SIAC às necessidades e objetivos da COTEC;
- Candidatura do projeto: aspetos relevantes relacionados com a elaboração da candidatura e identificação de eventuais dificuldades sentidas no processo;
- Projeto: principais objetivos e principais destinatários;
- Implementação do projeto: identificação dos aspetos positivos e das dificuldades sentidas;
- Adequação do acompanhamento pelo COMPETE/ OI - pedidos de pagamento, pagamentos, ajustamentos ao projeto, prorrogações, relatórios e justificações exigidas;
- Realizações/ resultados/ impactos do projeto no(s) promotor(es) e nos destinatários (se aplicável): realizações; realizações/ resultados/ impactos qualitativos e quantitativos; comparação de realizações/ resultados/ impactos previstos com efetivos; efeito do incentivo/ adicionalidade da intervenção apoiada; efeitos não esperados; condicionantes; sustentabilidade;
- Eficiência das intervenções: seria possível atingir os mesmos resultados com menos recursos?
- Lições da experiência e boas práticas;
- Recomendações para a melhoria de instrumentos do tipo "SIAC" na preparação do próximo período de programação 2014-2020.

Para além da informação recolhida na reunião com a COTEC, foram consultados todos os documentos disponibilizados na plataforma do COMPETE relativamente a este Projeto.

Por fim, os resultados do inquérito respondido pelos beneficiários no *focus group* realizado foram os seguintes:

1. Tomou conhecimento do projeto “Mobilização para o Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial – MDSIE”), promovido pela COTEC?

Sim	Não	NR
88%	0%	13%

2. Como tomou conhecimento destes projetos?

	% de Respostas Afirmativas
Rede PME Inovadores COTEC	38%
Eventos COTEC	63%
Web/Email	13%
Ações de Formação	13%

3. Sabia que o mesmo obteve financiamento no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)?

Sim	Não	NR
38%	50%	13%

4. Em que tipo de ações é que participou?

	% de Respostas Afirmativas
Reuniões	75%
Sessões de Sensibilização	88%
Receção e leitura de documentos/ estudos/ manuais	75%
Acesso a plataforma WEB	75%
Ações promocionais	50%
Formação	38%
Elaboração de <i>Outputs</i>	13%

5. Os projetos em apreço produziram resultados úteis para a empresa?

Sim	Não	NR
100%	0%	0%

6. Em concreto, teve conhecimento das atividades incluídas no projeto e dos *outputs* delas resultantes? Se sim, considera que foram úteis para a empresa?

	Teve Conhecimento?		Foi útil?	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Sensibilização/informação sobre o Sistema de <i>Innovation Scoring</i>	100%	0%	100%	0%
Sensibilização/informação sobre o Sistema de Gestão e Certificação das Atividades de IDI	100%	0%	100%	0%
Desenvolvimento do Barómetro de IDI	100%	0%	88%	13%
Sensibilização/informação sobre o Barómetro de IDI	100%	0%	88%	13%

7. Em que dimensões da empresa o projeto gerou impactos relevantes? Como avalia a amplitude desses impactos? (classifique de 1 – não teve impacto a 5 – impacto muito relevante)

	Média	Nº Respostas
Maior sensibilidade para desenvolver atividades de IDI	3,63	8
Aumento da capacidade de organização e gestão das atividades de IDI	4,13	8
Aumento da capacidade para identificar e quantificar as ações internas que recaem no âmbito da IDI	4,29	7
Certificação do Sistema de Gestão da IDI	4,86	7

8. Considera que esses impactos permanecerão de forma duradoura na sua empresa?

Sim	Não	NR
100%	0%	0%

9. Considera importante que, no futuro, exista uma reedição deste tipo de projetos?

Sim	Não	NR
100%	0%	0%

Anexo N. Exercícios de Benchmarking Internacional

N.1 *Análise da utilização de instrumentos de engenharia financeira*

Justificação da seleção da região comparável

Procurou-se identificar uma região de convergência com características similares a Portugal em termos de tecido empresarial, em termos de dimensão das empresas, de setores de atividade estratégicos e contexto similar em termos de acesso a financiamento.

A região da Andaluzia, em Espanha, geograficamente bastante próxima de Portugal, reúne os critérios anteriormente mencionados. Por exemplo, em 2010 a região era caracterizada pelo vasto número de empresas familiares e por 99,9% de Pequenas e Médias Empresas (PME) (existiam 430 grandes empresas), sendo que 95% das empresas eram micro (<10 trabalhadores ao serviço). As PME são responsáveis por 80% do emprego gerado na região. As principais atividades da região são turismo, construção, agricultura e administração pública, enquanto os setores estratégicos eram Energias Renováveis (termosolar), Tecnologia "Limpa", Agronegócio, Aeronáutica, Telecomunicações, TI, Media e Eletrónica e Biotecnologia.

Como iremos ver de seguida, as condições de acesso a financiamento por parte das empresas, principalmente PME, em Espanha (tal como em Portugal) têm-se agravado. Neste cenário, os IEF, e em particular, os instrumentos de capital de risco, assumem um lugar de crescente relevância no sistema financeiro espanhol.

Na Andaluzia, região com objetivo de convergência no âmbito do Quadro Comunitário 2007-2013, a intermediação financeira por parte de empresas de capital de risco tem estado em franco crescimento com o objetivo principal de favorecer o nascimento e desenvolvimento das PME através de uma participação temporária e minoritária no capital.

A região tem conhecido um aumento significativo de operações de capital de risco e assume um dos principais lugares em Espanha, no que se refere ao número de operações em carteira. Estas são operações de dimensão muito reduzida de apoio a pequenas empresas, em estado inicial de desenvolvimento, o que se traduz, pelo menor investimento médio das operações, numa posição de menor destaque no contexto espanhol em termos de volume de investimento. (MARTÍ, J., *El Capital Riesgo en Andalucía, Agencia de Innovación y Desarrollo de Andalucía IDEA, Guía de Capital de Riesgo en Andalucía 2007*)

1. A crise financeira e o acesso ao crédito por parte das empresas

1.1 A evolução da crise atual

A recente crise nos mercados financeiros internacionais e a sua crescente interação com a desaceleração da atividade económica global condicionaram de forma marcante o enquadramento em que o sistema bancário espanhol desenvolveu a sua atividade.

O sistema financeiro espanhol não se encontrava particularmente exposto aos complexos e inovadores produtos financeiros que estiveram na origem da crise financeira internacional, pelo que nas primeiras fases da crise, esta não teve uma intensidade significativa em Espanha. O impacto começou a observar-se com a perda de confiança generalizada e indiscriminada dos investidores internacionais. Por outro lado, os fatores fundamentais na génese da crise financeira espanhola são de natureza autóctone e estrutural.

Com a entrada na União Económica e Monetária, a economia espanhola conheceu um impulso sem precedentes. As reduzidas taxas de juro redundaram no aumento de valor dos ativos e no nível de alavancagem estrutural dos agentes económicos. O endividamento da economia, em particular, do setor privado, não foi acompanhado por uma dinâmica de poupança crescente, o que tornou a economia espanhola dependente do financiamento bancário através do mercado de capitais.

A deterioração da atividade do setor financeiro e o crescente custo de financiamento das entidades de crédito surgem após a acumulação destes desequilíbrios estruturais que se intensificaram com o aparecimento da crise internacional através de restrições de liquidez do setor financeiro e necessidades de financiamento da economia num contexto de reduzidas taxas de poupança (incapacidade de autofinanciamento), e da subsequente desaceleração económica, da alteração da perceção de risco e do impacto da duração da crise no funcionamento do mercado imobiliário.

Depois do aumento do negócio bancário muito relacionado com o mercado imobiliário verificado no período pré-crise, foi necessário corrigir o tamanho do setor. Assim, o governo espanhol constituiu, em junho de 2009, o *Fondo de Reestructuración y Ordenación Bancaria (FROB)* com uma dotação de 9 mil MEUR e com capacidade de alavancagem até 90 mil MEUR. Este fundo destina-se à consolidação e saneamento das entidades financeiras, nomeadamente o segmento das *cajas de ahorro* que foram mais expansionistas nos últimos anos e que tinham menor capacidade para captar capital de primeira qualidade.

Em 2010, a dívida soberana de Espanha e de outros países europeus foi sacudida por uma maré de desconfiança que levou os investidores internacionais a recuar no investimento nestes ativos. A situação de liquidez dos bancos foi novamente condicionada, não só em termos de custos de financiamento, mas também na capacidade de acesso aos mercados internacionais de dívida. Alguns destes países, inclusive Espanha, sujeitos às pressões dos mercados internacionais, em particular dos credores, tiveram de iniciar um período de ajustamento estrutural que visava recuperar a confiança dos investidores.

Em Espanha este processo tem-se desenrolado até à presente data. Foram realizadas medidas de consolidação fiscal e de desalavancagem das empresas e famílias espanholas. Observavam-se ainda dificuldades dos agentes económicos suprirem as suas necessidades de financiamento, o que tornou a débil a dinâmica da economia real espanhola. A incapacidade de a economia produzir riqueza começou a manifestar-se através da escalada da taxa de desemprego que atingiu os 25% na segunda metade de 2012. A economia espanhola depara-se com um processo que se autoalimenta (espiral recessiva), impulsionada correntemente por tensões nos mercados financeiros, com origem em questões políticas no seio da União Europeia, continuando a verificar-se, neste contexto, a redução persistente do crédito concedido às empresas e famílias, que se encontram numa fase de ajustamento do seu nível de endividamento.

1.2 A evolução do Acesso ao Crédito por Empresas não Financeiras

No período expansivo anterior à crise financeira houve um crescimento do nível de endividamento das empresas não financeiras espanholas, tanto numa perspetiva temporal, como numa perspetiva comparativa com outros países desenvolvidos.

A crise financeira internacional e a retração do crescimento da economia espanhola (diminuição da atividade produtiva das empresas e do nível de emprego) redundaram na necessidade de se proceder ao ajustamento do grau de alavancagem acumulado na última década pela economia espanhola. A correção do volume de dívida, a menor procura de fundos pelas empresas privadas não financeiras devido à diminuição dos planos de investimento e o endurecimento das condições de concessão de crédito por parte das entidades financeiras, levou a uma rápida desaceleração do endividamento externo nas empresas.

A publicação "*La evolución del endeudamiento de las empresas no financieras españolas desde el inicio de la crisis. Un análisis desagregado*" observa que a evolução da dívida e do rácio de alavancagem foi diferenciada por dimensão de empresa. Durante o ano de 2008, o crescimento de recursos alheios foi transversal às empresas espanholas, apesar de mais moderado no caso das PME. A partir desse ano o nível de endividamento apresentou uma redução progressiva nas empresas de menor dimensão, que se traduziu numa queda acumulada de 7% até final de 2011, quando comparado com os valores máximos verificados em 2008. No caso das grandes empresas, entre 2007 e 2009, o nível de endividamento cresceu e só em 2010 começou a diminuir. No final de 2011, a redução do nível de endividamento ascendia a 4,9%, o que, em termos absolutos, era menor que o incremento verificado entre 2007 e 2009. As PME evidenciaram um menor dinamismo durante este período que está em parte relacionado com o maior impacto que a crise teve sobre a situação económico-financeira destas empresas que, assim, tiveram maior dificuldade em aceder a recursos alheios.

Adicionalmente, o ajustamento do nível de emprego e a diminuição do volume de investimento foram mais intensos no contexto das PME, o que ilustra a maior dificuldade que estas empresas sentiram durante este período.

Este resultado é também verificado no "*Survey on the access to finance of small and medium-sized enterprises in the Euro Area*" que a Comissão Europeia tem vindo a realizar semestralmente desde 2009 e que conclui que a evolução da atividade das PME espanholas tem sido mais desfavorável que a observada pelas empresas de maior dimensão, resultado que se estende à União Económica e Monetária.

No entanto, a evolução das PME espanholas foi mais negativa que a das suas homólogas europeias, em linha com a evolução económica do próprio país. As PME espanholas questionadas no âmbito do "*Survey on the access to finance of small and medium-sized enterprises in the Euro Area*" têm indicado também que nos últimos anos o acesso ao financiamento é um dos principais problemas que enfrentam e que o grau de acessibilidade ao financiamento bancário percebido pelas mesmas tem vindo a piorar de forma ininterrupta desde 2009.

Ainda no mesmo questionário é possível analisar a perceção das empresas analisadas sobre os fatores que impactam a disponibilidade de financiamento externo e, no caso das PME, destacaram-se a situação da atividade económica e, com menor relevo, a disponibilidade das entidades credoras e a situação específica das empresas.

2. Os Instrumentos de Engenharia Financeira (IEF)

2.1 A utilização de Instrumentos de Engenharia Financeira (IEF) à luz do contexto económico atual

O funcionamento de uma economia encontra-se intimamente ligado ao funcionamento do mercado de crédito, seja ao volume de crédito, ou à sua distribuição setorial, na medida que condicionam o nível de investimento na economia e o seu padrão produtivo.

As pequenas empresas são uma parte importante dos sistemas económicos nacionais e regionais que constituem a Economia Europeia. As PME dotadas de maior flexibilidade apresentam maior capacidade de ajustamento face aos ciclos económicos e à alteração das circunstâncias de mercado. São um elemento chave na estabilidade económica e social, na medida que constituem fatores de crescimento e dinamismo económico e de geração de inovação e emprego.

Caixa A. 5

Onde nasce o novo emprego em Portugal?

Segundo o estudo "Onde nasce o novo emprego em Portugal" da Informa D&B, apresentado no dia 8 de maio de 2013, na 2ª Conferência Crescimento Empresarial, que teve como período de análise 2007-2011:

- As pequenas empresas constituem 98% do tecido empresarial português e criaram 61% do novo emprego (as médias e as grandes empresas criaram 18% e 22% respetivamente) e as empresas jovens (até 5 anos), normalmente também pequenas, criam 46% do novo emprego;
- As pequenas empresas jovens (até 5 anos) criam 34% do novo emprego e as pequenas empresas adultas (entre 6 e 20 anos) criam 20% do novo emprego;
- A taxa de sobrevivência das empresas diminui à medida que a idade avança. Ao fim de 3 anos, menos de metade das empresas ainda sobrevive e, no final do 5º ano, a taxa de sobrevivência é de 40%;
- Entre 2006 e 2011, a taxa de sobrevivência nos primeiros anos de vida (5 anos) diminuiu;
- As *start-up* (6,5% do tecido empresarial português) representam cerca de 18% do emprego criado em cada ano e no fim do segundo ano de atividade, o volume de negócios já triplicou e o número de empregados aumentou em 50%;
- A estrutura acionista das *start-up* é predominantemente constituída por pessoas singulares (93%), sendo que 3% dos casos diz respeito a empresas unicamente constituídas por pessoas coletivas e 4% a estruturas mistas (pessoas singulares e coletivas).

No conjunto das estratégias de desenvolvimento da competitividade e inovação regional, os organismos públicos seguem políticas de promoção da competitividade do tecido empresarial, especialmente das PME, uma vez que apesar dos efeitos económicos que estas geram, têm maiores dificuldades em aceder ao financiamento externo. Fatores como o carácter familiar e a concentração de capital do seu negócio, a existência de assimetria de informação e a falta de garantias e de formação especializada, condicionam a dinâmica de acesso ao crédito destas empresas.

Uma preocupação comum na literatura referente às PME é de que existem imperfeições no mercado de capitais que limitam a disponibilidade de financiamento para as pequenas empresas. As imperfeições de mercado estão associadas à maior dificuldade dos credores para avaliar o risco de crédito, o que está fundamentalmente relacionado com a menor qualidade e quantidade de informação disponível sobre a sua situação financeira, traduzindo-se isto em fenómenos de assimetria de informação e de seleção adversa como a maior relutância do sistema bancário em emprestar a pequenas empresas e especialmente a empresas inovadoras e *start-ups*, na maior exigência dos requisitos de colateral e na incapacidade dos bancos em avaliar corretamente o risco de projetos inovadores ou baseados em novas tecnologias, ou levados a cabo por *start-ups* e PME inovadoras.

O subdesenvolvimento do mercado de capital (*equity*) que limita a disponibilidade de Fundos de Capital de Risco (FCR) é também uma limitação de mercado.

A preocupação da literatura no que diz respeito às imperfeições de mercado no financiamento das PME ganha maior relevância porque o potencial de crescimento destas empresas (muitas delas, empresas novas e inovadoras) depende bastante do financiamento externo. Em fases recessivas do ciclo económico a perceção do risco de crédito ganha maior relevância e as imperfeições de mercado que limitam a capacidade de financiamento das PME tornam-se mais vincadas.

Estes resultados são particularmente visíveis no Survey "SME's Access to Finance 2011", da Comissão Europeia, onde as PME europeias indicaram que o acesso a financiamento era o segundo problema mais premente que enfrentavam (citado por 15% dos gestores inquiridos).

Nesse contexto, é importante a adoção de medidas de política económica que removam os obstáculos ao financiamento das empresas e que gerem o estímulo e diversidade de instrumentos de financiamento, em particular no caso das pequenas e/ou jovens empresas, na medida em que são importantes geradoras de emprego e enfrentam taxas de sobrevivência reduzidas e que têm vindo em tendência decrescente.

Os IEF enquanto meio de apoio de financiamento através dos fundos estruturais têm sido crescentemente encorajados pela Comissão Europeia nos anos recentes e está definido que serão mais prioritários no próximo período de programação. (WARD, Terry, *Applica sprl - Expert evaluation network 2012, The use of the ERDF to support Financial Engineering Instruments, Synthesis Report, 2012*)

No contexto de incerteza económica dos últimos anos que condiciona significativamente o financiamento e, consequentemente, o investimento por parte das empresas, em particular as pequenas empresas, os IEF, enquanto instrumentos de política pública apoiada pela Comissão Europeia, tendem a ser vistos como meios de uma estratégia que visa promover o crescimento sustentável das empresas no longo prazo.

2.2 IEF versus Subsídios

Segundo a terminologia da Comissão Europeia, os IEF são intervenções financeiras mediante as quais os fundos públicos se põem à disposição das empresas, em particular das PME, de modo que se possam reciclar e nas quais se pode alavancar financiamento adicional procedente do setor privado.

Os IEF geralmente utilizados são:

- Linhas de crédito, empréstimos ou outras formas de investimento reembolsável, estejam ou não associados a taxas de juro bonificadas, garantias, contragarantias, titularização e os microcréditos;
- Instrumentos de financiamento de capital próprio, em particular, o investimento público direto em Fundos de Capital de Risco. Outros instrumentos são garantias de capital social, a criação de fundos de capital de risco regionais e a criação ou participação em fundos de fundos de capital de risco. Há também instrumentos de financiamento de capital próprio sob a forma de parcerias público-privadas, projetos de desenvolvimento urbano ou projetos focados em eficiência energética e energias renováveis.

Os IEF são uma forma inovadora de contribuição dos fundos comunitários em comparação com os incentivos tradicionais³³. No contexto da política regional, os IEF devem ser considerados como veículos para implementar investimentos reembolsáveis que contribuem para alcançar os objetivos definidos ao abrigo de um específico eixo prioritário de um programa operacional.

O relatório da Comissão Europeia *"Financial Engineering Instruments Implemented by Member States with ERDF Contributions, Synthesis Report, Situation as at 31 December 2010"* aponta aos IEF as seguintes características positivas:

- Criação de estruturas de coinvestimento ou cofinanciamento. Estas estruturas permitem que o montante investido numa área afetada por uma dada falha de mercado seja alavancado em termos de recursos financeiros totais disponibilizados às entidades beneficiárias, sendo que os orçamentos nacional e/ou regional poderão receber pelo menos uma parte das contribuições iniciais feitas através do IEF. Estas características permitem aos organismos de gestão multiplicar os efeitos dos recursos dos Fundos Estruturais e alcançar um impacto superior para os destinatários finais;
- Sustentabilidade dos recursos dos Fundos Estruturais. É expectável que os recursos investidos através de IEF sejam pagos de volta pelos destinatários finais. O valor reembolsado pode ser futuramente reinvestido, através dos mesmos ou outros IEF, assegurando a renovação no longo prazo dos recursos públicos inicialmente disponíveis;
- Sistematização de competências técnicas (especialistas e know-how) nas autoridades nacionais e regionais, intermediários financeiros e destinatários finais;
- Construção de capacidade institucional através de parcerias público-privadas e de um envolvimento alargado das instituições e intermediários financeiros na implementação da política regional da UE;
- Incentivo à eficiência e à obtenção de melhores resultados do dinheiro público atribuído sob a forma de apoio reembolsável.

Outras vantagens apresentadas pelos IEF face aos subsídios são o envolvimento de menor burocracia associada a um processo de validação de despesas mais fácil e ao facto de as entidades beneficiárias não terem de esperar pela validação das despesas para receber os fundos.

Na publicação *"Investir no futuro da Europa, Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial"*, apesar do contributo reconhecido aos subsídios, refere-se que se observou com muita frequência um excesso de dependência destes que deve ser superada com uma combinação mais equilibrada das formas de apoio e com a introdução de formas de financiamento inovadoras.

Por outro lado, os IEF apresentam estruturas de reembolso do serviço de dívida mais faseadas no tempo. Os prazos de financiamento com maturidades longas são benéficos para as PME, em particular empresas novas, que geralmente têm estruturas de financiamento débeis e restrições de liquidez, uma vez que não concentram o reembolso do empréstimo no curto prazo.

As PME, em particular, quando se trata de projetos inovadores situados nas primeiras etapas do seu ciclo de vida, têm enfrentado grandes obstáculos na obtenção dos recursos financeiros necessários para o seu desenvolvimento, em particular, a recusa de concessão de crédito ou a imposição de limites de crédito por

³³ Na terminologia da Comissão Europeia, os Subsídios (*grants*) correspondem exclusivamente ao incentivo a fundo perdido (não reembolsável). O incentivo reembolsável (que é utilizado, por exemplo, no Sistema de Incentivos à Inovação no período de programação 2007-2013) é assim enquadrado no âmbito dos Instrumento de Engenharia Financeira (IEF) e não dos Subsídios. No presente documento, as considerações que se fazem relativamente aos Subsídios e IEF contemplam esta interpretação que é seguida no seio da Comissão Europeia e que teria de ser seguida para efeitos de comparabilidade com os instrumentos utilizados nos restantes Estados Membros, inclusive os "Fondos Reembolsables" implementados na Andaluzia.

parte das instituições financeiras. O acesso das PME ao financiamento e capital de risco parece assim ser condição necessária para que estas assumam e alcancem o seu potencial de contribuição para o crescimento económico, competitividade e inovação empresarial e geração de emprego.

As atividades de internacionalização do negócio também têm vindo a deparar-se com este tipo de restrições. A perceção e avaliação conservadoras do risco nas operações de crédito a este tipo de projetos configuram um obstáculo importante para as PME. Por outro lado, uma vez que os investimentos de modernização das empresas já não são preferencialmente apoiados por incentivos, justifica-se também neste caso o uso de IEF.

Os instrumentos de capital próprio têm associado um risco mais elevado que os instrumentos de capital alheio. O risco é no entanto compensado pela rentabilidade superior que permite obter. Por outro lado, como se trata de instrumentos de capital próprio, as empresas apoiadas evitam os custos de financiamento, o que é importante em empresas com estruturas de financiamento débeis, como, por exemplo, o caso de empresas que se encontram nas primeiras fases de desenvolvimento ou que estão a crescer rapidamente. Os instrumentos de capital próprio, com efeito, tendem a ser utilizados no financiamento das necessidades de investimento das empresas com enorme potencial de crescimento, como são, atualmente, as empresas da economia do conhecimento, fundamentais para a criação de emprego e riqueza nos tempos hodiernos.

Ao contrário dos IEF, que têm efeitos de longo prazo, uma vez que permitem alavancar capital privado, aumentando o volume de financiamento à disposição das empresas, em particular das PME, e recuperar os fundos públicos, total ou parcialmente, os quais poderão ser reaplicados em novos projetos empresariais, os subsídios são atribuídos uma vez e totalmente consumidos. Do ponto de vista da economia (e do contribuinte) este cariz reprodutivo é um fator importante, uma vez que estes instrumentos geralmente não requerem uma injeção constante de fundos públicos.

Os subsídios, nomeadamente, por razões de limitação financeira, chegam sempre a um número limitado de entidades quando comparado com o nº de candidaturas apresentadas, o que coloca a necessidade de definir critérios de seleção de projetos certos e o mais objetivos possível (apesar de poder fazer com que determinadas características sejam fatores decisores num aviso de candidaturas bastante concorrido), assim como contratar especialistas competentes na avaliação das candidaturas. Existe ainda a necessidade de procedimentos de supervisão que assegurem que os subsídios não são atribuídos a um projeto por outras razões que não as substantivas que devem ser endereçadas. Esta situação torna o processo relativamente árduo e demorado para os empresários, o que pode levar a um menor interesse destes em recandidatar a novos subsídios.

A análise comparativa entre IEF e subsídios permanece, no entanto, como uma questão fundamental pendente. Há outros fatores não descritos que devem ser endereçados na definição das políticas de apoio públicas.

Primeiro, enquanto os IEF geridos pela iniciativa privada operam com base em critérios de rentabilidade económica, os IEF utilizados no âmbito do apoio dos fundos europeus funcionam de acordo com objetivos de desenvolvimento (por exemplo: emprego), tendo por objetivo o desenvolvimento económico, social e mudança estrutural, o que se reflete nos critérios de seleção dos projetos.

Segundo, no contexto de financiamento reembolsável, a empresa beneficiária tem de incorrer em determinados custos financeiros. No caso de financiamento através de fundos de capital, o reembolso manifesta-se pela recompra de ações que geralmente têm um valor unitário superior ao verificado no momento inicial quando ocorreu o investimento por parte dos fundos de capital. Por outro lado, no mesmo contexto, uma vez que existe a transferência de propriedade, o poder de influência nas decisões da empresa também pode ser transferido. Por último, o apoio dos fundos de capital só estão disponíveis para empresas sob a natureza jurídica de sociedades anónimas, o que limita fortemente o alcance dos beneficiários potenciais.

Outra desvantagem na utilização de IEF é a necessidade de controlar os projetos de investimento durante um período de tempo mais longo.

Por fim, considera-se, em favor dos subsídios, que as instituições de crédito que gerem alguns IEF têm menor capacidade de adaptação e gestão dos regulamentos e programas de apoio e que é mais fácil direcionar a tipologia e o âmbito da política dos investimentos apoiados por subsídios, em áreas como a inovação de negócio, internacionalização e I&D.

Por exemplo, em Espanha, os subsídios são necessários para ajudar as PME a ultrapassar as barreiras associadas ao elevado risco e grau de incerteza dos projetos de IDI, cujos resultados poderão não ter impacto comercial no imediato. Os subsídios são ainda utilizados para estimular a cooperação em IDI entre empresas e os centros de pesquisa, por forma a aumentar o *networking* e desenvolvimento dos sistemas de inovação regionais.

3. IEF no período de programação 2007-2013

A extensão do apoio dos fundos comunitários para IEF é relativamente pequena na maioria dos países. O montante planeado no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu (FEDER) para IEF ascendeu a um total de 11,6 mil MEUR em toda a UE, ou 4,45 % do total disponível para o período. No entanto, até ao final de 2011, os dados relativos a pagamentos indicam que o financiamento direcionado para IEF na UE totalizou 7,1 mil MEUR (6,9 mil MEUR se excluirmos o Fundo Social Europeu) ou 2,7% do montante disponível através do FEDER para o presente período de programação, o que representa menos 4,6 mil MEUR relativamente ao montante planeado. Tanto na UE15 como na UE12, a maior fatia de apoio disponibilizada, foi através de

empréstimos e garantias e não de Fundos de Capital de Risco. Os empréstimos e garantias totalizam cerca de 8,6 mil MEUR (quase 75%) do financiamento total para IEF na UE (72% na UE15 e 81% na UE12). A percentagem de fundos comunitários para IEF varia marcadamente entre países, assim como a divisão dos IEF entre empréstimos e fundos de capital de risco. O apoio para FCR tende a ser mais importante nos países mais avançados e mais ricos e, na maioria dos casos, é em muito menor escala nos países menos avançados e menos ricos. (WARD, Terry, *Applica sprl - Expert evaluation network 2012, The use of the ERDF to support Financial Engineering Instruments, Synthesis Report, 2012*)

Apesar de a extensão do apoio dos fundos comunitários para IEF ser relativamente pequena no período de programação 2007-2013, na maioria dos países, o uso de fundos do FEDER para cofinanciar IEF iniciou-se precisamente neste período. Os países onde esta evolução foi mais demarcada foram Portugal e Lituânia. Nos países onde os recursos foram reduzidos (França Áustria, Eslováquia e, principalmente, Eslovénia), a parte afetada foi a correspondente aos FCR.

No contexto global, menos de 4% do total dos fundos FEDER disponíveis ao abrigo do Objetivo Convergência foram direcionados para IEF, enquanto, ao abrigo do Objetivo Competitividade, o valor era superior a 9%. Durante o período de programação, houve, em geral, um maior aumento da dotação do FEDER para IEF em regiões de Convergência do que em regiões com objetivos de Competitividade.

A maioria dos recursos do FEDER direcionados para IEF tem por objetivo apoiar empresas, na maioria dos casos na forma de fundos JEREMIE (*Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises*). Os IEF também surgiram na forma de fundo JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*) que visa financiar projetos sustentáveis em áreas urbanas, tais como projetos de reabilitação e regeneração urbana, de eficiência energética e energias renováveis, de revitalização da economia urbana ou de disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em áreas urbanas.

No contexto atual, as PME, em vários países da UE, enfrentam restrições ao crédito, sendo que estes constrangimentos têm um impacto significativo na atividade das PME, em particular, as *start-ups* e empresas inovadoras. Neste sentido, seria de esperar que os apoios comunitários privilegiassem os países e empresas com maiores dificuldades no acesso ao crédito. No entanto, não se verificou uma relação próxima entre o apoio bancário às pequenas empresas e a proporção dos fundos FEDER dedicados a empréstimos. (WARD, Terry, *Applica sprl - Expert evaluation network 2012, The use of the ERDF to support Financial Engineering Instruments, Synthesis Report, 2012*) As PME têm assumido um papel de total destaque no funcionamento e dinamismo da estrutura empresarial espanhola. Em 2009, o Diretório Central de Empresas (DIRCE 2009) publicado pelo INE, indicava que, em Espanha, 99,9% das empresas são PME e 94,1% são microempresas (0-9 trabalhadores).

A estrutura financeira débil é uma característica das PME que contam com reduzidos níveis de capital e de dívida de longo prazo e elevados níveis de dívida de curto prazo.

A economia espanhola é, deste modo, baseada num ecossistema de PME que depende em grande parte do crédito de curto prazo das entidades bancárias.

As PME, como já referido, veem limitada, junto do setor financeiro, a sua capacidade de financiamento estável no médio e longo prazo. O contexto macroeconómico internacional, no geral, e em Espanha, em particular, tem-se traduzido, nos últimos anos, em restrições ao nível de financiamento bancário que aumentaram a dificuldade da maioria das PME no financiamento dos seus ativos correntes.

As PME são particularmente afetadas por falhas de mercado que se traduzem em restrições ao crédito e na exigência de maiores requisitos de colateral ou *spreads* de juros. As instituições financeiras podem não estar interessadas nesta fatia de mercado por causa da reduzida escala e do elevado risco percebido.

Caixa A. 6

Conclusões da utilização dos IEF no espaço da UE

De acordo com o relatório da Comissão Europeia "The use of the ERDF to support Financial engineering instruments, Synthesis Report, 2012", foram realizadas algumas avaliações dos instrumentos de engenharia financeira implementados no espaço da UE. As avaliações realizadas na UE15 concluíram, na maioria dos países, que os IEF foram relativamente eficazes no aumento do emprego e do desempenho das empresas que foram financiadas.

De seguida reproduzimos algumas conclusões retiradas do relatório referido:

Na Hungria foi realizada uma avaliação em 2010 (ainda antes da implementação de fundos de capital de risco) que recomendou o aumento da utilização de IEF e a sua combinação com subsídios.

Em Itália os estudos levados a cabo encontraram evidência de efeitos de substituição e *crowding-out*, com as empresas a tender preferir subsídios a IEF e os intermediários financeiros a escolher investir em esquemas de financiamento totalmente privados, uma vez que têm critérios menos restritivos que os esquemas financiados pelos fundos comunitários.

Na Lituânia uma avaliação com data de 2010 concluiu que os IEF são meios eficazes de apoio às PME em períodos de recessão económica, apesar de alguns serem inadequados por causa do seu período de implementação relativamente longo. A avaliação identificou ainda a necessidade de apoio adicional para exportações, desenvolvimento de FCR e expansão de microcrédito.

Na Áustria foi realizada uma avaliação para avaliar o impacto do financiamento capital de risco no comportamento e crescimento da inovação e concluiu-se que as empresas financiadas tendem a ser mais inovadoras e a aumentar mais o emprego e as vendas que as empresas não financiadas, apesar de não haver evidência que isso se deva ao financiamento

recebido.

Na Eslovénia verificou-se num estudo de 2012 que há efeitos positivos nas empresas, nomeadamente, em alguns indicadores 1 ano após a receção do financiamento. Todavia, os efeitos não permaneceram para períodos mais longos.

Na Alemanha foram realizados 2 estudos que indicaram que os IEF têm pouca relevância global, embora tenham demonstrado efeitos favoráveis em *start-ups* tecnológicas.

Na Estónia foram realizadas duas avaliações. Uma conclui que os IEF tiveram um efeito limitado no crescimento da produtividade, volume de negócios e exportações das empresas financiadas. O segundo estudo indica que as PME apoiadas cresceram mais rapidamente que as restantes.

Na Finlândia não foram realizadas avaliações especificamente sobre IEF. No entanto, a Finnvera que gere esquemas de crédito e garantias, publicou uma avaliação em Junho de 2012. Este estudo concluiu que o serviço prestado pela Finnvera é altamente valorizado pelas PME e bancos, apesar de a contribuição para o desenvolvimento regional não ser evidente. A avaliação destaca ainda o perigo que os apoios prestados promovem no adiamento de alterações estruturais de indústrias em declínio para novos setores e conclui que, por causa de alterações na envolvente de negócio global, o apoio a PME como meio para alcançar desenvolvimento regional pode não ser o mecanismo mais eficiente.

A par das PME e empresas novas com projetos inovadores, o investimento em Investigação & Desenvolvimento & Inovação (IDI) foi afetado por cancelamentos, limitações de montantes iniciais e dilatação de períodos de implementação.

As políticas públicas de apoio ao financiamento por parte das PME, microempresas e iniciativas de negócio de IDI têm ganho apoio junto dos diferentes agentes económicos. Têm surgido, com efeito, mecanismos e instrumentos de financiamento especializados (capital de risco, sistemas de garantias, linhas de financiamento preferenciais e microcrédito) que visam melhorar o acesso destes projetos de negócio a financiamento, especialmente de longo prazo.

De acordo com o “Informe/Survey, Impacto Económico y Social del Capital de Riesgo en España, 2012”, cerca de 3530 empresas são participadas por Capital de Risco, sendo que 91% das empresas são PME. Em termos de fase do ciclo de vida da empresa, à data de 2011, 37% dos instrumentos de capital de risco eram direcionados para fase semente e de arranque e 58,5% para a fase de expansão. Os restantes instrumentos eram direcionados para empresas consolidadas ou em recuperação.

As PME apoiadas por instrumentos de capital de risco na Andaluzia beneficiaram de estruturas financeiras mais equilibradas com níveis de dívida de longo prazo relativamente mais significativos e apresentaram maior capacidade de geração de recursos próprios (mais receitas, menor serviço de dívida no curto prazo e maior rentabilidade). (*HARO DE ROSARIO, Arturo, CAZORLA PAPIS, Leonardo, del CARMEN CABA PÉREZ, María - Las PYMES participadas por Entidades de Capital de Riesgo y el tejido empresarial en Andalucía. Un estudio económico-financiero comparativo, Cuadernos de CC.EE. y EE., N.º 59, 2010*)

Caixa A. 7

O contributo do Capital de Risco para o crescimento económico

A Asociación Espanola de Entidades de Capital Riesgo (ASCRI), no Informe/Survey, Impacto Económico y Social del Capital de Riesgo en España, 2012, destaca um conjunto de razões que, no contexto internacional, em geral, e com evidência em Espanha, em particular, justificam o porquê do Capital de Risco ser um mecanismo indispensável para o crescimento económico, a saber:

- “O Capital de Risco faz crescer as empresas.” Em Espanha, de acordo com o “Informe 2011”, no período 2005-2008, o crescimento anual das vendas das empresas participadas por Capital de Risco foi superior em 8%, enquanto as empresas não participadas comparáveis tiveram decréscimos no volume de vendas em 7,7%;
- “O Capital de Risco contribui para a criação de emprego.” Em Espanha, de acordo com o “Informe 2011”, no período 2005-2008, o emprego nas empresas participadas cresceu 10,7%, enquanto que nas empresas não participadas diminuiu em 4,4%;
- “O Capital de Risco fomenta o investimento.” Na publicação “The Different Role Played by Venture Capital and Private Equity Investors on the Investment Activity of Their Portfolio Firms, de BERTONI, Fabio, FERRER, María Alejandra and MARTÍ, José, 2012”, os autores concluíram que a atividade de investimento de um conjunto de 246 empresas em expansão, pertencentes ao setor de *media* e setores de baixa tecnologia, que recebeu capital de risco entre 1995 e 2004, deixou de estar limitada porque as empresas passaram a ter capacidade de gerar recursos internamente.

De acordo com o “Informe 2011”, no período 2005-2008, o volume de investimento das empresas participadas em ativos tangíveis cresceu 13% ao ano, enquanto no caso das empresas não participadas houve uma diminuição de 3,4%. No caso de ativos intangíveis, o volume de investimento das empresas participadas cresceu 33,9% e o das empresas não participadas diminuiu 16,7%;

- “O Capital de Risco reduz a taxa de fracasso empresarial.” Em Espanha, de acordo com o “Informe 2010” da ASCRI, enquanto que a taxa de não sobrevivência das empresas novas participadas por Capital de Risco representava 6%, as restantes observavam uma taxa superior a 60%, ao fim de 3 anos de vida;
- “O Capital de Risco melhora a produtividade.” No estudo “Productivity growth in Spanish venture-backed firms, Germany, L. y Martí, J. (2006), in: Gregoriou, G.N., Kooli, M., Kraeussl, R. (Eds.), Venture Capital in Europe. Elsevier, Amsterdam, 100-114.” os autores analisam, durante o período 1995-1999, no contexto espanhol, o crescimento da produtividade do capital e do trabalho numa amostra de 518 empresas que receberam o investimento de capital de risco, bem como num grupo de controlo. O trabalho conclui que se verificam diferenças significativas na produtividade

do capital em favorecimento das empresas participadas por Capital de Risco, com exceção do setor das matérias-primas. No que diz respeito à produtividade do trabalho, as diferenças são também em favor das empresas participadas, sendo que o crescimento da produtividade é mais intenso nos setores de indústria, comércio e serviços. Não se vislumbram diferenças significativas nos setores das matérias-primas e tecnologia.

3.1 Os IEF no período de programação 2007-2013 na Andaluzia

Em 2010 a Andaluzia era caracterizada pelo vasto número de empresas familiares e por 99,9% de pequenas e médias empresas (existiam 430 grandes empresas), sendo que 95% das empresas eram micro (<10 pessoas). As PME são responsáveis por 80% do emprego gerado na região. As principais atividades eram turismo, construção, agricultura e administração pública, enquanto os setores estratégicos eram Energias Renováveis (termosolar), Tecnologia “Limpa”, Agronegócio, Aeronáutica, Telecomunicações, TI, Media e Eletrónica e Biotecnologia.

A região tem conhecido um aumento significativo de operações de capital de risco e assume um dos principais lugares em Espanha, no que se refere ao número de operações em carteira. Estas são operações de dimensão muito reduzida de apoio a pequenas empresas, em estado inicial de desenvolvimento, o que se traduz, pelo menor investimento médio das operações, numa posição de menor destaque no contexto espanhol em termos de volume de investimento. (MARTÍ, J., *El Capital Riesgo en Andalucía, Agencia de Innovación y Desarrollo de Andalucía IDEA, Guía de Capital de Riesgo en Andalucía 2007*)

A acompanhar a iniciativa privada no setor de capital de risco, e por forma a alcançar níveis de competitividade globais sustentados num novo modelo produtivo intensivo em tecnologia e também níveis crescentes de desenvolvimento económico-social (PIB, conhecimento, emprego,...), iniciou-se também a transição de um modelo de ajuda e apoio público a fundo perdido para um modelo reembolsável.

A “Agencia de Innovación y Desarrollo de Andalucía” IDEA é a entidade do Governo Andaluz especializada no desenvolvimento e fomento da inovação na região e que tem como principais áreas de atuação o (i) Financiamento e Desenvolvimento Empresarial, (ii) Espaços de Inovação e Setores Estratégicos (dotação de infraestruturas e de espaços produtivos) e (iii) Captação de Investimentos e Serviços Avançados.

A IDEA lançou em 2008 um projeto piloto com o programa JEREMIE, cofinanciado pelo FEDER, “*cuos resultados estão a ser destacados a nível regional, nacional e europeu.*”. (<http://www.agenciaidea.es/creditos-empresa/>)

Na sequência da boa prática que foi o projeto piloto do programa JEREMIE, o governo andaluz decidiu apostar em novos fundos de financiamento com estruturas e modelos semelhantes ao programa JEREMIE, ou seja, “*pôr recursos à disposição das empresas, que por sua condição de rentabilidade, serão sustentáveis no futuro.*”. (<http://www.agenciaidea.es/creditos-empresa/>)

Os fundos de financiamento criados foram:

- Fundo de Avais e Garantias para Pequenas e Médias Empresas³⁴
- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
- Fundo para a Economia Sustentável
- Fundo para Empreendedores Tecnológicos³⁵
- Fundo de Geração de Espaços Produtivos
- Fundo para Impulso das Energias Renováveis e da Eficiência Energética
- Fundo JEREMIE Andalucía
- Fundo para Reestruturação Financeira de Empresas

A IDEA apoia também na gestão do Fundo de Apoio às Indústrias Culturais e do Fundo de Apoio à Internacionalização da Economia Andaluza.

Estes fundos apresentam uma filosofia de política de investimento semelhante e que se baseia na sua natureza reembolsável e de reutilização dos fundos e no cumprimento das condições de mercado, ou seja, são aplicadas condições financeiras de mercado (rentabilidades) em projetos viáveis que permitam obter rentabilidades positivas. Não é objetivo, contudo, apoiar investimentos que o mercado financia (subsidiariedade). Pretende-se suprir as deficiências decorrentes das falhas de mercado.

Os instrumentos financeiros podem assumir a forma de empréstimos ordinários, avais e garantias, empréstimos participativos (empréstimos com dívida subordinada) ou Fundos de Capital de Risco. Considerando as características do instrumento que se utiliza na estruturação da operação, são solicitadas as garantias necessárias para manter o caráter reembolsável do fundo.

³⁴ No âmbito da pesquisa documental, não foi ainda encontrada informação suficiente sobre o impacto económico deste fundo de financiamento. Assim, na fase posterior à entrega deste relatório, concluiremos sobre a possibilidade de incluir este ponto na nossa análise.

³⁵ Ver comentário anterior.

As empresas apoiadas devem ter domicílio fiscal ou contar com centros operativos na Andaluzia ou situar-se-ão na região em resultado do projeto.

A seleção de projetos obedece a um conjunto de critérios que são verificados durante o processo de análise e que geralmente compreende a verificação dos requisitos de elegibilidade, a análise empresarial do projeto (estratégia e modelo de negócio, potencial de mercado, vendas e marketing, grau de inovação, modelo operacional, qualidade da equipa de projeto, viabilidade financeira) e a análise estratégica (critérios estratégicos para a região, critérios de economia sustentável e critérios de equidade social).

- **Fundo de Avais e Garantias para Pequenas e Médias Empresas**

Este fundo tem como objetivo disponibilizar financiamento empresarial mediante avais e garantias que permitam impulsionar o desenvolvimento económico da região e promover a competitividade das empresas e a criação de emprego. Esta iniciativa tem como propósito apoiar PME, preferencialmente, microempresas e, neste âmbito, os instrumentos de garantia poderão cobrir até 100% das necessidades financeiras do beneficiário cujo investimento se situa entre 20 mil e 200 mil euros. A vigência da operação pode ir até 7 anos em operações que financiem investimentos e avais técnicos e até 3 anos em operações de financiamento de ativo circulante.

- **Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial**

Este fundo tem uma dotação orçamental de 204 MEUR e está operacional desde setembro de 2010.

Esta iniciativa atua no fomento da atividade económica e potenciação do crescimento e expansão das empresas andaluzas, na potenciação da produtividade e competitividade num contexto de globalização, no apoio à criação de novas empresas de base tecnológica e inovadoras, na consolidação empresarial em setores estratégicos e no reforço da estrutura de capital das empresas andaluzas.

Este fundo destina-se assim a projetos empresariais nos âmbitos de impulso empreendedor (empresas em fase semente / arranque e com alto potencial inovador e de crescimento) e de consolidação e expansão empresarial (planos de negócio direcionados para a internacionalização com o objetivo de obter a liderança em mercados globais).

Os instrumentos financeiros assumem o modelo de empréstimos ordinários, empréstimos participativos, operações de capital de risco, concessão de garantias ou outra estrutura de financiamento distinta das anteriores e reconhecida no mercado.

O intervalo de investimento do fundo situa-se entre 200 mil euros e 10 MEUR por empresa. Dependendo do instrumento financeiro que se utiliza e da capacidade de devolução do projeto, a vigência da operação poderá ir até aos 10 anos e com um período de carência de capital com prazo máximo de 2 anos.

- **Fundo para a Economia Sustentável**

Este fundo tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento económico da região (sustentabilidade social, económica e do meio ambiente), promovendo a competitividade das empresas e a criação de empresas, nomeadamente, no contexto das micro e pequenas empresas.

A sua dotação orçamental ascende a 50 MEUR e apoia projetos empreendedores de investimento em ativo fixo ou circulante, direcionados para a melhoria da sustentabilidade económica com o apoio a projetos de inovação e de empreendedorismo; para o reforço da sustentabilidade ambiental através da utilização eficiente de recursos naturais (sistemas de gestão ambiental, utilização industrial eficiente de água e matérias-primas, gestão de resíduos,...); e para o fomento da sustentabilidade social através do apoio a projetos de integração social de coletividades desfavorecidas e de melhoria da segurança no trabalho.

Os instrumentos financeiros assumem o modelo de empréstimos ordinários, empréstimos participativos, concessão de garantias ou outra estrutura de financiamento distinta das anteriores e reconhecida no mercado.

O intervalo de investimento do fundo situa-se entre os 20 mil e 200 mil euros por empresa. Dependendo do instrumento financeiro que se utiliza e da capacidade de devolução do projeto, a vigência da operação poderá ir até aos 10 anos e com um período de carência de capital com prazo máximo de 2 anos.

- **Fundo para Empreendedores Tecnológicos**

Este instrumento tem uma dotação de 19,3 MEUR e tem como objetivo financiar novas empresas inovadoras e tecnológicas de elevado potencial.

As entidades beneficiárias neste fundo são empresas em fase semente ou de arranque que operam em setores industriais de alta tecnologia ou emergentes (por exemplo, biotecnologia, genética, TIC, robótica, redes de comunicação inteligente e materiais avançados) com alto potencial de crescimento e com novos produtos ou serviços competitivos à escala internacional. Pretende-se ainda apoiar projetos e serviços baseados em conhecimento especializado e projetos de conversão de conhecimento tecnológico em novos produtos ou processos (aplicação de patentes, licenças ou outras formas de conhecimento especializado ou tecnológico).

O investimento está compreendido entre 150 mil e 1,5 MEUR e os instrumentos financeiros disponíveis são o empréstimo participativo ou a entrada minoritária e temporal no capital das empresas (capital de risco). O prazo máximo de devolução do financiamento é 8 anos.

- **Fundo de Geração de Espaços Produtivos**

Este fundo destina-se a duas áreas de atuação: a geração ou qualificação de solo industrial e terciário e a geração e qualificação de edifícios para utilização predominantemente industrial ou de serviços. As ações de qualificação devem ser entendidas como intervenções de melhoria funcional dos espaços, edifícios e equipamentos, reabilitação ou reforços das capacidades dos mesmos. Os instrumentos financeiros assumem o modelo de empréstimos ordinários, concessão de garantias ou outra estrutura de financiamento distinta das anteriores e reconhecida no mercado.

- **Fundo para Impulso das Energias Renováveis e da Eficiência Energética**

Este instrumento com uma dotação orçamental de 30 MEUR tem por objetivo impulsionar a poupança e eficiência energética através do financiamento de projetos de investimento, em particular: melhoria da eficiência energética em processos produtivos; redução do consumo energético em edifícios e instalações; poupança energética em frotas de transporte de passageiros ou mercadorias, incluindo os investimentos em sistemas tecnológicos e aplicações; sistemas de cogeração e trigeração e instalações para aproveitamento de calores residuais; e projetos apresentados por empresas de serviços de energia.

As empresas beneficiárias são preferencialmente micro e pequenas e médias empresas da região.

Os instrumentos financeiros assumem o modelo de empréstimos ordinários, empréstimos participativos, concessão de garantias ou outra estrutura de financiamento distinta das anteriores e reconhecida no mercado.

O intervalo de investimento do fundo situa-se entre os 20 mil e os 2 MEUR por empresa. Dependendo do instrumento financeiro que se utiliza e da capacidade de devolução do projeto, a vigência da operação poderá ir até aos 10 anos e com um período de carência de capital com prazo máximo de 3 anos.

O fundo dispõe de duas opções de tramitação. A primeira é a opção simplificada, que compreende 8 tipologias de projetos, com um intervalo de investimento de 20 mil euros a 200 mil euros, em que o instrumento financeiro é um empréstimo ordinário, com prazo de 7 anos com 1 ano de carência, alcançando 70% do financiamento do total de investimento. A segunda opção denominada de opção geral, inclui os projetos que não podem ser incluídos na opção simplificada.

- **Fundo JEREMIE Andalusia**

A iniciativa JEREMIE tem por objetivo criar IEF (fundos de capital de risco, de garantia ou de empréstimo) para financiar empresas. O Fundo JEREMIE (*Holding Fund*) tem uma dotação de 235 milhões, sendo que 70% são comparticipados pelo FEDER e os 30% restantes são financiados pela Consejería de Economía y Ciencia. O Fundo JEREMIE gerido pela *Unidad JEREMIE* (Agencia IDEA) distribuiu pelo “Fondo Multinstrumento” e “Fondo JEREMIE FCR”, 185 e 50 MEUR, respetivamente. O “Fondo JEREMIE FCR” obteve ainda comparticipações no montante de 25 MEUR.

A iniciativa JEREMIE apoia micro, pequenas e médias empresas que são potencialmente viáveis e de alto valor acrescentado e pertencentes, preferencialmente, a setores estratégicos da região, no que diz respeito ao desenvolvimento do modelo produtivo e de internacionalização da produção. Para tal, a iniciativa organiza-se através de dois programas: *Fondo Multinstrumento* e *Fondo Capital Riesgo*.

- **Fondo Multinstrumento**

É gerido pelo intermediário financeiro SOPREA e especializa-se sobre quatro linhas de financiamento: Linha de Capital Humano³⁶, Linha de Desenvolvimento e Globalização, Linha de Garantias e Linha de Empréstimos Participativos.

A Linha de Desenvolvimento e Globalização tem uma dotação orçamental de 100 MEUR e tem por objetivo financiar empresas com um alto potencial de crescimento na fase de expansão e globalização da sua atividade. A aprovação do projeto faz-se em função do ajustamento do plano de caixa do mesmo, por forma a que a sua eficácia seja máxima. O pressuposto inerente a esta filosofia é o de manter uma alta correlação entre as disponibilidades e necessidades da empresa com o objetivo de otimização de tesouraria. Na definição da operação é possível estabelecer as cláusulas necessárias em função das especificidades do projeto, as garantias que seja possível definir para reembolso dos fundos e eventual inclusão de *escort accounts* e *covenants*.

A Linha de Garantias tem uma dotação de 30 MEUR e consiste num fundo de avais de natureza económica ou técnica com um valor máximo de 1,5 MEUR por operação. Está fora de âmbito o apoio à construção e o refinanciamento ou os avais por assuntos administrativos, fiscais ou judiciais.

A Linha de Empréstimos Participativos tem uma dotação orçamental de 35 MEUR e tem por objetivo financiar empresas inovadoras na fase de implantação no mercado e de desenvolvimento. As políticas seguidas devem seguir os aspetos mais relevantes da operação (nominal, prazo,...) e condições de retribuição variáveis determinadas em função da evolução da empresa (por exemplo, do indicador vendas).

O intervalo de investimento deste fundo situa-se entre 200 mil euros e 5 MEUR por empresa. Em função do instrumento utilizado (aval, empréstimo normal ou participativo) e da capacidade de devolução do projeto, a vigência da operação poderá ser até 10 anos e o período de carência terá um período máximo de 2 anos.

³⁶ O apoio ao Capital Humano, em Portugal Continental, é levado a cabo pelo POPH e está fora da esfera de intervenção do COMPETE

- *Fondo Capital Riesgo*

É regulado pela CNMV, gerido pelo intermediário financeiro INVERCARIA SGECR e tem uma dotação orçamental de 50 MEUR. O seu objetivo é investir através de participações minoritárias diretas e temporais no capital social das PME localizadas na região da Andaluzia. Estas empresas deverão encontrar-se preferencialmente em fases de expansão e ter capacidade de criar ou explorar vantagens competitivas nos seus produtos, serviços, tecnologia, processos e gestão. O intervalo de investimento deste fundo situa-se entre 750 mil euros e 3,5 MEUR por empresa, com um máximo de 10% do fundo comprometido.

3.2 Análise de resultados dos IEF no período de programação 2007-2013 na Andaluzia

A iniciativa JEREMIE iniciou-se no 2º trimestre de 2009 com a fase de desenho e preparação de implementação dos dois instrumentos do Fundo Jeremie, o JEREMIE Multinstrumento e o JEREMIE Capital Riesgo FCR que entraram em operação no 4º trimestre de 2009 e 2010, respetivamente.

Até ao final de 2009 foram geridos 54 projetos de investimento com um montante de cerca de 294 MEUR. Destes projetos, 4 foram aprovados tendo sido realizados 19,6 MEUR de despesa. Os setores mais relevantes dos projetos recebidos foram TIC (28%) e Energias Renováveis (13%) e os restantes setores encontravam-se abaixo de 10%. (*Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2009*)

Em 2010 foram desenhados e entraram em funcionamento o Fundo de Desenvolvimento Empresarial, o Fundo de Eficiência Energética e Energia Renovável e o Fundo Economia Sustentável. O grau de desenvolvimento e os resultados destes fundos na economia real da região andaluza foi diferenciado, até porque o processo de implementação se desenrolou em períodos distintos. (*Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010*)

Conforme se pode verificar no Quadro A. 318, onde comparamos os dados obtidos nos relatórios anuais da Agencia IDEA, a evolução dos Fundos Reembolsáveis tem sido bastante positiva, na medida em que:

- O número de projetos aprovados cresceu 60% entre os 2 anos, enquanto a soma do número de projetos reprovados e desistentes, apesar de ser em maior número, cresceu a uma taxa inferior (22,2%). Esta evolução positiva no número de projetos aprovados foi acompanhada por uma evolução da taxa de aprovação (21,9%), o que poderá significar que os projetos apresentados tendem a estar mais alinhados com os objetivos estratégicos da região;
- O montante aprovado cresceu significativamente (34,2%), mas a uma taxa inferior à verificada no n.º de projetos, o que significa que o investimento médio por projeto diminui neste período (-16,1%);
- O investimento privado induzido pelo apoio público, através dos Fundos Reembolsáveis, cresceu na ordem dos 144%, de 316 MEUR para 772 MEUR, o que se traduz num menor peso do coinvestimento do fundo (investimento público) de 36,1% para 19,8%, o que significa, aproximadamente, que por cada euro de investimento público, são investidos 5 euros pelo setor privado;
- Em termos de emprego líquido gerado diretamente, houve uma redução de cerca de 46% do ano de 2010 (6.707 empregos) para o ano de 2011 (3.621 empregos), o que se justifica pelo contexto macroeconómico adverso. O rácio Investimento por emprego líquido gerado cresceu cerca de 149%, de 17 mil euros por unidade de emprego gerado, para 42 mil euros. Considera-se porém bastante relevante que o n.º de postos de trabalho (10.328) que estas operações de financiamento geraram nos 2 anos.

O objetivo de apoio às PME foi concretizado pelos fundos reembolsáveis. Em 2010, a sua implementação dirigiu 74% das operações e 42% dos recursos mobilizados para PME. Adicionalmente, em 2010, os projetos de TIC encontravam-se em maioria, mas os que representam maior investimento e volume de investimento induzido era o setor de Serviços a empresas.

Quadro A. 318.

Principais marcos da atividade do programa de Fundos Reembolsáveis

Marcos da Atividade	2010	2011	Total	Evolução 2011/2010 (%)
Projetos Aprovados	60	96	156	60
Projetos Reprovados	97	110	207	13
Projetos Desistentes	74	99	173	34
Rácio de aprovação	38,2	46,6	43,0	22
Montante aprovado (mil euros)	114.005	152.977	266.982	34
Investimento médio por projeto (mil euros)	1.900	1.594	1.711	-16
Investimento induzido (mil euros)	316.216	771.528	1.087.744	144
% de coinvestimento do fundo	36	20	25	-45
Emprego líquido gerado diretamente	6.707	3.621	10.328	-46
Investimento por emprego líquido gerado (euros)	16.998	42.247	25.850	149

Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2011

Em 2011 foram criados o fundo “Geração de Espaços Produtivos” e “Empreendedores Tecnológicos”, Industrias Culturais” e “Internacionalização da Economia” financiados totalmente pelo Governo Andaluz. Com exceção do fundo “Empreendedores Tecnológicos”, todos os fundos começaram a aprovar os seus projetos em 2011. (*Junta de Andalucia, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2011*)

Quadro A. 319.
Operações aprovadas dos IEF 2011 por Fundo

Denominação do Fundo	Dados Globais		Resultados		Rácios	
	Projetos	Investimento (Unid: mil euros)	Emprego líquido direto	Investimento induzido (Unid: mil euros)	Investimento do fundo por emprego líquido (Unid: euros)	% de coinvestimento
JEREMIE	21	35.328	966	114.056	36.571	31
Apoio ao desenvolvimento empresarial	33	97.921	1.672	611.945	58.565	16
Economia Sustentável	21	3.046	609	7.190	5.001	42
Impulso Energias Renováveis	3	1.885	9	2.738	209.476	69
Geração de espaços produtivos	4	10.100	59	19.696	171.186	51
Indústrias culturais	10	3.588	261	14.052	13.747	26
Internacionalização da economia	4	1.110	45	1.852	24.668	60
Total	96	152.977	3.621	771.528	42.247	20

Fonte: Junta de Andalucia, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2011

No Quadro A. 319 e no

Quadro A. 320 podemos observar o funcionamento dos IEF em 2011, por fundo e por setor de atividade. De acordo com os dados publicados pelo Informe 2011 publicado pela Agencia IDEA, os fundos reembolsáveis apresentaram os seguintes resultados:

- Os fundos com maior peso em 2011 são os fundos “Apoio ao desenvolvimento empresarial”, com 34% do n.º de projetos aprovados e 64% do investimento, e o fundo JEREMIE com 22% e 23% respetivamente. Em 2010 estes fundos eram os que apresentavam maior relevância, mas o fundo JEREMIE, uma vez que foi o único fundo a ser operacionalizado no 1º semestre de 2010, concentrava cerca de dois terços dos projetos aprovados e do investimento e mais de três quartos do investimento induzido e do emprego líquido gerado;
- O fundo “Apoio ao desenvolvimento empresarial” é o que apresenta maior relevância. O fundo aprovou durante o ano 33 projetos, o que corresponde a cerca de 34% do n.º total de projetos aprovados. Em termos de investimento, este fundo supera os restantes em larga escala, correspondendo a 64% do investimento total. Foi também o fundo que gerou mais emprego no ano (cerca de 46% do emprego gerado) e induziu mais investimento privado em 2011 (612 MEUR) que corresponde a 79% do investimento privado total.
- Em termos de % de coinvestimento público é o fundo que apresenta melhores resultados (16%) – ao contrário do que sucedera no ano de 2010, quando este indicador rondava os 48%. No entanto, este instrumento ao nível de Investimento por unidade de emprego gerado, apresenta um resultado pior em 2011 do que em 2010. O instrumento surge na 5ª posição com 58.565 euros por unidade de emprego gerada (em 2010 este indicador rondava 38 mil);
- No Investimento por unidade de emprego gerado há uma grande discrepância nos resultados. Os melhores fundos neste âmbito são o “Economia Sustentável” (5.000,8 euros/unidade de emprego gerada), “Industrias Culturais” (13.747,1 euros/unidade de emprego gerada), “Internacionalização da Economia” (24.666,7 euros por unidade) e JEREMIE (36.570,9 euros por unidade). Os fundos com piores resultados neste aspeto são o “Eficiência Energética e Energias Renováveis” (209.475,8 euros/unidade de emprego gerada) e o “Geração de Espaços Produtivos” (172.186,4 euros/unidade de emprego gerada);
- No que diz respeito ao rácio de coinvestimento público (Investimento Público / Investimento Privado) que permite medir o efeito de alavancagem de investimento privado induzido pelos apoios públicos, além do fundo “Apoio ao desenvolvimento empresarial”, os fundos que apresentaram melhores resultados foram o “Industrias Culturais” (25,5%) e JEREMIE (31,0%). Do lado oposto, o coinvestimento público é muito

elevado nos fundos “Eficiência Energética e Energias Renováveis” (68,9%), “Internacionalização da Economia” (59,9%) e “Geração de Espaços Produtivos” (51,3%).

Quadro A. 320.
Operações aprovadas dos IEF 2011 por Setor

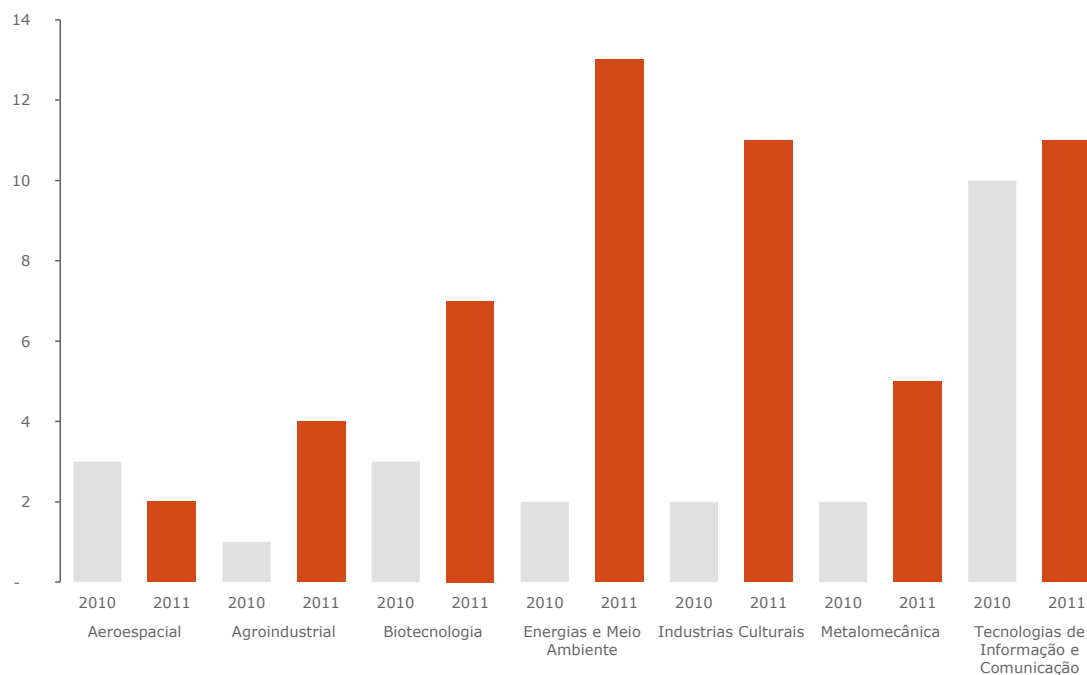
Setores de atividade	Dados Globais		Resultados		Rácios	
	Projetos	Investimento (Unid: mil euros)	Emprego líquido direto	Investimento induzido (Unid: mil euros)	Investimento do fundo por emprego líquido (Unid: euros)	% de coinvestimento
Aeroespacial	2	25.500	0	72.000	-	35
Agroindustrial	4	4.921	470	14.043	10.471	35
Indústrias Culturais	11	3.788	266	14.327	14.241	26
Biotecnologia	7	21.250	284	63.776	74.824	33
Energias e Meio Ambiente	13	21.598	451	202.509	47.890	11
Metalomecânica	5	5.068	186	10.227	27.245	50
Tecnologias de Informação e Comunicação	11	11.220	259	21.997	43.321	51
Total Setores Estratégicos	53	93.345	1.916	398.879	48.719	23
Outros Setores	43	59.633	1.705	372.649	34.975	16
Total	96	152.977	3.621	771.528	42.247	20

Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2011

- Há mais projetos desenvolvidos nos setores considerados estratégicos (53) do que nos considerados não estratégicos (43). O investimento total das operações em setores estratégicos (93 MEUR) é superior ao observado nos setores não estratégicos (60 MEUR). Em termos absolutos, o impacto em termos de geração de emprego e indução de investimento privado é superior nos setores estratégicos, mas em termos relativos (Investimento por unidade de emprego e Taxa de coinvestimento), os resultados são piores que os dos setores não estratégicos;

Gráfico A. 24

Evolução do n.º de operações apoiadas nos Fundos Reembolsáveis, por setor estratégico, no período 2010-2011

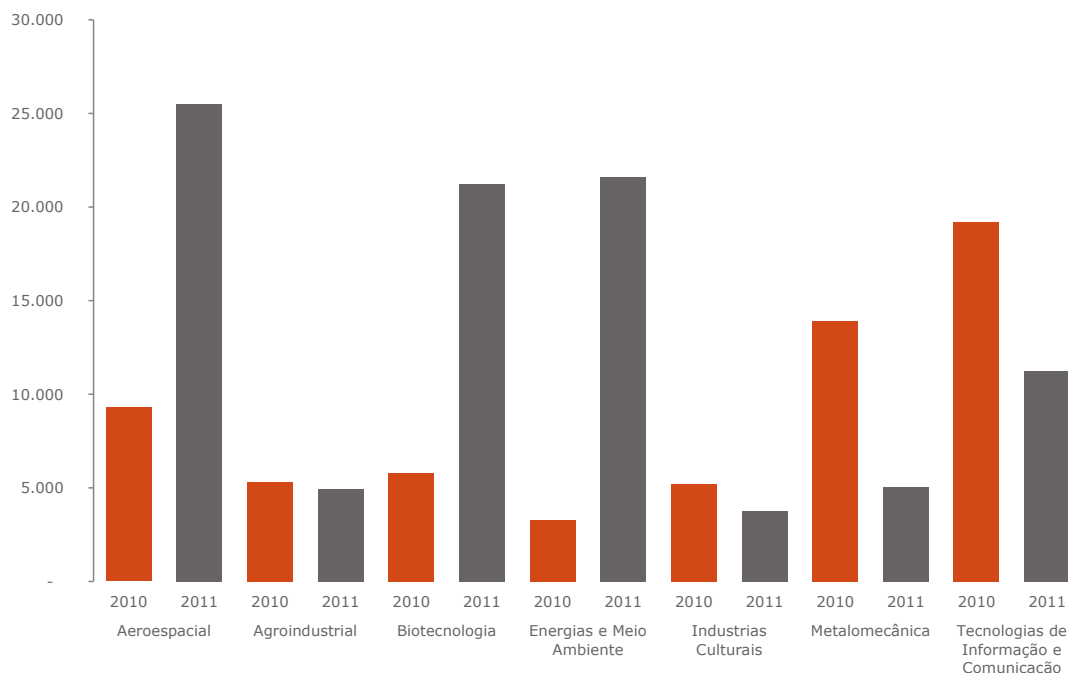


Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010 e 2011

- No conjunto dos setores estratégicos há grandes discrepâncias. Em termos de nº de projetos, os setores com maior n.º de operações são "Energias e Meio Ambiente" (13 projetos), "Industrias Culturais" (11) e "Tecnologias de Informação e Comunicação" (11). Os setores com menor número de projetos são "Metalomecânica" (5 projetos), "Agroindustrial" (4) e "Aeroespacial" (2). Comparativamente ao ano de 2010, todos os setores apresentam um maior nº de operações comparativamente com o ano de 2010, com a exceção do setor "Aeroespacial". O setor que cresceu mais em n.º de operações foi o setor "Energias e Meio Ambiente";
- Apesar de ser o setor com menor número de projetos, o "Aeroespacial" é o que apresenta maior volume de investimento público (25,5 MEUR). De seguida, os setores com maior volume de investimento público são o "Energia e Meio Ambiente" (21,6 MEUR) e "Biotecnologia" (21,3 MEUR). Os setores estratégicos com menor volume de investimento público são o "Metalomecânica" (5,1 MEUR), "Agroindustrial" (4,9 MEUR) e "Industrias Culturais" (3,8 MEUR). Comparativamente ao ano de 2010, 3 setores viram o volume de investimento crescer ("Aeroespacial", "Biotecnologia" e "Energias e Meio Ambiente"), enquanto que os restantes, com especial destaque para o setor "Metalomecânica" e "Tecnologias de Informação e Comunicação" viram o volume de investimento público reduzir;

Gráfico A. 25

Evolução do Investimento dos Fundos Reembolsáveis, por setor estratégico, no período 2010-2011
(unid: mil euros)

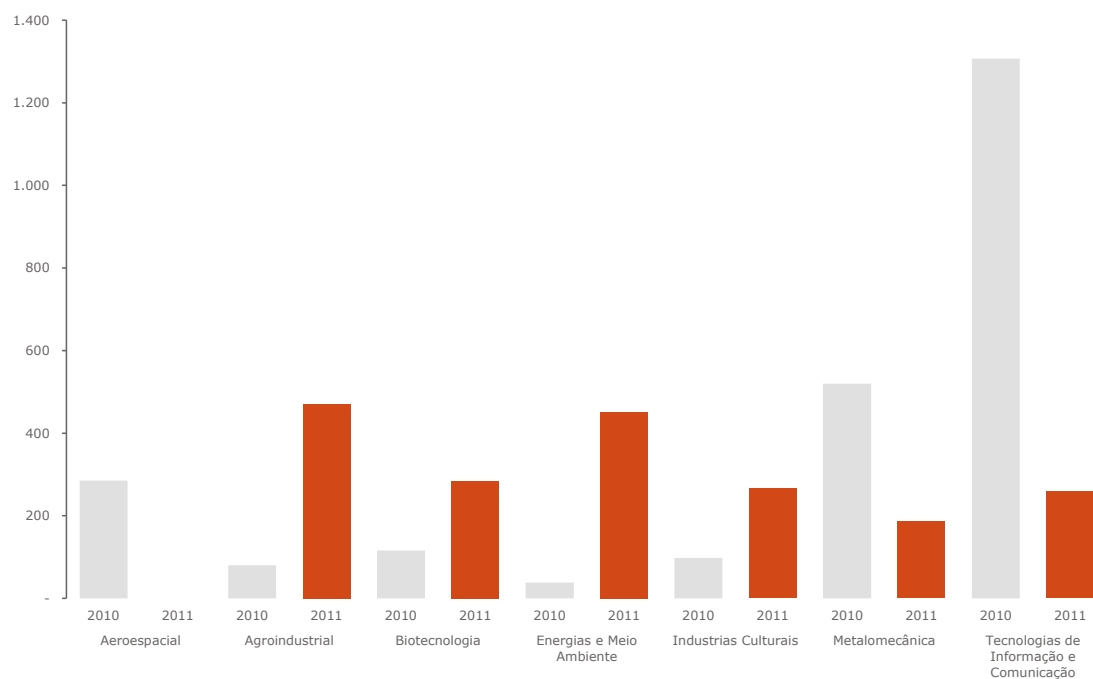


Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010 e 2011

- Na geração de emprego, os setores que mais contribuíram em termos absolutos foram o "Agroindustrial" (470 postos de trabalho), "Energia e Meio Ambiente" (451) e o setor que contribuiu em menor escala foi o "Metalomecânica" (186) e o Aeroespacial (0). Os restantes setores estratégicos apresentaram resultados equilibrados. Em termos relativos, o rácio Investimento por unidade de emprego gerada teve melhores resultados nos setores "Agroindustrial" (10,5 mil euros) e "Industrias Culturais" (14,2 mil euros), enquanto que o pior resultado foi o verificado no setor "Biotecnologia" (75 mil euros), além do setor "Aeroespacial" que não criou qualquer posto de trabalho. Nos gráficos A.3. e A.4. podemos observar a evolução da geração de emprego e do rácio investimento por emprego gerado, que nos permite concluir que os setores "Energia e Meio Ambiente", "Indústrias Culturais" e "Agroindustrial" apresentaram um melhor desempenho em 2011 face a 2010, na medida em que nesse ano o rácio investimento por emprego gerado foi menor (maior eficácia do investimento). Pelo contrário, o investimento realizado nos setores "Biotecnologia" e "Tecnologias de Informação e Comunicação" foi menos eficaz em termos de geração de emprego no ano de 2011;

Gráfico A. 26

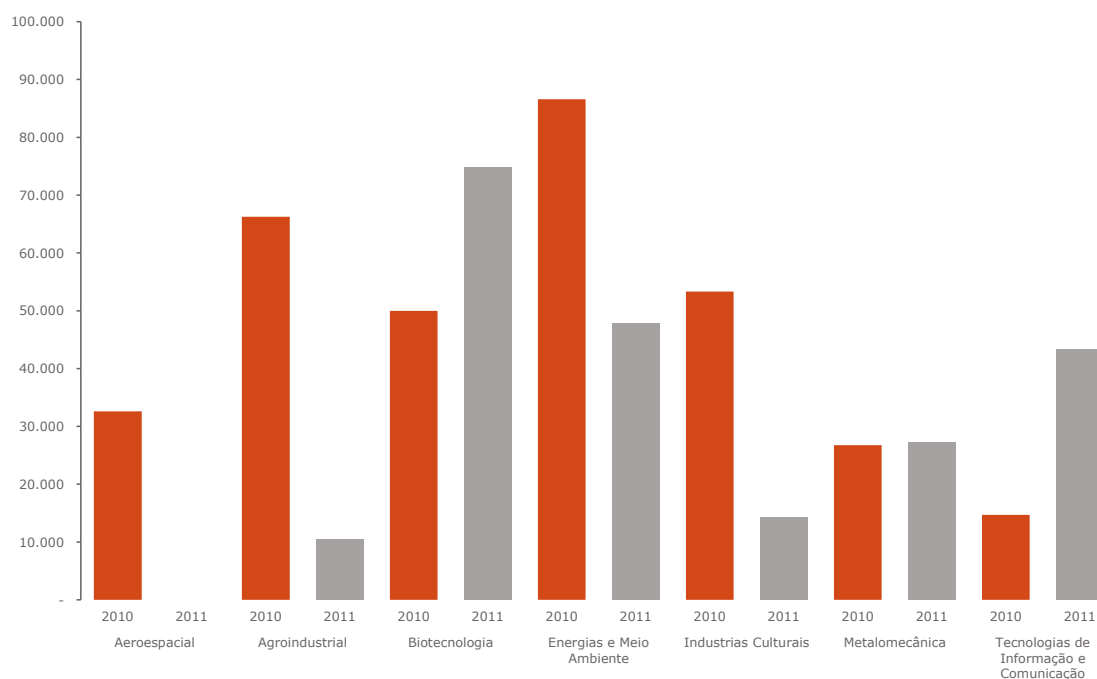
Evolução do emprego gerado pelos Fundos Reembolsáveis, por setor estratégico, no período 2010-2011



Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010 e 2011

Gráfico A. 27

Evolução do investimento por unidade de emprego gerada pelos Fundos Reembolsáveis, por setor estratégico, no período 2010-2011



Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010 e 2011

- O setor estratégico que induziu maior volume de investimento privado foi o “Energias e Meio Ambiente” (203 MEUR) o que resultou numa taxa de coinvestimento público de 10,7%. Este é o melhor resultado no conjunto de setores estratégicos e significa que por cada euro de investimento público é induzido, sensivelmente, um investimento privado de 9,35 euros no setor “Energias e Meio Ambiente”. O segundo

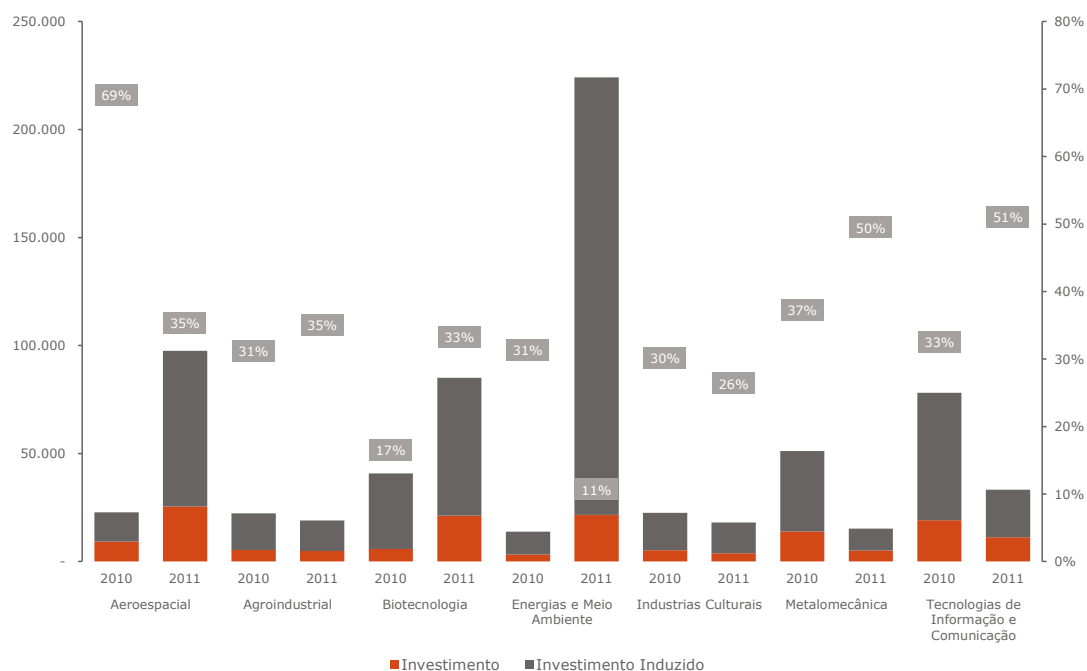
setor com melhor taxa de coinvestimento público é o “Indústrias Culturais” (26,4%) e os setores que apresentam piores resultados são o “Metalomecânica” (49,5%) e “Tecnologias de Informação e Comunicação” (51%). No gráfico A.5. podemos observar a evolução do investimento induzido e da taxa de cofinanciamento nos anos 2010 e 2011 e que apenas os setores “Energia e Meio Ambiente”, “Aeroespacial” e “Indústrias Culturais” viram o efeito alavancagem dos apoios públicos no investimento privado aumentar em 2011.

A eficácia do mecanismo de alavancagem depende da concretização de dois aspetos: posicionamento de não concorrência face às instituições financeiras, através da diferenciação e complementaridade aos instrumentos financeiros de mercado e imposição do coinvestimento através da limitação do nível de financiamento;

- Os fundos “Energia e Meio Ambiente” e “Indústrias Culturais” apresentaram um desempenho muito positivo em 2011 em comparação ao observado em 2010. Por outro lado, os setores “Biotecnologia”, “Metalomecânica” e “Tecnologias de Informação e Comunicação” apresentaram um pior desempenho durante 2011. Em 2011, o setor “Aeroespacial” apresentou maior capacidade de indução de investimento privado mas não gerou emprego direto, enquanto o setor “Agroindustrial” piorou ligeiramente a percentagem de coinvestimento público, mas apresentou um melhor rácio Investimento por unidade de emprego gerada.

Gráfico A. 28

Evolução do investimento, investimento induzido e taxa de coinvestimento dos Fundos Reembolsáveis, por setor estratégico, no período de 2010-2011 (unid: mil euros)



Fonte: Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010 e 2011

4.3 Boas Práticas

Caixa A. 8 Cash Advances

Em Espanha, a nível nacional, o fundo JEREMIE foi instalado pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO), no âmbito do Programa Operacional do Fundo Tecnológico Nacional (PO FTN).

Este fundo determinou uma política agressiva de *cash advances* por forma a aumentar o apoio do Centro de Desenvolvimento Tecnológico Industrial de Espanha (CDTI) aos projetos de IDI. O CDTI depende fortemente do seu nível de capital e gere incentivos reembolsáveis. O financiamento é desembolsado à medida que os beneficiários atingem os *milestones* do projeto e dão as garantias para o empréstimo. O mecanismo de *cash advances* é raro no âmbito do CDTI e é sempre sujeito a garantias e condições extremamente restritas. Por forma a acelerar o processo de implementação das empresas e para mitigar os efeitos decorrentes das restrições ao crédito que afetaram, principalmente, as PME, o sistema de *cash advances* foi fortemente reforçado, disponibilizando até 75% do empréstimo.

Neste sentido, o fundo JEREMIE disponibilizou um produto financeiro altamente específico que é sujeito aos requerimentos

dos empréstimos CDTI. O ICO disponibiliza garantias, a condições de mercado (as comissões de garantia são reinvestidas no próprio fundo) para cobrir a perda das empresas que receberam *cash advances*. Com esta iniciativa o CDTI conseguiu acelerar a realização do PO FTN e apoiar os projetos inovadores levados a cabo pelas empresas, nomeadamente, PME (75% do total), ao permitir ultrapassar os constrangimentos decorrentes das restrições ao crédito nas condições correntes dos mercados financeiros. No final de 2011 o total de operações aprovadas ascendia a 374 projetos com um valor de 133,6 MEUR.

Fonte: Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Spain, Faiña A., Lopez-Rodriguez J., Montes-Solla P., Varela Candamio L, Jean Monnet Research Group on Competition and Development, University of Coruña

Caixa A. 9

Flexibilidade de fundo e curso de desenvolvimento

A região centro da Dinamarca não selecionou uma estrutura de financiamento com recurso a um Fundo de Capital e concluiu que a implementação de fundos de garantia e microcrédito seriam irrelevantes. Com efeito, criou um fundo de 13,5 MEUR que se distingue pela sua flexibilidade: o gestor do fundo decide caso a caso se contrata um empréstimo, se realiza um investimento de capital ou uma combinação dos dois tipos de apoio.

São analisados numa periodicidade semestral/anual 75 a 100 empresas. As empresas com maior potencial de crescimento (entre 20 e 25) são selecionadas e analisadas, posteriormente, por um painel de especialistas. Nesta segunda fase, são selecionadas até 10 empresas que são sujeitas de seguida a um semestre intensivo de desenvolvimento comercial, com o objetivo de aferir se a empresa conseguirá ter um desempenho promissor nos semestres seguintes. As empresas que concluem este processo de avaliação estão em condições de se candidatar ao fundo.

O instrumento de financiamento que o fundo disponibiliza depende das conclusões do processo de desenvolvimento comercial, ou seja, do desempenho económico e financeiro projetado e do grau de atratividade enquanto objeto de investimento no final do período de apoio do fundo (2 a 3 semestres).

O montante de apoio varia entre 100 e 700 mil euros sendo que a taxa de contribuição do IEF é de cerca de 40% do projeto.

Fonte: European Regional Development Fund e INTERREG IVC, FIN-EN Thematic Working Group 1, "Programming" Report

Caixa A. 10

Combined Micro Loan Program, combinação de IEF com subsídios

A Hungria adotou a iniciativa JEREMIE em 2007 disponibilizando às PME, anualmente, desde então, uma diversidade de instrumentos financeiros.

No âmbito da iniciativa, em janeiro de 2011 foi criada uma ferramenta de apoio inovadora: a combinação de microcrédito e subsídios para microempresas.

A microempresa apresenta duas candidaturas. Uma candidatura a um microcrédito enviada a uma Instituição Financeira e uma candidatura ao subsídio enviada ao Organismo Intermédio. A Instituição Financeira avalia a candidatura em 3 semanas e o Organismo Intermédio em 1 mês. Estas entidades informam a Autoridade de Gestão da sua decisão que, por sua vez, tem a palavra final.

O microcrédito varia entre 3,5 e 71,4 mil euros, enquanto o subsídio 3,5 e 35,7 mil euros. As micro empresas têm de suportar com fundos próprios, no mínimo, 10% do investimento.

Desde o lançamento desta ferramenta de apoio que tanto o interesse manifestado pelas microempresas, como a taxa de aprovação tem crescido constantemente.

Fonte: European Regional Development Fund e INTERREG IVC, FIN-EN Thematic Working Group 1, "Programming" Report

5. Conclusões

Considera-se essencial a crescente utilização de IEF nos diversos Programas Operacionais, uma vez que estes disponibilizam modelos de apoio inovadores adaptáveis às características dos projetos, assegurando a sustentabilidade do investimento no longo prazo. Recorda-se que na terminologia da Comissão Europeia, os IEF incluem os incentivos reembolsáveis (que são utilizados em Portugal, por exemplo, no Sistema de Incentivos à Inovação no período de programação 2007-2013) e que os Subsídios (*grants*) correspondem exclusivamente ao incentivo a fundo perdido (não reembolsável).

A customização/adaptação dos instrumentos às circunstâncias específicas dos projetos que os Programas Operacionais apoiam, envolve um trabalho profundo de desenho e especificação dos modelos de financiamento suportado por uma análise *ex-ante* que aborde as imperfeições de mercado e situações de subaproveitamento do investimento, bem como os setores estratégicos e de elevado potencial na respetiva região.

A eficácia das políticas públicas (seja competitividade ou coesão) é superior num contexto em que os objetivos não sejam apenas procurados pelo setor público. Os IEF promovem o envolvimento de parceiros privados como coinvestidores, gestores de fundos e instituições financeiras que disponibilizam o seu conhecimento técnico e expertise no desenho e operacionalização dos mecanismos de apoio, possibilitando atingir melhores resultados em termos de inovação, geração de receita e sustentabilidade de resultados no futuro. Os IEF constituem uma forma de capacitação institucional através da criação de parcerias público-privadas e de promoção do empreendedorismo.

As características dos IEF permitem que a sua implementação gere um efeito multiplicador. Além do efeito de alavancagem associado ao investimento do setor privado realizado em paralelo com os fundos comunitários, numa filosofia de partilha de risco, a natureza *revolving* dos apoios permite que os fundos sejam reaplicados no futuro, aproveitando novas oportunidades de investimento.

A região da Andaluzia, na sequência da boa prática que foi o projeto piloto do programa JEREMIE, decidiu apostar-se em novos fundos de financiamento com estruturas e modelos semelhantes ao programa JEREMIE.

Seguindo as orientações existentes no seio da comunidade europeia, foram estruturados IEF que cobriram todos os objetivos temáticos e todos os fundos. Os IEF foram disponibilizados para o desenvolvimento empresarial, economia sustentável, empreendedorismo, geração de espaços produtivos ou energias renováveis e eficiência energética, cobrindo desta forma um conjunto vasto de setores de indústria e serviços, com enfoque no apoio a atividades intensivas de conhecimento e em empresas como PME e novas empresas com elevado potencial de crescimento.

Considera-se que a existência de fundos multi-instrumento (empréstimos ordinários, avais e garantias, empréstimos participativos - empréstimos com dívida subordinada - ou Fundos de Capital de Risco) e multisetoriais, amplia as possibilidades de implementação de projetos (maiores taxas de aprovação), dá maior flexibilidade aos gestores dos fundos e constitui uma boa prática que deve ser explorada, na medida que a disponibilização de uma maior gama de opções de execução operacional dos instrumentos financeiros (complementares) permite implementar políticas públicas mais ajustadas aos objetivos e necessidades estratégicas das regiões.

Por exemplo, a Andaluzia escolheu colocar a iniciativa JEREMIE em prática dividindo em dois mecanismos IEF: JEREMIE Capital Riesgo FCR e JEREMIE Multinstrumento. Este último disponibiliza às empresas uma solução abrangente (capital próprio, financiamento "mezzanine" (combinação de empréstimos e fundos próprios), empréstimos, empréstimos convertíveis, garantias), e flexível para ir de encontro às necessidades financeiras das empresas. Considera-se, desta forma, que este modelo propicia claramente um paradigma de intervenção pública que permite atingir objetivos de iniciativa privada, através da promoção de políticas de compromisso público-privado.

Considera-se, no entanto, que a combinação de instrumentos financeiros com outras formas de apoio, é ainda um tópico a explorar, em especial, a combinação de IEF com subsídios, na medida que permitirá aumentar o grau de flexibilidade dos instrumentos de apoio e dotá-los de maior adaptabilidade às necessidades específicas das regiões.

Referências Bibliográficas Consultadas:

- Agencia IDEA - Ayudas y financiación: <http://www.agenciaidea.es/creditos-empresa/>
- Agencia IDEA - Programas de incentivos y servicios: <http://appweb02.agenciaidea.es/infoempresa/web/guest/agencia-idea-programas-incentivos?ncontext=glistd>
- ÁLVAREZ, José Antonio - "El Sistema Bancario tras la Gran Recesión": Futuro de la Financiación Bancaria. Mediterráneo Económico, Núm. 19, ISBN-13:978-84-95531-51-3, 2011
- ÁLVAREZ, Jose Antonio - La banca española ante la actual crisis financeira. Estabilidad Financiera, Núm. 15, Banco de España, 2008
- Asociación Española de Entidades de Capital Riesgo - Informe/Survey, Impacto Económico y Social del Capital de Riesgo en España, 2010
- Asociación Española de Entidades de Capital Riesgo - Informe/Survey, Impacto Económico y Social del Capital de Riesgo en España, 2012
- Banco de España, Informe de estabilidad financiera, Mayo 2011
- Banco de España, Informe de estabilidad financiera, Noviembre 2011
- Banco de España, Informe de estabilidad financiera, Abril 2012
- Banco de España, Informe de estabilidad financeira, Noviembre 2012
- Comissão Europeia, INFOREGIO - Panorama Inforegio, n.º 43, Outono 2012
- de la MATA, Guadalupe - Nuevos instrumentos financieros de apoyo a la financiación de las pequeñas y medianas empresas como estrategia de desarrollo local, Análisis Local Número 58. I/2005, 2005
- European Commission, Financial Engineering Instruments Implemented by Member States with ERDF Contributions (Article 44 of Council Regulation Nº 1083/2006), Programming Period 2007-2013, Synthesis Report Situation as at 31 December 2010, Ref. Ares (2012) 78108 - 24/01/2012
- European Commission - Summary report on the progress made in financing and implementing financial engineering instruments co-financed by Structural Funds, Programming period 2007-2013, Situation as at 31 December 2011, Ref. Ares (2012) 1495848 - 14/12/2012

- *European Regional Development Fund e INTERREG IVC, FIN-EN Thematic Working Group 1, "Programming" Report*
- *FAIÑA A., LOPEZ-RODRIQUEZ J., MONTES SOLLA P., VARELA CANDAMIO L., Jean Monnet Research Group on Competition and Development, University of Coruña - Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Year 2- 2012, Task 1: Financial Engineering Spain*
- *FUENTES, Ignacio - Boletín Económico: Un análisis de las diferencias entre entidades en la evolución del crédito al sector privado durante la crisis, Banco de España, 2013*
- *GARCÍA-VAQUERO, Victor, ALONSO, Francisco - Boletín Económico: El Crédito Comercial en España: Importancia relativa y evolución reciente, Banco de España, 2011*
- *GAVILÁN, Ángel - Boletín Económico: Los efectos macroeconómicos de las diferencias en las condiciones de acceso al crédito entre sectores productivos: un análisis teórico, Banco de España, Julio-Agosto 2009*
- *HARO DE ROSARIO, Arturo, CAZORLA PAPIS, Leonardo, del CARMEN CABA PÉREZ, María - Las PYMES participadas por Entidades de Capital de Riesgo y el tejido empresarial en Andalucía. Un estudio económico-financiero comparativo, Cuadernos de CC.EE. y EE., N.º 59, 2010*
- *INTERACT, winter 2013, "can financial instruments be successfully implemented in european territorial cooperation programmes?"*
- *Investir no futuro da Europa, Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial, União Europeia, 2010*
- *JIMÉNEZ, Francisco, MATHESIUS, Stefan, Agencia IDEA - JEREMIE Implementation with a Regional Development Agency – The case of Andalucía: challenges, achievements and perspectives, Brussels, 30th November 2010*
- *Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2009*
- *Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2010*
- *Junta de Andalucía, Agencia IDEA - IDEA Informe anual 2011*
- *MENÉNDEZ, Álvaro, MULINO, Maristela - Boletín Económico: Encuesta del BCE sobre el acceso de las PYMES a la financiación. Análisis de resultados y evolución reciente, Banco de España, 2012*
- *MENÉNDEZ, Álvaro, MÉNDEZ, María - Boletín Económico: La evolución del endeudamiento de las empresas no financieras españolas desde el inicio de la crisis. Un análisis desagregado, Banco de España, 2013*
- *NAVARRO, Álvaro, Agencia IDEA - Establishing a standardised methodology to measure JEREMIE impact, Brussels, 20th May 2011*
- *OÑA NAVARRO, Francisco – "El Sistema Bancario tras la Gran Recesión": Crisis en los mercados de deuda y crédito (2007-2010). Mediterráneo Económico, Núm. 19, ISBN-13:978-84-95531-51-3, 2011*
- *Onde nasce o emprego em Portugal, Teresa Cardoso de Menezes, informa D&B, 2.ª conferência Crescimento Empresarial, 8 de maio 2013*
- *Polish Agency for Enterprise Development - Towards Innovative Economy, Effects of Grants to Enterprises in Poland, 2011*
- *TRUJILLO, José Antonio – "El Sistema Bancario tras la Gran Recesión": La crisis y el futuro de la financiación de las entidades de crédito en España. Mediterráneo Económico, Núm. 19, 2011, ISBN-13:978-84-95531-51-3, 2011*
- *WARD, Terry, Applica sprl - Expert evaluation network 2012, The use of the ERDF to support Financial Engineering Instruments, Synthesis Report, 2012*

N.2 Apoios ao Sistema Nacional de Investigação e Inovação da República Checa

1. Justificação da seleção da região comparável

No âmbito do apoio ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional procurou-se identificar um país onde o peso do setor público, via universidades, laboratórios e/ou institutos de I&D, fosse relevante. Este é o cenário encontrado na República Checa.

O Sistema Nacional de Investigação e Inovação (SNII) da República Checa está sustentado num modelo centralizado, caracterizado pela predominância do setor público, através da forte posição da Academia de Ciências da República Checa (ACRC), uma instituição comum nos países a passar por uma fase pós-comunismo. Por outro lado, pretendíamos identificar um país onde a I&D fosse reconhecida como um elemento fundamental na promoção da competitividade do país e que, como tal, estivesse numa fase de expansão.

Por fim, verificámos que o SNII enfrenta um conjunto de desafios estruturais relevantes no que diz respeito à promoção da articulação do setor público de investigação com o setor empresarial e na definição de um modelo de especialização da I&D que permita à economia escalar para fases de maior valor acrescentado da sua cadeia de valor.

2. Caracterização do Sistema Nacional de Investigação e Inovação da República Checa

2.1 Visão Global

O Sistema Nacional de Investigação e Inovação (SNII) da República Checa sustenta-se num modelo centralizado, com a predominância do setor público, através da forte posição da Academia de Ciências da República Checa (ACRC), o que é uma situação comum nos países a passar por uma fase pós-comunismo.

A nível político, a responsabilidade está atribuída ao Conselho para a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI), com responsabilidades de preparação da proposta (sujeita a aprovação em sede governamental) de distribuição dos fundos públicos para I&D por outros organismos responsáveis pela coordenação das iniciativas públicas de I&D. O CIDI é também responsável pelo desenho da política de IDI, pela preparação de regulamentos e pela definição do conjunto das prioridades nacionais de I&D e pela realização de avaliações de inovação. Este conjunto de atividades tem sido descurado porque o CIDI centraliza um conjunto diverso de responsabilidades, nomeadamente de gestão processual e de âmbito micro.

Há 9 organismos públicos que financiam a I&D na República Checa, isto é, que são responsáveis pela coordenação das diversas iniciativas de IDI apoiadas no âmbito dos respetivos orçamentos de I&D, a saber:

- Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD), que disponibiliza fundos para investigação conduzida em universidades e coordena o Programa Operacional Investigação e Desenvolvimento para a Inovação (PO IDI) e o Programa Operacional Educação para a Competitividade (PO EC);
- Ministério da Indústria e Comércio (MIC), que coordena o Programa Operacional Empresas e Inovação (PO EI) e financia programas para a IDI empresarial;
- Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Ministério da Defesa, Ministério do Interior e Ministério da Cultura;
- Fundação Ciência da República Checa (FC RC) e Agência Tecnológica da República Checa (AT RC) que são os organismos que disponibilizam mais fundos públicos para a I&D.

Como veremos mais adiante, em termos de realização das iniciativas de I&D, o setor privado como um todo é o que tem maior peso, enquanto que a Academia de Ciências da República Checa (AC RC) é o maior executante individual de I&D. De seguida, surgem as universidades e os institutos de investigação setoriais.

Evolução do SNII

A República Checa aderiu à iniciativa Europa 2020 e tem como objetivo da sua política de investigação nacional investir, em 2020, pelo menos 2,7% do PIB.

De acordo com o relatório "*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*", na República Checa, entre 1995 e 2009, o investimento em I&D quadruplicou e o peso relativo no PIB cresceu significativamente mais do que nos restantes países da UE27, convergindo, assim, para o valor médio deste grupo que ascende a 2%. Conforme podemos ver na tabela abaixo, a intensidade de I&D no PIB tem vindo a crescer, com exceção do ano de 2008, e no ano de 2010, atingiu 1,56%.

O processo de *catching-up* observado na República Checa resulta em grande medida da crescente aposta em I&D por parte do setor empresarial, conforme se observa pela evolução do Despesas Brutas em I&D (DBID) e Investimento Empresarial em I&D (IEID) em % do PIB. O peso do IEID em % do PIB situa-se ainda abaixo da média europeia.

Note-se que o peso do setor empresarial nas despesas em I&D encontrava-se em linha com a média europeia até 2010. No entanto, conforme se verifica pela evolução negativa entre 2008 e 2009, a crise financeira teve impacto no investimento em I&D protagonizado pelas empresas.

Quadro A. 321.
Indicadores do Investimento em I&D na República Checa

Indicadores	Anos			Média da UE
	2008	2009	2010	2010
Taxa crescimento PIB (%)	3,1	-4,7	2,7	2,0
Despesas brutas em I&D (DBID) em % do PIB	1,4	1,5	1,6	2,0
DBID <i>per capita</i> <i>Unid: MEUR</i>	209	200	218	490
Dotações Orçamentais e Despesas Públicas em I&D (DODPID) <i>Unid: MEUR</i>	821	870	894	92.729
DODPID em % do PIB	0,5	0,6	0,6	0,8
Investimento empresarial em I&D (IEID) <i>Unid: MEUR</i>	1.342	1.257	1.449	151.126
IEID em % do PIB	0,9	0,9	1,0	1,2
% DBID financiadas por fontes estrangeiras	6,5	10,4	10,4	8,4 (2009)
I&D realizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) em % das DBID	16,8	18,1	18,0	24,2
I&D realizada pelas Organizações Públicas de Investigação (OPI) em % das DBID	20,9	21,4	19,4	13,2
I&D realizada pelo Setor Empresarial em % das DBID	61,9	60,0	62,0	61,5

Fonte: ERAWATCH 2011

O financiamento estrangeiro demonstra uma predominância crescente no seio do investimento bruto em I&D e superior ao peso observado no contexto europeu. O setor empresarial checo é um dos mais internacionalizados na UE em termos de I&D (57% do investimento em I&D do setor privado foi realizado por empresas detidas por capital estrangeiro).

O peso da I&D protagonizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) é inferior à média europeia, enquanto o realizado pelas Organizações Públicas de Investigação (OPI) encontra-se acima.

2.2 Caracterização setorial do SNII

A estrutura de financiamento da República Checa, em termos de divisão setorial, assemelha-se à das economias europeias. A estrutura de financiamento da I&D na República Checa demonstra ser sólida devido ao processo de internacionalização que se observou nos últimos anos, sendo que se se considerarem as fontes de financiamento externas, a I&D na República Checa é financiada em cerca de 60% por fontes privadas, posicionando-se entre países como a França e o Reino Unido.

Segundo o "International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report", e em conformidade com convenções internacionais, o setor de I&D na República Checa compreende quatro setores de atividade:

- Setor Empresarial (SE) – é constituído por todas as empresas, organizações e instituições cuja atividade principal é a produção de bens e serviços para comercialização no mercado a um determinado preço;
- Setor Governamental (SG) – inclui a ACRC e outros estabelecimentos de investigação sob alçada dos ministérios competentes (a partir de janeiro de 2007, os estatutos da maioria destas entidades alteraram-se para instituições públicas de investigação), instituições do governo central e local, com exceção das instituições de ensino superior. Compreende ainda bibliotecas públicas, arquivos, museus e outros estabelecimentos culturais que realizam I&D como sua atividade secundária;
- Setor Ensino Superior (SES) – compreende tanto universidades públicas como privadas, assim como outras instituições de ensino pós-secundário. Inclui também os institutos de investigação, estabelecimentos e clínicas experimentais que são geridos diretamente por instituições de ensino superior ou entidades associadas a estas;
- Setor Privado Não Lucrativo (SPNL) – inclui todas as instituições privadas cujo primeiro objetivo não é a obtenção de lucro, mas disponibilizar serviços *non-market* para as famílias, como é o caso de organizações de investigação, sociedades, sindicatos, movimentos, federações ou fundações.

O Setor Empresarial é o setor com maior peso em termos de realização e financiamento da atividade de I&D. A sua atividade é financiada essencialmente por fundos próprios, apoios governamentais e fundos estrangeiros. Observa-se pouca interação, nos dois sentidos, entre o setor empresarial e os setores de ensino superior e privado não lucrativo. Esta situação configura um dos principais desafios do SNII.

Quadro A. 322.**Despesas em I&D por setores de atividade e fontes de financiamento em 2011**

(unidade: MEUR)

Setor de Financiamento	Setor de Performance				Total
	Setor Empresarial	Setor Governamental	Setor de Ensino Superior	Setor Privado Não Lucrativo	
Setor Empresarial	1.321,06	17,35	6,34	3,79	1.348,55
Setor Governamental	221,67	391,29	445,17	6,49	1.064,62
Setor de Ensino Superior	0,71	0,62	22,12	0,42	23,86
Setor Privado Não Lucrativo	-	-	0,03	0,15	0,18
Estrangeiro	191,34	95,12	148,07	3,21	437,74
Total	1.734,79	504,38	621,73	14,04	2.874,95
<i>Comissão Europeia</i>	52,02	41,08	145,41	3,18	241,69

Fonte: Eurostat (2013)

Destaca-se que, apesar de a maioria das instituições do ensino superior ter apenas começado a criar capacidades em I&D a partir da década de 90, este setor já tem maior peso que o setor governamental, que viu no início da década de 90 a redução da importância da ACRC. Não há um *benchmark* internacional definido para o peso destes setores, na medida em que se defende a complementaridade de competências e tarefas cumpridas por estes. (*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

Apesar de o SES e SPNL dependerem fundamentalmente do financiamento governamental, este tem perdido alguma preponderância para as fontes de financiamento estrangeiras, em particular, devido ao papel dos fundos da Comissão Europeia que representam já 8% da despesa em I&D e que no caso do setor de ensino superior, quase que totaliza o montante dos recursos estrangeiros.

Apesar de uma parte significativa dos fundos estrangeiros dirigir-se para as empresas, o setor empresarial é onde os recursos externos têm menor relevância. De facto, o peso das empresas de capital estrangeiro em investimento privado em I&D é elevado na República Checa em comparação com a média europeia. Na segunda metade da década de 2000 observou-se uma expansão significativa da internacionalização do financiamento de I&D na República Checa e que teve maior expressão no setor empresarial. Entre os estados membros da UE, em 2009, a República Checa era o 4º país com maior proporção do financiamento público de I&D empresarial (20%). O peso do financiamento público na I&D do SG e SES é similar à maioria dos países da Europa central e de leste e inferior ao verificado nos países do norte da Europa (por exemplo, em países como Dinamarca, Irlanda, Países Baixos e Suécia, os valores de financiamento público à I&D do SES excedem os 70%). (*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

Quadro A. 323.**Despesas em I&D por setores de atividade e etapas do processo de I&D em 2011**

(unidade: MEUR)

Setor de performance	Etapas do Processo de I&D		
	<i>Investigação Básica</i>	<i>Investigação Aplicada</i>	<i>Desenvolvimento Experimental</i>
Setor Empresarial	37,11	578,02	1.119,66
Setor Governamental	373,18	106,36	24,84
Setor de Ensino Superior	321,48	231,97	68,29
Setor Privado Não Lucrativo	2,30	9,18	2,57
Total	734,06	925,53	1.215,36

Fonte: Eurostat (2013)

A principal etapa de I&D realizada na República Checa é de desenvolvimento experimental, levada a cabo pelo setor empresarial. O setor empresarial é ainda o principal promotor de atividades de investigação aplicada, mas o seu contributo para a etapa de investigação básica é marginal. Esta etapa é assegurada em níveis idênticos pelos setores governamental e ensino superior. Este último tem ainda um peso significativo na realização de investigação aplicada.

2.2.1 Sistema de Investigação e Ensino Superior

O Sistema de Investigação e Ensino Superior (SIES) compreende o conjunto de universidades públicas e privadas, a ACRC e os institutos públicos e privados focados em investigação aplicada para o Estado e para a Indústria.

A produção de conhecimento na República Checa está altamente concentrada no setor público, principalmente através da ACRC e das universidades. O setor público conta com cerca de 27.000 investigadores e cerca de 10.000 técnicos. Ao contrário dos países da Europa Ocidental e da crescente cooperação entre as entidades, grande parte das atividades de investigação, nomeadamente de investigação fundamental, é realizada na ACRC, enquanto que as universidades estão focadas na área de educação. (ERAWATCH 2011)

A ACRC tem como missão coordenar os programas de investigação básica num conjunto alargado de áreas, tendo como objetivo realizar avanços científicos a nível internacional e responder às necessidades específicas da sociedade checa. Além da sua participação em programas de investigação, os cientistas da ACRC participam no sistema educativo, em particular, em programas de doutoramento para investigadores jovens e no ensino das universidades. A promoção da interação entre a fase de investigação básica e as fases seguintes do processo de I&D (investigação aplicada e desenvolvimento experimental) e ainda com a atividade industrial, é também uma preocupação que pauta a atividade da ACRC.

Segundo o “*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*”, em 2009, a ACRC contava com cerca de 7.000 colaboradores distribuídos por 54 institutos de investigação públicos, divididos em 3 domínios científicos:

- Matemática, Física e Ciências da Terra
- Química e Ciências da Vida
- Humanidades e Ciências Sociais

Os sistemas universitários, à data, compreendiam 26 instituições públicas de ensino superior e 19 laboratórios governamentais. Antes da transição do período comunista para o atual, as universidades direcionavam a sua atividade para a educação. Desde aí, e apesar de manterem o seu enfoque na educação, estas instituições começaram a desenvolver atividades de pesquisa e contam com cerca de 19.000 investigadores ETI (Equivalente a Tempo Integral), sendo uma parte significativa de doutorados treinados na ACRC.

A atividade destas instituições está altamente concentrada nas regiões de Praga (54% do tempo dos colaboradores em I&D) e de Brno (18% do tempo dos colaboradores em I&D).

As Organizações de Investigação e Tecnologia (OIT), por último, compreendem um conjunto de 60 institutos de investigação aplicada que são formalmente empresas privadas, mas que desempenham funções públicas.

Há um conjunto de organizações de I&D de iniciativa privada, a maioria nas áreas de química e engenharia elétrica e mecânica, que trabalham em programas de investigação pública, mas que se dedicam, principalmente, a trabalhos de investigação para parceiros industriais que contam com o apoio de subsídios nacionais e internacionais de apoio à I&D. Estas organizações, em 2009, tiveram um peso de 14% nas despesas de I&D do SE e corresponderam a cerca de 29% do financiamento do SG para o SE. (*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

Setor Governamental

De acordo com a Tabela A.2., a atividade de I&D desenvolvida pelo Setor Governamental depende principalmente de fundos próprios (78%) e de financiamento externo, em particular, da Comissão Europeia.

Os fundos governamentais destinam-se também a atividades de I&D realizadas fora do perímetro governamental e denominam-se internacionalmente por Dotações Orçamentais ou Despesas Públicas em Investigação e Desenvolvimento (DODPID).

O processo de convergência da atividade em I&D na República Checa no contexto europeu tem conhecido um importante apoio nos fundos públicos. As DODPID nos últimos anos têm crescido a uma taxa anual acima de 10% enquanto a média europeia ronda os 3%. O peso das DODPID no PIB tem rondado em média 0,7% na União Europeia nos últimos 10 anos. No caso checo, nos anos 2003 e 2004, este indicador situava-se em 0,5% e em 2012 atingiu 0,69%.

No contexto das Dotações Orçamentais ou Despesas Públicas (DODP), não se observou uma crescente preocupação em termos de política pública para a I&D, na medida em que as DODPID mantiveram um grau de intensidade constante nas DODP durante largos anos, até 2011 quando ocorreu um aumento significativo deste indicador.

Os principais objetivos socioeconómicos para investigação das DODPID foram, em 2012, a promoção geral de conhecimento, através de fundos universitários (28%) e outros fundos (30%), a “Produção industrial e Tecnologia” (14%). A saúde, agricultura e transportes, telecomunicações e outras infraestruturas surgem de seguida como principais objetivos socioeconómicos endereçados pelos fundos públicos para a I&D.

Os fundos destinados a iniciativas de I&D podem assumir a forma de financiamento institucional ou de financiamento *project-based* e a sua combinação tem sido um tema bastante discutido. A nível internacional, apesar da tendência que se verifica em prol do financiamento *project-based*, não existem conclusões válidas na determinação da combinação ótima entre as duas tipologias.

Do lado do financiamento *project-based* advoga-se a maior capacidade em orientar e selecionar as áreas técnicas, de acordo com o respetivo potencial de crescimento e em função do modelo de especialização da economia. A estruturação de projetos em áreas técnicas específicas de alto valor acrescentado para a economia, poderá funcionar como um mecanismo sinalizador e orientador na promoção da interação entre setor académico e empresarial e como um meio facilitador de mobilização de equipas técnicas e de um plano de investimento. A definição de projetos figura num enquadramento estratégico consubstanciado num programa de ação onde se determina a natureza dos projetos e despesas que se pretende apoiar, as respetivas condições de acesso e de elegibilidade dos promotores, bem como os critérios de avaliação e seleção vigentes por forma a alcançar níveis de investigação de excelência.

O financiamento institucional é a principal forma de financiamento do investimento em I&D da ACRC e das instituições públicas de investigação, sendo a principal linha de financiamento os programas de investigação nacionais. No caso das instituições públicas de investigação destaca-se o peso dos contratos/serviços de investigação. Verifica-se, porém, uma tendência crescente do financiamento *project-based* em detrimento do financiamento institucional.

Em 2011, o setor governamental realizou 74% da sua despesa em I&D em investigação básica e 21% em investigação aplicada. O contributo em termos de desenvolvimento experimental foi relativamente reduzido (5%).

Em 2011, a principal área técnica/científica endereçada pelo setor governamental é a de Ciências Naturais (64%) sendo este o nível mais elevado no contexto europeu. A área de Engenharia e Tecnologia apresenta um grau reduzido, em particular no contexto europeu. Este modelo de especialização reflete o perfil de especialização da ACRC que se focava em áreas como Física e Química, enquanto que as áreas de engenharia eram desempenhadas por antigos institutos industriais que foram posteriormente privatizados. (*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

Setor de Ensino Superior

Conforme vimos anteriormente, a despesa em I&D do Setor de Ensino Superior depende fundamentalmente dos apoios governamentais e em segunda instância dos apoios da Comissão Europeia.

O papel do setor empresarial no financiamento da atividade de I&D do setor de ensino superior é diminuto, o que expõe um dos principais desafios estruturais que o SNII enfrenta: a fraca interação e cooperação entre o setor académico e científico e o setor empresarial, a qual resulta em modelos de especialização assíncronos entre estes setores, que limitam o potencial de inovação do país.

Em primeiro lugar, uma parte relevante de produção científica e resultados de I&D protagonizados pelo setor académico não é aproveitada a jusante pela indústria, não se traduzindo em inovação em termos de desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. Em segundo lugar, diversas indústrias acabam por não dispor de recursos humanos altamente qualificados ou de obter conhecimento científico e tecnológico *state-of-the-art*, que possam explorar de imediato, e assim ajudá-las a colocarem-se rapidamente em posições privilegiadas perto da fronteira tecnológica e de maior competitividade à escala internacional.

No entanto, o reduzido peso do financiamento por parte das empresas na I&D do SES, é transversal a um extenso grupo de países. As exceções são a Alemanha, Coreia do Sul, Hungria e Eslovénia que verificam indicadores entre 10% e 20% e a China, Rússia e Turquia que exibem um peso acima de 20%. A nível internacional, o financiamento público continua a ser a fonte de financiamento mais relevante para o setor de ensino superior, em particular, nos países da União Europeia.

Em 2011, o setor de ensino superior realizou 52% da sua despesa em I&D em investigação básica (em 2007 era superior a 60%) e 37% em investigação aplicada. O contributo em termos de desenvolvimento experimental foi relativamente reduzido, o que revela a menor apetência das universidades para intervir no processo de I&D do setor empresarial. Este último dado torna-se particularmente relevante, na medida que nem o setor de ensino superior nem o setor governamental desempenham o papel de fornecedor de serviços de I&D para o setor empresarial.

Em 2011, a principal área técnica/científica endereçada pelo setor de ensino superior é a de Engenharia e Tecnologia (39%), o que serve de base à capacitação necessária das universidades para colaborar com as empresas na realização de iniciativas de I&D. As ciências naturais (29%) e ciências médicas (14%) são outros campos de investigação com peso relevante na realização de I&D do setor de ensino superior.

A OCDE indica que 60% das despesas do SES na República Checa tem origem em financiamento institucional e 40% em financiamento *project-based*, estando ao nível da Polónia e entre países como Noruega e Canadá. Países líder em produção científica como Alemanha, Países Baixos e Suíça, apresentam percentagens de financiamento institucional bastante superiores.

Em 2009, segundo um *survey* realizado a reitores e diretores das instituições de ensino superior, a maior parte do financiamento das universidades era maioritariamente proveniente de fundos públicos (77%), via financiamento institucional (56%) e programas de investigação nacionais (21%). Os fundos da União Europeia correspondiam a 10% do financiamento total das universidades, sendo que 6% enquadravam-se nos Programas Operacionais do período de programação 2007-2013 e os restantes através de Programas de I&D Internacionais/UE. (International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report)

Em termos globais, o Sistema de Investigação e Ensino Superior revela uma estrutura de desempenho desequilibrada, uma vez que concentra a sua atividade nas etapas de investigação, em detrimento da fase de desenvolvimento que é praticamente ausente no SIES. Esta situação não está dissociada do parco financiamento empresarial das atividades de I&D desempenhadas pelo SIES e do legado das privatizações dos antigos institutos industriais que agora operam no setor comercial de I&D enquanto o setor público deixou de realizar apoio tecnológico direto junto da indústria. (International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report)

2.2.2 A Investigação & Desenvolvimento & Inovação nas empresas

O investimento em I&D das empresas é mais volátil que o realizado pelo setor público, na medida que as suas decisões de financiamento acompanham o ciclo económico.

O IEID em % do PIB tem tido uma evolução positiva nos anos mais recentes, mas mantém-se ainda abaixo da média europeia (ver tabela A.1.). Em 2011 o investimento empresarial em I&D na República Checa (tx. crescimento de 20%) continuou a convergir com a média europeia (5%). Em proporção do PIB, o IEID atingiu 1,12% (0,97% em 2010) na República Checa e 1,33% (1,31% em 2010) na UE15.

Quadro A. 324.

Fontes de financiamento do setor empresarial, por dimensão das empresas, em 2011

(unid: MEUR)

Setor de Financiamento	Dimensão Empresarial (# colaboradores)							Total
	0	1 a 9	10 a 49	50 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 - N	
Setor Empresarial	1,61	21,72	93,93	262,39	107,94	155,34	678,12	1.321,06
Setor Governamental	1,17	12,50	35,32	78,78	47,63	20,45	25,82	221,67
Setor de Ensino Superior	0,02	0,22	0,08	0,21	0,09	0,10	-	0,71
Setor Privado Não Lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-
Estrangeiro	0,00	9,15	40,69	58,58	29,40	4,15	49,38	191,34
Total	2,79	43,59	170,03	399,97	185,05	180,04	753,32	1.734,79

Fonte: Eurostat (2013)

As empresas que investem mais em I&D são as empresas com mais de 1000 colaboradores que se financiam fundamentalmente com fundos próprios e recursos estrangeiros. As Pequenas e Médias Empresas - PME (até 250 colaboradores) correspondem a cerca de 36% do investimento em I&D e são financiadas principalmente por fundos próprios (62%), fundos públicos (21%) e recursos estrangeiros (18%). Os fundos públicos e do ensino superior destinam-se principalmente às PME (58% e 73% respetivamente), sendo que se observa maior enfoque nas micro e pequenas empresas no caso do ensino superior (44%).

O perfil de especialização da I&D checa tem correspondência na sua economia produtiva, em particular, devido ao significativo investimento em I&D protagonizado pela indústria de transformação que representa cerca de um quarto do valor acrescentado da economia checa. A maior porção de investimento em I&D verificou-se no setor automóvel e indústrias relacionadas, seguido das indústrias elétrica e ótica, indústria química (petróleo) e farmacêutica. (ERAWATCH 2011)

A intensidade em I&D tem crescido nas áreas da indústria transformadora dos veículos e equipamento de transportes, indústria química, computadores, rádio, televisão e comunicações e maquinaria e equipamento elétrico e ótico. (International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report)

Apesar da crescente internacionalização do financiamento de I&D na República Checa, a inovação observada na República Checa é principalmente impulsionada pela difusão e absorção de tecnologias que são novas para as

empresas e no país, mas não resultam em inovação ao nível internacional. (*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

Esta realidade está intimamente ligada à estratégia dos grupos empresariais estrangeiros e da localização geográfica das suas competências técnicas que impacta significativamente no desempenho de I&D local. Apesar do Investimento Direto Estrangeiro observado na economia checa ter ajudado à recuperação do nível de atividade em I&D dos setores de transportes e automóvel, tradicionalmente, os mais fortes do país, a produção nestes setores circunscreve-se a fases de baixo valor acrescentado das mesmas e que têm a si associadas a etapa de desenvolvimento experimental e não de investigação. Neste cenário, uma elevada dependência de capital estrangeiro na realização de I&D redundava num reduzido grau de cooperação em I&D entre os setores público, académico e grandes empresas.

Neste sentido, é natural que a proporção de investimento em I&D no setor empresarial focado em desenvolvimento experimental ascenda a 65% (em 2010, este indicador ascendia a 71%). O setor empresarial foca-se essencialmente na fase de desenvolvimento experimental do processo de I&D, sendo que as etapas de investigação básica e aplicada apresentam níveis relativamente baixos, o que significa que as atividades de desenvolvimento não se realizam sobre resultados de I&D criados internamente, mas da adaptação de conhecimento e tecnologia já desenvolvida.

O financiamento da I&D no setor empresarial é na sua maioria realizado com recurso a fundos próprios e, em segundo plano, através de fontes de financiamento públicas que apresentam um nível elevado no panorama internacional. Em 2009, a República Checa era o 4º país com maior apoio direto governamental em percentagem do PIB, atrás dos EUA, França e Coreia do Sul. (*OCDE (2010) in International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

Em 2011, a principal área técnica/científica endereçada pelo setor empresarial foi Engenharia e Tecnologia (79%) e Ciências Naturais (13%) com especial enfoque nas atividades económicas da indústria transformadora (65%), em particular, nas subáreas de fabricação de veículos motorizados, reboques e semirreboques, equipamentos e máquinas, equipamento de transporte e elétrico, atividades profissionais técnicas e científicas (18%) e informação e comunicação (12%), em particular, nas subáreas de programação e computadores e telecomunicações. A origem dos fundos do investimento empresarial em I&D no mesmo ano foi "autofinanciamento" (76%), fundos públicos governamentais (13%) e recursos externos (11%). (*Eurostat 2013*)

Uma análise cruzada dos dados permite observar que os fundos próprios e estrangeiros destinam-se para atividades profissionais técnicas e científicas e para os subsectores de "Veículos motorizados, reboques e semirreboques", "Equipamento de transporte" e programação e computadores. No que diz respeito aos fundos governamentais destaca-se, além das atividades profissionais técnicas e científicas, o peso dos subsectores serviços de informação, da fabricação e reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

Observa-se ainda que o setor governamental tem pouco peso no subsector "Veículos motorizados, reboques e semirreboques", o qual é o maior em termos de investimento empresarial em I&D.

As atividades profissionais técnicas e científicas possuem uma contribuição significativa de fundos governamentais e estrangeiros.

O investimento em I&D em atividades económicas ligadas à saúde, trabalho social, turismo, transporte e armazenamento, *utilities* (eletricidade, gás, distribuição de água) e agricultura, pesca e silvicultura, dada a sua natureza, tem uma forte dependência de fundos governamentais. Na indústria transformadora, este cenário coloca-se nos subsectores de metais e produtos metálicos, produtos computadorizados, eletrónicos e óticos e na atividade de informação e comunicação, coloca-se ao nível da produção multimédia (televisiva, vídeo, som, etc...) e dos serviços de informação.

As atividades de *real estate*, administração pública e defesa, segurança social e educação, e os subsectores de vestuário, produtos de comida e bebida, madeira e produtos de madeira na indústria transformadora e os subsectores de telecomunicações e programação e computadores na área da informação e comunicação, são os que apresentam maior dependência de fundos estrangeiros na realização de I&D.

Uma análise comparativa com outros países da I&D realizada por diferentes indústrias permite observar que o setor empresarial checo, em termos de I&D, se está a especializar nas indústrias de veículos motorizados, reboques e semirreboques, fabricação, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, fabricação de equipamento elétrico, fabricação de metais básicos, produtos de borracha e plástico e produtos minerais não metálicos e fabricação de têxteis, vestuário e algodão e produtos relacionados.

2.3. Avaliação do SNII

O "Política de IDI Nacional 2009-2015" aprovada em junho de 2009 determina um conjunto de objetivos nos quais se destacam o desenho da estratégia de IDI, em particular, a definição do papel do setor público e a promoção da sua cooperação com o setor privado e a criação de um ambiente e cultura de IDI através da disponibilização de recursos qualificados, da realização de projetos de cooperação internacional, da coordenação com outras políticas setoriais e da sistematização da monitorização e avaliação do SNII.

A monitorização e avaliação do SNII têm sido realizadas, contudo, num passado recente, como são os exemplos a "Estratégia de Competitividade Internacional da República Checa, "Estratégia de Inovação Nacional"

e “Auditoria Internacional da IDI Checa”. De seguida apresentamos sumariamente algumas conclusões dessas publicações.

A instabilidade política e a falta de confiança dos agentes económicos no sistema de IDI configuram constrangimentos para o correto funcionamento do sistema.

Ao nível da gestão da política de IDI defende-se uma maior simplificação do sistema de financiamento da IDI, através da redução do n.º de prestadores de apoios públicos à IDI e da concentração na AT RC dos apoios públicos à investigação aplicada. A necessidade de simplificação do sistema está também associada à fraca coordenação e coesão nas operações ao abrigo da jurisdição do CIDI, MEJD e MIC que tem impedido a definição de uma abordagem estratégica para a inovação. (ERAWATCH 2011)

O enquadramento institucional é outro fator estrutural que prejudica significativamente a competitividade da economia checa e que terá de ser abordado através da definição de regras claras e imparciais ao nível do SNII nos seguintes aspetos:

- Maior eficácia nos processos administrativos que bloqueiam a cooperação entre as entidades académicas e setor empresarial e a sua articulação no alinhamento das fases de investigação básica, investigação aplicada e desenvolvimento empresarial a realizar;
- Definição das funções e responsabilidades das entidades do SNII, como ACRC, universidades e OPT, permitindo uma melhor orientação dos projetos a desenvolver e dos recursos financeiros e humanos (e suas competências técnicas) e índices superiores de cooperação entre estas entidades.

A este nível sugere-se que a gestão de recursos deve ser determinada em função da introdução de uma metodologia de avaliação dos resultados de I&D, mais centrada na qualidade dos mesmos (menos enfoque no aspeto quantitativo) e analisando um histórico de resultados maior e devidamente contextualizado. A este nível, propõe-se a criação de um sistema de contratos de desempenho com abordagens prospetivas e retrospectivas, indicadores objetivos (tanto *outputs* como impactos) e análise internacional comparável que permita mitigar as distorções estruturais e comportamentais que impedem o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico do país. (*International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report*)

A estrutura do sistema de investigação e inovação e a reduzida cooperação entre setores de investigação e setor empresarial são outro importante desafio estrutural do SNII.

Uma parte significativa do investimento empresarial em I&D tem origem em empresas multinacionais que, no entanto, mantêm as atividades de investigação nucleares junto da sede, o que implica que o conjunto de competências e especialização atinentes à atividade dos estabelecimentos localizados na República Checa seja para fases da cadeia de valor de menor valor acrescentado, nomeadamente, fases que, geralmente, têm a si associadas atividades de desenvolvimento experimental. Daqui resulta uma oportunidade para o sistema público de investigação: investir em programas de pesquisa que estejam alinhados com as necessidades e exigências das respetivas indústrias, gerando o Capital Humano e conhecimento técnico e tecnológico necessário, que funcionem como um fator relevante de atração de IDE, que possibilite promover um processo de transformação empresarial que envolva as multinacionais na cadeia de valor de negócio nacional, tendo por objetivo avançar na realização de atividades de maior valor acrescentado, tanto ao nível do processo produtivo, como, consequentemente, ao nível do processo de I&D.

A fraca cooperação entre setor de investigação e indústria também se justifica pela separação histórica e pelas diferenças culturais entre os setores.³⁷

De acordo com o *Innovation Union Scoreboard*, a República Checa apresenta um bom desempenho em alguns indicadores, a saber: nível de educação secundário na faixa etária 20-24 anos, novos doutorados (apesar da estagnação do crescimento), despesas em inovação (não I&D), introdução de inovação organizacional por PME, exportações de produtos industriais de tecnologia média/elevada, vendas de produtos novos no mercado ou novos na empresa. (ERAWATCH 2011)

O SNII apresenta, contudo, constrangimentos importantes ao nível do financiamento e do modelo de governação dos apoios públicos à IDI, da estrutura do sistema de investigação e inovação e da cooperação entre setores de investigação e setor empresarial. Tem-se verificado, por outro lado, o decréscimo da proporção de licenciados em ciências e tecnologia em comparação com as áreas de ciências sociais e humanidades, a manutenção da qualidade das universidades, o desenvolvimento de recursos humanos e a gestão de grupos de investigação avulsos, o reduzido nível de interdisciplinaridade nos grupos de investigação, a falta de estratégias de internacionalização e fraca mobilidade entre investigadores. (ERAWATCH 2011) Verifica-se assim carência na flexibilidade do ensino superior em responder às necessidades de competitividade da economia checa, nomeadamente na criação de novas disciplinas (principalmente nas áreas científicas de engenharia, ciências e tecnologia) orientadas para as necessidades do mercado laboral e para as etapas seguintes de formação (doutoramento).

³⁷ A falta de articulação entre os dois setores, o reduzido esforço de comercialização, os poucos resultados científicos orientados ou com valor para o setor industrial, a incapacidade das empresas em gerar sinergias com outras, a fraca mobilidade dos profissionais, a existência de medidas de apoio pouco flexíveis, as deficientes medidas direcionadas para a articulação das organizações de investigação, *start-ups* e *private equity* e um dos mais baixos níveis de utilização de Venture Capital no apoio a projetos inovadores e de empresas *spin-off* a comercializar resultados de investigação no contexto europeu, são algumas deficiências observadas na República Checa. (ERAWATCH 2011)

Os direitos de propriedade intelectual são outro fator limitativo ao nível do desempenho do SNII, na medida em que se trata de um tópico para o qual os *stakeholders* não estão devidamente habilitados, como, por exemplo, a tomada de decisão no registo de patente e na partilha de conhecimento com a indústria e com outras organizações fora do sistema de pesquisa e ensino superior.

3. Programas de Apoio à IDI no Período de Programação 2007-2013

Desde 2004 que o FEDER tem disponibilizado na República Checa instrumentos de apoio à evolução de sistemas e infraestruturas de inovação subdesenvolvidas.

No presente período de programação 2007-2013 foi dada superior ênfase à esfera da inovação e, no âmbito das regiões de convergência, foram lançados dois Programas Operacionais que têm sido os principais meios de financiamento de investimento na área da I&D e Inovação, o Programa Operacional Empresa e Inovação (PO EI) e o Programa Operacional I&D para Inovação (PO IDI).

O seu desenho está alinhado com as abordagens seguidas em grande parte dos países europeus, em particular, com a criação de iniciativas de apoio a sistemas regionais de inovação, Parques de Ciência e Tecnologia, Centros de Transferência Tecnológica e *clusters*.

A Política de Inovação Nacional define como pilares de promoção da I&D enquanto fator de inovação o desenvolvimento de cooperação funcional entre setor privado e público, assegurar recursos humanos para inovação e promover a eficiência da administração pública em IDI. Uma vez que muitos projetos da natureza dos previstos no âmbito da Política de Inovação Nacional têm sido implementados através da utilização dos Fundos Estruturais, estes têm constituído a principal fonte de mudança e evolução do sistema de inovação da República Checa.

O PO EI surge na sequência do programa já implementado em 2004-2006, tendo sido adaptado e expandido, enquanto o PO IDI foi totalmente desenhado no âmbito do período de programação 2007-2013.

3.1 Operacionalização dos Programas Operacionais

Programa Operacional Empresa e Inovação (PO EI)

Este programa é administrado pelo MIC e apoia a capacitação em I&D do setor empresarial e a realização de atividades de I&D relevantes, em particular, de atividades conjuntas dos setores empresarial e académico. Ao nível da Inovação, o programa apoia a adaptação de novas tecnologias e fontes de energia renováveis, a melhoria da qualidade das infraestruturas de I&D e serviços para atividades de negócio e o estabelecimento de cooperação entre empresas e instituições de investigação científica.

Os principais beneficiários são empresas, mas o programa também é direcionado para associações empresariais, instituições de investigação, universidades e outras organizações de I&D.

No contexto de intervenção do PO EI, os principais desafios residem na construção de interfaces adequados nas fases de desenvolvimento do projeto e comercialização de resultados entre institutos de I&D e as empresas e adaptação das iniciativas de apoio para o desenvolvimento das competências técnicas ao nível de processo, produto, funcional e intersectorial das empresas que integram as redes de produção e comercialização internacional.

O PO EI tem uma dotação orçamental de 3,04 mil MEUR que se distribui por 11 áreas de intervenção, em diversos âmbitos, tais como estabelecimento e desenvolvimento de empresas, eficiência energética, inovação ou serviços de desenvolvimento de negócio. No âmbito do apoio ao SNII destacamos as seguintes áreas de intervenção/programas:

- Área de Intervenção 4.1 Aumentar o desempenho de inovação das empresas / Programa **Inovação**
- Área de Intervenção 4.2 Capacidades para I&D Industrial / Programa **Potencial**
- Área de Intervenção 5.1 Plataformas de Cooperação / Programa **Cooperação**
- Área de Intervenção 5.1 Plataformas de Cooperação / Programa **Prosperidade**

O PO EI compreende ainda o Eixo Prioritário I – Estabelecimento de Empresas e Eixo Prioritário II – Desenvolvimento de Empresas, que contribuem para a promoção do potencial de IDI da República Checa, na medida que o primeiro eixo visa apoiar o aparecimento de novas empresas com forte componente inovadora e o segundo eixo tem como objetivo sustentar o crescimento de empresas apoiando-as na obtenção de tecnologias modernas.

A dotação orçamental do Eixo Prioritário 4 – Inovação, que inclui as áreas de intervenção 4.1 e 4.2, ascende a 680 MEUR. O Eixo Prioritário 5, que além da área de intervenção 5.1 inclui ainda as áreas de intervenção 5.2 - Infraestrutura para o desenvolvimento de recursos humanos e 5.3 – Infraestrutura para empresas, tem uma dotação orçamental de cerca de 1,08 mil MEUR.

O programa **Inovação** apoia projetos que utilizem soluções novas e originais, através do financiamento dos beneficiários na compra de máquinas e equipamentos modernos e *know-how* e licenças necessárias à implementação do projeto. Não são apoiados projetos de I&D, mas as iniciativas apoiadas têm de utilizar resultados de I&D. Como tal, projetos que envolvem uma simples modificação do equipamento produtivo sem uma ligação demonstrada à fase de desenvolvimento do processo de inovação, não são apoiados.

São abrangidas neste programa as inovações de produto (melhoria de atributos técnicos e de uso dos produtos, tecnologias e serviços) e de processo (melhoria de processos produtivos e de prestação de serviços). O Programa apoia ainda a implementação de novos métodos de organização processual das empresas e de cooperação entre empresas e instituições públicas (inovação organizacional) e a implementação de novos canais de vendas (inovação de marketing). O Programa dá especial atenção a projetos de inovação do ponto de vista ecológico e ambiental.

Financiam-se também neste âmbito iniciativas de transferência tecnológica que se entende, para este propósito, como a transferência de tecnologia (protótipos, componentes tecnológicas, etc.), a transferência de procedimentos (soluções tecnológicas, processos produtivos), incluindo os direitos de propriedade intelectual (patentes, licenças, etc...) associados e o conhecimento criado por uma entidade que é aplicado industrialmente por outra.

75% do financiamento é reservado para as PME e o apoio aos projetos selecionados realiza-se na forma de subsídio (a fundo perdido), até ao máximo definido pela percentagem de auxílio estatal por região das despesas elegíveis, conforme descrito na tabela seguinte:

Quadro A. 325.

Mapa de percentagem máxima de auxílio estatal por região das despesas elegíveis

Região NUTS II	Dimensão Empresarial		
	Pequenas Empresas	Médias Empresas	Grandes Empresas
Moravia Central, Noroeste, Bohemia Central, Moravia – Nordeste Silesia, Sudeste	60%	50%	40%
Sudoeste (01/01/2007 – 31/12/2010)	56%	46%	36%
Sudoeste (01/01/2011 – 31/12/2013)	50%	40%	30%

Fonte: <http://www.czechinvest.org/data/files/european-union-funds-2007-2013-summary-2224-en.pdf>

Este Programa divide-se pela publicação de dois tipos de avisos 1) Inovação e 2) Suporte à Inovação – Patentes.

• Inovação

O primeiro tipo conta com 4 avisos de concurso que se desenrolaram em contínuo, com períodos limitados de apresentação de candidaturas, sendo que o 4º aviso contou com duas extensões. Cada aviso pode especificar um conjunto de condições de acesso e regras adicionais de elegibilidade, como é o caso da determinação dos setores de atividade económica elegíveis.

O incentivo atribuído a projetos de inovação de produto e de processo realiza-se sob a forma de subsídio (a fundo perdido). No entanto, o montante de subsídio em qualquer tipologia de projeto não pode ultrapassar o máximo definido pela percentagem de auxílio estatal por região das despesas elegíveis.

As despesas elegíveis variam por tipologia de projeto e de empresa (PME ou Grande Empresa). As principais despesas elegíveis são os custos com a realização de atividades de construção e engenharia e avaliação técnica dos edifícios, a aquisição de *hardware* e redes, máquinas e equipamentos e, por fim, do lado dos ativos intangíveis, a aquisição de direitos de propriedade intelectual e *software* e dados. O aviso prevê ainda o apoio a despesas com prestação de serviços (consultoria, técnicos especializados, formação, *websites*) e com custos de pessoal.

• Suporte à Inovação – Patentes

O objetivo desta linha de apoio é auxiliar a crescente intensidade de direitos de propriedade industrial nas PME, instituições de investigação, universidades e individuais (investigadores, por exemplo).

O programa **Potencial** financia o estabelecimento ou expansão de centros (departamentos) de desenvolvimento que visam a realização de IDI de produtos e tecnologias, incluindo *software* e aplicações específicos que são componentes dos mesmos. Este centro contribui para o desenvolvimento de produtos tecnologicamente novos ou inovadores, linhas de produto, processos produtivos e tecnologias, para os quais exista uma real expectativa de que os resultados obtidos serão utilizados em fase produtiva.

Este programa tem assim como objetivo apoiar novas ou melhores capacidades das empresas para realizar atividades de IDI e, ao mesmo tempo, aumentar o número de empresas que realizam IDI, promovendo a cooperação entre empresas e organizações de I&D, a criação de empregos altamente qualificados e a participação das empresas em programas nacionais e europeus de I&D.

As despesas elegíveis são, por exemplo, a compra e preparação de terrenos, realização de atividades de construção e engenharia nos edifícios e suas ligações, aquisição de *hardware* e redes, máquinas e equipamentos e, por fim, do lado dos ativos intangíveis, os direitos de propriedade intelectual e *software* e dados. O Aviso prevê ainda o apoio a despesas com prestação de serviços (consultoria, técnicos especializados, viagens) e com custos de pessoal.

O apoio aos projetos selecionados realiza-se na forma de subsídio (a fundo perdido), até ao máximo definido pela percentagem de auxílio estatal por região das despesas elegíveis.

Este programa teve três avisos de concurso que se desenrolaram em contínuo, com períodos de apresentação de candidaturas limitados, sendo que o 3º aviso teve uma extensão.

O incentivo atribuído realiza-se sob a forma de subsídio (a fundo perdido). Neste programa foi estabelecido que os projetos que promovessem a existência de sinergias com o PO IDI, nomeadamente através da ligação aos resultados obtidos nos projetos do referido PO, beneficiariam de um bónus de 10% na sua avaliação de mérito.

No 3º aviso foi também determinado que as PME's que realizassem um projeto com investimento elegível de cerca de 1 milhão de euros ou que participassem nas iniciativas ERA-NET/EraSME poderiam ter a aplicação de um subsídio até 500 mil euros decorrente do Quadro Temporário (*Temporary Framework*).

Com o objetivo de promover a participação das entidades nacionais nas principais redes de I&D internacionais, na extensão do 3º aviso determinou-se que se a entidade documentasse a sua participação num projeto dentro da rede ERA-NET/EraSME, seria atribuído um montante adicional de 300 mil euros para financiar os custos de um projeto de investigação e desenvolvimento internacional.

O programa **Cooperação** tem por objetivo apoiar o estabelecimento e desenvolvimento de associações sectoriais, cuja filosofia de funcionamento assenta numa dinâmica de colaboração dos seus agentes, e que funcionarão como elementos indutores de competitividade e crescimento económico. Entre as associações apoiadas pelo programa estão os *clusters*, polos de excelência, plataformas tecnológicas e projetos cooperativos a nível regional, suprarregional e internacional que se caracterizam da seguinte forma:

- *Clusters*: grupos cooperativos que associam agentes económicos (empresas, autoridades regionais, universidades, instituições de investigação, etc.) de uma indústria específica numa determinada região;
- Polos de excelência: tipologias específicas de grupos cross-setoriais (investigação, empresas e outras instituições) focados em investigação de tecnologia de ponta. Inclui-se ainda o apoio a infraestruturas para atividades conjuntas de instituições de investigação e educacionais, com o setor empresarial;
- Plataformas tecnológicas: interfaces nacionais de interligação do sector público e privado na I&D em áreas tecnológicas estratégicas e apoio na integração de instituições de investigação e empresa em plataformas tecnológicas internacionais.

O programa apoia ainda atividades relacionadas com a implementação do programa e geração de projetos de I&D, como mapeamento e expansão do potencial de desenvolvimento de novos projetos, estudos de implementação, candidaturas a experiências internacionais, *networking* e atividades educacionais, promocionais e de suporte que visem a utilização eficiente dos fundos destinados aos grupos cooperativos apoiados.

As entidades que se incluem no âmbito do presente programa são (i) grandes empresas que pretendem cooperar com universidades e instituições de investigação científica; (ii) autoridades regionais que pretendem desenvolver atividades de I&D conjuntas de âmbito regional e de acordo com um perfil de especialização e (iii) universidades e instituições de investigação científica que procuram aumentar a cooperação em projetos realizados pelo setor privado, através de transferência tecnológica e comercialização de resultados de investigação. Esta abrangência de entidades beneficiárias visa dotar as associações das seguintes valências: (i) agregação do *stock* de conhecimento existente na indústria, bem como das necessidades da mesma em termos de competências e IDI, (ii) maior consistência e dinamismo num horizonte temporal alargado e (iii) maior potencial de geração de sinergias e ganhos de experiência e conhecimento pelos agentes.

O incentivo assume a forma de subsídio (a fundo perdido) que tem como valor máximo 75% das despesas elegíveis do projeto, sem prejuízo dos máximos definidos pela percentagem de auxílio estatal por região das despesas elegíveis.

Foram publicados dois avisos de concurso nas tipologias de projetos *Clusters* e Plataformas Tecnológicas, sendo que o 2º aviso teve uma extensão.

Os avisos de concurso da tipologia de projetos Plataformas Tecnológicas estavam restritos a PME's, enquanto no caso da tipologia de projetos *Clusters*, o 2.º aviso de concurso foi também restrito a PME's.

O programa **Prosperidade** visa aumentar a cooperação e comunicação entre a esfera de I&D e o setor empresarial, a qual é crucial para o aparecimento de novos produtos, cuja quase inexistência tem sido um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do SNII.

Este programa pretende responder a este constrangimento com a criação e desenvolvimento futuro das infraestruturas fundamentais que criarão condições favoráveis para a promoção da investigação industrial, desenvolvimento tecnológico e inovação, com enfoque na implementação de novas tecnologias e no desenvolvimento de produtos e serviços competitivos.

No que respeita ao apoio a infraestruturas de inovação para empresas inovadoras recentemente criadas, o Programa foca-se na criação e promoção de Parques de Ciência e Tecnologia, Incubadoras de Negócio, Centros de Inovação de Negócio, Centros de Transferência Tecnológica e Redes de *Business Angels* que se caracterizam da seguinte forma:

- Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) – entidades orientadas para as áreas de ciências, tecnologia, inovação de negócio e formação profissional, que trabalham em estreita colaboração com universidades, centros científicos e institutos de investigação. Os Parques de Ciência são também instituições especializadas que apoiam a promoção de uma cultura de inovação e competitividade nas entidades associadas e instituições de conhecimento;
- Incubadoras de Negócio (IN) – têm por objetivo criar as bases para o aparecimento e estabelecimento de empresas *start-ups* com ideias de negócio inovadoras que beneficiam de rendas preferenciais e de outros serviços disponibilizados pelo operador da incubadora;
- Centros de Inovação de Negócio (CIN) – organização que disponibiliza serviços abrangentes para PMEs inovadoras, através da interligação entre empresas e entidades territoriais, desenvolvendo parcerias locais e regionais capazes de promover a implementação de novos negócios;
- Centros de Transferência Tecnológica (CTT) – estes centros pretendem apoiar, em cooperação com institutos de investigação e universidades, a transferência de novas e ainda inutilizadas tecnologias para as empresas, a nível nacional e internacional. Estes centros asseguram ainda consultoria especializada, em particular, na área de proteção de propriedade intelectual e industrial;
- Redes de *Business Angels* (RBA) – redes de agentes económicos que disponibilizam capital para empresários que se encontram na fase inicial do seu negócio, a qual tem associado um nível superior de risco. Estas redes permitem ainda juntar investidores, empresários e empresas com ideias e planos de negócio relevantes que poderão coordenar novas e mais efetivas estratégias de desenvolvimento.

Neste programa foram publicados dois avisos de concurso, sendo que o segundo teve uma extensão, onde se determina os dois regimes de apoio em função da natureza jurídica da entidade beneficiária, a saber:

- Regime de apoio estatal – entidades beneficiárias são entidades públicas e empresariais. O financiamento é disponibilizado em função de uma percentagem das despesas elegíveis até um valor máximo determinado pelo mapa de auxílio estatal por região;
- Regime que não estabelece apoio estatal – entidades beneficiárias são entidades públicas (universidades, instituições públicas de investigação, governo local, etc...) ou entidades de negócio estabelecidas ou detidas por uma entidade pública. Neste regime o subsídio disponibilizado será de 75% das despesas elegíveis.

O incentivo atribuído realiza-se sob a forma de subsídio (a fundo perdido).

As principais despesas elegíveis são especialmente a aquisição e/ou modificação de terrenos, edifícios, máquinas e outros equipamentos, como redes e comunicações, a aquisição de *software* e licenças e despesas operacionais (serviços e consultoria, formação e custos com pessoal).

Programa Operacional I&D para a Inovação (PO IDI)

O principal objetivo do PO IDI é fortalecer o potencial de IDI da República Checa que contribuirá para o crescimento económico, competitividade nos mercados mundiais, através da melhoria contínua das condições para a realização de I&D e a criação de emprego altamente qualificado.

O apoio à criação e interligação de centros de I&D e universidades, o apoio a empresas *start-ups* inovadoras e o apoio ao desenvolvimento da capacidade de cooperação em I&D entre empresas e a comunidade de investigação científica são iniciativas de intervenção do PO IDI. O programa endereça também tópicos como a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de projetos empresariais inovadores.

Este enfoque na promoção da I&D e do potencial inovador do país envolve obrigatoriamente a capacitação técnica das universidades, dos institutos de investigação e a sua cooperação com o setor privado através da modernização tecnológica das infraestruturas de I&D, dos laboratórios ou equipamentos de pesquisa e da expansão da educação terciária (ensino superior).

A investigação de excelência é assegurada pelo maior acesso que os melhores projetos têm dos recursos e capacidades de I&D que as infraestruturas disponibilizam.

As infraestruturas são um ponto de interação entre especialistas de universidades, organizações de I&D relevantes e empresas industriais. Funcionam como plataformas onde os setores académico, de I&D e industrial interagem no desenvolvimento de iniciativas de I&D, na solução de questões científicas, no desenho de programas educacionais teóricos e práticos, na definição de estratégias de transmissão de conhecimento e na aplicação de soluções inovadoras.

A experiência internacional mostra os efeitos económicos no longo prazo: cerca de 70% dos custos operacionais são investidos na economia nas áreas onde este tipo de infraestruturas opera.

O apoio à construção ou reformulação de centros educacionais e de I&D, tornando-os em infraestruturas especializadas de ponta, incluindo nesse processo o envolvimento do setor público de I&D na concretização dos requisitos formulados pelo setor industrial, leva ao reforço da capacidade inovadora da economia e da aplicação de resultados de I&D relevantes.

As infraestruturas têm um impacto relevante no desenvolvimento dos recursos humanos, em particular, dos estudantes universitários que são atraídos pelo ambiente inovador e criativo destas infraestruturas, pela mobilidade e contacto que permite entre setores e pelo contributo na empregabilidade de estudantes em departamentos de investigação e inovação das empresas industriais.

O PO IDI é, em termos de recursos financeiros, o quarto maior PO checo. O programa é operacionalizado pelo MEJD e o cofinanciamento nacional de 15% das despesas elegíveis é assegurado por orçamento nacional.

Os eixos prioritários do PO IDI são:

- Eixo I - Centros de Excelência Europeus

Este eixo visa apoiar a criação de centros de investigação equipados com infraestruturas de tecnologia de ponta com relevância nacional e internacional. A elevada qualidade das condições materiais e de recursos humanos permite concretizar o potencial de desenvolvimento de parcerias estratégicas no país e em contexto internacional. Estes centros possibilitam ainda a concentração de fontes de I&D – equipas de investigação, infraestruturas e equipamentos de I&D de vanguarda - em áreas de maior potencial a nível internacional, no sentido de criar o volume crítico de recursos e competências de I&D necessário para assegurar a produção sustentada de resultados relevantes e reconhecidos internacionalmente.

As prioridades do eixo focam-se, neste sentido, no apoio ao desenvolvimento de equipas de investigação de primeira linha, na integração e concentração geográfica de competências de I&D, na orientação das iniciativas de I&D para as necessidades da atividade económica e industrial, no desenho de programas educativos (mestrados e doutoramentos) de elevada qualidade para os estudantes e investigadores jovens, no fomento da transferência de resultados de investigação de topo potenciando a sua aplicação industrial e no aumento da atratividade das iniciativas de I&D aos olhos das empresas nacionais e estrangeiras.

As ações a implementar no âmbito deste eixo são a reconstrução e extensão das competências de I&D. Envolve a construção justificada com racional económico de novos recursos e capacidades de I&D, em particular a construção da infraestrutura de I&D, a aquisição de equipamentos de instrumentação, laboratorial e de informação. São também apoiados projetos de I&D relevantes para o mercado e para o desenvolvimento económico do país sob a forma de *start-up grants* desenvolvidos no âmbito dos Centros, desencadeando um nível de atividade estável e relevante para estas infraestruturas.

A dotação orçamental atribuída ao eixo é de cerca de 806,35 MEUR.

- Eixo II - Centros Regionais de I&D

Este eixo visa cobrir as insuficiências observadas na colaboração entre as instituições de I&D e o setor empresarial e responder à procura crescente deste último setor por resultados de I&D, em particular resultados de investigação aplicada.

Coloca-se assim especial ênfase na vertente prática dos resultados de I&D e na melhoria das instituições que devem tornar os resultados de I&D relevantes para os potenciais utilizadores dos mesmos. O financiamento direciona-se para a capacitação de entidades de investigação orientadas para resultados com potencial de colaboração com a indústria, pelo que a seleção dos centros regionais de I&D ajustam-se ao modelo de especialização da indústria na região em causa.

Propõe-se a criação e desenvolvimento de centros de I&D, tecnológica e especificamente equipados, direcionados para instituições especializadas (organizações de I&D aplicada existentes, instalações de universidades especializadas ou departamentos da ACRC) com equipas de investigação de primeira linha. Apoiar-se a realização de projetos de I&D conjuntos destas instituições com o setor empresarial, bem como o estabelecimento de plataformas institucionais para uma cooperação sistemática e de longo prazo. O aumento do n.º de estudantes e investigadores jovens e a promoção da transferência bidirecional de resultados (*stock* de conhecimento e tecnologia) entre os setores empresarial e de investigação e ensino superior (por exemplo, introdução no processo educacional de necessidades e resultados atinentes à esfera industrial) são também vetores de intervenção fundamentais deste eixo.

O apoio inclui o investimento em equipamento, tecnologia de ponta e em estruturas de investigação e o apoio à atividade de investigação sob a forma de *start-up grants*.

A dotação orçamental atribuída ao eixo é de cerca de 806,35 MEUR.

- Eixo III - Comercialização, popularização e internacionalização de I&D

Este eixo visa complementar as atividades apoiadas nos eixos I e II, em particular, na maximização dos resultados e do seu impacto. Compreende para o efeito duas áreas de apoio.

A primeira área (3.1) visa a criação de condições para a comercialização de I&D em organismos de investigação (implementação de pontos de transferência tecnológica e escritórios em instituições de investigação, criação de

instrumentos para financiar a etapa de utilização comercial - etapa de prova de conceito - em projetos de base tecnológica), a melhoria do sistema de proteção e acesso a propriedade intelectual e a preparação das empresas de base tecnológica para este efeito.

A segunda área (3.2) visa a realização de iniciativas de popularização da ciência e tecnologia através da criação de centros de aprendizagem de ciência e de melhoria do acesso à informação de pesquisa e dos resultados obtidos.

A dotação orçamental atribuída ao eixo é de 250,92 MEUR.

- Eixo IV - Infraestruturas para educação universitária em interação com investigação e com efeito direto no aumento dos recursos humanos envolvidos em atividades de I&D

Tem por objetivo responder à insuficiente capacidade das universidades e da sua infraestrutura tecnológica para realizar atividades de ensino e investigação de qualidade capazes de produzir em escala discentes de elevada qualidade com competências relevantes para o mercado laboral e para carreira profissional de I&D.

Contempla-se o financiamento de melhores condições materiais nas instituições de ensino ativas em investigação, em particular, no que diz respeito à disponibilização de novas ou melhores infraestruturas, biblioteca ou fontes de base de dados.

Apoiam-se investimentos em infraestruturas de investigação que estejam ligadas às atividades de I&D levadas a cabo em universidades (em particular infraestruturas aglutinadas com a educação científica dos estudantes) e em laboratórios de ensino, na manutenção e renovação de estruturas existentes e na modernização e extensão da infraestrutura de informação das universidades para I&D e educação.

A dotação orçamental atribuída ao eixo é de 487,22 MEUR.

Caixa A. 11

As grandes infraestruturas: Centros de Excelência Europeus e Centros Regionais de I&D

Foram propostos projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) ao abrigo do PO IDI, os quais apresentam um plano de investimento que supera os 50 MEUR e que tem de ser aprovado pela Comissão Europeia. A 16 de novembro de 2009 foram propostos 5 projetos no eixo I – Centros de Excelência e 3 projetos no eixo II – Centros Regionais de I&D. Os projetos PIN apoiados ao nível da I&D foram os seguintes:

- *ELI – Extreme Light Infrastructure*: construção de uma grande infraestrutura laser de importância pan-europeia que ambiciona criar um laser suficientemente intenso que assegure que os pares eletrões-positrões são gerados através de interação fóton;
- *BIOCEV – Biotechnology & Biomedicine Centre*: construção de um centro de excelência que permita acelerar o estabelecimento e desenvolvimento ao nível de biotecnologia avançada;
- *CEITEC – Central European Institute of Technology*: criar um caminho sustentável gerando capacidade regional inovadora em biociências, biomedicina e tecnologia e materiais avançados;
- *IT4Innovations*: desenvolvimento de um centro de excelência que tem por objetivo um plano de I&D de longo prazo no contexto da sociedade de informação. O projeto envolve, por exemplo, a criação de um supercomputador para os setores académico e empresarial;
- *Sustainable Energy*: criação de instalações focadas na investigação de processos nucleares, físicos e químicos com aplicação em áreas como energia e saúde;
- *CVEVL – Centre for Research of Energetic Exploitation of the Lithosphere*: criar um centro de excelência e uma rede bem equipada de instalações regionais especializadas na investigação e exploração de energia geotérmica;
- *ICRC – International Clinical Research Center*: centro de investigação cardiovascular e neurocientífica em parceria com uma das mais prestigiadas entidades médicas do mundo neste campo;
- *CERIT – Centre for Educational Research and Innovation in Informatics*: criação de um centro de I&D e educacional de primeira linha nas áreas de modelação e simulação com requisitos computacionais elevados, com capacidade de processamento de grandes volumes de dados e estabelecendo uma cooperação elevada com as universidades (ensino e investigação e desenvolvimento) e empresas industriais inovadoras.

Fonte: Ministry of Education, Youth and Sports - Roadmap for Large Research, Development and Innovation Infrastructures in the Czech Republic, 2010

3.2 Execução Financeira dos Programas Operacionais

A taxa de compromisso (rácio do montante de fundos aprovados pela dotação orçamental) de ambos os PO, encontra-se em fase avançada.

Quadro A. 326.**Progresso na implementação dos PO entre dezembro de 2009 e junho de 2012
(em % da dotação orçamental total)**

	Compromisso (%)				Taxa de Reembolso (%)				Montante submetido para certificação da CE (%)			
	dez 09	dez 10	jun 11	jun 12	dez 09	dez 10	jun 11	jun 12	dez 09	dez 10	jun 11	jun 12
PO EI	26,4	49,3	65,9	77,4	8,2	16,1	22,0	35,5	5,3	9,7	11,7	19,3
PO IDI	3,7	27,3	59,1	89,6	0,6	3,2	10,1	26,1	0,0	0,1	0,3	2,2

Fonte: Relatório de monitorização mensal de dezembro 2009, janeiro 2010, dezembro 2010, junho 2011 e junho 2012 in Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy, Czech Republic

Programa Operacional Empresa e Inovação (PO EI)

Apesar de o elevado grau de compromisso observado a junho de 2012, o grau de compromisso e o grau de realização do programa, medido pela taxa de reembolso e montantes de fundo submetido para certificação da CE, observaram uma evolução tímida nos primeiros anos de implementação.

Em 2010 foi efetuada, deste modo, uma revisão do PO IDI para o adaptar às alterações socioeconómicas e foram realizadas medidas para aumentar o grau de implementação do programa, entre elas, a definição de um calendário obrigatório para a publicação dos avisos de concurso, a introdução de meios eletrónicos de troca de documentos e a criação de uma base de dados integrada para os avaliadores externos. A revisão do programa operacional consistiu, entre outras alterações, na reprogramação financeira dos vários eixos prioritários e na aplicação da iniciativa *Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises* (JEREMIE) no programa.

Estas medidas permitiram que o PO EI tivesse um progresso significativo, tanto em termos de compromisso, como de realização financeira (ver Quadro A. 326).

Programa Operacional I&D para a Inovação (PO IDI)

No "Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy, Czech Republic, Year 2012", refere-se que a implementação do PO IDI decorreu de forma relativamente lenta nos primeiros anos, mas observou uma taxa de crescimento do compromisso significativa nos anos de 2011 e 2012. Este comportamento deveu-se a atrasos na preparação e aprovação do programa, uma vez que se tratava de uma novidade no contexto checo. Da mesma forma, foi necessário desenhar modelos de avaliação e seleção e de monitorização que assegurassem a concretização da produção, resultados e impactos pretendidos. O contexto de instabilidade política foi também um fator limitativo do grau de implementação do programa.

No conjunto dos eixos prioritários (não incluímos o Eixo prioritário V – Assistência Técnica) foram apresentadas 277 candidaturas com um volume financeiro de cerca de 4,1 mil MEUR de fundos públicos. Este montante representa cerca de 167% da dotação orçamental do PO IDI para o período de programação 2007-2013.

Foram aprovados 128 projetos (dos quais 6 são *major projects*) e a taxa de compromisso do PO IDI ascendeu a 92%.

Os dois primeiros eixos prioritários já se encontram totalmente comprometidos (ver Quadro A. 327). O grau de realização dos projetos foi, no entanto, reduzido o que levou a autoridade de gestão a proceder a uma supervisão mais estrita da implementação dos projetos (com potenciais sanções por défice de implementação) e a introduzir medidas para aceleração do pagamento dos fundos (esta medida estendeu-se aos restantes Eixos Prioritários).

Quadro A. 327.
Execução Financeira PO IDI – Situação a 31/12/2012

Eixo	Área de suporte	Dotação Orçamental (unid: euros)	Candidaturas Apresentadas			Candidaturas Aprovadas			Pagamentos aos beneficiários		Fundos certificados submetidos à Comissão Europeia	
			N.º	Fundo (unid: euros)	Grau de Procura	N.º	Fundo (unid: euros)	Tx. Compromisso	Fundo (unid: euros)	Tx. Reembolso	Fundo (unid: euros)	Tx. Execução
I	1.1	806,35	15	948,78	118%	8	802,74	100%	229,33	28%	24,61	3%
II	2.1	806,35	103	2.002,53	248%	40	811,51	101%	405,02	50%	140,13	17%
III	3.1	73,33	47	75,67	103%	18	24,87	34%	7,19	10%	-	0%
	3.2	177,59	51	298,05	168%	17	150,09	85%	66,36	37%	12,39	7%
IV	4.1	487,22	61	593,57	122%	29	396,20	81%	217,41	45%	65,28	13%
Total		2.350,84	293	3.918,60	167%	112	2.185,41	93%	925,31	39%	242,41	10%

Fonte: MSC2007 de 4 janeiro 2013 in MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, Annual Report on the Implementation of the Operational Programme Research and Development for Innovations; a taxa de câmbio EUR/CZK utilizada ascendeu a 25,14

Apesar da elevada taxa de compromisso, as taxas de reembolso do orçamento de estado e de montante submetido para certificação da CE apresentam valores reduzidos, o que se explica por problemas verificados na fase de implementação destes PO relacionados com a desistência e cancelamento de projetos aprovados e com a existência de projetos de grande escala, como os Centros de Excelência Europeus, que iniciaram a sua realização mais tarde, situação que é visível no aumento significativo das taxa de compromisso e reembolso do orçamento de estado entre dezembro de 2010 e junho de 2012.

Os Eixos Prioritários I, II e IV encontram-se em estado avançado de compromisso. Os Centros Regionais de I&D Regionais são os que se encontram em fase mais avançada de implementação, tanto em termos de compromisso (a par com os Centros de Excelência Europeus), como de reembolso e certificação de despesas.

O Eixo Prioritário III é o que se encontra em estado menos avançado, na medida em que os projetos de comercialização têm a si associadas questões complexas relacionadas com os direitos de propriedade intelectual e industrial e a experiência neste tipo de projetos é limitada na República Checa. Este aspeto é de relevância significativa para os efeitos previstos para os Centros, na medida em que a sua sustentabilidade depende de um efetivo desenho de um sistema de comercialização de resultados de investigação funcional que está naturalmente associado à operacionalização dos contratos de investigação que é necessário realizar para manter o funcionamento destes centros.

- Eixo I - Centros de Excelência Europeus

Os fundos disponibilizados baseiam-se no aviso de candidatura anunciado em 2009 que se focou na realização de projetos de I&D de topo em cooperação com parceiros internacionais líderes. Foram apresentadas 15 candidaturas, tendo sido aprovados 8 projetos que se encontram em curso (ELI, BIOCEV, CEITEC, ICRC, IT4I, Czech Globe, Centre of Excellence Telc, NTIS). A 4 de janeiro de 2013 já haviam sido distribuídos cerca de 229 MEUR (taxa de reembolso de 28%), apesar do total de fundos certificados submetidos à CE se encontrar perto dos 25 MEUR.

Uma parte significativa dos projetos era de Projetos de Interesse Nacional (*Major Projects*) que foram aprovados pela Comissão Europeia e Autoridade de Gestão quase 2 anos depois do término do período de submissão de candidaturas.

- Eixo II - Centros Regionais de I&D

Até ao final de 2012 foram aprovados 40 projetos correspondentes a 811,51 MEUR, excedendo ligeiramente a dotação orçamental. Os pagamentos realizados aos promotores ascendem a cerca de 412,2 MEUR, o que corresponde a mais de 50% da dotação orçamental. Os fundos certificados pela Comissão Europeia ascendem a 140,5 MEUR, cerca de 20% da dotação orçamental.

A realização dos projetos observou alguns atrasos associados decorrentes da legislação que regula o *public procurement*.

- Eixo III - Comercialização, popularização e internacionalização de I&D

A área de apoio 3.1 compreende três avisos de concurso: "3.3 - Centros de Transferência Tecnológica" e os avisos 6.3 e 7.3 que visam o apoio a atividades pré-semente.

Até ao final de 2012, foram aprovados projetos nos avisos de concurso 3.3 e 6.3. No aviso 3.3 foram aprovados 9 projetos com fundo aprovado de 13,6 MEUR, enquanto no aviso 6.3 foram aprovados 9 projetos e o fundo aprovado ascendeu a 11,2 milhões.

Uma vez que os projetos ainda estão em fase inicial de implementação, o nível de execução financeira é reduzido (taxa de reembolso de 10% e os fundos pagamentos e montante nulo de fundo certificado submetido à Comissão Europeia).

Na área de apoio 3.2 foram publicados três avisos de concurso: o 1.3 que visa a popularização, promoção e publicitação científica e tecnológica, o 2.3 que apoia infraestruturas de informação para I&D e o 4.3 que apoia equipamento para bibliotecas e investigação especializada. Até ao final de 2012, no aviso 1.3 foram aprovados 9 projetos com fundo que ascende a 102,6 MEUR, no aviso 2.3 foram aprovados 3 projetos que totalizaram 31,8 MEUR e no aviso 4.3 foram emitidas 5 das 10 decisões planeadas.

Nesta área de apoio os promotores receberam pagamentos que ascenderam a 66,36 MEUR (37% da dotação orçamental) e submeteram 12,39 MEUR à Comissão Europeia (7% da dotação orçamental).

- Eixo IV - Infraestruturas para educação universitária em interação com investigação e com efeito direto no aumento dos recursos humanos envolvidos em atividades de I&D
- No aviso de concurso 1.4 "Infraestrutura para instrução combinada com investigação em faculdades e universidades" foram aprovados 29 projetos com fundo de 396,2 MEUR.
- No aviso de concurso 2.4 "Modernização da infraestrutura existente para instrução combinada com investigação" foram apresentados 12 projetos que totalizam 73,7 MEUR de fundo. Estes projetos, no final de 2012 ainda se encontravam em processo de aprovação.
- Os promotores já receberam cerca de 217 MEUR (45% da dotação orçamental) e submeteram à Comissão Europeia cerca de 65 MEUR (13% da dotação orçamental).

3.3 Resultados dos Programas Operacionais

O PO EI e o PO IDI pretendem ser programas complementares no contexto do processo de IDI que visava estabelecer um contexto de geração de sinergias entre os projetos apoiados nos dois PO. No *"Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Year 2 – 2012, Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy"* refere-se que a geração destas sinergias tem sido reduzida pelas seguintes razões:

- A implementação dos projetos chave do PO IDI que são os Centros de Excelência Europeus encontram-se atrasados devido à própria natureza complexa de projetos bandeira como são estes;
- Há insuficiente atenção à construção de interfaces adequadas entre os Centros de Excelência Europeus e as empresas;
- Desalinhamento entre os Centros de Excelência Europeus e a estrutura da economia checa. A título de exemplo, refere-se o apoio significativo à investigação em ciências da vida (CEITEC, BIOCEV) e tecnologia laser (ELI)³⁸, quando o número de empresas capaz de comercializar os resultados de investigação destes centros é limitado.

Nos primeiros anos do período de programação, a política de inovação vigente estava principalmente focada na promoção de ligações entre setor público e privado, até porque havia um conjunto de novas empresas estrangeiras que se encontravam a implementar os seus centros de I&D no país e, nesse sentido, tentavam realizar parcerias com institutos e outras entidades de I&D em projetos de inovação. Por outro lado, estas novas empresas exerciam um conjunto de solicitações junto dos decisores políticos, no sentido de assegurarem um ambiente de inovação profícuo, em particular, infraestruturas de I&D devidamente equipadas e preparadas.

Não é de estranhar portanto que os principais resultados dos PO, inclusive no período 2004-2006, se tenham verificado no campo das infraestruturas de inovação, como sejam incubadoras de negócios, parques de ciência e tecnológicos ou centros de tecnologia. Os efeitos decorrentes de projetos de larga escala que visam expandir as estruturas de IDI parecem ser mais eficazes que as iniciativas de apoio à capacitação de I&D, na medida que as novas capacidades e conhecimentos adquiridos em áreas de investigação têm de posteriormente ser aplicados em contexto industrial.

Programa Operacional Empresa e Inovação (PO EI)

No *"Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Year 2 – 2012, Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy"*, refere-se que a gestão deste PO é considerada uma das melhores no corrente período de programação, tanto ao nível da estruturação dos seus programas, assim como na tentativa de elevar o nível de sofisticação dos apoios e da criação de novos mecanismos de apoio (por exemplo ao nível do Capital de Risco, um dos elementos considerados em défice nas avaliações do SNII). Considera-se contudo que o processo poderia ser mais ágil em termos de implementação dos novos mecanismos.

³⁸ Ver projetos CEITEC, BIOCEV e ELI na Caixa de Texto A. 1.

Em termos de indicadores de monitorização, observa-se que o n.º de empregos criados encontra-se bastante aquém do objetivo traçado para 2015, em resultado do contexto económico e financeiro global. No entanto, este efeito negativo não tem sido observado em termos de empregos em I&D que já superou a meta estabelecida para 2015. A junho de 2012, o indicador de criação de novos CTT e PCT também já havia superado o objetivo e a fatia de produtos inovadores nas empresas apoiadas encontra-se muito perto do objetivo.

Ao nível do programa **Inovação**, até ao final de 2010 já haviam sido implementadas 443 inovações (produto, processos, organizacional e marketing) e registadas 95 candidaturas a patente, o que representou um crescimento acima de 100%. (*Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy, 2010*)

Quadro A. 328.

Valores³⁹ dos indicadores de monitorização selecionados para o PO EI

Indicadores	Nível de realização				Meta 2015
	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Jun-12	
N.º empregos criados	4.684	6.955	11.404	13.758	40.000
- dos quais, o n.º de empregos criados na esfera da I&D	282	598	863	1.127	1.000
Percentagem de produtos inovadores no volume de negócios das empresas apoiadas	24	19	20	23	25
Novas capacidades em fontes de energia renováveis (MW)	5	13	30	55	180
N.º de projetos <i>start-ups</i> apoiados	0	0	0	0 ⁴⁰	25
Nº novos Centros de Transferência Tecnológica (CTT) e Parques de Ciência e Tecnológicos (PCT)	5	23	36	43	40
N.º de novas incubadoras de negócio	5	16	18	23	40

Fonte: Relatório de monitorização mensal de junho 2012 in Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy, Czech Republic

O investimento médio dos projetos indica que o programa se encontrava desenhado para as maiores empresas no segmento das PME, as quais correspondiam a uma pequena parte deste segmento. Neste sentido, a maior parte das empresas do segmento alvo não tinha capacidade, nem necessitava, realizar projetos da dimensão média observada. (*Evaluation of the Absorption Capacity of Operational Programme Enterprise and Innovation 2007-2013 in Relation to Target Groups*)

No âmbito do período de programação 2007-2013, foi realizada pela empresa checa DHV CR uma avaliação dos efeitos económicos dos programas **Inovação**, **Potencial** e **Cooperação**, com os seguintes resultados:

O programa **Inovação** teve um efeito real na diversificação da produção, sendo que 91% dos inquiridos afirmaram ter introduzido novos produtos que observam um peso crescente no volume de vendas da empresa, e no aumento da qualidade da produção. Em termos de desenvolvimento de recursos humanos, 43% dos inquiridos indicaram que os investimentos contribuíram para a criação de emprego e 64% referiram que os investimentos requereram posterior formação dos colaboradores. O programa conseguiu resultados relevantes em termos de capacidade e eficiência produtiva. Os investimentos permitiram em média aumentar em 25% a capacidade produtiva. O aumento do volume de produção observado em 2010 (24%) face ao ano pré-projeto deve-se em 30% (valor médio das respostas) aos projetos apoiados. 65% dos inquiridos reconhecem um impacto positivo do projeto nos custos totais por unidade de produção, enquanto 87% dos inquiridos reconheceram o impacto positivo em poupança de tempo em termos de produção. Os efeitos dos projetos permitiram ganhos de quota de mercado em 4% e ganhos de competitividade (61% dos inquiridos manifestaram que obtiveram vantagem competitiva com o projeto apoiado). Os ganhos de competitividade decorreram essencialmente das melhores características dos produtos, introdução de novas linhas de produtos e do aumento da qualidade dos produtos. Considera-se que o programa teve um efeito importante na medida em que, num cenário de inexistência de incentivo, 87% dos inquiridos indicou que não realizaria o projeto com a mesma dimensão e a maioria teria adiado a sua implementação em 1 a 2 anos.

Conclui-se que o programa Inovação não teve efeitos diretos em termos de aumento das competências de I&D nas entidades apoiadas e suas associadas, mas os resultados obtidos em termos de capacidade produtiva,

³⁹ Valores acumulados

⁴⁰ 48 em termos de compromisso de projetos aprovados

novos produtos e tecnologias terão um efeito multiplicador, alavancando investimentos e projetos em fases superiores da cadeia de valor das respetivas fileiras produtivas, mais exigentes do ponto de vista científico e tecnológico.

O programa **Cooperação**, ao contrário do anterior, obteve resultados diretos significativos do ponto de vista da I&D.

A tipologia *Clusters*, além de ajudar ao aumento da qualidade dos produtos (46% dos inquiridos), permitiu que as empresas cooperassem, na maioria dos casos, em atividades com instituições de educação (67% dos inquiridos) e instituições de investigação (55%). Observou-se que o estabelecimento de ligações entre o setor empresarial e o setor de educação e investigação permitiu que, na maioria dos casos, estas instituições perpetuassem o desenvolvimento de novas iniciativas de cooperação, estendessem no futuro a participação de colaboradores das instituições de educação e investigação e de estudantes nos processos produtivos e, por último, redesenhassem os programas formativos para os ajustar às necessidades do mercado laboral.

A participação nos *Clusters* permitiu que, em cerca de três quartos dos casos, os beneficiários conseguissem aceder mais facilmente ao *know-how* e informação profissional necessária e desenvolvessem plataformas de partilha de conhecimento e informação com os restantes membros.

Caixa A. 12

Limitações na execução do programa Cooperação

A publicação "Evaluation of the Absorption Capacity of Operational Programme Enterprise and Innovation 2007-2013 in Relation to Target Groups (Berman Group, 2009)" refere que o programa Cooperação observava limitações relevantes ao nível da sua execução associadas aos seguintes fatores:

- Elevada probabilidade de existir insuficiente procura do programa, em particular, de entidades que permitam atingir as metas do programa;
- A investigação na envolvente comercial em várias regiões indica que a cooperação entre empresas, escolas, institutos de investigação e outras entidades que, por norma, formam os *Clusters*, é relativamente pobre;
- A cooperação existente assume uma natureza informal assente em ligações já existentes;
- As instituições académicas não estão capacitadas, ou não têm flexibilidade ao nível de processos internos para realizar cooperação formal com o setor empresarial;
- O conceito *Cluster*, em virtude de experiências passadas, onde as entidades participantes não alcançaram os benefícios esperados, não é devidamente reconhecido, o que pode ser um fator condicionante da participação futura destas entidades em novos *clusters*.

A maioria das entidades participantes nos *Clusters* considerou que os projetos mais rentáveis em termos de impacto foram os projetos de I&D (61% dos inquiridos).

Os resultados em termos de capacidade produtiva e ganhos de competitividade não foram tão significativos como no programa Inovação. 61% dos inquiridos responderam que aumentaram o volume de produção, em média, 13% face ao ano pré-projeto e atribuíram um peso de 33% aos projetos no aumento do volume de produção. 75% dos inquiridos referiram que a participação nas atividades dos *clusters* contribuíram para o acesso a novas tecnologias necessárias à produção. O programa não foi eficaz em termos de eficiência produtiva, mas permitiu aos beneficiários estarem capacitados para reagir mais rapidamente às novas tendências de mercado. 40% dos inquiridos referem que obtiveram vantagens competitivas com a realização do projeto. Dos dois *clusters* analisados, no *Cluster Clutex*, os principais ganhos foram ao nível da produtividade e custos laborais das empresas participantes, que se tornaram líderes de competitividade, enquanto no *Cluster Omnipack* os ganhos de competitividade não foram significativos.

Apesar de não se verificarem resultados tão relevantes em termos de I&D como no programa Cooperação, o programa **Potencial** verificou uma intensa cooperação (cerca de metade das empresas inquiridas) entre empresas e instituições de educação e de investigação que contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade da produção. 93% dos inquiridos afirmaram que se encontravam a desenvolver ou iriam desenvolver um novo produto e 23% indicaram que os produtos existentes sofreram melhorias na sua qualidade, o que se traduziu na totalidade dos casos em obtenção de vantagem competitiva por via da diversificação do produto. A maioria dos produtos (88%) foi desenvolvida internamente, ou em cooperação com instituições de I&D.

Apesar da tendência decrescente global ao nível do emprego, a grande maioria dos inquiridos considera que os projetos apoiados permitiram criar novos postos de trabalho e cerca de metade dos respondentes julga que ainda há potencial de criação de emprego associado aos projetos. A criação de emprego encontra-se associada ao aumento da capacidade produtiva. Esta foi indicada por 71% dos inquiridos que estimam que o aumento observado se situou, em média, em cerca de 16%. Através de um circuito produtivo mais fluido, da maior flexibilidade para responder às necessidades de mercado e do aumento da eficiência laboral, o volume de produção cresceu nos grupos Potencial 09 e Potencial 10⁴¹ em cerca de 15% e 22%, respetivamente, face ao ano pré-projeto, sendo que o aumento é atribuído aos projetos em 32% e 27%, respetivamente, em cada um dos grupos.

⁴¹ Os dois grupos de beneficiários objeto de análise neste estudo.

85% dos inquiridos consideraram que os investimentos levaram a ganhos de competitividade e, no futuro, os beneficiários pretendem estabelecer projetos que permitam obter vantagens competitivas à escala europeia e, posteriormente, global. Neste sentido, 70% das empresas respondentes planeiam realizar projetos, associados aos apoiados no programa Potencial, que sejam apoiados por programas europeus e/ou nacionais.

Considera-se que o programa teve um efeito importante na medida em que, num cenário de inexistência de incentivo, iria haver um impacto negativo nos investimentos em I&D (70% dos casos). De facto, 89% dos inquiridos indicou que realizaria o projeto de forma limitada ou com 50% do âmbito do projeto original e realizariam o projeto num ritmo mais lento, demorando 1 a 2 anos mais e, eventualmente 3 ou mais anos (71% do total dos casos).

Caixa A. 13

Limitações na execução do programa Prosperidade

A publicação "Evaluation of the Absorption Capacity of Operational Programme Enterprise and Innovation 2007-2013 in Relation to Target Groups (Berman Group, 2009)" refere que o programa Prosperidade apresentava dois níveis de risco: 1) o nível de procura não ser suficiente para cobrir a dotação do programa e 2) a qualidade da procura requer a modificação dos requisitos de acesso ao programa. A publicação refere que os fatores na génese dos riscos mencionados eram, entre outros, os seguintes:

- Saturação parcial das necessidades de infraestruturas físicas para suporte às operações de negócio inovadoras. Observa-se a existência de espaços livres em IN e em PCT que não são ocupados há vários anos ou a ocupação de espaços por parte de entidades que não são empresas realmente inovadoras
- Competição com o PO IDI. Um dos grupos alvos do programa Prosperidade são as instituições de I&D, como universidades, que, no entanto, preferem investir no desenvolvimento dos seus próprios centros de I&D em vez de participarem em projetos como IN e PCT.

Programa Operacional I&D para a Inovação (PO IDI)

Este PO compreende um conjunto de medidas que vai desde a vertente de educação e formação até à implementação de novas infraestruturas de I&D. Neste âmbito destaca-se a criação dos Centros de Excelência Europeus e dos Centros Regionais de I&D que têm por objetivo criar estruturas de base para a realização de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico, promover as ligações entre indústria e setor académico/científico e contribuir para a integração do país no Espaço Europeu de Investigação (EEI).

Tanto os Centros de Excelência Europeus como os Centros Regionais de I&D são ideias pioneiras ao nível do SNII. Pela primeira vez foram definidos objetivos operacionais para as instituições de investigação que foram estabelecidas. A definição do enquadramento e funcionamento destas instituições foi realizado de acordo com uma revisão de instituições internacionais comparáveis.

Quadro A. 329.

Indicadores de enquadramento do PO IDI

Indicador	Unidade de medida	Valores alcançados						Meta 2015
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Aumento no n.º total de resultados de I&D aprovados para todos os locais nas regiões de Convergência	Número	25.355	22.529	26.762	26.770	26.770	26.770	8.000
Rácio de Despesas Totais em I&D no PIB	%	1,48	1,41	1,47	1,55	1,84	1,84	2,20
N.º total de empregados em I&D por mil empregados na economia nacional	‰	9,99	10,15	10,33	10,70	11,43	11,43	10,80
N.º total de empregados em I&D por mil empregados na economia nacional – mulheres	‰	7,40	7,34	7,50	7,64	8,01	8,01	6,30
Índice Sumário da Inovação	Valor	0,39	0,40	0,41	0,41	0,44	0,44	0,36

Fonte: MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, Annual Report on the Implementation of the Operational Programme Research and Development for Innovations

Observa-se que a maioria dos indicadores de enquadramento do PO IDI se encontra acima da meta traçada para o ano de 2015. A exceção é o rácio de despesas totais em I&D no PIB que, no entanto, entre 2007 e 2012, é o indicador que apresenta maior taxa de crescimento (24%).

A implementação dos Centros nos Eixos Prioritários I e II foi um processo relativamente pouco ágil mas considera-se que estes terão um impacto significativo no avanço do SNII, em particular na participação de entidades em programas de I&D nacionais.

Apenas o indicador de impacto “Aumento no n.º total de resultados de I&D aprovados nos locais apoiados” se encontra acima da meta estabelecida para 2015. Os restantes indicadores de impacto, à medida que os Centros se encontrarem concluídos, deverão superar as metas estabelecidas para 2015 e estarão reunidas as condições para se construírem equipas de I&D que consigam atingir resultados de primeira classe a nível internacional, no médio prazo.

Quadro A. 330. **Indicadores de impacto do PO IDI**

Indicador	Unidade de medida	Valores alcançados						Meta 2015
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Aumento no n.º total de resultados de I&D aprovados nos locais apoiados	Número	0	0	N/A	77	649	2.632,5	2.000
Aumento do n.º de estudantes de doutoramento nas regiões de Convergência	Número	1.000	1.000	911	871	1.240	1.240	1.700
N.º de novos empregos criados, pessoal de I&D – total	Número	0	0	0	33,24	444,57	1.480,76	2.500
N.º de novos empregos criados, pessoal de I&D – mulheres	Número	0	0	0	11,01	73,89	503,27	840

Fonte: MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, Annual Report on the Implementation of the Operational Programme Research and Development for Innovations

No caso do PO IDI, dada a natureza estruturante e maior complexidade dos projetos apoiados – Centros de Excelência Europeus e Centros Regionais de I&D – o processo de seleção tornou-se bastante detalhado e rigoroso, tendo por objetivo criar mecanismos de aprovação e monitorização que assegurassem que os apoios financeiros eram corretamente utilizados e que os objetivos propostos seriam atingidos.

O PO IDI, em virtude do seu processo lento de implementação nos primeiros anos do período de programação 2007-2013, observou sinergias limitadas entre os seus projetos apoiados com os projetos apoiados pelo PO EI.

O ano de 2010 constituiu o momento de viragem, nomeadamente no Eixo Prioritário I (foram aprovados 24 projetos, um aumento significativo face a 2009, quando se aprovaram 6 projetos), II e IV. O Eixo Prioritário IV não regista qualquer avanço.

Por outro lado, devido à extensão e ao tempo associado à construção das infraestruturas de I&D que são disruptivas, em termos de conceção, infraestrutura, tecnologia e equipamentos, e estruturantes no contexto da I&D do país, importantes efeitos reais na economia do conhecimento e inovação só se observam no médio prazo. Por exemplo, os benefícios atinentes aos projetos “Centros de Excelência Europeus” e “Centros Regionais de I&D” estarão intimamente associados ao conjunto de iniciativas de cooperação que se consiga alavancar da sua formação.

Indicadores de realização e de resultado

- Eixo I - Centros de Excelência Europeus

No final de 2012, o grau de realização do eixo era relativamente reduzido (ver Quadro A. 331 e Quadro A. 332). Os indicadores que contemplam um grau de cumprimento gradual são os referentes ao n.º de novos empregos criados em I&D, que tem menor grau de dependência do grau de construção das infraestruturas em comparação com outros indicadores.

- Eixo II - Centros Regionais de I&D

Este eixo demonstrou bom desempenho num conjunto alargado de indicadores. No final de 2012, dois indicadores de resultado já haviam atingido a meta, a saber: “Estudantes a utilizar as infraestruturas construídas” (495) e “Número de projetos em cooperação com a esfera de aplicação” (151). Outros indicadores observam uma evolução gradual, como são exemplo o indicador de realização “Recursos renovados, expandidos e novos” com um valor de 4040 m² e o indicador de resultado “Número de novos empregos em I&D” (cerca de 283) que já superou metade da meta a atingir em 2015.

- Eixo III - Comercialização, popularização e internacionalização de I&D

Uma vez que este eixo funciona em complemento dos eixos I e II, as atividades apoiadas neste contexto foram realizadas de forma gradual e com atraso face ao planeado, em consequência da morosidade observada nos eixos referidos. Desta forma, este eixo ainda não alcançou resultados relevantes em termos de indicadores de

monitorização, com exceção do “Número de entidades a utilizar os serviços da infraestrutura de informação para I&D” (10 entidades).

- Eixo IV - Infraestruturas para educação universitária em interação com investigação e com efeito direto no aumento dos recursos humanos envolvidos em atividades de I&D

Os indicadores de realização e resultado deste eixo não observam uma evolução significativa, estando dependentes da conclusão dos projetos de construção/modernização física das infraestruturas. São sugeridos ainda fatores de ordem política (reforma do sistema educativo) e demográfica para justificar a limitada evolução dos indicadores.

Quadro A. 331.
Indicadores de realização do PO IDI

Indicador	Unidade de medida	Valores alcançados						Meta 2015
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Eixo Prioritário 1 – Centros de Excelência Europeus								
N.º de Centros de Excelência	Número	0	0	0	0	0	N/A	5
N.º de projetos de I&D apoiados (incentivos start-up) realizados nos centros apoiados	Número	0	0	0	0	0	N/A	5
Centros equipados com infraestrutura de I&D única de importância nacional	Número	0	0	0	0	0	N/A	3
Recursos novos, expandidos e reconstruídos	m²	0	0	0	N/A	627	2.005	60.000
Eixo Prioritário 2 – Centros Regionais de I&D								
N.º de Centros Regionais de I&D equipados	Número	0	0	0	0	0	N/A	20
N.º de Centros Regionais de I&D em funcionamento	Número	0	0	0	0	0	N/A	20
N.º de projetos de I&D apoiados (incentivos start-up) realizados nos centros apoiados	Número	0	0	0	0	0	N/A	20
Recursos novos, expandidos e reconstruídos	m²	0	0	0	N/A	627	4.040	60.000
Eixo Prioritário 3 – Comercialização e Popularização de I&D								
N.º de projetos e mecanismos para comercialização apoiados	Número	0	0	0	0	0	0	20
N.º de projetos de centros de visitantes e centros de aprendizagem científica para popularização de I&D	Número	0	0	0	0	0	0	2
N.º de projetos de infraestrutura de informação para I&D apoiados	Número	0	0	0	0	0	0	2
Eixo Prioritário 4 – Infraestrutura para instrução combinada com investigação nos colégios e universidades								
N.º de projetos apoiados - infraestrutura de I&D	Número	0	0	0	0	0	0	20
Recursos novos e reconstruídos	m²	0	0	0	0	0	5.045,70	70.000

Fonte: MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, Annual Report on the Implementation of the Operational Programme Research and Development for Innovations

Quadro A. 332.
Indicadores de resultado do PO IDI

Indicador	Unidade de medida	Valores alcançados						Meta 2015
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Eixo Prioritário 1 – Centros de Excelência Europeus								
N.º de investigadores a utilizar a infraestrutura construída	Número	0	0	0	N/A	N/A	N/A	2.500
N.º de estudantes de programas de mestrado e doutoramento a utilizar a infraestrutura construída	Número	0	0	0	N/A	N/A	N/A	500
N.º de projetos que envolvem a cooperação entre o setor de aplicação e os Centros de Excelência	Número	0	0	0	N/A	N/A	9	30
Recursos das novas infraestruturas utilizados por outras entidades	%	0	0	0	0	0	0	30
N.º de novos empregos criados, pessoal de I&D – total	Número	0	0	0	N/A	18,54	544,91	1.000
N.º de novos empregos criados, pessoal de I&D – mulheres	Número	0	0	0	0	0,70	219,45	340
Eixo Prioritário 2 – Centros Regionais de I&D								
N.º de projetos que envolvem a cooperação entre o setor de aplicação e os Centros Regionais de I&D	Número	0	0	0	N/A	37	151	100
N.º de estudantes de todos os programas que utilizam a infraestrutura / estão envolvidos nas atividades do centro	Número	0	0	0	5	79	495	400
N.º de novos empregos criados, pessoal de I&D – total	Número	0	0	0	33,24	426,03	935,85	1.500
N.º de novos empregos criados, pessoal de I&D – mulheres	Número	0	0	0	11,01	73,19	283,82	500
Eixo Prioritário 3 – Comercialização e Popularização de I&D								
N.º de projetos apoiados de bibliotecas científicas e técnicas especializadas	Número	0	0	0	0	N/A	N/A	4
N.º de parceiros / organizações em cooperação (profissionais científicos e bibliotecas) envolvidos	Número	0	0	0	0	N/A	N/A	20
N.º de entidades a utilizar serviços de apoio à comercialização	Número	0	0	0	0	0	0	500
N.º de visitantes em centros de visitantes e de aprendizagem científica apoiados	Número	0	0	0	0	N/A	N/A	30.000
N.º de entidades a utilizar serviços da infraestrutura de informação para I&D	Número	0	0	0	0	N/A	10	65
Eixo Prioritário 4 – Infraestrutura para instrução combinada com investigação nos colégios e universidades								
N.º de estudantes a beneficiar da nova/reconstruída infraestrutura	Número	0	0	0	N/A	0	2.199	50.000
N.º de estudantes de programas de doutorado a beneficiar da nova/reconstruída infraestrutura	Número	0	0	0	N/A	0	447	5.000

Fonte: MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, Annual Report on the Implementation of the Operational Programme Research and Development for Innovations

4. Conclusões

Ao longo do presente documento referiu-se diversas vezes que um dos principais desafios do SNII residia na pouca intensa cooperação existente entre o setor académico e setor público de investigação checos, com o setor empresarial.

Esta realidade configura uma condicionante central na capacidade das economias realizarem o seu potencial de I&D. A diminuta articulação entre os setores de investigação, geradores de conhecimento, e o setor empresarial, que alavanca esse *stock* de conhecimento na criação de bens, serviços, tecnologia e processos, leva a que, por um lado, uma parte relevante de produção científica e resultados de I&D protagonizados pelo setor académico não seja aproveitada a jusante pela indústria e que, por outro lado, as diversas indústrias acabem por não dispor de recursos humanos altamente qualificados ou de obter conhecimento científico e tecnológico *state-of-the-art*, que possam explorar de imediato, e assim ajudá-las a colocarem-se rapidamente em posições privilegiadas perto da fronteira tecnológica e de maior competitividade à escala internacional.

Perfis de especialização assíncronos (entre setor de investigação e setor de aplicação), que não articulam reciprocamente necessidades e objetivos, traduzem-se assim num reduzido esforço de comercialização, num baixo valor acrescentado económico e industrial da produção científica e na fraca mobilidade de profissionais

altamente qualificados. Neste cenário, os sistemas nacionais de IDI caracterizam-se por não conseguirem aproveitar as valências especializadas e complementares que os constituem e, assim, situarem-se abaixo do seu potencial em termos de resultados de IDI.

No contexto checo, o período de programação 2007-2013 revelou-se como um meio de política de IDI fortemente focado nesta questão. Tanto o PO EI, nos programas Cooperação e Prosperidade, como o PO IDI revelam especial preocupação com a profundidade da cooperação entre os setores de investigação e académico e o setor empresarial e do aproveitamento económico e industrial dos resultados científicos da investigação protagonizada internamente.

A melhoria da qualidade das infraestruturas de I&D e serviços para atividades de negócio, o estabelecimento de cooperação entre empresas e instituições de investigação científica ou a construção de interfaces adequados nas fases de desenvolvimento do projeto e comercialização de resultados entre institutos de I&D e as empresas, são objetivos que o PO EI e o PO IDI comungam.

A este nível foram criadas boas práticas para a geração de sinergias entre agentes de IDI que se complementam em termos de competências e para a partilha do risco associado aos projetos de I&D.

Por exemplo, os projetos apoiados no programa **Potencial** do PO EI beneficiariam de um prémio de 10% na avaliação de mérito se promovessem sinergias com projetos apoiados no PO IDI. Também neste programa foram observadas outras boas práticas que tiveram como destinatários as PME. Estas consistiram no financiamento adicional destas entidades, se o investimento ultrapassasse cerca de 1 milhão de euros ou se a entidade participasse nas iniciativas ERA-NET/EraSME, tendo também por objetivo promover a participação destas entidades nas principais redes de I&D internacionais.

No âmbito do programa **Inovação**, apesar de não se apoiarem projetos de I&D (existiam outros programas com essa função), era condição necessária ao financiamento neste programa que os projetos em causa utilizassem resultados de I&D.

Verificaram-se bons resultados em termos do estabelecimento de ligações entre o setor empresarial e o setor de educação e investigação I&D no programa **Cooperação**, em particular, no desenvolvimento de novas iniciativas de cooperação, na maior participação de colaboradores das instituições de educação e investigação e de estudantes nos processos produtivos e na colaboração das empresas no redesenho dos programas formativos do ensino superior para os ajustar às necessidades do mercado laboral. Apesar das limitações indicadas na *Caixa de texto 2*, os *Clusters* e as Plataformas Tecnológicas são tópicos a explorar pelas regiões e indústrias específicas.

A promoção destas associações e infraestruturas de suporte, bem como as iniciativas apoiadas pelo programa **Prosperidade**, devem ser concebidas com objetivos e funções claras, por forma a operar em cooperação, e não em competição, com outras iniciativas de apoio, como são os Centros de Excelência Europeus e os Centros Regionais de I&D, iniciativas do PO IDI. Conforme referido na *Caixa de texto 3*, um dos grupos alvos do programa Prosperidade são as instituições de I&D que preferem investir no desenvolvimento dos seus próprios centros de I&D, em vez de participarem em projetos como Parques de Ciência e Tecnologia ou Incubadoras de Negócio.

A promoção da investigação de excelência depende em grande escala da criação e expansão deste tipo de infraestruturas, as quais compreendem objetivos e funções adequados às respetivas indústrias e às etapas do processo de IDI em que estão focadas, seja a montante do processo (investigação básica e aplicada), seja a jusante (desenvolvimento experimental, comercialização de resultados de I&D e tecnologia e aplicação/adaptação dos resultados de I&D no setor empresarial).

Considera-se que estas iniciativas se devem manter no futuro, mas com maior preocupação em termos de sustentabilidade económica, a qual depende essencialmente do perfil produtivo das economias e das suas exigências em termos de IDI. Por exemplo, a inexistência de interfaces adequadas entre os centros de excelência europeus e os centros regionais de I&D com o setor empresarial e/ou o desalinhamento das linhas de investigação com as necessidades das indústrias, torna a comercialização de resultados de I&D uma tarefa complexa, diminuindo a capacidade de geração de receitas e de autofinanciamento destas organizações.

Referências Bibliográficas Consultadas:

- Blažek, Jirí - *Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy, Czech Republic, 2010*
- Blažek, Jirí - *Expert evaluation network delivering policy analysis on the performance of Cohesion policy 2007-2013, Year 2 - 2012, Task 2: Country Report on Achievements of Cohesion policy, Czech Republic*
- Berman Group - *EVALUATION OF THE ABSORPTION CAPACITY OF OPERATIONAL PROGRAMME ENTERPRISE AND INNOVATION 2007 - 2013 IN RELATION TO TARGET GROUPS, 2009*
- Centre for Economic and Innovation Research - *Assessment of Public R&D Expenditures in the Czech Republic, International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report, 2011*
- Czech Invest - *Operational Programme Enterprise and Innovation: <http://www.czechinvest.org/en/opei>*

- *DHV CR, spol. s r.o., Evaluation of economic effects and programme settings - support programmes Innovations, Cooperation and Potential - Operational Programme Enterprise and Innovations. Prague, 4/2011*
- *ERAWATCH Network - Technology Centre ASCR - ERAWATCH Country Report 2010:Czech Republic*
- *Joint Research Centre - ERAWATCH Country Report 2009, Analysis of policy mixes to foster R&D investment and to contribute to the ERA: Czech Republic, 2009, ISBN 978-92-79-13315-2*
- *Joint Research Centre - ERAWATCH Country Reports 2011: Czech Republic, 2013, ISBN 978-92-79-27978-2*
- *OECD - SCIENCE, TECHNOLOGY AND INDUSTRY OUTLOOK 2010, 2010*
- *Operational Programme Research and Development for Innovation, THE CZECH REPUBLIC MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, 1st In-depth Analysis of the Physical Progress of "R&DI" OP and Identification of the Needs of the Programming Period 2014+, 2013*
- *Operational Programme Research and Development for Innovation, THE CZECH REPUBLIC MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, 1st Progress Report, Progress Evaluation of the R&DI OP, 2013*
- *Operational Programme Research and Development for Innovation, THE CZECH REPUBLIC MINISTRY OF EDUCATION, YOUTH AND SPORTS, Annual Report on the Implementation of the Operational Programme Research and Development for Innovations for 2012, 2013*
- *Ministry of Education, Youth and Sports - Roadmap for Large Research, Development and Innovation Infrastructures in the Czech Republic, 2010*
- *Ministry of Industry and Trade - Operational Programme Enterprise and Innovation: <http://www.mpo.cz/en/business-support/opei/>*
- *Technopolis Group - International Audit of Research, Development & Innovation in the Czech Republic, Final Report, 2011*

